O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero I

M·DCCC·XCVII

Janeiro

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1897

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

BOLETIM DO INSTITUTO 1
ALLOCUÇÃO PROFERIDA Á BEIRA DA SEPULTURA DO DR. FRANCISCO ANTONIO RODRIGUES D'AZEVEDO, por *Bernardino Machado* 10
TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES, por *A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca* 11
RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA, por *Charles Lepierre* 16
CARMEN AMŒBEUM, par *Marc Legrand* 26
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 28
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 41
PAYSAGES DE VILLES, par *Georges Oudinot* 50
ANTONIO HOMEM, por *Antonio José Teixeira* 52
LE KHALIFE DE CARTHAGE, par *Henri Mazel* 60

O INSTITUTO

XLIV

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

M·DCCC·XCVII

VOLUME XLIV

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COLLABORADORES DO VOLUME XLIV

Adolpho Frederico Moller
Alvaro José da Silva Basto (Dr.)
Antonio José Teixeira (Dr.)
A. J. Ferreira da Silva
A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca (Dr.)
A. X. Lopes Vieira (Dr.)
Arno Holz
Bernardino Machado (Dr.)
B. A. Serra de Mirabeau
Bodo Wildberg
Charles Lepierre
Condessa di S.to Angelo Limosano
Edouard Ducoté
Eugenio de Castro
Eugenio de Castro Rodrigues
Filinto d'Almeida
Fortunato de Almeida
Frauz Evers
Georges Oudinot
H. Teixeira Bastos (Dr.)
Henri Mazel
Joaquim de Araujo
José Caldas
Julio de Castilho (Visconde de Castilho)
Manuel Ramos
Manuel da Silva Gayo
Marc Legrand

Paulo Stuart
Philéas Lebesgue
P. N. Roinard
Remy de Gourmont
Sousa Viterbo
Thomaz de Noronha (D.)
Tito de Noronha
Vicente José de Seiça
Visconde de Villa-Maior.

INDICE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NO VOLUME XLIV

A

Abend, 424.
Ácerca do padre Malagrida. Nota bibliographica, 570.
Agria statio, 299.
Allocução proferida á beira da sepultura do dr. Damasio Jacintho Fragoso, 660.
Allocução proferida á beira da sepultura do dr. Francisco Antonio Rodrigues d'Azevedo, 10.
Analyse chimica das aguas de Coimbra, sob o ponto de vista hygienico, 741.
Antonio Gonçalves da Silva e Cunha (Dr.), 727.
Antonio Homem, 52, 101, 183, 312, 435, 503, 705, 768.

B

Bartholomeu dos Martyres (D. Fr.), 331.
Boletim do Instituto, 1.

C

Carmen amoebeum, 26.
Catalogo do museu ethnographico da Universidade de Coimbra, 674, 749.
Conferencia (Uma) de Batalha Reis em Londres, 259.
Curiosidades bibliographicas, 321, 380.

D

Discurso do presidente do Instituto de Coimbra na abertura da sessão inaugural dos cursos para operarios em 1 de fevereiro de 1897, 65.
Discurso (Um) notavel, 217.
Douceur (La) des fleurs, 758.

E

Epitre, 560.
Extase, 685.

F

Fresenius (O dr. R.), 727.

G

Glorificação (A) do trabalho pela hygiene. Discurso proferido na festa de inauguração dos cursos populares do Instituto de Coimbra no dia 1 de fevereiro de 1897, 69.

H

Herbst, 423.

I

Índices cephálicos dos portuguêses, 137, 284, 341, 417, 475, 535, 614, 722.
Instrucção primaria, 649, 713.
Instrucção superior, 129, 197, 261, 325, 389, 453, 521, 585.

K

Kalife (Le) de Carthage, 60.

L

L'amour antique, 495.
Livro das obediencias dos geraes, 123, 191, 709, 774.

M

Marc Legrand, 579.
Memorias de Castilho, 28, 105, 169, 242, 301, 365, 426, 511, 563, 623, 687.
Memoria e estudo chimico sobre as aguas mineraes e potaveis de Moledo, 145, 409, 490.

N

Noite no parque, 425.
Notas d'um pae, 461, 529.

O

Outomno, 423.

P

Parknacht, 425.
Passa l'amore, 363.
Paul Schützenberger, 542.
Paysages de Villes, 50.
Petromyzon planeri Bl., 90.
Pia statio, 300.
Primavera, 364.
Proposito (A) do centenario da India, 730.

R

Relatorio sobre o segundo Congresso internacional de chymica applicada, 16, 153, 222, 290, 358, 467, 605, 661.
Representação do *segundo Congresso* do magisterio primario realisado em Lisboa nos dias 12, 13 e 14 de abril de 1897, 269.

S

Scintillas, 686.
Sites d'Amour, 621.
Sociedade de Anthropologia de Coimbra. Estatutos, 296.

T

Tarde, 424.
Tecidos líquidos dos animaes, 11, 79, 208, 275, 350, 401, 484, 595.
Três (As) *ironias*, 92, 159, 231.

U

Ulysse, 683.

V

Viagens da India a Portugal por terra e vice-versa, 41, 116, 176, 252, 374, 446, 497, 575, 638, 760.

RELAÇÃO DOS LIVROS OFFERECIDOS AO INSTITUTO

Affirmações publicas, por Bernardino Machado.

Album de contemporaneos illustres, por Francisco Augusto Martins de Carvalho.

Algumas noticias para a descripção dos logares de Alcainça, Malveira e Carrasqueira do concelho de Mafra, por Ascenção Valdez.

Alvorada, revista litteraria mensal. Porto.

Analyse geometrica de duas espiraes parabolicas. Estudo completamente original, por Antonio Cabreira.

Annales du musée Guiomet, tome quatrième. Bibliothèque des études.

Annales du musée Guiomet, tome cinquième. Bibliothèque des études.

Annales du musée Guiomet, vol. 15.º

Annales du musée Guiomet, vol. 16.º (Première partie).

Annales du musée Guiomet, vol. 16.º (Seconde partie).

Annales du musée Guiomet, vol. 17.º

Annales du musée Guiomet, vol. 18.º

Annales du musée Guiomet, vol. 19.º

Annales du musée Guiomet, vol. 20.º

Annales du musée Guiomet, vol. 26.º (Première partie).

Annales du musée Guiomet, vol. 27.º

Annales du musée Guimet (Bibliothèque d'études), tome troisième.

Annual Report of the Board of Regents of the Sucithsorcian Institution, showing the operation, expenditures and condition of the institution to july, 1894.

Annuario da Universidade. Anno lectivo de 1896-1897 (dois exemplares).

Antiguidades do Porto, por Ricardo Jorge.

Archeologia industrial portugueza — Os moinhos, por Sousa Viterbo. Lisboa, 1896.

Associação do asylo para educação de costureiras. Relatorio,

Associação dos engenheiros civis portuguezes — José Augusto Cesar das Neves Cabral — Elogio historico lido na sessão solemne de 14 de abril de 1894, pelo socio Severiano Augusto da Fonseca Monteiro. Lisboa, 1894.

Associação industrial portugueza — Exposição nacional das industrias fabris — Catalogo descriptivo da secção de minas, grupos I e II, coordenado sob a direcção de José Augusto C. das Neves Cabral, por Severiano Monteiro e João Augusto Barata. Lisboa, 1889.

Biographia de Quinto Sertorio por Plutarcho de Chéronéa, precedida de algumas observações, por Gabriel Pereira.

Boletim da commissão central promotora do commercio de vinhos e azeites, n.º 2. Janeiro de 1895.

Boletim da direcção geral de agricultura, 4.º anno, n.º 3, 1892.

Boletim da direcção geral de agricultura, 5.º anno, n.º 3, 1894.

Boletim da direcção geral de agricultura, 6.º anno, n.º 7, 1896.

Boletim da direcção geral de agricultura, 3.º anno, n.º 6, 1891.

Boletim da direcção geral de agricultura, n.º 8, 1889.

Boletim da direcção geral de agricultura, n.º 5, 1889.

Brinde aos senhores assignantes do Diario de Noticias — O despertar d'um sonho. Romance historico, por Lourenço Cayolla.

Bulletin de la Société Académique Indo-Chinoise, 2.ª serie, vol. 3.º

Bulletin de la Société Chimique de Paris, conprenant le procès verbal des séances, les mémoires présentes à la société, l'analyse des travaux de chimie pure et appliquée, publiés en France et à l'étranger. La Révue des Brevets, etc.

Campo de flores. Poesias lyricas, coordenadas por Theophilo Braga, de João de Deus.

Canções populares da Beira, por Pedro Fernandes Thomaz. Figueira da Foz, 1896.

Cantos singelos. Originaes, por Gabriel Pereira.

Catalogo da exposição industrial portugueza, 1891.

Catalogo da exposição dos trabalhos dos alumnos da eschola de bellas-artes de Lisboa, por Francisco Tiburcio Melicio.

Catalogo illustrado do muzeu maritimo da eschola industrial, por Francisco da Fonseca Benevides.

Conferencias agricolas. II — *O mel e os seus derivados. — Conferencia realisada no salão nobre do Atheneu Commercial do Porto, na noite de 30 de março de 1896,* por Alberto Velloso d'Araujo.

Congresso Viticola Nacional de 1895. Relatorio geral, volume II. Secção economico-viticola. Memorias, estudos e propostas de Alexandre de Sousa Figueiredo, Antonio M. Borges de Araujo, Antonio Isidoro de Sousa, E. Velloso d'Araujo, Francisco Simões Margioch, Ignacio do Casal Ribeiro, Jeronymo de Lima, Paes de Sande e Castro, João Maria de Sousa, João Marques de Carvalho, João da Matta Prego, Joaquim Dias da Silva, Joaquim Gomes de Sousa Belford, Manuel Bento de Sousa, Manuel Lourenço Rita, Paulo Choffat, Visconde de Villar Allen.

Contos de Andersen, trad., por Gabriel Pereira.

Convento do Bom Jesus de Vizeu, por Maximiano de Aragão.

Crise em seus aspectos moraes, (A) por J. A. da Silva Cordeiro. Coimbra, 1896.

Curso de analyse infinitesimal, pelo dr. Francisco Gomes Teixeira.

Descoberta e primeiras propriedades geometricas de uma espiral binomia do primeiro grau (Memoria apresentada á academia real das sciencias), por Antonio Cabreira.

Descripção da peninsula iberica. Livro III da Geographia de Strabão (1.ª parte), por Gabriel Pereira.

Desenvolvimento e expansão da monarchia portugueza, por Julio Ferreira Girão.

Discurso ácerca do sr. Conde do Casal Ribeiro, pelo Bispo Conde.

Dissecção da critica de um auctor, (A)—modelo de opiniões sinceras e consistentes. Discurso na Sociedade União medica do Porto, em sessão de 21 de junho de 1897, a proposito da investigação microscopica do gonococco de Neisser, por A. J. Ferreira da Silva.

Districto de Lourenço Marques e a Africa do Sul, (O) por Eduardo de Noronha.

Elementos de balistica, por Francisco da Fonseca Benevides.

Elogio historico do architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva, proferido em sessão solemne da real associação dos architectos e archeologos portuguezes a 28 de novembro de 1897, presidindo, em nome d'elrei, o illustrissimo e excellentissimo senhor Conde de S. Januario, ajudante de campo de Sua Majestade, por Julio de Castilho.

Endechas de Camões, por Carvalho Monteiro.

Endechas de Camões e Barbara Escrava, por Pedro Carvalho Monteiro.

Ensaio de bacteriologia pratica, por J. V. Paula Nogueira.

Ensaios juridico-sociaes. I—*Da emphyteuse*, por Manuel Augusto Granjo.
Evora e o Ultramar, por Gabriel Pereira.
Evora e o Ultramar (2.ª parte), por Gabriel Pereira.
Exposição allusiva á ria de Aveiro, por Mello de Mattos.

Fragmentos relativos á historia e geographia da peninsula iberica. Floro, Salustio, Eutropio, etc., por Gabriel Pereira.
Fragmentos relativos á historia e geographia da peninsula iberica. Livro III da Geographia de Strabão (2.ª parte), por Gabriel Pereira.

Guarany, opera em 4 actos, (O) por Francisco Pacheco.

Historia do exercito portuguez, volume I, por Christovam Ayres. Lisboa, 1896.

Ibu-Abdem, por Gabriel Pereira.
Ilhas de S. Miguel e Terceira, (As) por J. V. Paula Nogueira.
Imprensa da Universidade e as portarias do sr. reitor, (A) por Delphim Gomes. Coimbra, 1896.
Incubação, a creação e a engorda artificiaes das gallinhas, (A) por Alberto Velloso d'Araujo.
Industria e agricultura, quinzenario publicado pelo deposito de machinas agricolas e industriaes de Alfredo Ferreira de Faria. Porto.
Inscripções da India portugueza, transcriptas por J. H. da Cunha Rivara.
Introduction au catalogue au musée Guimet.
Introducção ao estudo das artes ceramicas—Da argilla, por Severiano Augusto da Fonseca Monteiro. Lisboa, 1890.

Jornal horticolo-agricola, propriedade da real companhia horticolo-agricola portuense.

Laboratorio maritimo de Aveiro, por Mello de Mattos.
Legislação do serviço hydraulico, por Mello de Mattos.
Lourenço Marques e suas relações com a Africa do Sul. Conferencias feitas na Sociedade de Geographia nas sessões de 2 de dezembro de 1895 e 13 de janeiro de 1896, por Eduardo de Noronha.

Madame Roland; drame en cinq actes en vers, por Henry Faure.
Memorias sobre a necessidade da creação da industria metallurgica, por Mello de Mattos.

Mémoires de la Société Académique Indo-Chinoise, vol. 1.º, 1877-1878.
Memoria sobre el VI Congresso internacional de ciéncias geográficas celebrado em Londres, por D. Rafael Torres Campos.
Memorial of Joseph Henry, (A).
Mensageiro, n.º 3.— Senhor, não! por Thomaz Ribeiro.
Microbios e vaceinas (Esboço), por J. V. Paula Nogueira.
Mouros, (Os) por Gabriel Pereira.

Nacionalidade dos filhos de pae portuguez nascidos no Brazil, (A) por Luiz Leopoldo Flores.
Naturaleza, (La) revista decenal ilustrada. Madrid.
Noções de physica moderna, por Francisco da Fonseca Benevides.
Notas para a historia do Ceará, pelo dr. Guilherme Studart. Lisboa, 1892.
Novo tratamento da diphteria e o Instituto Bacteriologico de Lisboa, (O) por J. V. Paula Nogueira.

Observações ao regulamento para a desarmotisação dos bens das communidades de 1 de fevereiro de 1897, por J. Baptista Gomes.
Origens e desenvolvimento da população do Porto (Notas historicas e estatisticas), por Ricardo Jorge.

Pedagogia—A cartilha maternal e a critica (ed. posth.), por João de Deus. Lisboa, 1897.
Pedro Nunes em Faro, por Francisco da Fonseca Benevides.
Peninsulares, (As) por J. Simões Dias.
Piscicultura em Portugal, por Mello de Mattos.
Piscicultura. Esboço de divisão hydrographica do continente em Portugal, por Mello de Mattos.
Plinio e Mela. Fragmentos relativos á historia e geographia da peninsula iberica, por Gabriel Pereira.
Portugal— Noticias ácerca dos seus vinhos, fasc. 1.º
Portugal— Noticias ácerca dos seus vinhos, fasc. 2.º
Portugal— Noticias ácerca dos seus vinhos, fasc. 3.º, fl. 21-28.
Pretidão d'amôr, por Xavier da Cunha.

Questões aquicolas. Resposta a uma apreciação, por Mello de Mattos.
Questões do pão, (As) por Gabriel Pereira.
Questão operaria (A).— Conferencias realisadas na associação da mocidade catholica de Lisboa e associação protectora dos operarios em 5 de

abril de 1897 e 19 do mesmo mez e anno, por José de Saldanha Oliveira e Sousa.

Rainhas de Portugal, por Francisco da Fonseca Benevides.
Real associação central da agricultura portugueza. Relatorio da direcção.
Real theatro de S. Carlos de Lisboa, por Francisco da Fonseca Benevides.
Rebellião dos indigenas em Lourenço Marques, (A) por Eduardo de Noronha.
Reino de Chandrapur (O).— Uma investigação archeologica, por Aleixo Clemente Messias Gomes.
Relatorio da direcção do monte-pio conimbricense Martins de Carvalho e respectivo parecer do conselho fiscal relativos ao anno de 1896.
Relatorios da exposição industrial portugueza, 1891.
Relatorio e contas da gerencia do Asylo de D. Maria Pia, relativas aos annos economicos de 1884-1885 a 1893-1894.
Relatorio sobre as escholas industriaes da circumscripção do sul, 1885-1891, por Francisco da Fonseca Benevides.
Relatorios sobre o Instituto industrial e commercial de Lisboa, 1892-1895, por Francisco da Fonseca Benevides.
Representação approvada no comicio que em 3 de abril de 1893 se realisou na cidade de Aveiro, por Mello de Mattos.
Restauração em Evora (1640-1645), (A) por Gabriel Pereira.
Revue de l'histoire des religions, tome XXXIII, n.º 1.
Revue de l'histoire des religions, tome XXXIII, n.º 2.
Revue de l'histoire des religions, tome XXXIII, n.º 3.
Revue de l'histoire des religions, tome XXXIII, n.º 4.
Revue de l'histoire des religions, tome XXXIV, n.º 1.
Revue de l'histoire des religions, tome XXXIV, n.º 2.
Revue de l'histoire des religions, n.os 53-54, 1888.
Revue de l'histoire des religions, n.os 55-57, 1889, 1.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 58-60, 1889, 2.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 61-63, 1890, 1.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 64-66, 1890, 2.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 67-69, 1891, 1.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 70-72, 1891, 2.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 86-87, 1894, parte do 2.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 88-90, 1894, 2.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 91-93, 1895, 1.º semestre.
Revue de l'histoire des religions, n.os 94-96, 1895, 2.º semestre.

Revista de medicina militar, 3.º vol., por Eugenio Perdigão.
Revista popular. Barcelona.
Riomoinhense, (O) revista scientifica, critica e litteraria, director Egydio Salgueiro.

Serviços ampelographicos e œnologicos. Catalogo n.º 1, 1889-1890.
Smithsonian, Report, 1890.
Smithsonian, Report, 1892.
Smithsonian, Report, 1893.
Sobre a área dos polygonos regulares (Memoria apresentada á academia real das sciencias), por Antonio Cabreira.
Sobre a geometria das curvas trigonometricas. Memoria original, por Antonio Cabreira.
Sobre a geometria da espiral. Memoria original, por Antonio Cabreira.
Sobre as propriedades geometricas da Espiral de Poinsot. Memoria original, por Antonio Cabreira.
Subsidios para um diccionario de pseudonymos iniciaes e obras anonymas, por Martinho Augusto da Fonseca. Lisboa, 1896.

Tempo dos francezes, (No) por Francisco da Fonseca Benevides.
Tratado de osteologia humana, tomo 1, por J. A. Serrano. Lisboa, 1895.
Tributo de saudade que á memoria do seu dedicado amigo dr. Francisco Antonio Rodrigues d'Azevedo paga o Visconde de Taveiro, pelo Visconde de Taveiro.
Tuberculose pecuaria e a hygiene publica, (A) por J. V. Paula Nogueira.

União das forças catholicas portuguezas, acta da sessão ordinaria da mocidade catholica de Lisboa, por D. José de Saldanha Oliveira e Sousa.
Union latine, Bulletin, n.ºs 1 e 2, 1889.
Union latine, Bulletin, n.º 1, 1890.
Union latine, Bulletin, n.ºs 2 e 3, 1890.
Universidade de Evora, por Gabriel Pereira.

Versos eborenses do seculo XVIII, por Gabriel Pereira.
Volta do Cenaculo, (A) por Gabriel Pereira.

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

ENCARREGADA DE SUPERINTENDER NA PUBLICAÇÃO DESTE VOLUME

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

BOLETIM DO INSTITUTO

SESSÃO DA DIRECÇÃO EM 5 DE DEZEMBRO DE 1896

Presidencia do sr. Conselheiro dr. Bernardino Machado, servindo de Secretario o sr. dr. José Frederico Laranjo. Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

O sr. Presidente deu conta dos trabalhos effectuados para a celebração do sarau de 8 de dezembro, no desempenho da auctorisação que fôra concedida na sessão anterior; e, conformemente a elles, elaborou-se o programma do sarau.

SESSÃO DA DIRECÇÃO EM 12 DE DEZEMBRO DE 1896

Presidencia do sr. Conselheiro dr. Bernardino Machado, secretariado pelo sr. dr. Affonso Costa. Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

Reviram-se os projectos e trabalhos da Direcção transacta ácerca da commemoração em homenagem a Sá de Miranda,

decidindo-se empregar todos os esforços para que se realise em occasião opportuna uma sessão solemne destinada a testemunhar o preito consagrado pelo Instituto á memoria d'esse notavel cultor das lettras nacionaes. O sr. Presidente informou a Direcção de que o sr. dr. Henriques da Silva estava disposto a fazer a conferencia que, para a solemne sessão mirandina, tinha em tempo promettido.

Em seguida a Direcção congratulou-se com o sr. Presidente pelo exito brilhantissimo da festa offerecida aos alumnos laureados da Universidade, resolvendo agradecer officialmente ás pessoas que contribuiram para a sua realisação. Decidiu-se depois que todas as despezas extraordinarias fôssem pagas particularmente pelos membros da Direcção, como desde a primeira ideia da festa, tinha sido combinado.

Fôram apresentadas diversas candidaturas a socios honorarios, effectivos e correspondentes do Instituto, julgando-se todas regulares, e enviando-se, as que não careciam de relatorios á Assembleia Geral, e as restantes a relatores especiaes designados pelo sr. Presidente.

SESSÃO DA DIRECÇÃO EM 19 DE DEZEMBRO DE 1896

Presidente e Secretario os mesmos. Lida e approvada a acta da sessão anterior.

Pelo sr. Presidente foram apresentados os processos de candidaturas a socios, com relatorios e pareceres das respectivas secções favoraveis á admissão dos candidatos, resolvendo-se que todos fôssem enviados á Assembleia Geral, convocada para o dia 22 com a seguinte ordem de trabalhos: «Eleição de novos socios e dos corpos gerentes do Instituto para o biennio de 1897–1898».

ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE DEZEMBRO DE 1896

Presidencia do sr. Conselheiro dr. Bernardino Machado. Secretarios os srs. drs. Affonso Costa e Luiz Viégas. Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

O sr. Presidente disse que, nos termos dos estatutos e regulamentos do Instituto, devia proceder-se á eleição dos corpos gerentes da mesma sociedade para o biennio de 1897–1898. Procedeu-se, por isso, á eleição da Direcção. Fôram nomeados escrutinadores os srs. drs. Fernandes Vaz e Fre-

derico Laranjo. Feita a chamada por duas vezes, e tendo-se esperado mais de um quarto de hora, fôram contadas as listas existentes na urna e encontraram-se trinta e sete, numero egual ao dos votantes. Corrido o escrutinio, verificou-se estarem reeleitos por unanimidade para os diversos cargos da Direcção todos os socios que haviam sido eleitos pela Assembleia Geral de 26 de maio de 1896 (1).

Fôram apresentados diversos processos conclusos de candidaturas a socios honorarios, effectivos e correspondentes, do Instituto. Verificou-se a regularidade de todos elles; sendo eleita uma commissão de cinco membros, para examinar os processos relativos a socios honorarios que deu parecer favoravel.

Procedeu-se seguidamente á eleição, sendo admittidos:

SOCIOS HONORARIOS

Nicolas Salmeron (D.)
Octave Gréard
Rafael Labra (D.)
Francisco Antonio da Veiga Beirão
Francisco Gomes Teixeira (dr.)
Henrique de Barros Gomes
Joaquim Theophilo Braga (dr.)
Manuel Bento de Sousa.

SOCIOS EFFECTIVOS

Gloria Castanheira (D.)
Julia Ribeiro (D.)
Adolpho Frederico Moller
Antonio Augusto Cerqueira Coimbra

---

(1) Vej. o *Boletim do Instituto* a pag. 812 do vol. XLIII d'esta revista. No mesmo dia 22 de dezembro reuniram-se as tres classes em que se divide o Instituto, sendo reeleitos para a gerencia de 1897-1898 todos os socios que exerciam os cargos das classes e das secções desde 3 de julho de 1896. (Vej. o *Boletim* cit., a pag. 814, notas, do vol. XLIII d'esta revista).

*

Antonio Franco Frazão
Antonio Joaquim Alves dos Santos
Antonio Simões de Carvalho Barbas
Augusto Eduardo Ferreira Barbosa
José Alberto dos Reis
José Joaquim da Resurreição
Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes.

SOCIOS CORRESPONDENTES NACIONAES

Alice Pestana (D.)
Adriano Anthero de Sousa Pinto
Alfredo Bensaúde
Antonio Francisco da Costa Lima
Antonio Venancio d'Oliveira David (dr.)
Antonio Xavier Pereira Coutinho
Bernardino Camillo Cincinnato da Costa
Conde de Sabugosa
Costa Goodolphim
Delphim Emilio de Miranda Monteiro
Duarte Leite Pereira da Silva
Filippe Eduardo d'Almeida Figueiredo
Francisco da Fonseca Benevides
Francisco Teixeira Bastos
Gabriel Pereira
Jayme de Magalhães Lima
Joaquim Urbano da Costa Ribeiro
Joaquim de Vasconcellos
José Augusto Coelho
José Leite de Vasconcellos
José Maria d'Oliveira Simões
José Verissimo d'Almeida
Manuel Amandio Gonçalves
Mauricio Augusto de Sequeira
Paulo Benjamin Cabral
Paulo Choffat
Ruy Telles Palhinha
Sebastião de Magalhães Lima
Sertorio do Monte Pereira
Teixeira Lopes
Thomaz Costa
Vicente d'Almeida Eça
Virgilio Machado.

SOCIOS CORRESPONDENTES EXTRANGEIROS

Adolpho Posada (D.)
Edmond Barthèlemy
Edouard Ducoté
Eugenio Sellès (D.)
Georges Oudinot
Hermenegildo Giner de los Rios (D.)
Julio Daveau
Marc Legrand
Manuel Cossio (D.)
Rafael Torres Campos (D.)
Ricardo Rubio (D.)
A. Sela (D.)

GERENCIA DE 1897-1898

SESSÃO DE POSSE DA DIRECÇÃO EM 13 DE JANEIRO DE 1897

Presidente o sr. Conselheiro dr. Bernardino Machado, secretariado pelo sr. dr. Affonso Costa. Lida e approvada a acta da sessão anterior.

Foram lidos na mesa os documentos por meio dos quaes os srs. drs. Araujo e Gama e Basilio Freire fizeram saber á Direcção que não podiam acceitar os cargos de Vice-Presidente e 2.º Secretario para que haviam sido eleitos pela Assembleia Geral em 22 de dezembro ultimo. A Direcção, lamentando o facto, decidiu consignar na acta o seu sentimento.

O sr. dr. Viégas, 2.º Vice-Secretario, apresentou as contas da receita e despeza da sociedade desde 1 de junho a 31 de dezembro de 1896, sendo muito louvado pela perfeição e clareza da escripturação e pela excellente administração financeira.

Fôram egualmente louvados o sr. dr. Affonso Costa, 1.º Secretario, e o sr. b.el Joaquim de Mariz, Thesoureiro.

Decidiu-se publicar no *Instituto,* um resumo, pelo menos, das contas.

Em seguida, o sr. Presidente, em nome da Direcção cessante, deu posse á Direcção novamente eleita, que tomou conhecimento de uma proposta de candidatura a socio honorario do Instituto, julgando-a regular e nomeando o respectivo relator especial.

Foi lançado na acta um voto de profundo sentimento pela morte do sr. Conselheiro dr. Francisco Antonio Rodrigues

d'Azevedo, que fôra lente de prima jubilado da Faculdade de Theologia e socio honorario do Instituto de Coimbra. O sr. Presidente communicou que a mesa, n'este mesmo dia, acompanhara ao cemiterio o feretro do illustre morto, proferindo, á beira da campa, o sr. Presidente algumas palavras de condolencia em nome do Instituto.

ASSEMBLEIA GERAL DE 13 DE JANEIRO DE 1897

Presidente o sr. Conselheiro dr. Bernardino Machado. Secretarios os srs. drs. Affonso Costa e Luiz Viégas.

Lida e approvada a acta da sessão anterior.

O sr. Presidente, em phrases sentidas, communicou á Assembleia Geral a noticia do fallecimento do socio honorario o sr. Conselheiro dr. Francisco Antonio Rodrigues d'Azevedo, sendo approvado por unanimidade um voto do mais profundo sentimento.

Foi presente um processo concluso para ser elevado á categoria de socio honorario o novo lente de prima, decano e director da Faculdade de Medicina, sr. dr. Julio Cesar de Sande Saccadura Botte. Tendo-se lido na mesa o relatorio especial do sr. dr. Daniel de Mattos, a Assembleia, em attenção aos elevados dotes intellectuaes e moraes do candidato, aos notaveis serviços por elle prestados ás sciencias e ao Instituto, resolveu, unanimemente, prescindir de todas as demais formalidades regulamentares, approvando, por acclamação, para

SOCIO HONORARIO

Julio Cesar de Sande Saccadura Botte (dr.)

O sr. dr. Viégas leu o resumo das contas da gerencia do Instituto desde 1 de junho a 31 de dezembro de 1896, e mandou para a mesa as contas desenvolvidas, todos os documentos, mappas e livros comprovativos.

Foi nomeada uma commissão para examinar tudo e dar parecer, interrompendo-se para isso a sessão durante meia hora.

Depois de reaberta, foi lido na mesa o seguinte

PARECER DA COMMISSÃO DE CONTAS

«A commissão nomeada para examinar as contas apresentadas pela Direcção cujas funcções findaram no proximo

preterito anno, e relativas aos sete mezes de sua gerencia, depois de examinar as mesmas contas e documentos comprovativos, é de parecer que tudo se encontra perfeitamente regular, e por isso nos termos de ser approvado. Coimbra e sala das sessões do Instituto, 13 de janeiro de 1897. (*aa*) *J. D. Souto Rodrigues.* — *José Pereira de Paiva Pitta.* — *Antonio José da Silva.* — *Philomeno da Camara Mello Cabral.* — *José Braz de Mendonça Furtado*».

O sr. Presidente poz este parecer em discussão; e como nenhum socio pedisse a palavra, foi posto á votação, sendo unanimemente approvado.

RESUMO DAS CONTAS DO INSTITUTO DE COIMBRA, NA GERENCIA DE JUNHO A DEZEMBRO DE 1896

I. CONTA GERAL

Receita:

A. Da gerencia anterior, abstrahindo da divida da herdeira do b.^{el} Abilio Augusto da Fonseca Pinto, annullada por deliberação da Assembleia Geral de 24 de maio ultimo, receberam-se ..... réis		163$225
B. Desde junho até dezembro de 1896 cobrou-se:		
a) de mensalidades	255$600	
b) de joias	103$500	
c) de assignaturas	68$990	
d) de venda avulso da revista ...	1$280	
	———	429$370
		592$595

Despeza:

A. Dividas passivas diversas, que transitaram da gerencia anterior	81$330
B. Por conta do papel de impressão fornecido por Francisco França Amado á gerencia anterior	82$755
Somma e segue	164$085

Transporte.....		164$085
C. 1.º Ordenados e gratificações aos empregados, cobrador e guarda, com serviço em todas as dependencias do Instituto..	85$335	
2.º Obras e despezas extraordinarias.....	77$945	
3.º Gaz, expediente, etc.....	81$280	
4.º Despezas miudas com a revista da sociedade.....	9$000	
5.º Encadernação de livros, catalogação e assignatura de jornaes.....	44$640	
6.º Subsidio concedido pela Direcção cessante á secção de archeologia.....	35$000	
		333$200
		497$285
Saldo para a gerencia de 1897-1898.....		95$310

A' mesma gerencia passa como resto da divida a Francisco França Amado, a que acima se alude, a divida passiva de 40$000 réis e trinta e sete resmas de papel de impressão, no valor de 68$300 réis.

O saldo real da gerencia cessante é, pois, de réis 123$610

II. CONTA ESPECIAL DA GERENCIA CESSANTE

Receita. — Recebeu-se:

A. Saldo entregue pela gerencia anterior:		
Em dinheiro.....	163$225	
Em especie (1).....	107$990	
Somma e segue.....		271$215

(1) A Direcção transacta contractara com Francisco França Amado o fornecimento de 66 1/2 resmas de papel de impressão, para a publicação do jornal d'esta sociedade, na importancia de 122$755 réis, que transitou como divida passiva. A Direcção agora cessante encontrou porém em deposito 58 1/2 resmas d'este papel, que ao preço do custo valiam a quantia aqui indicada.

Transporte.....	271$215	
Dividas passivas diversas, como consta da conta geral supra.....	204$085	
Saldo real da gerencia anterior.....	67$130	
B. Mensalidades, joias, etc., desde junho até dezembro.....	429$370	
		971$800
Despeza. — E dispendeu-se:		
A. Despezas acima referidas, sob os numeros 1, 2, 3, 4, 5 e 6..	333$200	
B. 21 1/2 resmas de papel de impressão, gastas com a revista do Instituto, avaliadas pelo custo, como acima.....	39$690	
		372$890
Saldo real da gerencia cessante.....		123$610
Este saldo é representado pela fórma seguinte:		
Activo ... Em dinheiro, em poder do thesoureiro.....	95$310	
Em papel de impressão (37 resmas).....	68$300	
		163$610
Passivo .. Resto da divida a Francisco França Amado.	40$000	
Saldo		123$610
Comparando com o saldo real da gerencia anterior		67$130
encontra-se o excesso de.....		56$480

tendo, além d'isso, o edificio e mobilia do Instituto sido beneficiados na importancia de 63$540 réis, incluida na verba de despeza n.º 2 da conta geral.

ALLOCUÇÃO PROFERIDA A' BEIRA DA SEPULTURA DO DR. FRANCISCO ANTONIO RODRIGUES D'AZEVEDO

MEUS SENHORES:

Vimos, pelo Instituto de Coimbra, render as ultimas homenagens ao nosso socio honorario, dr. Francisco Antonio Rodrigues d'Azevedo, o respeitavel ancião, a quem ainda ha poucos dias animavam todas as graças com que ás vezes a natureza se compraz de exornar a quadra final da vida humana. Um brilho interior parecia coar-se atravez de toda a sua figura tão nitida, resplendendo-lhe no olhar, scintillando-lhe no sorriso e aureolando-lhe a cabeça com o nimbo radioso dos seus bellos cabellos brancos. Do auctoritario que elle fôra, por temperamento e por educação, o seu grave aspecto tinha-se dulcificado com os annos, tomando os tons insinuantes que tornam a auctoridade irrecusavel.

Duplamente venerando, como sacerdote e como professor, o seu nome fica inscripto com honra nos fastos da tribuna sagrada e da cathedra docente da nação. Foi, sobretudo, um orador; e do orador sagrado e cathedratico conservou até aos derradeiros momentos o porte nobre, a compostura do gesto com a pureza e elevação da dicção. Fazia gosto ouvir da sua bôcca, incisiva e sobria, os poderosos accentos da nossa lingua vernacula!

MEUS SENHORES:—O Instituto de Coimbra, como representante das lettras patrias neste logar, curva se reverente sobre o féretro de um dos mais encanecidos membros da sua familia.

13—1—97. BERNARDINO MACHADO.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES

INTRODUCÇÃO

Não sendo possivel resumir os actuaes conhecimentos sobre os tecidos líquidos dos animaes, procuramos dar ideia da maior parte, sem que o pouco tempo de que dispomos nos permittisse tratar de qualquer delles em especial.

Na exposição da materia começámos pelos animaes superiores, porque sam elles, e principalmente o homem, os que mais têem chamado a attenção dos physiologistas e histologistas, sendo por isso os mais bem conhecidos.

O estudo dos animaes menos perfeitos tem sido mais descurado, e os bons resultados obtidos por Metchnikoff estudando a physiologia e a pathologia comparadas em toda a serie dos seres vivos sam demasiado recentes, para que delles se tenha já tirado todo o partido, que é de esperar.

Os poucos dados, que possuímos sobre os tecidos líquidos dos Invertebrados, acham-se muito espalhados nos tratados de Zoologia geral, e nem sempre merecem crédito, em vista das contradicções, que nelles se encontram a respeito de vários pontos.

Num índice desenvolvido indicamos os assumptos tratados, e numa bibliographia geral os livros e memórias, que consultámos.

Tecidos líquidos. — Sam os tecidos formados por cellulas livres suspensas num líquido mais ou menos abundante.

Na série animal esta espécie de tecidos é principalmente representada pelo sangue e lympha, tecidos circulantes dos vertebrados, e pela hemolympha, que tem o mesmo papel nalguns invertebrados. E' costume approximar destes tecidos o hemochylo, líquido nutritivo dos acœlómates, pela analogia de funcções com os tecidos circulantes dos animaes superiores, embora neste líquido não se encontrem elementos figurados, cuja presença é indispensavel para a constituição de um tecido (1).

O começar o nosso estudo pelos tecidos dos animaes superiores, não só por serem os mais bem estudados, mas tambem por serem aquelles em que a constituição e as funcções se mostram mais complexas, facilita-nos o estudo dos tecidos análogos dos animaes menos perfeitos.

TECIDOS LÍQUIDOS DOS VERTEBRADOS

Sam representados principalmente pelo sangue e pela lympha.

SANGUE

E' um tecido líquido, vermelho, ligeiramente viscoso, existente exclusivamente nos vertebrados, que a sua presença é sufficiente para caracterizar (Renaud).

CARACTERES PHYSICOS

Côr. — A côr do sangue é escarlate, ou vermelho-escura mais ou menos carregada, conforme o sangue provém de uma artéria ou de uma veia da circulação geral.

O sangue escuro é dichroico, vermelho por reflexão, verde por transparencia.

Transparente ou translúcido em camadas pouco espessas, o sangue, na espessura de alguns millímetros, não deixa passar a luz; opacidade, que, bem como a côr, é devida a milhares

---

(1) Ranvier classifica tambem entre os tecidos líquidos o tecido conjunctivo mucoso ou gelatinoso, que constitue o corpo vítreo, e se encontra no cordão umbilical bem como na proximidade da cabeça dos plagióstomos, nos cœlenterados e nalguns molluscos, dos quaes fórma grande parte do corpo.

de pequenos corpúsculos vermelhos, suspensos num liquido incolor.

Cheiro. — O sangue tem um cheiro *sui generis* (habitus sanguinus), que se approxima um pouco do do suór; varía nas espécies animaes.

O cheiro é devido a ácidos e outros corpos volateis pouco conhecidos, que sam postos em liberdade pelo ácido sulfúrico um pouco concentrado, cuja addição torna portanto o cheiro mais intenso.

Sabôr. — O sabôr é salino, devido principalmente aos saes do plasma.

Densidade. — A densidade do sangue varía com as espécies, e na mesma espécie com a idade e o sexo. Varía tambem debaixo da influencia da alimentação, que a faz diminuír depois das refeições; com o exercício, que produz o mesmo effeito; e aínda com o orgão d'onde é extrahido. Varía no homem de 1,056 a 1,069, e na mulher de 1,051 a 1,056; é um pouco menor nas creanças.

A densidade média é no boi de 1,060, e de 1,056 no carneiro.

Reacção. — A reacção do sangue é alcalina, devida segundo Maly ao phosphato e bicarbonato de sódio dissolvidos no plasma. A alcalinidade varía de uns pontos para outros, sendo menor no sangue venoso; é diminuída pelos violentos exercicios musculares e pela ingestão de ácidos; é pelo contrário augmentada pela absorpção de alcalinos; depois das comidas a alcalinidade do sangue augmenta tambem.

Temperatura. — A temperatura do sangue varía com a espécie entre 41° e 2° ou 3.°; e no indivíduo com o logar do corpo em que é medida. No homem a temperatura média é 39°, que varía como se vê na seguinte tabella, resumo das observações de Claude Bernard e Liebig.

Sangue do coração direito.....	38°,8
» » esquerdo.....	38°,6
» da aórta.....	38°,7
» das veias hepáticas.....	39°,7
» da veia cava superior.....	36°,68
» » » inferior.....	38°,11
» » crural.....	37°,20

Coagulabilidade. — A coagulabilidade é uma propriedade do sangue de que teremos ainda de occupar-nos, e que por isso aqui apenas indicamos.

Quantidade. — A quantidade do sangue existente num indivíduo é muito variavel com a corpulencia, estado de saúde, etc. No homem adulto o sangue representa proximamente $\frac{1}{13}$ ou 7, 4 por cento do pêso total do corpo; no recènnascido $\frac{1}{19}$. No cão a proporção é a mesma que no homem; varía entre $\frac{1}{12}$ a $\frac{1}{13}$ no gato e no rato, $\frac{1}{17}$ a $\frac{1}{22}$ na cobaya, $\frac{1}{15}$ a $\frac{1}{22}$ no coêlho, $\frac{1}{10}$ a $\frac{1}{13}$ nas aves, $\frac{1}{15}$ a $\frac{1}{20}$ nas rãs, $\frac{1}{14}$ a $\frac{1}{19}$ nos peixes.

Não nos prenderemos a descrever os processos por meio dos quaes se tem pretendido medir a quantidade total do sangue de um animal, questão que foi vivamente debatida na sciéncia, principalmente quando se discutiu a utilidade das sangrías; recordaremos apenas, que estes processos se podem dividir em directos, entre os quaes se contam os de Wanner, Leheman e Weber, Welcher, Grcheidlen, Prayer, Steinberg, Brozeit, Malassez, Jolyet e Laffont; e indirectos, como sam os de Herbst, Valentin, Blake, Vierordt, Malassez, Foa e Pellarani, Tarchanoff, etc.

CONSTITUÍÇÃO HISTOLÓGICA E CHYMICA DO SANGUE

O sangue é, como dissemos, constituído por um líquido, o plasma, contendo em suspensão elementos figurados, principalmente glóbulos vermelhos e brancos, em dissolução e gases, em proporções variaveis de uns para outros animaes e aínda no mesmo indivíduo.

Em 1000 partes em pêso a relação entre os elementos sólidos e líquidos é proximamente:

		Cão		
	Sangue venoso humano	Sangue venoso	Sangue arterial	Sangue de cavallo
Glóbulos húmidos.....	369	383	357	341
Plasma	630	616	642	657

e as analyses de 1000 partes em pêso de sangue dam em média:

A'gua.....	700	
Glóbulos.....	127	
Fibrina.....	5	
Albumina	70	
Saes, corpos gordos, etc.....	10	(Dumas)

e em 100 volumes de sangue:

Oxygenio.....	10 a 17	volumes
A'cido carbónico.....	26 a 38	»
Azote.....	1 a 2	»

Em vista da sua importância, trataremos separadamente de cada elemento do sangue, começando pelos elementos figurados.

(Continúa). A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca.

RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA

QUE SE REALIZOU EM PARÍS DE 27 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 1896

(Cont. do vol. XLIII, n.º 12, pag. 891)

SECÇÃO III

INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS

1.º Géneros alimentícios e conservas

1.º *Composição das peptonas de carne.*
Communicação do sr. Py.

Neste interessante relatório o auctor deu-nos a composição das peptonas do commércio, indicando ao mesmo tempo as falsificações mais communs neste género alimentício.

O auctor teve a amabilidade de lembrar trabalhos meus, publicados nos *Annaes do Instituto Pasteur* em que incidentemente relato as minhas experiencias sobre a constituição chymica destas substáncias complexas (1).

2.º *Temperatura de incineração das substáncias alimentícias.*
Communicação do sr. Truchon.

3.º *Estudo dos succedáneos da lagosta nas conservas.*
Communicação do sr. Bochet.

4.º *Caracterização facil da manteiga de cacau.*
Communicação do sr. Roques.

---

(1) Lepierre — *Annales de l'Institut Pasteur,* 1895.

2.º Féculas

1.º *Verificação chymica do fabrico da fécula.*
Relator o sr. Hébert.

Trabalho muito conciso, de grande vantagem para os fabricantes de féculas, amidos, gommas.

2.º *Dosagem da fécula nas aguas usadas.*
Relator o sr. Hébert.

3.º *Anályse das féculas.*
Communicação do sr. Laze.

4.º *Processos permittindo a suppressão das féculas de segunda e terceira qualidade.*
Relator o sr. Hébert.

3.º Lacticinios

* 1.º *Processos chymicos para desinfectar as casas e os apparelhos das leitarias.*
Relator o sr. Bordas.

Importante memória ácerca de todos os cuidados que é préciso tomar no fabrico da manteiga, dos queijos, e para venda do leite.

2.º *Leites condensados, esterilisados e pasteurisados, etc.*
Relator o sr. Brochet.

3.º *Influencia da alimentação sobre a quantidade e qualidade do leite e da manteiga.*
Communicação do sr. Martin.

4.º *Aproveitamento dos leites desnatados e dos sóros das queijarias.*
Relator o sr. Martin.

5.º *Fabrico do fermento «présure» e colorantes da manteiga.*
Relator o sr. Petit.

* 6.º *Abastecimento das cidades, com leite e manteiga, por leitarias (vaccarias) centraes, cooperativas.*
Relator o sr. Saillard.

7.º *O leite em Nice.*
Communicação do sr. Taffe.

Destas communicações, algumas apresentam certo interesse para a indústria dos lacticínios em Portugal.

* 8.º *Análise do leite nas Associações das leitarias.*
Uma commissão composta dos srs. *Liebermam, Droixche e Crispo,* fôra nomeado pelo Congresso de Bruxellas.
Relator o sr. Friant.

O relatório é muito completo e póde ser muito util para a fiscalisação da venda do leite.

9.º *Novo apparelho extractor para as analyses de leites, sementes, etc.*
Communicação do sr. Louïse.

10.º *Processo prático de conservação das amostras de leite destinadas a análises contradictórias.*
Relator o sr. Dornic.

* 11.º *Meios práticos para reconhecer os leites alterados.*
Relator o sr. Bochet.
Communicação do sr. Dornic.

* 12.º *Méthodo para reconhecer a addição ao leite de leite desnatado.*
Relator o sr. Houdé.

4.º Moagem, panificação

* 1.º *Análise das farinhas, typos commerciaes.*
Relator o sr. Arpin.

Este relatório é interessante e devem ser divulgados os méthodos aconselhados.

* 2.º *Estudo da composição immediata do gluten dos diversos cereaes. Influencia desta constituição sobre as qualidades das farinhas sob o ponto de vista de panificação.*
Communicação do sr. Fleurent.

Este chymico, substituto de Chymica Industrial no Conservatório das Artes e Officios, applicando aos cereaes e aos albuminoides que contém, os méthodos do meu illustre mestre Schützenberger, obteve resultados de grande alcance prático que merecem ser divulgados em Portugal onde pouca ou nenhuma importáncia se liga ao valor alimentício das farinhas dos cereaes.

* 3.º *Dosagem do amido nas sementes e farinhas.*
Muito interessante tambem esta communicação do sr. *Lindet,* presidente do Congresso.

A Secção III emittiu os *votos* seguintes:
1.º «Nas anályses de farinhas será o gluten expresso em *gluten secco.*
2.º «Nas analyses de féculas ou amidos considerar-se-ham só como fécula e amido as partes solubilisadas pelo ácido salicylico».

SECÇÃO IV

CHYMICA AGRÍCOLA

1.º Anályse das terras

1.º *Dosagem da cal e da magnésia nas cinzas dos vegetaes.*
Communicação do sr. Thézard.

2.º *Determinação analytica dos elementos do solo assimilaveis pelas plantas.*
Relator o sr. Garola.

3.º *Dosagem dos nitratos e nitritos nas terras.*
Communicação do sr. Cotrait.

* 4.º *Planta e installação de uma estação agronómica.*
Relator o sr. Saillard.
Neste relatório encontram-se indicações preciosas para a installação das estações agronómicas.

5.º *Dosagem da potassa nas terras e adubos.*
Communicação do sr. Cotrait.

*

6.º *Experiéncias sobre a assimilação da potassa no solo.*
Communicação do sr. Quantin.

2.º Valor e assimilação dos phosphates

* 1.º *Determinação da assimilação relativa dos phosphatos brutos.*

Interessante estudo do sr. *Grandeau,* cuja competéncia nestes assumptos é assaz conhecida.

2.º *Classificação dos phosphatos segundo a grossura.*
Relator o sr. Vivien.

O fim d'esta communicação era tornar comparavel os resultados das anályses de phosphatos nos diversos laboratórios.

* 3.º *Valor agrícolo do phosphato «retrogradado».*
Communicação do sr. Joffre.

Todos os agrónomos e chymicos conhecem a importáncia da questão supra.

3.º Anályse dos phosphatos e adubos

* 1.º *Dosagem, nos superphosphatos, do ácido phosphórico soluvel na agua e no citrato.*

Uma commissão fôra nomeada pelo Congresso de Bruxellas.

O relator foi o sr. Aschmann.

A discussão que se generalizou não chegou a conclusões positivas; comtudo ficou a opinião exarada no 1.º *voto* da Secção (vide mais abaixo).

* 2.º *Procurar o melhor processo de dosagem do phósphoro nas matérias orgánicas.*
Communicação do sr. Garola.

Depois de discutir esta communicação, a Secção adoptou a 2.ª proposição (vide mais abaixo).

3.º *Dosagem do ferro e da alumina nos adubos e phosphatos.*
Communicação do sr. Lasne.

4.º *Differenças entre os méthodos analyticos officiaes francêses e allemães, para os adubos.*
Communicação do sr. Syderski.

Esta communicação foi seguida da aprovação da 1.ª das propostas que seguem.

A Secção IV adoptou as seguintes propostas:

1.º «Os diversos méthodos analyticos officiaes, applicados á ánalyse dos adubos seram reünidos numa só publicação em lingua francêsa e em lingua allemã.

«O sr. Siderski fica encarregado desta publicação.

2.º «Dóra em diante, quando se tratar de dosear o ácido phosphórico numa matéria orgânica, a destrucção desta, se fará pelo méthodo de Kjeldahl, excluindo-se os méthodos por calcinação que dão lugar a perdas de phósphoro».

5.º *Repressão da fraude em assumpto de adubos.*
Communicação dos srs. Petermann, Garola e Vivier.

6.º *Insecticídios, composição, emprêgo, etc.*
Relator o sr. Dubaële.

* 7.º *Importáncia de um convénio internacional para estabelecer os méthodos analyticos dos productos agrícolas.*
Communicação do sr. Wiley.

8.º *Organização da fiscalização e projecto da legislação federal suissa, em assumptos de adubos.*
Communicação do sr. Chuard.

4.º Questões de cultura geral

* 1.º *Influéncia exercida pelo trabalho do sólo sobre as suas propriedades physicas e chymicas.*
Importante communicação do sábio chymico agrónomo o sr. P. P. Dehérain.

2.º *Aproveitamento dos terrenos florestaes.*
Communicação do sr. Thézard.

3.º *Papel desempenhado pela magnésia, enxofre, manganez, ferro, fluor e saes de sódio nos adubos.*
Communicação do sr. Garola.

4.º *Destrucção do sylpho da beterraba.*
Communicação do sr. Gaillot.

* 5.º *Unificação dos méthodos de anályses de plantas.*
Importante communicação do sr. *Joulie,* o chymico bem co nhecido em assumptos de anályses agrícolas.

6.º *Constituição mineral e organica da beterraba nos diversos periodos da sua vegetação; influencia da natureza do solo.*
Duas communicações: uma do sr. Maquenne (do Museum), outra do sr. Geschwind.

5.º Alimentação do gado

* 1.º *Anályse das forragens (feno e ferran) sob o ponto de vista do seu valor alimentício (substáncias azotadas, hydrocarbonadas, corpos gordos).*
Relatório muito completo do sr. *A. Charles Girard.*

2.º *Dosagem do amido nas forragens.*
Communicação do sr. Alquier.

3.º *Venda dos alimentos concentrados, segundo a anályse. Necessidade de uma legislação especial.*
Communicação dos srs. Grandeau, Garola e Vivier.

4.º *Composição mínima da polpa de beterraba.*
Communicação do sr. Sidersky.

5.º *Purificação das aguas destinadas ao consumo do gado.*
Communicação do sr. Maignan.

SECÇÃO V

ANÁLYSES DAS SUBSTÁNCIAS SUBMETTIDAS A IMPOSTOS OU DIREITOS. APPARELHOS DE PRECISÃO

1.º *Definição do kilogramma de latão.*
Communicação do sr. Delachanal.

2.º *Condições de graduação e de verificação dos apparelhos chymicos, taes como balões, galhetas, chupetas, densímetros, etc.*
Importante relatório do sr. *Dupont,* que se tem dedicado

ha muito a estes assumptos, de grande interesse para a exactidão das análises.

3.º *Sobre a fiscalização official dos instrumentos de polymetria na Allemanha, pela commissão dos pesos e medidas.*

Communicação do sr. Alfred Schmidt.

Depois de muita discussão sobre as duas precedentes communicações, o Congresso adoptou as seguintes propostas cuja importância não escapará a ninguem:

1.ª «Que cada governo estabelece uma collecção de *pesos-padrões* de platina, composta do kilogramma e dos seus submultiplos: 100 gr., 50 gr., 10,5, 2,1, e os submultiplos da gramma (a maior parte dos países só tem o *kilogramma-padrão*).

2.ª «Que seja creado em França e nos países onde não existir ainda uma repartição para verificação de pesos, densímetros, alcoómetros. A verificação chegando até $^1/_{10}$ de milligrammas é considerada como sufficiente. Na Allemanha a verificação de uma caixa de pesos custa 10 marks (3$000 réis).

3.ª «A Secção v, acceitando de novo as decisões do Congresso de Bruxellas, tomou como base da graduação de todos os instrumentos chymicos o *litro métrico* e as suas divisões decimaes; o litro métrico corresponde ao volume de 1 decímetro cúbico, isto é, o volume de 1000 grammas de agua distillada, pesada no vasío, á temperatura de 4°. Como consequencia adopta-se o seguinte:

a) «A unidade de volume é o litro metrico.

b) «O peso especifico dos líquidos será referido á temperatura de 4°; por isso o densimetro será graduado de tal modo que mergulhado na agua a + 4° chega até o traço 1000 ou 0.

c) «Táboas de concordáncia entre a densidade e os diversos graus areométricos e saccharimétricos (Baumé, Brix, Balling, Vivien, etc.), serão estabelecidas por uma commissão internacional, para as temperaturas de 4°, 15°, 20° e 28°.

d) «A temperatura será expressa em graus do thermómetro centígrado, adoptada já pela commissão internacional de pesos e medidas.

4.ª «Decide-se que a base da graduação dos saccharímetros será a lamina de Quartz de 1 millimetro de espessura a 7° (Joubert)» (1).

---

(1) Admittir-se-ha 21°,40 ou 21°,66 como poder rotatório da lamina de Quartz e 66,5 como poder rotatório específico do assúcar (a 20° c.)

* 4.º *Pesquiza dos óleos vegetaes nas gorduras animaes.*
Communicação do sr. F. Jean.
Communicação util para as anályses aduaneiras.

5.º *Dosagem do ácido acético nos acetatos e no ácido pyrolignoso.*
Communicação do sr. Scheurer-Kestner.

6.º *Méthodo de anályse dos alcooes «desnaturados» bastante rápida para facilitar as transacções commerciaes.*
Relator o sr. Guillier.

7.º *Discussão das escalas saccharimétricas.*
Relator o sr. Jobin.

8.º *Determinação do peso normal de assucar (para o saccharímetro).*
Relator o sr. Courtonne.

9.º *Unificação das escalas saccharimétricas.*
Relator o sr. Sydersky.

10.º *Dosagem da lactose e da saccharose no leite concentrado.*
Communicação do sr. Dupont.

11.º *Anályse da glucose commercial e dos productos de saccharificação pelos ácidos.*
Communicação do sr. Flourens.

12.º *Ensáio dos xaropes, doces, etc.*
Communicação do sr. Raszkowski.

13.º *Méthodo de anályses dos assucares.*
Communicação do sr. Beaudet.

14.º *Methodo de anályses dos melaços.*
Communicação do sr. Liesse.

Estas differentes communicações e relatórios sobre anályse dos productos saccharinos levaram a Secção a adoptar as seguintes conclusões:

«Anályse commercial dos assucares.
a) «A saccharose será doseada directamente pelo saccha-

rímetro, com uma dissolução do peso normal 16,19 grammas, defecada com sub-acetato de chumbo, em 100^{cc} métricos.

b) «A glucoso será avaliada pelo licor de Fehling no líquido defecado.

c) «Para dosagem das cinzas, dissolver 20 grammas de assucar bruto em 100^{cc} filtrar, tomar 20^{cc} do liquido, evaporar com o apparelho de Gumming ou semelhante, isto é, evaporar por reflexão do calor e não por aquecimento directo, para evitar as projecções; quando a substáncia tiver a apparencia de um xarope juntar-lhe 1^{cc} a 2^{cc} de ácido sulfúrico puro; evaporar até carbonização; aquecer na *mufla* e pesar».

(Continúa).

CHARLES LEPIERRE.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

CARMEN AMŒBEUM (1)

HORACE

Tant que je te plaisais, que nul autre que moi
D'un geste amoureux qui se penche
N'enveloppait ta nuque blanche,
J'ai vécu plus heureux qu'en Perse le grand Roi.

LYDIE

Tant que tu n'as brûlé pour d'autres, qu'en ton coeur
Chloé n'éclipsait pas Lydie,
Fière de ma gloire agrandie,
Je trouvais qu'Ilia n'avait pas tant d'honneur.

HORACE

Chloé, la jeune Thrace, est ma reine en ce jour,
Elle chante et sait la cithare:
J'affronterais la mort barbare
Si le Destin devait l'épargner à son tour.

LYDIE

Calaïs, Thurien, me consume aujourd'hui
Et son ardeur est mutuelle:
Je subirais la mort cruelle
Deux fois, si le Destin prenait pitié de lui.

---

(1) Ce poème alterné, fameux par la double traduction en vers qu'en a déjà donné Alfred de Musset et par le sujet de comédie qu'en a tiré Ponsard, ne figure pas dans le volume de *l'Ame antique* (Colin, éditeur, 5, rue de Mézières, Paris), cet ouvrage étant destiné, autant qu'au plaisir des humanistes, à l'éducation fleurie de la jeunesse.

HORACE

Quoi? Si l'ancien Amour revient et, désunis,
Sous le joug d'airain nous relie,
Si la blonde Chloé s'oublie,
Si j'ouvre a Lydia mon seuil, comme jadis?

LYDIE

Bien qu'il soit plus brillant qu'un astre et que tu sois
Plus léger que le liège instable
Et, plus que la mer, irritable,
Avec toi je veux vivre et mourir avec toi!

Traduit d'HORACE.

MARC LEGRAND.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do vol. XLIII, n.º 12, pag. 845)

IV

Plano do Collegio em ponto muito grande. — Seria o seu nome «Collegio Nacional».

A ideia colossal de um Collegio em ponto muito grande, ouvi-lh'a eu desenvolver por mais de uma vez aos seus amigos. Como em 1854 veiu a insistir n'ella, redigindo as bases do seu projectado edificio pedagogico, vou extractar esse plano de dentro das paginas do caloroso livro que se intitulou *Felicidade pela instrucção* (1).

Reconhecido que seriam indispensaveis grandes despezas para montar convenientemente um Collegio-modelo, queria Castilho, que o Governo emittisse officialmente acções para a fundação e manutenção do estabelecimento principal em Lisboa, devendo depois crear-se outro em cada capital de Districto; acções fraccionadas até quantia tão diminuta, que todas as bolsas lhes podessem chegar. D'este modo, todos podiam ali collocar capitaes, garantidos pelo Estado, e vencendo bom juro.

N'um arrabalde da Capital comprar-se-hia um bom terreno.

---

(1) Quem quizer estudar as expressões do proprio auctor, consulte a *Felicidade pela instrucção,* de pag. 50 em diante até ao fim da Carta X.

O plano do edificio seria obtido por meio de concurso entre architectos nacionaes e extrangeiros, elaboradas primeiro as condições sob as vistas do Governo, por uma commissão de especialistas em pedagogia, hygiene, architectura, etc.

Havia de haver n'este magnifico edificio do «Collegio Nacional» (assim denominado), aulas para as disciplinas professadas, um gymnasio com todos os apparelhos indispensaveis, uma escola de equitação, um theatro para representações dos alumnos nas linguas que andassem aprendendo, e para exercicios musicaes, um museu de historia natural, um horto botanico, um gabinete de physica, um laboratorio de chymica, officinas de mistéres manuaes (porque todo o homem deve possuir um officio, pelo menos), e, além de tudo isso, uma grande e formosa Capella, para versar os alumnos no culto externo do Catholicismo.

O plano do Collegio, isto é, a sua planta architectonica, poderia ser indefinidamente accrescentavel; quer dizer: a linha da frontaria prolongar-se-hia em dois angulos rectos para a parte posterior, formando duas alas, que teriam assim facilidade, com o andar do tempo, em ir-se augmentando, sendo o terreiro central ajardinado e arborisado.

O «*Collegio Nacional*» tomaria como orago o nome do Principe Real o senhor D. Pedro, mancebo que era então o alvo das esperanças de todos os pensadores.

Estatutos, regulamentos, horarios, seriam revistos e approvados pelo Governo, depois de conscienciosamente elaborados pelo Corpo cathedratico.

Queria Castilho, que todo o ensino se baseasse ali mais no entendimento do que na memoria, subordinando o espirito de todas as disciplinas ao mesmo intuito philosophico, ao mesmo plano, ao mesmo systema.

«Nada, com effeito, mais extravagante — diz elle — nem «mais prejudicial, do que (no estudo das linguas, por exemplo) «receber uma creança na escola de portuguez uma theoria «grammatical, outra na do latim, outra na do grego, outra na «do francez, outra na do inglez, outra na do allemão, e assim «por diante: atrocissimo absurdo, proveniente de que os «mestres e os compendios se não harmonisaram previamente «n'um só espirito, e cujo resultado não é para os discipulos «um prudente e saudavel ecclécticismo, mas sim um profundo «scepticismo na sciencia, um desprezo ainda mais profundo «dos homens seus oraculos, o resfriamento e a morte da vo-«cação estudiosa.»

Isto tudo, e muito mais, laborava na alma do pobre visio-

nario, a encher-lh'a de esperanças, e logo de desenganos tambem!

*

Elle proprio conta o caso n'uma carta de janeiro de 53 a Rodrigo da Fonseca Magalhães. Ahi diz o auctor:

«Quando em junho de 1850 eu regressei dos Açores á minha «Lisboa, trazia um projecto, que julgava (e que julgo ainda «hoje) momentosissimo. Para o propôr, e o fazer discutir «convenientemente, reuni em minha casa os Lentes da Escola «Polytechnica, Professores da Academia das Bellas-Artes, e «outros amigos illustrados e de bem. Recordei-lhes o pessimo «estado em que se achava a educação e instrucção collegial «n'esta grande cidade. Ponderámos todos as fataes conse- «quencias que d'ahi padeciam as familias, a Nação, e o futuro; «e a conveniencia que haveria em substituir a estes ensinos, «ou pessimos ou nullos, educações de luz, de consciencia, e «o mais cabalmente abonadas que ser podesse.

«Chegados assim ao meu proposito, lembrei-lhes que o «efficacissimo de todos os meios imaginaveis seria, indubita- «velmente, reunir por acções modicas um capital avultado; «comprar um terreno vasto, entre a Cidade e o campo, com «todos os requisitos de salubridade, de tranquillidade, e de «agrado; edificar n'elle uma casa de proposito para um Col- «legio populoso, e com proporções para ir successivamente «recrescendo; fundar ali todos os ensinos, de que depende o «aperfeiçoamento do corpo, o melhoramento do coração, a «illustração do espirito; attrahir para isso, com ordenados «largos, os melhores mestres nacionaes e extrangeiros; orga- «nisar, até ao possivel ponto, as disciplinas todas pelos me- «lhores methodos já inventados e provados, ou que se fossem «inventando e provando.

«Uma empreza d'este genero (dizia eu) não promette aos «accionistas um copioso dividendo? Quem o duvida? Logo «que os paes de familias, que dão seus filhos a educar fóra, «tiverem certeza da superioridade d'este seminario sobre todos «os collegios e escholas da Cidade, e virem que, pelos mesmos «preços, obteem em muito menos tempo muito mais fructo, «como hesitarão na preferencia um só momento?

. . . . . .

«A minha proposta teve n'aquelle congresso de amigos a

«sorte do Poeta na republica de Platão: coroaram-n-a de «flores, e despediram-n-a.

—«E' bella, é nobre, é exequivel por sua natureza (diziam «elles todos); mas depende dos capitaes; e os capitaes não «teem coração, não tem alma, não teem patriotismo; os ca- «pitaes não entendem senão a agiotagem; os capitaes não «soffrem a espera de dividendos; querem duplicar-se em vinte «e quatro horas, quadruplicar-se em duas horas, se possivel «fôr.

—«Mas os paes? mas as mães de familias (insistia eu)? «Mas a parte da burguesia que não ronda n'esse jogo de parar, «que tem arruinado, e está arruinando, Portugal? Mas os ope- «rarios? Mas a gente que tem filhos, e por isso coração? Não «tomarão as acções, se ellas forem divididas e subdivididas «até quantias tenuissimas?

«Os meus amigos entenderam que não, e apartaram-se, «deixando-me tanto mais desencantado, quanto era com elles «mesmos que eu contava para começo de realisação de tão «santa obra.»

V

Começam as relações de Castilho com D. Antonio da Costa.

Deixando por um momento os trabalhos, mais ou menos abortados, do poeta humanitario, entremos em casa d'elle, e vejâmos como desabrocharam as suas relações com um elevado engenho, que veiu a tornar-se, com o andar dos annos, um dos seus melhores amigos.

Certo dia, por Agosto d'este mesmo anno de 1850, é Castilho procurado, na sua casa do Collegio dos Nobres, por um mancebo de vinte e muito poucos annos. Como a porta do incansavel amigo dos estudiosos se via sempre aberta, é o mancebo logo introduzido á presença d'elle.

—V. Ex.ª não me conhece—(a Excellencia de cortesia começava por então a ser dada aos que não a tinham)—V. Ex.ª não me conhece; eu podia facilmente ter obtido uma recommendação, uma apresentação, de qualquer amigo commum; mas não quiz. Com uma pessoa do seu merecimento, caducam estas formulas banaes da sociedade. Eu venho procurar o homem de lettras, e o mestre; apresento-me a mim proprio, como homem de lettras, e como discipulo. De mais

a mais, V. Ex.ª conhece muito, da ilha de S. Miguel, um irmão meu. Eu chamo-me Dom Antonio da Costa.

Agradou immenso a Castilho esta apresentação original, esta filial confiança, com que o buscava aquelle moço, que era seu desconhecido, e todavia o não era. Abriu-lhe os braços; e d'esse dia em diante (tenho a maior pena de não saber a data certa) começou entre os dois a amisade reciproca e sincera, que ainda hoje, para aquem de um tumulo, se conserva (1).

D. Antonio da Costa, nome litterariamente desconhecido então, já apreciado porém na sociedade de Lisboa, era um moço extremamente sympathico, franzino, muito pallido, com uma innata meiguice de maneiras, e uma bella fronte, que promettia immenso. Se cumpriu, que o digam os *Tres mundos,* a *Historia do Marechal Saldanha,* a *Historia da Instrucção publica,* e tantos outros livros; e, mais do que elles, diga-o aquelle grande livro pratico, o seu livro dilecto, principiado por elle, e truncado pelos vandalos, chamado o *Ministerio de Instrucção publica* em 1870.

Em 1850 D. Antonio da Costa era apenas um rapaz cheio de desejo de conquistar nome. Fez-me impressão (lembro-me bem d'estas circumstancias; já tinha edade para isso) ver aquelle rapaz tão novo, de lucto ainda pelo recente fallecimento de sua Mãe, buscando a gloria pela gloria, e acolhendo-se, como outros muitos, á hospitaleira sombra de meu Pae. Aquelle rosto aquilino impunha-se; o seu acabado porte de homem do mundo casava-se com a maneira, por assim dizer intima, da sua expressão, e das suas respeitosas familiaridades.

N'aquelle perfil insinuante (annos depois é que o vim a notar) havia muito do perfil do Barão de Montesquieu. Existe uma bellissima gravura, desenho de Drouet, em certa edição rica das obras do philosopho francez. Muita vez tenho considerado, que, se lhe poserem em vez da cabelleira cabello comprido, lhe tirarem alguns annos, e lhe accrescentarem um bigodinho, apparecerá, em vez de Montesquieu, o não menos philosopho e pensador D. Antonio da Costa.

Para Castilho, que teve sempre como verdadeira alegria o saudar as glorias nascentes, foi este estudioso mancebo mil vezes bemvindo. Interrogou-o sobre os seus estudos, a maneira como lh'os tinham dirigido, as suas aspirações, as suas esperanças, os seus projectos de carreira, os seus escriptos, porque

---

(1) São hoje dois os tumulos. D. Antonio da Costa falleceu a 24 de Janeiro de 1892.

—dizia elle—um moço da sua applicação já necessariamente ha de ter escripto alguma coisa.

Confessou-lhe o neophyto que sim, e não pouco. Logo Castilho aprasou o serão para a leitura.

Foi então, e em muitos serões seguidos, que o juvenil auctor leu ao mestre a sua *Historia da pena de morte,* obra juridica e historica, o seu drama *Moliere,* e os seus outros dramas. Foi então que este notavel engenho começou a entender e apreciar quanta fecundação intellectual, quanto calor de esperança, ressumbram das palavras affectuosas de um mestre.

Já se não podiam largar; não se largaram mais em toda a vida. Um era um filho, o outro era um pae. Achava-se cimentada uma amisade verdadeira.

VI

Reforma orthographica intentada por Antonio Feliciano de Castilho mas de balde.—Duas palavras sobre orthographia portugueza.—Proposta do poeta para se levar a effeito a construcção de um cemiterio de honra para benemeritos.

Possuo documentos, que me vão encaminhando na estrada que o perseverante Castilho, tacteando no escuro, só e desajudado, foi seguindo....

Em 16 de Agosto de 1850 dirigiu aos Ministros, que eram, desde 18 de Junho de 1849, o Conde de Thomar, o Conde do Tojal, o Visconde de Castellões, Antonio José de Avila, Adriano Mauricio Guilherme Ferreri, e Felix Pereira de Magalhães, uma circular ácerca de assumpto que (segundo mostrei) o desvelava desde annos: a reforma da orthographia portugueza. Queria que o Governo, compenetrado da utilidade pratica da regularisação da orthographia nacional, mandasse adoptar em todas as repartições do Estado a orthographia que elle Castilho, e um nucleo de litteratos seus amigos, se propunham fixar n'um Diccionario que iam redigir com esse intuito. Repetição da tentativa de 1842.

Pobre poeta! tudo ali era vago: a lista dos taes litteratos amigos, e as bases da doutrina que iam codificar! e apesar d'isso, atrevia-se a poderosa imaginação de Castilho a devanear tudo como já feito, e a pedir ao Governo que mandasse adoptar a graphia que o synedrio decidisse!!

Que lhe querem? ao começar qualquer coisa, já de antemão a suppunha concluida; o seu feitio era aquelle: antes do elephante morto, ou sequer avistado, já elle chamava o Chinez, que havia de rendilhar maravilhas nos dentes do bicho! Sempre assim foi. Mas pergunto: não serão assim todos os poetas? e não teremos muito d'isso nós outros os peninsulares?

O engraçado é que dois dos membros do Gabinete, o Presidente Conde de Thomar, e o Conselheiro Felix Pereira, responderam acceitando o alvitre; tal era a influencia litteraria do nome do proponente! O Conde de Thomar, com a sua tendencia tão praticamente auctoritaria (uma das suas mais altas e uteis qualidades), dizia isto, além de outras coisas, em carta datada das Caldas da Rainha a 19:

..... «O alvitre..... excitou, como V. S.ª bem presumiu, «a minha sympathia, e por consequencia o desejo de prestar-«lhe toda a minha coadjuvação. Com esta póde V. S.ª contar, «e os seus amigos, contar muito decididamente. Estou bem «convencido de que esta empreza ha de corresponder per-«feitamente ao seu fim, e que por esse motivo o Governo «ha de ter muita satisfação em mandar adoptar e seguir em «todas as repartições publicas a nova orthographia.»

Felix Pereira em 24 do mesmo agosto respondia isto:

..... «Aprecio em muito. .... etc. Este trabalho, feito por «pessoas tão eminentemente litteratas, como V. S.ª, não póde «deixar de ser recebido com geral satisfação e enthusiasmo, «porque a necessidade d'elle é geralmente sentida. Pela minha «parte, devo certificar a V. S.ª que como particular lhe darei «todo o apoio e auxilio que couber nas minhas faculdades; «como membro do Governo do Estado, estou convencido de «que nenhum Governo deixará de adoptar e fazer adoptar «um systema orthographico, que, feito por pessoas compe-«tentes, satisfaça ás necessidades publicas.»

Se os outros membros do Governo responderam, não sei; é provavel, mas não acho no meu cartorio senão esses dois documentos.

*

Em 1850 as ideias de Castilho não eram n'este ponto as mesmas que tinham sido em 1842, quando trabalhou com a Commissão por elle creada na Imprensa Nacional, segundo no outro volume contei. Em 1842 Castilho falava em *uso,*

analogia, e etymologia; em 1850, fecundado o seu espirito com o Methodo de leitura experimentado em S. Miguel, já Castilho, levado da evolução que se dá nos espiritos analyticos e sinceros, propunha, queria, e defendia, uma graphia sonica, ou muito proxima da sonica.

Tel-a-hia adoptado, como se vê tencionava, o illustre Ministro do Reino, quando definitivamente a conhecesse? Para arrostar com preconceitos, e vencel-os com o seu pulso de ferro, era o Conde de Thomar; mas não creio todavia que a sua indole ordeira e conservadora (no bom sentido) achasse util a subversão dos principios auctoritarios e tradicionaes na orthographia. Isto, já se vê, é apenas uma supposição, não baseada em facto algum.

E' que o decretar uma orthographia mais ou menos sonica é uma revolução *patuleia;* e o Ministerio, avêsso a patuleias politicos, havia de ser pouco protector de patuleias orthographicos.

Discordando de Castilho, como eu me permittia discordar, em alguns d'estes assumptos, discutia com o erudito mestre, e submettia-lhe as minhas duvidas, duvidas de espirito acanhado; mas elle tinha sempre meio de rebater os meus taes quaes argumentos.

Não morro de amores pelo que em geral se chama *progresso rapido,* e desejo e quero a tradição, como base e garantia. Desadoro com uma reforma que vem arrancar á orthographia os seus morgados e as suas arvores de geração, e deixa o vocabulo desapegado de seus maiores, nú, pobre, succincto, reduzido ao esqueleto, que apenas o sustem, e á pelle, que o veste mal.

De um nobre, que vai entroncar-se no latim e no grego, faz a reforma um plebeu, que na sua penuria parece tiritar de frio. O *y* é para elle um brasão de armas; o *k* é-lhe uma capa ou um manto de arminhos; umas consoantes dobradas revelam possessões senhoris no Lacio; e um *ph* vale por uma commenda ou um fôro grande. Com esses seus atavios de legitima aristocracia glossologica, a palavra nobilita-se, nobilita-se o periodo, nobilita-se o estylo, e chega a nobilitar-se o pensamento de um auctor.

—Até certo ponto—(ponderava pouco mais ou menos o meu illustre adversario)—póde defender-se como um bonito paradoxo essa doutrina; mas, admittindo a utilidade da conservação dos pergaminhos philologicos, onde está o limite? como ha de escrever-se uma palavra, se ella tem de trazer em si mesma provas authenticas da sua genealogia? Ou se

lhe hão de pedir sómente as principaes d'essas provas, ou se lhe hão de exigir, como no tribunal do Santo Officio, todas as *provanças*. E onde nos levava isso? Cada palavra havia de parecer uma arvore de costados; tornava-se illegivel; e a orthographia seria então só por si uma sciencia difficillima.

—Sim—volvia eu—a orthographia era por assim dizer uma synthese litteraria.

—Portanto,—respondia elle—tornava-se uma especie de privilegio aristocratico, e o escrever ficava inaccessivel ao geral do povo. Ora o escrever deve ser a democratisação do saber, a vulgarisação do pensamento, pelos meios mais singelos, mais faceis, mais comprehensiveis. O escrever não é já o templo de Isis, onde o mysterio envolvia o saber; esse tempo já lá vai. O escrever é para todos, é popular, é democratico, é essencialmente plebeu. Em presença pois d'essa democratisação abençoada e sublime, que vantagem ha em conservar á palavra os seus pergaminhos inuteis?

—A vantagem—objectava eu—é reagir contra o esquecimento. D'essa nobilitação do vocabulo communica-se nobreza á lingua; a nobreza de um idioma reflecte-se na nação; e essa nobreza não significa orgulho, significa dignidade, e (o que é mais importante) significa independencia. A nação que abdicar a sua autonomia linguistica cedo ou tarde tem de perder o seu logar.

—A confusão—retorquia o eloquente mestre—está ahi entre orthographia e lingua. Uma coisa é a lingua nacional, barreira possantissima, outra é a graphia d'essa lingua. Perder a lingua é perder a nacionalidade; trocar a orthographia não altera a lingua.

—Mas—dizia eu—o alterar a orthographia no sentido antitradicional é trazer ao idioma o esquecimento das suas tradições, e isso é perigosissimo.

—Perigosissimo!—exclamava elle—Em quê? Onde ha nações na Europa mais cheias de tradições antigas, nobilissimas, do que a nossa visinha, a cavalleirosa Hespanha, ou a Italia, a patria dos heroes? Pois bem: e onde ha orthographia mais singela do que a italiana, e do que a hespanhola? Em que alterou isso o caracter nacional? como influiu essa singeleza graphica na independencia d'esses povos? Para saber d'onde vem uma palavra, lá estão as Academias, lá estão os sabios, lá estão os professores de humanidades. O povo, o publico em geral, não sabe d'isso, nem tem que saber. Comtanto que elle escreva o vocabulo como o lê e o pronuncia, está preenchido o fim; comtanto que o vocabulo escripto e o

vocabulo fallado sirvam os usos da civilisação geral, que importa quem foram em tempo d'el-Rei Turno os seus avoengos? Comtanto que uma ferramenta sirva bem e prompta entre as mãos de um operario, que importa saber se ella proveio da Allemanha, dos Estados-Unidos, ou da Inglaterra, se o fabricante era alto ou baixo, gordo ou magro? Présas os teus amigos pela sua valia moral, mas não perguntas pela sua procedencia genealogica. A palavra é um amigo; e antes de mais nada é uma ferramenta. Veste as nossas ideias, a nossa vontade, os nossos sentimentos; acompanha-nos; é o nosso melhor apanagio; transforma as ideias em civilisação; irmana todos os homens. Por que havemos de forcejar tornal-a difficil de manejar? privilegio de poucos? monopolio em vez de propriedade banal?

—Seja assim—volvia eu;—mas ha um argumento que me parece irrespondivel.

—Vamos a elle.

—E' este: todos sabemos que a pronuncia popular differe de provincia para provincia; que o algarvio dá a certas vogaes e a certas consoantes valor diverso do que lhes dá o beirão ou o minhoto. Como hão de essas pronuncias differentes adaptar-se com facilidade a uma graphia sonica extréme e unica?

—O argumento cahe—tornava o mestre—na presença de um facto irrecusavel: pois não vemos a diversidade de pronunciação entre andaluzes, castelhanos, vasconços, asturianos? entre napolitanos, romanos, piemontezes? e no emtanto a graphia da Hespanha e a da Italia, com serem muito singelas (ou por isso mesmo que o são) adaptam-se a tantas diversidades de pronuncia. Ora em Portugal, terra mais resumida, havia de succeder uma coisa, me parece: a pouco e pouco, as variadas feições da pronuncia popular haviam de ir tentando fundir-se umas nas outras, em busca de um typo unico; esse typo havia de ser a pronuncia culta da Côrte, ou da Capital; e dentro n'alguns seculos todos haviam de pronunciar com a possivel uniformidade.

*

E assim discutiamos ás vezes muito tempo, e elle levava-me de vencida, e cada argumento seu era uma catapulta contra o meu castello.

*

Quantos espiritos teem, desde que o mundo escreve, lidado n'esta resvaladia materia orthographica! Mas, pergunto, quando se decidirá ella? quantos seculos hão de passar ainda antes d'isso?

Depois, quem ha de, no nosso tempo frivolo, e em que todos se reputam eguaes, fixar a maneira de escrever? O meu visinho da direita? mas os meus visinhos da esquerda, e eu, insurgimo-nos logo contra esse predominio. O meu visinho da esquerda? mas os da direita, e eu, bradamos contra tamanha tirannia. Seguiremos a sonica? Oh! mas a tradição?! Seguiremos a etymologia? e o derramamento da instrucção primaria popularissima não vem a padecer com esse empacho?

Ha dois campos combatentes: os sonicos extremes, e os etymologistas absolutos; entre os dois ha os da opinião média. Creio que, a final de contas, n'esses é que reside a força da razão. Esse campo conciliador ha de ir sendo a pouco e pouco influenciado pelos seus limitrophes, ha de ir fundindo as opiniões extremas, e (visto que tudo na natureza procede por transições imperceptiveis) ha de ir alterando sem o suspeitar a orthographia geral.

Havia outros (creio que já acabaram), que seguiam uma coisa a que chamavam *a orthographia dos nossos classicos*. Santo Deus! e o que era a orthographia dos nossos classicos?!... A' pergunta responde o celebre diccionarista Boiste dizendo:

«Tudo que provem de homens celebres afigura-se-nos sa-«grado; por isso respeitâmos a orthographia de Montaigne, o «qual não respeitava a orthographia.»

—Escrevo de tal ou tal feitio, porque assim escrevia Frei Luiz de Sousa—dizia um.

—Quero-me com a orthographia de Camões—dizia outro.

—Sigo João de Barros—tornava ainda outro.

Pois, meus senhores, responderia o bom senso, correis atraz de chimeras. Nenhum d'esses homens pensou em questões orthographicas; as proprias irregularidades das suas pennas o comprovam de sobejo. Seguís, quando muito, o escrever de algum amanuense antigo, ou de algum obscuro compositor ou revisor de imprensa, que tambem não seguia normas fixas.

Normas fixas não as ha em portuguez, e menos ainda as houve na era de quinhentos.

Uma especie de parenthesis: Quando, na minha mocidade, eu era amanuense do Ministerio do Reino (e não foi ha mil annos, como diria D. Francisco Manuel de Mello) tive muita vez de copiar Consultas dos illustres Vogaes do Conselho Geral de Instrucção publica. De dois d'esses Vogaes me lembro, e

posso affirmar, que pareciam não suspeitar sequer o que fosse orthographia: usavam uma mixtella sem logica, sem côr antiga, sem côr moderna, e (ainda mais) escreviam, no alto da pagina, de um modo, e no fim já de outro! Pois eram dois Academicos, dois romancistas imaginosos, dois parlamentares, dois historiadores conspicuos, dois luminares indiscutiveis. Esta ignorancia de dois mestres d'aquelle vulto só prova, que se póde ser muito notavel escriptor, e muito alto pensador, e ignorar as regras usuaes (convencionalissimas) da chamada orthographia geral.

*

Muito e muitissimo havia que dizer no assumpto, se um homem como eu, que se confessa inhabil em orthographia, podesse boquejar em tal. João Franco Barreto, o bom Jesuita Bento Pereira, Luiz Antonio Verney, Rodrigo Ferreira da Costa, João Baptista da Silva Lopes, João da Cunha Neves e Carvalho, Madureira, Bluteau, Moraes e Silva, e outros, falariam por si, e aqueceriam n'este ponto a discussão. Creio porém não vale a pena. O que me compete n'este logar é assentar que, depois do Methodo da Leitura repentina, as opiniões de Castilho se inclinaram todas para o campo dos sonicos. Elle via na orthographia pura uma ferrovia para o ensino do ler; e ensinar a ler ao povo era o seu sonho de utopista.

Assim pois, em mil passos das suas obras advogou essa causa, que lhe parecia boa, e que dimanava logicamente dos seus principios de iniciador.

Logo em setembro de 1851, publicava no jornal *A Semana* um artigo intitulado: *A quem póde. Memorial sobre a orthographia portugueza* (1). A 2.ª edição do Methodo advogou praticamente a sua theoria (o que fez com que muita gente suppozesse que o ensino da Leitura repentina dependia de uma certa e determinada orthographia especial, quando é certo que esse Methodo ensina a ler com qualquer systema orthographico). No periodico *Revista da Instrucção publica para Portugal e Brazil* ha outro bellissimo artigo de Castilho no sentido *liberal* da orthographia (2). N'uma nota ao drama

(1) Vol. II, pag. 343.
(2) N.º 2, pag. 21.

Camões tornam a ser expendidas com fogo e convicção as ideias no sentido reformador (1). E emfim, na Dedicatoria da collecção de versos *O Outono* volta Castilho a verberar «as «crueis semrazões das alcunhadas orthographias sabias, irre- «conciliaveis inimigas da instrucção popular» (2).

*

Concluirei este capitulo mencionando outro desejo entranhado do poeta: a creação de um Campo elysio nacional, ou cemiterio de honra, para homens benemeritos da Patria. Com esse fito se dirigiu este incorrigivel sonhador do bem publico á Vereação de Lisboa, em 26 de agosto de 1850, propondo que o cemiterio se fizesse, e fosse inaugurado com Luiz de Camões e Filinto Elysio.

N'essa mesma occasião tornava a insistir n'outra ideia já advogada por elle: que o Municipio mandasse assignalar os logares consagrados pela presença dos nossos grandes homens, perpetuasse os nomes d'elles dando-os a certas ruas e praças, e collocando-lhes os bustos nos passeios publicos da Capital.

Ignoro a resposta que se désse ao proponente. Resposta ou não resposta, isso pouco influia. Elle lá ia, sempre semeando!...

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

---

(1) *Camões*, 2.ª ed., t. II.
(2) Pag. XX.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

Se o descobrimento da India foi um sonho febril, que nunca se converteu em realidade na mente de D. João 2.º, a conquista e a posse do Oriente foi a preoccupação constante, o pezadelo para assim dizer, dos reis que lhe succederam e que tiveram a felicidade de ver convertida em fructo aquella flor de ambiciosa ou de *boa esperança*.

D. Manuel, apesar de estonteado por tão inesperadas e successivas venturas, não se deixou dominar completamente pelas tentações orientaes, e como se aspirasse ao dominio do universo, proseguiu na conquista do imperio marroquino, organisando expedições poderosas como aquella de que deu o commando ao duque de Bragança e cujo remate glorioso foi a tomada d'Azamor.

D. João 3.º seguiu uma politica inteiramente opposta, preferindo a colonisação e dominio das novas regiões ao senhorio das praças d'Africa, algumas das quaes abandonou, embora depois, perante o Papa, quasi que tivesse de penitenciar-se do seu procedimento. A vertigem do Oriente desequilibrara o cerebro de alguns conselheiros. A lenda do Preste João continuava a illusionar os espiritos. D. Martinho de Portugal, nosso embaixador em Roma, dirigindo-se a D. João 3.º excita-lhe a phantasia com miragens que fazem lembrar as do quinto imperio do padre Antonio Vieira. Referindo-se á projectada liga da christandade contra o turco, o nosso embaixador diz que o monarcha portuguez cumprirá religiosamente o seu dever combatendo-o na India. Declarada a guerra, o Egypto, a Suria e a Arabia, todos estes paizes cahiriam em nosso poder quasi naturalmente, sem custas de processo. O Egypto, apertado o turco na Europa, ficaria ermo e abandonado, e, com a ajuda e dinheiro do Preste João, tudo se conseguiria. Que arrojo e que confiança! (1)

Como este plano contrasta com o procedimento actual da Italia, que em vez de procurar a amizade e o auxilio da Absinia, tenta a sua desastrosa conquista!

---

(1) *Corpo Diplomatico*, tom. 3.º, pag. 243.

D. João 2.º na prosecução do seu pensamento, procurava por todos os meios saber o modo como chegaria á India mais facilmente e por isso, não contente com a circumnavegação da Africa, mandava emissarios por terra a tomar informações. Entre elles destacam-se Affonso de Paiva e Pero da Covilhã, cujos itinerarios nos descreve resumidamente Fernão Lopes de Castanheda logo no começo da sua *Historia da India*. O facto inverso dá-se annos depois, durante o seculo XVI e ainda nos seculos XVII e XVIII. Como a viagem por mar era longa e incerta, sujeita ás mais variadas contingencias, eram frequentes os mensageiros que vinham da India por terra a Portugal dar novas e recados dos governadores, informando verbalmente da situação da nossa conquista, relatando as victorias que tinhamos alcançado, indicando os perigos a que ficavamos expostos. O que mais nos sobresaltava era a nova de que alguma armada de rumes estava prestes a desembocar do estreito e a fazer-se de véla para o oceano indico.

A nossa politica ultramarina era a do completo exclusivismo: tinhamos ciume de tudo e de todos; julgavamo-nos na posse absoluta do oceano, como se as quilhas das nossas naos soubessem unicamente o segredo dos seus caminhos, como se os mercadores da Rua Nova fossem os unicos competentes para o trafico das especiarias. Fôra a mão do Papa que traçara no globo a linha divisoria das nossas conquistas, e sacrilego seria quem ousasse, sem nossa licença, ultrapassal-a. Tinhamos o direito da prioridade e a sancção da egreja. Em todas as côrtes os nossos embaixadores haviam o encargo de vigiar por tudo o que dissesse respeito á navegação, prevenindo immediatamente o governo de qualquer empreza que se destinasse ás nossas conquistas. Era sobretudo a embaixada de Roma a quem mais especialmente competia esta incumbencia, o que não admira, sendo n'aquella epocha a côrte pontificia o fóco mais importante da politica internacional. Como nas nossas emprezas maritimas imperava o caracter religioso, era necessario informar constantemente o Papa do resultado dos nossos descobrimentos, que tudo redundava em augmento da christandade. Era em nome d'este principio que nós adquiriamos uma grande auctoridade moral perante as nações da Europa, e conciliavamos o favor da Curia em todas as pretenções, sendo innumeras aquellas que dependiam da sua omnipotencia. Outras circumstancias concorriam para tornar Roma um centro poderosissimo de informações, sobretudo no tocante a questões do Oriente. A Italia, por meio de Veneza, conservava as mais estreitas relações com o imperio

turco, como quem havia sido o principal intermediario do commercio das especiarias antes da viagem de Vasco da Gama. Na correspondendia diplomatica de Roma vemos frequentes allusões ao assumpto, mas é sobretudo nas cartas de Lourenço Pires de Tavora que mais se ameudam as referencias. Diversas são as fontes de informação de que elle se utilisa; umas constantes, outras adventicias. Entre as primeiras devemos mencionar o nosso consul em Veneza e os nossos agentes no Cairo e em Alepo. Lourenço Pires de Tavora era homem que se importava muito com as cousas da India, tanto no que dizia respeito á parte politica como no que dizia respeito á parte economica. E fallava com desassombro e expunha sem rodeios a sua opinião. D'uma vez, discursando sobre os apercebimentos do turco e da maneira de os contraminar, terminava dizendo: «O embaixador de Roma tem muita comunicação com os trabalhos e victorias da India e por essa razão se me pode perdoar a ousadia desta lembrança.» (1) D'outra vez, tractando-se do negocio da especiaria, emitte assim com toda a franqueza o seu parecer: «tendo nesta fallado no estado da India não será fora de proposito lembrar a Vossa Alteza que acabando-se agora o contrato da especiaria como tenho entendido se devião espermentar e seguir por alguns annos o parecer e desejos de todos os vassallos de Vossa Alteza em abrir a venda da pimenta a todos os que a quizerem hir buscar a essa cidade: os proveitos disso são mui claros e praticados e por isso os não aponto, o conselho he dos mesmos mercadores que desejão não se effectue, porque não se póde encobrir o bem que disso resultaria e ninguem ao prezente espera outra determinação, mas se por nossos peccados se acharem causas e necessidades para isto não poder ser e se ouver de fazer contrato de novo, o que Deus não mande, Vossa Alteza ouça os estrangeiros que nisso podem entender, queira competidores e consideradas as utilidades de todas as partes escolha o que lhe melhor estiver, porque além de estar certo desta maneira aver de crecer nos preços e melhorar de condições, teria Vossa Alteza o dinheiro dos outros reynos no contrato e o dos seus nas necessidades com menos cambios. Nesta materia ha muito que dizer, inda que ja por vezes seja praticada e nunqua aprovada; Deus sabe as causas; os successos e damnosa speriencia devem ser agora os principaes votos

(1) *Corpo Diplomatico,* tom. IX, pag. 73.

do conselho.» (1) Sobremodo notavel é todavia a maneira como elle expõe os inconvenientes, que necessariamente haviam de derivar por se introduzir a Inquisição na India. Escreve elle a el-rei em 30 de novembro de 1560: «Por hũa carta que Isac Becudo escreveo a Thomas de Cornoça se entende ter Vossa Alteza mandado o sancto officio da inquisição a India e ser inquisidor moor Dom Gonçalo; receo que seja causa esta boa obra de se seguirem algũas dannosas ao serviço de nosso Senhor e ao de Vossa Alteza se se executar com o fervor que Dom Gonçalo com seu verdadeiro e boom zello da religião usara, e que nasça disso virensse a Baçora e ao Cairo muitas pessoas praticas nessas partes e com avisos e advertimentos ajudem muito aos imigos na fazenda e na guerra, bem creo não lhes faltarão boons salvos condutos e promessas para se virem. Não dão todas as terras toda semente; não tem a da India callidade para dar o fruito que se espera assi spiritual como temporal com tanto rigor estão ambas estas cousas em termos para se dever levar este juguo por aguora com suavidade e benignidade. Tudo Vossa Alteza deve ter bem considerado e eu não sou de culpar se em seu serviço disser sempre meu parecer com o zello e respeito que devo ter como christão e vassallo.» (2)

Eram então agentes de Portugal: em Venesa, Tomas de Cornoça; no Cairo, Matias Becudo, e em Alepo Isac Becudo, talvez seu irmão. Do primeiro mostra-se o embaixador muito satisfeito e el-rei da mesma sorte, tendo-lhe augmentado em mais 40 cruzados o seu ordenado. A este proposito escreve Lourenço Pires de Tavora:

«A merce que Vossa Alteza faz a Thomas de Cornoça de quarenta cruzados mais em cada hum anno, emquanto for seu serviço, alem dos sessenta que tem de ordenado, foi inda para mim muito maior que para elle e não a estimo em menos que como cousa em que me fosse muitto pois a esse modo estimo o serviço de Vossa Alteza e porque o que o ditto Thomas de Cornoça faz he muito continuo e muitas vezes de muita importancia, he rezão ser remunerado de Vossa Alteza e tem muita obrigação os seus ministros o procurar a satisfação aos serviços de que elles são testemunha. O ditto Thomas de Cornoça não estaa ao prezente em Veneza, por ser hido a banda de Frioli, mas espero cada dia por elle e

---

(1) *Corpo Diplomatico,* tom. 8.º, pag. 352.
(2) *Corpo Diplomatico,* tom. 9.º, pag. 112.

por essa rezão não tem inda a nova deste seu contentamento nem eu muitas que me ninguem pode dar senão elle.» (1)

Tomas Cornoça servia tambem a Filipe I de Hespanha, do qual recebia salario em dobro d'aquelle que lhe dava o nosso rei. Pormenorisa esta circumstancia uma carta do comendador mór D. Affonso, de 30 de janeiro de 1559. N'ella se queixa o nosso embaixador do governo portuguez não satisfazer os ordenados de que, havia annos, estava em divida a Cornoça. (2)

Emquanto aos Becudos ou Bicudos são frequentes as referencias que se encontram na correspondencia dos nossos embaixadores de Roma. É muito curiosa n'este ponto a carta de 21 de julho de 1559, em que se trata da vinda a Venesa de Isac Becudo, o qual trazia informações do lecenceado Silva ácerca da India. Ahi se refere tambem a um Matheo, xiota, isto é de Chios, e a outros individuos, cujos nomes não declara, e que se offereciam a levar cartas á India por terra e trazer avisos d'ella.

Isac Becudo parecia não ser tão serviçal nem de tanta confiança como Matias. Eis o que a respeito de um e outro escreve Lourenço Pires de Tavora:

«De Isac Becudo, que havia de residir em Alepo, ha muitos dias não tenho carta algũa: pareceme que leva o caminho do licenciado Sylva no vagar dos avisos, e que desta maneira he de pouco effeito o ordenado que se lhe da que sera pequeno, e se não der outra melhor satisfação de sy que até aqui, poderseha contentar com o que lhe ja he pago.

«De Mathias Bicudo se pode fazer muita conta pella experiencia e confiança que de sy ja tem mostrado e se o Gonçalo de Araujo sae como imagino poderá Vossa Alteza estar seguro de ter os melhores menistros pera o que se pertende do Cairo que se possão dezejar dandolhesse a ordem que seja necessaria he a mais importante parte deste negocio será aver de ser o correspondente João de Lomelino em Mecina com elle tenho asentado, e como (*sic*) a resposta de Vossa Alteza ao titollo de consul o confirmarey antes que daqui parta ficara Vossa Alteza ganhando hum muito util servidor pera muitos generos de negocios e de importancia.» (3)

---

(1) *Corpo Diplomatico,* tom. 9.º, pag. 72; carta de 13 de outubro de 1560.

(2) Idem, idem, tom. 8.º, pag. 98.

(3) *Corpo Diplomatico,* tom. VIII, pag. 171 e segg.

A respeito dos Bicudos temos ainda mais a seguinte informação:

«Item. Reside no Cayro hum Mathias Bicudo Furtado portugues, o qual ate qui avisou com certeza e a bons tempos das cousas de Suez e da India, nom pode tanto dissimular o que fazia que nom fosse tomado por sospeito de spia, e mettido em prisão, na qual foi condenado á morte, e depois perdoado por favor damigos, pagando duzentos e cincoenta ducados, os quais lhe mandei dar por sair da obrigação en que estava, por via de Joam de Lomellino; e agora lhe screvo que se pelo inconveniente passado e sospeita que delle podem ter entender nom pode bem servir no que lhe tenho ordenado se venha a estas partes, responderá elle e conforme ao que se atrever se fiquaar proseguiraa o enbaxador en o entreter com despesa conforme a como servir e ao que eu ate gora costumei, como dirá o secretario Antonio Pinto. A este Bicudo e a Antonio Pinto que foi com os escravos e ora está ali tenho comettido que sendo elle Bicudo pella rezão acima ditta impossebelitado pera servir busquem ali pessoa de confiança que o possa fazer e creio a acharam. Continuarão os enbaxadores en screver a hun Isac Dondon que ali estaa e a hun Joam de Giorge Raguseo, com os quais eu tive correspondentia e os achei fieis.

«Item. En Aleppo reside tambem hum Isac Becudo judeu, o qual veo no anno de M. D. Lix. a Veneza por mandado do licenciado Silva e por parecer sufficiente e se offerecer a muito lhe asentei por comisão delrrey nosso senhor cem escudos cadanno, enquanto servir bem em mandar os avisos que occorrerem, pagueilhe quasi dous annos, depois nem o fez tam bem como prometteo, posto que se escusa com hũa viagem que fez ao Cairo pera este efecto de avisar. Falarei en Venesa com Thomás de Cornoça e do que nos parecer que cumpre avisará Thomás de Cornoça, e se poderá seguir aquella ordem.» (1)

Pela intimidade que tinham com os povos do Oriente, pelas suas relações mercantis e politicas, pelo determinismo geographico, não é para extranhar que grande numero de italianos tomassem parte nas emprezas maritimas dos portuguezes e que se offerecessem de intermediario, de mensajeiros, nas relações terrestres entre a India e Portugal. Alguns d'elles chegaram a ser alguma cousa mais que simples recoveiros;

---

(1) *Corpo Diplomatico,* tom. IX, pag. 489.

exercendo até missões diplomaticas de certa importancia, como foi por exemplo um misser Catanho, de quem Gaspar Correia falla por varias vezes nas suas *Lendas,* dizendo por ultimo que elle se promptificara a ir tractar de pazes com o Turco a Constantinopla, mas que no regresso da sua missão se reconheceu que era espia e traidor, sendo por este motivo preso. Estes ultimos pormenores conta-os Gaspar Correia baseado em informações que chegaram á India em 1548. Diz elle que Catanho era veneseano, mas Francisco de Andrade, na Chronica de D. João 3.º diz que elle era genovez e que se chamava Duarte Catanho, o que está de accordo com os documentos officiaes. N'uma carta de 13 de março de 1540 dirigida a D. Pedro Mascarenhas, participa-lhe D. João 3.º que enviara um Duarte Catanho, *genoes,* a fazer algumas cousas de seu serviço com recommendação que o resultado d'essas negociações o transmittisse com nome supposto ao dicto embaixador para que este depois as communicasse a el-rei. Não declara a missão, nem o local onde ella se realisaria, mas é de crer que fosse o negocio do Turco (1).

Em carta de Fernão Coutinho que parece dirigida ao conde de Vimioso e datada de Venesa a 27 de julho de 1542 ha no periodo final uma allusão importante a Duarte Catanho, e que nos pinta a feição pouco decoroza do seu caracter intrigante e interesseiro. Diz assim aquelle periodo:

«Sabe-se cá que Duarte Catanho partio de Xio em duas fustas de Barba Roxa pera Argel com avisos seus, de que o embaxador do emperador está descontente e deve ter avisado o emperador. Digo isto a V. S. porque nom venha alghum mal a esse homem, já que anda em serviço del Rei.» (2)

Não eram só os italianos, mas ainda outros extrangeiros que se empregavam n'este aventuroso officio de transmissores de despachos e de noticias. Persianos e armenios apparecem tambem desempenhando o seu papel n'esta missão. Os judeus, pelo seu espirito ganancioso, pelo seu caracter cosmopolita, são todavia dos que figuram mais frequentemente. É curioso como sendo elles expulsos de Portugal, continuassem ainda prestando serviços ao paiz que tanto os perseguia. A inquisição, implantando-se nas colonias, veio, porém, apagar esse resto de tolerancia, não lhes deixando guarida em parte alguma.

---

(1) *Corpo Diplomatico,* tom. IV, pag. 299.
(2) *Corpo Diplomatico,* tom. IV, pag. 101.

Diversos eram os itenerarios que seguiam os recoveiros ou viajantes que vinham por terra da India a Portugal. Seria curioso fazer-lhes a enumeração e o estudo comparativo, se esse trabalho não estivesse já feito no precioso livro do jesuita Manuel Godinho, onde apparece, certamente pela primeira vez, a indicação da travessia africana de costa a costa (1). Bastava só este facto para aquilatar esta obra, que aliás se torna recommendavel por tantas outras qualidades, pela variedade dos quadros e pelo seu vigor descriptivo, pela abundancia de noções historicas e geographicas, pela belleza da linguagem e pela concisão do estylo. A *Relação do novo caminho* fecha o cyclo dos viajantes portuguezes que vieram do Oriente e que publicaram as suas impressões, mas fecha-o com chave de ouro. Antonio Tenreiro é o primeiro d'esta série, seguindo-se-lhes mestre Affonso, frei Gaspar de S. Bernardino e Pedro Teixeira, que escreveu em castelhano. Teria feito um importante serviço á litteratura portugueza em particular e á sciencia geographica em geral quem reunisse em collecção todos estes itenerarios, acompanhando-os de notas criticas e de tabuas comparativas, onde n'um relance de olhos se conhecessem as variantes lexicographicas das mesmas expressões de geographia historica.

Assim como ha os *poetas minores,* assim ha os *viatores minores* e n'esta categoria incluimos aquelles que, percorrendo os mesmos caminhos, não escreveram as suas impressões de viagem, e cujo traço se teria irremediavelmente perdido, se os documentos nos não tivessem conservado memoria dos seus serviços e da sua passagem na terra. Alguns d'elles, como Isac do Cairo, eram homens habeis e intelligentes e é muito possivel que tivessemos deixado algum canheno com notas de sua perigrinação, mas esses apontamentos extraviaram-se ou guar-

---

(1) Nos *Colloquios da India,* de Garcia da Orta, publicados em Goa em 1563, já se falla de um clerigo portuguez, que fôra da ilha de S. Thomé, seguindo depois por terra até Sofala e Moçambique. O sr. Conde de Ficalho, nas suas notas á obra do celebre naturalista portuguez, commenta brevemente esta passagem e allude a diversas tentativas de travessia e de viagens ao interior africano. Quer-nos parecer que a este proposito tem passado sem a devida attenção uma carta ou circular, como diriamos hoje, que D. João 3.º endereçou aos fidalgos, creados e homens d'armas, que acompanharam D. Christovam da Gama na sua expedição á Abystinia, em que lhes recommenda que do interior onde se achavam fizessem tentativas de exploração para uma e outra costa. Esta carta foi inserida por Fr. Francisco de S. Luiz entre os documentos que addicionou á *Vida de D. João de Castro* por Jacintho Freire, edição publicada pela Academia em 1835. Vid. pag. 440.

dam-se no segredo impenetravel dos archivos á espera de que algum curioso lhes descubra, atravez da sua rudeza e simplicidade, o seu verdadeiro valor. A maior parte d'elles, embora sagazes e audaciosos, não tinham qualidades litterarias, mas nem por isso deixavam de ser uteis e de contribuir para o melhor conhecimento da geographia pelos esclarecimentos que prestariam de viva voz. João de Barros, tão curioso e tão investigador da verdade como era, gostava de se informar não só com os portuguezes que regressavam das terras novas, mas com os proprios naturaes d'ellas. Outros seguiriam o exemplo do abalisado chronista.

Cremos, portanto, que não será empreza inteiramente inutil e despicienda o reunir aqui as noticias e documentos historicos que temos encontrado ácerca d'esses obscuros caminheiros, que merecem da nossa parte, senão a homenagem da admiração incondicional, pelo menos o preito do reconhecimento. Justiça a todos, e muito mais aos humildes. A epopeia dos nossos descobrimentos maritimos é vastissima e se podemos, por exuberancia, desprezar muitos episodios, quer-nos parecer que este não manchará o quadro nem lhe perturbará a harmonia. Fica-se assim conhecendo mais a preceito uma das modalidades da nossa politica ultramarina d'aquella epocha. E não é por certo das menos importantes.

No bosquejo biographico e historico que vamos traçar dos diversos viandantes que fizeram a travessia da India a Portugal por terra, e vice-versa não incluiremos, como já dissémos, os que deixaram assignalados em livros as observações e peripecias do seu trajecto. Não tractaremos tambem dos que realisaram esse percurso anteriormente ao seculo XVI, não só porque os nossos chronistas se referem a estes trabalhos, mas tambem porque nos consta que um illustre investigador está preparando uma importante monographia sobre a especialidade. D'aquelles de quem nos vamos occupar uns dois ou tres deixaram narrativas da sua peregrinação, de que se conservam exemplares manuscriptos nas nossas bibliothecas publicas. Publical-as, seria a melhor maneira de commemorar o quarto centenario do descobrimento maritimo da India, cuja celebração está á porta, mas o que é util ficará mais uma vez de parte para se dar preferencia ao que é apparatoso e transitorio. Com isto só terá a perder a sciencia, com grande gaudio dos pyrotechnicos da rhetorica e dos emprezarios das exhibições funambulescas.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

PAYSAGES DE VILLES (1)

La Rochelle.

.... Des rails luisants, s'entrecroisent autour du vieux port. Les wagons immobiles débordent de houille, de poussière noire, et les quais sont noirs de cette poussière. Elle se fige aux rampes des ponts tournants; elle poudre les arbres alignés régulièrement; le pas la soulève, le vent l'emporte en tourbillons. Des hommes au torse nu, des hommes aux bras robustes, peinent, noirs aussi, sous l'éclat du soleil. Les voiles, les mâts, se balancent, venus peut-être de rives ignorées. Les hommes chargent les navires nombreux, avec des gestes rythmiques. Ils chantent, et leur triste chant n'est interrompu que par le sifflet aigu d'un «vapeur», appelant une dernière fois les passagers. Quelques barques de pêcheurs rentrent, favorisées par l'azur du ciel, ramenant d'inespérées trouvailles. Les filets, tendus comme de grandes ailes, se décorent d'algues humides, d'étranges fleurs marines, de liquides perles bleues. Parfois, s'attarde un rare passant, un promeneur inaccoutumé que cette vie difficile et silencieuse paraît surprendre;—parfois, une femme aux vêtements clairs, dont le visage est protégé par une ombrelle de soie; parfois un vieillard, un de ces «anciens» qui vécurent sur la mer, connurent tous les cieux, tous les climats, et se rémémorent aujourd'hui la splendeur des années disparues. C'est le silence, le grave silence, qui, d'abord, impressionne, en ce lieu d'activité, qu'on imaginerait joyeux, plein de voix des patries les plus diverses, au milieu des étendards multicolores; c'est le silence, non des vieux palais, non des villes mortes,—mais le silence sans la majesté exigeant ce silence.

Au loin, entre des jardins, s'aperçoit la mer nuancée de pourpre rose, et, vers l'horizon, une ligne ocreuse indiquant une île proche. De l'autre côté du port, voici la digue fameuse, jadis érigée par le cardinal de Richelieu;—puis, commencent

---

(1) Fragment.

les monotones plaines émaillées de salines. Il vaut mieux, maintenant, regarder dans la ville. Elle conserve encore certains aspects d'autrefois, qu'il faudrait sans doute fixer, avant qu'elle soit entièrement tombée dans la banalité courante. Pourtant, elle semble rebelle à cette fin misérable et imméritée. Je la voudrais ensevelie comme une ville oubliée des âges légendaires; après des époques héroïques, elle a bien droit au linceul, au repos absolu. Vainement, on voulut la revêtir de parures selon le siècle; on parvint seulement à lui donner l'aspect malheureux d'un fantôme après lequel s'acharnerait la vie. Elle garde précieusement, mystérieusement, en ses replis, des choses abolies, des vestiges du passé. Des arcades basses, grisâtres, usées, abritent des magasins obscurs, des existences laborieuses, effacées — et d'étroites ruelles sombres, sont bordées de maisons grises, aux énormes poutres transversales, aux minuscules fenêtres évoquant de lamentables logis. Ce n'est là qu'un quartier de la ville, après tout, le plus humble, le moins modernisé, mais le témoin des faits anciens. A lui seul, il répète l'histoire, mille fois racontée, cependant nouvelle ici. Les temps héroïques sont finis. Les rigides huguenots, qui bravèrent les sièges, accueillirent la mort en redisant les psaumes, demeurèrent confiants en la Parole éternelle, nous semblent irréels. Leurs fils passent, graves comme s'ils se souvenaient; leur geste paraît bannir la joie, — et le silence, toujours, s'accroît. Je les vois, tels qu'en mon enfance, car, c'est aussi bien le lieu de ma jeunesse première, et peut-être, ai-je pris quelque peu de sa tristesse et de son inquiétude. J'ai couru le long des grèves, devant les houles; j'ai joué sur les places abandonnées, j'ai respiré l'odeur saine du large. A present, je suis étranger à la ville, surtout à ces immenses quartiers neufs, et quand même désolés.

J'ai visité — pourquoi? — l'hôtel-de-ville, une merveille d'architecture récente, niaise et riche, l'antre choisi des municipaux à discours interminables, des bourgeois pourvus d'officielles fonctions. Des salles immenses, à dorures, à peintures, à tentures rouges, ondoyantes, encadrent les portes doubles à fils d'or, les fenêtres hautes, — et sur les cheminées de marbre, des pendules aux rouages compliqués, visibles dans leur cage de verre, aux cadrans d'émail bleu. Puis, l'attention se porte sur la lourde table d'autrefois, dont le poignard de Jean Guiton enleva furieusement le coin de marbre. Des escaliers aux rampes ouvragées, aboutissent à la cour pavée de galets dépolis, où l'herbe croît, entre les jointures.....

GEORGES OUDINOT.

*

ANTONIO HOMEM

(Ao meu prezado amigo, patricio e collega o sr. Augusto Mendes Simões de Castro)

(Cont. do vol. XLIII, n.º 12, pag. 856)

X

A CASA DA SYNAGÓGA

Os depoimentos, que temos resumido, entre os quaes avultam os de Henrique de Arede, José Coutinho, e Antonio de Oliveira, filho de Rodrigo Ayres, e de Guiomar de Oliveira, irmão de Francisco da Silva, e do conego fallecido nos carceres da inquisição (1) Matheus Lopes da Silva, tiram todas as duvidas ácerca da existencia da synagóga de Coimbra. Para completar, porém, este assumpto vamos dar alguns extractos dos processos de Miguel Gomes, o manco (2), inquilino da casa mandada arrasar na sentença final condemnatoria do dr. Antonio Homem.

Partindo do Terreiro de Sancta Cruz, hoje Praça Oito de Maio, pela rua da Moeda, chega-se em poucos minutos ao Largo das Olarias, defronte do qual, no alinhamento direito daquella rua se encontra o sitio, onde em tempo existiu uma casa, que pertenceu a Bernardo de Castro, de Leiria, a quem a alugára por nove annos, o bacharel formado em Leis, Miguel Gomes, por alcunha o manco, filho de Henrique Fernandes, e de Branca Gomes, natural de Aveiro como seus paes. O contracto foi por arrendamento publico feito em Coimbra nas notas de Manuel Bernardes, a principiar em novembro de 1618, de que tinha pago ja, quando foi preso ahi a 25 de março de 1619, e entregue a Simão Fernandes alcaide dos carceres, dezeseis ou dezoito mil réis, ou o que constasse das quitações nas costas do traslado desse documento, que estava em poder do tabellião Pero Lopes de Gouveia, a quem fôra

---

(1) Vide o processo da inquisição de Coimbra, n.º 9:435; e o da inquisição de Lisboa, n.º 3:505.

(2) Vide os processos da inquisição de Lisboa, n.ºs 3:147 e 11:998.

dado por Miguel Gomes para modelo do arrendamento de uma loja e entre-soalho, a Sebastião Fernandes do Terreiro das Olarias.

Dissemos que Miguel Gomes era filho de Henrique Fernandes e de Branca Gomes, natural de Aveiro, como seus paes.

O medico Duarte Henrique, natural de Aveiro, christão novo, casou com a christã nova Isabel Nunes, tambem natural de Aveiro. Estes foram os avós paternos de Miguel Gomes.

O christão novo Fernando Alvres, mercador, natural de Aveiro, casou com a christã nova, Branca Gomes, tambem natural de Aveiro. Taes os avós maternos de Miguel Gomes.

Os paes de Miguel Gomes tiveram os seguintes filhos.

1. Miguel Gomes, o manco, christão novo, nascido em Aveiro em 1579, baptisado na egreja de Aveiro pelo vigario Clemente de Oliveira, sendo padrinhos Philippa Thomaz e Henrique Esteves da Veiga; e chrismado ahi pelo bispo de Coimbra D. Affonso de Castello-Branco. Miguel Gomes foi para Coimbra aos quinze annos de edade; estudou latim e leis, faculdade em que tomou o grau de bacharel e fez a formatura. Teve a prima tonsura e as ordens menores, que lhe deu o bispo titular de Martyria, D. Angelo Pereira. Era *solteiro*.
2. Fernando Alvres, tractante em Aveiro, penitenciado. Saíu pelo perdão geral.
3. Manuel Henriques, medico em Lisboa, penitenciado. Saíu pelo perdão geral.
4. Doutor Duarte Henriques, medico e lente em Paris.
5. Brites Gomes, casada em Bordeus com Antonio Francisco da Costa, natural de Escarigo.
6. Philippa Rodrigues, residente em Bordeus, casada com Antonio Mendes, christão novo do Porto, ja fallecido em 1619.
7. Maria Gomes, casada em Anvers com Francisco Gomes Henriques.

Fernando Alvres e Branca Gomes tiveram os seguintes filhos.

1. Branca Gomes, natural de Aveiro.
2. Clara Gomes, que saíu com habito e casou em Aveiro com o christão novo Manuel Gomes. Delles proveiu uma filha que casou com Paulo Rodrigues de Aguiar, filho de Antonia de Aguiar.

3. João do Porto, mercador, ja fallecido em 1619, casado com a christã nova, Philippa Thomaz, tambem ja fallecida em 1619. Destes nasceram seis filhos: (*a*) Paulo Gomes, mercador em Aveiro, que morreu no Havre; (*b*) Miguel Gomes, mercador em Aveiro; (*c*) Fernando Alvres Porto, tambem mercador em Aveiro; (*d*) Francisco Gomes Henriques, morador em Anvers; (*e*) Brites, viuva; (*f*) Violante Thomaz, viuva.

O pae de Miguel Gomes, Henrique Fernandes, foi prebendeiro da Universidade. Na sua casa de Bordeus se reuniam os christãos novos. Morreu em Valhadolid.

As testemunhas que falaram de Miguel Gomes, depondo contra elle como judeu, foram as seguintes: Diogo Lopes da Rosa, Pero Lopes de Gouveia, Manuel de Arede, Miguel da Fonseca, Simão Lopes, o chorão, André de Avellar, Francisco Serrão, Maria Coutinha, Antonio Dias de Almeida, João da Fonseca, Antonio Lopes, Duarte da Fonseca, Maria de Oliveira.

Miguel Gomes possuía dous olivaes: um no limite das Cellas, outro em Valle Meão; uma fazenda em Abiul, e um beneficio simples na villa de Esgueira, que lhe rendia de 25$000 a 30$000 réis. Era capitalista, dava hospedagem, e tinha casa de jogo.

A 25 de março de 1620 veiu preso para a inquisição de Lisboa Miguel Gomes, sendo entregue ao alcaide dos carceres, Heitor Teixeira, de que se fez assento por este assignado e pelo notario Jacome Rodrigues. Este notario testemunhou, que Miguel Gomes foi preso por uma lista geral com outras pessoas de Coimbra, como consta da certidão mandada pela inquisição daquella cidade á de Lisboa, e por isso não ha no processo mandado nem assento de prisão.

Miguel Gomes a principio negou a accusação, e apresentou a sua defeza. Contradictou por serem inimigos a Henrique de Arede, seu rival nas rendas da Universidade, da sé, e do conde de Tentugal, e ainda noutras; e aos filhos Francisco Gomes, Diogo de Arede, Manuel da Costa, Antonio Gomes, e ás filhas e genros, Francisco de Andrade e Vicente de Arês, o consogro e primo Manuel de Arede, Miguel Paes e Iseu de Arede, sobrinhos de Henrique de Arede, Leonor de Caminha, mulher de Manuel de Arede, irmã da mulher de Henrique de Arede.

Declarou que Henrique de Arede fez prender na cadeia da Universidade a Gaspar Mendes Gomes e seu filho Fernão, dos Cabaços, comarca de Lamego, dizendo que lhe deviam

grande copia de dinheiro, de uma renda da Universidade que de sua mão trouxeram; estando elles pousados em casa do reu.

Que Henrique de Arede se descompoz com elle, chegando o filho Antonio Gomes a puxar por um punhal contra elle Miguel Gomes.

Que é inimigo do reu Francisco Rodrigues, o botelho, que vive do pão dos Aredes, considerado filho natural de Henrique de Arede.

Que Diogo Lopes de Sequeira lhe tem odio, por não fazer contractos com elle, havendo questões entre ambos na Calçada. E que por tanto nem elle nem seus parentes podem servir de testemunhas.

O mesmo contra José Lobo, e Diogo Lopes da Rosa com quem teve contenda em casa de José Coutinho, escrivão dos orphãos em Coimbra.

Que Diogo Lopes da Rosa, por alcunha o barbas, é um abobádo. E assim continuou discorrendo ácerca de outros.

Declara que nunca saiu do reino, nem passou além de Coimbra; e que é falso ter ido a Bordeus, como disseram. Que é doente e aleijado, andando com uma muleta. E terminou pedindo justiça e misericordia.

Deu testemunhas e articulou contra José Lobo, Antonio Leitão, Francisco de Almeida, Antonio de Oliveira, André Vaz Cabaço, Diogo Thomaz, João Nunes, Diogo Rodrigues Vidairada, e Miguel Gomes, genro e filho de D. Violante Thomaz, Francisco Dias Mendes, Luiz Mendes Peixoto, Fernão Dias, Domingos Mendes, Ascenso Dias, o rato, e Diogo Lopes de Sequeira, a quem chama tonto, sem capacidade alguma, que andava sempre só, e diz que tem por alcunha, o esterqueira.

Afinal resolveu-se a confessar, e declarou que José Lobo, Manuel Lobo, Simão Lobo, Angela Brandôa, Maria Brandôa, Anna Borges, Maria Coutinha, e elle Miguel Gomes, não comiam camarões por não terem escama, e todos oito se declararam por judeus. Que tambem os oito, Antonio Dias de Almeida, seu filho Antonio de Almeida, Francisco Dias, Simão Lopes, o chorão, Antonio Lopes, Antonio Leitão, Simão do Couto, e elle Miguel Gomes, se declararam todos por judeus. E que tambem Marçal Nunes, seu irmão Fernão Dias, Antonio Dias da Cunha, Chrispim da Costa, Diogo Lopes da Rosa, e Antonio de Oliveira, se declararam com elle Miguel Gomes por judeus. E Pero do Quental, Vicente de Arês, e seu filho Estevão de Arês, Marcos Fernandes, Francisco Gomes, o ruivo, Francisco de Almeida, e seu irmão Miguel de Almeida, se declararam tambem com elle por judeus.

Que em Tentugal Antonio Rodrigues, Sebastião Gomes, Fernão Gomes, Manuel Francisco Castello-Mendo, e Manuel Nunes Freire tambem affirmaram na sua companhia que só criam na lei de Moysés, e nella esperavam salvar-se.

Que Antonio Lopes, estudante, filho de Jorge Thomaz, e Ascenso Dias, o rato, tambem estudante, filho de Antonio Dias, o rato, se declararam por judeus em casa delle Miguel Gomes.

Que no adro de Sancta Cruz elle Miguel Gomes, Francisco de Aguiar, Pero Cabral Collaço, dr. Francisco da Costa, André Vaz Cabaço, Manuel Soares, de Pereira, casado em Coimbra com uma filha de Marcos Gomes, ja defuncto, José Coutinho, Antonio Correia de Sá, e seus filhos, Luiz de Sá e Francisco de Sá, ao verem passar uns presos para a inquisição, todos dez motejaram, e declararam crer e viver na lei de Moysés.

Que Thomaz da Fonseca, e os filhos de Antonio Rodrigues, de Tentugal e de sua mulher, ja defuncta, prima co-irmã de Miguel Gomes, são os seus unicos parentes declarados.

Em 19 de novembro de 1621 nos Estaos disse ainda o reu, que estando preso em Coimbra no anno de 1619 com Manuel de Andrade, e com Luiz da Serra, de Lamego, falando aquelle das cousas de Anvers, todos tres affirmaram crer e viver na lei de Moysés.

Que em casa de Antonio Gomes, casado com Francisca do Souto, tanto esta, como Maria de Moraes, mulher de Simão Leal, e a filha da Maria de Moraes, mais moça, solteira, chamada Angela, e elle Miguel Gomes, se declararam todos quatro por judeus.

No dia 20 de novembro do mesmo anno se lavrou a sentença recebendo Miguel Gomes ao gremio e união da sancta madre egreja catholica, com carcere e habito penitencial perpetuo, sem remissão, e incurso em excommunhão maior, e confiscação de todos os bens, e havido por herege desde 1606.

Nesse mesmo dia o conselho geral confirmou a sentença da inquisição de Lisboa, e mandou que assistisse ao auto de fé no modo costumado, e nelle abjurasse em fórma, fosse absoluto da excommunhão maior em que incorrêra, e tivesse a instrucção necessaria.

Seguiu-se a sentença final da inquisição, nos termos ordenados pelo conselho geral. Miguel Gomes foi ao auto de fé celebrado (1) no Rocio no domingo 28 de novembro de 1621.

---

(1) Vide o processo n.º 3:147 da inquisição de Lisboa.

Os depoimentos contra Miguel Gomes continuaram porém; e a inquisição mandou instaurar novo processo (1), onde se diz: que estando em casa delle, André Vaz Cabaço e o conego Fernão Dias, todos tres se declararam por judeus; bem como José Coutinho, Miguel da Fonseca, e Antonio Dias de Almeida.

Que fôra a casa de Francisco Serrão, morador na rua da Moeda, André Vaz Cabaço na companhia de Miguel Gomes; e ahi estavam ja Miguel da Fonseca, Diogo Lopes da Rosa, Francisco de Almeida, Marcos Fernandes, Antonio de Azevedo, Francisco de Aguiar; e festejaram a Paschoa dos judeus, todos em pé, tendo accesos tres candieiros grandes, um na parede, e cada um dos dous em seu mancebo, lavados os candieiros, com torcidas novas e azeite limpo. Num prato grande de estanho de lavar as mãos trouxe Francisco Serrão o cordeiro assado inteiro, e o poz sobre a meza dizendo certas palavras, e havia ahi tres pães asmos; e despedaçou com as mãos o cordeiro, e deu um pedaço a cada um dos circumstantes com outro pedaço de pão.

Em casa de Miguel Gomes, estando lá José Coutinho, Pero Cabral Collaço, Antonio de Azevedo, Antonio Dias de Almeida, Miguel da Fonseca, Diogo Lopes da Rosa, Francisco de Almeida, Marcos Fernandes, Francisco Gomes, mercador de sedas, e Francisco Serrão; então celebrou-se o jejum do dia grande no mez de setembro, vendo-se um retabulo pequeno de alabastro, em que estava o vulto de Moysés com a vara na mão. Que todos se ajoelharam deante delle, e Diogo Lopes da Rosa tomava o retabulo, e o dava a beijar a todos.

André Vaz Cabaço indo a casa de Miguel Gomes encontrou lá Diogo Lopes da Rosa, José Coutinho, Miguel da Fonseca, Marcos Fernandes, Simão Lopes, o chorão, Pero Cabral Collaço, e Francisco Serrão; e entraram para uma casa que fica dentro sobre a runa, e ahi tractaram de fazer nova eleição, como fizeram, de juiz e officiaes da confraria de frei Diogo, de que naquelle dia acabára de ser juiz Diogo Lopes da Rosa, e logo ficou eleito o dicto Miguel Gomes para o anno vindouro, e com elle por mordomo da bolsa Francisco Rodrigues, o botelho, de Taveiro; e Miguel Gomes convidou para no dia seguinte se fazer o jejum grande, e foi abraçado e levantado ao colo, dando com elle uma volta pela casa, como se faz aos que levam cadeiras na Universidade. E Miguel Gomes

---

(1) Vide o processo n.º 11:998 da mesma inquisição de Lisboa.

lhes deu marmellada, doces e confeitos, que uns comeram e outros levaram.

Aos 11 de novembro de 1621 Miguel da Fonseca disse de muitas pessoas, e que indo a casa de Miguel Gomes, avisado por José Coutinho, por Antonio Correia de Sá, André Vaz Cabaço, e Francisco de Almeida, Miguel Gomes dissera a todos estes que o dia seguinte era o do jejum grande, por ser a principal festa da lei de Moysés. Que estiveram ahi, e se fizeram as ceremonias. Que além de José Coutinho, Antonio Correia de Sá, André Vaz Cabaço, e Francisco de Almeida, assistiram tambem Ascenso Dias, o rato, de Aveiro, um filho de Antonio Correia de Sá, chamado Luiz ou Francisco; que foram para a casa de dentro que está sobre a runa, que se fizeram as ceremonias, houve beija-pé, etc.

Declarou ainda que haverá seis annos pouco mais ou menos indo no mez de setembro a casa de Miguel Gomes, onde de ordinario costumava jogar, encontrára ahi Antonio Correia de Sá, André Vaz Cabaço, e José Coutinho, aos quaes disse Miguel Gomes que no outro dia era o jejum grande, e que se ajunctassem com os outros individuos para o celebrarem. E foi ás sete horas da manhã e com aquellas pessoas, o licenciado, Francisco de Almeida, e Ascenso Dias. Que fizeram as ceremonias; que entrou o dr. Antonio Homem, a quem Miguel Gomes revestiu; e elle tornou a fazer as ceremonias, e no fim a practica.

Aos 17 de março de 1622, jurou Ascenso Dias, o rato, que haveria quatro annos e meio, depois que Miguel Gomes ensinou á testemunha a crença da lei de Moysés, fôra a casa delle, onde encontrára Antonio Lopes, medico de Aveiro, Gaspar Nunes, Diogo Barbosa, estudantes, e perguntando-lhe para que o chamára, elle respondeu que era o rabino e sacerdote da lei de Moysés, e que o mandára chamar para assistir ás ceremonias, que naquelle dia se haviam de celebrar. Que beijassem o vulto, que lhe pareceu de metal, e um animal á feição de touro pequeno, que estava coberto com tafetá verde. Fizeram-se as ceremonias e practica, prestando todos juramento de segredo, etc. E abriu um cofre de que tirou tres bolos grandes, que disse serem de pão asmo.

A 4 de novembro de 1621, Diogo Lopes da Rosa jurou que haveria sete annos no mez de setembro nas vesperas do jejum grande, quatro ou cinco dias antes, lhe dissera Miguel da Fonseca, que o jejum se celebrava naquelle anno em casa de José Coutinho, que morava então no Terreiro de Sancta Cruz, em casas de Manuel de Seixas, e quando lá

chegou encontrou Miguel da Fonseca, André Vaz Cabaço, Francisco Gomes, o ruivo, Pero Cabral Collaço, Miguel Gomes, Marcos Fernandes; que se fizeram as ceremonias, etc.

No dia seguinte a mesma testemunha jurou, que se encontrára em casa de Miguel da Fonseca, que morava então nas casas de Manuel de Seixas no Terreiro de Sancta Cruz, com André Vaz Cabaço, Pero Cabral Collaço, José Coutinho, Miguel Gomes, e João filho de Miguel da Fonseca; e que Miguel Gomes fizera de rabino. Que haveria quatro annos em casa de Fernão Dias da Silva, onde se junctaram Antonio Dias da Cunha, Chrispim da Costa, André de Avellar, Matheus Lopes, Francisco Machado, Miguel Gomes, se fizera o jejum do dia grande, sendo rabino Fernão Dias da Silva. Que haverá oito ou nove annos fôra a casa de Miguel Gomes e ahi Antonio Dias de Almeida, André Vaz Cabaço, Francisco Gomes, o ruivo, Francisco de Andrade, Miguel da Fonseca, José Coutinho, Antonio Mendes, filho de Diogo Mendes, Luiz de Sá, filho de Antonio Correia de Sá, Luiz Nunes, de Agueda, parente de Miguel Gomes, e o filho mais velho do dr. Manuel Rodrigues Navarro, e se fizeram as ceremonias do jejum grande. Que tambem estavam Antonio Correia de Sá, o dr. Antonio Homem, e Antonio Dias da Cunha, que disse não ter disposição para celebrar o jejum, e o substituiu o dr. Antonio Homem, que além das ceremonias executou a practica; e deu beija-pé e juramento de segredo. Que haverá cinco ou seis annos passando pela rua das Covas, onde morava o conego Antonio Dias da Cunha, o encontrára á porta dizendo elle que ás vezes chegava ahi, por não desfructar vistas para a rua; e entrando com elle em casa o conego lhe disse passeiando no pateo, que os da nação tinham instituido uma confraria do seu sancto frei Diogo martyr, e que era bom que se assentasse por irmão; e Antonio Dias da Cunha o inscreveu num livro encadernado em pergaminho com fitas verdes e amarellas, onde estariam ja postos os nomes de umas trinta pessoas, e deu 500 réis de esmola. Desconfia que o livro está agora em casa de Miguel Gomes, o manco, pois lhe indicou o medico Francisco de Almeida, que podia ir assentar-se nelle a casa de Miguel Gomes. Accrescentou que Francisco Rodrigues, o botelho, lhe pedira esmola para a alampada que ardia em Corfu, que lhe déra 200 réis e perguntára como lá chegava o dinheiro, obtendo em resposta que o mandava Miguel Gomes.

(Continúa).

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

LE KHALIFE DE CARTHAGE

(Acte v. Scène iv)

Omar. — Tous lèchent la poudre de mes sandales!... Je pourrai mourir en joie. Les provinces pacifiées ressemblent à un lit sur lequel je peux dormir tranquille. Je me suis servi de mon épée pour les recoudre comme un tailleur de son aiguille. Les étrangers? qu'on demande à mes frontières! Les rebelles? qu'on interroge les crânes qui étincellent au soleil comme des pommes de coloquinte fendues? Tous vaincus! tous haletant sous le sabre, depuis l'esclave jusqu'à la Basilissa! Que dis-tu de ceci, Eudoxie? Tu te tais? tout à l'heure tu auras le temps de pousser des cris!... Car tu es à moi! à moi, le chamelier du désert, toi, la fille des Sébastes!

Eudoxie. — Je ne suis point telle, mais de sang infime.

Omar. — Crois-tu te sauver ainsi?

Eudoxie. — Moi?... Mieux vaut donc pour moi me taire... Hâte-toi d'en finir, Khalife.

Omar. — Me hâter? Oh non. Je veux que tu savoures ton supplice, Eudoxie! Folle orgueilleuse, tu m'as répondu par le mépris, tu as craché sur mon âme. Ne nie pas, je sais tout; tu as intéressé l'enfer à ma ruine; on sait que tu élevais chez toi un crapaud, et que, la nuit, tu criais mon nom aux étoiles... Peut-être était-ce d'amour, vas-tu dire!

Eudoxie. — Non.

Omar. — Et cela, quand je te laissais entrevoir le trône! Mais réponds donc, toi aussi, bête impure!

Eudoxie. — Pourquoi m'arracher ton fils?

Omar. — Ne suis-je pas le maître ici? Qu'est Hakam devant moi?

Eudoxie. — Qu'étais-je moi-même devant Hakam? Une esclave jetée par la tempête sur la grève des Syrtes, moins qu'une épave, un objet néfaste que désignait à l'horreur sa science magique...

Omar. — Ruse du démon, cette science qui n'a pu prévoir ton désastre.

Eudoxie. — Nul prophète ne connaît son sort. Tout au plus, sais-je lire celui des autres.

Omar. — Me tenter serait vain, femme. Réponds toujours. Vois-tu le mien ?

Eudoxie. — Oui.

Omar. — Comment mourrai-je ?

Eudoxie (*lentement*). — Par qui tu aimes.

Omar. — Comme tous les miens ! Faible divination que celle-ci... (*Bas.*) N'ai-je point pas parlé, tout à l'heure ?... (*Haut.*) Par qui j'aime ! Mais, loué soit Dieu, je n'aime personne !

Eudoxie. — Tu ne hais pas Dieu.

Omar. — Si ce n'est que Dieu, je sais, comme tous, que mon sort est écrit. N'importe, je veillerai.

Eudoxie. — La mort se glisse partout.

Omar. — J'ai mes gardes.

Eudoxie. — Défie-toi !... Ceux que tu aimes ! N'aie confiance en personne, Khalife... Si tu engendres un fils, espionne-le ; si tu ouvres ton lit à une femme, ne t'endors qu'après elle et réveille-toi le premier... Mieux vaudrait pour toi n'avoir ni fils, ni femme...

Omar. — Pourquoi tant de sang-froid, quand tu sais que tu vas mourir ?

Eudoxie. — Où il y a certitude il y a calme.

Omar. — Si tu ne me dissimules pas ton angoisse ! tu es, en cet art, puissante.

Eudoxie. — Puissance qui ne résistera pas aux vers dans quelques heures, et que couvrira tout entière l'ombre d'un cyprès, à midi...

Omar. — Ne regrettes-tu rien sur terre ?

Eudoxie. — Si ! le trône !

Omar. — Ah !

Eudoxie. — Mon âme a été créée pour l'empire. Fille des Césars ou enfant d'esclaves, je me sens de taille à gouverner le monde. La mer de Gourna aurait été mienne ; j'aurais balayé de mon souffle les galères d'Occitanie et les trirèmes de Macédoine ; le monde aurait abandonné ses idoles pour se soumettre au seul Dieu...

Omar. — ... puissant et miséricordieux. Qu'il nous assiste !

Eudoxie. — J'aurais exterminé les païens, écrasé de taxes les juifs, subjugué les chrétiens. Ah ! si le faible Hakam...

Omar. — Je le hais ! Parle, parle encore !

Eudoxie. — Tout pour Dieu ! J'aurais détruit les églises de Tarcisius, dépouillé les palais de leurs trésors profanes, brûlé les papyrus et chassé les savants (le Livre suffit !) J'aurais dissipé partout le relent des cinq parfums et des vingt-cinq aromates, le Seigneur leur préfère l'odeur de la bouche qui jeûne, dépeuplé le ciel de ses oiseaux de luxure et les villes de leurs poètes...

Omar. — N'est-ce pas qu'il t'aimait ?

Eudoxie. — Oui.

Omar. — Et toi... l'aimais-tu ?

Eudoxie. — Il faut à mon cœur des cœurs de fer... Je n'appartiendrai qu'aux forts !

Omar. — Alors... Khaldoun ?... Persée ?

Eudoxie. — Persée m'a couverte d'injures que sa mort même n'expierait pas. . Khaldoun m'a trahie ; c'est à lui seul que je dois ta haine !

Omar. — C'est vrai, tu dois le haïr lui aussi.

Eudoxie. — Je ne hais personne.

Omar. — Pas même le maître que tu as voulu assassiner ?

Eudoxie. — Dieu seul me juge !

Omar. — Je ne nie pas que tu n'aies été entraînée. Hakam et Suleïma, surtout, voulaient ma mort.

Eudoxie. — Il ne me sied pas d'accuser ceux avec qui je vais mourir.

Omar. — C'est vrai, tu vas mourir !... C'était un matin ; je marchais depuis quatre heures quand je pénétrai dans Carthage. Je ne reconnus personne mais mon cœur saignait de colère à la vue des idoles. Un palais géant, d'or et de marbres, se dressa que je devinais être celui de mon fils. J'entrai.. les esclaves s'enfuirent comme devant un spectre, et du perron d'ivoire j'embrassai la cohue des Satrapes vêtus d'or, mais au milieu d'eux je ne vis que le visage nu d'une femme écrasée de brocarts et de gemmes... Te souvient-il ? Tu fis un geste d'horreur, et c'est dès lors que je cherchai à te haïr !

Eudoxie. — Tu étais si maigre !... La victoire n'avait pas vêtu ton regard d'orgueil... On s'étonnait de ne pas t'entendre hurler comme une bête féroce.

Omar. — Et maintenant, te fais-je encore peur ?

Eudoxie. — Qui pourrait me faire peur quand je vais mourir ?

Omar. — Tu vas mourir, c'est vrai !... Dans une heure, tes beaux yeux se fermeront, ta chair pâlira, ton sang se figera, tes membres se tordront dans les convulsions suprêmes... Que seras-tu, toi qui aurais pu faire trembler l'univers ? moins qu'un chien... un cadavre.

Eudoxie. — Toi aussi, Khalife, tu mourras un jour.

Omar. — Mourir si jeune, si belle, si dominatrice !... Il n'aurait tenu qu'à toi de régner, Eudoxie ! Tout aurait été à toi, Carthage et ses cent villes vassales, l'Afrique, les îles, les peuples, les monceaux d'or, tu aurais eu tout, tout !

Eudoxie. — Eh bien non ! Si je devais revivre, je voudrais être une pauvre femme obscure, l'épouse aimée d'un orfèvre ou d'un guillocheur. Aimer c'est la vraie sagresse. Régner n'est rien, c'est se donner qu'il faut, s'offrir toute nue, sur un lit de hasard, s'abandonner aux baisers qui exaspèrent, aux voluptés qui mordent...

Omar. — (*d'une voix sourde*). Tais-toi !

Eudoxie. — Ah ! s'il était venu, celui que j'aurais tant voulu connaître ! C'est à ses genoux que je me serais traînée : «Mon cœur est desséché par l'ambition, attendris-le, fais-en une âme chérissante. Viens, viens, ô mon bien-aimé, je sais le secret d'ivresses inoubliables ; mes bras sont pour l'élu un paradis...»

Omar. — Tais-toi, femme, tais-toi ?

Eudoxie. — «Viens, que nos langues se croisent, que nos jambes se crispent. A toi toute ! toute !»

Omar. — Tais-toi, par pitié !

Eudoxie. — «Viens, viens, n'importe, Persée, Khaldoun, Hakam ! Qu'avant de mourir, je me pâme encore dans des bras d'homme...»

Omar. — Eh bien moi !... oui, moi !

Eudoxie. — Arrière !

Omar. — Moi, te dis-je !... je te veux... Eudoxie, sorcière ou démone, ton feu me brûle, je veux l'éteindre dans ta possession.

Eudoxie. — Misérable, c'est par toi que je vais mourir !

Omar. — Mais tu ne vois donc pas ce qu'est ma haine ! mourir, oui, je comptais trouver une effroyable volupté dans le spectacle de ta mort lente... mais ce n'est pas sûr, et je préfère jouir de toi ! Tu es si belle ! tes yeux luisent comme des lampes sous des arcades, ton teint miroite comme la nacre des coquilles, tes mains frissonnent en crispations dominatrices...

Eudoxie. — Tais-toi, vieillard, tu me fais horreur !

Omar. — Je suis vieux, mais je suis roi!... La victoire transfigure, tu l'as dit... Je me connais, je suis un géant atroce et maigre dont les poils sont blancs et dont les dents se déchaussent comme celles d'un vieux loup; mais peux-tu aimer, Eudoxie, de jeunes efféminés blafards? Sois à moi, ce n'est pas la vie que je t'offre, c'est le trône.

Eudoxie. — Le tien?...

Omar. — Le mien. Carthage est à toi, et ses cent villes vassales, et les îles lointaines et les armées et les flottes. Je te donne tout.

Eudoxie. — Jure-le!

Omar. — Au nom de Dieu clément et miséricordieux!

Eudoxie. — Que damné soit qui viole son serment!

Omar. — Viens donc, femme, viens sous cette tente. Viens.

(*Des cloches se mettent à sonner lugubrement, très loin*).

HENRI MAZEL.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Introducção ao estudo das artes ceramicas—Da argilla, por Severiano Augusto da Fonseca Monteiro. Lisboa, 1890.

Associação dos engenheiros civis portuguezes—José Augusto Cesar das Neves Cabral—Elogio historico lido na sessão solemne de 14 de abril de 1894, pelo socio Severiano Augusto da Fonseca Monteiro. Lisboa, 1894.

Associação industrial portugueza—Exposição nacional das industrias fabris—Catalogo descriptivo da secção de minas grupos I e II, coordenado sob a direcção de José Augusto C. das Neves Cabral, por Severiano Monteiro e João Augusto Barata. Lisboa, 1889.

A Imprensa da Universidade e as portarias do sr. reitor, por Delphim Gomes. Coimbra, 1896.

Archeologia industrial portugueza—Os moinhos, por Sousa Viterbo. Lisboa, 1896.

Canções populares da Beira, por Pedro Fernandes Thomaz. Figueira da Foz, 1896.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao Instituto não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do Instituto de Coimbra, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto*, a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa d-*O Instituto,* estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero II

M·DCCC·XCVII

Fevereiro

COIMBRA

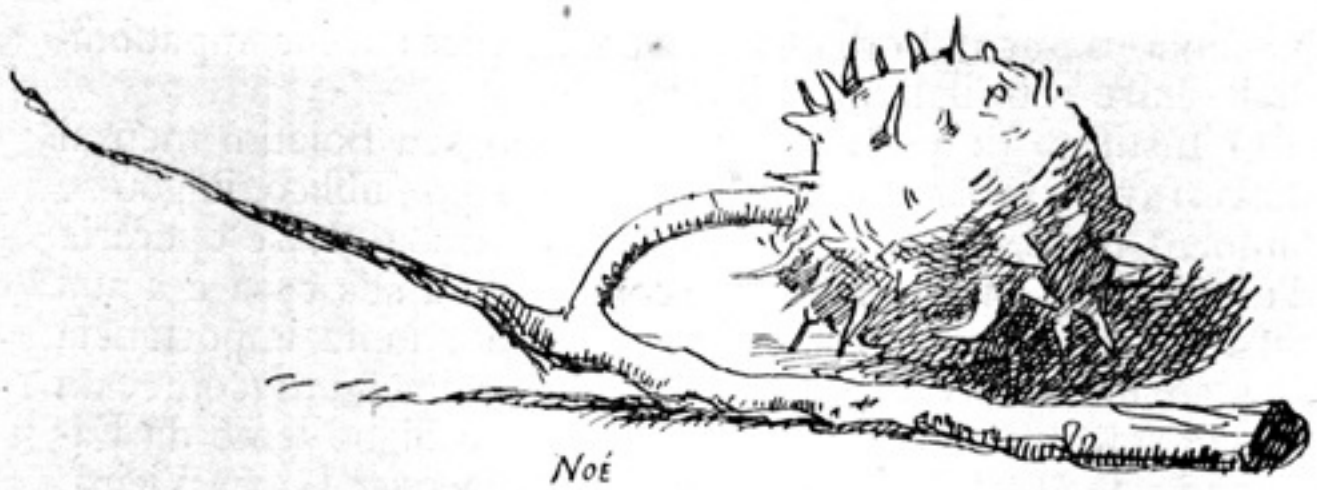
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

DISCURSO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA, por *Bernardino Machado* 65
A GLORIFICAÇÃO DO TRABALHO PELA HYGIENE, por *A. X. Lopes Vieira* 69
TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES, por *A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca* 79
PETROMYZON PLANERI BL., por *Adolpho Frederico Moller* .. 90
AS TRÊS IRONIAS, por *Manuel da Silva Gayo* 92
ANTONIO HOMEM, por *Antonio José Teixeira* 101
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 105
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 116
LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES (continuação) 123



Noé

DISCURSO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA

na abertura da sessão inaugural dos cursos para operarios
em 1 de fevereiro de 1897

MEUS SENHORES:

Apesar de todos os portentosos progressos que tem feito, a pedagogia moderna está ainda muito longe de satisfazer cabalmente ao seu fim.

Só a eschola primaria se intitula popular, e a verdade é que nem ella. Nem no seu primeiro grau, o ensino deixou de todo de se vedar a quantos labutam desde a infancia por um ganha-pão; e, por mais generosamente que a sociedade acuda aos seus pobres, essa assistencia nunca póde ser bastante. Por isso, a par com as subvenções para a educação dos menores, por toda a parte se vão multiplicando os cursos de adultos. A Inglaterra é talvez o mais admiravel exemplo d'esta dedicação social: ha hoje alli palacios para a cultura do proletariado; e as Universidades inglêsas diffundem pelos bairros e regiões industriaes do paiz não só missões docentes temporarias, mas até mesmo colonias de professores, que vão estanciar demoradamente entre o pôvo trabalhador. Taes expedientes, comtudo, posto que mereçam todos os louvôres, não passam de meros palliativos, que mal encobrem o vicio

profundo da actual organisação pedagogica: a incompatibilidade entre o trabalho e a instrucção.

O Instituto de Coimbra, que já pelo seu Boletim mensal descerrava o saber dos seus socios ao largo publico, julgou-se tambem na obrigação de abrir aulas para a classe operaria d'esta cidade, offerecendo-lhe, com ellas, a sua casa e a sua convivencia; e a direcção a que presido, tanta importancia liga ao novo serviço projectado, que o inaugura com esta sessão solemne, em que, a seu pedido, o digno lente da Faculdade de Medicina, o sr. dr. Adriano Xavier Lopes Vieira, que é um dos nossos mais insignes naturalistas, fará o elogio do trabalho em nome da hygiene.

Cabe-me todavia proclamar d'este logar que o trabalho, além de principio hygienico, é principalmente uma lei moral, e que nada peor do que o divorcio em que anda com elle a instrucção. Reparem-se, quanto possivel, nos adultos os estragos causados pelo abandono espiritual dos adolescentes; mas faça-se, antes de mais nada, por evitar que semelhantes damnos se produzam. E esta não é senão uma face da questão. Tão necessario se torna ministrar a instrucção a todos, ainda aos mais indigentes, como não affastar ninguem do trabalho, nem os mais ricos.

E' absolutamente indispensavel que a creança bem sorteada, que póde estudar, não estude só para si, e desde a sua entrada na eschola aprenda a ser prestavel á familia e á sociedade. Não brada aos céos, que, precisamente quanto mais mimoso da fortuna alguem nasce, tanto mais o ensino o dispense do cumprimento dos seus deveres? Hoje em dia o rapazito que passa diante de nós com o cantaro á cabeça para ajudar á sustentação da sua pobre mãe e dos seus irmãos mais pequenos, não nos commove só pelo esforço physico que faz em tão tenra edade, mas sobretudo pela grandeza do seu esforço moral; e, em rigor, não ha filho de rico, por mais laureado nas aulas, que se lhe compare. Só pela prestação dos seus serviços o homem se fórma, e adquire a tempera, a coragem da paciencia e do sacrificio, sem a qual nem mesmo a si proprio logrará desenvolver-se em qualquer profissão. Fala-se tanto, e ainda bem! de ensino pratico; mas não esqueça que a primeira pratica é a da virtude, e que um officio é tão imprescindivel á moral como a experiencia á physica.

Alheiar durante annos consecutivos a gente moça da santa lide dos seus parentes e concidadãos, não lhe entregando sequer em casa os cuidados mais vulgares, porque até para esses se contractam serviçaes, constrangel-a assim systema-

ticamente á inutilidade, outra coisa não é que votal-a a uma vida egoista, de orgulho e de parasitismo. D'ahi vem, não hesito em affirmal-o, o desamôr com que desgraçadamente a nossa nação está sendo tratada pelas classes dirigentes!

Assim como a lei tenta defender da doença e da ignorancia o filho do proletario, assim deveria tambem proteger a creança abastada contra a atrophia moral!

Não me limito a formular o problema, aventarei tambem a sua solução.

E' que a ninguem seja licito seguir um curso de instrucção secundaria, sem que esteja ao mesmo tempo fazendo o seu tirocinio officinal, nem se permitta o accesso a uma faculdade ou eschola superior a quem não seja ainda mestre em alguma profissão; e, reciprocamente, que a todo aprendiz que se prepara para operario, se franqueie o ensino médio burguez, como a todo operario que se prepara para mestre, se abram as ultimas portas dos lyceus, de tal modo que, depois de haver passado de operario a mestre, o mesmo individuo vingue ainda habilitar-se a assumir um dos primeiros cargos sociaes. Numa palavra, que todos os soldados possam aspirar ao generalato, e não haja official superior que não tenha passado pelas fileiras!

Sem esta revolução hierarchica, nunca o ensino será democratico, nem moral. Accrescento: nem será verdadeiramente efficaz. Toda a instrucção que não convirja para um serviço ou não parta d'elle, é vã. Na selva escura das disciplinas escholares, o espirito do educando extravia-se e perde-se. São tudo abstracções, que elle ignora d'onde veem, e ao que veem; é tudo para elle, emfim, uma especie de jogo de azar mental. Nada o firma na vida! As sciencias, artes e industrias que aprende, falta o amoravel vinculo, que lh'as deveria atar ao coração. Estuda-se entre nós, como se para nós não houvesse uma patria, como se cada objecto do nosso estudo não fôsse um elemento integrante d'essa patria; quando nada da nossa terra nos devia ser indifferente, quando nem uma pedra d'ella é uma pedra qualquer, mas tem um cunho nacional, local, familiar, é a pedra domestica do nosso lar, é a pedra do baptisterio, do moinho e da fonte da nossa povoação natal, e é a pedra lascada que recorda as nossas origens ou a pedra dos monumentos, emblema da nossa gloria, que celebra os feitos dos nossos antepassados. Cada objecto tem uma historia, que o educando precisa de conhecer e de amar; uma historia e um destino!

Será impossivel ir arrancar assim a instrucção aos flancos

*

palpitantes da patria? nacionalisar, localisar, familiarisar o ensino? Não! O saber é immenso como o universo que pretende abarcar, e, como elle, tem o seu centro em toda a parte. A verdade irrompe por todos os dominios da actividade humana. Não ha nenhum, d'onde se não tire uma geometria, uma mechanica..., em summa, a sciencia, a arte e a industria; nenhum, onde a alma com todas as suas faculdades se não repercuta!

Que é, pois, que falta para que a reforma que preconiso, e a que chamarei a socialisação do ensino, se torne viavel? Uma só coisa: reduzir o tempo lectivo, deixar a creança viver. E fiquem certos de que até a eschola, que, apesar do tempo que hoje absorve, é uma especie de tonnel das Danaides, e mal desempenha a sua missão, virá a ganhar, prosperará, porque correrão para ella a fecundar as suas lições as proprias fontes da vida.

BERNARDINO MACHADO.

A GLORIFICAÇÃO DO TRABALHO PELA HYGIENE

Discurso proferido na festa de inauguração dos cursos populares do Instituto de Coimbra no dia 1 de fevereiro de 1897

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Instado por sollicitações de antiga e generosa amizade, á qual eu não soube eximir-me, para vir a esta sala fazer uma Conferencia sobre thema interessante de minha livre eleição, eu decidira-me, primeiro, a tratar — da influencia do trabalho sobre a saude, ou fosse — da influencia hygienica do trabalho, que é, como me proponho demonstrar-vos, condição essencial da vida com saude e com meios de subsistencia.

De sobra me parecia já interessante este ponto, que via mal esclarecido e pouco considerado nos jornaes e nos livros, ou tratado sem o desenvolvimento e a reflexão que elle merece; e particularmente se coadunava o assumpto com o objecto do programma official dos meus estudos predilectos e obrigatorios, assim como com as urgencias da nossa patria, a qual está reclamando, ao presente e por um largo futuro, o maximo trabalho e esforço de todos nós, a bem das exigencias publicas e da satisfação dos encargos, que o nosso rapido progredir de ha 50 annos acarretou sobre ella.

Maior foi porém o enthusiasmo que em mim despertou o projectado thema, quando me acudio á mente a lembrança de quanto é geral a ideia, que tortura tanto espirito, que annuvia tanto horizonte domestico, que contrista tão grande parte da humanidade de que — o operario que precisa de trabalhar para sustentar-se a si e a sua familia é um infeliz!

Terminou finalmente por decidir-me a reflexão de que o objecto da minha Conferencia ia prender-se com a interpretação da passagem biblica, segundo a qual, Deus sentenciou

o primeiro homem, e com elle, toda a humanidade — a ter de comer o pão amassado no suor do proprio rosto, até volver á terra d'onde fôra tomado; pois era pó e em pó se havia de tornar.

Tal é a doutrina do Genesis, capitulo 3.º, versiculo 19.º, que diz textualmente — «In sudore vultus tui vesceris pane, donec revertaris in terram de qua sumptus es; quia pulvis es et in pulverem reverteris».

Maior era pois a grandeza do assumpto, do que a principio se me afigurava!

Longe de poder este restringir-se ao preciso campo da hygiene, cumpria visivelmente ir até aos dominios da sociologia e escutar ahi o clamor perpetuo dos que trabalham, sempre insoffridos e insaciados!

Finalmente, seria indispensavel defrontar com a interpretação vulgar da sentença biblica, que persiste em dizer o trabalho um castigo de Deus, e ver se de tanto podia a hygiene sair victoriosa, se a todos podiam suas maximas satisfazer, e, acima de tudo, se prevaleceria o thema d'esta Conferencia, na qual me proponho concluir — que o trabalho não é pena que amargure, mas antes premio que recompensa; não é fadario triste da pobre humanidade, mas sim fonte perenne de alegria; não é fadiga insana de indigentes, mas contraste a todos indispensavel para que hajam de encontrar no repouso, como no somno, indisivel prazer; não é causa de progressiva depauperação e ruina do organismo, mas sim condição indefectivel de vida e de saude; não é finalmente encargo que nos pese, mas sim regalia indubitavel que usufruimos!

Tal a razão do titulo a que subordinei esta Conferencia.

Tal o interesse do assumpto para que sollicito a vossa benevolente attenção.

Minhas Senhoras: Meus Senhores: — Dada a ingenita fragilidade da natureza humana, impossivel fôra conceber, em face da hygiene, fundada nos principios, já bem assentes, da physiologia, como é que o homem pudesse viver sem trabalhar!

E tão facil de demonstrar até á evidencia me pareceu sempre tal asserto, que não logro descobrir motivos de contradicta a oppor-lhe, a não haver um mal entendido sobre o que uns e outros digam trabalho, a obstar a geral accordo.

Porisso, bom é que, antes de proseguir, assentemos n'uma definição do que seja — trabalho, definição que não póde dei-

xar de abranger as noções essenciaes de — exercicio material ou intellectual para fazer ou conseguir alguma coisa; como bem comprehendeu o auctor do diccionario mais aperfeiçoado e moderno da lingua portugueza.

Sim: o trabalho é todo o exercicio do organismo, ou seja mechanico, e consistindo na producção de força e movimentos; ou seja do espirito, e representado, ou pela funda e silenciosa cogitação, ou pela activa e apparente manifestação do pensamento, — quer venha a traduzir-se no desenrêdo e solução dos mais intrincados problemas da sciencia; quer redunde na producção de explendidos trechos de uma litteratura arrebatadora; quer assuma a fórma delicada de vibrantes estrophes, capazes de emocionar os mais intimos sentimentos e affectos.

Este é o trabalho na accepção usual e vulgar.

Não obstante, convém advertir ainda que o organismo humano, quando mesmo na ausencia da producção de trabalho apparente, não deixa, todavia, de conservar-se sempre em actividade e de produzir constante trabalho intimo; noção esta, que nem mesmo ao vulgo escapa, porque todos sabem que a inacção absoluta é a morte.

Ora, é precisamente o trabalho que consiste em fazer alguma coisa o que aqui consideramos; sem nos occuparmos, n'esta Conferencia, em discriminar o trabalho util do nocivo ou inutil, nem em determinar os limites do trabalho para que este se possa dizer ou regular ou excessivo.

Simplesmente distinguiremos os effeitos do trabalho, segundo elle fôr — mechanico, ou se disser — intellectual.

Não ha duvida de que o trabalho mechanico promove a maior actividade da respiração, fazendo com que o individuo absorva mais oxygenio do ar atmospherico e exhale mais acido carbonico e vapor de agua; determina maior energia e frequencia das pulsações cardiacas e, portanto, maior força e frequencia do pulso; provoca a necessidade de tomar maior copia de alimentos, cuja digestão tambem facilita; activa a absorpção nutritiva; eleva a temperatura e augmenta parallelamente todas as excreções. Em poucas palavras; todas as modificações imprimidas ao organismo, pelo trabalho, significam, em ultima analyse, uma maior actividade da nutrição, ou seja, do conjuncto de operações intimas, das quaes resulta a assimilação dos novos elementos destinados a ir reparar o consumo que o exercicio vital importa comsigo.

E, com effeito, a vida não é propriedade ou condição que

se mantenha n'um organismo, senão á custa de um incessante dispendio de substancia, o qual hade ser supprido, não só pela alimentação, mas tambem pela respiração e pelo repouso temporario; de sorte que, a materia, indo do exterior, penetra no organismo, n'elle circula e se transforma, servindo aos usos nutritivos e saindo depois de transformada e inutil.

Donde, o movimento, e o trabalho que o produz, como essencial condição de vida.

Mas... agora estou eu como que ouvindo já dizer-se-me que — da indispensabilidade incontestavel d'este trabalho silencioso, inherente a todos os organismos, e que se realiza independentemente da vontade, e até durante o somno, não posso eu concluir para a necessidade, e menos ainda, para a utilidade de um trabalho, que parece já um esforço, que se não mostra já uma condição essencial ao organismo, e que, ao contrario, vai, até, determinar uma necessidade maior de alimentação e de reparação de forças, e, por conseguinte, aggravar ainda mais a situação economica do individuo em sociedade?!

Mostra, porém, a abservação constante que, se o individuo se não entrega a algum trabalho physico, vê, dentro em pouco, decrescer a propria energia muscular, diminuir o volume e a dureza dos musculos, apoucar-se-lhe a energia de que dispunha; ao passo que, tende a superabundar n'elle o tecido adiposo, o qual. longe de dar saude, antes compromete certos orgãos e apparelhos, assim como, a accumular-se no seu sangue a materia azotada, n'um estado de oxidação incompleta, correspondente ao de acido urico, o qual vem a ser a origem de graves desordens, englobadas, em pathologia, sob a designação generica de — *arthritismo.*

De sorte que, a inacção propriamente dita, ou a *permanencia* de *braços cruzados,* mollemente reclinado o individuo em um sophá, limitado a não comer senão o indispensavel, e a dormir quanto possivel, não é estado compativel com o que, por consenso unanime, se diz — *saude e vigor do corpo,* e que se póde exprimir pela — sensação de bem-estar, com aptidão para a actividade corporal.

Mas que o fosse! E que houvesse quem ambicionasse viver em quietismo tão absoluto!

Acaso seria este exequivel?

De modo algum!

Sim! Não logrará, jámais, o homem abafar, no seu intimo, a força impulsionadora, que constantemente o está provo-

cando a fazer exercicio, a mudar de situação, a transportar-se de um para outro logar, procurando a satisfação de seus naturaes desejos, fugindo do que lhe desagrada ou o póde prejudicar; deixando-se attrahir por tudo quanto em a natureza creada lhe captiva os sentidos, finalmente, usando de todas as faculdades de que se sente dotado.

E se, do trabalho physico ou mechanico passarmos a considerar o trabalho intellectual e dos orgãos dos sentidos, não menos se reconhecerá que seria impossivel ao homem ter espirito e não cogitar; ter olhos para os cerrar á luz, que os exitaria e aos centros nervosos; ouvidos para subtrahir ás ondas sonoras, que tambem agitam o cerebro; olfacto para repellir as particulas odoriferas que tanto nos impressionam; mãos para não tocar nos objectos, nem deslocal-os, nem servir-se d'elles; sensibilidade para fugir ás impressões geraes do mundo exterior!

De modo que, por mais que o homem, tal como se acha dotado, quizesse subtrair-se á agitação e ao movimento, impossivel lhe seria realiza-lo!

Com razão, pois, eu posso concluir desde já que — o trabalho physico, a agitação, e o movimento, assim como o trabalho intellectual são condições inherentes á natureza humana e sua necessidade impreterivel.

Mas... póde bem ser que ainda se me objecte que — necessario e conveniente para o organismo humano seria o trabalho que elle quizesse espontaneamente produzir, a agitação a que lhe aprouvesse sujeitar-se; mas que, d'ahi, não é licito concluir de modo algum a conveniencia ou a necessidade de um trabalho imposto ou forçado.

Quererieis, então, o homem sem necessidade de trabalho, vivendo em ociosidade?

Mas, perdão, véda-lh'o a organisação da sociedade; e, independentemente d'esta, impor-lhe-ia essa condição a lucta natural pela existencia, a qual, desde todo o principio, se mantém entre todos os seres da creação. A differença está unicamente em que, dadas as subsistentes garantias sociaes, o homem tem o goso do producto, resultante do seu trabalho, assegurado n'uma certa quota parte; e, d'outro modo, só por si proprio o poderia garantir, e ficava então á mercê dos mais fortes, que o poderiam expoliar.

O homem está pois, como os outros animaes, sujeito ás leis geraes da creação, e tem de procurar por si os meios de sua subsistencia.

Acha-se, porém, muito superior aos outros animaes, por isso que lhe não é disputado o producto legitimo do seu trabalho.

Tem, é certo, maiores necessidades; mas tambem possue superiores faculdades para as satisfazer. Se trabalha mais do que a maior parte dos animaes, é que multiplicou voluntariamente as suas necessidades, ou creou necessidades ficticias, e procura para si regalias, de que só elle gosa.

Com effeito, só o homem tem a ousada pretensão de alongar o dia ou de abreviar a noite; se é que não troca o dia pela noite, o que é ainda bem peior e bem mais contrario á saude!

Só elle, privado de meios de locomoção aquatica e aerea e limitado a ter de calcar com seus passos a terra firme, se póde gabar de ter conseguido transpor a vastidão do plaino maritimo e de passar de um para outro dos mais affastados continentes!

Só elle deixou de contentar-se com os variados alimentos, que a próvida natureza liberalisou a flux, e tratou de inventar, para seu uso, uma culinaria, capaz de despertar o mais embotado apetite e até de arruinar o mais robusto estomago!

Só elle, desprezando o mavioso gorgeiar das aves, ao despontar de risonha alvorada primaveral, e as harmonias das florestas ciciantes por cadente tarde de estio, inventou uma fanfarra, e toda a casta de instrumentos de musica, com os quaes pretende deleitar-se ou esquecer-se dos enfados e agruras da vida!

Só elle imaginou a scena comica para o fazer rir e a tragedia para o fazer chorar; como se não bastassem as mil peripecias da vida, para lhe entreter a sensibilidade e lhe agitar todos os sentimentos!

Mas tambem só o homem tem a intuição do Deus do ceo e da terra, só elle sente a necessidade de venerar a Deus em extasi, e se compraz em lhe edificar templos e em lhe erguer altares!!

Evidente é pois que, por todas estas e tantas mais necessidades, tem o homem que lidar em toda a sua vida, e não já por estricta necessidade da propria subsistencia, mas sim, e, sobretudo, para satisfazer a seus desejos, e caprichos, e commodidades, e regalos, e apetites, e vaidades, e illusões, e desvarios!!

E não lhe assiste sequer o direito de queixar-se; pois, como bem diz o adagio, — quem corre de gosto não cança!

Ah!... Sim. Haverá talvez uma parte da humanidade, a dos que se creem desherdados da fortuna, a qual venha a

dizer que nem tem apetites, nem vaidades, nem commodos, nem ao menos... o indispensavel para a vida!

Oh! Mas não ha ninguem que gaste só o indispensavel para a vida; nem póde haver falta do que é essencial á vida, onde houver saude, que permitta obedecer ao impulso natural para o trabalho!

Miseravel é, pois, só quem nem ao menos goza da saude precisa para poder trabalhar, ou quem, por defeito de entendimento, ou perversão de natureza, foge do trabalho como de um castigo ou de um encargo pesado!

Certo é, portanto, que nem o homem vivendo isolado no mundo, nem o homem em sociedade podem deixar de trabalhar, não só por instincto natural de sua propria organisação, mas tambem para satisfazer ás variadissimas necessidades que o estado social originou.

E se o estado social é natural ao homem, se foi elle quem o instituiu e vai continuamente aperfeiçoando, não ha presentemente que retrogradar, para ir considerar o problema do trabalho e da saude em relação ao homem dos primitivos tempos, nem á imperfeita sociedade d'outrora, mas sim em relação á actualidade.

Ora, o trabalho é fatalmente imposto a toda a sociedade, diz Lacassagne, citando Solon, quando pedia — que fosse entregue aos tribunaes todo o homem que não trabalhasse.

Dominado ainda pelo mesmo pensamento, dizia Luiz Blanc «O que não trabalha é um ladrão:» ao passo que Bouchardat, mais benevolo, considerou o ocioso do corpo e do espirito um pobre insensato, a lastimar e a censurar.

Por qualquer lado que haja de encarar-se a questão, o trabalho é inseparavel do homem. Nem o homem póde viver sem trabalhar; nem a sociedade póde subsistir, e menos ainda progredir e aperfeiçoar-se, sem o trabalho do homem.

Oh! que se em o nosso pequeno paiz, ocioso e indolente por inadvertencia, mas exhuberante de energia e de coragem nas horas de provação, se houvesse comprehendido todo o poder do trabalho, não haveria, por certo, succedido deixarmo-nos distanciar dos outros povos, no progresso das artes e das industrias, nem nos veriamos agora dependentes de estranhos e obrigados a procurar fóra, em troca do oiro que nos escaceia, o que deveramos ter em nossa casa!!

Eu, por mim, senhores, imagino a vida sem trabalho um

horror incomportavel!; ao passo que vejo, no trabalho, não só «a riqueza, a virtude e o vigor» como o poeta das Metamorphoses e dos Fastos d'Ovidio; mas até — a distracção mais efficaz para fazer esquecer os pezares e miserias da vida, o melhor artificio para nos ajudar a passar o tempo desapercebidamente.

O facto, que vou narrar-vos com escrupulosa verdade, por mim observado nas cellas da Penitenciaria Central de Lisboa, falla por si mais alto, do que tudo o que eu pudesse accrescentar a tal respeito.

Ahi, em visita, e a sós com cada comdemnado, pude eu verificar, por especial concessão do benemerito director d'aquella casa de correcção, que aos desgraçados, reclusos entre apertadas paredes, isolados de todo o convivio, sem verem mais do que uma pequena amostra do ceo e os instrumentos do seu trabalho manual, não chega a custar aquella clausura medonha, só porque o trabalho, que veiu remir aquelles espiritos da loucura imminente ou de terrivel desespero, lhes toma a elles todo o tempo em que velam e os não deixa cogitar na perda da propria liberdade, o maior dos bens d'este mundo, abaixo da saude; e que, além d'este celestial beneficio, ainda lhes presta outro, qual é — o de preparar-lhes o somno tranquillo de toda a noite!

Abençoado trabalho que taes fructos produz!!

Olhemos agora, e vejamos em que classes sociaes predomina a robustez corporal, o vigor da saude, e a longevidade; se n'aquelles que se dizem privilegiados de meios de fortuna, e que menos lidam, ou não trabalham, por não faltar quem lhes prepare as iguarias, os confortos, os passa-tempos e todos os gosos; ou se, pelo contrario, é nos que vivem do seu trabalho e que precisam do labutar de todos os dias para se sustentarem.

E' innegavel que a vantagem está toda do lado dos que vivem no campo, que lidam no mar, que manejam a ferramenta do operario; não obstante os desastres por violencias a que se expõem.

Claro é que não devem figurar, n'este confronto, os operarios que, vivendo no interior das cidades, em más condições de alojamento, inutilisam, em grande parte, os effeitos beneficos de uma vida activa.

Nos que trabalham activamente não é que se observa o arthritismo com todas as suas possiveis consequencias de — arterio-esclerose, apoplexia cerebral, lesão cardiaca, padecimentos renaes, e outros.

N'elles são raras a dyspepsia e doenças nervosas.

Nem tão pouco o trabalho continuado e por vezes violento lhes arruina o coração; como succede aos arthriticos e aos que passam vida sedentaria.

E' o sedentarismo o processo de vida que mais se oppõe á saude e que mais predisposições morbificas origina. D'ahi resulta, como tambem diz Lacassagne — que os melhores espiritos ligaram sempre a maior importancia ao movimento. D'ahi veiu dizer Bouchardat, outro hygienista moderno, — que a ociosidade corporal se assemelha á ferrugem, a qual gasta mais do que o trabalho. E já Plutarcho proclamava — que o movimento era a melhor mola da saude; e que aquelle que julgasse alcançar saude pela inacção seria tão insensato como o que se condemnasse ao silencio para aperfeiçoar a voz.

Não menos interessante, por instructivo, será lembrar ainda que — é nas classes sedentarias que a tuberculose faz maior devastação. Foi Strauss, o notorio professor de Pathologia experimental e comparada da Faculdade de Paris, ha pouco fallecido, que o affirmou, no seu monumental tratado sobre — a tuberculose e o seu bacillo, publicado em 1895. São do proprio auctor estas palavras textualmente traduzidas.

«Quanto ao exercicio muscular, basta, para nos convencer-mos da sua importancia, ver, n'um mesmo meio, os destroços da tisica, entre as pessoas que exercem profissões sedentarias, e a especie de immunidade de que gosam os que vivem ao ar livre, em movimento quasi continuo».

Minhas Senhoras. Meus Senhores: — Acabaes de ouvir como a hygiene encontra no trabalho uma condição essencial da vida com saude; um agente de robustecimento do organismo; um preventivo de lesões organicas das mais graves.

Tereis por certo comprehendido como a sociologia faz do trabalho o apanagio indispensavel de toda a sociedade e o factor de todo o progresso e civilisação.

Concordareis ainda em que o trabalho é maravilhoso artificio que faz desapercebidas as horas, quando mesmo ellas sejam para tristezas e amarguras.

Mas estareis ainda esperando que eu harmonise as minhas conclusões com a letra do Genesis no texto citado.

Eis o que vou fazer, para depois terminar.

Eu não sei, senhores, que dos termos da sentença biblica se deva deduzir a ideia de que Deus impoz o trabalho ao homem, como um castigo.

Foi o homem condemnado a ter que sustentar-se, exactamente nas condições dos outros animaes; do que, aliás, estaria dispensado, se não houvesse prevaricado.

N'esta mudança de condição vejo eu o castigo e não no simples facto de ter o homem de angariar seu sustento.

Tanto assim que, se o castigo houvesse de consistir no trabalho de procurar o proprio sustento, teria então de dizer-se que todos os animaes foram egualmente condemnados!

Demais, semelhante interpretação ainda tem a oppor-se-lhe a consideração de que o trabalho de sustentar-se seria castigo demaziadamente pequeno para o homem; por quanto bem pouco basta a este para sua manutenção, á parte a satisfação das necessidades que elle creou por suas mãos, como o demonstram os selvagens.

Não, senhores, o trabalho não foi castigo arbitrado por Deus ao homem peccador; foi sim faculdade a elle concedida pela infinita bondade do mesmo Deus.

Tornar o homem dependente do sustento que houvesse de adquirir por seu trabalho e deixar-lhe — liberdade para o procurar, toda a intelligencia para o descobrir, todas as faculdades para o alcançar, não é castigo é antes dadiva da infinita misericordia do Senhor, que bem podia, se quizesse, ter retirado ao homem tantas faculdades e aptidões, de que o deixa fazer o uso que bem lhe apraz, que seriam de mais para as necessidades do proprio sustento e que chegam para tudo quanto admiramos sob o nome de civilisação!

Nada ha pois que me obrigue a reconsiderar.

Longe de classificar o trabalho como um castigo, eu penso que, dada a triste condição da humanidade, o trabalho é um alto beneficio, quer se considere sob o ponto de vista das conveniencias da saude, quer das necessidades da vida.

O trabalho, disse Schmit, é lei do mundo, lei da vida, da justiça e do amor!

Eu direi, senhores, que o trabalho — é a vida; é a saude; é a abundancia; é a condição da humanidade; é a distracção do espirito; é allivio para os pesares; é esteio para a moralidade; é garantia da sociedade; é alavanca do progresso; é o immortalisador do homem; é a alegria da familia; é o recurso de todo o desgraçado; o egualisador de todas as condições; o mantenedor da independencia do individuo e da patria!

A. X. Lopes Vieira

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES

(Cont. do n.º 1, pag. 15)

ELEMENTOS FIGURADOS

Os elementos figurados sam principalmente representados como dissemos pelos glóbulos vermelhos e brancos.

Glóbulos vermelhos, hemácias ou *erythócitos*. — Observados pela primeira vez por Swammerdan em 1658 no sangue da rã, em 1661 por Malpighi no ouriço, só em 1673 foram vistos por Lewenhoek no sangue humano, demonstrando-se depois, que sam elementos communs ao sangue de todos os vertebrados.

Observados ao microscópio, apresentam se com a fórma de glóbulos redondos ou ovaes achatados. As hemácias sam discoides, circulares, escavadas nas duas faces, arredondadas nos bordos no homem e outros mammíferos, excepto o camello, lama e alpaca, onde, bem como nas aves, reptís e peixes, exceptuando os cyclóstomos, sam ellípticos e nucleados.

As suas dimensões varíam de 6,7 a 9,3$^{\mu}$ de diámetro no homem, sendo a espessura média de 2$_{\mu}$; dimensões que diminuem debaixo de influéncia de inanição, augmento de temperatura, da morphina, do anhydrido carbónico, etc., e que pelo contrário augmentam pela influéncia do oxygénio, do frío, do alcool, do quinino, do acido cyanhydrico, etc. Em 100 glóbulos 75 têem um diametro médio de 7$^{\mu}$,5; 12 sam maiores, e 12 mais pequenos.

Nos outros vertebrados as dimensões sam em média:

Glóbulos circulares		Glóbulos ellípticos diámetros		
			Máximo	Mínimo
Elephante	9μ,4	Rã	25μ,5	17μ
Cão	7 ,3	Sapo	24	13 ,5
Coêlho	6 ,9	Pombo	14 ,7	4
Carneiro	5	Lama	8	4
Cabra	4 ,1	Tritão	29 ,3	19 ,5
Gato	6 ,5	Protheu	58	35

No homem cada hemácia tem um volume de 0,000000077217 de millímetro cúbico, e uma superfície egual a 0,000128 do centímetro quadrado. O peso é segundo Welcher 0,00008 de milligramma.

As hemácias sam amarello-acastanhadas; ligeiramente esverdeadas quando vistas por transmissão, parecem vermelhas quando em massa, pela luz que diffundem. No sangue estagnado ou extrahido do organismo, os glóbulos redondos tendem a formar pilhas ligando-se pelas faces respectivas, o que por certo é devido ás escavações centraes, que fazem o papel de ventosas.

Esta disposição nunca se observa nos glóbulos ellípticos.

O sangue, depois de diluído e transportado para uma cellula de profundidade conhecida (Hayem e Nachet), ou, o que é mais cómmodo, para uma cámara húmida graduada imaginada por Malassez, presta-se facilmente á contagem dos glóbulos vermelhos.

Esta operação dá em média — 5 milhões por millímetro cúbico no homem, e 4 na mulher (1).

---

(1) Esta percentagem dá 25 bilhões em 5 chilogrammas de sangue. Vistas as dimensões dos glóbulos, collocados estes uns ao lado dos outros em linha recta dam 175:000 chilómetros, isto é, metade da distancia da terra á lua.

Em superficie dam 2816 metros quadrados. Nos pulmões passam por segundo 176^{mm3} de sangue, cujos glóbulos representam uma área de 81 metros quadrados.

O número de glóbulos vermelhos por centímetro cúbico varía nos vertebrados, sendo 9:720.000 na cabra, 13:900.000 no lama, 1:420.000 no lagarto, 404.000 na rã, 360.000 no protheu. Nos animaes hibernantes o número de hemácias díminue muito durante o somno, passando de 7:000.000 a 2:000.000 na marmota.

A densidade das hemácias é, no homem, de 1,105; muito superior, como se vê, á do sangue.

Sam estes glóbulos muito molles e elásticos, retomando a fórma primitiva depois de comprimidos ou esticados, e, como o demonstrou Ranvier, formados por uma membrana, que envolve uma trama orgánica, o estroma (1), pallida, transparente e molle impregnada de uma substáncia córante vermelha, a hemoglobina. Brücke pretende, que no estroma se encontra aínda uma substáncia córada, o zooide, condensada em torno de um núcleo, mais ou menos visivel, cuja existencia é posta em dúvida por alguns auctores.

Os glóbulos vermelhos conservam as suas propriedades, quando extrahidos do organismo. Aquecidos a mais de 52° perdem porém a vitalidade; resfriados a 0° conservam-na pelo contrario durante 4 ou 5 dias, como se demonstra introduzindo-os na torrente circulatória.

Sahidas dos vasos, as hemácias tomam frequentemente um aspecto moriforme, cuja causa não é conhecida.

Differentes agentes provocam nos glóbulos vermelhos mudanças de fórma; assim a faísca electrica dá-lhes primeiro a fórma de uma esphera cheia de picos, que desapparecem quando a acção se prolonga. Debaixo desta fórma, os glóbulos sam viscosos, adherem aos glóbulos visinhos, com os quaes, como as gottas de gordura, se fundem. A matéria córante acaba por se separar do estroma, e diffunde-se no protoplasma. Outros agentes, como por exemplo os da putrefacção, provocam nos glóbulos uma série análoga de transformações.

As hemácias, no estado em que se encontram no sangue (glóbulos húmidos), contẽem 58 a 68 partes de agua e 42 a 32 partes por cento de materias seccas, formadas pela hemoglobina, parte do estroma e substáncias nucleares e do envólucro.

---

(1) O estroma é formado pela globulina, substáncia muito parecida pelas suas propriedades com a myosina.

A composição de 1000 partes em pêso de glóbulos, no estado secco é:

	Homem						
	Máximo	Minimo	Cão	Boi	Porco	Paio	Cabra
Hemoglobina	867	943	865	700	712	626,5	467
Materias albuminoides e nucleína	122	51	125,5	268	234	364,1	458,8
Lecithina	7,2	3,5	5,9	18,5	32,6	4,6	8,5
Cholesterina	2,5	2,5	3,6	–	–	4,8	–
Matérias orgánicas	1 a 2	»	»	–	21	»	–
Saes	»	»	»	12	»	»	65,7

Nos glóbulos vermelhos encontram-se aínda, além destas substáncias: paraglobulina, nucleína, lecithina, um fermento que saccharifica o amido, um ácido orgánico livre, que ao todo constituem 1 a 2 partes em 1000.

As matérias mineraes, que ficam como resíduo da calcinação dos glóbulos, sam constituídas por saes de potássio, magnésio e cálcio, ácido phosphórico, e no estado de trihemióxydo $F_2 O_3$, o ferro da hemoglobina.

Eis algumas análises:

	Sangue de homem	Sangue de mulher
Chloreto de potássio	3,68	3,41
» de sódio	vestigios	vestigios
Sulfato de potássio	0,13	0,157
Phosphato de potássio	2,34	2,108
» de sódio	0,63	vestigios
» de cálcio	0,09	0,218
» de magnésio	0,06	
Soda em excesso	0,134	0,205
Potassa em excesso	»	0,857
Total	7,28	6,959

Em 1000 partes de glóbulos húmidos:

	Pôrco	Boi	Cabra
Potassa	5,54	2,09	4,92
Soda	–	0,75	»
Magnésia	0,16	0,017	?
Chloro	1,50	1,63	1,93
A'cido phosphórico	2,07	0,70	?
Resíduo salino total	8,90	4,80	(Hoppe Seyler)

As dosagens do ferro dam em 1000 grammas de sangue:

Homem	0gr.,537	
Boi	0 ,540	
Pôrco	0 ,595	
Pato	0 ,348	
Frango	0 ,357	
Rã	0 ,425	(Pelouze)

Nos países, em que o cobre se encontra no solo e nos alimentos, apparece tambem no sangue. De resto este elemento faz parte, como veremos, das matérias córantes do líquido nutritivo de alguns animaes inferiores.

Hemoglobina. — A hemoglobina, tambem chamada hematosina, hematoglobulina, hematocrystallina e cruorina, é, como dissemos, a matéria corante dos glóbulos vermelhos do sangue dos vertebrados. Encontra-se tambem, segundo alguns auctores, nos músculos dos mammíferos.

No tecido nutritivo de alguns invertebrados, taes como gasterópodos, crustáceos, e na minhoca, apparece tambem uma substáncia análoga.

A' hemoglobina dá-se tambem o nome de oxyhemoglobina, indicando assim, que no sangue é ella formada pela união de hemoglobina com oxygenio, do qual se separa facilmente dando a hemoglobina reduzida.

No sangue, a hemoglobina sòmente existe nos glóbulos vermelhos, de que fórma, no estado sêcco, $\frac{9}{10}$ partes em pêso.

A hemoglobina só póde ahi existir em combinação amorpha

e instavel com a lecithina ou com a globulina; porque, apesar da sua aptidão para crystallizar, nem se encontra nos glóbulos com a fórma crystallina, nem póde existir dissolvida na agua do glóbulo, que para isso sería insufficiente; e porque, apesar de crystallisavel, não passa por diályse para o plasma, que a dissolvería.

Preparação. — Prepara-se a hemoglobina extrahindo-a do sangue dos differentes animaes, que não se prestam a isso com a mesma facilidade. Aquelles em que é mais facil esta preparação sam os sangues de rato, cobaya e carpa. Congelam-se estes sangues, misturados com o seu volume de agua e algumas centesimas de ether. Aos sangues de cão, gato e cavallo é necessario juntar prèviamente um quarto do seu volume de alcool, proporção que deve ser augmentada nos sangues do macaco e do homem.

Pelo resfriamento, que neste último caso deve ser intenso, a solução crystalliza.

Pelo processo de Hoppe Seyler obtém-se a hemoglobina pura.

Consiste este processo em juntar ao sangue desfibrinado uma solução de chloreto de sódio, tratamento do resíduo pelo ether, filtração desta solução, que é finalmente tratada pelo alcool, d'onde pelo resfriamento crystalliza a hemoglobina.

O methodo de Lehemam é parecido com o precedente, substituíndo o ether por uma solução aquosa de bilis crystallizada.

Quantidade de hemoglobina. — A quantidade de hemoglobina varía com as espécies animaes, como se vê na seguinte tabella, que dá as proporções desta substáncia no estado sêcco, por litro de sangue:

Homem adulto	119 a 130
Mulher adulta	105 a 114
Velho	89 a 105
Boi	108 a 123
Vacca	95 a 104
Vitella (6 a 10 mêses)	75 a 95
Cão	130 a 138
Carneiro	95 a 115
Cavallo	104 a 118
Pôrco	118 a 142
Coêlho	84

Pato	80,7 a 83,3
Gallo	85
Pardal	71 a 75
Rã	23 a 33

Composição. — A hemoglobina extrahida do sangue oxygenado tem a seguinte composição:

Elementos	Cavallo	Cobaya	Porco	Cão	Pato	Frango	Cálculo pela formula
	Kossel	Seyler	Otto	Jacquet	Seyler	Jacquet	$C_{544}\ H_{823}\ N_{147}\ O_{147}\ S_2\ Fe$
C	54,87	54,12	54,17	54,57	54,26	52,47	54,94
H	6,97	7,36	7,38	7,22	7,10	7,19	6,93
N	17,31	16,78	16,23	16,38	16,21	16,45	17,32
O	19,73	20,68	21,36	20,93	20,69	22,50	19,79
S	0,65	0,58	0,66	0,568	0,59	0,857	0,55
Fe	0,47	0,48	0,43	0,336	0,43	0,335	0,47
	1:000	1:000	1:000	1:000	1:000	1:000	1:000

Apesar desta semilhança de composição cada espécie animal parece possuír uma hemoglobina especial, como o mostram as suas propriedades, principalmente a de crystallizar em fórmas e systemas differentes.

Todos os crystaes de hemoglobina sam polychroicos e birefringentes; differem não só pela solubilidade mas tambem pela agua de crystallisação. No vasío, a hemoglobina crystallizada e sêcca perde por cento: — a do esquílo 9,4; a do pato 7; a do porco 5,9; a do cobaya 6; a do cão 3 a 4.

Sêcca a 0°, a hemoglobina fórma um pó, que se altera lentamente; a 100°, perfeitamente sêcca, não perde a propriedade de crystallizar; mas em presença da agua, pouca que seja, decompõe-se mesmo á temperatura ordinária.

Aquecendo a solução na agua fria, que é vermelha, forma-se um coágulo castanho. Em solução diluída, supporta a temperatura de 70° e mesmo 80°; prolongando a acção do calor, a hemoglobina desdobra-se, absorvendo oxygénio do ar, em albumina, hematina e ácidos gordos.

A oxyhemoglobina é um ácido fraco, que avermelhali geiramente o tornesol.

Os álcalis em solução diluída dissolvem abundantemente

a hemoglobina, que em solução concentrada decompõem rapidamente.

Propriedades. — A hemoglobina crystalliza em fórmas differentes segundo o sangue de que provém, mas que geralmente pertencem ao systema orthorhombico.

Uma corrente de gaz inerte, os corpos reductores, os fermentos, as bactérias ou a acção do vazío a 40°, roubam-lhe o oxygénio, transformando-a em hemoglobina reduzida.

O oxydo de carbono fixa-se na hemoglobina expulsando proximamente o seu volume de oxygénio. A' temperatura de 0° e á pressão de $760^{mm},100$ gr. de hemoglobina fixam $159^{cc},2$ de oxydo de carbono, transformando-se em carboxyhemoglobina, substancia venenosa á qual é attribuída a morte por asphyxia nos incéndios.

Hemoglobina reduzida ou *purpura de cruorina.* — Quando a hemoglobina perde todo o oxygénio capaz de lhe ser tirado por dissociação, transforma-se noutra substáncia, a hemoglobina reduzida, que se encontra no sangue venoso, ao qual dá a côr escura.

A hemoglobina reduzida, preparada pelo processo de Nencki e Sieber, crystalliza em fórmas differentes conforme a origem, apresentando os crystaes uma bella côr verde por transparencia, e violete por reflexão, que só podem ser observadas no alcool, porque no ar pela acção do oxygénio regenera-se a oxyhemoglobina.

Une-se tambem directamente com o oxydo de carbono, dando carboxyhemoglobina, com o monoxydo de azote (NO) dando azoxyhemoglobina, com a acetylena, e com o acido cyanhydrico.

Espectro de absorpção do sangue. — Examinando por meio do espectroscópio o sangue ou uma solução concentrada de oxyhemoglobina, vê-se que todos os raios côrados sam absorvidos, exceptuando contudo as radiações vermelhas e alaranjadas.

Diluíndo com agua a solução, vê-se apparecer pouco a pouco o azul e uma larga banda entre o vermelho e o verde; augmentando a quantidade de agua, esta banda divide-se em duas outras situadas entre o amarello e o verde cyanado, separadas por um espaço amarello-verde; a primeira banda está situada á direita da risca D, a segunda á esquerda da risca E.

Estes caracteres indicam com segurança a presença do sangue. Sam aproveitados nas analyses medico-legaes.

Junctando á solução algumas gottas de sulfureto de ammonio, a hemoglobina é reduzida, e as duas bandas fundem-se numa só muito mais larga (banda de Stokes), que occupa o intervallo comprehendido entre as duas precedentes.

As bandas caracteristicas podem obter-se, como o demonstrou Hoppe Seyler, com uma solução de $\frac{1}{100.000}$, dando á camada líquida uma espessura sufficiente.

O espectro da oxyhemoglobina póde mesmo ser obtido sobre os tecidos vivos, examinando por exemplo a luz transmittida atravez de uma orelha, ou diffundida pela palma da mão.

Dosagem. — Para a dosagem da hemoglobina podem empregar-se processos opticos ou chymicos.

Os primeiros comprehendem:

a) O methodo espectrophotométrico, que consiste fundamentalmente em medir a diminuição de intensidade soffrida por um feixe de luz homogénea, que atravessa uma solução de hemoglobina, e deduzir d'ahi a concentração do líquido.

b) Methodos homochromométricos, que consistem em comparar o sangue ou o líquido a dosear com uma solução de hemoglobina, cujo tétulo é conhecido, e cuja concentração se faz variar até apresentarem ambos a mesma côr.

Esta comparação faz-se habitualmente em apparelhos apropriados, entre os quaes notaremos os de Hoppe Seyler, Fleischl, Malassez e Hayem.

Devemos notar, que em alguns destes apparelhos não se faz directamente a comparação entre duas soluções de hemoglobina, sendo a solução typo substituída por differentes corpos córados, cuja côr é egual á de uma solução de percentagem conhecida, avaliação que de uma vez para sempre se faz por comparação.

O hematoscópio de Henocque é constituído por duas láminas rectangulares de vidro em contacto por um lado e afastadas no outro de 300μ. Estas láminas sam collocadas contra uma lámina de porcellana, onde estám gravadas duas escalas, uma indicando em millesimas de millímetro a distáncia das láminas em cada ponto, a outra graduada de maneira a dar immediatamente a quantidade de hemoglobina existente no líquido analysado.

Os processos chymicos consistem em procurar conhecer a

hemoglobina pela determinação de algum producto de desdobramento ou combinação. Os mais empregados sam a dosagem pelo ferro, pelo oxygenio absorvido, e pela reducção da hemoglobina.

Polymeros e productos de desdobramento. —Para terminar o estudo da hemoglobina citaremos rapidamente alguns polymeros e productos do seu desdobramento.

Parahemoglobina. — Substáncia vermelha, em crystaes birefringentes, dando uma banda situada entre as riscas D e C do espectro. Insoluvel na agua e no álcool.

Obtém-se, abandonando a oxyhemoglobina durante 20 horas, á temperatura de 8°, á acção do álcool de 93° centesimaes.

Metahemoglobina. — Substáncia crystallizada em prismas allongados côr de castanha. A solução aquosa é ligeiramente ácida. Apresenta uma banda no vermelho, entre as riscas C e D; nas soluções diluídas aparece tambem uma banda entre E e F. A metahemoglobina obtém-se fazendo actuar um volume de álcool sobre quatro volumes de uma solução concentrada de crystaes de hemoglobina.

Os reductores transformam a metahemoglobina em hemoglobina reduzida.

Hematina. — No estado sêcco é uma substáncia pulverulenta com reflexos metallicos. E' insoluvel na agua, no álcool e no chlorofórmio. O seu espectro é análogo ao da metahemoglobina em solução ácida.

A hematina é um producto de desdobramento da hemoglobina, quando tratada em presença do ar pela agua quente, pelos ácidos ou pelos álcalis. A sua fórmula é $C_{34}\ H_{34}\ N_4\ Fe\ O_5$.

No reino vegetal parece existirem substáncias análogas á hematina, como por exemplo, o pigmento ferruginoso do Aspergillus Niger.

Hematina reduzida ou *hemochromogénio.* — Deriva da hematina, tratando-a em solução alcalina pelo sulfureto de ammónio.

As soluções neutras de hemochromogénio sam purpurinas, e caracterizadas por uma larga banda escura entre as riscas D e E, e por uma outra mais estreita á direita da primeira. Estas soluções, absorvendo oxygénio, transformam-se em hematina ordinária.

Hematoporphyrina. — E', no estado sêcco, constituída por um pó com lustro violete-escuro, pouco soluvel na água, álcool e chlorofórmio.

O seu espectro é differente, segundo a solução analysada.

Assim, a solução sulfúrica dá duas bandas, uma á esquerda da risca D e outra entre D e C; a solução alcalina dá quatro bandas, ficando as duas principaes á direita da risca D, e entre E e F.

Obtem-se a hematoporphyrina pela acção do acido sulfúrico um pouco concentrado sobre a hematina. A fórmula da hematoporphyrina é $C_{34} H_{34} N_4 O_5$.

Hematoidina. — Materia córante, crystallizada em láminas com a fórma de losangos, com reflexos verde canthárida.

Não se dissolve a não ser no sulfureto de carbono, ao qual communica côr vermelha. Não dá bandas de absorpção. Encontra-se principalmente nos fócos hemorrhágicos.

(Continúa). A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca.

PETROMYZON PLANERI Bl.

N'umas notas zoologicas que publiquei em 1894, nos *Annaes de Sciencias Naturaes,* do Porto, escrevi: «A primeira vez que observei em Portugal a lampreia d'agua doce (Petromyzon fluviatilis Lin), foi em 1861. Encontrei-a proximo á Marinha Grande, n'uma valla que corre ao longo do viveiro do Tromelgo no pinhal nacional de Leiria.»

Ultimamente, estudando mais detidamente este assumpto, vi que a pequena lampreia que habita no ribeiro e valla do Tromelgo, é antes a *Petromyzon Planeri* Bl. e não a *P. fluviatilis* L.

A *Petromyzon Planeri* Bl., a pequena lampreia d'agua doce, tem de comprimento 20 a 30 cm., vive sempre na agua doce e especialmente nos pequenos ribeiros ou regatos.

A *Petromyzon fluviatilis* L., tem de comprimento 30 a 50 cm. Habita nas costas e rios da Europa, America do Norte e Japão. No outomno passa do mar para os rios, mas só na primavera é que sobe para o curso superior d'estes; em abril e maio desova ali em sitios planos. Morre depois do desovamento. As larvas são muito parecidas com as da *Petromyzon marinus* L., lampreia vulgar, e a sua carne é tão saborosa como a d'esta ultima.

As larvas da *Petromyzon Planeri* Bl. fôram outr'ora descriptas com o nome de *Ammocoetes branchialis* Cuv. e consideradas como sendo um outro animal.

Em 1856 Aug. Müller, estudando a metamorphose da pequena lampreia d'agua doce, é que desfez este engano. A metamorphose d'esta lampreia principia em agosto do quarto ou quinto anno da vida do animal e dura até janeiro.

Em alguns pontos aproveitam estas larvas como isca para apanhar outros peixes.

Nós tivemos occasião de observar as pequenas lampreias d'agua doce em 1861 e 1862, nas aguas correntes do Tromelgo, proximo á Marinha Grande, quando fômos encarregados pelo governo de estabelecer n'aquelle ponto o viveiro florestal do pinhal nacional de Leiria.

Por vezes as conservámos vivas em casa n'um pequeno aquario.

A *Petromyzon Planeri* Bl. differença-se facilmente da *P. fluviatilis* L., não só no seu modo de viver, como por outros caracteres.

A primeira d'estas especies (P. Planeri Bl.) vive constantemente na agua doce e nos pequenos regatos ou ribeiros; as suas segundas escamas dorsaes principiam quasi em seguida ás primeiras; os dentes são arredondados e obtusos; e é muito mais pequena.

A segunda especie (P. fluviatilis L.) é muito mais comprida; as suas segundas escamas dorsaes estão separadas das primeiras por um longo intervallo; os dentes são muito aguçados; vem do mar aos rios para desovar.

Coimbra. ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

AS TRÊS IRONIAS

A EUGENIO DE CASTRO

I

O CENTAVRO

«Saturno receoso de ser surprendido por sua mulher Rhéa, se transformou em cavallo para ir ver Phillyra, de quem houve Chiron, meio homem, e meio cavallo. Este monstro vivia nos montes, armado sempre de hum arco; e se constituyo pelo conhecimento dos simplices o maior medico do seu tempo. Ensinou esta arte a Esculapio, a astronomia a Hercules, e foi o pedagogo de Achilles. Pelo motivo das grandes dores que sentia em hum pé, de huma ferida, que nelle fez, cahindo-lhe em cima uma setta de Hercules, tocada n sangue da hydra, appetecia muito o morrer, porém era immortal. Por fim tantas forão as instancias, com que pedio a morte, que os deoses o collocárão no céo entre os doze Signos do Zodíaco, e he o Sagittario. Ovid. Hygin.»

DICCIONÁRIO DA FÁBULA.

«... viu representada na fábula do Centauro a sorte do Poeta.»

Quando o Centauro, filho de Phillyra,
Chíron — o que em saber todos venceu —
Junto á margem parou, o Sol tingira
De fogo e d'oiro as aguas do Peneu.

Nessa manhan de leve e claro dia
Lembrava o ar, tão fresco e perfumado,
Que de hálitos de Cypris se tecia,
Como um véo invisivel, espalhado.

O mundo ria ao ver que ria Zeus.
Perseguindo por selvas, por outeiros
Sedósos javalís, gamos ligeiros,
Já ladravam d'Artémis os lebreos

D'Herakles os choupos viridentes,
Os loureiros, do louro Apollo eleitos,
E os myrtos d'Aphrodite adolescentes
Deuses ser pareciam, de perfeitos.

E agora d'entre as árvores divinas,
Que o cristalino rio iam bordando,
Accordavam, num côro doce e brando,
Risos, vozes de boccas purpurinas,

De nymphas que, o Peneu vendo brilhar,
Loiro aos beijos de Zeus, loiros de mel,
Para as aguas corriam, a banhar
Do Deus no beijo fluido a branca pelle;

Emquanto da ramada verde e espessa
— As aguas invejando amargamente —
As espreitava, a arder, d'amor fremente,
A multidão dos sátyros travessa.

De longe, num trinado puro e leve,
Já de Pan resoava a cantilena,
Viva como o fugir d'um prazer breve,
Doce como o voltar de fiel pena.

Corpos brancos de heróes ou de immortaes,
Marmóreos de belleza, atravessavam
Sob as faias. E as aves, aos casaes,
Iam beber em fontes que cantavam.

Retoiçavam nas relvas os rebanhos,
Que a terra da Thessália fez medrar;
E, a ouvir o balir dos tenros anhos,
Esqueciam-se as feras de matar.

Mas quando na clareira luminosa
O Centauro parou, soltando a extranha
Voz de tormento e de áncia angustiosa,
Tremeu todo o paiz que o Peneu banha.

E aos lamentos de Chíron, que ardia
Da dôr cruel e eterna aguilhoado,
Toda a vida do mundo respondia
Invejando-lhe, em côro, o amargo fado.

OS SÁTYROS

«Centauros divinos
Senhores do espaço
Quem nos dera ser,
E tornados ver
Nossos pés caprinos
Em jarretes d'aço!

Centauro do monte,
Tua fronte vasta
Quem nos dera ter,
Ai! trocar poder
A bicorne fronte
Que o amor afasta».

AS AVES

«De que nos vale
Voar, voar,
Azas inquietas,
Se as tuas settas
Por nosso mal
Vencem o ar!?»

AS NYMPHAS

São nossos corpos mais
Suaves e macios
Que os fructos estivaes
E o mel correndo em fios.
E, só de nos tocar,
Parecem perfumados
Os rios prateados
E os hálitos do ar.

De ver-nos só, parece
Que a sombra se faz luz,
E Zeus flavo embrandece
Se em nossos corpos luz.
Do Amphrysico Pastor
Rivaes — aureas abelhas
São beijos de centelhas
Da nossa bocca á flôr;
Emquanto, soluçando
Ao ver-nos longe, Pan
Vae do seu canto brando
Tecendo a teia van.

Querem-nos de seus braços
Nos apertados cintos
Os pastores famintos
De tépidos abraços;
E os sátyros lascivos
Tentam, correndo em vão,
Colher dois pomos vivos
Que os nossos peitos dão.

Mas todas nós, em vez
De ser graça e belleza,
Sonhamos ser o que és:
A força na destreza!»

UM GRUPO DE PASTORES

«Lestos e fortes luctadores,
Outros não ha de tanta audácia
—Desde a Chaónia até á Thrácia—
Como os thessálicos pastores.

Somos alegres e valentes.
Tocamos frauta como Pan,
Seguindo as aves da manhan,
Seguindo á tarde aguas correntes.

E para ouvir-nos emmudece
A terra toda: as claras fontes,
Prantos de rios, ais de montes,
O bosque verde, e a loira messe.

Só, Chíron, falta á nossa força
Teu arco ter e tua aljava,
Para alcançar a leve corça,
Para abater a fera brava.

Dávamos todos, para um dia
Sermos tambem fortes sétteiros,
A nossa avena mais macia,
Nossos mais candidos cordeiros.»

AS AVES

«De que nos vale
Voar, voar,
Aves inquietas?
Tambem as settas,
Por nosso mal,
Vencem o ar!»

DOIS AMANTES

«Cypris teceu-nos por sua mão
Véo invisivel,
Que envolve os dois na mesma attracção
Irresistivel.»

ELLA

«Se o nosso amor não vem confundido
Num só olhar,
—E' que é mais doce ser dividido
Por ir a par.»

ELLE

«Se os nossos corpos Cypris não vem
N'um só unir
—E' que um só laço ha que os prenda bem:
Poder fugir!»

OS DOIS

«Mas para como o veloz Centauro
Longe correr,
Vencendo o vôo do proprio Cauro,
E o mundo ver;

Para, da terra em que a nossa vida
Tão doce corre,
Ir ver aquella desconhecida
Onde o sol morre,

—Ah! rasgariamos de bom grado
O doce véo
Que, por divinas mãos perfumado,
Nos envolveu.»

OS RIOS E AS FONTES

«Nascentes de fontes, correntes de rios
São aguas sagradas;
São feitas, desfeitas com abraços frios
De náides levadas.

Cantigas de rios, e prantos de fontes
São vozes divinas,
Que a prisão adóçam dos immoveis montes,
Das quietas collinas.

Os rios são leitos que sabem correr
E onde, a sonhar,
Vão pallidas nymphas que morrem ao ver
Os tritões do mar.

Cantigas que choram, e chôro divino
De doces cantares
Te davamos para, por nosso destino,
Teu fado trocares;

Te davamos para, como tu, podermos
Parar e subir,
Tornar a ver bosques, e prados, e ermos
Que vimos fugir.»

AS AVES

«De que nos vale
Este voar
D'azas inquietas?
Se as tuas settas
Por nosso mal
Vencem o ar!»

AS ARVORES

«Sob as nossas ramas por manhans serenas
Vêem dryades brancas em festões dançando,
Vêem pastores bellos descançar, tocando
Pífaros ligeiros, musicaes avenas.

Se aquilões nos ferem, os favónios brandos
Curam nossas folhas com carinhos suaves,
E, vendo-nos mudas, deuses feitos aves
Enchem-nos de cantos, em alados bandos.

Mas raizes temos, que á terra agrilhôam
As nossas virentes, perennaes folhagens,
Emquanto os favónios para longe vôam,
E as fugídas aves curvam doces viagens.

Rápidos centauros quem nos déra ser;
Já não nos prendiam grilhões enterrados;
Quem nos déra ao largo por abertos prados
Correr sem descanço, como tu correr.»

OS HOMENS

«Fundibulários e clavígeros,
Vence o vigor do nosso braço
Lobos cervaes, monstros alígeros,
Leões do monte, aguias do espaço.

Os nossos corpos são tão bellos
Como o do proprio Apollo ou Zeus,
E o nosso olhar, que sabe vê-los,
Faz de cada um de nós um deus.

E' nosso o mundo, é nosso o mar.
São nossos sonhos, nossas máguas
Que Pan na frauta anda a tocar,
Que os tritões cantam sobre as aguas.

Se um mesmo e só destino encerra
Vidas de deuses, de mortaes,
A mão que abála o Olympo e a terra
Do proprio Zeus nos torna eguaes.

Mas nunca a sorte ha de, a final,
Satisfazer esta ambição:
—Numa existencia una e dual
Realizar a perfeição;

Como tu, ter egual vigor
De genio e acção, ser lucta e paz,
Contemplação e cego ardor,
Ser deus soberbo e féra audaz;

Immortaes ser, como tu és,
E assim, da nossa eternidade,
Ficar a ver, como tu vês,
Fugir apoz uma, outra edade.

Ah! dá-nos tu, Centauro forte,
O dom de raça alta e divina,
Que te completa, e em ti domina
A terra, a vida e a propria morte!»

CÔRO UNIVERSAL

«Todos, todos ouvimos teus lamentos
E os soluços que solta a tua voz,
Mas tua propria dôr e teus tormentos
Te invejamos, Centauro, todos nós;

Pois não é como a nossa a tua dôr,
Filho d'um Deus. E os deuses, se te affligem,
E' que, provando assim o teu valor,
Te reservam destino egual á origem.»

O CENTAURO

«Ai de mim! ai de mim! Por todos invejado,
Sôffro como jámais soffreu deus ou mortal,
Pois tenho no meu ser um ser d'outro rival,
O combate dos dois dentro dum só travado;

Pois sendo um deus não cessa a dôr que me tortúra,
E quando a propria dôr da setta, que excrucía,
Adormecesse, ainda então me ficaría
Nesta minha hybridez um mal de eterna dura;

Pois sempre ha de soffrer como ninguem aquelle
Que, ao mesmo tempo, em si contenha e em si confunda
Flamma que no seu peito os immortaes revele,
E origem fatal que com a terra o funda.

Como eu, ha de soffrer aquelle que quizer
Da Vida ou tudo ou nada, e não se conformar
A ver sem possuir, a aspirar sem no ser
Tudo quanto adivinhe o seu divino olhar.

E o que vós me invejais, a minha dualidade
Enreda-me, e anniquila o íntimo desejo
De ser como não sou, pois em sônho me vejo
Bem diverso, por Zeus! d'esta monstruosidade.

Sou Deus? mas ai! revélo o bestial disfarce
Com que Cronos, a arder por possuir Phillyra,
Poude alcança-la emfim e, ao gerar-me, furtar-se
De Rhea suspeitosa á ciumenta ira.

Sou Deus! E a fera, o instincto offusca-me a razão.
Sou fera! E o Deus, que sou, o meu instincto peia.
Pensando, quero ser todo revolta e acção;
Luctando, sonho a paz olympica da idêa.

Ai de mim! Ai de mim! que soffrimento o meu!
Se tento amar, mortaes ou nymphas assustadas
Fogem, sem ver do meu olhar no claro céo
As promessas que traz meu coração guardadas.

E para que me serve o vigor e a destreza
Se, mordido de dôr, côrro sem norte ou rumo,
Se, em vez de dominar o mundo e a natureza,
A luctar contra mim minhas forças consumo?

E' meu arco seguro, e meu braço robusto.
Minhas settas pelo ar são faíscas agudas;
Mas como só alvejo espaço e estrellas mudas
Podem dardos de heróes cravar-se no meu busto.

Ergue se da minha alma um divino poema;
Mas, mal vou a cantar o que em mim tenho ouvido,
Com tão bárbara voz, o sônho, ó dôr suprema,
Se é no peito canção, é na bocca — um bramido.

Sei, como os immortaes, os segredos do mundo;
Mas, ó deuses, em vão de dia e noite peço
Ao veneno subtíl das plantas que conheço
A morte, a liberdade, o somno calmo e fundo.

*

Quando é, Zeus, que a final te has de compadecer,
E o raio despedir da cólera sagrada
Que me destrúa a dôr por mão alheia dada,
E a dôr que de mim nasce, o tedio do meu ser?

Deus entre os deuses, Zeus, omnipotente e forte!
Mata-me, a ver se a voz do mundo louco e vão
Se cala para mim, se cessa além da morte
A ironia cruel da minha perfeição!

*

Calara-se o Centauro. Ainda em echo profundo
Sua voz dominou da terra o immenso côro.
E Zeus, ao conhecer a maior dôr do mundo,
Mandou-lhe a morte, emfim, num raio feito d'ouro.

Mas, por noite de calma, um pastor solitário,
Ao conduzir o gado á margem do Peneu,
Numa faixa avistou, que dividia o céo,
Entre os signos brilhando o forte *Sagittário*.

Coimbra, 11 de setembro de 1896.

MANUEL DA SILVA GAYO.

ANTONIO HOMEM

(Ao meu prezado amigo, patricio e collega o sr. Augusto Mendes Simões de Castro)

X

A CASA DA SYNAGÓGA

(Cont. do n.º 1, pag. 59)

A 8 de novembro de 1621 a mesma testemunha, diz que no jejum que se fez ha sete annos em casa de José Coutinho tambem estivera Manuel Gomes, estudante, primo da mulher de Jorge Vaz Collaço; e que ao jejum de ha cinco annos em casa de Chrispim da Costa assistíra Antonio de Oliveira, filho de Rodrigo Ayres, e que ao jejum do dia grande, em casa de Miguel da Fonseca, compareceram Marcos Fernandes, e Francisco de Andrade, genro de Henrique de Arede, e se declararam ahi por judeus. Que no jejum de ha oito ou nove annos em casa de Miguel Gomes, víra Antonio de Almeida, filho de Antonio Dias de Almeida, e todos ahi se declararam por judeus, por crerem e viverem na lei de Moysés.

Aos 25 de janeiro de 1622 a mesma testemunha jurou, que Miguel Gomes lhe dissera que do dinheiro da confraria Antonio Dias da Cunha mandára fazer vestes, e lhe enviára doze por seu sobrinho Francisco Machado, porque o jejum se havia de fazer em setembro, ou em casa de Miguel Gomes, ou na sua quinta do fundo de Coselhas, delle conego, que tinha de ir para o Porto. Que no livro da confraria estavam mais inscriptos: Diogo Lopes de Sequeira, e Simão Lopes, o chorão. Que o livro estava em poder de Miguel Gomes.

Aos 14 de novembro de 1621 jurou Antonio Correia de Sá, que Miguel Gomes lhe dissera a elle e a José Coutinho, que viessem para celebrar o jejum do dia grande, e lá estiveram todos tres, e mais o dr. Francisco Gomes, seu irmão Antonio Gomes, o sapo, Miguel da Fonseca, Diogo Lopes da Rosa, Sebastião Gomes, ja fallecido, Francisco de Almeida, e Francisco Serrão; e que Miguel Gomes foi quem fez as ceremonias. Que haveria quatro ou cinco annos fôra com seu filho Luiz de Sá a casa de Miguel Gomes, e junctaram-se lá, além dos

tres, José Coutinho, Fernão Dias, um rendeiro das terças, Francisco Fernandes, Francisco de Almeida, Diogo Lopes da Rosa, Francisco Serrão, e Antonio Dias de Almeida; que entrando o dr. Antonio Homem, o revestiram, que se fizeram as ceremonias, que lhe beijaram o fato juncto aos pés. Que Francisco de Sá e Luiz de Sá foram a casa do dr. Antonio Homem para os ensinar. Convidado para a confraria de frei Diogo disse que não punha o nome em livro algum pelo perigo que dahi podia resultar. Disse mais que indo ao mosteiro de Sancta Anna, a christã nova, Maria de Mattos lhe ensinou os preceitos da lei de Moysés, e ambos se declararam por judeus.

No dia seguinte a mesma testemunha falou da buzina de prata que tocava Miguel Gomes. Que este e Antonio Homem declaravam os dias em que caíam os jejuns solemnes e as paschoas dos judeus. Que Miguel Gomes guardava as vestes. Que José Coutinho era o escrivão da confraria, e o mordomo da bolsa Diogo Lopes da Rosa, e o juiz Miguel Gomes. Que estavam inscriptos no livro, além das pessoas que assistiram ao jejum, Simão Lopes, o chorão. Que de frei Diogo havia apenas um retabulo; que tinham outro Francisco Serrão, bem como Francisco Lobo, de Taveiro. Que a alampada ardia em Leorne ou Corfu; que um irmão de Miguel Gomes era quem mandava de Lisboa o dinheiro para lá. Que no jejum, que haverá quatro annos se fez em casa de Miguel Gomes, estavam André Vaz Cabaço, Pero Cabral Collaço, Francisco de Aguiar, Fernão Dias revestido, Miguel Gomes revestido, o dr. Antonio Homem revestido, todos tres sacerdotes da lei de Moysés; que se perdoaram injurias nesse dia, que se fizeram as ceremonias e practica, e juramento de segredo; que tinham vestes os circumstantes; que o dr. Antonio Homem tinha mitra maior que os dous assistentes, serrada por cima com figuras ovaes; e que tocára a buzina; que José Coutinho tomava da bandeja os habitos, e Miguel Gomes os distribuía.

José Coutinho com as mãos atadas jurou a 26 de novembro de 1621, que desde o ultimo perdão geral em todos os annos, no mez de setembro, umas vezes em casa de Miguel Gomes, outras na de Henrique de Arede, outras na de Antonio Dias da Cunha, e outras em casa de Fernão Dias da Silva, em companhia das pessoas de que tem dicto nas suas confissões, e de Diogo Lopes da Rosa, Simão Lopes, o chorão, Henrique de Arede, Francisco Rodrigues, o botelho, Francisco Lobo, fazia o dono da casa, como sacerdote, as ceremonias e a practica do jejum, prestando todos juramento de segredo. Que nalguns desses ajunctamentos se encontravam Chrispim da

Costa, Matheus Lopes da Silva, seu irmão Antonio de Oliveira, Francisco Serrão, Miguel Gomes, o licenciado Francisco de Almeida, Antonio Leitão, corcovado, e o licenciado André Vaz Cabaço. Que Francisco Serrão foi acima a sua casa, e trouxe num prato grande um cordeiro assado e o partiu em pedaços, e o distribuiu aos circumstantes com bocados de pão asmo. Que para a confraria de frei Diogo todos pagavam segundo suas posses. Que diziam ter Miguel Gomes o livro dos irmãos; que uma alampada ardia em Flandres ou França, em honra do frade, a quem chamavam sancto e martyr; e que tambem das esmolas pagavam a gente pobre da nação. Que Fernão Dias da Silva era um dos sacerdotes dos judeus. Que elle confitente fazia quatro jejuns no anno, além dos communs das segundas e quintas feiras: o 1.º no mez de fevereiro, chamado o da rainha Esther; o 2.º vespera de Paschoa, intitulado a Paschoa do cordeiro, e cae a tantos do mez de março; o 3.º a Paschoa das Candelilhas; o 4.º era o do dia grande no mez de setembro. Que se encontravam nos jejuns Henrique de Arede, dr. Francisco Gomes, Francisco de Andrade, Manuel de Arede, o conego Matheus Lopes da Silva, Antonio Dias da Cunha, Chrispim da Costa, Francisco Gomes, Marcos Fernandes, Francisco de Almeida, Diogo Lopes da Rosa, Diogo Lopes de Sequeira, Fernão Dias, Francisco Serrão, Miguel Gomes, José Coutinho, Antonio Dias da Cunha, Fernão Dias da Silva, Francisco Dias, sirgueiro, Manuel Pires, cutileiro, Simão Lopes, o chorão, Diogo Dias, sirgueiro, André Vaz Cabaço, Manuel Gomes, estudante, Antonio Lopes, de Aveiro, estudante, Miguel da Fonseca, seu filho João da Fonseca, Antonio de Azevedo, Francisco Lobo, seu filho Simão Lobo, José Lobo, Antonio Correia de Sá, seus filhos Francisco e Luiz de Sá, Antonio Dias de Almeida, João de Almeida, Antonio de Almeida, Diogo de Arede, Miguel Paes, Manuel da Costa, um irmão do medico Francisco de Almeida, Francisco Gomes, o sapo, Antonio de Oliveira, Antonio Leitão, o estudante Arsenio Dias, o rato, Francisco da Silva, Antonio Mendes, de Aveiro, seu irmão Fernão Gomes, Pero Cabral Collaço, e Manuel Henriques.

A 27 de novembro de 1621, Fernão Dias da Silva jurou que haveria quatro annos, em casa de Miguel Gomes, pelo mez de setembro no dia do jejum grande, estando com elle e com o conego Antonio Dias da Cunha, Chrispim da Costa, Simão Lopes, Miguel da Fonseca, Antonio Dias de Almeida, André Vaz Cabaço, João da Fonseca, filho de Miguel da Fonseca, Diogo Lopes da Rosa, Antonio de Almeida e João de Almeida,

filhos de Antonio Dias de Almeida, fizeram o jejum da rainha Esther.

O medico Simão Lopes, o chorão, em 21 de outubro de 1621 jurou que Diogo Lopes da Rosa lhe dissera que havia uma irmandade, para dar esmolas para uma alampada que ardia continuamente numa synagóga da cidade de Guefo, e que elle contribuia com 100 réis. Que se fez a eleição da confraria em casa de Diogo Lopes da Rosa, assistindo este, a testemunha, Francisco de Almeida, Miguel de Almeida, Diogo Lopes de Sequeira, Francisco Serrão, Manuel de Arede, Francisco de Andrade, e José Coutinho. Que a eleição se fez á tarde ou no dia do jejum grande ou na vespera, em que Diogo Lopes da Rosa fez o officio de sacerdote. Que saíu eleito juiz Diogo Lopes de Sequeira, escrivão Francisco Serrão, e saccadores Francisco de Almeida e seu irmão Miguel de Almeida. Declara ainda que se encontravam tambem em casa de Diogo Lopes da Rosa o dr. Francisco Gomes, Antonio Gomes, o irmão Francisco Gomes, o ruivo, Francisco Gomes, Francisco Lobo, de Taveiro, Manuel da Costa e o licenciado Simão do Couto: que seriam vinte e cinco os que assistiram á eleição; que a confraria renderia quinze até vinte mil réis cada anno; que o livro em que estavam assentes os irmãos era da altura de dous dedos, encadernado em pergaminho branco; que Diogo Lopes da Rosa lhe disse que além das pessoas, que assistiram á eleição, estavam lá inscriptas as freiras, irmãs de Diogo Lopes, de Fernão Dias, e a de Francisco de Almeida; que o livro estava em casa de Diogo Lopes da Rosa. Affirma que Diogo Lopes de Sequeira era tambem um dos sacerdotes da lei de Moysés. Que estavam em casa de Diogo Lopes da Rosa, no jejum ahi celebrado, Antonio Correia de Sá, Pero Cabral, André Vaz Cabaço, e Antonio de Oliveira; que no outro jejum, em casa de Miguel Gomes, esteve revestido Diogo Lopes de Sequeira, na casa de dentro, com a mesma vestimenta de que usára Diogo Lopes da Rosa; e que as pessoas que estiveram presentes foram: Antonio Correia de Sá, Pero Cabral, André Vaz Cabaço, Antonio de Oliveira, Diogo Lopes da Rosa, Diogo Lopes de Sequeira, José Coutinho, Francisco de Almeida, Miguel de Almeida, Francisco Serrão, Manuel de Arede, Francisco de Andrade, dr. Francisco Gomes, Antonio Gomes, Francisco Gomes, o ruivo, Miguel Gomes, o manco, Francisco Lobo, de Taveiro, Simão Lopes confitente, Manuel da Costa, Simão do Couto, e outras pessoas de que se não lembra agora.

(Continúa). ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do n.º 1, pag. 40)

VII

Muda-se Castilho para o palacio da rua do Machadinho. — Algumas considerações historicas e artisticas ácerca d'essa vivenda celebre. — Genealogia dos seus antigos possuidores.

Da casa modesta da rua do Collegio dos Nobres, sahiu a familia em Setembro de 1850 para uma bella propriedade particular, que então era citada em Lisboa: o palacio da rua do Machadinho.

Eu explico.

*

A gestação intellectual que então preoccupava o poeta humanitario, tinha-o levado a promover, quanto poude e soube, o gorado pensamento da fundação do grande *Collegio Nacional do Principe Real D. Pedro*. Desenganado, pelos prudentes conselhos de muitos amigos, de que nem os Governos nem os particulares o auxiliariam na tal sonhada emissão de acções, fiou-se imprudentemente nas suas proprias forças, e metteu sósinho hombros á empreza.

Foi mais uma decepção.

Começou por querer alugar casa em Campolide; pôz de parte a ideia, não só pelo afastamento d'aquelle sitio, mas tambem por não se achar predio adequado. Inculcaram a Castilho o palacio «Machadinho», cuja renda devia ser alta,

mas cujas condições eram admiraveis. Falta-me averiguar o como se resolveu a questão financeira; mas sei que o palacio foi tomado.

Vivenda quasi principesca. Falemos d'ella; tem todo o interesse de um capitulo de antiguidades patrias.

*

A rua *do Machadinho* (para começarmos pelo principio) chamou-se antigamente, até ao meio do seculo passado, *do Acipreste,* e tambem *do Acipreste do Mocambo*, para a distinguir de outras serventias que tiravam nome da mesma conifera. É uma das do bairro do Mocambo, parallela ao Tejo, e fórma transição de Buenos Ayres com a Esperança, paragem essencialmente maritima, ainda hoje cheia de pescadores, vendilhões de peixe, ovarinos, arremedo amodernado da vetusta Alfama, e cuja physionomia antiga se conservava quasi intacta ainda em 1850.

N'essa rua do Acipreste houve do lado da terra, umas casas nobres com ermida de Nossa Senhora da Caridade (1); chamava-lhes o povo, por antonomasia, *a casa da ermida*. Pertencia esse predio a um ramo de familia illustre e velha, ramo cuja existencia o acaso me descobriu: uns dos muitos Eças que ha em Portugal, que todos, mais ou menos, aspiram a entroncar-se na dynastia Real affonsina.

A sombra pois d'esta ramada genealogica descançaremos alguns minutos, pedindo prévia desculpa a certos leitores do *autem genuit* que lhes vou apresentar; a outros não a peço, porque sabem que estas seccas são o melhor, o mais authentico, o mais firme, dos alicerces da Historia.

*

A primeira figura da procissão é nada menos que

§ I

1. El-Rei D. Pedro I. Do seu casamento, para mim provado, com D. Ignez de Castro, ficou, entre outros:

---

(1) *Sanctuario Marianno*, t. VII, pag. 112.

2. O Infante D. João, casado com a infeliz D. Maria Telles de Meneses, irman da Rainha D. Leonor Telles, ambas filhas de Martim Affonso Telles de Meneses. D'essa união nasceu:

3. D. Fernando, senhor de Eça, em Gallisa. Casou com muitas mulheres, em vida umas das outras. De Joanna de Saldanha (filha de Fernão Lopes de Saldanha, natural de Saragoça, Contador-mór de Castella, e de D. Mecia de Guevara) teve:

4. D. João d'Eça (o titulo do senhorio territorial já convertido em appellido). Foi Alcaide-mór de Souzel, nomeação do Duque de Bragança; casou com D. Maria de Mello, filha de Vasco Martins de Mello, Alcaide-mór de Castello de Vide, e de D. Isabel Pereira (filha de Fernão Pereira, Alcaide-mór de Villa-Viçosa). Houve d'este matrimonio varios filhos, que não importa estudar aqui; e (fóra das fronteiras matrimoniaes) houve de uma D. Maria da Silveira um b. por nome D. Duarte.

§ II

1. D. Duarte d'Eça, morador em Obidos, tornou-se chefe de uma nova linha, illegitima, parallela ao tronco principal. Passou a servir na India em 1538 com o Vice-Rei D. Garcia de Noronha Foi Capitão de Moluco, e depois de Gôa e de Ceylão. Casou com D. Leonor de Faria, senhora de Casa, filha herdeira de Pedro de Faria, Fidalgo da Casa Real, Capitão de Malaca e de Gôa, e senhor de um vinculo. Era esse D. Duarte, ainda pelos annos de 1558, Capitão da importantissima fortaleza de Moçambique (1). Foi filho segundo d'este casamento:

2. D. João d'Eça, que, além de alguns bens que herdaria de seu pae, herdou de sua mãe o morgado dos Farias. Foi á India com 2$266 réis de moradia de Fidalgo escudeiro. Acompanhou duas vezes a Africa El-Rei D. Sebastião, e morreu na batalha de Alcacer-Kebir. Foi casado com D. Catherina Bernardes de Medeiros, filha de Antonio Vaz Bernardes de Medeiros, Fidalgo da Casa Real, e instituidor, em

---

(1) Menciona-o Diogo Barbosa Machado, nas *Mem. d'El-Rei D. Seb.*, t. 1, pag. 161.

1594, do morgado da quinta da Foz, no termo de Obidos; neta de Martim Vaz de Medeiros, e de sua mulher D. Catherina (ou Clara) Bernardes. Esta senhora era nada menos que irman do celebre poeta Diogo Bernardes, e do ascetico Frei Agostinho da Cruz, cujo retrato em azulejo vi, e copiei fidelissimamente, no convento da Arrabida. D'esse seu casamento teve D. João d'Eça por filho:

3. D. Antonio d'Eça. Casou com sua parenta D. Clara Bernardes, filha de Nuno Monteiro Bernardes, Capitão dos rios de Sofala, e de D. Margarida Carneiro. Foi esta senhora, depois de viuva, instituidora da capella, com jazigo, de Nossa Senhora da Caridade, na egreja parochial de S. Nicolau, segundo clausula do seu testamento, lavrado em 5 de Setembro de 1667 nas casas de sua residencia, que eram na mesma freguezia, «junto á egreja nova da Rainha» (o Convento dos Torneiros, assim chamado então). Logo voltarei a falar d'essa tal capella. Tiveram D. Antonio e D. Clara varios filhos, e foi primogenito

4. D. Duarte d'Eça e Faria. Era tido nas visinhanças do Mocambo como pessoa muito illustre, segundo colhi do depoimento de algumas testemunhas no processo de habilitação de certo Familiar do Santo Officio. Dizia-o a voz publica aparentado com gente muito alta da Côrte, entre outras pessoas com um dos Grandes do sequito da nossa Infanta D. Catherina, Rainha da Grã-Bretanha. Não sei se foi este D. Duarte, ou seu bisavô, que habitando na rua do Acipreste deu ás suas casas a denominação por que eram conhecidas em todo o bairro: «as casas da ermida de D. Duarte». Apesar da sua prosapia illustre, casou baixamente com uma creada, Maria de Oliveira, filha de um João Pinto de Oliveira. Tiveram:

5. D. Manuel d'Eça e Faria, baptisado em 19 de Julho de 1668, e morador, como seus avós, na rua do Acipreste, onde se tratava nobremente. Succedeu na casa paterna, e casou na freguezia de Santa Catherina, em 24 de Setembro de 1689, com D. Isabel Antonia de Macedo, filha de Vicente da Costa Freire, Alcaide-mór de Alvito. Vivia D. Manuel ainda em 1704 quando Frei Gaspar Barreto, Chronista-mór, lhe passou certidão da sua nobre linhagem. Não posso entender o depoimento de uma das testemunhas do alludido processo de Familiar, onde se lê que este D. Manuel foi tambem casado (não sei se em primeiras se em segundas nupcias) com a irman

de um Francez chamado *Monsul Julião* (Monsieur Julien?) Consul dos Francezes, e morador no palacio do Visconde da Asseca, a Santos (palacio acabado de demolir no verão de 1888 para ahi se estabelecer uma fabrica não sei de quê). Tiveram, esses mencionados, D. Manuel e D. Isabel, um filho e uma filha:

6. D. Bernardo d'Eça de Faria Henriques, com quem se continua; e (além de outro, que não faz agora ao caso):

6. D. Clara Bernardes d'Eça. Nasceu esta senhora nas casas da rua do Acipreste, e baptisou-se em Santos-o-Velho a 12 de Abril de 1696, sendo padrinhos seu avô D. Duarte d'Eça, e a referida mulher d'elle, D. Maria de Oliveira, moradores no mesmo predio da familia. Casou D. Clara em 30 de Janeiro de 1723 com um sujeito da Ilha Terceira, Antonio do Rego de Alpoim, Cavalleiro na Ordem de Christo, Guarda-mór do *Consulado*, e morador aos Poyaes de S. Bento. Tiveram uma filha, D. Anna Euphrasia Joaquina de Meneses e Eça, nascida na freguezia de Santa Catherina, e ahi baptisada a 25 de Março de 1724. Tendo-se ajustado D. Anna Euphrasia a casar com o Familiar do Santo Officio Antonio Pedro Cremer Vanzeller, fez justificação (muito porfiada pelo terrivel tribunal durante o espaço de annos), provando a sua ascendencia; e foi graças ao processo, que pude restaurar estas ruinas todas, tão interessantes (1).

*

Tornando-nos agora alguns passos atraz, vejamos o assumpto do testamento de D. Clara Bernardes, mulher de D. Antonio d'Eça.

Por esse documento institue da terça de seus bens uma

---

(1) Torre do Tombo — Familiares — *Antonios*, Masso 10, n.os 154 a 160. — Applaudo-me pois de ter topado com taes documentos, no mar immenso de inutilidades futeis, para onde um dos nossos sabios reformadores me atirou, arrancando-me á Bibliotheca Nacional (que eu tanto amava, e onde estava, não pelo beneplacito do favoritismo politico ou do compadrio, mas em virtude de concursos serios), e atirando-me para o sótam dos *addidos*, como quem se descarta de um pezo importuno, ou arranca uma arvore que faz sombra.

capella na parochial de S. Nicolau, com a invocação de Nossa Senhora da Caridade, obrigada a Missa quotidiana; e nomeia para a administração seu filho segundo, D. Diogo d'Eça; por morte d'elle, succeder-lhe-hiam os filhos legitimos, e na sua falta o mais proximo parente, não podendo nunca entrar os filhos havidos fóra do matrimonio, nem sequer os legitimados por acto subsequente. No caso de se extinguir a raça, succederia a Misericordia.

D. Bernardo d'Eça de Faria Henriques succedeu certamente na casa dos Eças, mas não deixou rasto meu conhecido. Parece-me que n'elle terminou a varonia da estirpe.

*

Tenho aqui uma lacuna, que não sei preeneher; vejo que pelo meio do seculo XVIII a casa da rua do Acipreste mudava de dono. Dos antigos Eças, militares da India, cuja menção se topa ao longo das chronicas, passava á mão de um pacifico e opulento Administrador geral do Contracto do Tabaco, José Machado Pinto, Cavalleiro da Ordem de Christo.

Pertencia Machado Pinto áquelle grupo de homens importantes pela sua riqueza e laboriosidade, dos quaes o finissimo criterio do Marquez de Pombal soube rodear-se, como de uma guarda de honra de efficazes auxiliares. Gloria lhes seja, a elle, e a elles.

N'esse grupo encontraram-se homens cultos, de verdadeiro bom gosto, que na Lisboa resurgida depois do terremoto souberam implantar o apuro das edificações modernas, auxiliar com os seus capitaes o aformoseamento do traçado das ruas pombalinas, e contribuir para o engrandecimento das emprezas e companhias industriaes do nascente regimen economico. Á voz do primeiro Ministro, tornaram-se as elegantissimas casas d'esses homens theatro de reuniões, até então unicas em Portugal, onde a nobreza antiga se misturava com a operosa burguesia, e onde os nobres da espada, e os nobilitados do fôro e da praça commercial, todos confraternisavam, e começavam a apreciar-se mutuamente.

O grande Marquez, enriquecendo assim os *homens de negocio*, protegendo-os, animando-os nas suas emprezas apparentemente de interesse particular, nobilitando-os com senhorios e titulos, tinha um grande e elevado pensamento: aproximal-os das classes mais altas, e fundir com ambos esses elementos,

até então dissociados, o nucleo das nossas modernas classes medias, chamadas *a sociedade;* concepção altamente fecunda em resultados praticos! fraternisação christianissima!

Do mesmo modo, é bem certo, pensou o genio de Napoleão I; elle proprio o diz pelas palavras que lhe attribue o honrado Conde de Las Cases no *Mémorial de Sainte Hélène* (9 e 10 de Setembro de 1816):

«Os meus Officiaes móres, os meus Ministros, — observa o Imperador — não poucas vezes receberam de mim, além dos seus avultados ordenados, gratificações, baixellas completas de prata, etc. Que levava eu em vista com taes profusões? que mantivessem grande casa, dessem jantares e hailes brilhantes. E para quê? para fundir entre si as parcialidades politicas, cimentar as novas allianças, amaciar as asperezas antigas, crear, emfim, uma sociedade, crear os costumes, e dar-lhes côr.»

*

Entre os argentarios mais em evidencia em Lisboa, figuravam pois, e muito bem, o citado José Machado Pinto e sua familia, nos fins do reinado d'El-Rei D. João V, e no d'El-Rei D. José.

Duas palavras de genealogia outra vez.

*

1. Pedro Pinto, que não sei quem fosse, casou em Bornes, termo de Villa Pouca de Aguiar, e teve:

2. João Pinto, natural de Bornes; ignoro se casou; fez serviços militares; teve illegitimo:

3. Francisco Machado Pinto, Cavalleiro da Ordem de Christo em attenção aos serviços de seu pae. Serviu como Alferes, Ajudante, e Capitão de Infanteria de uma Companhia do terço da guarnição da cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda por mais de vinte e tres annos, desde 24 de Março de 1680 até 15 de Março de 1721, entrando no dito tempo 1 anno e 19 dias que serviu de depositario da fazenda Real, e 2 annos de Juiz dos orphãos da dita cidade. Em 1680,

quando fazia viagem de Lisboa para Angola, avistou-se o seu navio com cinco embarcações de Turcos, com quem, parece, pelejou. Em 1681, tendo o Rei preto Ginga quebrado as pazes que fizera comnosco, organisou-se em Ambaca uma expedição para o castigar de ter invadido e saqueado povoações inteiras. N'essa expedição entrou Machado Pinto. Marchou a expedição contra o dito Rei; mas elle accommetteu-a pela recta guarda, e dispersou-a, pondo fogo ás munições; e apesar da sua momentanea inferioridade, os Portuguezes supportaram este revez, e conseguiram dura victoria do inimigo. N'esta acção foi Machado Pinto ferido de uma setta n'um hombro. No anno de 1683 tendo desertado dez soldados da nossa guarnição, e tendo-se emboscado no matto, foi Machado Pinto, então Alferes, mandado em busca d'elles, que resistiram acremente, e lhe fizeram duas feridas de que esteve a pique de morrer. O presidio de Muchima foi uma vez atacado e entrado pelo gentio de Quiçama, que tambem accommetteu o Soba Cacunda. Marcharam para lá forças portuguezas, de que foi por Ajudante Machado Pinto, guarneceu com valor o campo, e n'uma campanha de tres mezes portou-se o mesmo Ajudante com pericia e denodo, castigando o levantado. Em 1689, sendo depositario da Real fazenda, houve-se com honradez, arrecadou com ponctualidade os direitos, promoveu a cobrança das dividas ao Estado, pondo causas em juizo, com o maior zelo do serviço. Por tudo isso, sendo elle já fallecido, fez El-Rei D. João V mercê ao irmão de Francisco, que era Antonio Machado Pinto, de 40$000 réis de tença effectiva assentados nos Almoxarifados do Reino, com o Habito da Ordem de Christo, por Alvará de 3 de Setembro de 1725. Este Francisco Machado Pinto, estabelecido em Loanda, como negociante de grosso trato, enriqueceu, e mandou ir para Angola seus dois sobrinhos, José e Antonio, de quem breve terei de me occupar.

3. D. Joanna Pinto; casou com Balthazar Machado; e tiveram os filhos seguintes:

4. Domingos Machado, natural de Bornes; serviu como soldado de Infanteria na Provincia de Traz-os-Montes desde 16 de Outubro de 1713 até 27 de Setembro de 1715, e herdou a acção dos serviços militares de seu tio materno Francisco Machado Pinto. Ignoro se teve geração.

4. Antonio Machado Pinto. Tendo ido para Angola com

seu irmão José, por chamado do tio materno Francisco Machado Pinto, enriqueceu, e voltou para Lisboa, onde continuou, algum tempo, negociando. Morou primeiro na rua do Caldeira, e depois na rua que leva do Poço dos Negros para S. Bento (ainda ha poucos annos chamada *da Flor da Murta,* hoje *de S. Bento*), n'um palacete que edificou, e que hoje tem os n.os 20 a 26. Foi nomeado Cavalleiro da Ordem de Christo, e Pagador geral das Tropas da Provincia de Traz-os-Montes. Retirou-se para Bornes, sua terra, onde vinculou os seus bens em Morgado, e lá falleceu por 1750 ou 51, tendo casado com D. Feliciana de Miranda Vahia, filha do Sargento-mór Francisco Teixeira de Miranda e de D. Serafina Borges, elle natural dos Passos, Arcebispado de Braga, ella de Bornes. Tiveram filhos:

5. Gervasio Joaquim Machado Pinto, nascido em Bornes em 1735. Depois de perder seu pae, veio para casa de seu tio José, em Lisboa, ao Mocambo, desde o verão de 1751, com uns dezoito annos, senhor de avultadissimos bens, e obteve a Mercê do Habito, pela nomeação que n'elle fez Caetano Alexandre Pinto de Albuquerque. Falleceu Gervasio sem geração. Tinha quatro tios maternos: um, Presbytero do Habito de S. Pedro, Abbade da egreja de S. João da Pesqueira; outro, Conego da Sé de Braga; outro, Religioso Dominicano, Vigario Geral no Estado da India; outro, Vigario n'uma egreja da Provincia de Minas no Estado do Brazil.

5. D. Sebastiana Joaquina Epiphania Machado Pinto Vahia de Miranda. Esta senhora foi segunda mulher de Francisco José de Sousa Machado de Carvalho Canavarro, Fidalgo Cavalleiro da Casa d'El-Rei D. José, Cavalleiro da Ordem de Christo, Coronel de Cavallaria em Bragança, Escrivão da Camara de Villa Pouca de Aguiar, e senhor do Morgado de S. José de Arcossó. Tiveram:

6. Pedro Antonio Machado Pinto de Sousa Canavarro, 1.º Barão de Arcossó em sua vida, Fidalgo Cavalleiro, 3.º Administrador do Morgado de S. José de Arcossó, no termo de Chaves, Cavalleiro de Aviz e da Torre e Espada, Brigadeiro do Exercito Portuguez. Com geração.

6. D. Maria Benedicta de Sousa Teixeira Vahia Machado, Nasceu em 17 de Fevereiro de 1771, e morreu a 25 de No-

vembro de 1846, tendo casado a 6 de Junho de 1787 com Antonio do Valle de Sousa e Meneses, Fidalgo da Casa Real, 9.º senhor do Morgado da Guerreira em Thomar, e de outros, Commendador na Ordem de Christo, Coronel das Milicias de Santarem, que nasceu em 12 de Agosto de 1756, e morreu em 3 de Março de 1829. Com geração.

4. José Machado Pinto, natural de Bornes; negociou em Angola, para onde o chamara seu tio materno Francisco Machado Pinto, enriqueceu, voltou a Lisboa, teve o Habito de Christo, o fôro de Fidalgo Cavalleiro por Alvará de 27 de Janeiro de 1752. Casou com D. Isabel Ventega, de quem não teve geração. Foi tambem Coronel de Ordenanças, Contador geral do Tabaco, e fundou o palacio chamado *do Machadinho* na rua do Acipreste em Lisboa. Os seus avultados bens passaram, por morte dos dois conjuges, para o irmão Antonio Machado Pinto, já mencionado.

*

Desfiada esta meada genealogica, que fiz á vista das respectivas habilitações na Ordem de Christo, accrescentarei o que me occorre sobre o palacio que fórma o assumpto principal do presente capitulo.

José Machado Pinto fixado em Lisboa, e muito rico, comprou (segundo creio) a *casa da ermida de D. Duarte,* no Mocambo, e transformou-a n'uma das mais sumptuosas habitações da Capital, erguendo sobre as vetustas paredes dos netos de Ignez de Castro e Maria Telles um palacio ás modas ultimas, com todo o arreganho de uma habitação cidadã, e todos os commodos e larguezas de uma boa residencia suburbana: salões desafogados e altos, escadarias de marmores ricos, hombreiras bem lavradas, tectos de apurados estuques, feitos em 1755 por João Grossi, o celebre estucador do Collegio dos Nobres e dos Paulistas (1), e sobre os portões, o do pateo e o da ermida, os brasões dos cinco machados de prata em aspa, que dizem Machado, e o das seis meias luas em duas pallas, que dizem Pinto. Por traz do edificio, desde a rua do Acipreste até aos altos, chamados hoje rua do Quelhas, bons

(1) Cyrillo V. Machado — *Collecção de Memorias,* pag. 270.

jardins e quintaes, sombreados de buxos, laranjeiras, latadas, e arvores fructiferas, refrescados de tanques e nora, e enfeitados de um mirante de azulejo, lá no topo da encosta, d'onde se descortinava larga vista da Cidade e do rio.

Este bellissimo palacio, de que eram dependencia, no lado fronteiro da rua, sumptuosos palheiros e cavalhariças, onde provavelmente se aquartelavam os cavallos do regimento de Ordenanças, de que era Coronel José Machado Pinto, este palácio, o melhor de todo o bairro piscatorio do Mocambo, deu fama ao sitio, e chegou a alterar o proprio titulo da rua, chrismando-a em rua «do Machadinho». Por tal diminutivo se percebe ter sido o nosso Coronel sujeito de acanhada estatura, ou (quem sabe?) merecer tal designação como prova da affectuosa estima popular. Um diminutivo assim traz ás vezes pronunciado sabor de affecto e bemquerença. E de mais: se a estatura era mesquinha, a alma era grande.

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

(Continuado do n.º 1, pag. 49)

I

Affonso — Martim

Na Bibliotheca Publica Municipal do Porto existia um codice contendo 5 obras, uma das quaes era o *Itinerario da ilha de Ormuz até Tripoli na Barberia* (deve ser Syria) *e d'ahi ate Rochela de França,* 1565.

Este codice desappareceu, ignorando-se completamente o seu paradeiro actual, sendo-nos portanto impossivel dar mais circumstanciadas noticias d'esta viagem e de seu auctor.

Sômos todavia levados a imaginar, sobretudo pela circumstancia da data, que Martim Affonso não é outro senão o mestre Affonso, cirurgião mór da India, cuja relação de viagem foi publicada pelo snr. Albano Anthero da Silveira Pinto nos *Annaes maritimos e coloniaes*, segundo o manuscripto existente na Torre do Tombo.

D'este mestre Affonso fizemos menção, sob o n.º XIX, na 1.ª serie da nossa *Noticia sobre alguns medicos portuguezes.*

É possivel que o *mestre* fosse trocado em Martim por algum copista ou então mal lido por quem ditou o verbete.

Veja-se o *Indice preparatorio dos manuscriptos da Bibliotheca publica municipal do Porto*, 2.º fasc., *geographicos,* pag. 131.

II

Almeida — Manuel d'

Se veio da India por terra não podemos affirmal-o com absoluta certeza. Esteve no Cairo e d'ahi passou a Roma, onde

communicou ao nosso embaixador noticias interessantes, que este julgou deveriam ser transmittidas de viva voz a el-rei, e porisso o remetteu a Lisboa com recommendação especial. Em carta de 10 de dezembro de 1558 escrevia de Roma o commendador mór D. Affonso a sua alteza:

«... e com tudo podera ser que quem nos levar sera la tão asinha como Francisco Coelho, o qual me pareceo despachalo com hos negoceos que estavão feitos para levar comsigo este Manoel dAlmeida, que com ele vay que aguora chegou do Cairo, porque poderia ser que com hos avisos que traz por ventura seria necessario mandarse a India algũa nova hordem nesta armada e pareceome que para isto era necessario que chegasse alguns dias antes e ele dira a Vossa Alteza a muita cantidade de pimenta que he vinda aquelas partes de Meca e asy tudo ho mays que quiser saber, e deste mancebo me dizem muytos bens hos que ho conhecem e quantas finezas fez por não ser judeu como seu pay, may e irmãos querião, e como creo que Joaõ de Lixboa sabera melhor dizer, em cuja companhia diz que esteve no Cairo: Vossa Alteza me fara merce mandalo favorecer e agradecerlhe o trabalho que tomou por vir daquelas partes em serviço de Sua Alteza para que isto dee animo a outros para que façaõ ho mesmo» (1).

III

Aranda — Fernão de

O Viso-Rei D. Duarte de Menezes o enviou por terra a Portugal, com recados a respeito da India, no tempo de D. Filippe I. El-rei, em carta que dirigiu a D. Duarte, escripta em Lisboa a 21 de janeiro de 1587, dizia-lhe que havia provido sobre as materias de que recebera aviso por mão de Fernão d'Aranda. É bastante laconica a referencia que se faz a tal proposito e não encontramos mais nenhum documento sobre este portador. O trecho da carta de D. Filippe é do theor seguinte:

«E por que sobre as materias de que me auisaes que se queixão, e me escreuestes por Fernaõ de Aranda, que veyo por terra, tenho prouido como vollo escreuo por esta carta, e outras que vos mandey escreuer nos annos passados, naõ he necessario tornarvollo a referir» (2).

---

(1) *Corpo Diplomatico*, tom. VIII, pag. 79.
(2) *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3.º, pag. 85.

IV

Araujo — Gonçalo de

Lourenço Pires de Tavora deixou-nos um bello e perfeito retrato d'este obscuro aventureiro portuguez, typo caracteristico do seculo XVI. Natural de Pico de Regalados, termo de Braga, foi aprisionado, quando era moço, nas costas do Algarve, e levado pelos turcos para Belez, onde o obrigaram a mudar de lei. Foi uma apostasia simulada e superficial, porque no fundo conservou sempre os seus sentimentos christãos. Quatorze annos andou pelejando nas galés dos turcos, chegando a capitão de uma fusta. Pôde afinal safar-se de Constantinopla e foi para Roma, onde procurou o nosso embaixador. Este falla muito bem d'elle, gaba a sua intelligencia e perspicacia; diz que é grande sabedor das linguas turquesca e arabia e que porisso o acha habilitadissimo para medianeiro e informador, pondo em communicação os visoreis da India com a côrte portugueza.

Demos a palavra a Lourenço Pires de Tavora:

«Nestes dias passados veo aqui ter de Constantinopli hum portugues por nome Gonçalo de Araujo, natural de Piqua dos Regalados, do termo de Braga, o qual sendo moço cativaraõ turcos na costa do Algarve: foi levado a Belez, onde o forçaraõ a mudar a ley como se costuma nos mais dos moços que tomam sem para esse effeito se curarem do necessario consentimento. Esteve o dito mancebo nesta vida quatorze annos em Belez, Argel, Tripoli e Constantinopli, e nas armadas que naquellas partes neste tempo sairaõ se achou sempre em profissão de soldado, e diz que tambem foi capitaõ de hũa fusta; tenho indicios fazer naquelle tempo boas obras a cativos e ajudallos em resgattes. Veosse de Constantinopli, como tenho dito, em fevereiro passado, chegou aqui em abril, pratiqueio nestes dias pera poder servir Vossa Alteza. Dame boa esperança os bons desejos que pera isso mostra e bom animo com que se moveo a tornar ao verdadeyro caminho da salvação. Sabe muito bem a lingua turquesca e a arabia, dá sinaes de esprito ousado, tem disposiçaõ e idade para o trabalho, dezeja darse a conhecer por esta via. Pediome lhe encomendasse algum serviço de Vossa Alteza e que ao prezente faria qualquer viagem a sua custa pera dar mostras de sua vontade, querendo somente por remuneração ser conhecido de Vossa Alteza. Naõ me pareceo se devia engeitar taõ liberal vontade e bom sujeito, e tenho assentado com elle mandallo ao Cayro em companhia de Antonio Pinto pera que chegado Alexandria tome o seu trajo antiguo de Turco, e nelle entenda pella ordem que lhe eu darei tudo o que cumprir saber a pessoa que ali ouver de rezidir pera avizar Vossa Alteza e o seu governador na

India sabera por meo do dito Antonio Pinto as pessoas de que ali se pode fiar pera mandar a India entenderá a via por onde aqui hade escrever enformarseha dos caminhos pera Ormuz por terra e das mençoẽs com que se navega o estreito, e dos portos em que se achara embarcaçaõ quando comprir por mar, e do tempo em que partem as cafilas pera Meca e pera Alepo para saber de todas estas estradas e escolher a que lhe vier mais a preposito quando comprir. Mandolhe tambem que vá dentro a Suez, e veja aquelle porto e armada, que no Cayro resida, na pratica destas cousas, quatro ou cinco mezes e que com a informação de tudo se torne a Vossa Alteza pera que entendendose da sua relaçaõ sera util pera servir Vossa Alteza lhe ordene onde e o como possa fazer isto, e quanto tenho assentado com o dito Gonçalo de Araujo e creo verdadeiramente pello que delle imagino, e pella sciencia das lingoas e conhecimento dos costumes na longa criaçaõ com os turcos que he o proprio que os serviços dos avisos de Suez e da India compria e aventurandosse pouco nesta sua viagem fico deliberado a mandallo sem se aver de comunicar com Mathias Becudo pera que conforme a como se despuser no que agora lhe encomendo Vossa Alteza o adoperar como vir que he seu serviço e nesse tempo e com a prova que elle fizer se podera fallar mais largo nesta materia e na necessidade que ha destas intelligencias, e o que se pode fazer pera serem certas e de dura, e posto que este se offereça a hir sem despeza, pareceme inhumanidade negarlha toda e que será razão darlhe até contia de trinta cruzados» (1).

V

Baptista — Manuel

Residia em Lisboa com familia, d'onde foi chamado á côrte de Madrid para ir á India por terra. Um alvará de Filippe 3.º, passado em Madrid a 18 de outubro de 1632, manda dar a sua mulher, pela corôa de Portugal, emquanto durar a sua jornada, metade do soldo que elle recebia pela de Castella, isto para sua sustentação e de seus filhos. O alvará designa-o por Manuel Baptista Persiano, mas como todos estes nomes estão escriptos com letra pequena, não sabemos se o ultimo será um substantivo patronimico, se um adjectivo. Em todo o caso parece designar a sua naturalidade. Manuel Baptista era acaso algum persiano reduzido ao christianismo? Damos o documento para que o leitor avalie:

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito a ter feito merce a dom Manoel Baptista persiano, que por ordem minha foi enviado a esta corte para ir a India por terra, de que a sua molher se

(1) *Corpo Diplomatico*, tom. 9.º, pagg. 278 e 279. Carta de Lourenço Pires de Tavora, de 18 de junho de 1561.

dee pella coroa de Portugal, em quanto durar a jornada, a metade do soldo que elle ate gora teue pella de Castella cada mes pera sua sustentação e de seus filhos, ey por bem de declarar que a dita ametade de soldo lhe corra desde o dia que o dito dom Manoel Baptista partio de Lisboa pera esta corte pera o effeito referido, que constara per certidaõ de Filipe de Mesquita, meu sacratario destado, pello que mando aos meus vedores da fazenda que lhe façaõ asentar a dita ametade de soldo cada mes aomde sem duuida algũa se lhe pague com effeito conforme a provisão que pera isso lhe mandei pasar em oito de setembro deste anno e elle comece a vencer desde que saiio de Lixboa como fica dito, e este aluara e o conteudo nelle quero que se cumpra e ualha e tenha força e uigor, posto que seu effeito aja de durar mais de um ano sem embargo da ordenação em contrario. Martins de Figueiredo Sarmento o fez em Madrid aos dezouto dias do mes de outubro de seis centos e trinta e dous. Diogo Soares o fez escreuer» (1).

Parece-nos curioso apontar aqui a viagem que á côrte de Hespanha fez no tempo de Filippe 3.º — 2.º de Portugal — um persiano, que, com mais dous cavalheiros da sua nação, se converteu á fé de Christo. Em 1604 se publicou em Valladolid o livro da sua viagem com o titulo de *Relaciones de don Juan de Persia*. Merece ser lido, porque, segundo a lembrança que d'elle temos, tambem traz referencias ao nosso paiz.

As relações diplomaticas, commerciaes e religiosas, entre Portugal e a Persia foram muito importantes, e é lastima que nenhum dos nossos escriptores se haja occupado d'este assumpto, quando é certo que os nossos monarchas entre os seus titulos honorificos ainda conservam o de senhores do commercio e navegação de Etyopia, Arabia, *Persia* e India. Ao menos seria já muito para estimar que se colleccionassem os documentos que existem sobre a materia. Depois talvez viesse naturalmente o appetite de os estudar e analysar, reduzindo-os a um corpo de doutrina.

VI

Baroche — Antonio

Antonio Baroche era venezeano, e tres vezes veio da India a Portugal por terra, com avisos do Viso-Rei D. Luiz d'Athaide e do governador Fernão Telles. Padeceu grandes riscos e trabalhos n'estas travessias, sendo por vezes preso, ficando

---

(1) Torre do Tombo, chancellaria de Filipe 3.º, *Doações*, liv. 26, fl. 126 v.

captivo durante um anno, de que se veio a resgatar, á sua custa, por 700 cruzados. Victima dos ladrões, perdeu muito da sua fazenda, roubando-lhe joias e dinheiro, que comsigo trazia. Attendendo á importancia d'estes reiterados serviços, Filippe I o remunerou, por cartas de 11 de julho de 1584, com os cargos de corrector pqueno de Diu, vitaliciamente, e de escrivão da feitoria da mesma cidade por tres annos. Tendo perdido esta ultima carta, foi-lhe passada outra com salva. Eis os respectivos documentos:

«Dom Filipe etc. faço saber aos que esta minha carta virem que avendo eu respeito a Amtonio Baroche, venezeano, vyr das partes da India a este Reyno tres vezes por terra com cartas de meu seruiço per mãdado de dom Luis de Tahyde, que foy Vyso Rey nas ditas partes, e de Fernão Tellez, gouernador que foy em ellas, e aos muitos trabalhos que pasou, e ser por vezes preso he correr risquo de sua vyda e por hũa vez estar preso perto de hum ano e se resguatar a sua custa por bij^{c} cruzados e lhe tomarem muitas jooyas e dinheiro, e a emformaçaõ que tyue de seu seruiço, ey per bem e me praz de lhe fazer merce de corretor pequeno de Dyo em sua vida, posto que seja estranjeiro por ser venezeano, na vaguante dos prouidos antes de xbj de junho deste presemte ano de lxxxiiij, em que lhe fiz esta merce, alem de outras merces que por este respeito lhe tambem fiz, e averaa com o dito oficio em cada hum ano o ordenado asy he da maneyra que o ouuerão ategora os outros corretores pequenos de Dyo, e os proees he percallços que lhe direitamente pertencerem, pello que mando ao Vyso Rey ou governador das ditas partes da India e ao vedor de minha fazenda em ellas que quãdo lhe pella dita maneyra couber emtrar no dito carguo de corretor pequeno lhe dem a pose dele e lho deyxem seruir e aver o dito ordenado, proees he percallços, sem lhe a iso ser posto duuida nem embarguo allgũu, e elle Amtonio Baroche jurara em minha chançelaria aos santos evangelhos que bem he verdadeiramente syrua o dito oficio, guardamdo em todo meu seruiço e as partes seu direito, e esta se registara na casa da India dentro de quatro meses primeyros seguintes da feytura desta em diamte, a qual por frimeza do que dito he lhe mãdey dar per mim hasynada he assellada do meu sello pendente. Jorge da Costa a fez em Lixboa a xi de julho ano do nacimento de noso Senhor Ihũ xpo de mill b^{c} lxxxiiij, e eu Joaõ Gomez Serrão a fiz esprever. Ey por bem que na carta acima esprita, per que fiz merce a Amtonio Baroche venezeano, pellos respeitos nella declarados, do carguo de corretor pequeno de Dyo em sua vyda se cumpra he guarde imteiramente como se nella comthem, posto que naõ seja declarado o hordenado que hadaver, porquãto pello livro dos oficios e carguos da India, que esta em minha fazenda, se mostra não ter ordenado allgum, e sem embarguo da prouisão que he pasada peraque os oficios he carguos da India se não syruão por mais tempo de tres anos. Jorge da Costa a fez em Lixboa a biij dagosto de b^{c}xxxiiij. Eu João Gomez Serrão a fiz esprever» (1).

Segue-se outra carta, de 11 de julho do mesmo anno, fa-

(1) Torre do Tombo, chanc. de Filipe I, *Doações*, liv. 9, fol. 414 e 414 v.

zendo-lhe merce do cargo de escrivão da feitoria de Diu por tempo de tres annos, com 5o mil rs. de ordenado.

«Dom Filipe etc. faço saber aos que esta carta com salua virem que Antonio Baroche, venezeano, me ẽuiou dizer que eu lhe fizera merce do cargo de escriuão da feitoria de Dyo por tempo de tres annos, de que lhe fora passada carta em forma delle, a qual se lhe perdera, de que apresẽtava o registo dos livros de minha fazenda, concertado e asinado por Bras da Costa, porteiro della, de que o treslado he o seguinte — segue-se a copia da carta —. Pedindome o dito Amtonio Baroche que por quanto tinha perdido a dita carta e a não achava, tendo feito sobre ysso as delligencias necessarias cõforme o Regimento de minha fazenda que nella aprsẽntaua, lhe fizese merce mãdarlhe passar outra com salua pera a ter pera sua guarda, e visto por mim seu requerimento e o registo da dita carta e deligencias feitas, e querendolhe fazer merce lhe mãdey passar esta carta com salua, pela qual ey por bem e me praz que elle ẽtre no dito cargo e o sirua na uagante dos prouidos antes de desaseis de junho do anno de quinhẽtos oitenta e quatro, em que lhe fiz delle merce e avera com elle ī rs de ordenado em cada hum dos ditos tres annos que o seruir e os proes e precalços que lhe pertencerem e o seruira por esta carta com salua, como dito he, naõ o tendo já seruido pella outra, porque tendoo seruido por ella o não servira por esta, de maneira que hũa dellas somente avera effeito e se cõprirá, e em caso que em algum tempo apareça a dita carta, elle sera obrigado mãdalla a mesa de minha fazenda pera se nella romper e nos registos que della estaõ nos livros de minha fazenda, casa da India, chancellaria e merces, se porão verbas de como lhe mãdey passar esta com salua. João de Torres a fez em Lixboa a xxij doutubro anno de nosso Senhor Ihũ xpõ de jb^{c} lxxxbij, e por o dito Amtonio Baroche estar na India lhe mãdei passar esta por duas vias, cõprida hũa, a outra naõ sera de nenhum effeito. E eu Dy^{o} Velho a fiz escreuer» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Filipe I, *Doações*, liv. 17, fol. 114 v.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(Inédito.—Cont. do vol. XLIII, n.os 10 e 11, pag. 810)

INSTRUCTIO QUAM PATER ŃR GENERALIS EUERARDUS MERCURIANUS MISIT PATRI PROUINCIALI EMANUELI RODERICO AD PROMOUẼDOS AD SACROS ORDINES.

Ut ea aetate sit quam in singulis ordinibus requirit conciliũ Trident.

Ut naturali iudicio et prudentia ualeat.

Ut linguam latinã teneat et bene legere ac pronunciare sciat.

Ut in studiis literarum saltem in casibus conscientiae diligenter uersatus sit ita ut cum ad sacerdotium promouetur fructuose confessiones audire possit.

Ut consueta Societatis uota emiserit et quinquenio saltem in Societate exegerit, prius quam ad sacros ordines promoueatur.

Ut iis moribus, spiritu, ac uita religiosa et exemplari praesertim autem resignatione et humilitate sit praeditus, quae ad tantũ ministerium obeundum necessaria sunt.

Ut ad docendam Christianã doctrinam pueros ac rudiores personas idoneus sit, et in ratione missae dicendae et in ceremonijs bene instructus iuxta constitutiones.

Haec omnia prouincialis cõsilio suorũ cõsultorum adhibito, perpendet, quae si inuenerit facultatem poterit nostris concedere ut promoueantur ad omnes etiam sacros ordines iuxta literas ap*osto*licas nobis concessas, et ubi promoti fuerint certiorem faciat Generalem.

Algũs auisos spirituaes de nosso padre Geral Euerardo Mercuriano

Acerca dela doctrina no se permittan paradoxias y opiniones extrauagantes que allende deser contra el modo nuestro son en este tiempo de mucho peligro en aquella region y la compª tiene emulos y asi conuiene alos nuestros que enseñan y alos predicadores auisarles que sigan la doctrina commun y sana.

En la instituicion domestica de los nuestros asi enlas probationes como enlos Collegios y casas se atienda de veras ala uerdadera abnegacion de si mismos y a enderecar la oracion a esto, y ala mortificacion y desapropriacion de sus affectos no permitiendo singularidades sin necessidade ni condecendo con el humor de la propria excellencia y exempciones y preeminencias.

Enlos confessionarios de mugeres se pongan poquos y escogidos que parlen poco y no detengan con esta gente alas tardes o en tiempo que la yglesia esta sola. No anden sen testigos a este ministerio, nullum locum dantes aut suspicioni aut diabolo. Nolas uisitem nisi secundum formam traditam in societate. Con monias guarden la constituicion, y en sũma no pierdan tiempo con este trato que es de poca ganancia, y puede ser de mucha perdida.

En la instituicion desta gente quando se dan a cosas spirituales se an de preuenir las illusiones ut non facile credant omni spiritui. Ducuntur hæ uarijs desiderijs et implicantur multis erroribus et multæ conuersæ sunt retro post satanan. Y por este medio el demonio suele triumphar de muchos sieruos de dios. Es menester quitarlas de desuanecimientos de cabieça y que acudan a sus obligaciones, y hagan cuenta de mortificarse mas que de reuelaciones. En la frequencia de los sacramientos guarden el orden dado, ny hagan por cada niñeria, recurso asu confessor. E se quiteu platicas con ellas fuera de cõfession sean breues ny sean los nuestros sus maordomos que gouiernen sus fazendas temporales, ni se embaracen en lo que no es de sus almas.

Num scribendum sit ad assistentes.

Prouinciales et superiores, cum scribent, mittent quæcũq̃ uel ad prouinciæ statum uel ad negotia procuranda uel ad rerũ euentuũ quæ nouorũ historiam attinẽt, uel siqua huiusmodi alia sunt. Quæ cum Generalis solitus semper sit, quatenus est opus assistentibus ostendere, cum primum l*iter*æ sunt redditæ, earumq̃ capita excepta, nihil est quod duplicatum laborem suscipiant, eadem et alijs, qui apud me sunt scribendi. Hoc autẽ tanti ponderis iudicatum est semper a Generalibus atq̃ adeo in cõsultatione quam habui cum his patribus initio meæ administrationis, ut nisi fideliter fiat, administrationis institutique societatis immutatio ex hac una re timeri planeq̃ consequi possit; quandoquidem reijcere Generalem ad l*iter*as aliorum, aut ad eos prius, quam ad Generalem literas mittere, siue de aliorum diligentia uel fide aut iudicio magis quã de Generali confidere multa eaq̃ grauissima incommoda non ita multo post parere posset, u*n*de perturbaretur ordo societatis atque adeo quod absit *m*ulta capita in societate sensim cõstituerentur, et error quidem in*iti*o minimus, maximus est in fine, nec aliquid tãti momẽti apud *nos* esse debet quam ut subordinatio salua sit in societate, quæ l*icet in* animis potissimũ hærere debeat, externis tamen rationibus quam maxime fouetur, et scriptione rerũq̃ cõmunicatione præcipue solidatur. Quod si quid ab aliquibus dubitaretur ne collegiorum negotia ita fideliter aut diligenter expedirentur, nisi ad eos qui sunt apud me de eisdem rebus scriberetur, hac dubitatione liber unusquisq̃ esse debet si præsertim illud quod res est, serio perpendat in domino ac pro certo habeat Deũ optimũ totius ordinis autorem, ut regit inferiora per superiora ita et superioribus inprimis adesse, hisque pro sua immensa sapientia ac misericordia suppeditare potissimum ea, quæ ad eorum administrationẽ attinent. Praeterquam quod illud satis graue incõmodum est de quo etiam non defuere in Hispanijs qui nouissime de iure quidem mecum per l*iter*as conquesti sunt, hac ratione tegi secretum non posse. Vix enim fieri potest ut celetur, si ad plures ea de re scribatur. In Generalem enim uel in eos qui ipsius nomine literas scribunt siquid deinde detegitur culpa reijci solet, quã quidem aliorum fuisse plerunq̃ experti sumus, et quidem hæc res in animis deniq̃ nostrorum magno societatis malo, diffidentiã non exiguam gignit ex qua

nec Generalis nec uero alij tandem ad dirigendos in uia domini fratres sat lucis habere possunt.

Quod si ad omnia literarum capita aliquando non responderetur tum licebit iterum ac saepius eadem iterare scribendo, quousq̃ ijs satisfiat. Addo illud cum tot literarũ fasciculi ex Hispania mittantur, responsionesque hinc remittantur, pecunia summa quæ tabellarijs impenditur adeo excrescit, ut si paupertatis habenda sit ratio tanta OMNINO scriptio resecanda, atque inter necessitatis limites redigenda. Ita enim spero etiam fore ut inuidiœ ac suspicionibus quæ hinc exoriuntur obuiam eatur. Scilicet mirantur hic uel ipsi pontificij secretarij et tabellarij, unde sit ut tot tantiq̃ literarum fasciculi inter nos mittantur: nec aliqui principes bonam hoc in partem accipiunt, quippe aut curisiores esse nos, aut rerum etiam secularium negotijs implicari suspicantur.

CIRCA ALIENATIONES BONORUM IMMOBILIUM SOCIETATIS A PATRE ANTONIO POSSEUINO EX MĀDATO PATRIS NOSTRI EUERARDI.

In alienationibus bonorũ immobilium societatis, uiderentur obseruãda quæ sequuntur: ut obuietur et dilationi et alijs incommodis, quæ hactenus in similibus acciderunt.

P.^{m} ut statim ac rectori uisum fuerit suo collegio expedire, ut aliquid alienetur seu census aliquis imponatur uel ut ad longius tempus quam triennij quippiam locetur cõgregatis coram se consultoribus, ministro et procuratore collegij ad plura suffragia decernant alienationẽ eã fore in euidentem utilitatem sui collegij idque quam primũ admonito Prouinciali curet scribi ad Prœpositũ Generalẽ, uel iustis rationibus, quibus ad alienationẽ faciendã mouentur, respondendo etiã obiectionibus, quæ uerisimiliter fieri possent ut rationibus hinc inde perpensis, Praepositi Generalis licentiam alienandi concedere maturo possit consilio. Quam quidem licentiam ante confectum instrumentũ sat erit dare per LITERAS a Secretario cõscribi solitas ad hunc effectum, et quæ nihil aliud cõtineant, ut exterius ostendi possent, licentia igitur. Sic habita congregatis eisdem rectore, cõsultoribus ministro et Procuratore fiat stipulatio instrumẽti, ad quam recte faciendam curabunt

habere præsentia tria priuilegia autentica communicationẽ. ſ. priuilegiorũ mendicãtiũ a Pio 5.º societati cõcessã sub die 7.ª Julij 1575.º quæ incipit. Cum indefessæ; facultatem item alienandi a Gregorio 13.º ordini Eremitaram D. Aug. sub die 5.ª Septembris 1572.º quæ incipit. Decet Romanum Pontificẽ. Ea enĩ priuilegia conferent maxime tum ad satisfaciendum ijs, quibus bona concedentur quo ad facultatẽ alienandi attinet, tum etiã ad mentionẽ eorũ in instrumento alienationis faciendam, uel in genere dicendo, societatem habere a summis pontificibus facultatem alienandi absque alia sedis apostolicæ confirmatione, uel etiam in specie prout superius facta est priuilegiorũ ipsorum mentio aut alias prout ipsi cũ quibus cõtrahunt, petiuerunt, prædicti UERO instrumenti copia simplex quidem, sed integra TAMEN, et ad uerbum nomineque Notarij ac die et anno stipulationis OMNIno adbibitis mittetur ad patrẽ Præpositũ Generalẽ, qui per acta Notarij ratificabit in forma solita, ac ratificationẽ autenticam inserto alienationis toto instrumento ad idẽ Collegium remitti curabit.

Tria autẽ in huiusmodi alienationibus *omnino* caueri curabunt tam Prouinciales quã Rectores, 1.ᵐ ne ad alienationis instrumentũ cum promissione futuræ ratificationis, nisi habita prius a præ*posito* Generali licentia deueniant alioqui cum facile accidere posset, ut Pater Generalis ex aliqua causa ab inferioribus uel ignota uel incõsideratione nõ habita, iudicet uel se nõ posse tuta cõscientia alienationẽ ratã habere, uel si possit nõ t*amen* expedire, conijciens se in angustias. Satis enim prouideri posse uidetur alicui occasioni, quæ morã pati non possit, si conueniant de alienatione facienda et promittant eam certo secuturam, habita t*amen* prius Prĩs Generalis licentia quã se facile obtenturos SPERare et infra breue tempus pro ratione distantiæ ipsius prouinciæ curaturos fore, dicant.

2.º Ne excedantur termini alienandi in prodicto breui Augustinianorũ contenti, *ea enim* (?) est cæteris omnibus facultatibus amplior et certior, ac proinde *ca*ueatur omnino ne res aliqua cõcedatur im Emphiteosim perpetuam aut ad plures quam duas *gene*rationes seu nominationes nisi res essent in emphiteosim perpetuam concedi solitæ ex more patriæ in quibusuis cõsuetudinis regionis in qua sunt seruari poterit.

3.º Ne unquam promittatur per nostros uel nostris expensis impetrãdam fore sedis a*posto*licæ licentiam aut confirmationẽ, cum n*on* ex *supra*dictis priuilegijs satis ampla sit facta societati facultas, expedit ut ea ubi nostri utantur, et ne per petitiones confirmationum non necessariorum p*rae*iudicent priuilegio iam concesso. Adde q*uo*d frequentissime esset p*ropter* alienationes

adeundus et molestandus a nobis sūmus Pontifex. Quare si qui externi *pro* maiore sua cautela cõfirm*ation*em aliam in indiuiduo a Romano põtifice uolẽt jpsi eam sibi impetrandam curent, et suis expensis expediendã.

In reliquis omnibus cõtractibus intelligatur debere similiter conuenire collegij rectorem seu uicerectorem, consultores ministrum et procuratorem collegij tantum, et non alios quo*rum* seu maioris eorum partis cõsensu et nominibus in ipso cõtractu specificatis, poterit Notarius rogari de quolibet instrumento inxta formam breuis extensionis et declarationis sub die 31 Maij 1575. de quo supra, concessam, cuius exemplar autenticum habeat quilibet Rector, et curet obseruari. Romae die 13° septembris 1576.

(Continúa.)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Subsidios para um diccionario de pseudonymos iniciaes e obras anonymas, por MARTINHO AUGUSTO DA FONSECA. Lisboa, 1896.

Pedagogia—A cartilha maternal e a critica (ed. posth.), por JOÃO DE DEUS. Lisboa, 1897.

Annuario da Universidade. Anno lectivo de 1896-1897 (dois exemplares).

A crise em seus aspectos moraes, por J. A. DA SILVA CORDEIRO. Coimbra, 1896.

Notas para a historia do Ceará, pelo dr. GUILHERME STUDART. Lisboa, 1892.

Historia do exercito portuguez, volume 1, por CHRISTOVAM AYRES. Lisboa, 1896.

Tratado de osteologia humana, tomo 1, por J. A. SERRANO. Lisboa, 1895.

A memorial of Joseph Henry.

Smithsonian Report, 1890.

Idem, 1892.

Idem, 1893.

Annales du musée Guiomet, tome quatrième. Bibliothèque des études.

Idem, tome cinquième. Bibliothèque des études.

Idem, vol. 15.º

Idem, vol. 16.º Première partie.

Idem, vol. 16.º Seconde partie.

Idem, vol. 17.º

Idem, vol. 18.º

Idem, vol. 19.º

Idem, vol. 20.º

Idem, vol. 26.º Primeira parte.

Idem, vol. 27.º

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao INSTITUTO não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do INSTITUTO DE COIMBRA, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto*, a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa d-*O Instituto,* estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero III

M·DCCC·XCVII

Março

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO SUPERIOR, pelo *Visconde de Villa-Maior* 129
ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES, por *Alvaro José da Silva Basto* 137
MEMORIA E ESTUDO CHIMICO SOBRE AS AGUAS MINERAES E POTAVEIS DE MOLEDO, por *A. J. Ferreira da Silva* 145
RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA, por *Charles Lepierre* 153
AS TRÊS IRONIAS, por *Manuel da Silva Gayo* 159
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 169
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 176
ANTONIO HOMEM, por *Antonio José Teixeira* 183
LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES (continuação) 191

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO SUPERIOR

Pela Portaria de 25 de junho de 1883, houve por bem Sua Magestade encarregar-me de — preparar os elementos necessarios para a reforma da Instrucção Superior, que está a cargo do Ministerio do Reino; não só no que respeita á melhor organisação dos estudos, como tambem na parte relativa ao mais efficaz regimen escholar e disciplinar dos diversos estabelecimentos em que se professam esses estudos —.

Para conseguir resultado de tanta importancia e tão subido alcance, impunha-me a mesma Portaria: 1.º o dever de colligir, classificar e estudar os diversos projectos e propostas que em differentes epochas têem sido apresentados aos poderes publicos e aos corpos scientificos do paiz sôbre a reformação do ensino superior; 2.º o encargo de estudar e indicar o estado actual da constituição administrativa e escholar das Universidades, Faculdades e mais institutos de instrucção superior dos paizes mais adiantados, dando conta dos respectivos trabalhos.

No desempenho d'esta honrosa, mas laboriosa e difficil commissão, é indispensavel, primeiro que tudo, fixar os limites do campo, a que se devem estender as minhas investigações em relação aos estabelecimentos de instrucção a que

ella se refere, e em relação á epocha a que devem subir essas investigações.

É ao mesmo tempo conveniente, e até necessario, fixar o verdadeiro sentido em que se tomar a expressão — *instrucção superior* — porque ella é extremamente vaga, e póde referir-se a especies muito differentes.

No seu livro — *Des institutions de l'instruction publique en France* — M. Cournot diz o seguinte: «A l'époque actuelle, nous comprenons, sous la rubrique d'enseignement supérieur, plusieurs sortes d'enseignements très distincts, non seulement par la nature des matières enseignées, mais par le but de l'enseignement, qui tantôt consiste à donner une instruction *professionelle,* tantôt à cultiver l'esprit ou à occuper agréablement les loisirs des personnes du monde qui se sentent le gôut pour les belles connaissances; tantôt à *préparer* á certains services publiques; tantôt enfin à seconder les progrès des sciences, en offrant, à quelques auditeurs d'élite, des secours pour aborder des études difficiles, ce qui est le propre de l'enseignement vraiment supérieur.»

N'um livro notavel e recente, que o P.e Didon publicou sôbre a Allemanha, falando das Universidades d'aquelle imperio, quiz elle dar uma ideia da extensão da instrucção superior nos seguintes termos:

«L'enseignement supérieur s'etend à tout le savoir humain, quel qu'en soit l'object, aussi bien à la nature, dont la raison expérimentale observe les phénomènes et formule les lois, qu'à l'homme intelligent, libre, actif, et à Dien même, que la raison métaphysique et le sens intime nous révèlent et nous démontrent. La théologie, et la philosophie, la métaphysique et les sciences positives, les systèmes et les faits, la doctrine et l'histoire, la littérature et les langues, les individus et les sociétés: tout entre dans son domaine encyclopédique. Il y a mieux; certains arts d'ordre plus idéal, ou plus nécessaires à la vie humaine et dont l'exercice suppose souvent des esprits de prèmier ordre: la peinture, la sculpture, l'architecture, la musique, l'agronomie, la guerre, sont encore compris dans le royaume sans limites de l'enseignement supérieur, tel qu'il est cultivé dans nos sociétés civilisées.»

São na verdade da competencia do ensino superior não só as sciencias propriamente dictas em todas as regiões do saber humano — sciencias sociaes, philosophicas, mathematicas, physicas e naturaes — mas ainda as suas applicações aos serviços, funcções e trabalhos necessarios á vida e progressos da sociedade, ás profissões scientificas, ás diversas ordens de

industria, á navegação, á grande locomoção, á arte da guerra, e finalmente ás bellas artes — á pintura, á esculptura, á architectura, á musica, etc. — finalmente a tudo quanto constitue o grande deposito das mais preciosas riquezas do saber humano accumulado pelo trabalho de tantos engenhos e talentos durante milhares de seculos.

Tão vasto campo de estudos requer, para ser cultivado com proveito uma grande divisão de trabalho em escholas e estabelecimentos diversos, que todos se consideram de instrucção superior. Uns encarregam-se da sciencia pura, da generalisação e synthese dos conhecimentos humanos; outros incumbem-se das applicações da sciencia no intuito practico.

Pondo, por emquanto, de parte estas distincções, lembrarei que todos concordam em comprehender debaixo da designação de — *ensino superior* — tudo o que se eleva além do ensino geral e preparatorio, para o estudo das profissões litterarias, scientificas e especiaes, além do qual está ainda o ensino transcendente em todos os ramos do saber humano, destinado a formar os sabios e os professores das sciencias.

Não é por certo opportuna n'este logar a exposição methodica dos systemas de classificação logica, e menos ainda a discussão philosophica, de todos os ramos dos conhecimentos, que devem ou pódem fazer objecto da instrucção publica. Devo simplesmente restringir-me ao que diz respeito á instrucção que geralmente se julga dever estar a cargo do Estado, e ainda n'esta parte á que, na nossa organisação administrativa, incumbe ao Ministerio do Reino.

Todavia parece-me que não é fóra de proposito indicar muito perfunctoriamente a correlação em que devem estar entre si as escholas em toda a provincia da instrucção publica.

No parecer apresentado por mim e pelo sr. Latino Coelho, á Academia Real das Sciencias, para servir de base á discussão publica sôbre a reforma e melhoramento do ensino nacional, diziamos nós o seguinte:

«A eschola deve ser o transumpto, o embryão da sociedade. Desde o modesto instituto da parochia aldeã até ao mais perfeito estabelecimedto scientifico, a instrucção deve reflectir, com successiva e crescente intensidade, a luz das sciencias fundamentaes que illuminam e dirigem a actual civilisação. O ensino official deve ser como que formado de muitas espheras concentricas, cujos raios vão crescendo progressivamente segundo os graus da instrucção publica. A

*

eschola geral ha de conter em germen todo o ensino transcendente. O homem vulgar ha de ter em rudimento as ideias, que, fecundadas por estudos largos e superiores, constituem o peculio do sabio.

«A educação que o Estado deve ministrar aos cidadãos não póde ter outros fins senão: 1.º educar o homem social e formar o cidadão: 2.º tornal-o habil para exercer uma profissão especial na sociedade.

«D'aqui se segue que a educação publica se divide em: 1.º Educação geral; 2.º Educação ou instrucção especial.»

Para todo este vasto campo da instrucção publica, cuja administração está a cargo do Estado tem-se admittido até aqui, em a nossa legislação unicamente tres categorias ou grupos de escholas: 1.º Escholas de instrucção primaria elementar e geral: 2.º Lyceus, gymnasios ou institutos de instrucção media ou secundaria, tambem geral; 3.º Universidade e Escholas de instrucção superior profissional ou especial.

Por muitas razões não satisfaz hoje esta simples classificação, porque em todas estas categorias, principalmente nas duas ultimas, se admittem estudos especiaes, embora em differente grau, para habilitação relativamente completa de muitas profissões e industrias.

A classificação que se encontra nas *Considerações geraes sobre as leis da instrucção pnblica do reino da Italia, publicadas e annotadas por Marco Vita Levi* é seguramente mais completa.

Debaixo do ponto de vista administrativo, diz elle, pódem distinguir-se cinco ramos de ensino, segundo as diversas necessidades a que a instrucção deve satisfazer:

I. Ensino *elementar,* ou propriamente *primario;* o qual abrange os primeiros conhecimentos rudimentares que são indispensaveis a todo o homem para os usos e necessidades mais communs da vida.

II. Ensino *medio* ou *secundario technico* ou *profissional;* destinado aos que querem dedicar-se a algumas carreiras de serviço publico, ou ao exercicio de artes mechanicas ou profissões industriaes.

III. Ensino *secundario classico;* que comprehende os estudos necessarios ás profissões litterarias e á preparação dos alumnos para a instrncção superior.

IV. Ensino *normal* ou *magistral* ou do *methodo,* ou como queira chamar-se-lhe, e que tem por fim formar os mestres.

V. Finalmente, o ensino *superior*, no qual se cultivam as sciencias e as letras, se completam os conhecimentos do ensino secundario e se habilitam os estudiosos ao exercicio dos officios e profissões liberaes e especiaes.

Pondo, porém, de parte esta questão, e limitando, como devo, as minhas considerações unicamente ao que respeita á instrucção geralmente tida por superior, entendo que esta, na sua mais larga accepção, póde ter em vista dois fins: 1.º a cultura mais elevada do espirito humano, pelas letras e pelas sciencias, em todas as suas manifestações e em attenção aos seus continuos e incessantes aperfeiçoamentos; 2.º a habilitação superior para o exercicio das profissões scientificas e litterarias que têem por objecto o serviço do Estado e da sociedade.

É principalmente a missão das Universidades, ou das Faculdades reunidas em um só grupo, satisfazer ao primeiro d'estes fins.

As Escholas especiaes, ou ainda as Faculdades consideradas isoladamente, encarregam-se de satisfazer ao segundo.

Viria aqui talvez a proposito estabelecer a distincção entre Universidades completas, Faculdades isoladas e Escholas de alto ensino; mas, para não me afastar muito do objecto de que estou officialmente encarregado, reservarei a discussão d'essa materia para logar mais opportuno.

Sendo muito limitado o numero d'aquelles que se dedicam á cultura elevada e transcendental das sciencias e das letras, a qual requer talento e aptidões especiaes, haverá, talvez, quem julgue que o Estado não deve ser obrigado a manter escholas de alto ensino litterario e scientifico, podendo contentar-se com os institutos de ensino e preparação para o exercicio das profissões de serviço publico e da sociedade.

Eram estas as ideias dominantes em alguns governos absolutos, e cita-se até um decreto imperial na Austria que declarava formalmente que se não devia ensinar á mocidade senão o que podia servir ao bem do Estado «porque os estudos universitarios são feitos para formar funccionarios e não sabios.»

Não me parece que esta seja a opinião mais razoavel; pelo contrario entendo que sem escholas de alto ensino difficilmente poderemos ter sabios que honrem o paiz, e professores que promovam o progresso das sciencias, das letras e das artes, elevando-as áquella altura que está exigindo a illustração do presente seculo.

É infelizmente tambem verdade que os nossos actuaes

estabelecimentos de instrucção superior limitam-se quasi exclusivamente a facultar as habilitações indispensaveis para o exercicio das profissões scientificas; e n'este mesmo scopo, além das desigualdades que se notam entre as diversas Escholas, que pretendem habilitar para as mesmas profissões, não satisfazem ellas completamente ás necessidades da epocha, nem mesmo aos programmas, pelos quaes se deviam reger.

Não devo agora insistir na demonstração das imperfeições e achaques, de que padece a nossa instrucção superior, e que são provenientes, em parte, da falta de harmonia com que fôram creados alguns dos estabelecimentos actuaes, e do desaccordo das reformas timidas e incompletas que, em differentes epochas, tentaram melhoral-os — alterando em parte o que existia, sem ousar reduzir todo o ensino a um systema racional, caracterisado pela unidade do pensamento —. Espero tornar bem patentes, no seguimento d'este trabalho, as imperfeições e até os erros da organisação actual dos nossos estabelecimentos de instrucção superior. Mas é tempo de entrar na materia que faz o principal objecto d'este meu trabalho.

A Portaria de 25 de junho de 1883 marcou-me, até certo ponto, o limite das investigações a que devia proceder, restringindo-as aos estabelecimentos de instrucção superior, que estão a cargo do Ministerio do Reino; porém, ver-me-hei forçado, pela propria natureza do objecto, a sahir algumas vezes para fóra do campo officialmente designado.

*

Os institutos scientificos de instrucção superior que actualmente estão sujeitos ao Ministerio do Reino, e a respeito dos quaes me cumpre investigar e estudar os projectos e propostas apresentados em differentes epochas no intuito da sua reformação, são os seguintes:

I. A Universidade de Coimbra com as suas cinco Faculdades — Theologia, Direito, Medicina, Mathematica e Philosophia natural.

II. A Eschola Polytechnica de Lisboa, que se póde considerar hoje como uma verdadeira Faculdade de sciencias, destinada ao estudo das mathematicas, das sciencias phy-

sicas e naturaes para servirem de preparatorio ás Escholas especiaes.

III. A Academia Polytechnica do Porto, em que se devem professar as mesmas disciplinas que na antecedente; mas que tende a abranger tambem cursos especiaes.

IV. A Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa.

V. A Eschola Medico-Cirurgica do Porto.

VI. O Curso Superior de Letras, em Lisboa.

Não menciono n'esta simples resenha as Academias de Bellas-Artes de Lisboa e Porto, nem o Conservatorio Real da Arte Dramatica, que, pela natureza das suas especialidades, são, no Ministerio do Reino, estabelecimentos considerados separadamente.

A Eschola Cirurgica do Funchal, por incompleta, não me parece que deva entrar no quadro da instrucção superior.

Aqui fica, portanto, delimitado o campo das investigações, a que me obriga, em relação aos estabelecimentos do ensino superior do nosso paiz, a Portaria de 25 de junho de 1883.

Pelo que diz respeito ás epochas, em que se têem apresentado projectos e propostas sôbre reformação do ensino superior, parece-me que o mais conveniente seria partir, em relação a cada estabelecimento, da data das leis ou decretos que fixaram a sua actual constituição. Existindo, porém, em relação a alguns d'esses estabelecimentos, propostas, representações e memorias anteriores a essas datas, que não fôram tomadas em consideração, ou fôram desattendidas pelos legisladores, mas que pódem conter ideias e alvitres dignos de attenção, não será, seguramente, inutil mencional-as n'este meu trabalho.

Entre estes documentos, referem-se uns á reforma geral de todos os estabelecimentos de instrucção superior, ou á organisação de um systema geral de todos os institutos do ensino nacional; outros, porém, só têem em vista a reforma ou a modificação, mais ou menos restricta, de certos e determinados estabelecimentos.

Portanto, para proceder methodicamente, devo occupar-me em primeiro logar d'aquelles que tratam da reforma geral, e depois dos que são mais particularmente dedicados a cada instituto, ou a alguma das suas partes, mencionando-as pela ordem que atraz foi indicada, seguindo em cada uma das especies a ordem chronologica.

Quizera fazer acompanhar este meu relatorio com a collecção completa de todos os projectos, propostas, memorias

ou artigos especiaes, e de todas as mais publicações de reconhecido valor, que pudessem illustrar e esclarecer a questão sujeita ao mesmo estudo. N'esse intuito pedi auctorisação para fazer imprimir a mencionada collecção, cujos elementos se encontram dispersos em publicações diversas, muitas d'ellas já hoje raras e esquecidas: mas, não obtendo ainda resposta a este meu pedido, resolvi continuar o trabalho encetado, contentando-me com apresentar uma succinta analyse dos mais importantes d'esses documentos.

Considerei, como parte mais util e importante do trabalho que foi commettido, a inquirição, collecção e classificação dos projectos e propostas a que tenho alludido, sem todavia deixar de expôr, em logar e occasião convenientes, as observações que o estudo d'aquelles documentos me suggeriu.

Em seguimento a esta parte do meu trabalho darei conta das investigações que, no curto espaço de dois mezes, me foi possivel fazer — sôbre o estado actual da constituição administrativa e escholar das Universidades, Faculdades e mais Institutos de instrucção superior dos paizes mais adiantados — a que se refere a citada Portaria, devendo desde já advertir que na viagem que fiz, limitei-me ao estudo das Universidades e Faculdades das nações que, pelas suas condições ethnologicas, naturaes e politicas, têem mais decidida analogia com a nossa.

Só depois de expostos estes elementos, é que me parece conveniente entrar na discussão da opportunidade de proceder a uma reforma geral da nossa iustrucção publica superior, quer seja para organisar todos os estabelecimentos de que ella carece, debaixo de um novo plano, que os abranja na sua totalidade; quer seja conservando-lhes a sua actual organisação, modificando apenas o regimen de cada um d'elles na parte em que carecerem reforma.

(Continúa). VISCONDE DE VILLA-MAIOR.

COLLABORADORES DO VOLUME XLIII

Antonio Leite Ribeiro de Magalhães
Antonio Feijó
Antonio José Teixeira (Dr.)
Antonio Sánchez Moguel (D.)
António de Vasconcélloz (Dr.)
A. J. Ferreira da Silva
A. F. Barata
A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca
A. Fernándes Thomás
Bernardino Machado (Dr.)
Brito Rebello
Charles Lepierre
Francisco Giner (D.)
G. de Vasconcélloz-Abreu
H. Teixeira Bastos (Dr.)
José Tavares
José Caldas
Julio de Castilho (Visconde de Castilho)
J. C. Berkeley Cotter
J. C. Medeiros
J. F. Laranjo (Dr.)
J. M. Pereira Botto
J. M. Teixeira de Carvalho (Dr.)
Mendez dos Remédios (Dr.)
Sousa Gómez (Dr.)
Sousa Viterbo
Thadeu Furtado.

INDICE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NO VOLUME XLIII

A

Aeminium (Coimbra), 215.
Alejandro Herculano de Carvalho, 415.
Allocução de abertura pelo sr. presidente da secção d'archeologia, dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcélloz, 257.
Allocução de encerramento pelo sr. Bispo Conde, 272.
Antonio Homem, 280, 563, 638, 675, 846.
Apontamentos para a historia da academia portuense de bellas-artes, 657, 732.
Arthur Loiseau, 451.
Auto d'entrega dos prisioneiros Gungunhana, etc., 194.
Auto da inauguração do museu d'antiguidades, confiado á guarda da secção d'archeologia do Instituto de Coimbra, 254.
Auto de reconhecimento dos prisioneiros Gungunhana, etc., 197.

B

Bartholomeu dos Martyres (D. Fr.), 870.
Benemerito (Um) da archeologia, D. Francisco Gomes d'Avellar, 516.
Boletim do Instituto, 37, 253, 811.

C

Casas (Las) e Antonio Vieira, 122.
Cimelia biblion, 95, 542.
Commissão de redacção, encarregada de superintender na publicação deste volume, 5.
Congresso pedagogico hispano-português-americano e exposição pedagogica portuguêsa em Madrid, 498.
Correspondéncia diplomática, 144, 392.
Cõstituyçoões do bispado de Coimbra, de D. Jorge d'Almeida, 84, 234, 371.
Critica (A) do *Manual das acções possessorias e seu processo,* 534.

D

Discurso do sr. Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina, 262.
Discurso do sr. reitor da Universidade, dr. António Augusto da Costa Simões, 269.
Discurso proferido, ao inaugurar-se a exposição calligraphica celebrada no Atheneu Commercial de Coimbra, 518.

E

Edade (A) de Affonso d'Albuquerque, 714.
Educação (A) nova em Hespanha, 494.
Estudos sobre Sá de Miranda, 303, 607, 702.
Étude d'un bacille fluorescent pathogène — Recherches sur la fonction fluorescigène des microbes, 66, 126.

F

Fábula antiga, 115.
Francisco Guerreiro, 49.
Freguesia (A) ou paróchia como divisão administrativa, 42, 116.

G

Geometria analytica a duas dimensões, 223.

I

Instituto de Coimbra — lista alphabética dos nomes de todos os individuos admittidos como sócios em assembléa geral, desde a fundação desta sociedade (1851-1852) até 31 de dezembro de 1895, 7.
Instituto de Coimbra — lista alphabética de todos os sócios e associados correspondentes da secção de archeologia, desde o anno em que foi creada esta secção (1873-1874), até 31 de dezembro de 1895, 25.

J

João Pinto Delgado, 857.
Jubileu de lord Kelvin, 579.

L

Livro das obediéncias dos geraes, 92, 153, 241, 399, 520, 603, 671, 805.
Louis Pasteur, 29, 366.
Luis Fizeau, 730.

M

Memória e estudo chymico sobre as águas mineraes e potaveis de Moledo, 61, 358, 487, 583, 651, 741.
Memorias de Castilho, 458, 543, 623, 684, 832.
Methodo (O) na classificação botanica, 207, 293.

N

Notas á Conferéncia «A phenomenalidade, a alma, e o eu, no budhismo» publicada em os n.os 7, 8, 9, de 1895 n-*O Instituto*, 76, 134.

*

Notas bibliographicas, 243.
Notas d'um pae, 526, 594, 664, 783.
Notas sobre a lingua portuguesa, 109.
Notas sobre a lingua portuguesa — II — A reforma orthographica, 201.
Notas sobre a lingua portuguesa — III — Etymologias, 350.

O

Orthographia, 142.

P

Portugueses (Os) e o gentio, 228, 473.
Professor (O) Huxley, 452.

R

Raios X de Röntgen, 38, 274.
Reforma (A) de instrucção secundaria, 752.
Relação dos chefes de povoação que prestáram vassallagem, 199.
Relatorio de Mousinho d'Albuquerque sobre a captura do Gungunhana, 167.
Relatorio sobre o segundo congresso internacional de chymica applicada, 762, 877.
Revista bibliográphica, 98, 154, 248, 400.
Rodrigues de Fréitas, 449.

S

Sarau (O) do dia 8 de dezembro no Instituto, 820.

U

Ultimos instantes de José Anastasio da Cunha, 892.

V

Vacaciones (Las), 506.

RELAÇÃO DOS LIVROS OFFERECIDOS AO INSTITUTO

Actes de la société scientifique du Chili, tomo II, 1892, 5.me livraison.

Actes de la société scientifique du Chili, tomo VI, 1896, 1.re livraison.

Actes de la société scientifique du Chili, 1895, tome V, 4.º livr.

Analyse geometrica de duas espiraes parabolicas — Estudo completamente original, por Antonio Cabreira. Lisboa, 1895.

Analyse e refutação do folheto do sr. dr. Sousa Refoios «Uma pagina da Administração do Hospital da Universidade», por B. A. Serra de Mirabeau. Coimbra, 1895.

Anginas da Ribeira de Niza (As) — Relatorio apresentado ao sr. Administrador do Concelho de Portalegre, por F. A. Rodrigues de Gusmão. Portalegre, 1895.

Annuario da Academia Polytechnica do Porto. Anno lectivo de 1895-1896. Porto, 1896.

Anthero do Quental — Dikter en efterskörd öfversättningar, af Göran Björkman. Norrtelje, 1895.

Antonio Feijó — Dikter Ofversatta, af Göran Björkman. Norrtelje, 1895.

Antonio Joaquim Nogueira Soares, por Adolpho Loureiro.

Arresto, por João Baptista Gomes. *(O)* Bombaim, 1896.

Assumptos hydraulicos, por Adolpho Loureiro.

Aves da peninsula iberica e especialmente de Portugal, por M. Paulino d'Oliveira. Coimbra, 1896.

Camoens e i nuovi poeti portoghesi. onferenza, por Antonio Padula. Napoli, 1896.

Carta do Bispo de Coimbra, ao illustrissimo e excellentissimo senhor José Estevão de Moraes Sarmento, ministro e secretario de estado dos negocios da guerra. Coimbra, 1896.

Catalogue des hémiptères du Portugal (Heteroptères), par le dr. Manuel Paulino d'Oliveira. Coimbra, 1896.

Censo da população do reino de Portugal no dia 1.º de dezembro de 1890. Vol. I. Lisboa, 1896.

Centenario da India, 1497-1897.—Mosteiro dos Jeronymos. Historia da sua origem e rapida descripção das suas bellezas, por Cesar da Silva. Lisboa, 1896.

Cinzas. Versos da mocidade, por Gonçalves Cerejeira. Coimbra, 1896.

Ciudad de Dios, rev. relig. cientifi. y literaria, (La) vol. XL, n.º 111.

Communicações da direcção dos trabalhos geologicos em Portugal (t. III, fasc. 1). Lisboa, 1895-1896.

Conferencia, por José de Saldanha Oliveira e Sousa.

Congresso cientifico jeneral chileno de 1894.

Considerações submettidas ao Centro catholico do Porto, por D. José de Saldanha. Lisboa, 1895.

Crustaceos da Africa occidental portugueza, por Balthazar Osorio. Lisboa, 1895.

Culto da arte em Portugal, (O) de Ramalho Ortigão. Lisboa, 1896.

Determinação dos pesos moleculares das substancias soluveis, por Achilles Machado. Lisboa, 1895.

Diccionario komkanî-portuguez philologico-etymologico composto no alphabeto devanâgarî com a translitteração segundo o systema jonesiano, por Monsenhor Sebastião Rodolpho Delgado. Bombaim, 1893.

Documentos para a historia contemporanea — José da Silva Carvalho e o seu tempo — Compillação annotada, por Antonio Vianna. Lisboa, 1891-1894, 3 vol.

Documentos ineditos dos seculos XII-XV relativos ao Mosteiro do Salvador de Souto, por Oliveira Guimarães (Abbade do Tagilde). Porto, 1896.

Escuela moderna, revista pedagogica hispano-americana. (La)

Estudos sobre Sá de Miranda — I *Os filhos do conego Gonçalo Mendes*, por Sousa Viterbo. Coimbra, 1895.

Étude d'un bacille fluorescent pathogène — Recherches sur la fonction fluorescigène des microbes, par Charles Lepierre. Coimbra, 1896.

Evolución en la quimica, (La) por José R. Carracido. Madrid, 1894.

Exposição universal de Chicago, 1893 — Portugal — Contingente da Associação dos engenheiros civis portuguezes. — Catalogo descriptivo da collecção de albuns, memorias e desenhos expostos, pelo socio A. Luciano de Carvalho. Lisboa, 1896.

Extrait des mélanges Charles de Harley, por Vasconcellos d'Abreu.

Fiança no direito commercial, (A) por José Tavares.

Freguezia ou parochia como divisão administrativa, (A) por José Tavares. Coimbra, 1896.

João de Deus, (A) por Anacleto Cabral. Coimbra, 1896.

Lampejos — Poesias de Ramos-Coelho. Lisboa, 1896.

Lições de Isagoge e Hermeneutica sagrada, por Egydio Pereira de Oliveira e Azevedo, voll. I e II. Coimbra, Typ. das *Instituições Christãs,* 1892–1894.

Lições de pharmacologia, 2.ª edição, por Eduardo Motta.

Macau e o seu porto, por Adolpho Loureiro.

Manual synoptico de anatomia descriptiva, por Serrano.

Memoria e estudo chimico sobre as aguas minero-medicinaes de Entre-os-Rios (Quinta da Torre), por A. J. Ferreira da Silva. Porto, 1896.

Noticia historica da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu hospital e asylo, por Joaquim Simões Barrico. Coimbra, 1895.

Novas inscripções romanas de Braga (Ineditas), por Albano Bellino. Braga, 1896.

Novo hospital da Universidade, (O) por Costa Simões.

Nuovi Poeti Portoghesi, (I) por Antonio Padula. Napoli, 1895.

Observations méridiennes de la planète mars pendant l'opposition de 1892. Lisbonne, 1895.

Oliveira do Hospital, por Adelino d'Abreu.

Oração de Sapiencia recitada no dia 16 de outubro de 1896 na sala dos actos grandes da Universidade de Coimbra, pelo dr. Manuel Nunes Geraldes. Coimbra, 1896.

Organisação geral do ensino applicavel ao estado actual da nação portugueza, por J. Augusto Coelho. Porto, 1896.

Palavras proferidas pelo Bispo de Coimbra no dia 26 de abril de 1896.

Palavras proferidas pelo Bispo de Coimbra na real academia de historia de Madrid.

Pastoral do Bispo de Coimbra. Coimbra, 1896.

Pathogenese e sua importancia — Conferencia apresentada ao Congresso Medico Nacional de Tuberculose reunido em Coimbra nos dias 24, 25, 26 e 27 de março de 1895, prefaciada e annotada por Cesario d'Abreu. Lisboa, 1895.

Patria e João de Deus, (A) por Leopoldo Mera.

Poesias de Francisco de Sá de Miranda, edição feita sobre cinco manuscriptos inéditos e todas as edições impressas, acompanhada de um

estudo sobre o poeta, variantes, notas, glossarios e um retrato, por Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Halle, 1885.

Poissons d'eau douce des îles du golfe de Guinée, (Les) par Balthazar Osorio. Lisboa, 1895.

Portaria de 10 de maio de 1894, por Costa Simões.

Pratica extrajudicial e o tabelliado, (A) por José Tavares.

Principios de Stereochymica, por Thomaz Cabreira. Lisboa, 1894.

Principios de pedagogia, por J. Augusto Coelho. Tomos I, II, III, IV.

Projecto do regulamento da Imprensa da Universidade, por Costa Simões.

Real Casa Pia de Lisboa.—Breve historia da sua fundação, grandeza e desenvolvimento de 1780 até ao presente, por Cesar da Silva. Lisboa, 1896.

Reconstrucções e novas construcções dos hospitaes da Universidade, por Costa Simões.

R. Festus Avienus. Ora maritima. Estudo d'este poema na parte respectiva ás costas occidentaes da Europa, por F. Martins Sarmento, 2.ª edição. Porto, 1896.

Reforma do ensino pharmaceutico, (A) por Emilio Fragoso.

Reptis e amphibios da peninsula iberica e especialmente de Portugal, por M. Paulino d'Oliveira. Coimbra, 1896.

Revista critica de historia y literatura. Año I, n.º 6.

Revista juridica de Cataluña. Anno II, n.º 4.

Revista juridica de Cataluña. Anno II, n.º 5.

Serra da Estrella, por Adelino d'Abreu.

Tejo e os campos adjacentes, (O) por Adolpho Loureiro.

The chronicle of the discovery and conquest of Guinea. Written by Gomes Eannes de Azurara; now first done into english by Charles Raymond Beazley, and Edgar Prestage. Vol. I (Chapters I-XL). London, 1896.

Visconde de Sanchez de Baena, Gil Vicente. Lissabon, 1894. Marinha Grande. XXV, 168 S. 8.º (Separatabdruck aus dem Literaturblatt für germanische und romanische Philologie), von Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Vizeu, 2 vol., por Maximiano de Aragão.

ERRATAS DO VOLUME XLIII

N.º 1, pag. 23, lin. 17, corr.: — Thomás Blanc (! * †) — *etc.*
Ibid., pag. 26, post. lin. 6, add.: — Augusto Philippe Simõez (†).
Ibid., pag. 28, lin. 14, corr.: — Luís de Figueiredo da Guerra.
Ibid., lin. 17, corr.: — Thomás Joaquím d'Almeida.
N.º 2, pag. 140, lin. 42, verb. «docel», corr.: «dossel».

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES (1)

I

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROBLEMAS E OS MÉTHODOS DA ETHNOLOGIA

O OBJECTO DA DISSERTAÇÃO E A ETHNOLOGIA PORTUGUÊSA

Os estudos, que sob um título mais ou menos análogo ao da nossa dissertação, embora relativos a outros povos, apparecem com tanta frequencia em Memórias e Revistas especiaes, reduzem-se em geral a registos descriptivos e anthropométricos destinados a servir de base ás investigações ethnológicas.

A par da ideia, que inspirou o ponto dado para este trabalho, entrevê-se o rumo, que o deve orientar — accumular elementos para a constituição da Ethnologia portuguêsa.

Não nos parece pois deslocado, já não diremos traçar um programma dos trabalhos practicos e theóricos a realizar com

(1) Dissertação para o acto de licenciado na Faculdade de Philosophia. O ponto foi escolhido em congregação da Faculdade em 14 de dezembro de 1896, e este trabalho entregue em 4 de janeiro de 1897. (*A. B.*)

esse intuito (porque para isso nos fallece a competencia, que só póde dar uma preparação e experiéncia, que não temos), mas insistir um momento nos problemas e nos méthodos da Ethnologia.

SOBRE A DETERMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ÉTHNICOS

O estudo das origens da população de um país, e bem assim a separação e determinação dos seus typos éthnicos, é geralmente uma das mais árduas tarefas, que se depara a um anthropólogo. Quasi sempre ao lado dum typo predominante, o menos difficil de caracterizar, encontram-se outros, bem ou mal representados, resultantes de misturas e cruzamentos seculares, entrando em proporções deseguaes na composição dos indivíduos.

Esta circunstancia embaraça notavelmente o problema, já de si delicado, e que exige muita experiencia e tacto mesmo numa raça ethnicamente muito pura. Numa passagem feliz, o sr. Topinard, conhecido anthropólogo francês, compara a diagnose dum typo éthnico ao reconhecimento da *maneira* dum artista: numa série de pinturas, o perito reconhece numa a eschola de Raphael, noutra a eschola de Murillo, numa terceira a de Rubens; aqui descobre a influéncia de certa eschola, além dá com uma maneira nova. Dum modo semelhante, póde dizer-se, se procede em Anthropologia.

Não é este ou aquelle caracter, por maior que seja a sua constancia, que deve guiar-nos. E' antes o conjuncto de todos os caracteres.

Os dados archeológicos, linguísticos e históricos fornecem elementos preciosos, diremos mesmo imprescindiveis; mas os anthropólogos, partindo do princípio fundamental de que a hereditariedade conserva de uma maneira fiel, dentro de certos limites, o typo éthnico, consideram os caracteres physicos das populações como a principal fonte deste estudo: «a Anthropologia, affirmou Broca, é que ha de constituír a base estavel de todas as conclusões ethnológicas».

Para prova deste asserto, se ella é necessária, basta recordar a muita luz, que os estudos morphológicos e anatómicos têem derramado sobre o conhecimento dos povos autóchthonas da Europa.

As descripções e observações ethnográphicas feitas sobre o vivo sam a tal respeito de summa importancia; mas talvez as sobreleve em valor o exame craniológico, susceptivel como é

duma precisão incomparavelmente maior. A cranioscopia póde attingir tão elevada perfeição, que não é raro a um olho experimentado reconhecer a proveniéncia de um cránío no meio de centenares de outros.

Em summa diremos, que na determinação dum typo é necessário pesar e conjugar todos os elementos uteis; sómente dum tal concurso póde esperar-se um diagnóstico exacto. Não deve pois surprehender-nos, que na obra clássica — *Crania ethnica* — de Quatrefages e Hamy, a determinação dos typos éthnicos repouse essencialmente numa apreciação pessoal (*types au jugé*), mais aínda do que nos dados craniométricos, não obstante longas listas de medidas lá figurarem em seguida a cada artigo.

Digamos por incidente, que a determinação dos differentes typos históricos e prehistóricos, embora do domínio da Ethnologia, não offerece apenas um mero interesse descriptivo. Esse estudo é que ha de levar naturalmente á resolução do problema capital da Anthropologia especial — a classificação das raças. O illustre Broca exprimiu por diversas vezes uma tal opinião com estas palavras: «é conveniente tratar menos de raças e mais dos typos éthnicos».

Eu creio achar uma prova de tal modo de ver, posto que implícita, no facto de Hervé e Hovelacque, bem como Topinard, terminarem os seus manuaes de Anthropologia por um estudo dos typos éthnicos.

Aínda que as considerações, que acabamos de fazer, dêem ideia da marcha a seguir no estudo ethnológico dum povo, nada é melhor do que observar essa marcha num exemplo particular. Convém citar como verdadeiros modelos de anályses e syntheses ethnológicas, os trabalhos de Broca, digno sempre de ser imitado, sobre a população actual da França (1).

Todavia, como o seu eminente auctor refere, esses trabalhos sam incompletos a certos respeitos: os dados anthropométricos (á parte a estatura registada no recrutamento militar) escasseavam na epocha, em que foram elaborados (1859 e 1866).

Ha hoje sobre a Anthropologia da França estudos mui perfeitos e minuciosos, que permittíram tirar conclusões do maior interesse acêrca dos elementos éthnicos, que compõem

---

(1) Broca — *Recherches sur l'Ethnologie de la France. In Mem. d'Anthrop.*, t. 1, pp. 277 e 385. Paris.

a sua população. Haja vista por exemplo, os trabalhos de Hovelacque e Hervé, e bem assim os de Collignon (1).

Uma consideração importante, que aliás era de prever, se deduz logo do exame desses trabalhos: a necessidade de fazer previamente uma divisão regional, embora provisória, do território a estudar, fundada nos caracteres dos seus habitantes. Eis a propósito umas palavras do sr. Olóriz, distincto anthropólogo hespanhol, que se acham na introducção ao seu magnífico estudo sobre a distribuição geográphica do índice cephálico dos hespanhoes (2): «Lo que más urge para continuar con fruto las investigaciones anthropológicas sobre la poblacion española contemporánea, es trazar préviamente una división regional del territorio, fundada en los caracteres de sus habitantes, pues sólo así podrán formar-se grupos relativamente homogéneos de cráneos ó indivíduos, según su procedencia; y se podrán llegar á conocer la característica y el asiento de las variedades étnicas que existan en España, elementos que son indispensables para resolver algún dia las cuestiones de etnogenia y para trazar el mapa antropológico de nuestra Peninsula».

Apezar de não ser difficil em presença das monographias ethnológicas, que citamos, esboçar um programma das investigações anthropológicas a effectuar para a determinação dos typos éthnicos, seria longo tentá-lo.

Diremos apenas, que a práctica essencial a pouco se reduz. Quatro caracteres dominam a scêna: a estatura, o índice cephálico, o índice nasal, e emfim a côr dos cabellos e dos olhos.

Claro é que tal programma versa sómente sobre a colheita dos materiaes. Quanto á sua utilização e apreciação futura, isso constitúe um trabalho difficil de gabinete, para o qual, como já fizemos sentir, não ha methodo uniforme; é sobretudo importante a comparação com os resultados análogos obtidos nos outros países.

A PROPÓSITO DO ESTADO DOS TRABALHOS ETHNOLÓGICOS SOBRE A NOSSA POPULAÇÃO

Na grande maioria das nações cultas os anthropólogos dedicam-se com amor ao estudo da respectiva ethnologia.

---

(1) *In Mem. Soc. d'Anthrop. de Paris*, t. 1, 3.º série, 1895.

(2) Don Federico Olóriz — *Distribución geográfica del índice cefálico en España*, p. 6. Madrid, 1894.

Desejariamos poder dizer outro tanto do nosso país. Infelizmente, a respeito do estudo anthropológico, o povo português constitue um terreno quasi virgem. Não ha muito que o anthropólogo inglez Beddoe, num artigo (1) sobre a história do índice cephálico nas ilhas británnicas, apontava Portugal como um dos rarissimos países da Europa, onde o estudo da distribuição do índice cephálico nem sequer havia começado.

E todavia, ao menos por enquanto, tal estudo promette resultados compensadores. Ha em Portugal certas regiões, como o Alto Minho (2), a Beira, Trás-os-Montes, onde é lícito suppôr notavel a pureza éthnica, e que por isso nos devem fornecer elementos de primeira ordem para a análise da população portuguêsa.

Com o decorrer do tempo a frequéncia dos cruzamentos, facilitados pelas muitas communicações, que caracterizam a nossa epocha, irá difficultando cada vez mais a investigação dos typos primitivos.

Por isso, a creação em Portugal duma Sociedade d'Anthropologia, impõe-se como uma necessidade urgente, de utilidade incontestavel.

Tal creação, sobre ser uma obra eminentemente patriótica, prestaria tambem um assignalado serviço á sciéncia.

Já em 1880, numa sessão do 9.º Congresso de Anthropologia e Archeologia prehistóricas reünido então em Lisboa, foi tal a impressão, que causou a riqueza prehistórica do nosso país, revelada em múltiplas e importantissimas communicações, que vários membros presentes da Sociedade Anthropológica de Paris, Quatrefages e Mortillet entre outros, emittiram a ideia, que o Congresso enthusiasticamente acclamou, da creação entre nós duma Sociedade d'Anthropologia (3). Mãos pois á obra! (4)

Ao terminar estas ligeiras consideraçõos, devemos lembrar, como é de justiça, os esforços isolados duma pleiade distincta de investigadores portuguêses no sentido de esclarecer a nossa Ethnologia. Referimo-nos aos notaveis estudos

---

(1) *L'Anthrop.*, t. v, pp. 512 e 658. Paris, 1894.

(2) Ha no Suajo, desde tempos immemoriaes, povoações em pleno regimen collectivista, de tal maneira estám isoladas pelas condições naturaes.

(3) Compte-rendu de la neuvième session à Lisbonne, p. 31.

(4) Apraz-nos dizer que neste momento (3 de abril de 1897), sob o impulso do sr. Professor Conselheiro Bernardino Machado, acaba de constituír-se em Coímbra uma Sociedade d'Anthropologia.

publicados entre nós, principalmente sob o ponto de vista da Archeologia e da Historia.

Não esqueçamos tambem a obra nacional, que representa a creação do museu ethnográphico português.

II

ÍNDICE CEPHÁLICO. SUA APPLICAÇÃO AO DIAGNÓSTICO ÉTHNICO

O ÍNDICE CEPHÁLICO ORDINÁRIO E OS OUTROS ÍNDICES CRANIANOS

Blumenbach, um dos fundadores da Craniologia, recommendou numa das suas obras (1) a observação dos crânios pela sua face superior, ou, empregando as suas proprias palavras, segundo a *norma verticalis*.

Quando se examina uma série de crânios segundo esta norma, vê-se com effeito, que o contorno horizontal differe bastante de uns exemplares para os outros. Dois typos se distinguem claramente: o dos crânios alongados, cujo contorno semelha uma ellipse bastante excéntrica, e o dos arredondados, cujo contorno se parece mais com uma circunferencia.

Foi o anatomista sueco Retzius, inspirado certamente na recommendação de Blumenbach, quem, pela primeira vez em 1842, fez aquella nota, dando aos crânios alongados o nome de *dolichocéphalos,* e aos crânios curtos o de *brachycéphalos*. Mais tarde introduziu Broca a consideração de um typo intermédio de crânios, a que deu o nome de *mesaticéphalos*.

Embora Retzius o não dissesse expressamente, não ha dúvida de que o professor de Stockolmo tomava para base da sua classificação a relação entre a largura e o comprimento

---

(1) *De generis humani varietate nativa,* 1775.

do crânio. Não estabeleceu porém entre os dois typos, a demarcação nítida que se deve á intervenção de Broca (1861). Adiante a indicaremos a propósito da nomenclatura.

Agora fallaremos antes dessa relação entre os diámetros transversal e longitudinal máximos, que Broca baptizou com o nome de *índice cephálico*.

Tal relação *indica* com effeito a fórma geral da cabeça, e é numèricamente definida pelo valor do diámetro transversal, quando o longitudinal se representa por 100.

Chamando-lhe I, temos

$$\frac{I}{100} = \frac{A}{B}.$$

A ideia do índice cephálico, fundamentalmente devida a Retzius, é em si um facto de elevada importáncia. Mas um dos melhores títulos de glória de Retzius está, não tanto na introducção do índice, como na ideia que teve, generalizada depois pelos anthropólogos, de substituír na comparação dos crânios e dos esquelêtos as medidas absolutas pelas relações entre os elementos medidos (índices). A fórma, que os índices pretendem exprimir, é na verdade de muito maior importancia do que a grandeza absoluta.

Destes, os que nos importam, de harmonia com o objecto da dissertação, vêem a ser os *cephálicos* ou *cranianos*.

Claro é que existe um sem número delles. Tres porém acham-se consagrados: o índice *cephálico ordinário,* de que já fallamos, e os índices *vertical-longitudinal* e *vertical-transversal* (1.º e 2.º vertical), que indicam respectivamente o perfil do crânio e o contorno da sua vista posterior.

No presente capítulo que, póde dizer-se, faz parte da introducção a este ligeiro trabalho, estudaremos apenas o índice cephálico ordinário, pondo de lado os outros. E isto por duas razões. Primeira, porque o estudo de um caracter é bastante para traçar a marcha eschemática do estudo dos outros. Segunda, porque a experiéncia tem mostrado, que para o diagnóstico éthnico, o caracter derivado do índice cephálico é incomparavelmente superior aos que derivam dos índices verticaes. Aínda que quisessemos justificar este facto, não poderíamos senão tentá-lo (o que faremos adiante), por isso mesmo que aínda hoje nos escapa a sua interpretação physiológica. Não queremos dizer com isto, que os índices verticaes sejam inu-

teis na distincção dos typos. Pelo contrário, Collignon por exemplo, nos seus estudos anthropológicos sobre o sudoeste da França, empregou com éxito esses índices na separação de dois elementos de um typo dolichocéphalo (1).

Sería ocioso analysar aqui a questão da escolha dos pontos terminaes dos diámetros do crânio.

Hoje é universalmente seguido o systema de Broca.

---

(1) *Mem. Soc. d'Anthrop.*, t. 1, 3.ª série, 4.º fasc., p. 97.

(Continúa). ALVARO JOSÉ DA SILVA BASTO.

MEMORIA E ESTUDO CHIMICO SOBRE AS AGUAS MINERAES E POTAVEIS DE MOLEDO

(Cont. do vol. XLIII, n.os 10 e 11, pag. 751)

V

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS AQUI CONSIGNADOS COM OS DAS ANALYSES ANTERIORES

74. As aguas de Moledo são conhecidas desde muito. A ellas se refere o dr. FONSECA HENRIQUES no seu Aquilegio, publicado em 1726; mas as indicações por elle fornecidas são muito restrictas (1).

O dr. FRANCISCO TAVARES, que escreveu em 1810, dá mais pormenores. Eis como se exprime a proposito d'estas nascentes mineraes, que elle descreve sob o nome de Caldas da Rêde (2): «Em distancia de *hum quarto de legoa* do Lugar da *Rede, meia legoa* para L. da Villa de *Mesão-frio,* Comarca de Villa *Real,* ao N. do Rio *Douro,* defronte da *Corvaceira,* e de *Moledo* que ficam na margem do S. na Comarca de *Lamego,* ha *quatro nascentes* de *agua sulfurea* tanto na margem do rio, que facilmente são cubertas em qualquer inundação d'elle. O seu calor é de 96° a 100° gr. de F. ou de 28 1/2 a 30 1/4 de R. Por falta de commodidades (pois que o sitio não admitte poder-se ali edificar casas ou barracas, e menos con-

---

(1) FONSECA HENRIQUES (FRANCISCO DA), *Aquilegio medicinal.* Lisboa occidental, 1726, pag. 24. «No concelho de Penaguião, de que são condes os Marquezes de Abrantes, ha umas Caldas sulphureas, que curão os achaques frios de nervos, debilidade de juntas, vertigens, convulsões, e finalmente todos os mais achaques para que servem semelhantes Caldas».

(2) FRANCISCO TAVARES, *Instrucções e cautellas practicas sobre a natureza, differentes especies, virtudes em geral, e uso legitimo das aguas mineraes, prtncipalmente de Caldas; com a noticia d'aquellas, que são conhecidas em cada uma das Provincias do Reino de Portugal, e o methodo de preparar as aguas artificiaes.* Parte 1; Coimbra, 1810, pag. 60.

servar-se em razão das enchentes) costumão para tomar *banhos* fazer covas na *areia* em que possão caber os enfermos, as quaes cobrem com cabanas de ramos d'arvores, ou como he possivel (1). Pella banda N. d'estas *nascentes* ha um *Lameiro* murado, aonde o rio não chega, no qual apparece a mesma qualidade de *agua thermal,* e aonde feitas as possiveis commodidades seria mais vantajoso o uso d'estas *Caldas*. São ellas as mesmas denominadas da *Corvaceira,* de *Moledo,* de *Penaguião,* pella visinhança e pello districto do Conselho de *Penaguião* (2) onde nascem».

Estes esclarecimentos sobre as aguas de Moledo servem de base ás noticias posteriores, e entre ellas á que é fornecida pelo dr. FONSECA BENEVIDES, na sua Memoria publicada em 1843 (3).

Vê-se que apenas são dadas indicações sobre a thermalidade.

75. Em 1866 fôram summariamente analysadas pelo sr. dr. AGOSTINHO VICENTE LOURENÇO, para a redacção dos seus «*Estudos preliminares sobre as principaes aguas mineraes do reino*», que fazem parte da publicação official, intitulada «*Trabalhos preparatorios ácerca das aguas mineraes do reino*» (4).

A esta analyse se refere na sua circumstanciada noticia PINHO LEAL (5).

76. Cinco annos mais tarde fôram submettidas a um exame mais minucioso pelos srs. drs. LEÃO, ALVES e AZEVEDO; este trabalho constitue uma monographia, que foi impressa na Imprensa da Universidade (6), e d'elle colhe-

---

(1) Hoje o estabelecimento thermal é um dos mais bem montados do paiz.

(2) Chamam-se tambem de *Fontellas,* por nascerem na freguezia d'este nome; e de *Mesão-frio,* porque a freguezia faz parte d'este concelho.

(3) FONSECA BENEVIDES (ANTONIO ALBINO DA), *Memoria sobre o uso das nossas aguas sulphurosas nas molestias cutaneas, comprovado por observações dos medicos, tanto antigos como modernos, e destinada a generalisar a sua applicação n'estas enfermidades.* Lisboa, 1843, pag. 8. (Esta memoria faz parte da — Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Série II, Tomo I, Parte I. Lisboa, 1843).

«Estas aguas (diz o auctor) são mais ou menos quentes, e pela observação dos practicos sabe-se que ellas têm sido uteis no tratamento de grande numero de molestias cutaneas».

(4) Lisboa, 1867; 1. vol. in-8.º de 84 pag.

(5) PINHO LEAL, *Portugal antigo e moderno,* vol. V; Lisboa, 1875, pagg. 373-375.

(6) Sob o titulo «*As aguas mineraes de Moledo, sua composição chimica, acção physiologica e effeitos therapeuticos*»; Coimbra, 1871; 1 vol.

ram informações os drs. BRANDT, CHERNOVIZ, COSTA FELIX e LOPES (1).

77. *Thermalidade.* — Quanto á *thermalidade,* as differenças entre as temperaturas observadas em 1871 e 1892–1894, não são muito consideraveis, como se vê do seguinte quadro:

COMPARAÇÃO DA THERMALIDADE DAS AGUAS DE MOLEDO EM 1871 E 1892–1894

		Temperaturas observadas em:		Differença em 1892-94
		1871 (2)	1892-94 (3)	
	Mina nova da Estrada (ou *do Caminho de Ferro*):			
1	Nascente quente.....	36°,3 C.	34°,6 C.	— 1°,7 C.
	Mina antiga da Estrada:			
2	Nascente *A*.....	36°,8 (4)	35°,8	— 1°,0
	Lameira:			
3	Nascente do 28.....	38°,3	38°,1	— 0°,2
4	Nascente do 30.....	38°,8	40°,6	+ 1°,8
5	Nascente do banho fresco.....	32°,3	29°,0	— 3°,3
	Rio:			
6	Nascente do 30 (Oleoso ou contraforte).....	38°,3 (4)	38°,3	0°,0
7	Nascente temperada do Rio (*Bica do Rio*).....	25°,3	25°,8	+ 0°,5

---

in-8.º de 158 pag. e uma planta da povoação de Moledo e posição das aguas thermaes (na escala de $\frac{1}{2000}$).

(1) BRANDT (G. H.), *Aguas medicinaes naturaes de Portugal,* in *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto,* vol. I, 1881. Porto, 1881, pag. 196; CHERNOVIZ (PEDRO LUIZ NAPOLEÃO), *Formulario e guia medico,* 15.ª edição. Paris, 1892, pag. 820; COSTA FELIX (FRANCISCO DA), *Aguas minero-medicinaes em geral e de Portugal em particular.* Lisboa, 1877; LOPES (ALFREDO LUIZ), *Aguas minero-medicinaes de Portugal.* Lisboa, 1892, pagg. 296 a 301.

(2) Estes numeros acham-se consignados no livro já citado dos srs. drs. LEÃO, ALVES e AZEVEDO, pagg. 11 e 25.

(3) Estas temperaturas fôram determinadas pelo auctor d'este trabalho, e acham-se no quadro da pag. 64 e 65.

(4) Os srs. dr. A. VICENTE LOURENÇO e SCHIAPPA D'AZEVEDO, nos «*Trabalhos preparatorios ácerca das aguas mineraes do reino*», já citados,

*

A differença para menos observada na temperatura da agua das nascentes da Estrada não excede a 2°, no intervallo de 22 annos.

A nascente de 28 da Lameira e a do 30 do Rio conservam proximamente o mesmo grau de calor.

A nascente do 30 da Lameira teria augmentado um pouco de temperatura.

As temperaturas indicadas pelo dr. FONSECA HENRIQUES, que as observou em 1810, eram, como já se disse, de 28°,5 R. ou 35°,6 C. a 30°,25 R. ou 37°,8 C.

As denominações *28 e 30 da Lameira, 28 e 30 do Rio,* que ainda hoje persistem, procedem certamente de se ter outr'ora adoptado, para differençar as aguas, a sua temperatura, expressa em *graus Reaumur*.

Se estes numeros se devessem tomar como exactos, a temperatura das aguas de Moledo deveria ter subido um pouco, depois das antigas observações.

É, porém, de crer que este accrescimo não seja devido senão a terem-se melhorado consideravelmente as condições de captagem das nascentes.

78. *Sulfuração.* — Differenças sérias e importantes se notam em relação á *sulfuração,* que é bastante diversa da que foi achada anteriormente, em 1866 e em 1871. Eis os numeros respectivos, exprimindo-se, em todos os ensaios, a *sulfuração bruta* (1) em Na^2S por litro:

	Caminho de Ferro	Estrada	Lameira	Rio
	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.
LOURENÇO.....	—	0,00140	—	0,00975
LEÃO, ALVES e AZEVEDO	0,02731	0,02669	0,02856	0,02918
FERREIRA DA SILVA.....	0,01472	0,01540	0,01587	0,01303

pagg. 21 e 56, mencionam (1866) a temperatura de 39°,5 C. para a agua da mina da Estrada; e 42° para o contraforte do Rio. Estes numeros parecem bastante elevados, e não se acham em relação com as pequenas differenças observadas desde 1871 a 1894.

(1) A chamada — *sulfuração bruta* — é aquella que se deduz directamente do iodo total absorvido pela agua mineral no ensaio sulfurometrico, sem a correcção do iodo correspondente aos hyposulfitos (n.os 16 a 19).

A sulfuração, por nós reconhecida nas aguas dos contrafortes (Rio e Lameira), approxima-se algum tanto da que achou o sr. dr. Lourenço em 1866, mas affasta-se da que foi determinada pelo mesmo distincto chimico na da Estrada.

Todos os nossos resultados são notavelmente inferiores, quasi de metade, aos que se encontram na analyse feita em Coimbra, o que parece dever-se attribuir a um methodo defeituoso da avaliação da sulfuração.

79. *Alcalinidade.* — A *alcalinidade* da agua não foi determinada directamente, anteriormente a este trabalho, e não tem tambem sido definida na maior parte das outras analyses de aguas sulfureas do reino.

Abstemo-nos, por isso, de deduzir relações entre os resultados das analyses feitas, baseando-nos unicamente na composição hypothetica apresentada na memoria de 1871. É comtudo um dado importante para caracterisar as aguas sulfureas.

As aguas sulfureas de Moledo são nitidamente alcalinas.

80. *Mineralisação total.* — A *mineralisação total* não tem variado muito, como provam os seguintes numeros, que dão, em grammas, o residuo solido da evaporação por litro d'agua, conforme as analyses feitas em 1866, 1871 e 1892-1894:

	Caminho de Ferro	Estrada	Lameira	Rio
	Gr.	Gr.	Gr.	Gr
Lourenço	—	0,26700	—	0,25167
Leão, Alves e Azevedo	—	0,26600	0,25000	0,22500
Ferreira da Silva	0,25463	0,25234	0,24466	0,24808

Os nossos numeros são inferiores, excepto para a agua da nascente do Rio.

81. *Sulfatos.* — Uma differença importante se nota confrontando os resultados das nossas analyses com a anterior, de 1871; é a que diz respeito á percentagem *dos sulfatos*. Eis os numeros que representam o acido sulfurico, por litro d'agua, expresso em SO^4:

	Caminho de Ferro	Estrada	Lameira	Rio
	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.
Leão, Alves e Azevedo	—	0,02402	0,02957	0,00689
Ferreira da Silva	0,01830	0,01624	0,01619	0,01700

O acido sulfurico não apresenta grandes differenças nas aguas das diversas nascentes, segundo a analyse feita em 1892–1894.

Pelo contrario, as differenças eram grandes em 1871, sendo a agua do Rio consideravelmente menos sulfatada que as outras, cerca da quarta parte.

A sulfatação achada em 1892–1894 é, nas duas nascentes da Estrada e Lameira, consideravelmente menor do que a determinada em 1871.

A ordem mesmo da sulfatação variaria um pouco. Das tres aguas analysadas em 1871, era menos sulfatada a do Rio, seguia-se depois a da Estrada e por ultimo a da Lameira. Hoje a ordem é exactamente a inversa: as nascentes menos sulfatadas são as da Lameira e da Estrada.

82. *Carbonatos.* — Dos dados colhidos em 1871 deduzir-se-hia que a agua do Rio era a mais rica em carbonatos. Não é esse hoje o caso, como se viu pelos ensaios feitos directamente, e pelos resultados da analyse quantitativa (tabella da pag. 751).

Para prova, aqui damos as quantidades, por litro, de acido carbonico CO^2O achadas nas duas epochas:

	Caminho de Ferro	Estrada	Lameira	Rio
	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.
Leão, Alves e Azevedo	—	0,07136	0,05059	0,12383
Ferreira da Silva	0,06026	0,06874	0,06152	0,05990

Segundo a nossa analyse, a carbonatação das aguas das diversas nascentes é semelhante; mas na do Rio é inferior á das outras nascentes.

83. Os outros componentes de aguas de Moledo determinados na analyse de 1871 não são muito differentes dos que obtivemos, a não ser em relação á agua do Rio, que não apresenta hoje grandes differenças de mineralisação das outras, como n'aquella data aconteceria. Não insistiremos, por isso, sobre essas differenças.

84. *Nitratos.* — Uma particularidade muito importante da constituição chimica d'algumas das aguas de Moledo é a presença, em quantidade relativamente consideravel, *de nitratos,* presença que não tinha até agora sido indicada, nem n'esta nem n'outras aguas sulfureas do paiz.

A quantidade de acido azotico AzO^3 existente na agua do Rio poude ser determinada aproximadamente, e é representada pelo numero $0^{gr},00286$ correspondente a $0^{gr},00392$ de azotato de sodio; depois d'esta, a agua que contém mais azotatos é a do Caminho de Ferro.

As nascentes da Estrada, e sobretudo a da Lameira, são, sob este ponto de vista, as aguas mais puras de Moledo.

85. Esta existencia de nitratos nas aguas das duas primeiras nascentes citadas não indica, no nosso entender, que se trate d'aguas sulfureas degeneradas, como acontece com algumas das congeneres dos Pyrineus, particularmente as de Olette (Pyrineus Orientaes) (1), visto que a sulfuração de todas ellas não differe muito. Indica, sim, que ellas se acham mais ou menos misturadas com aguas phreaticas.

Está esta conclusão de accordo com a sulfatação das duas referidas nascentes, que é a maxima de entre todas d'aquella localidade.

Em contrario a uma opinião por muito tempo recebida, sem razões sufficientes, não são as aguas do Rio as que representam, na sua maior pureza, nem na thermalidade, nem na sulfuração, nem na composição chimica, o typo hydromineral de Moledo, mas sim as aguas da Lameira e da Estrada.

---

(1) O dr. Willm encontrou *nitratos* nas aguas de Plombières, Bagnères e Olette, em quantidade que determinou pelos methodos usuaes (*Recueil des travaux du Comité consultatif d'hygiène publique de France,* tome x, pagg. 378-379; tome xi, pagg. 422-423; tome xvii, pag. 469). — A quantidade de acido nitrico AzO^3 achada na nascente *Yeux* de Bagnères-de-Bigorre é $0^{gr},0024$ por litro; em Plombières as quantidades encontradas estão comprehendidas entre $0^{gr},0026$ e $0^{gr},0112$; nas degeneradas de Olette entre $0^{gr},0174$ e $0^{gr},0260$.

86. *Sulfhydrato de ammonio.* — Uma outra particularidade da constituição d'estas aguas é a presença do *sulfhydrato de ammonio,* que não fôra até agora determinado, nem n'estas, nem nas outras aguas congeneres do paiz. Este composto entra tambem em diminuta porção em algumas aguas sulfureas estrangeiras, e particularmente nas *Eaux-Bonnes* dos Pyreneus (Willm).

A existencia d'este componente não só permitte explicar os phenomenos observados com o reagente de Playfair, e de que démos conta no começo d'este trabalho, como tambem dá a razão da instabilidade particular dos seus principios sulfurosos, em presença do ar e dos saes de reacção alcalina que as aguas contêm.

87. Cumpre-nos ainda accentuar que a analyse actual revelou a *lithina* e o *potassio* em quantidade ponderavel em todas as nascentes, bem como vestigios nitidos de *iodetos,* traços de *brometos* e de *fluoretos,* que não fôram encontradas nas anteriores analyses.

A descoberta da *lithina* em nascentes sulfureas não constitue novidade; não só a contêm muitas aguas congeneres de França (Eaux-Bonnes, Louchon, Barèges, St. Sauveur), como tambem foi encontrada, em quantidade ponderal, nas nossas de Fadagosa e Felgueira.

88. Parece-nos, em face do que acaba de ser exposto, que alguma variação se tem dado nas aguas de Moledo, não tanto em relação á thermalidade e á sulfuração total, como a alguns elementos, particularmente aos sulfatos e carbonatos.

Tambem a composição das nascentes do Rio apresenta hoje mais uniformidade com as restantes do que em 1871.

(Continúa). A. J. Ferreira da Silva.

RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA

QUE SE REALIZOU EM PARÍS DE 27 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 1896

(Cont. do n.º 1, pag. 25)

SECÇÃO VI

PRODUCTOS CHYMICOS

1.º *Preparação do chloro na indústria dos productos alcalinos.*

Communicação do sr. Sorel.

2.º *Applicação da electro-chymica á anályse dos productos chymicos.*

Communicação do sr. Joly.

3.º *Estado actual da indústria do chloro liquefeito; vantagens sobre os chloretos descórantes.*

Communicação do sr. Hulin.

4.º *Indústria dos ácidos mineraes de alta concentração.*

Communicação do sr. Franche.

5.º *Preparação industrial dos saes de ferro.*

Communicação do sr. Buisine.

6.º *Indústria dos phosphatos* (*enriquecimento dos phosphatos naturaes*).

Communicação do sr. Lasne.

7.º *Condensação dos vapores á alta temperatura.*

Communicação do sr. Th. Schloesing.

8.º *Unificação dos méthodos de anályses dos mínios* (*zarcão*).

Relator o sr. Forestier.

O relatório do sr. Forestier levou o Congresso a adoptar o seguinte *modus-faciendi:*

«Nas anályses officiaes do mínio deve-se recorrer ao ácido acético e não ao ácido nítrico».

9.º *Indústria dos productos ammoniacaes.*
Communicação do sr. Truchot.

10.º *Dosagem do arsénio nas pyrites que tambem contêm antimónio e estanho.*
Communicação do sr. Blattner.

11.º *Indústria dos extractos taníferos (dosagem do tanino, separação dos ácidos tánico, pyrogállico e gállico).*
Communicação dos srs. Roy e F. Jean.

12.º *Dosagem, nos extractos ou no pau de campeche, da hemateina (princípio corante) sem se recorrer á tintura.*
Communicação do sr. Aglot.

13.º *Indústria dos couros e pelles (anályses, etc.).*
Communicação dos srs. Jean e Roy.

14.º *Indústria da borracha, guta-percha, ebonita (anályses).*
Communicação do sr. Montpellier.

15.º *Assumptos de fabríco do papel.*
Communicação dos srs. Schlumberger e Urbain.

Esta communicação levou a secção a adoptar as modificações propostas, no fabríco do papel para documentos preciosos, notas, livros, etc.

16.º *Lacca marina para preservar e conservar a querena dos navios.*
Communicação do sr. Lapeyrere.

17.º *Indústria da tinturaria e impressão.*
Communicação do sr. Trillat.

18.º *Desenvolvimento da indústria das matérias corantes na Suissa.*
Communicação do sr. Jaubert.

19.º *Constituição das indulinas e safraninas.*
Communicação do sr. Jaubert.

20.º *Méthodo de purificação das benzinas.*

Communicação do sr. Haller, director do Instituto chymico de Nancy.

Este processo é baseado no emprêgo do chloreto de alumínio.

21.º *Pesquiza dos óleos mineraes nos óleos de «suint»* (1).

Communicação do sr. Vuaflart.

22.º *Purificação dos óleos que serviram a lubrificar as máchinas.*

Communicação do sr. Nay de Mézence.

23.º *Propriedades do óleo de colza, empregado como unidade de luz.*

Communicação do sr. Dumény.

* 24.º *Falsificações do azeite.*

Importante communicação do sr. Dupont.

A Secção VI tambem acceitou a proposta seguinte que foi aprovada pelo Congresso:

«Seria conveniente que um convénio existisse entre productores e consumidores, estabelecendo as condições que deve ter a glycerina empregada no fabríco da dynamita, sendo este assumpto posto na ordem do dia do próximo Congresso».

SECÇÃO VII

PHOTOGRAPHIA

1.º *Experiéncias para preparar, sem grãos, uma emulsão sensivel.*

Communicação do sr. Lumière.

E' sabido que a obtenção de chapas photográphicas, sem grãos, de brometo ou iodeto de prata é indispensavel para a photographia das côres segundo o méthodo de Lippmam.

---

(1) O «Suint» é o corpo gordo obtido na lavagem das lãs de carneiro.

2.º *Estudo dos supportes para as preparações sensiveis: vidro, mica, papel, pelliculas, etc.*
Communicação do sr. Balagny.

3.º *Meio próprio para evitar o «halo».*
Communicação do sr. Guilleminot.

4.º *Estudo sobre os processos de empacotagem das placas; acção chymica do papel.*
Communicação do sr. Colson.

5.º *Revelação das provas positivas e negativas á alta temperatura.*
Communicação do sr. Cousin.

6.º *Emprêgo dos reveladores orgánicos modernos.*
Communicação do sr. Votocek (de Prague).

7.º *O hydrogénio como revelador gazoso.*
Communicação do sr. Cohen (Amsterdam).

8.º *Estudo da sensibilidade das substáncias colloides bichromatadas.*
Communicação dos srs. Léon Vidal e Chardon.

9.º *Photographia do espectro infra-vermelho; estudo dos raios de Roentgen.*
Communicação do sr. Nodon.

10.º *Photographia invisivel e photographia applicada aos estudos scientificos.*
Communicação do sr. Zenger (de Prague).

11.º *Photographia pelas radiações eléctricas.*
Communicação do sr. Zenger.

12.º *Estudo da photographia das côres.*
Communicação do professor Vogel (Berlim).

13.º *Negativos para imprimir em côres.*
Communicação do sr. Vidal.

14.º *Applicação da photographia á pintura.*
Communicação do sr. Villain.

15.º *Experiências sobre os méthodos microphotográphicos.*
Communicação do sr. Moupillard.

16.º *Processos para medir a sensibilidade das preparações photográphicas.*
Communicação do professor Vogel (Berlim).

17.º *Luz-typo para a «sensitometria».*
Communicação do professor Vogel.

18.º *Estudo da conservação dos phototypos, das photocópias, etc.*
Communicação do sr. Gravier.

A Secção VII adoptou as seguintes resoluções e propostas:

a) «Que em cada pacote de chapas photográphicas se acha indicada a data da emulsão.
Relator o sr. Balagny.

b) «Que os fabricantes de productos photográphicos escrevem nos rótulos das caixas ou frascos os nomes chymicos ou fórmulas, em vez dos nomes exquisitos, muitas vezes usados e que só devem servir de marca commercial.
Relator o sr. Berger.

c) «Que as alfándegas tomam todas as precauções na abertura dos volumes com artigos para a photographia».
Relator o sr. Mareschal.

SECÇÃO VIII

METALLURGIA — MINAS

1.º *Resultados comparativos dos diversos méthodos de dosagem do enxofre, phósphoro e nickel.*
Communicação do sr. Charpy.

2.º *Méthodo de dosagem do enxofre.*
Communicação do sr. Campredon.

3.º *Méthodo de dosagem do carbónio.*
Communicação do sr. Liesse.

4.º *Influéncia das diversas impurezas sobre as propriedades dos metaes.*
Communicação do sr. Le Verrier.

5.º *Importáncia dos exames micrográphicos dos metaes e ligas.*
Communicação do sr. Osmond.

6.º *Analyse do ar nas minas.*
Communicação do sr. Chesneau.

7.º *Dosagem dos chloratos.*
Communicação do sr. Quantin.

* 8.º *Ensáio e anályse dos combustiveis.*
Communicação do sr. Matignon.
O auctor recommendou o uso dos processos calorimétricos e teve a amabilidade de fazer funccionar diante de nós a bomba calorimétrica do sr. Mahler, semelhante á bomba de platina do sr. Berthelot.

9.º *Applicação da chymica ao estudo dos fornos; fiscalisação do andamento dos fornos e fornalhas.*
Communicação do sr. Damour.

10.º *Desincrustação das caldeiras.*
Communicação pelo auctor do processo o sr. Rossel.

A Secção VIII deseja:

«Que uma commissão francêsa seja instituida para escolher os méthodos typos que haviam de ser empregados nos casos de contestação em assumptos de anályses dos productos siderúrgicos».

Passarei agora á Secção IX na qual tomei uma parte mais effectiva e cujas discussões segui com a maior attenção. Veremos que esta Secção foi uma das mais importantes do Congresso.

(Continúa). CHARLES LEPIERRE.

AS TRÊS IRONIAS

A Eugenio de Castro

II

PASIPHAE

Uns pastores de Creta, descançando
Dum roble á sombra por estivo dia,
Viram chegar Phileno, que corria
Um novilho perdido procurando.

Parando emfim, contava: «corro e chamo
Ha tres dias em vão por bosques, cerros
O mais formoso e bravo dos bezerros,
Que pastam nos rebanhos de meu amo.

Não no vistes?»
«Nenhum de nós o viu.»

«Era á minha voz manso como um anho,
Embora um toiro fosse no rebanho.»
E, de novo a correr, logo partiu.

Caladas frautas, cantos, os pastores
Da mágua ainda falavam de Phileno,
Quando viram, de Vesper aos fulgores,
Linda moça a correr por entre o feno

E que logo parou, medrosa, ao vê-los,
Que a viam toda. De tão branca e nua
Lembrava, pelo corpo, que era a lua
Quando era sol pelo oiro dos cabellos.

Podia anoitecer: seus raios flavos
Davam luz. E, ao fitar seus brancos peitos,
Os pastores sonhavam que eram feitos
De medronhos e neve agora os favos,

E que dos olhos seus o claro encanto
Não era só mortal brilho da vida,
Mas luz do céo passando adormecida
Nos lagos cristalinos do seu pranto.

Porque chorava, louca: «O meu amado
Fugiu-me e não voltou. Não no avistastes?
E' um deus que anda em toiro disfarçado,
De branco dorso e engrinaldadas hastes.

Depois que, por ardil, pude tenta-lo
— Mettida no madeiro que imitava
Um corpo de novilha — quiz beija-lo,
E com festões quebrar-lhe a furia brava.

Nunca meus braços candidos de neve
Com tanto amor se ataram. Nunca Minos,
Ao beijar-me com seus lábios divinos,
Tão toda, toda sua assim me teve.

Collei a minha bocca á sua bocca
Tão fresca de pastar thymo e serpilho,
Que eu nem sabía ao certo, d'ébria e louca,
Se um menino beijava se um novilho.

Crendo flores chupar, o branco toiro
A bocca e os duros seios me chupava;
Depois, em meus cabellos derriçava
Julgando derriçar em mólhos d'oiro.

Adormeci porfim, d'amor quebrada,
Duns loureiros á sombra; e ao despertar
Achei-me duramente abandonada
Por esse que em vão, doida, ando a chamar.

«Meu amor, meu amor, porque me deixas?
Para onde me fugiste?» E ainda chorando
Partiu de novo, a noite perfumando
Com o desfeito vôo das madeixas.

Chegava Théon — um pastor antigo,
Que aínda a vira. Cercado dos pastores,
Sob o roble — da noite doce abrigo —
A história lhes contou d'esses amores.

«Sou dos pastores velhos o mais velho;
E, como é crença antiga que a velhice
Edade é de reserva e bom conselho,
Falam-me os proprios deuses, já vos disse.

Ora foi Hérmes quem, mesmo inda ha pouco,
A história me contou de Pasiphae,
Da princeza que, a arder num cio louco,
Atraz dum toiro lacrimosa vae:

— Num recanto do Olympo, ás vistas retirado,
Tentavam Aphrodíte e A'rés, certo dia,
Deixar, queimando tudo, a final apagado
O incendio d'amor que nelles dois ardia.

Era em branda manhan. A névoa, que se erguera
Como um bafejo morna e branca como a neve,
— Concha aérea inda mais do que as espumas leve —
Discretamente os dois immortaes envolvera.

Era o leito de musgo e avelludada relva.
Ouvia-se cantar a náiade chorosa
Duma fonte. E da terra, em vaga preguiçosa,
Ondulava um rumor de perfumada selva.

Mas da deusa vão já cinto e sendal desfeitos
Sob as trémulas mãos do deus forte e temido,
E A'rés, os olhos seus, deslumbrados dos peitos,
Deixando descer mais, pergunta confundido:

Se Eros, filho dos dois, nascera em ninho d'oiro
E tivera por madre algum ôvo divino;
Se o vello alli deixára um aureo vellocino,
E se a neve daría acaso musgo loiro.

Doido já, perguntava o deus: se lá no mar
Se ennovelara o Sol caricioso em redor
Da vaga que trouxéra, inda a desabrochar,
A Anadyómena deusa, a auri-marinha flôr!»

«Tem, Théon, o que contas tal agrado
— Diz um moço pastor — que hoje, de vez
Crendo fico o que dizem: que tu és
Um sábio em pastor falso disfarçado.»

«Em vez de responder-lhe Aphrodíte, vencida,
Num braço levantando a toalha do cabello,
Nessa túnica d'ouro o envolve, para tê-lo
Mais seu, como elle a tem ao peito duro unida.

A garganta do heroe beija amorosamente.
Depois, de beijos veste o busto, que a armadura
Já deixara, ao tombar, ver de doirada alvura:
Um mármore que tem veias de sol ardente.

Até que, sob a névoa e a nuvem d'oiro urdida,
Cingindo-se de novo os corpos palpitantes,
Se sentiram morrer dando um ao outro a vida,
Num doce agonisar eternisando instantes.

Estremeceu então com elles terra e mar,
Pois se dos deuses é menor que a nossa a dôr,
Delles nasce mais doce e mais intenso o amor,
Nas carícias, na voz, e na attracção do olhar.

Mas foi tambem então que o Sol, o traiçoeiro,
Num momento desfez a névoa protectora.
E, mal os descobriu — correndo, o Olympo inteiro
Pôde ainda ver os dois na rede frouxa e loura.

Hérmes, que os espreitara e vira tudo, tudo,
De prompto se afastou com discreta prudencia,
Pois sabe que não ha defeza, braço ou escudo,
Que d'A'rés conter possa a rápida violencia.

A armadura compondo á pressa, o féro deus
Os immortaes provoca, o olhar lançando em volta.
Cala-se a gargalhada ha pouco viva e solta,
E derrama-se a paz da voz grave de Zeus.

Mas a deusa, córada e linda como um pomo,
Simulando sorrir da traiçoeira affronta,
Do amante domina o furioso assomo:
«Deixa, que ha de vingar-se a deusa d'Amathonta!»

O Sol tinha uma filha — essa loira princeza,
Mulher de Minos. Pois, a vingar-se do pae
Na filha, a deusa agora inspira a Pasiphae
Desse amor por um toiro a bestial torpeza »

*

Calara-se o pastor. Adormecia
Já tudo em volta, gados e pastores,
Sob um orvalho d'astros, que accendia
Nos arvoredos humidos fulgores.

Tudo sonha. Da curva immensidade
Tomba na terra um flúido doce e brando,
Como se Hebe do céo fosse entornando
Urnas de renovada mocidade.

Emquanto os outros dormem, o mais bello
E novo dos pastores sonha ser
Novilho, e Pasiphae amar, poder
Virgens beijos doirar no seu cabello.

E da noite no curvo e alto mysterio
Théon sonha que o mundo é sonho leve
De Cronos, ilha falsa, reino aéreo
Onde das Horas dança a ronda breve.

Até que o peplus d'Éôs avermelha
O céo dum rubor límpido e divino,
Que parece num vinho purpurino
As aguas converter onde se espelha.

*

E quando a terra inteira despertava
E da noite despia os ténues véos
Para nua se dar ao calmo Zeus,
Como uma sempre noiva e amada escrava,

Quando alígeros remos d'alvas pennas
Já da nascente luz o mar cortavam,
E os sátyros nas frautas ensaiávam
Vivos trilos e doces cantilenas,

— De novo Pasiphae correndo veiu
O fugído novilho procurando,
E pelo ar extatico espalhando
O aroma do cabello e a luz do seio.

E os pastores, apenas accordados,
Cegos d'esse clarão pensam, ao vê-la,
Da cythérea dêusa ver a estrella,
Que expulsa foi talvez dos céos calados.

Mas quando, erguendo os olhos ao nascente,
A propria estrella vêem que esmorece,
E o delgado pastor adolescente
A sonhada princeza reconhece,

Duvidosos perguntam: se sería
Pasiphae que seguiu, de noite, a estrella,
Se foi antes a estrella que, atraz d'ella,
Correu do morto dia ao novo dia.

E Pasiphae chorava: «o meu amado
Ha dois sóes que fugiu, e que o não vejo!
Em vão corrido tenho, em vão chamado
Por esse que me esquece e que eu desejo.

*

Pastores, não no viu nenhum de vós,
O toiro de macío e branco pello?»

«Nenhum de nós ainda logrou vê-lo.»

«Ai de mim! Já não corre á minha voz!»

De novo o coração desfeito sente
Em pranto que lhe molha a alva petrina,
Como esses veios d'agua cristalina
Que correm pela neve ao sol ardente,

E á voz quebrada e amarga da princeza,
A's palavras que o pranto faz macías,
Responde a nova e fresca natureza
Num côro de desejos e ironías.

Só Charmis — o pastor loiro e delgado —
Que, a sonhar, índa ha pouco a possuíra,
Naquelle toiro branco disfarçado,
— Chóra, accordado, o sônho em que sorrira.

OS SÁTYROS

«Tão lindos cabellos
— Cascata doirada
De luz desatada,
Teia d'oiro molle —
Tão fartos e bellos
Só pudéra tê-los
A filha do Sol.

Corpo tão perfeito
E' d'alvas espumas
D'afágos de plumas
E coalhada neve.
Tão macío peito
De desejos leito
Só Cypris o teve.

Mas cabellos d'oiro
E seios nevados
Com beijos coalhados
De fructos vermelhos,
— Todo esse thesoiro
Adórna d'um toiro
Os curvos chavelhos!»

PASIPHAE

«Meu amor, meu amor! Porque me deixas?
De correr, já meus pés trago desfeitos.
Pésam-me, de cançada, os brancos peitos
E o oiro das madeixas.»

UM REGATO

«No outeiro d'onde se espalha e brilha
Minha corrente
Seguía ha pouco loira novilha
Um toiro ardente;

Tão alvo e lindo, julgar fazia
Seu branco pêllo
Que ella, doirada de sol, havia
De derretê-lo.

Vi-os, ligeiros como dois gamos,
Fugir e entrar
Sob os d'um bosque fechados ramos,
Ambos a par.

Quando voltaram, já caminhando
A lentos passos,
Mortaes lembravam tedio coando
Dos olhos baços.

Só pelo espinho da sêde agora
Ambos feridos,
Pudéram, toiro e novilha loura,
Beber unidos.

Ainda vem morna minha agua clara
Do derradeiro,
Trocado bafo que me toldara
Num nevoeiro.

Se ainda esse amor teu coração parte,
Vem, Pasiphae,
Beber esta agua que por beijar-te
Morrendo vae.

E sonharás, teu corpo molhando
Nesta corrente,
Que em longo beijo te vem beijando
O toiro ardente.

Será d'um mesmo engano vestida
A nossa mágua;
Eu sonho ter-te, e tu illudida
Beijas minha agua.»

PASIPHAE

«Ai de mim, ai de mim! não poder eu
Como as errantes Prétides mugir!
Talvez eu lhe fizesse então ouvir
Melhor o pranto meu!»

UM CARVALHO

«Teu corpo de neve, teu cabello d'oiro,
D'oiro e sol tecido,
Não logram prender-te teu nevado toiro,
Por longe fugído.

O velho ardíl tenta, o teu corpo branco,
O' de Perse filha,
Num tronco mettendo que simule o flanco
De tenra novilha.

E seja meu tronco o tronco fadado
Ao golpe tremendo.
Terei doce morte se o corpo nevado
Te abraçar, morrendo.

E quando, de novo, de mim longe fôres,
E eu secco ficar,
Hão de vir de Creta os moços pastores
Meus restos buscar,

Para, em altar branco que a Cypris se eleve
— Entoado um hymno —
Queimarem o tronco que encerrado teve
Teu corpo divino.»

PASIPHAE

«Não m'o deixeis, ó Crétides, fugir
Do bosque onde dançando agora andaes.
Que não vá de Gortynia descobrir
Os tépidos curraes!»

UMA AVE

«Pousei cantando
Nos finos córnos
Dum branco toiro.
Busco voando
O afágo brando
De tranças d'oiro,
Duns seios mornos.»

PASIPHAE

«Fechae, fechae, ó Nymphas, de mãos dadas,
Os abertos atalhos e clareiras.
Em volta de Gortynia andam manadas
De novilhas ligeiras!»

AS NYMPHAS

«Pudésse o novilho nos curraes entrar
E as leves novilhas tão pesadas pôr,
Que um dia ao conta-las a voz do pastor
O dôbro do gado viésse a contar;

Já que, ao ver-te errando pelo toiro inquieta,
Num pranto se afunda de doridas penas
O mais lindo moço dos moços de Creta,
Que levam rebanhos ao som das avenas.»

*

Foge-lhes Pasiphae, corre chorando.
Choram com ella os echos dos outeiros
E Charmis que, a seguí-la, parte quando
Théon os passos seus prende ligeiros:

«Charmis, não a persigas; não se alcança
Quem pelos dardos d'Eros vae picado,
Pois se se colhe o corpo, de cançado,
O coração não pára e não descança!

Aquelle amor que a terra enche de espanto
E que os mortaes invejam com despeito
Irmão é, lindo Charmis, do teu pranto
E dos virgens soluços do teu peito.

Se mais bella que Cypris e mais loura
E', Charmis, Pasiphae aos olhos teus
Tambem ella mais bello vê que um deus
Aquelle toiro branco por que chora.

Ah! não lhe queiras mal. Pois se a não prende
O mesmo laço — um laço egual a cinge.
E nem o proprio Zeus cobre e defende
Os que o mal d'Aphrodíte um dia attinge.

Esses, hão de ir na vida a tudo alheios,
Olhos fitos na luz que ao longe os leva,
E d'essa luz tão cegos e tão cheios
Que, para o mais, caminham pela treva.

Esses, nada ouvirão do que lhes digam,
Vão surdos a lamentos e canções,
Sem dar por attrahídos corações,
Sem attentar nos ódios que os persigam.

E no ser a quem amem, hão de crêr
Achar dos immortaes os dons reunidos,
Pois vendo o que não vêem, podem ver
Os aleijões em graças convertidos.

Ah! não lhe queiras mal, se Pasiphae,
Alheia a quanta voz tente prendê-la,
Tão louca como tu ficas por ella,
Atraz dum toiro lacrimosa vae.

Como todos, porfim ha de accordar
E só então sentir, cheia de horror,
— Vendo o monstro que delle se gerar —
A ironía do seu perdido amor.»

*

No palacio real de Minos, certo dia,
Um clamor doido abala as altas portas d'oiro.
A raínha parira um monstro, que reunía
Corpo heroico d'athleta e cabeça de toiro.

Coimbra, 27 de novembro de 1896.

MANUEL DA SILVA GAYO.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

VII

(Cont. do n.º 2, pag. 115)

Possuo varios desenhos coloridos, por mim mesmo tirados conscienciosamente, ha já annos, no palacio dos Machadinhos. Servem-me de recordação de tempos muito antigos, e agora auxiliam-me na descripção do notavel edificio.

Imagine o leitor extranho á Capital uma grande casa, de loja, sobreloja, e andar nobre, com doze sacadas de frente (hoje são quatorze), magnificas no seu aprumo, no historiado das suas hombreiras, e no desenho do seu gradeamento, tudo n'um estylo distincto, pouco visto hoje, e nada conhecido em 1755. Entre a nona e a decima sacada do andar nobre interrompia-se a fachada, e ficava a ermida. Junto d'esta abria-se o pateo, que era interior, e que se não percebia de fóra, porque sobre uma fita d'elle, e á face da rua, corria a frontaria com o portão em baixo e tres sacadas lá em cima. O portão era muito bonito, um portão enthusiastico, ornamentado, falador, cheio de requintes architectonicos, e coroado, como acima disse, pelas armas dos fundadores.

Quem por elle penetrava n'este pateo, sentia-se repassar de uma certa tranquilidade, como quem abre um esplendido livro velho. A' direita uma pequenina porta conduzia á ermida, cuja entrada principal dava para a rua, ao lado do portão grande do palacio. Em frente de quem entrava no pateo subia a escadaria principal, cujo primeiro lanço, em angulo recto com o segundo, se encostava por fóra ao longo da parede do

fundo, forrada de lindos azulejos, e coberta de um alto e alegre resguardo envidraçado.

Ainda ha pouco tempo desenhei de memoria um plano muito aproximado do enorme casarão, e isso recordou-me muitos pormenores interessantes. Alguns salões, de tecto de cupola, ou estucados em relevo pelo habil João Grossi, eram forrados de pano pintado a oleo, com grandes figuras imitando razes; outros, de antiquissimo papel; e um, de damasco vermelho. O papel applicado ao forro ornamental dos aposentos data do seculo XVII; não me admiraria pois averiguar que varios dos que enfeitavam aquellas salas ainda fossem contemporaneos de Machado Pinto.

Dois salões tinham altissimos tremós venezianos doirados embebidos na parede, e desenhados n'aquelle estylo magro, adornado de laçarias, usado em tempo d'el-Rei D. José. Os espelhos, de tres ou quatro vidros enviezados no córte, já negros do tempo, e com pouco aço, sobrepojavam-se de pobres quadrinhos a oleo, sem grande merito, mas da eschola de Watteau e Boucher.

O salão da esquerda, no alto do segundo lanço da escada, tinha no tecto um brasão de armas pintado a côres. Cá na esquina sobre o jardim dos buxos, para o becco da Peça, tambem chamado do Loureiro (hoje do Machadinho), lembro-me de uma sala pequena, com fogão, toda Pompadour nos doirados, nos azulejos, no conchego, e na meia luz que lhe coava da verdura. Aquella linda sallinha conversava a meia voz; e que de coisas ella sabia do tempo antigo!

Os azulejos de toda a casa, nas salas, nas escadas, nos jardins, eram dos melhores que tenho visto; não me canço de os elogiar, e de os deplorar! Caçadas de monte e de altanaria, scenas de Côrte, merendas em terraços, cavalgadas, jardins de Le Nôtre, episodios quichotescos muito *realistas,* marinhas flammengas, batalhas notavelmente desenhadas, caricaturas á maneira de Callot, taes eram os adornos preciosos d'aquelles quartos, d'aquella interminavel renque de salões.

E depois, havia corredores serpeando no escuro, escádas furtadas, portas falsas muito bem disfarçadas á vista, galerias escuzas para as diversas tribunas da ermida, rotulas que pareciam ver nas trevas, uma serie emfim de pormenores mysteriosos hoje desusados, que augmentavam o prestigio archeologico do predio.

Esse foi o poema escripto em pedra pelo genio emprehendedor de José Machado Pinto.

Como era homem bizarro (está-se a ver), e as serventias da casa pessimas para seges e cavallos, que fez? rasgou á sua custa uma estrada larga, que levasse desde a rua do Machadinho até ao largo de S. Bento e á calçada da Estrella. Essa rua, alta beneficiação publica, é o nosso «*Caminho-novo*». Deve-se ao opulento Machado Pinto (1).

*

Voltemos um pouco atraz.

A ultima herdeira do palacio por linha genealogica, foi a mencionada sr.ª D. Maria Benedicta de Sousa Teixeira Vahia Machado, que, além de muitos outros bens, reuniu em seu poder o palacete da rua da Flor da Murta, onde falleceu, fundado por seu tio Antonio Machado Pinto, e o palacio da rua do Machadinho, fundado por seu outro tio, José Machado Pinto. Este predio coube-lhe em 1819, avaliado em 11:647$160 réis. Ahi morou a dona alguns annos. Foi uma respeitabilissima alma, e um coração de oiro; dispendeu tanto em obras de caridade, que chegou para isso a empenhar-se. Raro exemplo! Viu-se obrigada a vender varias propriedades, entre ellas, em 1831, o palacio de que estou tratando.

*

Concluirei mencionando alguns inquelinos que me consta terem aqui habitado.

Encontro, em 1791, e annos seguintes, o Desembargador do Paço João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, Secre-

---

(1) João Carlos Feo, *Mem. dos Duques*, pag. 285. O Caminho-novo está a desapparecer com a abertura de ruas novas junto á chamada rua de D. Carlos, que para conduzir os ociosos desde o aterro até ás Côrtes se não pejou de destruir o bellissimo Convento das Freiras da Esperança. Iconoclastas desalmados esses senhores das Camaras Municipaes e das Obras publicas! gente indigna (com raras excepções) da sua missão civilisadora! horda mais crua que a dos hunos e dos vandalos! Eu aqui (entenda-se) não tomo o partido do Caminho-novo; falo em geral; e é com lagrimas de sangue que presenceio os vandalismos torpes, que infelizmente não posso remediar. Portugal vai á vella!...

Nota escripta em Julho de 1891 na quinta da Victoria — Sacavem.

tario da Princeza D. Carlota Joaquina, Director da Junta do Codigo, Procurador da Corôa, e Guarda-Mór da Torre do Tombo (1). Ahi falleceu em 5 de Fevereiro de 1799 (2). Era este João Pereira Ramos irmão do Bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.

No mesmo anno tambem ahi morava com o Procurador da Corôa o Deputado ordinario da Inquisição de Lisboa José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, que d'ahi a tres annos subia a Bispo de Pernambuco (3).

O Bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos tambem ali residiu temporariamente em casa de seu irmão (4).

Em 1821 ahi morou o Deputado Antonio Lobo de Barbosa Teixeira Ferreira Girão, depois 1.º Visconde de Villarinho de S. Romão, e tambem, segundo creio, o Deputado Antonio Pereira Carneiro Canavarro.

Em 1826 o mencionado José do Valle de Sousa e Meneses Mexia, e sua mulher a sr.ª D. Maria Benedicta. Ahi lhes nasceram varios filhos (5).

Em 1837 ahi esteve o Embaixador de Hespanha.

Em 1850 Antonio Feliciano de Castilho; e foi ahi, como se vai ver, que instituiu o chamado «Collegio do Portico», e regeu gratuitamente o primeiro curso do seu Methodo de leitura.

*

Disse lá em cima que, levada do seu genio excepcionalmente caridoso, foi a sr.ª D. Maria Benedicta de Sousa Teixeira Vahia Machado constrangida em 1831, para regular as suas contas, e vender o palacio da rua do Machadinho. Não sei quem fosse o comprador. Sei apenas que um dos successivos proprietarios, que o era em 1860, entendeu dever alterar tudo. Foi uma verdadeira furia de destruição.

Arrancou os esplendidissimos azulejos (coisa anachronica); fez de uma vivenda senhoril um predio burguez para varios

---

(1) *Almanack do tempo.*
(2) *Resenha dos Titulares* por Albano da Silveira Pinto, continuada pelo Visconde de Sanches de Baêna, artigo relativo aos Marquezes de Itanhaem.
(3) *Almanack do tempo,* pag. 188.
(4) *Almanack do tempo.*
(5) João Carlos Feo, *Os Duques,* pag. 294.

inquelinos; supprimiu o pateo (que era a final de contas umas braças de terreno desaproveitado); fez desapparecer a capella (quem quer resar vai á freguezia); arrancou os damascos e panos das paredes (por causa dos bichos); alterou as divisões, (calculadas para um teor de vida diverso d'aquelle a que o edificio passava a ser destinado); correu uma platibanda na beira dos telhados, (como usa hoje toda a casa que se présa); em summa: roubou áquelle formoso e rarissimo especimen da boa architectura portugueza do seculo XVIII toda ou quasi toda a sua feição fidalga. Em compensação, conseguiu que assim rendesse mais. Quem compra um predio com o seu dinheiro, quem chama seu um palacio, graças á efficacia do seu querido metal sonante, não o destina a museu; quel-o como fonte de receita. E' mais que justo, e é logico.

*

Pela descripção que ahi deixo, se percebe porém que ainda em 1850 era a nova morada de Castilho magnifica representante das casas nobres do seculo XVIII. Mal empregada n'elle! —dizia alguem. Sim; mal empregada n'um homem que não podia manter numeroso estado de creadagem, nem dar bailes á Côrte, nem fazer atroar o socego da rua com as sahidas e chegadas dos seus cavallos inglezes!

Mal ou bem empregada, foi essa, desde Setembro de 1850, a residencia do antigo habitante de Almedina.

No 1.º de Outubro abriu o Collegio «do Portico»; titulo um tanto cerebrino, e que ou significava ser a instrucção primaria e secundaria o *portico* dos altos estudos, ou, talvez, pretendia recordar o *portico* atheniense, onde Zenão ensinava a sua doutrina philosophica. Não percebo o que houvesse de commum entre Zenão e Castilho, e entre a instrucção como os modernos e christãos a comprehendem, e o antigo estoicismo; mas isso importa pouco. Por algum d'esses motivos, ou por outro que não sei (porque nunca averiguei com o poeta essa questiuncula), o Collegio chamou-se DO PORTICO.

VIII

E' Castilho agraciado com uma medalha de oiro pela Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em S. Miguel.—Artigo encomiastico de Latino Coelho mencionando o facto.

Em fins de Outubro d'esse anno de 50 recebia Castilho uma alta demonstração de apreço, que muito o penhorou e alegrou: um officio, de 16 de Outubro, em que o Presidente da Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em S. Miguel, o sr. dr. José Pereira Botelho (1), lhe communicava que em sessão de 3 de Março antecedente resolvera aquella corporação, nunca esquecida do seu fundador e Presidente honorario e perpetuo, offerecer-lhe uma medalha commemorativa gravada em oiro. Calculo que a demora de Março a Outubro proveio do tempo que levou a fixar o como seria a medalha, e a dar ordem para ella ser executada n'um ourives de Lisboa, como effectivamente foi.

Em carta de 16 de Novembro agradecia Castilho essa demonstração de affecto e estima.

Em 23 de Novembro, na *Revista Popular,* a penna elegante de Latino Coelho, então um rapaz muito novo, que muito bem me recordo de ver na nossa casa, com a sua physionomia finissimamente perspicaz, o seu cabello comprido, e os seus modos elegantes, commemorava a offerta da medalha n'um eloquente artigo, onde se lêem estas palavras:

. . . . . .

«O sr. Castilho podia ser poeta, só poeta. E quiz ser tam-«bem educador. O estro, que nunca deixa de imperar a alma «de um bardo, tem-n-o elle quasi deixado manar, como a uma «fonte copiosa se deixa correr, e esperdiçar as aguas, em quanto se attende a outra coisa. N'estes annos, quasi se póde «dizer que o sr. Castilho teme de encontrar-se com as Musas «em publico. Não as desconversa elle de todo. Ainda, como «á sua Egeria, lhes consagra horas de devaneio e de recato «de alma, e lhes pede conforto para desesperanças, e inspi-«ração para desalentos. Mas aquelle adejar no Olympo, aquelle «divagar pela Castalia, aquelle poetar continuo, que outr'ora

---

(1) Agora já tambem fallecido.

«traziam o cantor mais idealisado e remoto de lides mundanas,
«já não são hoje todo o viver do sr. Castilho.

. . . . . .

«O poeta é ainda o mesmo; mas com o poeta subsiste o «pensador, que vota o seu meditar á educação da infancia. «A alma, que soube elevar-se para com a formosura dos seus «cantos attrahir os homens, soube tambem descer para dar «o de que elles mais carecem: a educação, o ensino, sem o «qual a civilisação é uma utopia, a liberdade um epigramma, «e a moralidade um impossivel.

«Registe-se, porque é honroso. O sr. Castilho, sem ser um «dos amphytriões do Conselho Superior, sem ser homem que «ande em privanças da Côrte, sem ter dividas a pagar por «grossas prebendas do orçamento, o sr. Castilho, só porque «o incitava a boa cultura dos espiritos, a qual elle sempre «amou tanto, e quasi que só para coroar-se com a corôa do «martyrio pelo progresso, n'uma terra inculta e indifferente, «votou-se á cruzada da instrucção. O engenho, a erudição, o «estro, a urbanidade, o affecto, tudo chamou para o ajudarem «na difficil tarefa de diffundir a instrucção, n'um paiz onde os «apostolos das lettras são quasi perseguidos e lapidados, como «missionarios de Christo em terras do Japão.

«Presidente da Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes «em S. Miguel, deve-lhe o Archipelago açoriano a fundação «de algumas escholas primarias, onde, por methodo facillimo, «se começou ha um anno a destruir, com optimo succedimento, «a rudeza e brutalidade que dominavam por aquellas terras «nas classes menos abastadas.

«Livros elementares, instrucções a mestres e paes, conse- «lhos e alvitres a bem do ensino publico, supplicas e inter- «cessões a ministros e personagens, nada faltou que o sr. Cas- «tilho não empregasse para levar a diante a sua obra.

«A Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes nada mais «fez, pois, do que desempenhar-se de uma divida sagrada, «dedicando ao seu fundador, e agora perpetuo Presidente, «um testemunho de gratidão e de fraternal affecto.

«A medalha de honra, de que damos o desenho, é pobre «monumento em si, mas valioso porque exprime o que os «potentados da Côrte se não lembraram de sentir: o reco- «nhecimento pela patriotica devoção, com que o sr. Castilho «coopera para que na terra que lhe inspirou a *Pimavera* e o «*Amor e melancolia,* haja no futuro alguem que saiba ler.»

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

(Continuado do n.º 2, pag. 122)

VII

Cairo — Isac do

Apesar de não serem escassas as noticias que nos ficaram a respeito d'este homem, não podemos afoitamente determinar a sua nacionalidade. Se o appellido fôsse patronimico, devia ter nascido no Cairo, ou ter, pelo menos, residido ali largos annos. Garcia da Orta o dá por natural d'aquella cidade. Da sua raça judaica é que não ha que duvidar. Viveu na India por largos annos, onde era considerado, e mais d'uma vez veio, na qualidade de mensageiro, a Portugal. Nas *Lendas da India*, em differentes passagens, se encontram referencias á sua pessoa. A primeira vez que Gaspar Correia se occupa d'elle é quando nos conta a incumbencia de que no anno de 1537 o encarregou Nuno da Cunha para vir communicar de viva voz ao nosso monarca o que se passava com respeito ás cousas de Diu e á morte violenta do sultão Badúr. São estas as palavras do chronista:

«Então falou com Yzaque do Cayro, judeu, homem mui avisado, de que confiou que a ElRey diria a verdade, que sempre a falara andando no Cayro; ao qual o Gouuernador deu quanto elle quis; ao qual deu huma só carta de crença e outra de pouqua leitura. O judeu escreueo em sua lingua toda' enformação que lhe deu o Gouernador; de que o judeu fez hum liuro a modo de seu moçafo, em que tudo meteo, e se partio. A que o Gouernador encarregou muyto que fosse por Suez, e visse as galés, e fosse á costa do Turquo, e sou-

besse tudo, pera de tudo dar conta a ElRey. O que o judeu fez mui enteiramente, e foy a Portugal, como adiante direy» (1).

Isac do Cairo levava em sua companhia outro judeu, o qual, informando-se da vinda dos rumes, regressaria á India a participal-o, emquanto que o primeiro proseguiria na sua viagem para Portugal. Com referencia ao anno de 1538 e ao governo de Nuno da Cunha informa Gaspar Correia:

«O Gouernador, auendo muytos conselhos sobre a vinda dos rumes, nunqua lhe pareceo que passassem sabendo a morte do Badur. E Coje Çafar assy lho affirmava, e a todos assy parecia, e muyto mais parecia porque o judeu Isaque do Cayro, que o Gouernador mandara, leuaua apontamento que achando certeza de os rumes passarem mandasse recado per outro judeu, que foy em sua companhia pera isso, e elle fosse com o recado a Portugal; do que hya muyto encarregado. De modo que a morte do Badur fez parecer que os rumes nom passarião, sabendo de sua morte; inda que estivessem prestes como dizia o venezeano» (2).

A noticia da partida dos rumes tinha chegado no emtanto a Portugal por meio de uns captivos que André Doria aprisionara a Barba Roxa e que o imperador Carlos V tivera o cuidado de enviar ao nosso monarcha. O sobresalto na côrte de Lisboa fôra enorme, e julgava-se geralmente que a India d'esta vez estava arriscadissima, se não inteiramente perdida. Não faltaram todavia fidalgos que se offereceram para ir salvar a bandeira da patria e o labaro de Christo. Sobresaiu a todos o infante D. Luiz, a cujo pedido el-rei não annuiu, por emulação talvez, dissimulando este sentimento na desculpa de que a sua presença se tornava necessaria no reino. Encarregou-o, porém, de designar a pessoa de confiança a quem se entregasse a espinhosa missão de levar o indispensavel soccorro. N'este meio tempo chegou a Lisboa Isac do Cairo, e a sua vinda, serenando os animos, fez afrouxar a actividade que se desenvolvera febrilmente no aprestar da expedição. Tenha ainda a palavra o auctor das *Lendas da India:*

«A isto se estando dando auiamento, chegou a Lisboa o judeu Ysaque do Cayro, que Nuno da Cunha mandara de de Dio, o qual deu noua a ElRey que as galés estavão prestes pera s'embarcarem os rumes, e fora dado nova ao Turqo que

(1) Gaspar Correia, *Lendas da India,* tom. 3.º, pag. 792.
(2) Idem, idem, idem, pag. 845.

o Rey de Cambaya era morto; pelo que mandou que se desarmassem as galés até vir outro recado do Rey que fosse feito con Cambaya; e que tudo sabia porque andaua (ou *andara?*) no Cayro, onde estava o Turqo; e que a gente se tornara para Misey. Com a qual noua, a que ElRey deu muito credito, ouve ElRey e todo o Reyno muito prazer, e ElRey e todos fizerão merces ao judeu, que contou a ElRey mui miuda conta das cousas de Diu. E cessou o grande trabalho em que ElRey estaua e todo o Reyno; e deu ElRey ao judeu tença na India, com que se obrigou, em quanto viuesse, ándar neste seruiço de correr por terra com as nouas que ouuesse, nos tempos de necessidade» (1).

Effectivamente, D. João III galardoou o judeu, e a 8 de novembro de 1539 o nomeava lingua da cidade de Diu, com o ordenado de cento e sessenta mil rs. por anno, sob condição de lhe ser pago aos quarteis, sem diminuição de qualidade alguma, e primeiro que outra qualquer despeza. Esta primazia é bem denunciante do apreço em que era tido o agraciado. Isac do Cairo, nos seus impedimentos, ou no exercicio de qualquer outra commissão, podia nomear pessoa que o substituisse. Eis a respectiva carta régia:

«Dom Joam etc. a quãtos esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito ao serviço que Isaque do Cayro me fez em vir por terra da Imdia por mandado de Nuno da Cunha, capitaõ mor e gouernador nas ditas partes, com cartas suas pera mim, per que me fez saber o que elRey de Cambaya tinha determinado e ja começaua a poer por obra o que com ele tinha capitolado e asẽtado, do quall dito capitaõ mor fora sabedor e o atalhara de maneira que a cidade de Dio estaua a minha obediemcia e as cousas do Reino de Cambaya todas pacifiquas e auẽdo iso mesmo respeito a algũs outros seruiços que o dito Isaque nas ditas partes me tem feitos, ey por bem e me praz de lhe fazer merce, em dias de sua vida, do oficio de lingoa na cidade de Dio dante o capitaõ da dita cidade, juiz e oficiaes dalfandegua dela e pesoas outras hy moradores e asy do Viso Rey e gouernador das ditas partes quando em Dio esteuer com quaes quer mercadores mouros, judeus e gentios, e pesoas outras de fora parte que aa dita cidade forem e vierem com suas mercadorias e negocios em que pera cõcrusão deles seja necesario limgoa, e o dito Isaque do Cairo seruira della e não outra pesoa, saluo quem ele pera yso deixar quando for fora ou tiuer justo inpedimento pera a nom poder seruir, por que per esta lhe dou licença que em tal caso posa poer outra pesoa soficiẽte, que per ele syrua a cõtentamento do dito gouernador quando estiuer em Dio e não estando hy sera a contentamento do capitaõ da dita cidade, e quero e me praz que ele dito Isaque do Cayro tenha e

(1) Gaspar Correia, *Lendas da India,* tom. III, pag. 848.

aja de mim de tença em cada hum ano, do dia que chegar a India em diante, em sua vida, ora syrua o dito oficio, ora naõ, cento e sesenta mill rs pagos, per esta soo carta gerall, do rendimento dalfandega das mercadoryas da dita cidade, aos quarteis do ano, cada quartel dentro nele per inteiro sem falecer cousa algũa primeiro que outra despeza se faça. Noteficoo asy a don Gracia de Noronha, Viso Rey e gouernador nas partes da India, ou a quem o dito cargo tiuer, e ao vedor de minha fazenda em elas, e lhe mando que dem pose do dito *officio de lingoa de Dio* ao dito Isaque do Cayro e lho deixem ter e seruir em sua vida e aver os ditos cĪx rs de tença cadano seruindoo, e posto que nom syrua como dito he e asy lhe deixem poer por sy quem o por ele faça pela maneira acima declarada e asy mando ao capitão da dita cidade, juiz e oficiaes dalfandega e feitoria dela que asy o cumprã e syruã seus oficios com o dito Isaque do Cayro no em que for necesario lingoa e ao thesoureiro da dita alfandega, que ora he e ao diamte for, que lhe faça pagamento dos ditos cĪx rs de tença aos quarteis do ano cada quartell dẽtro nele, sem falecer cousa algũa per esta soo carta gerall sem mais outra prouisão e pelo trelado dela que se registara nos livros da dita alfandega per hum dos sprivaẽs dela com conhecimento do dito Izaque, mando aos contadores que leuem en conta ao dito thesoureiro todo o que lhe asy pagar e esto se lhe cõprira inteiramente como se nela cõtem sem niso lhe ser posto duuida, ẽbargo, nem cõtradição algũa, por que asy he minha merce, e ele jurara na chancelaria por sua ley e juramentos dela que bem e verdadeiramente syrua o dito oficio, e per firmeza delo lhe mãdey dar esta carta, per mim asynada e selada do meu selo pẽdẽte. P.º Anriquez a fez em Lisboa aos biij dias do mes de novembro do ano do nacimento de noso Senhor Ihu x.º de jbᵉ xxxix. E a pesoa que o dito Isaque do Cayro asy apresẽtar pera seruir por ele o dito oficio de lingoa por ele o nom poder fazer sera dado juramento que bem e verdadeiramente o syrua» (1).

De outra missão desempenhada por Isac do Cairo nos dá ainda conta Gaspar Correia. Governava a India Martim Affonso de Sousa, e como lhe constasse que se estava apparelhando uma armada de rumes, para certeza e desengano mandou pôr espias ao estreito de Suez a Isac do Cairo e um outro judeu, talvez o companheiro da viagem de 1537.

Passava-se isto no anno de 1543. Transcrevemos o trecho do chronista, que se refere a este episodio:

«O Gouernador, tanto que assy teve nouas dos rumes, por se certificar d'elles despedio dous judeus, que fossem ao Estreito espiar e vêr o que se passaua: hum d'elles chamado Ysaque do Cayro, que partio de Damão em huma náo de Cambaya; e o outro judeu chamado Manassé, que partio d'Onor em outra náo com pimenta, que lhe o Gouernador mandou que levasse por mais dissimulação. E mandou a estes

(1) Torre do Tombo, chancellaria de D. João III, *Doações*, liv. 26, fl. 73.

judeus que se no Estreito nom achassem certa nova que queriaõ passar á India, passassem áuante, e trabalhassem quanto pudessem por leuar as nouas a ElRey. Porque assy lho tinha ElRey mandado, que se estas espias achassem certeza de passarem os rumes, lhe fossem leuar as nouas ao Reyno; por quanto lhe diziaõ que o turquo tinha defeso a passagem de Veneza, o que se assy fosse lhe nom podiaõ de Veneza mandar as nouas» (1).

Não encontramos em Gaspar Correia o seguimento d'esta missão.

D'outra viagem de Isac do Cairo temos noticia por outra via, e quer-nos parecer que ainda nenhum escriptor fez menção d'ella. Desconheceu-a, pelo menos, o snr. conde de Ficalho, quando tractou do nosso mensageiro, nas importantes e eruditas notas com que enriqueceu a nova edição dos *Colloquios* de Garcia da Orta. Em 1564 tinha elle chegado a Veneza com recados do Viso-Rey da India Dom João de Mendoça. Assim o participava, em carta de 23 de dezembro d'aquelle anno, o dr. Antonio Pinto, nosso representante em Roma, o qual ficara substituindo o embaixador Lourenço Pires de Tavora, que se retirara. Eis o trecho da carta, que particularmente nos interessa:

«De Veneza, por carta de Tomas de Cornoça que recebi depois da partida do embaxador, son avisado, era aly cheguado hum judeu por nome Isac do Cayro, que diz vem despachado pollo visoRei dom Joam de Mendoça a Vossa Alteza e sabendo hia aquella cidade o embaxador assentou sperallo aly: tambem screve Cornoça tinha cartas de Mathias Biquudo do Cayro doito doutubro em que avisa que a Armada de Vossa Alteza tomara este anno no streito de Meca quatro naos carreguadas de mercadorias defesas, hũa de Chaul, duas de Dabul e outra de Baticalá: e tambem diz o dito Biqudo havia ali nova que entraram este anno no mar roxo trinta mil quintaes de pimenta, e por outras vias se entende em Veneza seram vinte cinco mil: d Argel eram cheguadas quatro gualés a Constantinopoli diz a pedir soccorro ao Turquo affirmandolhe que se lho non dava se perderia aquella praça» (2).

Isac do Cairo não era apenas o recoveiro ousado, que tantas vezes se aventurara em viagens perigosas e delicadas. Era não só um polyglota, mas um *discreto*, na phrase conceituosa do doutor Garcia da Orta, que parecia folgar com a

---

(1) Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. IV, pag. 268.
(2) *Corpo Diplomatico Portuguez*, tom. X, pag. 186.

sua conversação e que mais de uma vez o cita no seu notavel livro, como quem se louva na sua opinião. Transcreveremos duas passagens dos *Colloquios*, a primeira das quaes nos revela os conhecimentos linguisticos de Isac do Cairo. A segunda refere-se á pedra de cevar e á crença que os gentios tinham de que ella era uma especie de elixir de juventude. Resa assim a primeira:

«Hum judeu que foy a Portugal, nacido no Cairo, que levou a Portugal as novas do Soldam Bhadur, e chamado por nome Isaque do Cairo, homem discreto e sabedor de muytas lingoas, lhe perguntei eu se Guadalupe queria dizer *rio de lobos*, como diz Lucio Siculo Marineo; o qual me respondeo que nam, senaõ que queria dizer *rio do amor;* e eu lhe disse que hum homem muyto douto escrevia esta derivaçam; elle me dixe que a derivaçam, quando pudesse ser tudo de huma lingoa era melhor, que nam fazer huma parte de uma e outra de outra lingoa; e asi como Guadalup tudo junto he arabio se entrepreta *rio do amor*» (1).

A segunda é d'este theor:

«Alem de ser isto fama comum, mo dixe Isac do Cairo, que lhas mandava fazer: e este Isac do Cairo he hum judeu, que foy a Portugal levar as novas da morte do Soldam Badur» (2).

Para melhor intelligencia d'este trecho é preciso recordar que anteriormente se alludia a umas panellas de pedra de cevar que o rei de Ceilão velho mandava fazer para seu uso no intuito de prolongar a vida. A phrase *lhas mandava fazer* parece-nos pouco explicita, pois ficamos na duvida se era Isac do Cairo quem as fazia, ou se se encarregava apenas de as mandar fazer.

Isac do Cairo não devia ter morrido creança, porque em 1570 ainda o vêmos em Chaul, prestando um relevante serviço aos nossos, no apertado cerco que lhe tinha posto o Nizamaluco. Na *Historia da India* de Antonio Pinto Pereira lê-se a este proposito o seguinte curioso trecho:

«Sabiase até aqui muito pouco em Chaul do campo dos ĩmigos, por que se naõ tinha tomado lingoa delles, e todas suas cousas se julgauã a esmo per mostras e conjeituras. E

---

(1) Garcia da Orta, *Colloquios*, edição da Academia, tom. 2.º, pag. 85.
(2) Idem, idem, pag. 204.

(posto que o capitaõ mór tinha encomẽdado grandemente a pessoas de confiança que procurassem tomarlhe algũ mouro viuo) não lho poderã auer até entam, nem elle teuera occasiam nem pessoa que lho podesse mandar. Até que por intercessam de hũ Isaque do Cairo, Iudeu, que da India fora ja por terra duas vezes a Portugal com auisos, ouue hũ Armenio mercador, que se lhe offereceo a entrar no arrayal dos mouros, e trazer de lá toda a informaçam» (1).

---

(1) Antonio Pinto Pereira, *Historia da India*, liv. 2.º, cap. XIII, no começo.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

ANTONIO HOMEM

(Ao meu prezado amigo, patricio e collega o sr. Augusto Mendes Simões de Castro)

X

A CASA DA SYNAGÓGA

(Cont. do n.º 2, pag. 104)

Antonio Dias de Almeida em 19 de janeiro de 1622 jurou, que haveria oito ou nove annos esteve em casa de Miguel Gomes, o manco, onde se fez o jejum do dia grande, e se continuou ahi por dous ou tres annos; tem lembrança de comparecerem Miguel da Fonseca, André Vaz Cabaço, José Coutinho, Antonio Correia de Sá, Diogo Lopes da Rosa, dr. Francisco Gomes, Francisco Gomes, o ruivo, mercador, o medico Francisco de Almeida, além delle confitente. Que Miguel Gomes, revestido, celebrou as ceremonias e disse a practica; e houvera ceia sem carne, e com pão asmo.

A 29 de agosto de 1622 Antonio Correia de Sá, reconciliado na inquisição de Coimbra, de sessenta annos de edade, declarou que Miguel Gomes nas occasiões dos jejuns mandava os criados longe da cidade, para não sentirem nem saberem dos ajunctamentos; que não havia lá ama nem pessoa alguma; e que não sabe quem punha as mezas e os paramentos para as ceremonias, porque estava tudo concertado quando entrava; que além das velas havia na casa candieiros de azeite accesos com torcidas; e ignora onde se guardavam as vestes, e paramentos em casa de Miguel Gomes, por não os ver em outra casa, excepto na de Fernão Dias, quando ahi se fez o jejum; e tem para si que Miguel Gomes ou as desfez, ou as consumiu ou as enviou para fora do reino por mar, visto que tinha tracto em diversas partes, e expedia toda a sua fazenda embarcada por Aveiro e por Buarcos, temendo ser preso, como succedeu dentro de um anno; e que logo cessaram os ajunctamentos. Que falando com Francisco Fernandes Nunes, muito amigo de Miguel Gomes, e perguntando-lhe pelas vestes, elle

respondeu que estivesse descansado que nunca se haviam de descobrir, porque não existiam ja no mundo. Que o livro em que se lia nos jejuns era do tamanho de um missal, não se lembra de que lingua mais além do latim, e de orações e psalmos sem *gloria patri,* escripto de letra de mão; que juravam nelle sem declararem o que juravam, mas suppunha que o faziam em nome da lei velha. Quanto á meza em que ceiavam, havia tres casas no andar da habitação de Miguel Gomes, e nellas se faziam os ajunctamentos, mas não se recorda em qual dellas ceiavam, e a comida estava feita e preparada; antes de se sentarem, por ordem de Miguel Gomes, uma ou duas pessoas presentes a punham na meza, e não certifica quem extendia as toalhas; que a comida constava de parte fria e parte quente, e ignorava quem a aquecia então. Que Miguel Gomes possuía mais casas por cima das tres do primeiro andar, onde podia ficar alguma mulher christã nova, de quem se fiasse; e que juncto delle moravam duas christãs novas, e uma irmã de Francisco Lobo, preso pela inquisição de Lisboa, a quem Miguel Gomes dava esmola, e eram de edade e qualidade que se elle quizesse lhe iriam lá fazer a comida; e que seria até uma christã velha, a quem dissesse que trouxera mulher com quem conversava illicitamente; ou sob algum outro pretexto. Que nem sempre se jogava em casa de Miguel Gomes, e que até este tambem jogava nas casas de Bento Arraes e de Simão Leal, no quintal de Manuel Couceiro, e noutras partes onde se dava jogo; e nas occasiões dos ajunctamentos fechavam a porta da rua. Que vindo uma vez mais tarde o dr. Antonio Homem um dos cumplices lha foi abrir. E disse ainda que o livro, pelo qual resavam, se chamava o *Talmud*.

A 30 de agosto de 1622, Miguel da Fonseca, de sessenta e quatro annos de edade, jurou que algumas vezes não havia jogo em casa de Miguel Gomes, e que elle fechava a porta e mandava declarar que partira para fora da terra, e é por isso que indo a casa delle tanta gente, não sabiam senão os cumplices que lá se celebravam os jejuns; que as casas eram muito grandes; que bastava fechar a porta da sala, para se não saber o que faziam nas casas de dentro; pois que ficam para um canto sendo uma dellas sobre a runa; que nos dias de correios não admittia ninguem, e muito menos quando faziam as ceremonias, e tinha de comparecer o dr. Antonio Homem; que nessas occasiões não via nem a ama, nem os criados de Miguel Gomes, e só a este; que ignorava donde vinha a comida, mas que podia cozinhal-a alguma pessoa christã nova,

no andar de cima; que ja encontravam a meza posta e a comida nella, quando Miguel Gomes os chamava para a ceia; que ignora onde param as vestes e o dinheiro da confraria, pensando teriam feito desapparecer tudo pelo receio manifestado por Miguel Gomes de ser preso, pois muito antes de se realisar este facto haviam cessado os ajunctamentos.

José Coutinho jurou, em 14 de outubro de 1622, que vira por vezes officiar nos jejuns a Miguel Gomes, o manco; que nem sempre havia jogo em casa delle; que fechada a porta os que iam para jogar se partiam; que o peixe eram linguados, que tiravam de um armario, mas que ás vezes havia peixe quente; que certas pessoas se junctavam num jejum, differentes noutro; que as vestes estavam em poder de Miguel Gomes; que ouviu dizer elle as entregára a Francisco da Silva, filho de Rodrigo Ayres, para as mandar para fora do reino; que além do *Talmud* havia outro livro em castelhano; que eram candieiros de azeite e velas de cebo, as do jejum da rainha Esther.

Aos 20 de outubro de 1621, jurou Simão Lopes, que tambem na vespera do jejum do dia grande em casa de Diogo Lopes da Rosa assistiram o dr. Francisco Gomes, Antonio Gomes, Francisco Gomes, o ruivo, Miguel Gomes, o manco, Francisco Lobo, de Taveiro, Manuel da Costa, o licenciado Simão do Couto, que seriam ao todo vinte e cinco pessoas; que tambem Diogo Lopes de Sequeira exercia officio de sacerdote; e que em casa de Miguel Gomes, o manco, além das pessoas nomeadas, comparecera mais Antonio Correia de Sá, Pero Cabral Collaço, André Vaz Cabaço, e Antonio de Oliveira; que Diogo Lopes de Sequeira, revestido com os mesmos paramentos que teve Diogo Lopes da Rosa, foi quem fez a practica; e todos declararam que celebravam a ceremonia para guardar a lei de Moysés. Que ceiou cousas que não eram de carne; e que estiveram na reunião, Antonio Correia de Sá, Pero Cabral Collaço, André Vaz Cabaço, Antonio de Oliveira, Diogo Lopes da Rosa, Diogo Lopes de Sequeira, José Coutinho, Francisco de Almeida, Miguel de Almeida, Francisco Serrão, Manuel de Arede, Francisco de Andrade, o dr. Francisco Gomes, Antonio Gomes, Francisco Gomes, o ruivo, Miguel Gomes, o manco, Francisco Lobo, de Taveiro, Manuel da Costa, Simão do Couto, e Simão Lopes.

Aos 22 de novembro de 1621 Antonio Correia de Sá jurou, que haveria tres ou quatro annos estando na sua quinta da Giralda lhe escrevêra Miguel Gomes para apparecer, e vindo elle á cidade lhe participára que na quinta feira, não lhe lembra

a quantos do mez de setembro, se celebrava o dia do jejum grande em casa do conego Fernão Dias; e com effeito ahi se encontraram: o dr. Antonio Homem; Miguel Gomes, o manco; dr. Francisco Gomes; José Coutinho; dr. Francisco Caldeira; dr. Francisco Vaz de Gouveia; Manuel de Arede, o torto; Francisco de Andrade; Manuel da Costa; conego Matheus Lopes da Silva; Francisco Fernandes Nunes, o ruivo de Monte-mór; Diogo Lopes da Rosa; André de Avellar; Chrispim da Costa; Henrique de Arede; e se declararam por judeus. Fizeram-se as ceremonias do estylo, havendo bofete com velas, e lampadario de muitos lumes. Estavam revestidos o dr. Antonio Homem, e o conego Fernão Dias, com umas vestes largas roxas de seda, tendo o primeiro na cabeça uma especie de mitra. Que houve outro jejum em casa de Miguel Gomes; que se não lembra qual a côr da mitra do dr. Antonio Homem, mas era de seda, com uma lamina, que lhe parecia ser de ouro, e ter a fórma redonda pouco menor que a palma da mão, e que pensa a mitra e a lamina representarem as insignias do principal sacerdote da lei de Moysés; e assim lho declarou Miguel Gomes dizendo, que o dr. Antonio Homem, como o mais eminente sacerdote, que havia na lei de Moysés, recebia consultas do cabo do mundo, não lhe declarando ácerca de quê, mas elle ficou entendendo que versavam sobre cousas da lei de Moysés.

A 27 de novembro de 1621, Fernão Dias da Silva jurou, que no jejum grande feito ha quatro annos em casa de Miguel Gomes, estiveram tambem presentes o dr. Francisco Gomes, Antonio Dias da Cunha, Chrispim da Costa, Simão Lopes, Miguel da Fonseca, Diogo Lopes da Rosa, Antonio Dias de Almeida, João da Fonseca, filho de Miguel da Fonseca, André Vaz Cabaço, Antonio de Almeida e João de Almeida, filhos de Antonio Dias de Almeida; que se fizeram as ceremonias e todos se declararam por judeus.

André de Avellar jurou, em 25 de agosto de 1622, que haveria onze annos indo a casa de Henrique de Arede, por julgar que seria lá que se celebraria o jejum do dia grande, ahi encontrou o dr. Francisco Gomes, Miguel Gomes, o manco, Francisco Gomes, o ruivo, e não se lembra quantos seriam; ahi todos se declararam por judeus, fazendo-se as ceremonias do rito, e a practica por Henrique de Arede, vindo elle testemunha para sua casa, e ficando lá todos para ceiar.

A 11 de fevereiro de 1623, Francisco Gomes, o doutorinho, jurou que cerca de dez annos se instituiu em Coimbra uma confraria de ajunctamento de christãos novos observantes da lei

de Moysés, de que foi iniciador e auctor o conego Antonio Dias da Cunha; e ao dicto ajunctamento pertenciam elle dr. Francisco Gomes, Chrispim da Costa, Miguel Gomes, o manco, José Coutinho, André de Avellar, Henrique de Arede, Antonio Dias de Almeida, Simão Lopes, Francisco Rodrigues, Diogo Lopes da Rosa, Diogo Lopes de Sequeira, André Vaz Cabaço, Manuel Gomes, Miguel da Fonseca, João da Fonseca, Antonio Gomes, Francisco de Almeida, dr. Antonio Gomes, Antonio Correia de Sá, seus filhos Luiz de Sá e Francisco de Sá, e Francisco Dias, cutileiro; que a todos viu escriptos e assentados no livro da confraria por letra de José Coutinho, que era o escrivão que tinha o livro em seu poder. Viu outrosim assentados ahi Francisco da Silva, e seu irmão o conego Matheus Lopes da Silva. Que em quanto viveu Francisco da Silva, durante seis annos a esta parte, era em sua casa que se faziam as reuniões; que o livro estava encadernado em pergaminho, contendo uma ou duas mãos de papel; que ao inscrever-se no livro dava cada um a esmola que podia; que todo este dinheiro se entregava ao thesoureiro Miguel Gomes, o manco, que o despendia em esmolas a pobres christãos novos de Coimbra, e tambem mandava algum para Flandres ou Allemanha a irmãos e parentes que lá tinha. Que havia mais a dicta confraria outro livro encadernado em bezerro, do tamanho de um missal, escripto com boa letra de mão em latim, com orações em hebraico, as quaes liam e resavam nos ajunctamentos os dictos Antonio Dias da Cunha e Chrispim da Costa.

Aos 26 de agosto de 1622, Antonio de Oliveira jurou, que haveria cinco ou seis annos se declarára por judeu com Miguel Gomes, estando em sua casa, em companhia de José Coutinho, e por occasião de falarem em Antonio Rodrigues. Que no anno seguinte, se declarára em casa de Miguel Gomes com elle, e com José Coutinho; e déra áquelle uns poucos de tostões para a confraria; e dahi a nove ou dez mezes, ainda em casa do mesmo Miguel, lhe disseram que José Coutinho corria então com as esmolas, e lhe deu a sua.

Vicente de Arês, em 15 de julho de 1622, jurou que haveria doze ou treze annos fôra a casa de Diogo Lopes da Rosa, por occasião de haver sido fintador, e achando-se ahi presente Miguel Gomes, todos tres se declararam por judeus; que haveria quatro annos o Miguel Gomes indo a sua casa lhe perguntára se estava lembrado do que passaram em casa de Diogo Lopes da Rosa; e tornaram a declarar que criam e viviam na lei de Moysés e nella esperavam salvar-se; que elle lhe dissera que

era o mestre de ceremonias da lei de Moysés, e a ensinava, mas não disse a quem, nem em que lingua; que haveria tambem doze ou treze annos fôra a casa do licenciado Sebastião do Quental, ja defuncto, para lhe dar parecer numa sua causa, e estando com elle, com Miguel Gomes e com Jorge Mendes, filho de Diogo Mendes, que foi prebendeiro de Sancta Cruz, e com Henrique da Gama, enteado de Sebastião do Quental, todos se declararam por judeus.

A 20 de janeiro de 1623, Ascenso Dias Rato jurou, que haveria cinco annos pela quaresma no mez de março, num dia pela manhã andando a passeiar no ladrilho de Sancta Cruz com Antonio Correia de Sá, por occasião de virem a falar de Miguel Gomes, que disseram vivia na lei de Moysés, se declararam ambos por judeus, e dahi indo a casa do mesmo Miguel se tornaram todos tres a declarar por taes; e que á noute, tendo sido convidados para ceiar, os quatro, Miguel Gomes, Antonio Correia de Sá, seu filho Francisco de Sá, e elle Ascenso Dias Rato, se confirmaram por judeus, e Miguel Gomes participou que era necessario fazer o jejum do dia grande, que vem no mez de setembro, e que todos os annos se celebrava em sua casa; bem como a Paschoa dos judeus, que cae no mez de março, que tambem a celebravam ahi em cada anno. Que se recorda elle dizer, que assistiam Antonio Lopes, Miguel da Fonseca, André Vaz Cabaço, Gaspar Nunes, Diogo Barbosa, Antonio Dias de Almeida, Ascenso Dias Rato, Miguel Gomes, Antonio Correia de Sá; que o referido Miguel Gomes disse que havia de presidir ás dictas festas, e que jejuava nas segundas e quintas feiras de cada semana em observancia da lei de Moysés, sem comer nem beber senão á noute depois de saír a estrella, e que tambem guardava os sabbados vestindo nelles camisas lavadas. E Miguel Gomes acrescentou que as pessoas que viessem ás festas deviam trazer barbas feitas e os melhores vestidos em honra da solemnidade daquelle dia, e que nelle se resaria a oração do padre nosso sem amen Jesus no cabo, e psalmos de David sem *gloria patri,* e que desta maneira se recitariam as dictas orações todas as vezes; e practicando nestas cousas perguntou elle Rato ao Miguel Gomes que dignidade tinha o sacerdote, que celebrava os officios naquelles dias solemnes, obtendo em resposta que essa pessoa instruía na lei de Moysés, e representava o summo sacerdote que antigamente em Jerusalem sacrificava no templo; e que assim os que exerciam esse officio eram obrigados a explicar ás outras pessoas a crença da lei de Moysés e as ceremonias que se deviam executar, como

elle ensinava por ser sacerdote. E declarou mais a testemunha que a veste de Miguel Gomes e o frontal do altar era tudo de tafetá verde.

A 17 de março de 1622 tinha o mesmo Rato jurado que cerca de quatro annos e meio o mandára chamar Miguel Gomes, a quem encontrou em uma sua casa secreta, cujo pavimento estava alcatifado, onde a testemunha entrou pela primeira vez, e para uma parte da dicta casa encostado á parede havia um altar com toalha branca por cima, e uma especie de frontal, de cuja côr se não lembra, nem o poude então divisar porque a casa era escura, e sobre o altar via-se um vulto pequeno coberto com tafetá, tomando-o quasi todo, e quatro velas accesas em quatro castiçaes postos nos quatro cantos delle, não se lembra da materia e da feição delles; e na parede que ficava por detrás do mencionado altar ardia um lampadario de azeite, mas não se recorda do numero de lumes, e para uma ilharga da casa, defronte do altar, existia uma meza coberta com alcatifa, e sobre ella um livro menos que de folha, fechado, não se lembra como encadernado, nem sabe de que constava, e á roda da casa postas cadeiras de espaldas, tirando para uma parte onde se descobria um banco. Miguel Gomes paramentado com uma veste de seda escura sem poder bem determinar a côr, que lhe chegava até o chão e era larga, segundo lhe parece á feição das lobas dos clerigos, não tinha nada na cabeça; e encontravam-se com elle Antonio Lopes, medico de Aveiro, Gaspar Nunes, estudante legista, Diogo Barbosa, tambem estudante legista; e logo que o Rato entrou, saiu Miguel Gomes, assim revestido, a fechar a porta da escada que ia para a loja, e tornando a entrar para a dicta casa perguntou elle Rato ao Miguel Gomes, para que o chamára, ao que lhe respondeu que era rabino e sacerdote da lei de Moysés, e fazia as ceremonias desta lei, e que o mandára chamar para assistir ás que naquelle dia tinha de exercer, e logo se levantou de uma cadeira juncto do altar, para um lado onde se assentára tanto que entrou de fechar a porta, e mandou levantar a elle Rato e aos dictos Antonio Lopes, Gaspar Nunes, Diogo Barbosa, ordenando-lhes que tirassem as capas e barretes, e que estivessem em pé, em corpo, com as mãos nas ilhargas, e attentos a umas orações, que Miguel Gomes resaria, e quando elle abaixasse a cabeça a abaixassem tambem elles circumstantes, e fizessem com o rosto guaias, que é certo meneio com os olhos e com a cabeça ao tempo que abaixavam esta, o que elle Rato e os mais circumstantes executavam na mesma fórma que o dicto Miguel Gomes lhes

tinha dicto; e este começou a recitar certas orações, e nellas se gastou grande parte do dia, e acabadas achando-se de pé determinou que fosse chegando a elle cada um dos circumstantes para lhe deitar a benção, e foi logo cada um per si, e não se lembra qual o primeiro, e, ficando de joelhos, Miguel Gomes lhe lançava a benção pondo a mão pela cabeça a cada um delles e correndo-lha pelo rosto abaixo dizendo em nome de Abrahão, Isaac e Jacob; o que feito se tornava cada um ao seu logar; e acabada de lançar a benção a todos, indicou ainda que chegasse cada um por si ao altar, e que de joelhos beijasse o vulto que nelle estava, o que logo todos fizeram, não se recordando qual o primeiro; e quando elle Rato foi beijar o vulto viu que o tafetá era verde, e descobrindo um pouco observou, que parecia o vulto animal á feição de touro pequeno, tendo pouco mais de meio palmo de comprido, estando em pé, de metal não sabe se todo de ouro se apenas dourado, e como isto foi á pressa não se affirma bem ao certo da qualidade do animal. Acabando de beijar o vulto todos voltaram aos seus logares; e Miguel Gomes mandou-os sentar no chão nas alcatifas, e elle assentou-se na cadeira e fez a practica, para que guardassem os sabbados de trabalho, jejuassem nas segundas e quintas feiras de cada semana, e que não comessem as cousas prohibidas na lei de Moysés; e mandou tomar juramento no livro que estava na meza, e promessa de guardar segredo; e cada um foi pôr a mão no livro. E sendo quasi noute Miguel Gomes declarou terminada a ceremonia, e que podiam saír, mas que lhes queria dar de ceiar; e logo abriu a porta da escada, e mandou pôr a meza, e assim que saiu a estrella comeram cinco cousas que não eram de carne, tendo estado sem comer todo aquelle dia. Miguel Gomes abriu ainda um cofre do qûal tirou tres bolos grandes de pão asmo, que é o que a lei de Moysés manda comer; e depois de partidos e repartidos pelas cinco pessoas, acabadas de ceiar, foi cada uma para sua casa.

(Continúa).

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(Inédito.—Cont. do n.º 2, pag. 128)

FORMA UERBORŨ QUIBUS IN PRINCIPIO INSTRUMENTI ALIENATIONIS UTENDUM EST.

N. Rector. et N. N. consultores ac N. Minister necnon N. Procurator Collegij N. citra præiudicium priuilegiorum societati Jesu eiusq̃ Collegijs cõcessorũ à diuersis Pontificibus à quibus nullatenus nec recedere nec præiudicare intendunt in aliqua eorũ parte, sed pro bono pacis, et ad effectum uitã quietam et pacificam cum Episcopo ducendi, et non alias, aliter, nec alio modo p*r*out protestati fuerunt et protestantur expresse, adeo quod per hunc actum fiendum nullo modo possit intelligi, seu præsumi aliquod damnũ seu præiudiciũ p*r*æfatis præuilegijs GENERALITER uel expresse illatum uel alio quoquo modo factum, sed ad effectum ut supra deuenerunt ad infra positam concordiam etc.

Postea in fine instrumenti:

Declarantes et protestantes hanc concordiam sed quomodocunq̃ nuncupari possit, non trah*i* *n*ec extendi posse ad fauorem aliarum personarum cum quibus forsan consimiles lites uertuntur et in futuro uertentur, sed dumtaxat habeat locum cum prænominato EPISCOPO cum quo litium anfractus euitare intendunt, *it*a et taliter quod respectu dictarum aliar*um* personarum hæc concordia pro infesta habeatur, non solum MODO prædicto, sed cum alio meliori modo. et cætera. ideo. et cœt. Romæ die 18ª Septêbris. 1576.

Capitolo de hũa do P. Geral Euerardo Mercuriano de 18. de Setembro de 1576. para o Pº Prouincial M. Róiz.

No se den a Nouicios los officios de portero dela puerta del carro y otros semeiantes, porque esos nolos aiudan nada, mas antes les dãnan mucho para salir bien con los exercicios que son proprios del nouiciado. Y pues aqui trato de nouicios tambien quiero auisar a v. r. que enloque se respondio a la congregacion sobre el recibir la execucion se ha. de entender, que quando se offrecen nouicios de 16. annos compridos o abaxo, no se pueden recibir, aunque examinados e aprobados por los consultores, hasta que el Prouincial siendo auisado de sus qualidades y tomado el parecer de sus consultores diere licencia pera ello.

Indulgentiæ concessæ a Sanctissimo Papa Gregorio xiii.

Ego Antonius Posseuinus Secretarius Societatis Jesu his præsentibus literis mea propria manu subscriptis fidem facio Sanctissimum Patrem ac Dominum nostrum Gregoriũ XIII die 17. Maij concessisse Societati nostræ, ac omnibus tam prædictæ Societatis, quã externis Scholasticis qui scholas nostras frequentare solent, Indulgentias omnes, quæ uisitantibus romanas Ecclesias conceduntur totius anni diebus, siue Quadragesimæ siue alio quouis tempore, si Ecclesiam, uel Sacellum é nostra Societate uisitauerint, et quinquies orationem Dominicam, et salutationẽ Angelicam ante Altare maius, ante quatuor autem altaria unam orationẽ Dominicam, et salutationẽ Angelicã: quod sicubi tot Altaria nõ fuerint, eandẽ orationẽ Dominicam et salutationẽ Angelicam nouies ante Altare maius recitauerint. Quas quidẽ indulgentias tam pro se, quã pro dictis scholasticis a Sũmo Pontifice concessas fuisse supradicta die Anni 1576. Tusculi in palatio quod dicitur Monsdraconis his præsentibus literis testor et affirmo.

Antonius posseuinus.

RESPOSTAS *dos* CARDEAIS DEPUTADOS PERA DECLARAR O CONSILIO.

Illustrissime et Reverendissime DOMINE

Petitur aquibusdam patribus Societatis Jesu sintne ea, quæ secuntur declarata in congregatione, ed quid ad ea responsū sit.

1.º

Num mendicantes possint hodie uti priuilegio faciendi sacrum ante lucē et post meridiem, quo ante Concilium Tri*dentinum* utebantur. Ratio dubii est, quia in Concilio Sess*ione* 21 cap. de obseruandis, et deuitandis in celebratione Missæ, nō prohibetur particularibus, ne celebrent ante diem, uel post meridiem, sed tamen præcipitur Ordinarijs ut id prohibeant his uerbis: Ne superstitioni locus aliquis detur edicto, et pænis propositis caueant ne Sacerdotes alijs, quā debitis horis celebrent: unde aliqui possent colligere nō esse sublatum priuilegiū, nisi ubi iam præceptum sit ab Ordinarijs ne id fiat.

Congregatio Concilij censuit non posse.

2.º

Num quemadmodū nō ualeat matrimoniū inter raptorem, et raptam quandiu ipsa manserit in potestate raptoris, ut habetur sess*ione* 24. cap. 6. de reform. matrimonij ita etiam nō ualeant sponsalia.

Congregatio Concilij censuit non valere.

3.º

Vtrū non solum Domini temporales respectu suo*rum* subdito*rum*, sed etiā quælibet aliæ personæ impedientes quominus libere matrimonia contrahantur etiā si sint parentes, amici, aut familiares contrahentiū incurrant excōmunicationem quæ proposita est eodē loco cap. 9.

SANCTISSIMUS D. N. etiā ex sententia congregationis Con-

cilij declarauit d. cap. 9. sessione 24 de reformatione matrimonij compræhendi dũtaxat dominos temporales et magistratus.

4.º

Utrum committentes duellum, spectatores, et cæteri, qui exprimuntur sessione 25 cap. 19 de reform. incurrant excomunicationẽ in solis duellis publicis et quibus patrini intersunt, an etiã in quibus alijs siue publicis, sine priuatis quomodocũq cõmissis.

Congregatio Concilij censuit d. cap. 19 sess. 25. locum etiã habere in priuatis duellis, quæ sine alicuius principis autoritate, consensuve et absque patrinis fiunt.

Luis de Vasconcelos.

De hũa do padre Geral Euerardo Mercuriano de 17 de julho de 1577 pera o padre Manuel roiz prouincial.

Por outra tengo respondido algunas *cosa*s delas q̃ ueniam ẽ sus cartas, aora respondere a todo lo demas com la gracia del Senhor: primeram.te en lo q̃ toca aaquella azienda q̃ se dio de nueuo al collegio de Bragança aunq̃ nõ dudo sino q̃ la auram pedido los nuestros cõ buen modo, e edificacion, e que la ciudad esta raquieta, todauia dezeo q̃ de aqui a delante no se pida cosa a su Magestad q̃ aia de generar odio, y escandalos, porque algunas uezes las tales cosas mas redundam em periuizio de la comp.ª q̃ em prouecho della misma, y q̃ quando se hiziere con las diuidas circunstancias se de aqua luego auiso dello.

Quanto al padre Diogo Vieira nõ ai pera que tener escrupulo pues sabe la facultat que tiene la comp.ª de tener sus professos ẽ los Collegios despues de ueios, ou cansados.

La dubda que tienẽ seporlos q̃ muerẽ en el uiagen dela India como fueron el padre Chaues y el hermano Thomas se deuã hazer los suffragios, como por los q̃ mueren en essa prouincia resoluemos por lo mucho que desseamos aiudarlos q̃ ẽ la prouincia de la India, y enesta se les agã como se muriessen en cada una dellas.

Porque se iusga aqua que la dilacion, en despedir los que nõ som aptos pera la Comp.ª es causa de muchos ẽconuenientes que assi en todo tiempo que los retenemos, como tambien despues se siguen, parece mas expediante al bien de la Comp.ª y de los tales que quando al principio seue que non tienen naturaleza para la religion se puedan despedir mas presto porq̃ desta manera no danharão alos outros cõ su mao exemplo, como lo arian sperandole mucho tiempo la ẽmenda ni tambien quedariam tã conocidos por de la Comp.ª y ansi no escandalizariã tanto alos de fuera, como antiendo q̃ escandalizã agora muchos a quien se ha esperado mas tiempo de lo q̃ cõuenia.

Por los muchos inconuenientes q̃ nacem de que nuestros ẽfermos se embiẽ a casa de sus parientes deseo q̃ esto nõ se aga sino mui raram.te y com causas mui vrgentes, iquando se ouuiere de hazer, uean alha se conuiene darlhe companheiro, ou no porq̃ no escousa e*n que* se pueda poner de aqua regla certa.

Capitulo de hũa do pe Pero de Affonsequa de Roma a 5 de Nouembro de 1574 p.ª o p.e Prouincial Manoel róiz.

Sua S.de me concedeo, que todos os prégadores, confessores e lentes dessa prouincia e da India e Brasil possaõ rezar matinas no uerão antes da hora ordinaria da çea ainda que se cee algũas horas inteiras antes do sol posto et nõ obstante contraria consuetudine regionis. Eu lho pedia absolutam.te p.ª todos e lhe dezia que m.tos dos nossos ya em Espanha rezauaõ desta man.ra seguindo o costume de Roma ou tendo p.ª si que o podiaõ fazer acabadas as completas do dia precedente. Sua S.de fez tanta força no costume geeral da terra, que não queria mo conceder senaõ para certo numero de pessoas o q̃ uendo eu pedilhe que mo concedesse cõ a limitação que ya disse. A qual he tal q̃ poucos ou nenhũ ficara de fora porq̃ não concedeo cõ limitação de quando pregassẽ confessassem ou leessẽ, mas absolute: e se não fora que lhe contei da hora de oração mental que temos polla menhã e de q.to nos importava nunqua o concedera senão pª algũs particulares. Mas caio na conta de quão necessaria nos era aquella oraçã pª fazer bem nossos ministerios: e assi o concedeo di-

zendo que ya q̃ não era bem q̃ rezassemos depois de çea por não ser tempo tão apto nem deixassemos a oração de polla menhã nẽ impidissemos ou diminuissemos os exercicios das confissoẽs & que elle o concedia pª aquelles tres generos de pessoas. Mas como ueio a isto defficultosamente não ousei de pedir o mesmo para outras prouincias para que naõ se encolhesse no que tinha concedido. V. R. faça poor la isto em memoria e que foi esta graça concedida a 14 de outubro para que não esqueça, e faça dar a mesma memoria aos q̃ forẽ a India e Brasil.

De hũa que o padre Geral Euerardo Merc. escreueo ao p.e Manoel Alurz Præposito da Casa de São Roque a 3 de julho de 1577.

La declaracion de la regla assi mesmo entiendan q̃ no poedem tomar cosa de casa por minima q̃ sea sin licencia de sus Superiores etc. La qual desea tener, esta manifiesta. porq̃ sino poeden tomar cosa de casa por minima q̃ sea sin licencia mucho menos poeden tomar cosas de fuera de casa sin la misma, y esto se entiende tambien en las otras particulas de la dicha regla: por tanto V. R. la declare muj bien a sus subditos, conforme a la intencion de N. Padre Ignacio de buena memoria que hazia tanto caso della, que por esso añadio aquella particula, por minima que sea, para q̃ hombres que deuem estar del todo despegados delas cosas desta uida y que ninguna han de tener como propria no tengan causa de perder nada de su perfecion y tambien para q̃ delas cosas pequeñnas no se uengan poco a poco a las grandes y por aqui a perderse el uerd :drº espirito de pobreza, q̃ la comp.ª prætiende, com todo esto no se quita que a algunas personas en particular las quales julgare el superior se les pueda dar licencia general pera poder disponer de algunas cosas pepuenñas como son coentas benditas, imagines, Agnus Dei etc. hujus generis. Y esto V. R. lo tratara con el p.e prouincial.

El parecer que. V. R. da en que nuestros Confessores no den limosnas a sus confessadas, nos contenta mucho, y se prouera en las reglas de los Sacerdotes. Pero entre tanto V. R. lo haga obseruar conferiendolo primero con el padre prouincial.

(Continúa.)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Révue de l'histoire des réligions, n.os 53-54, 1888.
Idem, n.os 55-57, 1889, 1.º semestre.
Idem, n.os 58-60, 1889, 2.º semestre.
Idem, n.os 61-63, 1890, 1.º semestre.
Idem, n.os 64-66, 1890, 2.º semestre.
Idem, n.os 67-69, 1891, 1.º semestre.
Idem, n.os 70-72, 1891, 2.º semestre.
Idem, n.os 86-87, 1894, parte do 2.º semestre.
Idem, n.os 88-90, 1894, 2.º semestre.
Idem, n.os 91-93, 1895, 1.º semestre.
Idem, n.os 94-96, 1895, 2.º semestre.
Introduction au catalogue au musée Guimet.
Bulletin de la Société Académique Indo-Chinoise, 2.ª serie, vol. 3.º
Mémoires de la Société Académique Indo-Chinoise, vol. 1.º, 1877-1878.
Union latine, Bulletin, n.os 1 e 2, 1889.
Idem, n.º 1, 1890.
Idem, n.os 2 e 3, 1890.
Catalogo da exposição industrial portugueza, 1891.
Relatorios da exposição industrial portugueza, 1891.
Boletim da direcção geral de agricultura, 4.º anno, n.º 3, 1892.
Idem, 5.º anno, n.º 3, 1894.
Idem, 6.º anno, n.º 7, 1896.
Idem, 3.º anno, n.º 6, 1891.
Idem, n.º 8, 1889.
Idem, n.º 5, 1889.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao INSTITUTO não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do INSTITUTO DE COIMBRA, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto*, a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero IV

M DCCC·XCVII

Abril

COIMBRA

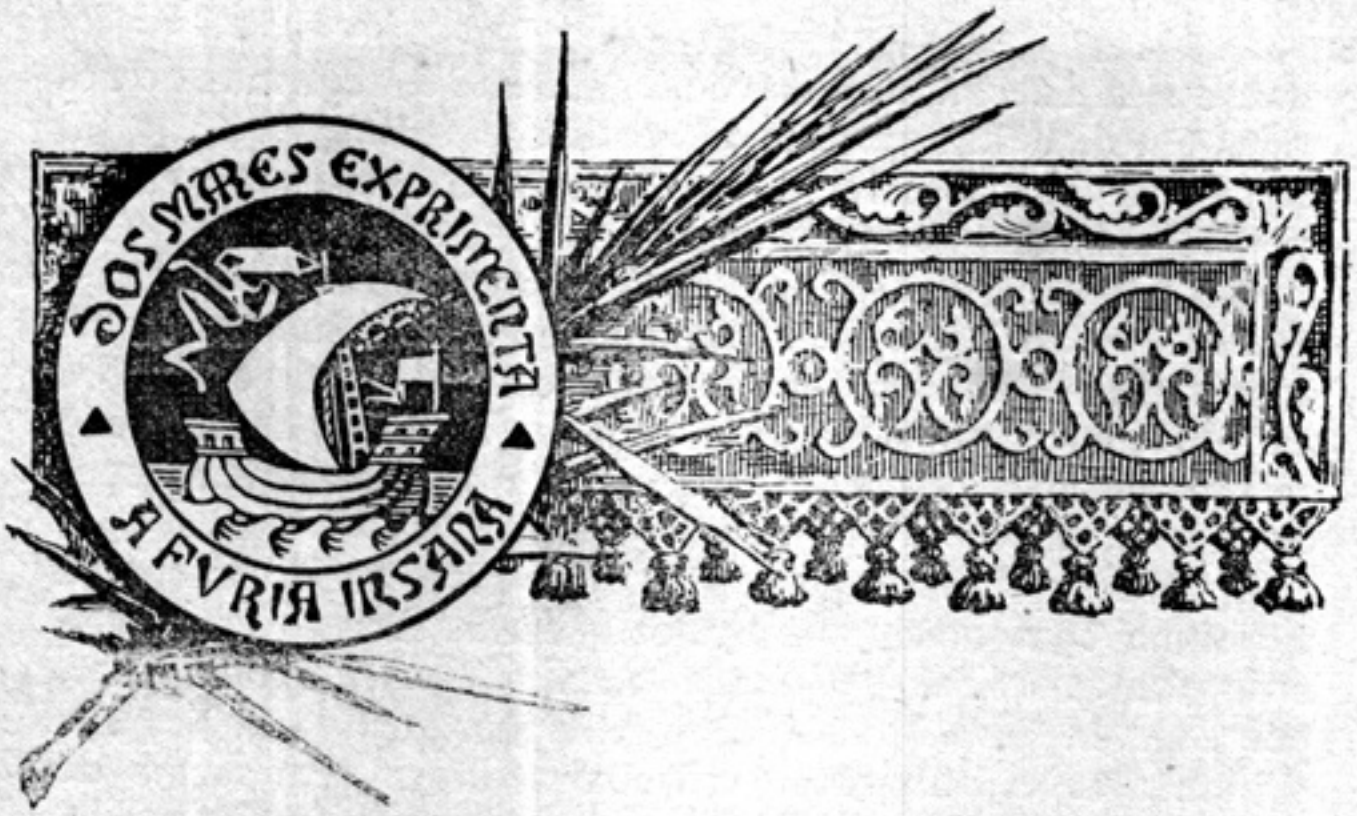
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO SUPERIOR, pelo *Visconde de Villa-Maior* 197
TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES, por *A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca* 208
UM DISCURSO NOTAVEL, por *H. Teixeira Bastos* 217
RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA, por *Charles Lepierre* 222
AS TRÊS IRONIAS, por *Manuel da Silva Gayo* 231
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 242
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 252
UMA CONFERENCIA DE BATALHA REIS EM LONDRES, por *Manuel Ramos* 259



SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO SUPERIOR

(Cont. do n.º 3, pag. 136)

REFORMAS GERAES

Quando em 1772 se proclamou a reforma da Universidade de Coimbra, era esta antiga academia o unico estabelecimento de instrucção superior existente em Portugal. No reinado da sr.ª D. Maria I fundaram-se algumas escholas de instrucção profissional, que podiam classificar-se entre as de instrucção superior; porque, ampliadas mais tarde, occuparam decedidamente essa categoria. Taes foram: em 1779, a Academia Real de Marinha em Lisboa; em 1790, a Academia Real de Fortificação, Artilheria e Desenho; em 1803, a Academia Real de Marinha e commercio da cidade do Porto, e já no reinado do sr. D. João VI, em 1825, os Cursos de Cirurgia, em escholas regulares, em Lisboa e no Porto. Entretanto todos estes estabelecimentos se conservaram incompletos e,

para assim dizer, no estado rudimentar até ás reformas decretadas em dictadura nos annos de 1836 e 1837.

As providencias parciaes que foram decretadas ou simplesmente indicadas no intuito de melhorar alguns dos ramos de instrucção superior, durante o longo periodo que decorreu desde 1772 até ás primeiras tentativas que se manifestaram depois da restauração do governo constitucional em 1833, não podem ser consideradas preponderantes na organisação de um systema regular do ensino superior, devidamente concatenado como convém adoptar.

Appareceu, todavia, em 1823, um projecto de iniciativa particular com o seguinte titulo: — *Ideias sobre o estabelecimento da instrucção publica, dedicadas á nação portugueza,* por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque.

Esta notavel publicação enviada de Paris, em fórma de carta, ao soberano congresso, merece ser aqui mencionada, não só pela consideração devida á memoria do auctor, mas tambem pelas doutrinas que encerra, ainda que se não possa julgar um trabalho completo e perfeito.

Seguirei esta publicação ou memoria, resumindo o mais possivel, mas dizendo d'ella quanto fôr bastante para fazer conhecidas as ideias do auctor, principalmente na parte que se refere á instrucção superior.

Começa esta memoria com uma carta aos deputados da nação portugueza, na qual o auctor expõe largamente o seu pensamento de reforma geral abrangendo todo o campo da instrucção publica, desde o ensino elementar, nas escholas primarias, até ao mais elevado nos institutos de ensino superior; e a este respeito seja-me permittido repetir aqui o que, em 1856, eu dizia na sessão solemne da Academia Real das Sciencias, recitando o elogio de Mousinho de Albuquerque, quando me referia ao seu projecto de reforma de instrucção publica.

«O pensamento dominante n'este escripto — dizia eu — é amplamente liberal, e a reforma que n'elle se propõe, é completamente radical, e abrange todo o systema do ensino publico.

«Eis aqui algumas das que elle dirige, na sua dedicatoria ao corpo legislativo. — *Não espereis, senhores, regenerar a instrucção publica com medidas e providencias parciaes, que sem atacarem os vicios radicaes serão, mais cedo ou mais tarde, suffocadas pelos rebentos estereis que brotam constantemente de uma raiz corrompida*».

Prevendo o auctor, como era natural, as resistencias que o seu plano devia encontrar, trata logo de as combater; e em

relação ás que se podiam apresentar com o fundamento do accrescimo das despezas publicas, que a realisação do seu projecto devia trazer comsigo, dizia elle que a escassez das rendas não deve ser obstaculo: 1.º porque um plano bem combinado e regular não seria mais despendioso; 2.º porque deixar de estabelecer o que é essencial á prosperidade futura do paiz, não é economia mas erro mesquinho e sordido, cujo resultado é a continuação da miseria, do abatimento e da indigencia.

Não seria difficil comprovar a verdade d'esta ultima asserção de Luiz Mousinho com a demonstração numerica dos prejuizos que Portugal tem soffrido por ter desattendido por tanto tempo a instrucção publica.

Entrando na exposição do seu systema de reforma, dedica o auctor um primeiro capitulo ao — *modo de sustentar a instrucção publica; sua organisação e aperfeiçoamento; escolha e direitos dos professores.*

Em referencia a estes pontos, queria elle que a sustentação dos estabelecimentos de instrucção ficasse toda a cargo do Estado: combatia o systema de consignar rendimentos especiaes e propriedade ás diversas escholas, e depois de expôr os argumentos e razões d'esta sua opinião, termina do seguinte modo: — *Resumindo-nos pois, concluiremos que as despezas necessarias para a instrucção publica devem sahir dos cofres publicos, e não de uma dotação particular, consistindo em propriedades, direitos, ou outros quaesquer bens.*

Este preceito centralisador é, a meu ver, demasiadamente absoluto, e póde contrariar a liberdade dos legados feitos, em favor de alguns estabelecimentos de instrucção, com fins especiaes ou restrictos. Além d'isso está em completa opposição com as ideias que se propagam em alguns paizes mais adiantados e que tendem a restabelecer a autonomia didatica e administrativa das Universidades.

Continuando com a materia do mesmo capitulo, queria o proponente que os estabelecimentos de instrucção publica fossem franqueados gratuitamente, tanto aos portuguezes como aos extrangeiros.

Este desejo, sendo unicamente limitado á instrucção primaria e elementar, é justo e admissivel; mas pelo que respeita aos graus superiores de instrucção não é justo nem conveniente. São evidentes os perigos que resultam da extrema democratisação e gratuidade do ensino superior, os quaes tendem as desviar das profissões modestas e industriaes, tão necessarias á vida regular das nações, muitos individuos, que

*

não possuem os dotes nem as condições indispensaveis para adquirirem uma habilitação scientifica util á sociedade.

Proseguindo o auctor na exposição dos principios geraes do seu systema, estabelece como irrecusavel o direito que todo o professor tem de receber um salario condigno, que lhe proporcione honesta subsistencia, quer que o logar de professor seja inamovivel, não podendo estes funccionarios ser privados das suas cadeiras sem processo, e finalmente estabelece o direito dos professores á jubilação por avançada edade, doenças, etc.

Queria o auctor que o provimento das cadeiras se fizesse por concurso, e que a estes concursos fossem admittidos todos os cidadãos, excepto *os que fossem proprietarios de uma cadeira de egual categoria*. Não desenvolveu, porém, o auctor n'este ponto, como era conveniente e até necessario, a sua ideia em materia tão importante.

Em ultimo logar, no mesmo capitulo, manifestava a opinião de que á frente da instrucção publica se não devia collocar individuo algum com o titulo de grão-mestre, reitor ou outro qualquer, e isto com o unico fundamento de que não podia haver na actualidade homens encyclopedicos. Queria elle que a instrucção fosse só governada por conselhos directores com presidentes electivos temporariamente.

Parece que o auctor desconhecia completamente os principios da boa administração n'este ramo de serviço publico e a indole do regimen escholar, que não póde dispensar a acção da auctoridade superior, á qual incumbe manter a disciplina tão necessaria á boa ordem dos grandes estabelecimentos de instrucção, e que, em vez de ser prejudicial ao progresso das sciencias, o promove, e favorece o ensino.

O capitulo seguinte da memoria, que estou analysando, inscreve-se: — *Da divisão das escholas, objecto d'ellas, numero e localidade.*

Pelo que respeita a esta materia estabelecia o auctor quatro categorias, de escholas: as *primarias* em todas as freguezias, e duplicadas para os dois sexos; as *secundarias* de ensino mais extenso nas cabeças de comarca; os *Lyceus* nas capitaes das provincias, e finalmente as *academias* de ensino superior em Lisboa, Porto e Coimbra.

Pondo de parte o que elle propunha para as tres primeiras categorias, devo restringir-me unicamente ao que é relativo ás academias de instrucção superior.

Pelo seu plano haveria em cada uma d'essas academias o ensino completo das *sciencias exactas,* das *sciencias naturaes*

do direito, da *medicina* e das *lettras;* accrescendo que a academia de Coimbra, além d'aquellas sciencias, devia tambem possuir o ensino das *lettras sagradas.*

Propunha que nas academias houvesse o numero de professores que fossem necessarios para o ensino completo das materias das cinco seguintes Faculdades: de Sciencias exactas, de Sciencias naturaes, de Medicina, de Direito e das Lettras. Era o mesmo que propôr a creação de tres Universidades completas em Portugal. Abria pois uma questão que merecia ser tratada com mais amplo desenvolvimento para poder convencer os legisladores da necessidade e da possibilidade de uma tão larga creação, principalmente na epocha e nas condições em que se achava o reino, quando o auctor aventou uma tão larga proposta. Mais tarde, e em outro logar, me occuparei de discutir esta questão, em referencia ás necessidades presentes do ensino nacional.

Continuando a tratar das academias, passa o auctor a indicar o methodo que os professores devem seguir na exposição das suas lições. N'este ponto aparta-se do methodo então seguido nas nossas escholas superiores e principalmente na Universidade de Coimbra. Opta pela frequencia e estudo livres, que julga mais convenientes e accommodados á qualidade dos alumnos que devem frequentar os institutos de instrucção superior.

Segundo o seu plano não devia haver matriculas nem frequencia obrigadas. Ao rigor da frequencia queria ver substituido o rigor do exame. Por outro lado os professores não deviam ser obrigados a seguir, na exposição das suas lições, obra alguma ou compendio determinado, mas unicamente a tratar. durante os seus cursos, as materias que lhes fossem assignadas nos programmas.

Para que os ouvintes podessem seguir e estudar essas materias, e conhecer as fontes da doutrina exposta nas lições, devia o professor, no primeiro dia de aula, indicar-lhes o plano que tencionava seguir e inculcar-lhes os auctores que lhes conviria consultar.

Não queria que se pedissem lições aos estudantes, e n'este ponto fundamenta com boas razões a sua opinião; achava porém conveniente que fosse permittido a qualquer alumno o fazer na aula a repetição da lição explicada no dia antecedente pelo professor, deixando-lhe a liberdade de expôr as suas proprias ideias.

Os cursos deviam começar no primeiro dia de outubro e continuar sem interrupção até ao fim de junho, sendo os me-

zes de julho e agosto destinados aos exames. Os exames, tambem voluntarios como a frequencia, deviam ser requeridos por aquelles que quizessem sujeitar-se a elles, e em todo o caso feitos publicamente.

Trata o auctor em seguimento do methodo dos exames e da collação do grau de doutor e sobre estes pontos nada apresenta de notavel ou singular.

Em outro capitulo occupa-se da substituição das cadeiras no caso de impossibilidade temporaria dos professores, e no seguinte trata da administração e direcção da instrucção publica, porém muito profunctoriamente, sem apresentar ideia alguma verdadeiramente aproveitavel.

O elenco dos programmas com que Mousinho de Albuquerque termina a sua memoria, e que, na epocha em que esta foi escripta, podia muito bem representar as necessidades do ensino das diversas Faculdades, está actualmente bem longe de se poder tomar em consideração, quando se queira organisar um plano completo de reforma nos estabelecimentos de instrucção superior.

Terminando esta succinta exposição da memoria de que acabo de falar, não posso deixar de dizer que, apesar de incompleto, e em muitos pontos inexequivel, o plano, proposto em 1823 ao soberano congresso por Luiz Mousinho de Albuquerque, encerra todavia muitas indicações que ainda hoje merecem a attenção dos que se occuparem na reformação dos nossos estudos superiores.

*

Seguindo a ordem chronologica das tentativas de reforma dos estudos superiores, não devo deixar em silencio a que parece ter querido promover, ainda em 1823, o principal Diogo de Castro do Rio Furtado de Mendonça, que havia sido nomeado Reitor da Universidade pela Carta Regia de 25 de junho. Este Reitor expoz ao governo o quanto era urgente satisfazer aos melhoramentos do ensino superior, que os progressos das sciencias reclamavam. O governo assentiu a esta proposta, ordenando em 19 de dezembro, por Aviso Regio, que em cada Faculdade se elegesse uma junta de tres membros a fim de consultarem sobre as reformas e alterações indispensaveis que conviesse introduzir no regimen universitario.

Não consta que produzisse resultado algum util aquella

tentativa. O espirito reaccionario da grande maioria da corporação universitaria e as preoccupações politicas d'aquella epocha explicam, mas não justificam, o pouco interesse que então havia em promover os melhoramentos actuaes do paiz.

*

Nos dez annos seguintes, que correram mais ou menos agitados com a lucta, por vezes ensanguentada, e sempre violenta, entre o absolutismo e o regimen constitucional, nada se fez nem tentou para regenerar o ensino nacional do estado decadente em que se achava. Foi porém notavel a tentativa de reforma da instrucção publica que em 1833, ainda durante a regencia do Duque de Bragança, emprehendeu o governo encarregando, pelo Decreto de 2 de novembro, uma commissão especial de propôr um plano geral de estudos, de educação e ensino publico, comprehendendo a reforma da Universidade de Coimbra e mais academias, escholas e estabelecimentos de instrucção do reino. Foi esta commissão composta com alguns dos homens de maior illustração d'aquella epocha, representando todos os ramos das sciencias que se cultivavam nas escholas superiores. Eram estes: Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, o qual parece não ter podido seguir os trabalhos da commissão por impedimento de saude, sendo substituido na presidencia, para a qual havia sido designado, e tomando o seu logar Joaquim Antonio de Magalhães, e os outros vogaes eram Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, o dr. Francisco Soares Franco, o dr. José de Sá Ferreira dos Santos Valle, Matheus Valente do Couto e João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett que serviu de secretario.

Esta commissão deu principio aos seus trabalhos logo depois de nomeada; porém d'esses trabalhos poucos vestigios se encontram que possam utilisar-se na elaboração de um plano de reforma da instrucção.

No archivo do Ministerio do Reino existe um masso de papeis onde estão reunidos alguns dos que pertenceram á mesma commissão, e entre estes as minutas das actas das suas sessões, escriptas pela propria mão do secretario, Almeida Garrett.

Da acta da primeira sessão consta que, tendo o presidente Joaquim Antonio de Magalhães convidado os vogaes a apre-

sentar algum plano ou projecto que podesse servir de base ás discussões, o vogal Matheus Valente do Couto dissera que apresentaria uns apontamentos com o titulo de *miscellanea* e um projecto de creação de uma *Junta das Longitudes,* relativo á Faculdade de Mathematica.

O vogal secretario disse que havia dez annos se occupava de colligir observações de quanto havia n'esta materia nos paizes mais civilisados, e que nestes trabalhos, por então crus e soltos, era sua mente propôr a organisação de todos os estabelecimentos de educação e instrucção publica, desde as escholas primarias até ás aulas mais transcendentes das Faculdades. Offereceu apresentar á commissão os seus trabalhos pondo-os em melhor ordem.

A commissão acceitou este offerecimento. O vogal Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento propoz que na redacção do projecto se adoptassem as seguintes bases:

1.º A reunião de todos os estabelecimentos novos em Lisboa, formando um corpo que podesse ser elevado a Universidade;

2.º O mesmo relativamente ao Porto;

3.º A reunião das Faculdades de Direito civil e canonico em uma só, e a creação de uma Faculdade com o titulo de *sciencias moraes;*

4.º A deslocação das Faculdades de Medicina e Mathematica, ficando as primeiras em Lisboa e Porto e a ultima em Lisboa.

Concordou a commissão n'estas bases com alteração a respeito da Faculdade de Direito, querendo que esta se dividisse em duas classes — Direito civil e Direito administrativo.

Na 2.ª sessão, que teve logar em 29 de novembro, apresentou Almeida Garrett o seu projecto de reforma geral dos estudos e dos estabelecimentos de educação do reino, dividido em tres titulos:

I. Da administração geral dos estabelecimentos de educação e instrucção.
II. Dos estabelecimentos de instrucção e ensino.
III. Dos estabelecimentos de educação.

Foi este projecto lido e approvado na sua generalidade.

Nas sessões seguintes, que foram umas dezenove, discutiram-se seguidamente estes titulos; porém das actas não se deprehende quaes foram os resultados das discussões, nem mesmo a especialidade das materias discutidas.

Logo desde o principio esta commissão funccionou tambem

na qualidade de junta consultiva, occupando-se de diversas questões de interesse publico e particular, e são exactamente os papeis, relativos a essas questões, que avolumam o masso existente no archivo do Ministerio do Reino.

Todavia parece que a commissão chegou a redigir um plano definitivo de reforma, que subiu á presença. Não só o está provando a noticia redigida por Almeida Garrett, e datada do 1.º de abril de 1834, que se lê no vol. 6.º da *Historia dos estabelecimentos scientificos e litterarios* a pag. 27, cuja publicação devemos ao sabio e infatigavel escriptor José Silvestre Ribeiro, e que por certo foi transcripta da *Chronica de Lisboa,* que era o jornal official n'aquella epocha, onde tambem se encontra na sua integra; mas além d'isso vejo este facto confirmado em uma representação que o secretario da commissão dirigiu ao Regente em 17 de abril do mesmo anno, e na qual se lê o seguinte periodo:

«O projecto de reforma geral dos estudos e educação do reino, que eu apresentei á commissão por Vossa Majestade nomeada para esse fim, já por ella approvado, vai subir á Augusta presença de Vossa Majestade Imperial».

N'esta mesma representação, escripta e assignada por Almeida Garrett, e que existe no masso, a que acima me referi, pede elle, nos seguintes termos, ser ouvido:

«Eu tenho, Senhor, perdido n'este trabalho o resto da saude que deixaram annos de carceres e desterros. Mas sómente rogo a Vossa Majestade a mercê de ser ouvido sobre elle, e que antes de se resolver o mutilar ou alterar qualquer parte d'elle, seja permittido expôr e desenvolver as suas razões a quem, ha mais de dez annos, com improbo trabalho, dispendiosas viagens e longas vigilias, medita n'este trabalho, e que ha mais de seis mezes tem consagrado á sua redacção os dias todos e parte das noites».

De tudo isto parece poder concluir-se que havia desacordo e opposição sobre o plano da reforma proposta por Garrett e approvada pela commissão. Ignoro onde pára aquelle projecto, e é na verdade bem singular que, havendo elle chegado ás mãos do ministro, que o devia apresentar ao Regente, desapparecesse da secretaria, sem deixar vestigios, e sobretudo, sendo, como devia ser, um trabalho de grande valor e importancia, não só pela competencia do auctor principal, como pela auctoridade dos membros da commissão. Não se póde formar senão uma ideia muito incompleta d'aquelle projecto pela noticia que se encontra na *Chronica de Lisboa* (abril de 1834) ou na obra já citada do conselheiro José Sil-

vestre Ribeiro, ou ainda no vol. 2.º da erudita biographia de Garrett que o sr. Gomes de Amorim está publicando.

Esta noticia, que tem caracter official, apresenta, por extenso, a indicação das materias contidas no plano da reforma, o qual era dividido em quatro titulos, do seguinte modo:

Titulo I. Da educação e instrucção publica em geral (com um só capitulo).

Titulo II. Da organisação geral dos estabelecimentos de educação (quatro capitulos).

Titulo III. Da organisação geral dos estabelecimentos de instrucção (vinte e cinco capitulos).

Titulo IV. Do governo, administração e disciplina de todos os estabelecimentos de educação e instrucção (vinte e cinco capitulos).

Abstenho-me de reproduzir aqui as inscripções dos diversos capitulos, mas podem consultar-se nos logares acima indicados. São um verdadeiro indice de materias.

Na impossibilidade em que me acho de supprir esta falta, e não podendo mesmo formar conjecturas bem fundadas sobre a doutrina que se devia conter nos primeiros capitulos do Titulo III, que são aquelles em que o auctor se devia occupar mais particularmente da instrucção superior, limito-me ao que deixo exposto e passo a dar noticia de outros projectos que em curtos intervallos se seguiram no intuito de promover a reformação dos estudos.

*

Devia talvez mencionar n'este logar o projecto, extremamente generico, sobre instrucção publica, comprehendendo tambem a instrucção superior, que faz parte dos *Projectos de leis organicas* do nosso insigne publicista e philosopho, Silvestre Pinheiro Ferreira; porém não me pareceu que, nas condições actuaes da organisação do nosso systema de ensino se podesse d'elle colher vantagem prática.

*

Em fevereiro de 1835, o dr. Guilherme J. A. Dias Pegado, então Lente da Faculdade de Mathematica da Universidade

de Coimbra, publicou um opusculo com o titulo de — *Projecto de lei da organisação geral da Universidade de Portugal. Dedicado á Nação Portugueza, e offerecido ao Corpo Legislativo.*

O auctor d'este projecto havia pouco tempo que regressara de França, onde estivera emigrado, durante o tempo da usurpação, ensinando as mathematicas em Brest, e vinha seguramente impressionado com a grandiosa, mas pouco segura, instituição da Universidade de França creada por Napoleão I. Por isso o seu projecto se resente das ideias recebidas durante a sua residencia n'aquelle paiz.

Para d'isto nos convencermos, basta só ler o Titulo I do seu projecto, que se inscreve — *Do plano e distribuição geral dos estabelecimentos de instrucção publica.*

Diz o Art. 1.º — A Universidade de Portugal é o aggregado de todos os estabelecimentos de instrucção publica. — Art. 2.º Estes dividem-se em differentes especies que são: Escholas primarias, ou de concelho; Lyceus ou escholas provinciaes; Seminarios ou escholas ecclesiasticas; Faculdades, ou escholas maiores; Cadeiras ou escholas especiaes. — Art. 3.º Todos estes estabelecimentos são mediata ou immediatamente confiados á vigilancia, inspecção, administração scientifica e protecção do conselho superior de instrucção publica.

Este projecto abrange, como acaba de ver-se, todo o vasto campo da instrucção publica; porém eu devo limitar as minhas transcripções e analyse unicamente á parte em que elle se occupa do ensino superior.

Da advertencia que precede o projecto extrahirei a parte relativa ao methodo do ensino, em que se patenteiam as ideias do auctor. N'este ponto o projecto do dr. Guilherme Pegado assemelha-se ao de Mousinho de Albuquerque, inspirado tambem, como o d'elle, pela influencia do que ambos haviam observado em França.

Vejamos o que elle diz a este respeito.

(Continúa).

VISCONDE DE VILLA-MAIOR.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES

(Cont. do n.º 2, pag. 89)

Glóbulos brancos, céllulas lympháticas, leucócytos, phagcótyos ou céllulas emigrantes

Em proporção menor do que os glóbulos vermelhos encontram-se tambem no sangue glóbulos brancos, que foram observados pela primeira vez por Hervzon em 1770.

Estes glóbulos não constituem um elemento particular do sangue, porquanto se encontram na lympha dos vertebrados, no tecido adenoide, na medulla dos ossos, etc.; e, como teremos occasião de verificar, encontram-se tambem nos líquidos nutritivos dos invertebrados.

Os leucócytos sam elementos cellulares, incolores, redondos, finamente granulosos, moriformes, com um a quatro núcleos, que se tornam visiveis pela addição de acido acético.

O seu diámetro varía entre 5 a 20$^{\mu}$; a sua densidade média é de 1,01.

A proporção dos leucócytos para as hemácias varía muito com a espécie, com o indivíduo e aínda neste com as condições da vida e com o sangue analyzado.

No homem, no estado normal, pode dizer-se que a proporção varía entre 1:460 e 1:100; relações que augmentam nos vertebrados ovíparos. Na creança o número de leucócytos é mais consideravel do que no adulto.

Em geral o número de leucócytos augmenta por effeito da digestão, sangrías, suppurações contínuas, menstruação, parto, quinino, substáncias amargas, etc.; ao passo que pelo contrário a inanição, uma alimentação defeituosa, o mercúrio e a curara diminuem o número de leucócytos. De um modo geral pode

dizer-se, que estes elementos sam mais abundantes nas veias do que nas artérias.

Os glóbulos brancos sam formados por uma porção de protoplasma, viscoso, molle, contractil e muito refringente, envolvendo um ou mais núcleos; alguns (leucócytos de Semmer) contêem granulações refringentes, que deslocam o núcleo para peripheria.

Sam de três espécies as matérias albuminoides do protoplasma dos leucócytos:

—*a*) uma substáncia analoga á mucina, que Rovida denominou *hyalina*;

— *b*) duas globulinas, uma das quaes a lymphoglobulina α, coagulando a 50°, se encontra em menor proporção do que a outra, a lymphoglobulina ß, que coagula a 73°, e que parece constituír, segundo alguns auctores, o fermento productor da fibrina;

— *c*) nos liquídos, de que se extrahem estas substáncias, encontra-se aínda uma pequena porção de albumina.

O nucleo é formado pela nucleína de Miescher, que se julga idéntica á chromatina de Flemming.

A estas substáncias ligam-se aínda: o glycogénio (durante a vida), a lecithina, sabões de acidos gordos, cholesterina, cerebrina, matérias mineraes chloradas, acido phospórico, potássio, sódio, cálcio, magnésio e ferro.

Os caracteres, que vimos de enumerar, sam communs a todos os leucócytos, cuja multiplicidade de variedades foi em 1865 demonstrada por Max Schultz e particularmente estudada por Echrlich e Flemming.

Admittem-se hoje quatro espécies de leucócytos:

1.° *As peqnenas cellulas brancas,* contendo um núcleo grande envolvido por uma camada delgada de protoplasma, ás quaes alguns auctores chamam menos correctamente *lymphócytos,* porquanto não se encontram sòmente na lympha.

2.° *Os grandes glóbulos brancos* ou *leucócytos mono-nucleares,* constituídos por protoplasma cellular abundante, envolvendo um núcleo grande, facilmente còrado por todas as côres da anilina, embora menos energicamente do que o dos antecedentes.

Esta espécie de leucócytos tem grandes analogias com alguns elementos fixos do tecido conjunctivo, bem como com as cellulas endotheliaes e cellulas da polpa esplénica.

3.° *Os leucócytos eozinóphilos*, que contêem um núcleo único, bilobado ovalar, por vezes mais ou menos contornado. O seu protoplasma contém grande número de granulações muito

refringentes, a que Echrlich deu o nome de *eozinóphilas*, pela propriedade, que estas cellulas têem, de só se córarem bem pelas côres acidas de anilina, principalmente pela eozina.

Esta especie de leucócytos é pouco commum no sangue normal. Revelam quasi sempre a leucemia, principalmente na sua forma myelogénica.

4.º *Os glóbulos brancos polynucleares* ou *leucócytos neutróphilos*, que têem um núcleo escuro e múltiplo. Contêem grande quantidade de substáncia chromática, e o seu protoplasma cellular apresenta granulações, que sòmente se córam pelas matérias còrantes neutras.

Estas céllulas constituem por si só tres quartas partes do numero total dos leucócytos.

As quatro espécies de glóbulos brancos sam contrácteis, e os movimentos amiboides constituem mesmo um dos seus caracteres genéricos mais fundamentaes; manifestam-se pela apparição na superficie da céllula de expansões do protoplasma, que, retrahindo-se, entram novamente na massa total.

Estes movimentos permittem aos leucócytos o deslocarem-se, e effectuarem a absorpção de pequenas partículas, que se encontram no meio em que nadam. Esta acção, a que Metchnikoff deu o nome de phagocytose, é importantissima, como veremos quando della nos occuparmos.

Os leucócytos dos animaes com sangue quente, observados á temperatura de 40º, conservam por espaço 2 a 3 horas a faculdade de se moverem, faculdade, que desapparece com a morte á temperatura de 50º. A presença do oxygénio é indispensavel á producção dos movimentos.

Pela influéncia das faíscas de inducção, os leucócytos tomam a fórma esphérica, retrahindo os prolongamentos, que, sendo fraca a faísca, tornam a emittir passado algum tempo.

Examinando ao microscópio um capillar do mesentério de uma rã curarizada por exemplo, como na experiéncia de Cohnheim, observa-se, que, depois de uma acceleração e e afrouxamento consecutivo da corrente sanguinea, uma porção de leucócytos se dispõeem junto da parede do vaso observado, phenómeno que é conhecido pelo nome de *marginação dos leucócytos*. Pouco tempo depois vê-se apparecer no contorno externo da parede vascular uma ponta protoplásmica, que augmenta pouco a pouco de volume, e que acaba enfim por separar-se da parede do vaso, constituindo um globulo branco. Esta passagem dos leucócytos através das paredes dos vasos, que pode levar duas horas a realizar-se, chama-se *diapedese*.

As hemácias, embora em menor número, soffrem muitas vezes á passagem nos capillares o mesmo processo diapedético.

As céllulas lympháticas apresentam aínda a curiosa propriedade de penetrar nos corpos porosos, como facilmente se demonstra introduzindo no sacco lymphático dorsal de uma rã um pedaço de medulla de sabugueiro, cujas cellulas ao fim de vinte e quatro horas estam cheias de plasma lymphático.

Outros elementos figurados do sangue

Além das hemácias e leucócytos o sangue contém aínda outros elementos histológicos, taes sam:

1.º Os *globulinos* ou *hematoblastes*, corpúsculos vermelhos, mais pequenos do que as hemácias, existentes no sangue dos vivíparos. Sam elementos bicóncavos de 1, 5 a 3μ de diámetro, dos quaes os maiores sam córados pela hemoglobina; os mais pequenos sam incolores ou esverdeados. Pouco refringentes e muito alteraveis, desfazem-se no sangue extravasado. O seu número varía entre 220 a 230 mil por millímetro cúbico. Hayem suppõe, que os globulinos sam hemácias em via de formação, embora, como Ranvier faz notar, esta hypothese seja gratuita.

2.º As *lâminas* de Bizzozero, elementos ovaes ou arredondados de 2,5 a 4μ de diámetro, que se tornam granulosos no sangue extravasado. A sua proporção é de 4 para 600 glóbulos vermelhos.

Bizzozero suppõe, que estes elementos fornecem na coagulação os elementos da fibrina. Lörvit considera-os provenientes da destruïção dos glóbulos brancos, em seguida a uma alteração do sangue. Segundo Wooldridge seriam um producto de precipitação do plasma.

Estes pequenos elementos augmentam durante a prenhez, nas anemias sem estado febríl, e nos diversos estados de regeneração do sangue; diminuem com a febre.

Elementos líquidos, Plasma

Chama-se *plasma* a parte líquida do sangue, que contém em suspensão os elementos figurados, que acabamos de descrever.

O plasma é um líquido pouco viscoso, aínda assim filtravel com facilidade, amarello-everdeado no homem, amarello ambarino no cavallo, apenas opalescente nos outros animaes, como no coelho, gato, boi, cão, etc.

É ligeiramente alcalino, de sabor salgado e quasi inodoro.

No homem e no cavallo, a sua densidade varía de 1,027 a 1,028.

Bem resfriado, o plasma não coagula, mesmo por agitação ou quando tratado pelo ácido carbónico.

Aquecido a 12° forma uma gelêa opalescente, que, prendendo-se primeiro ás paredes do vaso, invade depois a massa total; esta gelêa, contrahindo-se pouco a pouco, expulsa um líquido claro, amarellado — o *sôro* ou *serum*, menos alcalino do que o plasma.

Composição. — O plasma constituído principalmente pela agua, contém pelo menos tres substáncias albuminoides:

— *a*) o*fibrinogénio* de Hammarsten, que se faz precipitar ajuntando ao sangue metade do seu volume de uma solução saturada de chloreto de sódio;

— *b*) a *serumglobulina* (substáncia *fibrinoplástica* de Schmidt, *paraglobulina* de Kühne, *serumcaseína* de Pannun, *hydropisina* de Gannal) preparada geralmente com o sôro sanguíneo, ou fazendo a coagular a 73° no líquido de que se extrahe o fibrinogénio; o seu poder rotatório é, segundo Frederic, $[\alpha]_D = -47,8$ e a sua proporção augmenta com a inanição e depois das hemorrhagías;

— *c*) *serumalbumina* ou *serina*, que apparece nos animaes de sangue quente e principalmente no boi, compõe-se de tres substáncias: a α *serumalbumina* coagulavel a 73°, a β *serumalbumina*, que coagula a 77°, e a γ *serumalbnmina* coagulavel a 84°. As duas últimas parecem não existir nos animaes de sangue frio, predominando nelles a serumglobina.

A serina é tambem uma substáncia, cujo poder rotatório varía de $[\alpha]_D = -62°,6$ a -64, S (Stokes). O acido chlorhydrico transforma-a em syntonina, e os álcalis causticos em albuminato alcalino.

No plasma existem tambem em gottas microscópicas matérias gordas (estearina, palmitina, oleína), que lhe dam um aspecto leitoso, principalmente depois de uma alimentação rica em gorduras ou em leite; o mesmo se nota no plasma dos alcoólicos. Encontram-se ainda sabões de cholesterina, lecithina e ácido phospho-glycérico.

Os saes predominantes sam o chloreto e carbonato de sódio.

A sua proporção augmenta pela influéncia de uma alimentação composta exclusivamente de carne, e diminue ligeiramente com a alimentação vegetariana.

Em pequenas doses, entre outras substáncias extractivas encontram-se a creatina e a urêa, cuja proporção augmenta

depois das comidas copiosas, ricas em azote, os ácidos succínicos, hippúrico e úrico, abundando este nas affecções gottosas, a guanina e no sangue dos cadáveres o acido sarcoláctico.

Agua	90 4
Albuminoides, coagulando no estado de fibrina	3,5
Serina e globulina	78,2
Corpos gordos, lecithina, sabões	1,7
Substáncias extractivas	3,9
Saes mineraes	8,6

E na mesma porção de plasma de cavallo:

	Hoppe Seyler	Hammarsten
Agua	908,4	917,6
Substáncias fibrinogénicas	10,1	6,5
Globulina	67,5	38,4
Serumalbumina		,6
Corpos gordos	1,2	
Substáncias extractivas	4,0	
Saes soluveis	6,4	12,9
» insoluveis	1,7	

Segundo Hoppe Seyler o plasma humano contém em 1000 partes:

Chloreto de sódio	4,92
Sulphato de sódio	0,44
Carbonato de sódio	0,22
Phosphato de sódio	0,15
Phosphato de cálcio	0,73
Phosphato de magnésio	

Preparação. — A rapidez com que o sangue coagula, envolvendo o sôro e os glóbulos numa trama fibrinosa, torna difficil a preparação do plasma.

Os processos empregados nesta preparação podem dividir-se em physicos e chymicos.

Os primeiros sam principalmente fundados no atrazo da coagulação do sangue pelo abaixamento de temperatura, e na differença de densidade dos seus elementos. Sam para isso mais proprios os sangues que, como o de cavallo, coagulam lentamente. Recebendo, como Brücke, num tubo de ensáio cercado por uma mistura frigorífica o sangue extraído de uma veia, o líquido divide-se pouco a pouco em duas partes sobrepostas —; a inferior, que occupa proximamentc metade do tubo, é formada pelos globulos vermelhos, que se depositam lentamente, e por uma tenue camada de glóbulos brancos, que se lhes sobrepõem; a parte superior é constituída por um líquido opalescente, amarellado, o plasma, que se extrahe do tubo por meio de um syphão.

Salet et Duremberg obtêem mais rapidamente esta separação, imprimindo um rapido movimento de rotação ao tubo, que para tal fim se liga a uma cadeia metállica.

O resfriamento é obtido pela evaporação do ether, que embebe uma esponja ou um panno envolvendo o tubo.

Estes processos dam o plasma puro.

Nos processos chymicos obtém-se mais facilmente o plasma addicionando ao sangue diversas substáncias, que não impedem contudo o estudo das suas principaes propriedades. Sam para isso vulgarmente empregados o sulfato de sódio, phosphato de potássio, sulfato de magnésio, chloretos de cálcio, magnésio e ammónio, o nitro, borax, oxalatos soluveis, etc.

O plasma assim obtido é depois purificado por diályse, que o separa da quasi totalidade do reagente empregado.

Fibrina. — A fibrina é a substáncia, que solidificando determina a coagulação do sangue extravasado, bem como a do plasma e da lympha. Quando estes líquidos se abandonam a si mesmos, a fibrina apresenta-se com o aspecto de innumeraveis fibrillas microscópicas, muito tenues, birefringentes envolvendo como numa rêde os glóbulos, e formando com elles uma massa sólida gelatinosa, o *coágulo* (placenta sanguinis). Ao princípio o coágulo é molle; as fibrillas começam a apparecer á superficie ao fim de 2 a 15 minutos, enquanto que no interior a massa sanguínea continúa líquida; mais tarde a formação das fibrillas estende-se por toda a massa. Ao sangue neste estado de coagulação dá-se o nome de *cruor*. Finalmente pela contracção das fibrillas forma-se uma massa resistente, susceptivel de se cortar á faca, da qual é exprimido o sôro.

Quando os glóbulos se depositam rapidamente, e que o princípio da coagulação é retardado, a parte superior do coágulo é amarella — côr devida á ausência de glóbulos.

O sangue de cavallo, quando coagula, apresenta geralmente mente este phenómeno; no homem apparece no sangue dos doentes com moléstias inflamatórias, donde o nome de *crusta inflamatória* (crusta phlogística) por que é conhecida a camada superior do coágulo.

A crusta inflamatória apparece na hydremia, chlorose e gravidez; e é tanto mais espessa quanto mais alto e estreito é o vaso, que contém o sangue.

Batendo com uma vara ou um pincel o sangue recentemente extraído, a fibrina agglutina-se em torno da vara ou do pincel: o líquido, que fica depois desta operação, que se chama *bater* o sangue, diz-se sangue defibrinado.

O plasma apresenta phenómenos perfeitamente análogos, não formando contudo um verdadeiro coágulo por causa da falta de glóbulos, apparecendo em seu logar uma espécie de gelêa molle.

A fibrina, que adhere ao pincel quando se bate o sangue, é, depois de lavada, uma substância elástica e translúcida, quando pura; opaca, branca ou acinzentada quando envolve muitos resíduos de glóbulos sanguíneos, de que é difficil expurgá-la.

No estado fresco contém 80 por cento do seu peso de água; sêcca e dura é córnea e quebradiça, capaz de intumescer novamente quando em contacto com a agua. Conserva-se bem na glycerina.

Analysada deu:

	Fibrina do sangue venoso Homem Dumas e Cahours	Fibrina do sangue venoso Boi Dumas e Cahouss	Média de várias anályses Maly
Carbono.....	52,8	52,7	52,51
Hydrogénio.....	7,0	7,0	6,98
Azote.....	16,8	16,6	17,34
Enxofre.....	23,4	1,6	–
Oxygénio.....		21,1	–

Queimada dá 1,9 por cento de cinzas, constituídas por 1,7

de phosphato tribásico de cálcio, e alguma magnézia, ácido sulfúrico, carbonato de cálcio e oxydo de ferro.

Insoluvel na agua, a fibrina dissolve-se parcialmente, sobretudo a de porco, nas soluções de nitro, chloretos de sódio e ammónio, sulfato e phosphato de sódio.

O acido chlorydrico a 2 ou 4 por mil faz inchar a fibrina sem a dissolver; a 0,5 ou 1 por mil transforma-a lentamente em syntonina e peptona, cujo poder rotatório é $[\alpha]_D = -37^0$.

A soda torna-a gelatinosa e transparente, e dissolve-a lentamente, transformando a fibrina em albuminose.

A fibrina é precepitada das suas soluções pelo sublimado, acetato de chumbo e sulfato de cobre; decompõe rapidamente a água oxygenada em água e oxygénio; propriedade que desapparece, quando aquecida a 100°, ou quando exposta ao ar por algum tempo: neste caso a fibrina absorve oxygénio, e desenvolve anhydrido carbónico.

As differentes fibrinas não sam idénticas, como Denis demonstrou. A dos animaes novos, do cavallo, dos anémicos, etc, é mais molle, menos elástica, e dissolve-se ao fim de algum tempo na agua quente, dando uma solução com os caracteres da clara d'ovo.

A do sangue arterial, bem como a fibrina aquecida a 80° é insoluvel nas soluções de sal marinho a 10% e nas soluções dos outros saes de sódio e potássio. A fibrina do sangue venoso coagula pelo repouso; tratada por uma solução de sal marinho torna-se simplezmente viscosa.

No estado normal, a quantidade de fibrina (calculada sêcca) contida no sangue venoso humano, varía entre 1,9 a 2,8 por 1.000. O sangue normal dá 2,2 a 2,8 por litro.

(Continúa). A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca.

UM DISCURSO NOTAVEL

O eminente estadista que actualmente preside ao Gabinete inglês versa as mais delicadas questões das sciencias physico-naturaes com tanta proficiencia como os graves problemas da politica. Testemunha-o á evidencia o brilhante discurso que lord Salisbury pronunciou em Oxford, em agosto de 1894, ao inaugurar os trabalhos da 64.ª sessão da Associação Britannica. Este discurso teve um raro successo em todos os centros scientificos da Europa e da America; e não deixará, por isso, de ser interessante apresentar aqui d'elle um rapido extracto.

*

O orador começa por se desculpar de não fazer um discurso em que, segundo a praxe, resuma as principaes descobertas scientificas occorridas desde a ultima sessão; julga-se modestamente mais capaz de passar em revista a ignorancia actual.

E neste intuito lord Salisbury escolhe apenas tres dos problemas que mais teem preoccupado os sabios: a origem dos elementos, a natureza do ether e a origem da vida.

A primeira d'estas questões continúa immersa na maior obscuridade.

Porque cêrca de setenta elementos apenas, dos quaes um terço parecem simples curiosidades espalhadas sobre a terra?

Porque é que uns sam tam differentes e outros tam vizinhos que só um especialista os pode distinguir?

Impossivel descobrir como se formou este grupo de elementos.

A ideia da unidade da materia já animava os alchimicos, quando procuravam converter os diversos metaes em ouro.

Depois, estabelecida a moderna theoria atomica, lembrou naturalmente aos partidarios d'aquella ideia verificar se os pesos atomicos seriam multiplos do hydrogenio. Foram uma

desillusão os trabalhos precisos de Stas, dando numeros fraccionarios á maioria dos pesos atomicos.

A descoberta da analyse espectral não aplanou, antes veio augmentar ainda as difficuldades do problema.

Os elementos que existem no sol e nas estrellas sam principalmente os que se encontram sobre a terra; mas um facto notavel e sem explicação, se a terra veio do sol, é que no espectro solar não se encontram as riscas do oxygenio e do azote que constituem os elementos mais importantes do nosso planeta.

Depois vieram as leis periodicas de Newlands e Mendelejeff, que sam sem duvida uma systematisação brilhante e interessantissima.

Os elementos foram distribuidos em familias, com um dado plano interior, cortado aqui e além por lacunas, que a experiencia tem vindo successivamente encher. Mas qual a razão de ser d'estas familias e do seu arranjo?

«Se se tratasse de substancias organicas, diz lord Salisbury com um sorriso, todas as difficuldades se desvaneceriam pronunciando a palavra commoda de *evolução,* uma d'essas palavras mal definidas que, de tempos a tempos, surgem na linguagem vulgar e que teem o condão de nos alliviar de tantas incertezas e de encobrir tantas lacunas da nossa sciencia. Infelizmente as familias d'atomos elementares não podem ser modificadas pelos creadores; não podemos, pois, attribuir as differenças graduadas que observamos, variações accidentaes perpetuadas pela hereditariedade sob a influencia da selecção natural. A raridade do iodo e a abundancia de seu irmão o chloro não podem explicar-se pela sobrevivencia do mais digno na lucta pela existencia.

«Não poderiamos explicar as pequenas differenças que distinguem com persistencia o nickel do cobalto, invocando a herança recente por um d'elles d'uma variação vantajosa nas qualidades provenientes d'um tronco ancestral.»

D'este lado as fronteiras da nossa Sciencia ficam o que eram, ha muitos seculos.

Outra questão não menos difficil é a da natureza do ether.

«O ether, diz o orador, occupa uma posição excessivamente extravagante no mundo da sciencia. Podemos chamar-lhe uma entidade meio descoberta. Não me atrevo a usar termo menos pedante do que a palavra entidade para o designar, porque seria exagerar muito o que d'elle sabemos, o dizer que é um corpo ou ainda uma substancia. Quando, ha quasi um seculo, Joung e Fresnel descobriram que os movimentos

d'uma particula incandescente eram communicados á retina por ondulações, era forçoso concluir que existe entre o nosso olho e a particula luminosa alguma coisa que deve ondular. Para fornecer este *alguma coisa* concebeu-se a noção do ether, e durante mais de duas gerações a principal, senão a unica, funcção do ether foi fornecer um sujeito ao verbo activo *ondular*.»

O mysterio do ether nem por isso se aclarou depois dos trabalhos de Maxwell e das experiencias de Hertz; ficou-se apenas sabendo que elle tambem propaga as oscillações electricas.

Mas o simples modo como elle vibra, normalmente á direcção de propagação, tem sido objecto de infinitas perplexidades. Lord Kelvin deu recentemente uma explicação, que o orador não sabe se será definitiva ou apenas um *modus vivendi*.

O exemplo mais frisante da obscuridade que involve os nossos problemas tem sido, porém, a questão da origem da vida. A biologia tem feito innumeros progressos, principalmente no estudo dos micro-organismos, mas nada nos disse ainda de claro sobre o problema da vida.

A obra de Darwin é, sem duvida, o acontecimento scientifico mais notavel dos ultimos 50 annos, mas não conseguiu remover as difficuldades.

Está longe de haver unanimidade na adopção da selecção natural como unico agente das modificações dos organismos.

Duas das objecções mais fortes que se fizeram á theoria de Darwin conservam ainda todo o seu valor (1).

Lord Kelvin faz notar que o tempo exigido pelos darwinistas para a formação do systema que imaginaram, não pode ser concedido sem suppôr leis naturaes inteiramente differentes das que nós observamos.

Pode calcular-se approximadamente qual era a temperatura da terra, ha um numero dado de milhões de annos, e fixar uma epocha antes da qual a vida seria impossivel sobre a terra.

Lord Kelvin calcula o periodo de tempo durante o qual a vida pode desinvolver-se livremente á superficie da terra em cem milhões de annos; tempo insufficiente para a evolução dos organismos, segundo os zoologos e os geologos.

---

(1) A estas objecções responde Herbert Spencer numa critica bastante severa que faz do discurso de lord Salisbury.

E certamente estes não sam exagerados, quando reclamam algumas centenas de milhões de annos; porquanto dentro do periodo historico não se teem produzido variações organicas sensiveis.

Outra objecção foi formulada por um discipulo de Darwin, o professor Weismann.

Nós acceitamos a selecção natural, porque não é possivel explicar de outro modo a adaptação dos organismos, sem invocar a existencia d'um plano preconcebido na natureza.

Comprehende-se que na selecção artificial as modificações se operem pelo cuidado que põem os creadores em escolher o macho e a femea convenientes para gerar o producto procurado.

Na natureza nada ha que assegure este resultado; em vez do creador ha apenas o acaso mais ou menos fortuito.

Seria bem singular acaso se um dos individuos favorecidos conhecesse a existencia do outro; acaso mais extraordinario ainda se cada um d'elles resistisse a toda a tentação de alliança inconveniente.

E', pois, impossivel imaginar o que se passa na selecção natural; e só a admittimos por não haver explicação melhor, fóra da crença num plano preconcebido.

«Não ha muito tempo, observa o orador, que a crença na existencia d'um plano geral da natureza reinava d'uma maneira despotica. Hoje a revolução é tam completa que um grande philosopho faz uso d'um principio outr'ora inviolavel para executar uma reducção ao absurdo.»

E, depois de affirmar que este argumento não colhe em Oxford, termina com as seguintes palavras de lord Kelvin: «Senti sempre que a hypothese da selecção natural não dá a verdadeira theoria da evolução, se é exacto que se deva buscar a evolução na biologia... Estou profundamente convencido de que a existencia d'um plano tem sido frequentissimas vezes desattendida nas nossas recentes especulações zoologicas. Em volta de nós multiplicam-se provas brilhantes d'uma acção intelligente, d'uma providencia benevola; e, se uma vez duvidas metaphysicas nos afastam temporariamente d'estas ideias, ellas apparecem de novo com irresistivel força; mostram-nos a natureza sujeita a uma vontade livre.

«Ensinam-nos que todos os seres vivos dependem d'um Creador e d'um Senhor eterno.»

*

Lord Kelvin e Huxley tomaram em seguida a palavra, para proporem o costumado voto de agradecimento.

Os breves discursos d'estes oradores foram cobertos de enthusiasticos applausos.

Lord Salisbury, por ultimo, disse ainda duas palavras de reconhecimento.

E assim se encerrou esta reunião inaugural, uma das mais brilhantes certamente das que tem celebrado a illustre Associação Britannica.

H. Teixeira Bastos.

RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA

QUE SE REALIZOU EM PARÍS DE 27 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 1896

(Cont. do n.º 3, pag. 158)

SECÇÃO IX

CHYMICA APPLICADA Á HYGIENE, ALIMENTAÇÃO, MEDICINA E PHARMACIA

PRIMEIRA SUB-SECÇÃO

CHYMICA MÉDICA

* 1.º *Dosagem do resíduo secco e das cinzas nos líquidos normaes e pathológicos do organismo humano.*

Relator o dr. Georges.

O relator ponderou quantos divergentes eram os resultados obtidos por diversos operadores, este facto proveniente de não se collocarem todos exactissimamente nas mesmas condições.

Dalli resulta a necessidade de fixar estas condições uma vez para sempre; tal é o fim do relatório do dr. Georges.

O relatório sendo posto em discussão, varios congressistas tomaram a palavra para fazer algumas observações.

Neste sentido fiz notar que o *apparelho de Duclaux* (1), que serve para obter o resíduo secco de um leite, e sobre o qual alguns membros pediam explicações, tinha sido construido e apresentado pelo seu auctor para as anályses de leite. Este apparelho consta de um tubo em U num dos ramos do qual se colloca um fragmento de esponja que fica embebida com o líquido por analysar. Este apparelho é excellente para um certo e determinado fim, e póde servir para determinar com

---

(1) Duclaux — *Le Lait.* Paris.

muita exactidão o resíduo secco de todos os líquidos physiológicos e pathológicos.

Comtudo, como em geral, determinam-se as cinzas aproveitando para isso o resíduo secco, não me parecia que o apparelho de Duclaux, pelo emprêgo da esponja, podesse prestar grandes serviços porque sería preciso fazer entrar em conta o valor das cinzas deixadas pela esponja que é muito variavel e portanto duvidoso.

A opinião que apresentei prevalesceu e a Secção depois de ter ouvido varios outros Congressistas entre os quaes o sr. Burker e o sr. Yvon, o urologista bem conhecido, etc., resolveu adoptar as conclusões do dr. Georges, que sam as seguintes:

«Empregar cápsulas de platina de certo diámetro e peso (identicas ás que servem para as análises de vinhos). Rejeitar as cápsulas de nickel.

«Fazer a evaporação a banho-maria fervente, a cápsula mergulhando no líquido, até obter peso constante.

«Em vez de medir os líquidos physiológicos e pathológicos como muitas vezes se costuma fazer, a Secção foi da opinião, que *em geral,* se devia *recorrer á pesagem;* sam com effeito numerosas as causas de erros inherentes aos processos volumétricos: influéncia da temperatura, da viscosidade variavel dos líquidos, etc.»

Acêrca das *cinzas,* depois de se ter discutido o assumpto, a Secção resolveu rejeitar o processo de *incineração directa,* recorrendo ao de *incineração parcial,* seguido de lavagem para se obter as *cinzas soluveis,* e calcinação completa do resíduo da lavagem para se obterem as cinzas insoluveis. Quer dizer que as *cinzas totaes* resultaram da somma destas duas determinações (cinzas soluveis e cinzas insoluveis).

2.º *Pesquiza e dosagem das diversas matérias albuminoides nos líquidos physiológicos e pathológicos.*

Relator o dr. Patein.

Neste conscienciosо estudo o dr. Patein indicou os méthodos geralmente seguidos nestas determinações, acompanhando-os das observações que a sua prática lhe indicára.

Estes méthodos em pouco ou nada se afastam dos méthodos que indiquei nos «Apontamentos de Análises de Urinas» (1)

---

(1) Lepierre — *Apontamentos práticos de anályse de urinas,* 2.ª edição, Coimbra, 1896.

que redigi e que servem de guia aos alumnos do 3.º anno médico da Universidade.

Comtudo não posso concordar com o processo indicado pelo auctor, para avaliar a quantidade de *peptonas* num líquido do organismo, o qual é baseado na côr apresentada pela reacção do biurete, exactamente por esta ser variavel com as differentes peptonas, como o demonstrei num trabalho publicado em tempo.

3.º *Relações entre as propriedades therapeuticas e as séries chymicas. Podem estas relações servir no domínio dos trabalhos experimentaes?*

Communicação do sr. Trillat.

Esta communicação, cujo título era auspicioso, não nos foi lido por estar ausente o sr. Trillat.

Fica reservada a nossa opinião até se publicar as actas do Congresso.

4.º *Determinação do coefficiente das oxydações azotadas.*

Sobre este assumpto houve duas communicações bastante semelhantes no fundo: uma do sr. Monfet, outra do sr. Taffe.

E' sabido que este coefficiente é a relação que existe entre o *azote ureico* e o *azote total*. Para se fazer esta determinação é necessario fazer a dosagem do azote total e da urêa. Estas dosagens tendo dado logar a communicações especiaes não tratarei dellas aqui.

Certos auctores chamam coefficiente de oxydação á relação entre o azote total e o azote ureico, como se tivessemos a certeza que a transformação do azote no organismo seja sempre um phenómeno de oxydação. Outros auctores, mais prudentes, fazendo abstracção de toda e qualquer hypóthese chamam a este coefficiente simplesmente: *Relação azotúrica*. Foi esta a denominação que acceitou o Congresso por ser a mais scientífica.

Effectivamente o illustre Armand Gautier (1) sustentou que estes phenómenos sam tambem phenómenos de desdobramento, produzidos por hydratações successivas, como o meu mestre Schützenberger o demonstrou para as substáncias albuminoides.

Segundo A. Gautier o protoplasma e o núcleo da maior parte das céllulas da economia *sam reductores,* edificando,

---

(1) Armand Gautier — *Chimie de la cellule vivante.*

segregando, organizando os seus productos especiaes *ao abrigo de toda e qualquer intervenção do oxygénio;* é sómente na phase final, essencialmente desassimiladora e productora de energia sensivel que intervem o oxygenio para destruir os productos creados durante a primeira phase, que foi toda *anaeróbia!*

Esta ultima phase produz-se por assim dizer *no exterior* da cellula e á custa dos productos elaborados por esta cellula. Por ser esta última phase a mais brilhante e a mais apparatosa, desculpem-me a expressão, até hoje só elle tinha chamado a attenção dos physiologistas.

Como se vê trataram-se nesta Secção de assumptos interessantes sob o ponto de vista scientifico, que de certo teram contribuido em fazer acceitar ideias, todas baseadas na experiéncia.

Na discussão que seguiu tomou parte tambem o sr. Huguet que dá ao coefficiente citado o nome de *coefficiente de utilisação da máchina humana.*

Resumindo-se a discussão:

A Secção decidiu que a expressão coefficiente de oxydação sería supprimida e substituida pela noção mais exacta de: *Relação azotúrica.*

Era tambem esta reforma que desejára ver realisada um distincto médico portuense o dr. Alberto d'Aguiar, discipulo do eminente chymico Ferreira da Silva, num trabalho ultimamente publicado, tanto mais valioso para mim que o auctor, deixando por completos os grandes discursos e palavreados inuteis, que formam em geral o sumo das dissertações, theses, etc., entrou arrojadamente no verdadeiro campo scientífico, o campo experimental (1). Os desejos formulados pelo dr. Aguiar se acham assim realizados.

5.º *Sobre a não-digestibilidade do leite esterilisado.*
Communicação do sr. Laurent.
Não chegou a ser lida nem discutida.

* 6.º *Caracteres de pureza e caracteres analyticos dos novos productos chymicos empregados na medicina.*
Relator o sr. Trillat.

---

(1) Alberto d'Aguiar — *Céllula hepáthica e crase urinária,* Porto, 1896.

Estudo muito interessante que não se póde resumir e sobre o qual chamarei a attenção dos chymicos e pharmacêuticos; é o desenvolvimento e continuação da obra do mesmo auctor (1).

7.º *Analyse chymica, micrográphica e physiológica do succo gástrico normal e pathológico.*

Relator o sr. Martin.

O trabalho apresentado pelo sr. Martin é no seu genero muito bem concebida, não entrando em pormenores inuteis para chymicos, mas insistindo nos pontos duvidosos.

Na discussão tomaram parte vários Congressistas entre os quaes o dr. Huguet da Faculdade de Medicina de Clermont-Ferrant; o dr. Winter, tão conhecido pelos seus estudos sobre o succo gástrico; o dr. Burker e Lepierre.

Resolveu-se acceitar a seguinte proposta, elaborada para facilitar a comparação dos resultados nos diversos Laboratórios:

«A acidez do succo gástrico será expressa em ácido chlorhydrico, empregando-se como reagente indicador a phtaleina do phenol».

Hoje, que em Portugal se estão já fazendo muitas análises de succo gástrico a resolução supra deve ser tomada na devida consideração.

8.º *Dosagem do azote total nas urinas.*

Duas communicações sobre o assumpto: dos srs. Monfet e do sr. Taffe.

Ambos os oradores propõem o emprêgo exclusivo do *méthodo de Kjeldahl,* mais ou menos modificado.

A discussão se generalizou entre os Congressistas para se fixar exactamente as condições do emprêgo do méthodo de Kjeldahl.

Felizmente assistia á sessão o próprio auctor do méthodo, o sr. Kjeldahl, sabio cuja grande modéstia só se póde comparar com o grande talento; forneceu todas as explicações possiveis sobre o seu méthodo, hoje universalmente conhecido e seguidos nas análises industriaes e chymicas chegando-se á conclusão de que em muitos casos os corpos interme-

---

(1) Trillat — *Produits chimiques employés en médecine,* Paris, 1894.

diarios (mercúrio, óxydo de cobre, etc.), se podiam dispensar, sendo bastante o uso do ácido sulfúrico de 1,84 de densidade.

O sr. Monfet tinha proposto que para a determinação do azote total se empregasse directamente a urina.

Fiz então notar a inexactidão do processo, pois que se incluia assim o azote dos sedimentos organizados (céllulas epitheliaes, cylindros, leucocytes) que nada tem de commum com o azote total, o qual só se refere aos corpos soluveis. Por isso propus que se aquecesse levemente a urina para dissolver os precipitados eventuaes (ácido úrico, uratos, etc.), filtrando-se em seguida o líquido ainda quente.

Tambem o mesmo relator recommendou o emprêgo do bioxydo de manganez para coadjuvar a acção do ácido sulfúrico no processo Kjeldahl.

Pedi a palavra para lembrar que este agente podia dar logar a formação de um pouco de hydroxylamina que vinha diminuir a quantidade de *azote ammoniacal* e por conseguinte de azote total.

Acabada a discussão a Secção *adoptou o processo Kjeldahl,* tomando-se em consideração as observações e modificações apresentadas.

9.º *Dosagem da Urêa, unificação dos méthodos empregados.*

O relator desta questão foi o sr. L. Hodencq.

Depois de alguma discussão sobre o melhor methodo em que tomaram parte os srs. Monfet, Huguet, Winter, Georges, Lepierre, etc., a Secção adoptou a proposta seguinte:

«No estado actual da sciéncia e tomando-se todas as precauções indicadas nos tratados de anályse de urinas, o processo de dosagem da Urêa *pelo hypobromito de sódio* constitue um méthodo cuja exactidão é muito sufficiente para a clínica (1)».

O dr. Huguet disse, e com razão, que o processo de dosagem da Urêa pelo hypobromito não é perfeito, comtudo é muito simples e sufficiente.

Lembrei ainda que se podia muito bem conservar o hypo-

---

(1) Nos meus *Apontamentos de analyses de urinas,* chego ás mesmas conclusões.

bromito durante algumas semanas, collocando-o ao abrigo da luz.

10.º *Dosagem do ácido Urico nas urinas.*
Relator o sr. Vicario.

O sr. Vicario, num extenso relatório indicou todos os méthodos até hoje apontados para esta dosagem, insistindo sobre os defeitos de cada um e apresentou conclusões firmes que foram as seguintes:

«1.º Para a dosagem rigorosa do ácido úrico o processo Salkowsky-Ludwig, ainda que demorado e bastante delicado, constitue o melhor méthodo, e deve ser adoptado pelo Congresso.

2.º Na dosagem clínica e prática do ácido úrico o processo Denigès reune as garantias de exactidão e rapidez sufficiente para ser adoptado em todos os Laboratórios.»

Sobre este importante assumpto urológico tomaram a palavra bastantes Congressistas: os srs. Huguet, Vicario, Winter, Piutti, Lepierre, etc.

Lembrarei o princípio em que está baseado o processo Denigès, publicado *in-extenso,* em 1894 no *Bulletin de la Société Chimique de Paris* (1):

Tratar um volume conhecido da urina por um volume conhecido tambem de um soluto de nitrato de prata — ammoniaco-magnesiano; filtrar o precipitado formado por combinações da prata com os derivados xantho-úricos; avaliar no líquido o excesso da prata; calcula-se a quantidade de ácido úrico sabendo que 1^{cmc} $AgAzO^3$ decinormal corresponde a $0^{gr},0168$.

As conclusões do relatório do sr. Vicario, foram adoptadas pela Secção.

11.º *Determinação da acidez das urinas.*
Relator o sr. Huguet.

Este distincto professor apresentou um bem elaborado trabalho sobre esta questão ainda hoje muito discutida e cujo valor semeiológico está, ao meu ver, longe de ser demonstrado.

Comtudo, visto que este coefficiente tem entrado nos usos

---

(1) Denigès — *Bulletin de la Société Chimique de Paris.* Mémoires, pag. 226, 1894.

da clínica era conveniente fixar as condições em que devia ser determinada experimentalmente.

O relatório sendo submettido á discussão, tomaram parte nella, além do dr. Huguet, os srs. Burker, Vacario, Taffe, Yvon, André (Bruxellas), Doremus (New-York) Lepierre, etc.

As opiniões eram divididas sobre o ácido que devia servir de base á avaliação da acidez. A Secção resolveu o problema de uma maneira muito lógica e muito clara, resolvendo não exprimir a acidez num certo e determinado ácido (ácido phosphórico, chlorhydrico, úrico, etc.), mas simplesmente «*indicar o número de centímetros cúbicos de soluto alcalino normal, necessário para chegar á neutralidade*» deixando-se assim de fazer de uma vez para sempre, hypótheses na maior parte gratuitas sobre a *natureza* exacta da acidez urinária.

Evita-se tambem assim qualquer falsa interpretação dos resultados, limitando-se a apontar o facto experimental.

Demais, nenhum chymico desconhece o valor equivalente «em ácido» de um soluto alcalino normal, tornando-se assim muito facil a traducção dos resultados, caso seja necessário.

Um outro ponto da mesma communicação e que tambem foi bastante discutido foi «fixar a matéria córante indicadora da saturação da urina pela solução alcalina».

Opinei para que fosse a phtaleina do phenol já adoptada na análise do succo gástrico; comtudo deixei-me convencer ás razões apresentadas pelo sr. Huguet a favor do emprêgo do papel de tornesol, pelo processo de toca. O receio, que eu tinha sobre o phenómeno de amphoterismo desapparece assim em parte.

«A Secção adoptou o emprêgo do papel de tornesol».

12.º *Determinar a natureza, caracteres, reacções das diversas substáncias que constituem o chamado «extractivo» das urinas.*

Relator o dr. Barthe.

Relatório muito conscienciosо em que este distincto professor da Faculdade de Medicina e Pharmácia de Bordeaux fez um historico completo do assumpto.

Em geral os chymicos chamam *extractivo* o residuo global, quer dizer o extracto secco; mas Becquerel e Rodier consideram o extractivo da urina como sendo formado simplesmente pelas materias orgánicas não doseadas.

Ritter dá do extractivo a seguinte definição: «o conjuncto de todas as matérias decompostas pelo calor e não doseadas».

Enfim Neubauer e Vogel no seu tratado recente de anályses de urinas já não fallam no extractivo.

Resulta de tudo isso que esta palavra já não tem significação clara.

Nestas condições resolveu a Secção «deixar de empregar em urologia este termo vago e indeterminavel».

13.º *Fixação da nomenclatura de um certo número de compostos ou elementos que, na chymica urinária, têem nomes differentes.*

Relator o sr. A. Girard.

Relatório difficil de resumir e de pouco interesse.

14.º *Representação gráphica das anályses urológicas.*

Communicação do dr. Huguet.

O dr. Huguet se lembrou de representar as anályses de urinas num quadro impresso, que alguma analogia tem como quadros já conhecidos, mas que tem a vantagem de ser de um emprêgo facil e de fornecer immediatamente ao médico importantes informações pelo simples exame das curvas que nelle se encontram.

No quadro figuram: o volume, a acidez, o extracto, as substáncias azotadas, os saes, as substáncias ternárias, urêa, ácido úrico, chloro total, chloro dos chloretos, anhydrido phosphórico.

Chamo a attenção dos médicos e analystas sobre esta tentativa.

(Continúa). CHARLES LEPIERRE.

AS TRÊS IRONIAS

A EUGENIO DE CASTRO

III

O THESOIRO DE NERO

«O que, além da confiança no seu poder, lhe alimentava (a Nero) a mania de gastar era a esperança num immenso thesoiro occulto, que um cavalleiro romano assegurava dever encontrar-se em Africa, numas vastas cavernas para onde a rainha Dido, fugitiva de Tyro, o trouxera, e donde sería facil desenterra-lo.»

SUETONIO.

I

A CASA D'OIRO

A *Casa d'oiro* brilha ao sol do calmo dia.
O azul, como um immenso e macío velário,
Aviva-lhe a opulencia extranha de scenario.
Só nos repuxos ha tristeza e nostalgía.

Chegou de Báias inda ha pouco a côrte toda.
Na matizada luz dos pórticos seguidos
Avistam-se a jogar, fazendo aos dados roda,
Os guardas do pretório em grupos divididos.

Emquanto, fóra, passa em frente do palacio
Mesclada multidão de desvairadas gentes:
Gaulezes, Hespanhoes, Lybios d'ólhos ardentes,
Syrios, Gregos, Chaldeus e homens rudes do Lacio.

*

Como turva maré, que vem do leito fóra,
Invade toda a praça o curso tumultuário
Da plebe, a quem vae ser distribuído agora,
A' ordem do prefeito, um novo congiário.

Corre, lucta, reflúe, esmaga-se, entumece...
Até que pelo espaço aberto emfim se espraia,
No espalhado rumor de vaga que morresse
Em babugem lodosa ao longo duma praia.

Desfía-se depois, e escorre dividida.
Solta dum ponto, vae noutros dar grupos novos;
E dessa multidão, desfeita ou confundida,
Sóbem numa só voz as linguas de dez povos.

A um lado afflúe agora a cercar, apinhada,
Um Germano membrudo, o forte gladiador
Que no amphitheatro fôra ha dias vencedor,
De seis mortes deixando a arena ensanguentada.

E envolve logo e acclama em ruidosa ovação
Um rude belluário, um luctador da Thrácia,
Porque no peito mostra, orgulhoso d'audácia,
Em funda cicatriz os dentes dum leão.

Pelos moveis anneis do povo já cerrados
— Pasto novo lançado aos ávidos olhares —
Páram, rugindo, dois fundeiros Baleares
Para as luctas da arena inda ha pouco chegados.

Adivinhos do Egypto e magos da Chaldêa
Prophetisam a Roma espantos e desgraças,
Pois prodígios têem visto e lido têem ameaças
Na avermelhada luz que os astros incendeia.

De momento a momento uma liteira assoma
Que a custo fende a turba e de vagar conduz
Orgulhosa patrícia — olhar de febre e luz,
Corpo vestido d'oiro e túnicas d'aroma.

Moços Syrios, dançando abandonadamente
Ao rhythmo excitador dos crotálos e frautas,
Um grupo cortam que ouve a narração fluente
Dum grego — poema onde ha triremas e argonautas.

Ao passo que um soldado — espectro octogenário —
Conta, em voz morta como um echo de ruína,
As façanhas do tempo em que foi legionário
E combateu da Armenia á Gallia transalpina.

*

Entram agora a par no pórtico doirado
Servilius — o liberto — e um loiro adolescente,
Citharista e cantor, que a Nero omnipotente
Servilius dirá ser dos deuses enviado.

É cedo para entrar; o dia é longo ainda;
E Servilius então conduz o moço grego,
— Por tanta maravilha estonteado e cego —
Dum palacio atravez que á vista nunca finda.

Da estátua colossal de Nero inda opprimidos
Seus olhos correm logo a extensas columnatas
E pórticos, que vão em tres ordens erguidos
Dando para jardins e toalhas de cascatas.

Entre as columnas, sobre o espelho reluzente
Dos lagedos de côr e dos mozaicos frios
Passam, com garbo nobre e curvo de navios,
Pavões reaes abrindo as caudas lentamente.

Avistam-se, accendendo as águas de miragens,
A um lado torreões, a outro alvas arcadas,
Príapos, Termos sob umbellas de ramagens,
Cypolíneos frontões e cúpulas doiradas.

Em frente o lago — um mar com cáes brancos e portos
Que abrigariam naus, triremas e galeras.
E ao largo, a ondulação das vinhas e dos hortos,
De arvoredos onde ha casaes de bravas feras.

Acolhem-se, por fim, do causticante dia
No limiar dum templo a Neptuno votado,
Ao topo de suave e larga escadaría
Que em baixo vae morrer no lago consagrado.

Dois marmóreos tritões duma coalhada alvura,
Nos molhados degraus os dorsos apoiando,
Parecem uma barca airosa estar puxando
Que por cordas de seda aos braços têem segura.

Por toda a beira d'agua, e desse templo em torno,
Rosas de Pœstum, myrto, e pámpanos erguidos,
Das estátuas prendendo os gestos esquecidos,
Do ar fazendo um vinho embriagante e morno.

Apagaram-se ao longe os ruídos da cidade.
Apenas, perto, e d'entre a voz das aguas, sôa,
Do dia na doirada e livre claridade,
A pállida canção que um velho escravo entôa.

Emquanto dos jardins, das vinhas em festões
Se erguem matinalmente alígeros cantares,
E cahem, sobre a relva e o verde dos pomares,
Das pombas a nevada e o oiro dos faisões.

Sentado agora ao pé do grego adolescente
Servilius diz-lhe, erguendo um gesto tentador;
«Dámis, vês como é tudo aqui magnificente?
Pois de tudo o que vês me vaes tornar senhor.»

«Zombas, em mim, do escravo ou ris-te da criança?»
Pergunta-lhe córando o grego. — «Em breve espero
— Torna Servilius — tanto o meu olhar alcança —
Por Dámis, o cantor, ter dominado Nero.»

«Mas dize-me, Senhor, se acaso tu não zombas,
Como é que um moço escravo um príncipe domína?
Deixam-se então vencer as águias pelas pombas?
Póde á voz dum mortal calar-se a voz divina?»

«Póde. Se esse mortal é como Dámis bello
Julgará Nero ver o proprio Ganimedes.
E teus cantos terão imperceptiveis redes
Que o monstro hão de envolver e que hão de emfim prendê-lo.

Serás o braço, a mão que hei de guiar da sombra.
E o mundo ha de então ver como um liberto alcança
Dum príncipe fazer, que todos dóma e assombra,
Amarra d'ambição e gume de vingança.

Porque de ha muito o sinto e mais o sinto agora
De odios, de humilhações passadas o travor,
Vendo os que filhos são dos escravos doutr'ora,
E meus eguaes, subir de Cesar no favor.

E se acaso alguem ha que, por superstição
Ou mágico poder, em Nero tenha império,
Aínda esse vencerei, cercando de mysterio
Aos olhos do tyranno a tua apparição.

Mas, Dámis, vê lá bem: se um dia revelares
O meu segredo, então — o crime não me assusta —
Revelarás da côrte aos pávidos olhares
Na tua prompta morte o genio de Locusta!»

«Servilius, morrerá comigo o teu segredo.
Compraste-me! Descança, é tua a minha vida.
Mas dize-me o que irei fazer — pois, só, me enredo —
Para attrahir de Nero a alma endurecida.»

«Irás atear-lhe a nova e allucinante crença,
O sonho dum thesoiro ha seculos deixado
Pela raínha Dido em África enterrado
E que, só d'oiro, atulha uma caverna immensa.

Sei que nada mais ha que tanto agora o tente,
Pois espera, colhendo esse fallaz thesoiro,
Vir atulhar tambem com elle fartamente
Da proxima ruína o aberto sorvedoiro.

Irás cantar-lhe como um poema ha muito ouvido
As estrophes em que eu bordei a prophecia:
De que dum grande imperio o príncipe viria
Os thesoiros buscar da fugitíva Dido.»

«Mas se Nero, tentando a viagem que cantamos,
Nada encontrar, virá vingar-se em nós, por certo!»
«Dámis, na frota irás... e em tempo tão incerto
Não se póde prever todo o futuro. Vamos!

Um dia só que dure o meu domínio basta
Para vingar-me, e emquanto a louca expedição
Nero prepare — eu lanço a rede da ambição
Que, bem lançada, logo oiro e poder arrasta.»

II

O BANQUETE

O dia finda. Sob a cúpula, que imita
Um curvo firmamento,
Prolonga-se o festim. Já todos turva e excita
O vinho de Sorrento.

Já Nero, presidindo, a Jupiter libara
E ao Olympo superno.
Já por Cesar tambem nas taças espumara
O doirado Falerno.

Ainda as mêsas refresca a humedecída côr
Opulenta e profusa
Dos fructos de Tibur, das de olente sabor
Escádeas de Venuza.

A cada canto, sobre um candelábro d'oiro,
Uma chamma volteia,
Que as baixellas accende em brilhos de thesoiro
E os vinhos incendeia.

Ao longo da cornija estendem-se festões
Duma viva pintura:
— Sereias abraçando um bando de tritões
De moldura em moldura.

A luz, tombando sobre o pavimento frio
De pórphyro polído,
Lembra que dando está dum fulgurante rio
No espelho adormecido.

Entre esguíos tripés, e assente em largo plinto,
Brilha um vaso *murrhino*.
Perto, destáca um bronze antigo de Corintho
No sóco alabastrino.

Os ábacos de cedro, e as mêsas mosqueadas
Erguem, de espaço a espaço,
Urnas, em que o fulgor das joias entalhadas
O oiro torna baço.

Klepsydros de cristal, irisados de lumes,
Marcam rápidas horas,
E soltam, ao correr, impalpaveis perfumes
E músicas sonoras.

Altas portas, abrindo entre cheios pilares
De vermelho granito,
Mostram nympheus, onde ha folhagens de palmares,
E alvos lotus do Egypto;

Onde — de eterna dôr vozes evanescentes —
Os repuxos soluçam,
Orvalhando o palor das estátuas silentes
Que em volta se debruçam.

Aos lados, a parede em nacar emmoldura
E vivas pedrarías
Frescos, onde da Grecia a arte leve e pura
Pôz paysagens macías.

Avista-se, atravez os pórticos distantes
Do perystillo, um bando
De mimos que ægipans e possessas Bacchantes
Representa dançando.

Rythmados pelo som das músicas dormentes
Movem-se entre os convívas
Escravos nús da Phrygia, e Syrias pubescentes,
Medrosas e lascivas.

Como se andassem no ar, os rostos afagando,
Carícias amorosas,
Do movel tecto chove um nevoeiro brando
D'aromas e de rosas.

As mulheres, temendo o ardente olor do vinho,
Mascam nardos asiáticos,
Que tornam cada bocca em fresco e doce ninho
De beijos aromáticos.

Os escanções, que têem cabellos anellados,
Em caixos descendendo,
D'aureas cratéras vão nos cyathos lavrados
Flúidas joias vertendo.

Das *Sigmas* sobre a morna e cúmplice doçura,
Aos pares alongados,
Moços e cortezans atam-se na brancura
Dos braços perfumados;

Coroados de myrto e a rescender enantho
Enlaçam-se vencidos,
Sem bem saber se foi dos beijos tal quebranto,
Se dos vinhos bebidos.

As synthesis de linho, e as túnicas de seda,
Que escorrem brilhos húmidos,
Dos olhos furtam mal á viva labareda
Seios brancos e túmidos.

Os velhos — rogo vão — erguem tremulamente
Taças nas mãos crispadas,
Para que Baccho accenda em chamma incandescente
As cinzas esfriadas.

D'entre estes, um só quer o calor irritante
Do *Mássico* sombrío.
Outro prefere *Cós;* bebe outro, mais distante,
O espumoso *Chio.*

Cada um seu natural no vinho espelha e solta.
Selvia provoca beijos.
Novio sonha ambições; mas tudo troca, em volta,
Sarcasmos e motejos.

Tudo em volta fulgúra, e os olhos estonteia
D'esplendores... sómente
Alguem, que alli chegou como uma sombra alheia,
Sorrí sinistramente!

— É Gláphyro, o espectral escravo, que conhece
Do porvír o segredo,
Que a Nero ha muito já communicar parece
Superstícioso medo.

É velho como o tempo e frágil como um vime.
É de caveira fria
Esse riso em que não se adivinha o que exprime:
Se é dôr ou ironia...

Mas todos vêem já, suspensos de surpreza,
Na vasta sala entrar
Um moço de apollínea e esculptural belleza
De Servilius a par.

Veste-lhe o corpo esvelto uma túnica urdida
D'alva lan de Canusa,
Que os braços deixa nús, e a linha breve e unída
D'infantil peito accusa.

Como do Sol o brilho ao fundi-los corôa
D'aureos raios os gêlos,
Cae-lhe num jôrro tal, que os hombros lhe magôa,
O oiro dos cabellos.

As crépidas, cingindo o branco tornozelo
Por laços verde-mar,
Tornam-lhe o passo brando e só parece, ao vê-lo,
Que vôa em vez de andar.

É verde-mar tambem a fita que lhe prende
A cintura delgada.
Com suas brancas mãos accordes sons desprende
De cíthara doirada.

A medo, relanceia a toda a sala a vista,
E Nero, deslumbrado,
Pergunta se algum deus vem, feito citharista,
Do Olympo mandado;

Se Ganimedes desce, em vez de nectar louro
A trazer-lhe ao banquete
Os hymnos que cantou, coroado de louro,
Apóllo Musagete.

«Quem és?»
«Alguem que á voz dos immortaes ditosos
— Lhe responde o liberto —
Vem sorrindo afastar espectros tenebrosos
Do teu olhar incerto;

Alguem que a Nero vem num fío de cantares
O rumo desvendar
Das naus que hão de ir á flôr dos azulados mares
Seu thesoiro buscar.

A mesma extranha mão, divina e mysteriosa,
Atou seu verde cinto
E á Italia o conduziu, numa trirema airosa,
Do porto de Corintho,

Para contar-te, Nero, a antiga prophecia
Dum poema ha muito ouvido,
Onde se diz «que aínda um principe teria
Os thesoiros de Dido.»

E de Dámis a voz, tão doce em seu cantar
Como um macío favo,
Ha de vencer o riso amargo e o frío olhar
Dum vil e feio escravo!»

Fez-se em torno um silencio attento e palpitante,
E as músicas cessaram
Emquanto as brancas mãos na cíthara vibrante
De leve preludiaram.

E ninguem sabe se é de ouvi-lo, se de vê-lo
O espalhado encanto,
Quando o aédo, sentado em marfíneo escabello,
Levanta o alado canto:

«Sob as duras fragas,
Sob a areia loura
Da lybica praia,
Onde o mar se espraia
E o sol, rindo, doura
O chôro das vagas,

Onde, á luz do luar,
Sorrí das ondinas
O bando alvo e lindo,
Dos tritões ouvindo
As tristes buzinas
Que gemem no mar,

—Dorme, inda enterrado,
Tão farto thesoiro,
Que impérios comprara
E todos cercara
Dum muro só d'oiro
A joias cravado;

Thesoiro tão cheio,
Que um Olympo erguera
De nevadas pérolas
E saphyras cérulas,
Por onde descera
De rubís um veio.

Mas barras e gemmas
Espéram, confiadas
Da terra ao mysterio,
As dum vasto império
Futuras armadas
De naus e triremas,

Que um príncipe, um dia,
Seu fado cumprindo,
Fará navegar
Por aguas do mar,
O canto seguindo
Duma voz macía!

Nero é pelo destino e pelos Immortaes
O príncipe escolhido
A quem virei trazer dos lybicos areaes
Os thesoiros de Dido!»

Vendo vogar por sobre aquelle canto brando
Seu sônho luminoso,
Libava Nero aínda aos deuses, levantando
O cyatho precioso,

Quando se ouviu da sombra uma voz que dizia:
«Hão de remar em vão!»
E Nero estremeceu de Gláphyro, que ria,
Ouvindo a predicção.

III

A VIAGEM

O céo é puro, e o azul do mar irmão do céo.
Nas encostas da curva e límpida bahia,
D'onde inda ha pouco o sol as névoas desprendeu,
Riem *villas* á flôr da verdura sombría.

Invocado Neptuno, e apoz as libações
Nero, entre a côrte, vê partir a ovante frota,
Que vae correr do Oiro á tentação remota,
Por sereias seguida e córos de tritões.

Já do marmóreo caes o loiro Dámis manda
As amarras soltar. Já sobre as aguas neva
Das latinas o bando, emquanto a nau que o leva
Baloiça ao doce arfar da véla erguida e panda.

É de cedro da Syria a nau, de sêda a véla;
E os argonautas seus — mancebos de Corcyro,
Que a remos de marfim de leve hão de move-la —
Vestem lans de Mileto e púrpuras de Tyro.

Sentado á pôpa, sobre o *torus* d'onde pende
Um brando e multicôr tapiz da Babylonia,
Já o loiro citharista a clara voz desprende
Num longo adeus lançado ao calmo céo da Ausonia.

Já das manobras mal se ouvem na terra as vozes.
Vão triremas a par de curvas naus latinas,
E á frente, em longo fio, as vélas levantinas
Das liburnas da Illyria esguías e velozes.

Mas quando já das naus o sulco prateado
Da terra se afastava e ao largo se perdía
— Gláphyro, o escravo, erguendo o braço descarnado
E para a ovante frota apontando, dizia:

— «Loucura e empreza van! Da frota, que ainda vemos,
Nenhuma nau jámais á Italia ha de voltar.
Nunca mais, nunca mais aquelles brancos remos
Hão de as aguas fender pelo Thyrreno mar.

E tu, Nero, desperto em breve da deméncia,
Que thesoiros te mostra á beira da ruína,
Dessas perdidas naus vaes ler na dura sina
A ironía do Oiro, o nada da Opulencia.»

«A' morte, á morte o escravo, á morte o vil christão!»
Clamam todos. E ao ver a cólera fremente
Que accende o olhar de Nero e agíta a multidão,
— Servílius lança ao mar o escravo impertinente.

*

A frota não voltou. Mas Nero, depois, via
Entre agoiros, signaes, sônhos ameaçadores,
E preságios que Roma enchíam de pavores
— A face sepulcral de Gláphyro, que ria.

Coímbra, 5 de março de 1897.

MANUEL DA SILVA GAYO.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

DE 1850 A 1855

(Cont. do n.º 3, pag. 175)

IX

Apparece a publico a primeira edição do «Methodo de leitura repentina». —Pormenores financeiros.—Attitude do Conselho Superior de Instrucção publica.

O Methodo de leitura, já ensaiado em S. Miguel, continuava a ser o *desideratum* supremo de Castilho. Em Portugal ainda ninguem o conhecia, e tornava-se urgente fazel-o experimentar. Eram indispensaveis duas condições:

1.ª—imprimir o livro;

2.ª—demonstrar praticamente, em publico, em grande publico, a efficacia do systema.

Como já disse, contava-se entre os leaes amigos de Castilho, desde alguns annos, um moço de talento, Sebastião José Ribeiro de Sá, um dos successores do poeta na redacção da *Revista Universal,* activo e emprehendedor como poucos. Foi elle quem se offereceu, me parece, para editar o Methodo; e illustrou a obra o honrado e bom Manuel Maria Bordallo Pinheiro. O contracto foi este: Castilho dava o manuscripto; Ribeiro de Sá corria com a despeza; o producto pagava o custo, e o remanescente dividia-se entre o auctor e o editor.

Deveu concluir-se a impressão pelos fins de Setembro de 1850, visto como já em 2 de Outubro o jornal *A Nação* dá conta do apparecimento do livro, e na mesma data enviava Castilho um exemplar á Academia Real das Sciencias.

Tudo isto são capitulos novos que se me vão abrindo. Folheemol-os.

Eis aqui, antes de mais nada, o titulo exacto d'esta obra notavel:

LEITURA REPENTINA
Methodo
para em
poucas lições se ensinar a ler
com recreação
de mestres e discipulos,
approvado
pelo
Conselho Superior de Instrucção
Publica do Reino
para uso das escholas nacionaes,
e
illustrado de numerosas gravuras;
por
A. F. de Castilho,
fundador das escolas gratuitas de leitura repentina na Ilha de S. Miguel, Presidente honorario e vitalicio da Sociedade dos amigos das lettras e artes na mesma Ilha.

—

Lisboa
Typ. da Revista Universal Lisbonense.
(Proprietario—S. J. Ribeiro de Sá.)
Rua dos Fanqueiros 82

—

1850

*

A despeza com uma edição de mil exemplares, segundo a conta authentica do editor, aqui posta n'este momento diante dos meus olhos, foi de

Réis	167$832
A saber:	
Custo total da edição, incluindo composição e impressão, papel, broxura, e gravuras	135$000
64 exemplares distribuidos á Imprensa periodica, ou destinados a capilhas, etc.	27$648
12 exemplares extraviados por fallencia de livreiros	5$184
Despeza total	167$832

Pozeram-se á venda nos livreiros os mil exemplares a 480 réis cada um. Deduzidos 10 por cento de commissão, ficavam liquidos a cada exemplar 432 réis, que perfaziam ao todo, vendida a edição	432$000
Deduzindo a despeza	167$832
Ficavam	264$168
A metade correspondente a cada um dos interessados era pois	132$084
Do quinhão dos seus exemplares, Castilho distribuiu gratuitamente á direita e á esquerda, ao norte e ao sul, 200 exemplares no valor de	86$400
Só recebeu portanto	45$684

Ahi começa a ver o leitor imparcial e honesto, quaes foram os lucros fabulosos que assacaram ao pobre sonhador depois da venda da sua obra!

Continuemos, mas de vagarinho.

*

Pelo citado artigo da *Nação,* vejo uma coisa, que ignorava:

Castilho escrevera ao Conselho Superior de Instrucção publica do Reino, expondo-lhe as bases do Methodo, e pedindo a esse tribunal que o mandasse ensaiar em alguma eschola publica. Respondera o Conselho (palavras textuaes da *Nação*) que «por estarem sob a dependencia do Governo «certos planos de reforma de estudos, não podia mandar já «ensaiar o novo systema; pedia porém ao sr. Castilho que «continuasse a ensaial-o, e lhe enviasse a estatistica dos resul-«tados obtidos.»

E o articulista da *Nação* perguntava ao Conselho:

«Que legislação é essa, que assim o impossibilita?»

E accrescentava:

«Uma legislação semelhante não póde subsistir.

«Se o Conselho entende que é a Lei quem lhe tolhe a sua «acção benefica, peça quanto antes a derogação de tal Lei; «se não é d'ahi, mas de outra parte, que nascem os obstaculos, «não haja contemplações, senão com as necessidades e bens «do paiz.»

O inventor, desvalído e desajudado do braço official, é que

havia de instituir escholas para experimentar o systema?! Como se o systema não estivesse já para elle experimentado de sobra!

Tratava-se acaso, pergunta o bom senso, de um favor pessoal a Castilho? era aquillo interesse particular, ou publico? Certamente era interesse publico, e do mais alto. Logo, quem, se não as estações officiaes, devia tomar a si o encargo (aliás facil) de examinar o invento? de o pôr na sua verdadeira luz? de o experimentar para o ver prosperar, se trouxesse em si mesmo condições de vida? ou para o fazer morrer se não as trouxesse?

Responder-se-ha:

O Conselho não podia estar a perder o seu tempo mandando ensaiar todos os varios methodos de leitura que apparecessem, desconhecidos ao publico, e só preconisados pelos obscuros inventores.

Réplicarei:

E' certo que um tribunal como o Conselho Superior não podia estar a malbaratar o seu tempo precioso em futilidades; mas, em primeiro logar, o apresentante da Leitura repentina não era um sonhador obscuro, um vulgar mestre-eschola; em segundo logar, o seu Methodo já tinha sido pelo auctor experimentado, já alimentava muitas escholas na Ilha, já tinha acordados os ecchos da Imprensa. Para o auctor era superflua a nova experiencia; para os chefes da Instrucção publica não o era; logo, a elles incumbia o mandarem praticar, por seis mezes ao menos, em tres ou quatro escholas, ou n'uma unica, a efficacia ou inefficacia do Methodo; a elles, e a mais ninguem; a elles, sim, que, além de tudo, não tinham que despender dos cofres publicos um seitil, mas só ordenar a uma eschola official, já montada e a postos, experimentasse a novidade; ao passo que para identico resultado teria o inventor de empregar capital, que não possuia!

«Quem é o mais interessado n'este ponto?—pergunta a «*Nação*—é o paiz? ou é o sr. Castilho? Não teria o cantor «da *Primavera* senão unicamente esta corôa litteraria, que «podesse enlaçar na fronte? Carece por ventura de ir men«digar glorias ás portas da Secretaria do Reino?»

Esta attitude inesperada do Conselho Superior, logo ao principio, logo no primeiro introito, deixou Castilho atonito, e depois exasperou-o. Logo veremos.

Fixemos porém um ponto: o Conselho, apesar de não querer mandar experimentar o Methodo, concedeu-lhe comtudo (nem o Conselho saberia bem o porquê) a *approvação para uso das escholas,* sacramento aliás consuetudinario, e que a nada obri-

gava. Era mais um para o monte. Cada professor publico podia, segundo o seu criterio, escolher, d'entre os muitos methodos estabelecidos, o que mais lhe agradasse. Se algum quizesse adoptar aquelle, tinha para isso licença do Conselho.

Isto, com a devida venia, parece-me contrasenso: o Conselho não conhecia o Methodo; pedia-se-lhe que o mandasse experimentar n'uma eschola; excusava-se, e respondia: «Experimente-o o auctor como poder e souber, e á sua custa, e diga-me o que obteve.» Ao mesmo tempo, dizia aos professores: «Estão no seu direito de adoptarem nas suas escholas essa coisa que não sabemos se é boa ou má, e que, de mais a mais, teimâmos em não querer experimentar.»

Absurdo.

*

Apesar da *approvação* pura e simples do Conselho Superior, as escholas officiaes «com excepção de quatro ou seis, quando muito» [palavras de Castilho (1)], não adoptaram o Methodo. Havia para isso um sem-numero de causas, que ao longo d'estas Memorias irão por si mesmas apparecendo. E n'esse logar citado pondera Castilho com pausa, e cheio de fleugma que lhe não era habitual:

«Tem-se feito d'isso grave criminação ao Conselho; a culpa «era da Lei unicamente: a Lei não lhe permittia impôr aos «mestres certo e determinado livro para o ensino.

«Falo d'isto—accrescenta o poeta—porque é inquestiona-«velmente um ponto grave de legislação, que necessita refor-«mado. O superintendente geral dos estudos de uma Nação «deve ter no seu regimento, e entre as suas capitaes obriga-«ções, o escolher para cada ramo de ensino a obra melhor «que exista; e, reprovadas todas as outras, impôr essa aos «mestres, como a unica de que se possam e devam servir; «sobretudo aos mestres a quem a Nação paga para bem e «devidamente lhe instruirem os filhos; e ainda o livro appro-«vado só deverá gosar d'este privilegio, em quanto no mesmo «genero não apparecer outro, que o mesmo tribunal qualifique «de preferivel.»

---

(1) No *Methodo*, 2.ª ed., Prol., pag. XXXIII.

X

Digressões semanaes de Castilho ao Jardim botanico da Ajuda.—José Maria Grande muito intimo e dedicado amigo.

N'esse verão de 50 costumava Castilho ir, alguns Domingos, jantar ao Jardim botanico da Ajuda, então dirigido pelo sabio José Maria Grande, intimo amigo do nosso poeta desde os bancos de Coimbra.

Lembro-me bem d'esses taes dias, tão agradavelmente passados. Era para mim uma festa cada uma d'aquellas digressões. Meu Pae annunciava-m'as de vespera, para eu sonhar com o passeio no Tejo.

Iamos sempre de manhã, logo depois do almoço. Desciamos á praia de Santos; e como não havia os vapores do sr. Burnay, nem os Americanos, nem os Riperts, embarcavamos (á antiga portugueza) n'um dos botes da *catraia* lisboeta, esta catraia que em linha recta descende dos aventureiros historicos da India; horda valente disseminada pela nossa beira-mar; gente sobria e atrevida, honrada e serviçal, para quem o palrar é o primeiro dos alimentos, e a quem as ondas são muita vez berço, e cemiterio.

A maioria dos nossos barqueiros viu as cinco partes do mundo, a bordo de algum navio de bacalhau ou laranja; deixou a vida, como succedeu ao seu quasi collega Camões,

pelo mundo em pedaços repartida;

e das canceiras do mar alto nada tirou senão a pobreza, algum aleijão ou cicatriz, a esperança do Hospital, e uma tez encortiçada e rugosa, que diz quasi tanto como os mappas-mundi de Vaz Dourado.

Era pois um barqueiro de Santos o nosso Palinuro; e está sabido que a auto-biographia do bom homem, os seus trabalhos, as suas *impressões de viagem,* como diriamos hoje, tudo isso vinha á baila, evocado na conversação pelo curioso poeta.

Ao passo que o vento enfunava a lona amarella do traquete, e nos aproximava rapidamente do caes de Belem, o barqueiro ia, sem o suspeitar, gizando nas nossas almas, como n'uma tela de Vernet, as mais agradaveis *marinhas,* cheias de colorido vivaz, episodios das suas Odyssêas de longo-curso,

aventuras que ainda, por assim dizer, vinham humidas da salsuge do mar Oceano, e relembravam Gaspar Corrêa e Mendes Pinto.

*

Eu continuava então com o meu latim a contas; e era isso mais um motivo do encanto que achava nas idas ao Jardim botanico; porque o palacio do Jardim botanico tinha seus quês de *villa* romana. Havia lá um *atrio,* claro e simples, onde os passos se tornavam sonoros como no peristillo das thermas de Caracalla! uns buxos recortados, como no Tusculano ou no Laurentino! umas estatuas antiquissimas, que em roda de si tinham ouvido, havia muitos seculos, senadores, centuriões, vestaes, e até (sem a minima duvida) meninos romanos da minha edade falar latim, conjugar sem hesitações os mesmos verbos que eu conjugava, declinar praticamente os mesmos substantivos que eu declinava, e talvez citar os nomes dos auctores que nós manuseavamos com admiração, e ás vezes terror? Havia um *triclinio* com muitas flores, umas inscripções latinas que eu muito gostava de traduzir, um certo silencio solemne na casa e na quinta, e em todo o traçado do edificio umas linhas grandes que infundiam respeito. Sobre tudo isso, que já não era pouco, um amphitrião bondoso, que sabia latim, e me dizia ao ver-me: «*Salveto, Juli mi!*» e era naturalista como Plinio o velho, e amavel como Plinio o moço, e em summa, conhecera os meus amigos de dois mil annos!

Além do dono da casa, a presença de meu Pae, tão estimado n'aquelle lar, as suas conversações, tão litterarias, e tão escutadas, o seu sal attico, e as praticas e leituras eruditas, em que eu ouvia, de parte e silencioso, que elle se entretinha ali, com os seus amigos; todo este conjuncto, ligado ao classicismo rectangular das grandes ruas do jardim, ás solemnes escadarias Reaes do paço velho da Ajuda, para onde eu ia brincar, aos tanques de marmore que el-Rei D. José tinha visto, e que não desdiriam na villa-Adriana, aos grandes buxos aparados á antiga, e que tanto me recordavam o Laurentino e o Tusculano, tudo isso afinava deliciosamente com o estado do meu espirito, e aos meus olhos infantís idealisava aquella vivenda.

E, o que era mais, os personagens afinavam até certo ponto com o scenario.

*

Os convivas dos nossos alegres Domingos da Ajuda eram poucos, mas bons. Algumas vezes foram nossos companheiros na viagem de ida; na de volta, sempre.

Era primeiro o Prior de Santa Isabel, de quem já falei n'um dos capitulos do Livro IV, Padre José Jacintho Tavares, um dos bons amigos de Castilho, um meigo da eschola velha.

Ia tambem o Dr. Jacintho Luiz do Amaral Frazão, homem muito instruido, todo elle theorias sociaes e scientificas, um pouco utopista, se quizerem (e quem é que o não é quando deseja o bem?), um tanto visionario na politica e na sciencia, mas sempre modelo de honradez e honra portugueza. Tinha uma cabeça de philosopho grego, umas melenas brancas muito aparadas, puxadas para diante, um modo severo e conceituoso, rosto rapado, umas sobrecasacas de modas passadas, e umas bengalas com castões classicos, que diziam bem com o aspecto socratico de tão respeitavel ancião (1).

Mais um ou outro, desgarrado e fortuito, completava o synedrio, além de uns sobrinhos do dono da casa, um d'elles meu particular amigo hoje (2); e excusado é dizer, que assistia a mulher do nosso amphitrião, amavel e brilhante physionomia, que illuminava com o seu sorriso franco e gentil a reunião toda masculina d'aquelles scientificos salões.

*

Chamo-lhes scientificos, e digo bem. Como que andavam no ar do Jardim botanico as tradições vivas do sabio Vandelli, seu primeiro Director, e as do insigne Avellar Brotero. Falava-se d'este com encomios; a grande sombra ainda passeava nas suas antigas alamedas.

---

(1) Jacintho Luiz do Amaral Frazão, filho de João Moniz Falcão e natural da Ilha de S. Miguel. Era mais antigo que Antonio F. de Castilho na Universidade. Nos livros de 1812 já acho menção d'elle no segundo anno de Medicina. O *Almanack estatistico* de 1840 dá-o n'esse anno Vice-Presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, o que está abonando a consideração em que o tinham os collegas.

(2) José Maria Grande, General de Artilheria.

O illustre successor de Brotero dignava-se de mostrar-me o sitio, ainda assignalado no chão das salas, onde tinham sido as *vitrinas* zoologicas e botanicas do museu de Historia natural que ali estivera; a minha imaginação completava o quadro; eu chegava a ver as jaulas vitreas da bicharada exotica; e lobrigava por entre ellas o vulto alcaxinado do grande naturalista, com a sua cara pyrrhonica e bondosamente carrancuda, o seu olhar sagaz, e na lapella da casaca o seu habito de Aviz, como está no retrato a oleo, que existe na Academia Real das Sciencias. Tudo graças ás descripções que me fazia o amavel José Maria Grande, já se vê.

Tenho d'este sabio velho as mais suaves recordações. O olhar bondoso que elle deitava por cima dos oculos de oiro, a doçura que revelavam as graciosas linhas curvas do seu aspecto, e aquella affabilidade que descia até mim, captivavam-me, e affoitavam-me a mil perguntas, a que elle respondia com bondade.

Quem não conheceu José Maria Grande, não conheceu um dos melhores amigos do cantor da *Primavera*.

«Desde a flor da mocidade o amo eu—dizia este n'um dos seus mais sentidos livros—«Desde a flor da mocidade o amo «eu, que desde então nos conhecemos. N'aquellas famosas «festas da Primavera celebradas nas margens ridentissimas «do Mondego..... foi elle um dos que mais por engenho «se extremaram» (1).

Era em 1851 um homem alto, encorpado, ultimamente quasi obeso. Da sua formosura de adolescente nem vestigios lhe tinham deixado os annos. Maneiras e phrases mellifluas, arrastadas; com senhoras primoroso sempre. Quando recitava, emprestava ao verso a melopêa consuetudinaria. Quando falava do seu tempo, e do rancho dos alegres amigos que eram mortos, alguma vez lhe vi lagrimas.

Foi uma elevada e culta intelligencia; todos o sabem; muitos ha por ahi hoje, seus antigos discipulos na Eschola Polytechnica, e seus collegas na Camara dos Pares, que darão testimunho do que digo. Pois valia ainda mais que a sua intelligencia o seu coração.

*

O dia no Jardim botanico passava-se ora nas salas, ora á

---

(1) *Felicidade pela agricultura*, pag. 148.

sombra das arvores seculares d'el-Rei D. José, ou entre os buxos plinianos, que eram o meu encanto, e seriam adorno em Versailles. Mandavam-se ir cadeiras para o bosque, mas Castilho escolhia as folhas seccas do chão; e dizia:

—Gósto muito d'esta posição de madraço; a linha horizontal é uma grande coisa. Que dizes tu, José Maria?

Depois, recitavam-se versos, faziam-se optimas leituras, fumavam-se charutos muito aromaticos; n'uma palavra: as estatuas de pedra tinham n'esses dias regabofe: escutavam boa poesia classica, e poesia romantica da melhor.

—Meu Antonio—interrompia de lá o amphitrião—Vamos a um bocado da *Primavera*.

E lá iam, alternados, tropeçando aqui, levantando-se além, recompondo de memoria aquelles quadros bucolicos eternamente juvenis, que lhes traziam ao jardim da Ajuda a viçosa Coimbra de 1822.

. . . . . .

Se até o humilde auctor d'estas linhas foi obrigado a recitar ali! Lembra-me que escreveu expressamente uma especie de poemeto em verso solto, intitulado *O rapto de Proserpina,* inspirado pelo episodio das *Metamorphoses,* que seu Pae lhe fazia traduzir laboriosamente em casa. Sei que havia nos versos um Plutão, que era uma especie de Han-d'-Islandia (o tyranno), e uma Proserpina (a ingenua) muito delambida, que apanhava flores para levar á mamã. A grave D. Ceres era uma matrona muito temente ao seu Deus lá d'ella, aristocratica e serena (a mãe nobre), e desadorando com o enfarruscado genro que o amor lhe dera. Desabafava mandando o genro de seis em seis mezes para o inferno.

*

A tornada do grupo para Lisboa, á bolina, n'estas tardes lisboetas lindissimas, com um bonito luar ás vezes, e uma guitarra, eram viagemzinhas para que não ha descripção. Começava a noite; ouvia-se a banza a chorar entre as mãos do barqueiro, acompanhada em tom menor pelo marulhar seguidissimo das ondas. Conversava-se; e cada um de nós sentia abrirem-se-lhe no fundo da alma, como estrellas da saudade, as lembranças do dia que findara!.....

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

(Cont. do n.º 3, pag. 182)

VIII

Campos — Francisco de

Durante o tempo dos Filippes viera a Hespanha algumas vezes por terra com cartas dos governadores da India. A ultima viagem foi no anno de 1640, despachado com avisos importantes pelo governador Antonio Telles. D'esta feita padeceu grandes trabalhos, tendo sido assaltado por ladrões que o roubaram. Em attenção a estes serviços, D. João IV lhe deu vitaliciamente o logar de porteiro da alfandega de Mascate. A respectiva carta de nomeação tem a data de 7 de março de 1643, e n'ella se declara que esta mercê era além de outras que se lhe tinham feito. Um alvará de 10 de março do mesmo anno permittia-lhe renunciar o logar de meirinho da fazenda da fortaleza de Mascate, largando o officio de juiz de peso de Negapatão. Por alvará de 9 de março do mesmo anno consentia el-rei que, morrendo elle primeiro que sua mulher, podesse testar do logar de porteiro da alfandega de Mascate na pessoa que viesse a casar com sua viuva. Um marido previdente e generoso!

Eis os documentos comprovativos:

«Dom João etc. faço saber aos que esta minha carta virem que tendo respeito a Francisco de Campos me representar como em seruiço desta coroa viera a Espanha algũas vezes por terra com cartas dos gouernadores e visoreis daquelle estado, e vindo despachado ultimamente pello gouernador Antonio Telles, no anno de seis centos e quorenta, com auisos de importancia, ser roubado na viagem e padeser nella trabalhos, ei por bem de lhe fazer merce do officio de porteiro da alfandega de Mascate em sua vida, na uagante dos prouidos antes de sinco de março presente, e esta merce lhe faço, alem das que pellos mesmos respeitos lhe tambem fiz, e mando que a merce referida se cumpra e tenha effeito sem embargo do Regimento e prouizão que prohibem que os prouidos de cargos da India o naõ posaõ ser mais que de hum e por mais de tres anos, com o

qual officio de porteiro dalfandega de Mascate auera o dito Francisco de Campos o ordenado que lhe tocar, sem enbargo de naõ hir declarado nesta carta e da prouisaõ que sobre isso he pasada em contrario, e todos os proes e percalços que lhe direitamente pertencerem: pello que mando ao meu Vizorei ou gouernador das partes da India, que hora he e ao diante for, e ao uedor geral da minha fazenda em ellas, que tanto que ao dito Francisco de Campos pella dita maneira couber emtrar no dito officio, lhe dem a posse delle e lho deixem seruir em sua vida, e auer o dito ordenado, proes e percalços, como dito he, sem lhe a isso ser posto duuida nem contradiçaõ algua, e em minha chancelaria lhe sera dado juramento dos santos euangelhos que bem e uerdadeiramente sirua, guardando em tudo meu proueito e o direito as partes, de que se fara asento nas costas desta carta, que sera registada nos liuros de minha fazenda e casa da India da data della a quatro mezes primeiros seguintes, a qual lhe mandei pasar por duas vias, hũa so auera effeito. Pascoal dAzeuedo a fez em Lisboa a sete de março ano de mil e seiscentos e quarenta e tres. Joaõ Pereira de Betancor a fez escreuer. ElRei».

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que tendo respeito a Francisco de Campos — os mesmos dizeres da carta acima — ei por bem de lhe fazer merce de licença pera poder renunciar o officio de meirinho da fazenda da fortaleza de Mascate, de que he prouido, largando elle o officio de peso de Negapatão, que lhe foi dado pello mesmo gouernador, e mando que esta merce se cumpra, etc. Manuel Antunes o fez em Lisboa a dez de março de mil e seis centos e quarenta e tres. Joaõ Pereira de Betancor o fez escreuer. Rei».

«Eu elRei faco saber aos que este aluara virem que tendo respeito a Francisco de Campos... ei por bem, falecendo elle primeiro que sua mulher, posa testar do officio de porteiro da alfandega de Mascate, de que lhe fiz merce por carta patente de sete de março deste ano presente de seis centos quarenta e tres, em sua vida, na uagante dos prouidos antes de sinco do dito mes como em seu fauor pera quem com ella tornar a casar. E esta merce lhe faço etc. Manuel Antunes a fes em Lisboa a noue de março de seis centos quarenta e tres. Joaõ Pereira de Betancor a fez escreuer. Rei».

Ao lado do 1.º documento a seguinte verba:

«A Francisco de Campos, conteudo no Registo desta carta fez sua magestade por aluara de 9 de março de 1643 que falecendo primeiro que sua molher posa testar este officio de porteiro da alfandega de Mascate, e portanto se pos esta uerba. Lisboa aos 14 de março de 643» (1).

IX

Christo — Fr. João de

O padre frei João de Christo, filho de Manuel Meirelles de Mesquita, era natural do logar da Faya, da comarca de La-

(1) D. Joaõ IV, *Doaçõe*s, liv. 12, fl. 293 e segg.

mego, e religioso da ordem de S. Francisco da provincia de S. Thomé da India. Tendo o viso-rei d'este estado necessidade d'uma pessoa de confiança que viesse ao reino com avisos importantes, não encontrou ninguem mais idoneo que o padre fr. João de Christo, que, antepondo os cuidados da prelazia ao serviço da patria, se promptificou a vir por terra, supportando todos os incommodos da jornada.

Em attenção a este serviço e a outros, D. João V fez mercê, em agosto de 1723, da tença de 12 mil rs com o habito de Christo, a um seu sobrinho, João de Mesquita Falcão.

É muito de crêr que o Viso-Rei que incumbiu fr. João de Christo d'aquella missão fôsse Francisco José de Sampaio e Castro, que governou desde 14 de setembro de 1720 até 13 de julho de 1723. A sua correspondencia, se ainda existe, deve indicar as causas da viagem do prestimoso franciscano.

A mercê de D. João V não chegou a realisar-se em João de Mesquita Falcão, por ter fallecido. Fr. João de Christo requereu para que ella passasse para sua irmã Maria de Mesquita, o que assim se fez, transferindo-se depois para o marido d'esta, Manuel Antunes, o que tudo consta dos documentos, que passamos a transcrever :

O P.e Fr. João de Christo, filho de Manuel de Meyreles de Mesquita, natural do lugar de Faya, comarca de Lamego.

«Ouve S. Mg.de por bem, tendo respeito a representar o d.o P.e Fr. Joaõ de Christo, Religioso da Ordem de Saõ Francisco da Prouincia de Saõ Thome da India, que entendendo o V. Rey daquelle Estado que nelle naõ havia pessoa de mayor confiança para ser ocupado no menisterio de vir a este Reyno com avizo, o chamou e sem que a Prelazia actual em que se ocupava o embaraçasse, nem a deficuldade do caminho o impedisse, viera por terra, unicamente pello real serviço, empregandosse nesta diligencia com o mayor cuidado e empenho, e ao mais que por sua parte se alegou, atendendo a alguns serviços particulares que tem feito e aos que S. Mag.de espera faça, Ha por bem fazer merce a Joaõ de Mesquita Falcaõ, sobrinho do dito padre fr. Joaõ de Christo, de 12$000 rs de tença cada anno effectiva em em sua vida somente para os ter com o habito da Ordem de Christo que lhe tem mandado lançar, e he o com que para elle foi respondido o dito seu Tyo, os quaes 12$000 rs de tença se lhe assentaraõ em hum dos almoxarifados do Reyno, em que couberem sem prejuizo de 3.o e não houver prohibiçaõ, e o vencimento delles desde 3 deste presente mez de agosto e anno corrente de 723 em diente, que he o dia em que S. Mag.de lhe fes esta merce, athe o em que se lhe mandarem assentar sera na forma que o dido Sr. for servido rezolver na Consulta do Conselho da Fazenda, esta merce lhe faz com a clauzula geral na forma do decreto de 12 de Agosto de 723» (1).

---

(1) D. Joaõ v, *Registo de Merces*, liv. 15, fl. 118.

«ElRey etc. tendo respeito a lhe representar Fr. Joaõ de Christo, religioso da ordem de Saõ Francisco, ser falecido seo sobrinho Joaõ de Mesquita Falcaõ, a quem o mesmo senhor hauia feito merce do habito de Christo com 12$ rs de tença effectiva por graça especial e nelle não teue effeito, em consideraçaõ do que: Ha por bem fazer merce a sua irmã Maria de Mesquita de 12$ rs de tença effectiva em hum dos almoxarifados do reyno, em que couberem sem prejuizo de 3.º, e naõ houver prohibição com o vencimento na forma da ordem de S. Mag.de, os quais lograra a pessoa com quem cazar para os ter a titolo do habito da ordem de Christo, que lhe mandara lançar, e a portaria do habito e padraõ da tença que se passou ao dito seu irmão se rasgaraõ e nos registos se poraõ as verbas necessarias. Lisboa Occidental 19 de abril de 724. D.º de Mendonça Corte Real. = *ElRey* nosso senhor, tendo respeito a lhe representar Manuel Antunes, natural do lugar de Cabeças, comarca de Lamego, por sentença de justificaçaõ estar legitimamente cazado com Maria de Mesquita, irmã de fr. Joaõ de Christo, religioso da ordem de São Francisco, a quem se havia feito merce pella portaria asima de 19 de abril de 724 do habito de Christo com 12$ rs de tença effectiva para a pessoa com quem ella cazasse, em consideraçaõ do que e a estar legitimamente cazada com o dito Manuel Antunes, ha por bem fazerlhe merce para o dito seu marido de 12$ rs de tença effectiva em hum dos almoxarifados do reyno, em que couberem sem prejuizo de 3.º e não houver prohibiçaõ com o vencimento delles na forma da ordem de S. Mag.de, os quaes logrará a titulo do habito da ordem de Christo que lhe tem mandado lançar e á margem do registo da portaria asima fica posta a verba e declaraçaõ necessaria. Lix.ª Occidental 15 de março de 725. D.º de Mendonça Corte Real. Pedindo a S. Mag.de o dito Manuel Antunes que por quanto o dito S.r lhe tinha feito merce de 12$ rs de tença effectiva para os ter com o habito de Christo por estar legitimamente cazado com Maria de Mesquita, irmã de fr Joaõ de Christo, e eraõ os 12$ rs de tença que o dito senhor tinha feito a Joaõ de Mesquita Falcaõ, irmaõ do mesmo padre, com o mesmo habito, que naõ chegou a lograr por falecer, tendose lhe ja passado padraõ delles como se via da certidaõ delle e das portarias juntas e nã aprezentava o referido padraõ por naõ aparecer no falecimento do dito Joaõ de Mesquita Falcaõ, lhe fizese merce mandar lhe passar estar este padraõ dos ditos 12$ rs. em seu nome para os ter com o habito da ordem de Christo, e visto seo requerimento, padrão e portarias neste encorporados, que de tudo houve vista o procurador da fazenda, ha S. M. por bem fazer merce ao mesmo Manuel Antunes de 12$ rs de tença effectivos em sua vida somente para os ter com o habito da ordem de Christo que lhe tem mandado lançar e são os mesmos de que tinha feito merce a sua mulher Maria de Mesquita para a pessoa com quem cazasse e não tiveraõ effeito em Joaõ de Mesquita Falcaõ, os quaes 12$ se lhe asentaraõ em hum dos almoxarifados do reyno, em que couberem sem prejuizo de 3.º e naõ houver prohibição, e o vencimento delles de 8 de março do anno passado de 725 em diante, que he o dia desta merce, the o em que se lhe mandarem assentar sera na forma que S. Mag.de for servido rezolver na consulta do conselho da fazenda: esta merce lhe faz com a clausula geral na forma do decreto de 17 de janeiro de 689, e nos registos do padraõ atraz encorporado se poraõ verbas do contheudo neste, o qual foi feito a 21 de janeiro de 726» (1).

---

(1) D. Joaõ v, *Registo de Mercés*, liv. 15, fl. 131 v.

Fr. João de Christo voltou certamente para a India. Um alvará de 13 de março de 1724 diz que elle ía partir n'aquelle anno para ali por capellão da nau Nossa Senhora da Boa Viagem e por isso determina que se lhe dê gasalhado no galião que venha para o reino, no caso que a nau fique lá (1).

É possivel todavia que ainda não partisse d'esta feita ou que já tivesse regressado no anno seguinte, porque existe outro alvará inteiramente identico ao anterior, de 9 de março de 1725, em que diz que elle embarcava para a India por capellão da nau Nossa Senhora da Apparecida (2).

X

Cid — Francisco de Sousa

Francisco de Sousa Cid, filho de Belchior de Sousa Cid, fez importantes serviços na India, por espaço de dez annos, desde 1602 a 1612, tanto nas armadas como nas fortalezas, servindo de soldado e capitão de navios. Por mais de uma vez, pelejando com o inimigo, sahiu ferido dos combates.

Por todos estes motivos foi agraciado com a capitania da fortaleza de Barcelor. Não deixa de causar certa extranhesa que, sendo a carta remuneradora de 16 de setembro de 1626, só falle nos serviços do periodo decorrido até 1612. Se lhe não foram feitas outras mercês, a recompensa, como se vê, chegou tardia.

Depois de 1612 Belchior Cid veio a Portugal, porque no anno de 1617 foi por terra, da côrte de Madrid á India, com despachos de Filippe 2.º de Portugal para o Viso Rei. Por este motivo lhe foi consentido que, não entrando elle em vida na capitania da fortaleza de Barcelor, podesse, por sua morte, ficar o cargo para um filho ou filha. A respectiva carta tem a mesma data da anteriormente citada. Aqui vae o seu traslado:

«Dom Filipe etc. faço saber aos que esta carta virem que auendo respeito aos seruisos que Francisco de Sousa Cid, filho de Belchior de Sousa Cid fez nas partes da India por espaço de dez annos atte o de seis centos e doze nas armadas e fortalesas fronteiras, seruindo de soldado e

---

(1) Chancellaria de D. João v, *Officios e Mercês,* liv. 67, fl. 10.
(2) Idem, idem, liv. 64, fl. 268 v.

capitaõ de nauios e ser por veses ferido, peleyando com os imigos, ey por bem de lhe faser merse, em satisfação dos ditos seruisos, da capitania da fortalesa de Barsellor por tempo de quatro annos, na uagante dos prouidos antes de seis de feuereiro do anno de mil e seiscentos e trese, sem embargo do Regimento que dispoem que as capitanias e cargos da India se não siruaõ por mais tempo que tres annos e da prouisaõ que o anno de seis centos e dezoito se passou em corroboraçaõ delle, e posto que desta merse naõ tirasse te gora portaria auera em cada um dos ditos quatro annos quatro centos mil rs de ordenado e todos os proes e percalços que lhe direitamente pertenserem: Pello que mando ao meu Vizorey ou gouernador das partes da India, que hora he e ao diante for, e aos uedores de minha fasenda em ellas, que tanto que ao dito Francisco de Sousa pella dita maneyra couber entrar na dita capitania, lhe dem a posse della e lha deyxem seruir e aver o dito ordenado, proes e percalsos como dito he, sem lhe a isso ser posto duuida nem embargo algum, e o uedor de minha fasenda geral da India lhe dara juramento dos santos euãogelhos que bem e uerdadeyramente sirua, guardando em tudo meu seruiço e as partes seu direito, de que se fara assento nas costas desta carta, que sera registada nos liuros da casa da India da dada della a quatro mezes primeyros seguintes, e antes que o dito Frãocisco de Sousa emtre na ditta capitania me fara primeyro por ella preito e omenagem nas maõs do meu Visorey ou gouernador das dittas partes da India segundo uso e costume destes Reynos, de que apresentara certidaõ nas costas desta do secretario daquelle estado, a qual se passou por tres vias, de que esta he a priymeyra, comprida hũa, as outras não haueraõ effeito. Francisco dAbreu a fez em Lixboa a xbj de setembro de mil e seis centos e uinte e seis. Diogo Soares a fez escreuer» (1).

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito a Francisco de Sousa Cid hir da corte de Madrid a India por tera o ano de seis centos e desasete con despachos de elRei meu senhor e pai, que santa gloria haja, pera o Vizorei daquelle estado, ei por bem de lhe fazer merce que não entrando elle em sua vida na capitania da fortaleza de Barcelor, com que esta respondido, fique por sua morte a hum seu filho ou filha, pera que entre nelles no mesmo tempo em que lhe a dita fortaleza lhe esta dada, visto constar por certidaõ de Francisco de Lucena, do meu conselho e meu secretario de estado, de dous de setembro do ano de mil seis centos e dezanoue, em como o dito Francisco de Sousa fez a dita viagem a India por terra o dito anno de seis centos e dezasete, a qual certidaõ foi rota ao asinar deste que pera sua guarda e minha lembrança lhe mandei dar, que se cumprira como se nelle contem, o qual valera como carta sem embargo da ordenação do livro 2.º titolo 40, que despoem o contrario, e se pasou por tres vias, de que esta he a terceira; comprida hũa, as outras não aueraõ effeito. Antão Serraõ o fez em Lixboa a uinte oito de junho de mil e seis centos quarenta e seis. E eu o secretario Afonso de Barros Caminha o fiz escreuer. Rei».

Ao lado tem a seguinte verba:

«S. A. fez merce a Jozeph de Sousa Cid da fortaleza de Damão por tres annos na uagante dos prouidos antes de 17 de março de 674 por lhe pertencer a auçaõ deste aluara, e por tanto pus do contheudo verba

---

(1) Torre do Tombo, chancellaria de D. Filipe III, *Doações*, liv. 17, fl. 48.

por a carta o requerer, a qual lhe foi passada por duas vias em 12 de nouembro passado. Lixboa e de feuereiro 15 de 675» (1).

Este José de Sousa Cid, a que se refere a verba posta á margem da carta anterior, era neto de Francisco de Sousa Cid. Effectivamente na chancellaria de D. Affonso VI (Livro 31 de *Doações,* fl. 133) lá se acha registada a carta que lhe faz mercê da fortaleza de Damão, em attenção aos serviços prestados desde 1666 até fevereíro de 1674. Ahi se diz que era fidalgo da casa real e filho do mestre de campo José de Sousa Cid.

José de Sousa Cid, natural de Lisboa, era filho de Francisco de Sousa Cid. Pelos serviços prestados desde 1641 teve uma commenda de Christo do lote de 200 mil réis, sendo 100 effectivos. Estes passaram para uma sua irmã, Antonia José, religiosa no convento do Calvario. (D. Affonso VI, *Doações,* livro 21, fl. 132).

A 16 de setembro de 1666 foi-lhe elevado o lote da commenda a mil cruzados, sendo metade, 200 mil rs., effectivos. Isto em attenção aos serviços que prestou no exercito do Alemtejo desde 1661 até 1665.

O pae do nosso viajante, Belchior de Sousa Cid, falleceu na India, e jaz enterrado na egreja de S. Francisco de Goa, onde ainda se conserva a sua lapide sepulchral com o seguinte letreiro:

Sepultura de Belchior
de Sousa Cide, e de seus
herdeiros. Falleceo aos
28 de dezembro de 1589
anos. (2).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) D. João IV, *Doações,* liv. 17, fl. 260 v.
(2) Rivara, *Inscripções lapidares da India Portugueza,* pag. 37.

UMA CONFERENCIA DE BATALHA REIS EM LONDRES

Com exito magnifico realisou o nosso eminente compatriota sr. Jayme Batalha Reis, em 18 de janeiro do corrente, na Sociedade Goethe, de Londres, uma brilhante conferencia sobre a «Esthetica litteraria», em que apresentou um esboço da sua theoria da arte. A ella se referiram em termos muito honrosos alguns jornaes londrinos, como «The literary World», «The London Courier», etc.

Aquella sociedade, fundada em 1888 com o fim de promover o estudo das obras de Goethe, alargou o seu programma, estendendo-o ao estudo de outras provincias de litteratura germanica, assumptos d'arte, sciencia, etc.

Poucas offerecem, como ella, prazeres tão intellectuaes e requintados, dil-o o chronista do «London Courier», d'onde extrahimos as referencias d'esta noticia.

O sr. Batalha Reis «aventou corajosamente a opinião de que o mundo progride na razão da multiplicidade e diversidade de idêas» desenvolvendo algumas conclusões derivadas dos «seus principios»:

1.ª—A arte deve ser considerada em si e apreciada na sua essencia, independentemente de quaesquer considerações alheias;

2.ª—A arte é independente da sciencia e da moral. O merito artistico de obras d'arte, o valor scientifico das idêas n'ella contidas e a sua influencia ethica, são de facto tres cousas distinctas;

3.ª—A belleza não constitue a essencia da arte; porque

4.ª—As obras d'arte são symbolos que exprimem uma categoria mais larga a factos psychologicos.

Affirmou o sr. Batalha Reis que a «caracteristica das obras d'arte é o *vago*».

«As emoções vagas são as emoções estheticas, cuja expressão se impõe ao espirito do homem, em symbolos inexgottaveis» e um «vago symbolo obscuro abrange, na sua expressão, uma secção mais ampla do espirito do que póde fazel-o um symbolo preciso e perfeitamente intelligivel».

Na applicação da sua theoria á musica, sustentou que a «musica, para um verdadeiro musico, é o puro symbolismo do som. As symphonias e as peças instrumentaes são a su-

prema expressão esthetica da arte musical. As idêas expressas por palavras nos cantos, dramas musicaes, e operas, são certamente intensificadas pelo *vago* dos sons inarticulados, na mesma proporção em que a precisão inherente á palavra reduz o ambito infinito do *vago* symbolico da musica. De se não estabelecer esta distincção provém o erro, vulgarmente commettido, de se ver um quadro, de se ouvir uma composição musical, sob um ponto de vista meramente litterario, e, portanto, essencialmente falso. Os chamados *criticos d'arte* são geralmente homens que applicam erradamente ao estudo a apreciação das obras d'arte (ou se tracte de fórmas, ou de côres, ou de sons), criterios naturalmente derivados da litteratura».

«Para muitos criticos a arte deve ser exclusivamente encarada pelo que elles chamam um *criterio moral*».

«A arte tem o seu criterio proprio—como a sciencia, como a ethica. Consideradas em si, arte e sciencia não são moraes, nem immoraes. Julgar uma obra d'arte, uma verdade scientifica pelas suas consequencias moraes equivale a introduzir na determinação da composição chimica da polvora, ou na da strychinina, a consideração de que estas substancias podem ser empregadas para um fim criminoso».

Devemos accrescentar, diz ainda o «London Courier», que o sr. Batalha Reis reconhece que as suas theorias estheticas vão contra as idêas geralmente acceitas, e consequentemente muito discutiveis.

A sessão nocturna em que Batalha Reis fez a leitura da sua memoria, foi ainda preenchida pela recitação de trechos escolhidos do *Egmont,* de Goethe, que deliciou o auditorio, graças ao talento de M.elle Eleonore Driller.

Devemos accrescentar, para conhecimento dos leitores portuguezes, que Batalha Reis deve publicar brevemente, em inglez, a sua «Esthetica», e seguidamente a sua «Philosophia», sobrando-lhe ainda tempo para applicar a sua admiravel e multiforme actividade ao estudo dos difficeis problemas da geographia, como o tem provado no que já publicou da sua «Historia da descoberta do globo» e na memoria sobre «A pretendida descoberta da America do sul antes de 1448 e os methodos criticos dos historiadores das descobertas geographicas» que sahiu a lume em «The Geographical Journal» e recentemente, n'uma *separata,* em tiragem limitada.

Porto. MANUEL RAMOS.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Serviços ampelographicos e oenologicos. Catalogo n.º 1, 1889-1890.
Boletim da commissão central promotora do commercio de vinhos e azeites, n.º 2. Janeiro de 1895.
Portugal—Noticias ácerca dos seus vinhos, fasc. 1.º
Idem, fasc. 2.º
Idem, fasc. 3.º, fl. 21-28.
Pretidão d'amôr, por Xavier da Cunha.
Endechas de Camões, por Carvalho Monteiro.
As peninsulares, por J. Simões Dias.
Discurso ácerca do sr. Conde do Casal Rideiro, pelo Bispo Conde.
Real associação central da agricultura portugueza. Relatorio da direcção.
Associação do asylo para educação de costureiras. Relatorio.
Representação approvada no comicio que em 3 de abril de 1893 se realisou na cidade de Aveiro, por Mello de Mattos.
Exposição allusiva á ria d'Aveiro, por Mello de Mattos.
Memorias sobre a necessidade da creação da industria metallurgica, por Mello de Mattos.
Legislação do serviço hydraulico, por Mello de Mattos.
Laboratorio maritimo de Aveiro, por J. M. de Mello de Mattos.
Piscicultura em Portugal, por J. M. de Mello de Mattos.
Questões aquicolas. Resposta a uma apreciação, por J. M. de Mello de Mattos.
Piscicultura. Esboço de divisão hydrographica do continente em Portugal, por J. M. de Mello de Mattos.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao Instituto não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do Instituto de Coimbra, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto,* a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV — M·DCCC·XCVII

Numero V — Maio

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO SUPERIOR, pelo *Visconde de Villa-Maior* 261
REPRESENTAÇÃO DO SEGUNDO CONGRESSO DO MAGISTERIO PRIMARIO REALISADO EM LISBOA NOS DIAS 12, 13 E 14 DE ABRIL DE 1897 269
TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES, por *A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca* 275
ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÈSES, por *Alvaro José da Silva Basto* 284
RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA, por *Charles Lepierre* 290
SOCIEDADE DE ANTHROPOLOGIA DE COIMBRA 296
AGRIA STATIO, por *Dom Thomaz de Noronha* 299
PIA STATIO, por *Dom Thomaz de Noronha* 300
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 301
ANTONIO HOMEM, por *Antonio José Teixeira* 312
CURIOSIDADES BIBLIOGRAPHICAS, por *Tito de Noronha* 321

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO SUPERIOR

(Cont. do n.º 4, pag. 207)

FACULDADES — METHODO DE ENSINO

«O methodo que proponho para o ensino das altas sciencias é muito differente do que até agora se tem seguido. Não posso conformar-me com a opinião de que, até nas aulas maiores, os alumnos devem ser obrigados a lições e sabbatinas. Os mancebos que frequentam as escholas d'esta categoria, são de uma idade assaz madura para conhecer com evidencia as vantagens da applicação e presentir os tristes effeitos da reprovação ou da perda de tempo. Ninguem deve ser obrigado ao estudo de objectos, cujo conhecimento não é essencial a todos, mas privativo de certas classes; devendo aquelle estudo ser totalmente livre aos que aspiram a essas classes. O estudante que tem a liberdade de dar lição quando quer, e não é sujeito, para assim dizer, á surpresa do lente, está livre de passar pelo vexame de dar uma má lição (vexando tambem

o bom mestre) n'um dia em que uma indisposição, ou qualquer outra causa imprevista lhe não permitte estudal-a ou vêl-a com perfeição. O estudante que é obrigado ás lições nos dias em que as não poude estudar, ou deixa de ir á aula, no que exprimenta grande prejuizo, privando-se da prelecção, ou pede dispensa da lição, acto que a todos, mesmo aos maus estudantes, não é indifferente, ou soffre durante toda a sessão as maiores ancias no temor de ser chamado, e ter então de representar um mau papel entre os seus condiscipulos. Qualquer d'estas alternativas só póde servir para amargurar o gosto das lettras, e afugentar das aulas a mocidade».

O auctor continúa expondo algumas razões mais em favor da sua opinião, e diz que para evitar os inconvenientes apontados, são muitos de opinião que o estudante não deve nunca ser obrigado a repetir na aula as lições do professor, e que a este compete expor oralmente a doutrina.

Entretanto julga que não convém privar os alumnos da liberdade de patentearem em publico o seu aproveitamento, repetindo na aula a lição explicada na vespera pelo professor, e com a liberdade de manifestarem a sua opinião e exporem as suas duvidas. D'este modo se habituarão a falar em publico, patentearão a sua applicação e o seu talento, fazendo-se conhecer e avaliar pelo mestre e condiscipulos; accrescendo que o juizo favoravel que d'elles se fizer durante o anno lhe póde ser util na occasião dos exames.

A opinião média contra a lição obrigatoria e a favor da exposição facultativa e livre dos alumnos, vai hoje ganhando terreno.

Passa depois o auctor a demonstrar os inconvenientes da obrigação, imposta aos professores, de explicarem a sciencia de cujo ensino estão encarregados, segundo um certo methodo e ordem e por compendio determinado. Hoje porém ninguem sustenta similhante doutrina.

«Em seguimento trata dos exames e diz: — É lei incontestavelmente despotica a que prohibe fazer exame sobre qualquer ramo de uma Faculdade, ou em todos, a quem não tem frequentado os cursos respectivos. Aquelle que se sujeita a um exame publico pretende mostrar publicamente que é habil nos conhecimentos que se lhe exigem. Por que principio de justiça, pois, se lhe ha de recusar essa prova de capacidade, e por que razão, uma vez dada essa prova, se lhe não concederá o mesmo titulo de habilitação que se confere aos filhos da eschola, não obstante a differença do methodo e do logar em que chegou a obter os mesmos conhecimentos?»

Parece á primeira vista ser de justiça o que o auctor pretende. Porém, admittida similhante concessão, graves inconvenientes se deviam seguir, não só contra a ordem e boa disciplina das escholas, mas até contra o progresso das sciencias. É esta uma questão grave, que em outro logar deve ser tratada mais desenvolvidamente. As vantagens concedidas no projecto aos examinandos que tivessem frequencia provada, não remedeiam os inconvenientes a que me refiro.

Quer tambem o auctor do projecto que os estudantes matriculados não sejam obrigados a examinar-se no fim de cada um dos annos que tiverem frequentado; porque, diz elle, «entre outras razões convém que em certos ramos o estudante se não examine antes de adquirir novos conhecimentos nos annos seguintes, que com os antecedentes têem tão intima ligação que lhes servem até de complemento. Mas, continúa elle, em qualquer caso, não deverá ser permittido ao examinando aperfeiçoar-se por todo aquelle espaço de tempo que lhe fôr preciso antes de se ostentar em acto publico? A lei contraria a esta disposição não poderá deixar de ser anti-constitucional».

Na doutrina exposta no paragrapho antecedente, relativamente a exames, ha muita coisa aproveitavel e posta em prática na maior parte das Universidades mais acreditadas. Se o exame annual tem suas vantagens como exame de passagem e para obrigar os alumnos a uma applicação constante, tem por outra parte o inconveniente, em cursos muito numerosos, de occupar muito tempo aos examinadores, sem lhes fornecer juizo seguro sobre o merito da maior parte dos alumnos. A seu tempo terei de voltar a esta questão.

Quer ainda o auctor que os exames extraordinarios sejam vagos, e que os examinadores sejam indicados pela sorte para afastar toda a ideia de conivencia entre o juiz e o julgado.

Nos paragraphos seguintes trata o auctor do projecto do exame geral de doutoramento; das dissertações impressas; das theses; das habilitações para lentes substitutos, que quer se façam por concurso publico, e finalmente da disciplina das aulas. Em todos estes pontos a leitura dos artigos do projecto, que adiante transcreverei, é sufficiente para fazer cabal ideia das opiniões do auctor. Unicamente aqui darei logar ao que elle diz em relação ao traje academico.

«N'este projecto não se falla de uniforme para os alumnos nem para os professores; porque somos de opinião que o não deve haver totalmente».

*

A algumas razões que indica a este respeito accrescenta em uma nota o seguinte:

«Nada ha mais singular do que o uso da batina e capa, adoptado pelos demonstradores e lentes das Faculdades naturaes, em que se precisa manejar machinas e instrumentos, fazer experiencias e operações, traçar figuras, escrever na pedra, etc. Dissemos *uso adoptado;* porque não ha legislação alguma, que determine o uniforme dos lentes nas aulas. Não seria incoherente com os antigos e pomposos actos e festas academicas a ideia de uniformidade e gravidade do traje; porém usal-o nas lições experimentaes e demonstrativas só podia ser por deferencia ao tempo e aos homens de então; deferencia contraria ao interesse da sciencia e adiantamento dos alumnos».

Referindo-se depois o auctor ao artigo em que trata dos conselhos das Faculdades — que o conselho da Faculdade é o seu governo: que a elle deve pertencer toda a economia interna da Faculdade, organização dos cursos, distribuição das materias, dias e horas do ensino, etc. Quer que os mesmos conselhos sejam os unicos competentes para a formação dos regulamentos particulares e especiaes que forem precisos para as suas respectivas escholas. «A lei geral, diz elle, só deve e só póde marcar as disposições fundamentaes e communs a todas. D'esta fórma ficam as Faculdades totalmente independentes umas das outras. Ellas não recorrem ao *conselho supremo* senão nos casos em que a sua legislação precisa ser alterada».

Sem ir mais longe seja-me permittido observar que a extrema independencia e autonomia das Faculdades póde ter graves inconvenientes na prática, principalmente quando certos cursos de uma Faculdade são complementares ou simplesmente auxiliares dos de outra. Uma Universidade póde ser autonoma, e convém até que o seja, mas não cada uma das Faculdades de que ella se compõe. Uma Universidade é um corpo completo, em cujo organismo é indispensavel a harmonia e concerto de todas as suas partes, para que ella possa funccionar com a maxima utilidade para o ensino e educação dos alumnos, e credito da instituição e do paiz.

O resto da advertencia que precede o projecto de lei, de que me estou occupando, não contém materia necessaria para intelligencia e justificação dos artigos da mesma lei, dos quaes passo a transcrever, ou simplesmente extractar, os mais importantes e doutrinaes contidos nos Titulos de VI a IX inclusivamente.

N'este projecto o auctor não separou, como era conveniente que o fizesse, a parte puramente legislativa e organica da que é regulamentar; de sorte que é mais um projecto de regulamento do que de uma lei. Seguil-o-hei assim mesmo pela ordem em que se acha disposto.

O Titulo VI, em que o auctor trata das Faculdades, começa por se occupar das matriculas: estas deviam começar em todas as Faculdades, perante os respectivos secretarios, no 1.º de outubro e findar de modo que as aulas fossem abertas no dia 16 do mesmo mez.

Nenhum alumno devia ser admittido á matricula sem ser bacharel em letras.

Nos artigos que se seguem a esta prescripção, estabelece o auctor o modo prático de se effectuar a matricula por bilhetes numerados, que ficariam sendo o titulo para a collocação dos alumnos nas aulas. A ordem da matricula devia ser a da apresentação dos alumnos, e no caso de concorrencia simultanea devia decidir a ordem alphabetica.

É escusado demonstrar os inconvenientes práticos do methodo proposto.

O direito de matricula devia ser de 4$800 réis com 120 réis de emolumentos para o secretario.

Occupa-se depois o projecto — *do modo de frequentar as aulas das Faculdades.*

O projecto dá plena liberdade ao estudante de frequentar o numero de aulas que quizer. Diz o respectivo artigo (o 159.º): — «O estudante frequentará o numero de aulas que as suas forças lhe permittirem. Nada o poderá sujeitar ao contrario d'esta disposição. Para o seu proprio interesse deverá consultar os seus professores sobre este objecto».

No artigo immediato estabelece que o estudante que houver commettido vinte faltas, com motivo ou sem elle, não poderá ser admittido aos *exames ordinarios* nem ter nos extraordinarios qualificação de *bom* ou *muito bom*. As aulas deviam abrir-se no dia 16 de outubro e encerrar-se em 31 de maio.

Sobre methodo de ensino, o projecto ordenava a publicação dos programmas dos cursos, comprehendendo o horario, a distribuição das materias, e os nomes dos professores que houvessem de ler nas differentes cadeiras. Estes programmas deviam affixar-se, com a antecipação de oito dias, ás portas das aulas, e deviam tambem publicar-se no jornal official do governo.

O professor não era obrigado a cingir as suas lições a compendio algum; porém devia no primeiro dia de aula indicar

aos seus ouvintes as melhores obras que elles deviam consultar.

Aos professores que redigissem em portuguez alguma obra sobre o ramo de sciencia em que professasse, dava certas vantagens e até a impressão por conta do Estado, sendo a obra approvada pelo Supremo Conselho de Instrucção Publica.

Como já fica dito, o lente, pelo artigo 167.º, não tinha direito de exigir lição aos estudantes; mas podia permittir que voluntariamente a dessem; e, ouvindo-os, não os deveria interromper na sua exposição, e apenâs emendar-lhes alguns erros ou incorrecções em que cahissem.

O professor podia tambem ordenar semanalmente repetições ou sabbatinas, em que fosse interrogar os estudantes que voluntariamente se offerecessem a responder; e quando nenhum houvesse, elle faria a recapitulação das materias explicadas durante a semana. Era-lhe tambem licito passar dissertações ou composições escriptas para exercicio dos estudantes, mas nem tão frequentes nem tão difficeis, que se tornassem fastidiosos e fatigantes.

Pela importancia da materia transcrevo litteralmente os artigos do projecto relativos aos exames. N'elles se faz distincção de exames *ordinarios* e *extraordinarios*. Os primeiros são unicamente os que podem ser feitos pelos estudantes matriculados e com frequencia provada, e pela ordem das matriculas. Os segundos são para todos os mais, que não estão no caso antecedente. Os primeiros deviam começar no dia 15 de junho.

Pelo artigo 173.º, os estudantes que se não apresentarem ao exame (ordinario) quando lhe competir, perdem o direito aos exames ordinarios.

(Artigo 174.º) Estes não podem ser interrompidos pelos exames *extraordinarios,* que são para as pessoas que não foram inscriptas, ou para os inscriptos que perderam o direito ao exame ordinario.

Nos artigos seguintes, o projecto estabelecia que os exames extraordinarios começariam depois de terminados os ordinarios, mas não poderiam ser prolongados além do ultimo de julho — que estes exames podessem ser requeridos e feitos em qualquer epocha do anno, excepto nas ferias finaes — que toda a pessoa tinha direito a requerel-os, independentemente da eschola e do methodo seguido nos seus estudos — que os exames parciaes ou de um ramo qualquer de uma Faculdade fossem sempre vagos, quer ordinarios quer extraordinarios

— que o tempo da sua duração não excedesse uma hora — que estes exames deviam ser feitos perante um jury, composto de tres professores, sendo um o lente da cadeira respectiva ao exame e de outros dois tirados á sorte entre proprietarios e substitutos, com a antecipação de uma hora — que todos elles interrogassem o examinando, e que a presidencia competisse ao lente da cadeira — que o exame fosse publico bem como a votação por escrutinio e as qualificações representadas pelas letras A R B MB — que o resultado do escrutinio fosse immediatamente proclamado pelo secretario e logo registado no livro dos exames e rubricado pelos examinadores — que no resultado dos exames as qualificações de *bom* e *muito bom* não competisse senão aos matriculados admittidos a exame ordinario; todos os mais só podessem ser votados com AA ou RR — que os titulos de approvação fossem passados pelos secretarios das Faculdades respectivas e assignados pelos vogaes do jury — que pelo titulo de approvação pagassem os examinados, por cada disciplina, 2$400 réis para o cofre da Faculdade e 240 réis de emolumentos ao secretario.

Nos artigos seguintes regulava o auctor o processo da collação do gráu de Doutor.

Deveria este gráu ser o unico que as Faculdades podessem conferir.

O estudante que tivesse sido approvado em todos os cursos de uma Faculdade seria recebido Doutor n'ella, sendo tambem approvado no *exame geral* de doutoramento.

Para se effectuar este acto, devia o alumno préviamente tirar em publico tantos pontos quantos fossem os ramos da Faculdade, e sobre estes deviam recahir os argumentos.

O jury do exame de doutoramento seria composto de tantos lentes; quantos fossem os ramos da Faculdade, e tirados á sorte entre proprietarios e substitutos. Cada examinador devia interrogar o candidato durante vinte minutos em um dos pontos do anno em que lhe competisse argumentar. A ordem da argumentação devia ser regulada segundo a antiguidade dos professores.

Depois do exame o candidato devia ter uma dissertação escripta em portuguez sobre ponto por elle escolhido, e precedentemente impressa e distribuida, com a antecipação de tres dias, por todos os lentes da Faculdade. Qualquer dos lentes poderia interrogar sobre ella o candidato.

Com as dissertações deviam tambem ser impressas e distribuidas tantas vezes duas theses, quantos fossem os ramos

da Faculdade, sobre as quaes poderiam, á sua escolha, argumentar os examinadores, nunca mais de vinte minutos cada um.

A qualificação dos votos no julgamento d'este acto, deviam ser as mesmas que as dos exames ordinarios, podendo só ter as qualificações de B e MB os que tendo sido matriculados em todas as aulas da Faculdade tivessem obtido em dois terços d'ellas o direito aos exames ordinarios. Todos os mais deveriam ser unicamente votados por AA ou RR. No caso de empate decidiria o presidente.

Não devia haver tempo fixo ou epocha certa para os exames de doutoramento. Podiam elles ser requeridos e feitos em qualquer epocha do anno, menos nas ferias finaes, ainda que fosse na epocha dos exames ordinarios.

As cartas de Doutor deviam ser passadas pelo secretario da Faculdade, assignada por tres vogaes do conselho da mesma Faculdade e sellada com o seu sello; fazendo-se n'ella menção das qualificações obtidas no acto. O Doutor deveria pagar os mesmos direitos e emolumentos estabelecidos para os exames parciaes, e mais 100$000 réis á Universidade e 5$000 réis ao secretario.

(Continúa). VISCONDE DE VILLA-MAIOR.

REPRESENTAÇÃO DO SEGUNDO CONGRESSO (*) DO MAGISTERIO PRIMARIO REALISADO EM LISBOA NOS DIAS 12, 13 E 14 DE ABRIL DE 1897.

SENHOR!—Incumbidos pelo segundo Congresso do magisterio primario de representar a Vossa Majestade os seus votos, cabe-nos antes de mais nada ser os interpretes do seu reconhecimento para com os poderes do estado pela sancção legal que obtiveram, graças á solicitude da Repartição de instrucção primaria do Ministerio do reino, varias das reclamações formuladas perante Vossa Majestade pelo primeiro Congresso do mesmo magisterio.

Infelizmente não podemos deixar de observar desde já com profunda magua que nem esses, nem outros bons preceitos da nossa legislação de instrucção primaria se têem executado sempre e egualmente para todos. Desprezaram-se por vezes as habilitações e o concurso para a selecção do pessoal docente, ao passo que se excluiam do seu quadro antigos professores ajudantes de Lisboa; têem-se arrastado indefinidamente alguns provimentos definitivos, de direito conquistados na diuturnidade do serviço; recusaram-se sem motivo transferencias requeridas nos termos legaes; ha professores em credito ainda de antigos vencimentos, e, por falta e demora da sua classificação, muitos professores de instrucção elementar e quasi todos os de instrucção complementar estão sem receber a retribuição devida á sua categoria e classe; não têem faltado dissabôres e vexames ao professorado, em consequencia de precipitadas e abusivas suspensões. São doentios e indecorosos muitos edificios escholares; e algumas escholas têem sido desalojadas, e outras correm esse risco, por falta de pagamento das rendas de casa. A mobilia escholar continuou votada ao maior abandono. Desviaram-se do seu destino as quantias averbadas aos fornecimentos escholares; e nem um mappa sequer

---

(*) Relator, o presidente do Congresso, conselheiro Bernardino Machado.

de Portugal se distribuiu para modelo pelas escholas, com a aggravante de que desde 1893 o Ministerio das obras publicas tem prompta uma reducção da grande carta chorographica do paiz, expressamente mandada fazer para uso das escholas primarias. Desappareceram as aulas para adultos. Extinguiram-se os antigos cursos complementares, e não se estabeleceram as escholas complementares creadas para os substituir. O ensino normal em vão tem esperado pelas escholas de que carece em Coimbra.

Senhor! Ainda antes que a sua reforma, pedimos confiadamente a Vossa Majestade a execução da lei!

Instamos junto de Vossa Majestade por que o programma da instrucção elementar, sem deixar de ser elementar, seja, no seu tanto, completo. Nem a arithmetica se póde estudar desprendida de uma base de noções concretas, nem os trabalhos manuaes fazem sentido sem ellas; tão pouco o desenho póde desacompanhar-se da modelação, e a gymnastica ha de deixar de incluir o canto. Não se tenha receio de ensinar tudo que é indispensavel aprender; tenha-se, mas é o mais escrupuloso cuidado de não dissociar as materias do ensino em lições truncadas e desconnexas! A arithmetica aprende-se com tudo, é uma logica que vae encadeando todos os primeiros conhecimentos; com os trabalhos manuaes é que conjunctamente se adquirem as noções de coisas, e das fórmas e movimentos, isto é, os rudimentos da historia natural, da geometria, e da mechanica; a modelação é um trabalho manual, e o tempo dado aos jogos não é perdido para as mais lições; o desenho, a escripta e a exposição oral não se isolam de nenhum dos outros exercicios, completam-n'os; finalmente toda a vida escholar é uma constante iniciação moral e social. A lei manda ensinar a moral na eschola: pois, com as lacunas do programma, nem disciplina lá póde haver, porque as faculdades da creança luctam legitimamente pela existencia! Permitta-se ao professor dar um ensino completo, e elle o saberá dar em toda a sua simplicidade, elle o saberá concentrar e consubstanciar com a vida historica da nação, não esquecendo que de cada uma das suas lições o alumno deve sahir, dia a dia, mais prestante á familia e á sociedade.

Integrado o programma, acabe-se com a divisão da instrucção primaria em dois graus, que só serve para se ensinar mal, num anno só, e tarde, no setimo anno, aos felizes que prosigam para os lyceus, aquillo que a todos, ricos e pobres, urge ir ensinando por todo o periodo escholar desde o prin-

cipio; e assim ter-se-ha a um tempo democratisado o ensino primario e poupado á frequencia da eschola um anno, que hoje se dispende em pura perda. E' quasi escusado accrescentar que, com a divisão, deve cessar a dualidade de exames, reduzindo-se a um unico á sahida da eschola, perante um jury concilio em que tome parte o professor do examinando, sob a presidencia do chefe de circumscripção, e livre do onus de qualquer contribuição. Allivie-se a instrucção primaria das despesas com longas e repetidas viagens e com propinas para exame, que hoje lhe roubam a garantia da gratuidade conferida pela constituição!

Não se sobrecarregue de livros a creança! Um livro para cada disciplina na instrucção primaria, que absurdo e que despesa! Basta um só, o de leitura. Os compendios são um recurso para quem não tem professor, e não devem substituir-se-lhe.

Já era excessivo o número maximo de alumnos para cada professor, e agora ainda mais! Não cabe nas forças de nenhum ensinar efficazmente muito além de quarenta.

Reconheça-se ás escholas complementares a sua categoria! Ellas são tambem chamadas primarias superiores, o que equivale a dizer secundarias inferiores, e, como taes, importa equiparal-as ao primeiro curso dos lyceus. Ellas é que verdadeiramente são as escholas médias ou secundarias. Saiba-se o valor de cada um dos graus do ensino para não empregar desacertada e improductivamente os sacrificios da nação, e para abrir de um para outro grau as passagens que tornem a instrucção publica, até a mais alta, accessivel a todas as classes!

Embora todo o ensino seja virtualmente normal, porque sempre o alumno se vae fazendo mestre de si proprio, não se descaracterise o ensino normal! A lei confunde as escholas complementares com as normaes; e são institutos diversos. Numa eschola complementar o alumno trata de alargar a instrucção geral, que recebeu na eschola primaria, exercitando em todos os sentidos as suas faculdades, e insistindo mesmo nos exercicios para que tenha menos aptidão; na eschola normal elementar trata de se especialisar á profissão docente, e para ahi faz convergir o conjuncto geral de noções que recebeu na eschola primaria. O ensino complementar não é profissional como o normal; é humanista, abrange quanto ha de fundamental a todas as profissões da classe média da sociedade. E isto leva-nos a accentuar a sua necessidade para a admissão ao ensino médio ou complementar, a que se destinam as escholas normaes de Lisboa, Porto e Coimbra,

No presupposto de se espalharem pelo paiz as escholas normaes elementares, supprimiram-se as commissões regionaes de exame de habilitação ao magisterio; mas essas escholas só excepcionalmente até hoje se estabeleceram, apenas duas funccionam, e o recrutamento dos professores elementares está padecendo por causa de tão prematura suppressão.

Os actuaes vencimentos do magisterio primario só apparentemente melhoraram a situação do professor nos primeiros annos da sua carreira, e peoraram-lh'a a mais e mais para depois, chegando a reduzir-lhe a menos de metade os meios que anteriormente a lei promettia á sua velhice. Accresce que, por varios modos, elle hoje se acha sob o peso de impostos geraes e locaes, a que d'antes não estava sujeito. Emquanto se não procede á equitativa revisão do actual regimen, como se faz mister, que ao menos se não lancem taxas de licença ao professor doente, e se não exijam emolumentos de aposentação ao professor invalido, e que nem durante o seu impedimento por doença, que é forçado, nem para o computo da sua aposentação, que precisamente só pelo tempo de exercicio é concedida, se lhe desconte o vencimento de exercicio! Não desampare a sociedade ao seu primeiro mestre, sobretudo quando elle mais precisa de assistencia e protecção!

Entendeu-se de justiça que os professores regentes de Lisboa e Porto, a quem não fosse dada residencia no edificio da eschola, cobrassem um subsidio para renda de casa. Egual direito assiste aos professores das outras terras, e tanto aos professores regentes como aos ajudantes; pretendemos por isso que se consigne tambem na lei.

E um auxilio pedimos que se preste á classe dos professores primarios, que é o da preferencia dos seus filhos para pensionistas das escholas normaes. Occupados, em regra, na eschola ao lado de seus paes, porque se não ha de aproveitar o seu tirocinio e franquear-lhes a carreira quasi unica que elles podem seguir? D'elles, e, em geral, dos monitores, é que se devem fazer alumnos das escholas normaes!

A transferencia dos professores, não a seu pedido, mas por motivo de serviço, aliás só explicavel em casos excepcionaes, quando por inexperiencia ainda de tracto o professor noviço se torne incompativel com a povoação, e portanto prescindivel, desde que o professor faça o seu noviciado como ajudante, converte-se tão amiude em arma apontada pelas auctoridades e influentes politicos á liberdade do magisterio, que não hesitamos em reclamar vehementemente a sua abolição.

A lei vigente consagra o principio do ensino elementar dos cegos e surdos-mudos, mas, para o estado o pôr discretamente em prática, comece por o ministrar em aulas annexas ás escholas normaes, de modo a preparar pessoal competente que vá professal-o, quer em escholas especiaes, quer nas mesmas escholas communs!

Chamamos a attenção do governo de Vossa Majestade para a instrucção nas ilhas adjacentes e no ultramar. Dotem-se os Açores e a Madeira com escholas normaes, onde os seus filhos possam commodamente habilitar-se ao magisterio elementar; e multipliquem-se as escholas primarias por todo o dominio das nossas possessões e colonias, para que, com ellas, se vá implantando no espirito e no coração dos indigenas a civilisação portuguêsa! Precisamos de ensinar a metropole a conhecer o ultramar, e este a amal-a!

Applaudindo a creação d'um pelouro de instrucção em cada municipio, desejariamos que se interessassem cada vez mais as corporações locaes na administração juridica e economica da eschola. Só assim se resolverá desde já, por exemplo, o problema instante da construcção de casas escholares apropriadas, que não é para a penuria a que desgraçadamente chegou o thesouro, e que por isso continuará de anno para anno pendente, emquanto se não confiar ao zelo e dedicação das proprias localidades.

A instrucção elementar é o minimo de instrucção indispensavel a cada cidadão; e, como tal, deve o seu diploma ser requisito primordial de idoneidade para o desempenho de qualquer cargo, do estado ou das corporações locaes. Achamos mesmo que, quando ninguem puder allegar a falta de providencias educativas, se deverá ir mais longe e exigil-o para o goso de todo direito publico. Sem uma cultura elementar, ninguem está realmente apto para receber a communhão social.

Dado á eschola um programma de valor; fôrra a frequencia, bem como o exame, a despesas; desaccumuladas as aulas, para que cada alumno possa receber o seu quinhão de ensino; assegurados ao professor os meios de se entregar desassombradamente ao exercicio da sua missão; multiplicando escholas e cursos; devidamente cotado pela lei o diploma escholar; aproveitadas as iniciativas das administrações locaes em favor da instrucção;—certamente a eschola attrahirá as familias, e a nodoa de analphabetismo, que vergonhosamente se alastra pelo paiz, tenderá a desapparecer. Advirta-se comtudo que a miseria é muitas vezes o maior, senão o unico, obstaculo

á frequencia da eschola, e prescreva-lhe generosamente o nósso codigo de instrucção os soccorros da beneficencia publica e particular. Ainda está viva a lembrança dos bons officios que prestaram algumas commissões de beneficencia, apesar de abandonadas de todo do poder central. Só quando se levar desveladamente a assistencia social a cada albergue, a instrucção primaria poderá ser effectivamente obrigatoria, como manda a lei.

Facilite-se por todos os meios a diffusão do ensino primario, e não se vá por conseguinte contra quem quer que, respeitando as leis, a ministra onde não haja ainda eschola ou curso official bastante; mas, havendo-o, não se consinta que professor algum de estabelecimento particular deixe de possuir um titulo de capacidade pedagogica, com que dê ás familias a mesma garantia que os professores dos estabelecimentos publicos!

Senhor! Renovando os votos do seu primeiro Congresso, que ainda não fôram satisfeitos, e muito especialmente pela conversão da inspecção extraordinaria em permanente, o magisterio primario, agora, como então, espera que a sua representação attestará solemnemente a Vossa Majestade o ardente desejo que o anima de cooperar com todas as suas forças para a prosperidade da nação.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMÁTICAS

TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES

(Cont. do n.º 4, pag. 216)

Coagulação do sangue. — Dissémos já que o sangue extrahido dos vasos e abandonado ao ar se converte em uma massa molle, que, retrahindo-se pouco a pouco, acaba por separar-se em duas partes: o coágulo e o sôro. Esta transformação chama-se *coagulação do sangue.*

O tempo, que o sangue humano leva a coagular, depende de muitas circunstáncias, principalmente da temperatura e do contacto com os corpos exteriores.

Á temperatura ordinária, a coagulação começa 2 a 5 minutos depois da extracção do sangue; a retracção é completa ao fim de 12 a 48 horas.

Parece, que o sangue de mulher coagula mais depressa que o do homem, e que neste o sangue arterial solidifica mais depressa que o venoso.

Nasse distingue cinco tempos na coagulação:

1.º formação de uma pellícula á superficie;

2.º formação de um invólucro, que desce ao longo das paredes dos vasos involvendo o sangue por completo;

3.º transformação do sangue em geleia;

4.º transformação da geleia numa pasta e separação do sôro;

5.º expulsão completa do sôro.

Segundo o mesmo auctor, o tempo necessário para a manifestação dos quatro primeiros phenómenos é:

	Tempo mínimo	Tempo máximo	Média no homem	Média na mulher
1.º	1m 3/4	5–6m	3′45″	2′50″
2.º	2	6–7	5′22″	5′12″
3.º	4	10–12	9′55″	7′40″
4.º	7	13–16	11′49″	9′55″

A coagulação do sangue é impedida ou atrazada:

a) Pela addição de álcalis ou ammoníaco, de saes neutros de metaes alcalinos e alcalino-terrosos, principalmente do sulfato de magnésio.

b) Pela precipitação da substáncia fibrino-plástica pelos ácidos fracos. E' por este motivo, que o sangue venoso contendo CO_2 coagula mais lentamente do que o arterial, e que o sangue dos asphyxiados coagula com difficuldade.

c) Pela addição de cytoglobina (substáncia albuminoide extrahida das cellulas dos gangliões lympháticos), da albumina do ovo, das soluções de assucar, da glycerina e água em grande quantidade.

d) Pelo abaixamento da temperatura (0º), a coagulação póde atrazar-se por uma hora. Quando se congela, ou se submette a grandes pressões, o sangue sahido do organismo apparece ainda líquido quando funde, coagulando em seguida.

e) O sangue dos embryões das aves não coagula antes de 12 a 14 dias (Boll). O das veias hepáticas coagula difficilmente O sangue de cão, que circule sòmente no coração e pulmões, leva muito tempo a coagular (Pawlow); o sangue, que se impede de circular no fígado e nos intestinos, não coagula (Bohr). A coagulação do sangue do feto logo depois do nascimento começa rapidamente, mas a sua terminação é demorada; tem pouca fibrina segundo Krüger.

O sangue do ménstruo tem pouca tendéncia a coagular quando misturado com o muco muito alcalino das vias genitaes; quando se esgota rapidamente em grande quantidade apresenta coágulos moles e confluentes.

f) O sangue rico em fibrina dos orgãos inflammados coa-

gula lentamente. Na hemophilia, em que não ha elementos geradores da fibrina, não ha coagulação.

A injecção no sangue da trypsina e de fermentos diastásicos impede a coagulação. Schmidt-Mulheim obteve o mesmo resultado injectando peptona pura nas veias de um cão; idéntica injecção nos coelhos não deu resultado. A introducção da peptona no sangue dissolve em massa os leucócytos.

Impedem aínda a coagulação: a secreção buccal das sanguesugas e os venenos da víbora e enguia.

Acceleram a coagulação do sangue:

a) O contacto com corpos estranhos, mas sòmente quando a elles póde adherir o sangue. As paredes dos vasos sanguíneos alterados por uma lesão pathológica actuam como corpos estranhos.

b) Os productos da metamorphose regressiva dos albuminatos, como por exemplo, o ácido úrico, glycerina, taurina, etc.

c) Nas hemorrhagias abundantes e rápidas as últimas quantidades de sangue sahidas sam as primeiras a coagular.

d) A elevação de temperatura, principalmente de 39 a 45°.

A coagulação é quasi immediata nas aves, muito lenta nos animaes de sangue frio; a dos mammíferos é intermediária entre ambos. A hemolympha, quando incolor, dá, bem como a lympha e o chylo, um coágulo branco e molle.

A coagulação, como todas as mudanças de estado physico dos corpos, determina uma variação de temperatura, apreciavel pelo thermómetro.

A alcalinidade do sangue diminue desde que sáe dos vasos até ao momento de completar-se a coagulação.

Causas da coagulação. — As causas da coagulação do sangue tẽem em todos os tempos preoccupado os homens de sciéncia, a tal ponto que sam muito numerosas as hypótheses, que se tẽem aventado para explicar este phenómeno.

Até 1828 acceitou-se a explicação de Hippocrates, que a attribuia ao repouso e ao resfriamento.

Hemter demonstrou, que o sangue agitado numa garrafa se coagulava mais depressa do que em repouso, ao mesmo tempo que Davy demonstrava, que o resfriamento retarda a coagulação, conservando fluido por mais de uma hora o sangue resfriado a 0°.

Suppôs-se depois, que a coagulação era produzida pelo ar. Para o demonstrar Hervson pôs tres ligaduras na veia jugular

de um coelho, de maneira que nella limitasse duas porções distinctas, uma das quaes abriu deixando ahi penetrar o ar; pondo em seguida esta parte em communicação com a contígua, viu que nella coagulava o sangue ao fim de cinco minutos.

A solidificação do sangue no vazio de uma cámara barométrica prova bem, que esta explicação não é verdadeira.

Outros, como Malgaigne, admittiram, que os vasos têem uma acção especial, sendo a coagulação impedida por uma exsudação da parede interna.

Brucke suppõe, que é a acção da própria parede, que impede a coagulação. Fundava a sua hypóthese no facto de no coração de uma tartaruga se conservar o sangue líquido durante oito dias, quando a temperatura era de 1°, tres dias a 10°, e vinte e quatro horas a 24°.

Segundo Richardom, a fluidez do sangue no interior do organismo é devida á presença de uma pequena porção de ammoníaco, que se evapora quando o sangue é extrahido dos vasos, não se lembrando talvez que o sangue tambem coagula no interior do organismo, como nos casos mais vulgares de thrombose.

Schmidt pretendeu, que a fibrina se produz pela mistura de duas substáncias: uma, o fibrinogénio, existente no sôro; outra, a substáncia fibrinoplástica, encontrando-se em várias partes do organismo, nos glóbulos vermelhos entre outras. Uma pequena porção desta substáncia seria sufficiente para determinar a formação da fibrina.

Schmidt e os seus discípulos admittem hoje ao lado destas substáncias, a acção de um fermento especial, que existiria no sangue.

Esta theoria, negada por Wurtz, Gautier, Mantegazza, Freund e outros, tende a ser substituída pela que suppõe a coagulação devida a modificações histológicas, physiológicas, physicas e chymicas dos elementos figurados do sangue, em consequéncia das quaes as matérias, que fórmam a fibrina, transpiram dos glóbulos vermelhos ou brancos e aínda, segundo Hayem, dos globulinos, pela influéncia dos phenómenos, que precedem a alteração e a morte destes elementos figurados.

A experiencia de Heynsius confirma, em parte, este modo de ver.

Com effeito, recolhendo num provete graduado e cercado de gelo, contendo meio litro de uma solução de chloreto de sódio, cincoenta centímetros cúbicos de sangue de

cavallo, precipitam-se no fundo do vaso os elementos figurados. Decantando o líquido e juntando outra solução de chloreto de sódio, que novamente se decanta, consegue-se separar por completo os glóbulos assim tratados, do plasma sanguíneo. Juntando a estes glóbulos, cincoenta centímetros cúbicos de sôro de sangue de boi, e elevando a mistura á temperatura de 40°, o sôro coagula ao fim de alguns minutos. Heynsius verificou, que este coágulo lavado e secco é proximamente egual em peso ao coágulo, que daria a mesma quantidade de sangue inicial.

Isto demonstra que o fibrinogénio sáe dos glóbulos, porque não existe no sôro addicionado, nem póde provir do plasma, quasi por completo supprimido.

Landois indica mesmo como se póde obter a fibrina do estroma, que diz ter visto formar-se, quando as hemácias de um animal (coelho) sam transportadas para o sôro do sangue de um outro (rã); basta para isso agitar uma solução de chloreto de sódio a 1 % com ether e algumas gottas de sangue desfibrinado; o ether sabrenada arrastando os filamentos de fibrina do estroma (1).

Freund apresentou aínda outra theoria da coagulação do sangue. Suppõe, que o sangue extravasado recebe dos globulos phosphatos alcalinos, que enriquecem o plasma em sulfato de cálcio, sal que precipitando-se arrasta consigo parte dos albuminoides do plasma (o fibrinogénio) com que se combina, transformando-os em fibrina insoluvel.

Arthus e Pagès determináram as condições em que os saes calcáreos contribuem para a coagulação, demonstrando que a sua presença é necessária mas não sufficiente para a determinar.

Lilienfeld suppõe, que o agente activo da coagulação é uma nucleo-albumina (nucleo-histon), que sería formada pelos leucócytos, principalmente á custa dos seus núcleos. A nucleína do núcleo-histon favorece a coagulação, enquanto que a metade histon a retarda. A separação da nucleína e do histon póde

---

(1) Segundo uma communicação dos srs. Athanasiu e Carvalho, resulta das suas experiéncias sobre os animaes peptonizados, que no estado normal sam os elementos figurados do sangue e lympha, os leucócytos de preferéncia, que fornecem o fermento fibrínico necessario á coagulação destes líquidos, e que, quando por um motivo qualquer estes elementos estam impedidos de desempenhar esta funcção, os tecidos do organismo, o figado especialmente, encarregam-se de a supprir.

*

effectuar-se por meio da água de cal ou baryta. Separadamente a nucleína ou o chloreto de cálcio não produzem a coagulação das soluções de fibrinogénio de Hammarstem, que, quando préviamente aciduladas pelo ácido acético, dam um precipitado coagulavel pelos sáes de cálcio isolados ou acompanhados pela nucleína. Esta substáncia é chamada *thrombosina,* e a fibrina é considerada como um composto de thrombosina e cálcio. O constituinte do fibrinogénio, que fica em solução quando a thrombosina é precipitada pelo ácido acético, assemelha-se á peptona principalmente pela sua acção retardadora da coagulação. A nucleína precipita no estado livre, como o ácido acético, a thrombosina do fibrinogénio. Esta theoria seria applicavel ao sangue, tanto intra, como extra-vascular; um ácido nucleico divide primeiro a molécula do fibrinogénio, e um dos seus constituintes, a thrombosina, unindo-se a um sal de cálcio fórma a fibrina. Suppõe-se, que o fermento da fibrina é uma globulina, que seria um producto e não a causa da coagulação.

Como se vê, sam variadas as explicações, que se têem dado da causa da coagulação do sangue, sendo hoje universalmente reconhecida a fibrina como agente productor deste phenómeno. O ponto discutido é a origem desta substáncia, e sobre essa nada ha que se possa julgar definitivamente assente.

As numerosas observações, em que assentam as últimas theorias, que expuzémos, levam-nos comtudo a admittir, que a fibrina não preexiste já formada no sangue, cujos elementos figurados representam um papel importante na formação deste corpo.

SÔRO

O plasma sanguíneo dá quando desfibrinado um líquido levemente esverdeado no homem e no cão, ambarino no cavallo, avermelhado no boi, quasi incolor no coelho, que se chama sôro.

1:000 grammas de sangue dam de 459 a 525 grammas de sôro.

O sôro consiste em uma solução aquosa de substáncias differentes, preexistentes umas no plasma normal, sahidas outras dos elementos figurados depois da extravasão do sangue.

A sua densidade média é de 1,028 no homem, em que póde variar de 1,026 a 1,029.

O sôro é alcalino. E' constituído por 81 a 95 partes por

cento de agua contendo em solução substáncias albuminoides, substáncias azotadas não albuminoides, substáncias não azotadas, fermentos, saes e gazes.

Segundo Schmidt, o sôro do homem contém 90,9 e o da mulher 91,7 por cento de agua; 90 a 92 o do boi; 91 a 93 o do cão e porco; 91 a 92 o do carneiro; 93 a 95 o de pombo.

A composição de mil partes em peso de sôro é, segundo Hammarsten e Halliburton:

	Homem	Boi	Cavallo	Coelho	Rã
Substáncias albuminoides.....	76,2	75,0	72,6	62,2	25,40
Globulina do sôro.....	31,0	41,7	45,6	17,9	21,80
Serina, substáncias proteicas.....	45,2	33,3	26,8	44,4	3,60
Lecithina, gorduras, urêa, etc.....	7,1	6,6	5,4	13,0	–
Sáes mineraes.....	8,8	8,1	8,0		
Agua.....	907,9	910,4	914,0	924,8	–
Total das substáncias sólidas.....	92,1	89,6	86,0	74,2	–

Albuminoides do sóro. — Sam representados pelas serinas, a serumglobulina e fermentos.

As *peptonas* não existem no sangue normal, nem mesmo nas veias mesentéricas durante o trabalho da digestão. Só apparecem havendo no sangue um fóco de pus ou de neoplásias.

Os *fermentos* sam parecidos com as peptonas, e como ellas não se tornam insoluveis por um prolongado contacto com o álcool absoluto.

Nota-se tambem no sôro um fermento, que saccharifica o amido, e que seria análogo ao fermento hepático que transfórma o glycogénio em assucar.

Segundo Lepine, o sôro contém aínda outro fermento, o *glycolytico,* aínda não isolado, que faz desapparecer o assucar; é formado no páncreas.

No sangue normal, mesmo no dos carnivoros, existe um assucar dextrogyro, cuja proporção em 100 partes é, segundo Lehman: 0,014 a 0,015 no boi; 0,031 no cão; e 0,044 no gato. Esta proporção é susceptivel, como demonstrou Mering, de variações relativamente extensas.

A percentagem de urêa varía nos diversos sangues: dimi-

nue com a inanição e augmenta com a febre. Em 100 partes de sangue normal encontram-se:

Homem.....	0,032 a 0,177
Cão.....	0,030 a 0,275
Porco.....	0,015
Vitella.....	0,030

Na doença de Bright estas doses pódem elevar-se até 1gr,4 em 100 grammas de sôro.

O ácido úrico foi encontrado nos sangues normaes do boi e do homem, principalmente no dos gottosos e rheumáticos.

O ácido hippúrico existe no sangue do lôbo.

No sôro encontram-se tambem pigmentos: uns biliares, como a urobilina, outros que lhe sam próprios, conhecidos por *lipochromos;* sam amarellados no homem, boi e carneiro e alaranjados nas aves.

O lipochromo do sangue ou serum-luteína dá duas bandas de absorpção, uma correspondente á risca *F,* outra entre *F* e *G,* mas mais próxima de *G.*

Substáncias mineraes. — Queimando 100 partes de sòro de sangue de homem, obtém-se 0,70 a 0,89 de cinzas, proporção que desce de 0,65 a 0,83 na mulher.

O sôro arterial é mais rico em saes do que o venoso, o dos animaes adultos é tambem mais rico do que o dos animaes novos. Os sôros de coelho e cão sam os mais pobres; os de cabra, carneiro e gato, os mais ricos em substáncias mineraes.

As anályses das cinzas fornecidas por 1:000 grammas de sôro, dam:

	Schmidt		Bungue		
	Homem		Pôrco	Cavallo	Boi
Cl.....	3,610	3,717	3,610	3,750	3,720
P_2O_5.....	0,370	»	»	»	»
SO_3	0,130	»	»	»	»
K_2O	0,390	0,254	0,270	0,270	0,250
Na_2O	4,460	4,350	4,270	4,430	4,350
CaO.....	0,163	0,126	0,140	»	0,130
MgO	0,101	0,045	0,380	»	0,045
Fe_2O_3.....	vestígios	vestígios	0,011	vestígios	0,011
CO_2.....	9,230		8,680	–	–

Encontram-se aínda no sôro ou no sangue o ácido silícico e vestígios de fluoretos e cobre, cujas proporções variam, como já fizémos notar, com as condições do solo e alimentação.

No sôro e plasma, encontram-se tambem sáes ammoniacaes; durante a vida, passam para o ar expirado e para as urinas pequenas porções de ammoníaco.

(Continúa). A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca.

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES

(Cont. do n.º 3, pag. 144)

NOMENCLATURA

Deixando de parte os casos extraordinários, que ficam isolados, e os casos que nunca coincidem com médias, póde dizer-se, que o índice cephálico varía entre os limites 65 e 90. E' este intervallo, que se tracta de dividir e fixar por uma nomenclatura apropriada.

Sem nos demorarmos a fallar das divergéncias, que durante muito tempo houve a este respeito, passaremos immediatamente a expôr a nomenclatura, que hoje é vulgarmente seguida — *a nomenclatura quinária de Topinard*.

Antes disso porém algumas palavras sobre a de Broca, que foi por muito tempo clássica. Consta de 5 grupos, como se vê do quadro seguinte:

	GRUPOS		LIMITES DOS GRUPOS		FRACÇÃO EQUIVALENTE
			Limite inferior	Limite superior	
Nomenclatura de Broca	Dolichoc.	Dolichocéphalos.....	—	75	6/8
		Sub-dolichocéphalos.	75,01	77,77	7/9
	Mesaticéphalos.....		77,78	80,00	8/10
	Brachyc.	Sub-brachycéphalos.	80,01	83,33	10/12
		Brachycéphalos.....	83,34	—	—

Um dos defeitos mais salientes desta nomenclatura está na desigual amplitude dos differentes grupos; mas era por assim dizer um defeito theórico. O motivo do abandono do systema de Broca foi de ordem práctica: não se prestava á applicação do methodo de seriação.

Topinard, querendo obviar a este inconveniente, propôs em 1886 uma classificação muito símplez e hoje muito espalhada. É conhecida pelo nome de *systema quinário*.

	GRUPOS	Limite inferior	Limite superior
Nomenclatura quinária	Ultra-dolicocéphalos	60	64,99
	Hyper-dolichocéphalos	65	69,99
	Dolichocéphalos	70	74,99
	Mesaticéphalos	75	79,99
	Brachycéphalos	80	84,99
	Hyper-brachycéphalos	85	89,99
	Ultra-brachycéphalos	90	94,99

Embora a nomenclatura seja composta de sete grupos, sam três os mais frequentes, abrangendo o largo intervallo de 70 a 85. A média humana é 77,5. Algumas vezes a um crânio, que tem índice maior ou menor que 77,5, dá-se o nome de *supra* ou *sub-mesaticéphalo*.

INTRODUCÇÃO DO ÍNDICE CEPHÁLICO EM ANTHROPOLOGIA

Como dissemos, foi Retzius quem introduziu em Anthropologia os termos — dolicocéphalo e brachycéphalo. Não obstante o sentido pouco preciso com que essas denominações fôram apresentadas, a classificação do célebre anatómico sueco espalhou-se rápidamente.

Numa das suas luminosas Memórias (1) explica Broca um tal éxito pelo emprego, que da classificação fez o seu auctor numa curiosa theoria ethnogénica do nosso continente.

---

(1) Broca — *Sur la classification et la nomenclature, etc.* In *Mem.*, t. IV, p. 233.

Apesar de actualmente offerecer apenas um mero interesse histórico, não é inutil recordá-la, porque nos familiariza com o género de applicações, a que se presta o índice cephálico.

Admittia Retzius, que todas as populações autóchthonas da Europa pertenciam a uma raça brachycéphala, semi-selvagem, que se assenhoreara do solo durante toda a idade da pedra; que posteriormente uma raça dolichocéphala, oriunda da Asia, mais civilisada, mais intelligente, e armada do bronze, a raça aryana ou indo-europeia, caíra sobre ella, e depois de a vencer, desapossou-a do solo, e quasi a exterminou; e que por conseguinte a inauguração da idade do bronze fôra acompanhada na Europa pela introducção da dolichocephalia, da civilisação aryana e das linguas de flexão. Três povos sòmente, os Bascos, refugiando-se nas montanhas dos Pyrineus, os Finlandezes e os Lapões, recuando para o norte, conseguíram escapar a esta exterminação da raça autóchthona, e conservâram com a sua independéncia a brachycephalia primitiva e as linguas de agglutinação.

Era a fórmula craniológica dum facto perfeitamente estabelecido pela Linguística e pela Archeologia, e confirmado depois pela Paleontologia, a saber: a existéncia na Europa de populações autóchthonas incalculavelmente anteriores á época das immigrações asiáticas.

Tal fórmula era todavia inteiramente falsa. Longe do typo dolichocéphalo ser o último chegado á Europa, é provavel pelo contrário, que seja muito mais antigo do que o typo brachycéphalo; é certo em todo o caso, que aquelle typo é infinitamente anterior á era da immigração aryana. Tem-se encontrado em sepulturas e depósitos, que correspondem a toda a duração da idade da pedra, inclusivamente no nosso país (1); mas os brachycéphalos tornam-se sobretudo abundantes e distinctos no período neolíthico (2). Os autóchthonas da Europa compunham-se pois, pelo menos, de dois grupos anthropológicos essencialmente differentes pela fórma dos seus crânios.

Como Broca suggere, devia certamente ter contribuído para a acceitação que alcançou a theoria de Retzius, o sentido obscuro dos termos, que o célebre anatómico introduziu.

---

(1) Paula e Oliveira — *Note sur les ossements humaines existants dans le Musée de la Commission des Travaux Géologiques.* In Com. da Commissão dos trabalhos geológicos de Portugal, t. II, fasc. I, p. 1. 1889.

(2) Hovelacque et Hervé — *Précis d'Anthrop.,* p. 243. Paris, 1887.

O ÍNDICE CEPHÁLICO DO INDIVÍDUO

Aínda hoje se sabe pouco sobre as variações do índice cephálico com a idade e com o sexo.

Mostra a observação, que, desde os primeiros tempos da vida, o crânio reveste a fórma typica, allongada ou redonda, determinada pela hereditariedade, que nelle predomina; uma análise cuidada denuncía, entretanto, uma tendéncia da cabeça a ser mais redonda nos primeiros annos do que posteriormente o virá a ser.

Semelhante facto está de harmonia com a precocidade do desenvolvimento encephálico em relação ao resto do organismo, desenvolvimento operado numa caixa de parêdes flexiveis. Eis uma imagem de Broca (1), applicavel ao caso, e que faz comprehender melhor o phenómeno: o desenvolvimento rápido do cérebro nos primeiros tempos tende a arredondar o crânio pela mesma razão que um líquido injectado numa bolsa ellipsoidal lhe tende a dar a fórma esphérica. Vê-se pois, que um grande crescimento encephálico, quando se manifesta nos primeiros annos da vida, póde tornar a cabeça óssea mais brachycéphala, sobretudo pelo augmento do diámetro transversal.

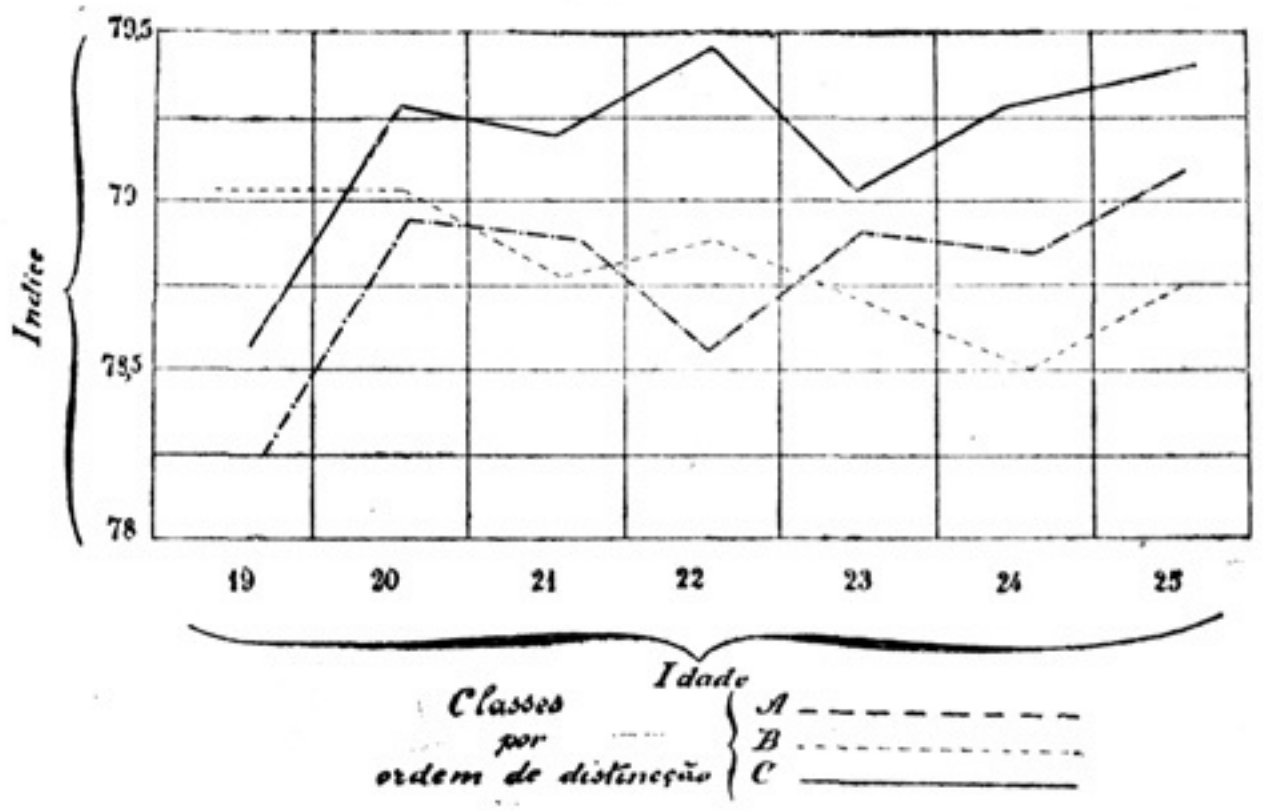
Por outro lado, como a engrenagem dental dos dois parietaes se estabelece antes que as fontanellas bregmáticas e lambdoides desapparêçam, não admira que a partir duma dada épocha da vida o cérebro cresça mais facilmente em comprimento do que em largura.

Illustraremos este ponto com a seguinte figura extrahida da revista — *L'Anthropologie,* p. 667, 1894:

---

(1) In *Mem. d'Anthrop.*, t. IV, p. 287.

VARIAÇÕES DO ÍNDICE NOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE



«A fórma da cabeça em A é comparativamente grande e dolichoide; pequena e dolichoide em B; pequena e com téndencia a ser larga em C (Beddoe)».

Podêmos assim fazer ideia das oscillações, que soffre o índice dos 19 aos 25 annos. A causa de erro resultante das medidas serem tomadas no vivo desapparece na comparação.

Sería arriscado formular conclusões geraes; limitámo-nos por isso a repetir, porque é coisa assente, que o caracter éthnico é que determina a fórma definitiva.

Escusado será dizer, que ninguem pensa em tirar dos dados relativos á evolução do índice segundo a idade as consequéncias, que permittiria tirar uma applicação símplez da lei biogenética; por outras palavras, que de taes dados não é legítimo presumir sobre a fórma craniana primitiva.

A influéncia sexual parece indeterminada.

Sendo a mulher, pelos seus caracteres cranianos, intermediária entre a creança e o homem, era de esperar, segundo o que dissemos, que ella fôsse mais brachycéphala. Os dados colhidos sobre este ponto mostram porém, que a differença, se existe, é de tal modo pequena, que escapa geralmente á apreciação.

Apraz-me contudo dizer, que o dr. Ferraz de Macêdo, nas

suas medidas de mil crânios portuguêses contemporâneos, achou para a mulher portuguêsa um índice cephálico um pouco superior ao do homem.

Tal conclusão não nos surprehende demasiadamente, por isso que as differenças sexuaes não sam as mesmas em todas as raças. E se admittirmos, como o affirmam alguns anthropólogos, que as differenças sexuaes se accentuam com a elevação das raças, teremos naquelle facto uma prova da superioridade da população portuguêsa.

Não deixava de ser interessante estudar neste parágrapho a influéncia do meio, as condições da transmissão hereditária deste caracter, a influéncia directa dos cruzamentos, etc. Seria evidentemente o caminho natural para interpretar a sua significação physiológica.

Infelizmente, faltam as observações neste sentido, e não vale a pena demorar-nos em meras conjecturas.

(Continúa). ÁLVARO JOSÉ DA SILVA BASTO.

RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA

QUE SE REALIZOU EM PARÍS DE 27 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 1896

(Cont. do n.º 4, pag. 230)

SEGUNDA SUB-SECÇÃO

CHYMICA MÉDICO-LEGAL

Diversas questões tinham sido propostas nesta Secção, todas de um grande alcance prático.

Assim, «*a applicação da espectroscopia e microscopia ás anályses médico-legaes e especialmente á differenciação entre os alcalóides cadavéricos e os alcalóides vegetaes*» era pela sua natureza de uma grande importancia. Infelizmente é assumpto pouco estudado ainda; contudo foi bom chamar a attenção sobre este ponto, assim como o do exame em luz polarizada.

E' possivel que por estes méthodos de investigação se chega a caracterisar melhor os alcalóides cadavéricos.

Seria para desejar que no próximo Congresso se apresentassem estudos neste sentido.

Mas, em compensação tivemos o prazer de ouvir um dos sábios os mais auctorisados em assumptos toxicológicos; foi o dr. Ogier que numa bella prelecção, cheia de factos insistiu sobre:

A influéncia das ptomainas na pesquiza dos alcalóides em chymica legal; meios de os distinguir e de os separar; causas de erros que podem provar das ptomainas ou outros compostos existindo nos resíduos nos quaes recahem as reacções alcaloídicas.

O sr. Ogier fez notar quanto difficeis eram estes problemas, que deram, na opinião delle, logar a muitos enganos.

Lembrou que passados dois ou tres dias, na maior parte dos cadaveres se notavam já phenómenos de fermentação pútrida, mesmo conservando os corpos em apparelhos frigoríficos, com os que existem na «Morgue» de Paris.

Por elle, orador, a separação entre as ptomainas e os alcalóides vegetaes é difficilima; um dos processos que lhe deu resultados razoaveis foi um que consistia numa série de oxydações successivas dos resíduos pelo oxygénio do ar seguidas de tratamentos pelo ácido chlorhydrico; os alcalóides cadavéricos se oxydam com certa facilidade, resinificando-se e insolubilisando-se; os resíduos vão-se assim purificando cada vez mais até chegar infelizmente a um limite abaixo do qual a purificação não augmenta.

O orador insistiu tambem numa causa de erro pouco conhecida devida á existencia de *glycosidos,* que tambem se formam nas fermentações cadavéricas, e que, pela sua presença e pelas suas reacções, ainda tornam mais difficeis as anályses toxicológicas, pelo menos quando se trata de procurar alcaloides.

Não insisto sobre o emprêgo, com agente criminoso, das toxinas microbianas, algumas das quaes sam venenos enérgicos. Na epocha presente, ficaria a sciéncia completamente desarmada perante semelhantes tentativas a que nem de leve é bom pensar.

Resumindo a sua communicação o sr. Ogier acabou por declarar que era possivel e até natural que a justiça pensasse e dissesse que nenhum progresso fazia a chymica toxicológica! E' a verdade pura! mas que encontra a sua explicação, não na incompeténcia dos peritos, mas sim na prudéncia cada vez maior com que os peritos actuaes redigem os seus relatórios de anályses toxicológicas.

A mesma opinião foi sustentada pelo sr. Doremus, de New-York e pelo sr. Bruylants professor da Universidade de Louvain (Belgica). Estes dois chymicos apresentaram factos tirados da sua prática e que corroboram plenamente com o trabalho do sr. Ogier. Outros congressistas apresentaram tambem a sua opinião e o seu modo de ver, e afinal a discussão pode-se resumir no seguinte:

«Pronunciar-se com a maior circumspecção e prudéncia na interpretação das reacções do domínio da toxicologia e antes deixar absolver um criminoso do que contribuir para condemnação de um innocente».

Creio ser esta a opinião de toda a gente sensata: não exigir da sciéncia mais do que ella nos póde dar.

TERCEIRA SUB-SECÇÃO

CHYMICA PHARMACEUTICA

1.º *Caracteres physicos e chymicos dos novos medicamentos introduzidos na therapeutica nestes ultimos annos.*

Communicação do sr. Trillat.

Este quadro, interessante a consultar pelos pharmaceuticos e chymicos, não se póde resumir e será publicado nas actas do Congresso.

2.º *Caracteres de pureza da digitalina.*

Communicação do sr. Houdas.

Com este alcalóide que a tantos estudos tem dado logar em virtude das differenças consideraveis notadas entre as digitalinas do commércio fez o orador experiéncias interessantes.

3.º *Anályse das tinturas alcoólicas e dos extractos. Obtenção de tinturas e extractos de composição constante em princípios activos.*

Diversas communicações foram apresentadas sobre este importante assumpto.

Os srs. Burker, Weffer-Bettings, Ranwey, Mercier, Domergue, Jean, etc., tomaram successivamente a palavra. Hoje que sam contínuas as relações internacionaes seria da maior importáncia chegar á unificação das pharmacopêas das differentes nações. Mas o problema não é facil de resolver porque as matérias primas não tem composição constante. Dalli resulta a necessidade de determinar o pêso dos diversos elementos constituintes ou pelo menos o princípio activo que estas preparações contêm.

A pharmacopêa hollandêsa contém já indicações exactas ácerca da riqueza dos extractos em princípios activos e os limites em que variam, acompanhadas dos méthodos analyticos usados.

Recentemente vários trabalhos foram executados em França e na Belgica sobre a dosagem dos principios activos nos extractos. Na pharmacopêa allemã tambem se notam varias indicações sobre extractos e tinturas, mas não têem valor legal.

A discussão generalisando-se a Secção não foi de opinião de nomear uma commissão internacional para unificar as pres-

cripções das pharmacopêas e acceitou o seguinte desideratum:

«Que seja estabelecida em cada país uma commissão permanente da pharmacopêa, encarregada de precisar, por cada medicamento os caracteres de pureza, estabelecer as proporções de princípios activos, descrever o processo seguido para a dosagem; e enfim indicar a proporção em que estes princípios activos se acham nos medicamentos análogos das diversas pharmacopêas».

QUARTA SUB-SECÇÃO

CHYMICA APPLICADA Á HYGIENE E Á ALIMENTAÇÃO

Esta importante secção reuniu-se segundo o programma já indicado e além disso teve sessões supplementares como de resto tambem se deu com a Secção de Chymica Médica.

1.º *Estudo das alterações e falsificações das conservas alimentícias.*

Apresentaram dois relatorios os srs. Durand e Roques. O primeiro destes cavalheiros, distincto chefe do Laboratorio do Ministerio da Marinha, é bem conhecido pelos seus estudos sobre substáncias alimentícias.

Apresentou um trabalho muito desenvolvido sobre várias conservas e chamou a attenção dos analystas sobre a existéncia de um corpo dando reacções muito parecidas ás do ácido salicylico e que encontrára nos líquidos das latas de conservas de feijão verde: póde dar logar a suspeitas quando afinal se trata de um corpo cuja preséncia é normal nos líquidos supra indicados.

Sobre o assumpto tambem fallaram os srs. J. de Brévans, André, Bruylants, Riche, etc.

2.º *Micrographia de vários géneros alimentícios.*
3.º *Pesquiza da carne de cavallo nos chouriços.*
4.º *Pesquiza dos diversos succedáneos nos chás e cafés.*

Estas tres importantes communicações do sr. Py, chymico no Laboratório Municipal de Paris, não se podem infelizmente resumir pois que se trata quasi exclusivamente de trabalhos micrográphicos, sendo as estampas indispensaveis para nítida comprehensão dos textos.

5.º *Reconhecimento analytico das manteigas e margarinas.* Communicação do sr. Ferd. Jean.

Este chymico, bem conhecido pelos seus trabalhos analyticos sobre productos industriaes e alimentícios, apresentou um relatório conciso sobre anályse das manteigas e margarinas; todos conhecem a importáncia do assumpto que contribue para se reprimir fraudes cada vez mais escandalosas.

O auctor lembra primeiro que o precedente Congresso de Bruxellas já tratára este assumpto e apresentára as seguintes conclusões que tinham sido approvadas:

«O Congresso de Bruxellas estimando que as manteigas puras podiam apresentar differenças na composição, devidas a influencias taes como a raça das vaccas, a pastagem, a estação do anno, etc., não era possivel determinar a pureza de uma manteiga, baseando-se única e exclusivamente num só méthodo. Para se resolver o problema o melhor meio consiste no emprêgo do conjuncto dos seguintes méthodos:

«1.º Examinar os caracteres de fusão lenta da manteiga.

«2.º Determinar o pêso específico a 100º.

«3.º Examinar a manteiga no refractómetro, oleorefractómetro ou butyro-refractómetro.

«4.º Exame microscópico: *a*) do producto primitivo; *b*) da matéria gorda fundida; *c*) do resíduo insoluvel no ether e num alcali.

«5.º Determinar a quantidade de ácidos puros, fixos e insoluveis na água, segundo o méthodo d'Hehner-Angel.

«6.º Titragem dos ácidos gordos volateis, soluveis na água, segundo o processo Reichert-Meissl.

«7.º Determinar o equivalente de saponificação segundo o méthodo de Kœttstorfer.

«8.º Determinar *o indicio em iodo,* segundo o méthodo d'Hübl.

«9.º Procurar, pelos diversos reagentes, os óleos que podiam ter sido empregados no fabríco do oleo-margarina».

Todos estes méthodos sendo conhecidos dos chymicos não entrarei na sua descripção. Bastava pois examinar no presente Congresso, se desde o Congresso de Bruxellas alguns trabalhos tinham sido publicados que modificassem as precedentes conclusões.

Em primeiro logar o sr. Jean fez notar, e com toda a razão, quanto tinha perdido de valor o exame micoscópico e o phenomeno de fusão lenta, em virtude dos aperfeiçoamentos no fabríco do oleo-margarina.

O sr. Jean indicou em seguida, como complementos dos

méthodos supra-indicados, alguns processos novos sobre os quaes chamou a attenção da Secção. Sam tres: 1.º o processo de Dubernard, baseado na acção da ammonia sobre as manteigas; 2.º os dois processos de *Brullé*. O primeiro destes consiste em fazer reagir o nitrato de prata sobre as manteigas avaliando-se a côr produzida; o segundo consta de um apparelho, chamado *oleográmmetro* e serve por avaliar o gráu de dureza da gordura tratada pelo ácido nitrico fumante.

O relator era da opinião que fossem estes processos adoptados pelo Congresso como complementos aos méthodos do Congresso de Bruxellas.

O orador referindo-se a um trabalho do sr. Müntz sobre análises de manteigas sentia muito que o seu auctor, para demonstrar o valor dos méthodos preconizados, não apresentasse algarismos nenhuns; contudo o sr. Jean acceitou uma modificação proposta pelo sr. Müntz e que consiste em effectuar a saponificação a frio em vez de a fazer a quente.

Diversos congressistas tomaram a palavra sobre esta interessante communicação; citarei os srs. Durand, Chuard (Suissa) Taffe, André, etc.

A opinião geral foi que os processos Dubernard por um lado, e Brúllé por outro, embora muito ingeniosos, não tendo ainda sancção sufficiente da prática, o Congresso não os podia propôr como méthodo de investigação absoluta, reservando por isso a sua opinião até o próximo Congresso; daqui até lá haveria tempo para se fazer grande número de experiéncias sobre estes processos.

Em seguida, a secção, *adoptou as conclusões já adoptadas no Congresso de Bruxellas,* que já transcrevi, com a modificação Müntz para a saponificação.

6.º *Communicação sobre a chamada gordura de Normandia e o sebo alimentício pelo sr. Vignoli.*

A gordura de Normandia, cuja base é o sebo fervido e temperado com varias especiarias, é muito usada na alimentação dos marinheiros em França. O sr. Vignoli deu sobre este producto pouco conhecido curiosas informações.

(Continúa).

CHARLES LEPIERRE.

*

SOCIEDADE DE ANTHROPOLOGIA DE COIMBRA

ESTATUTOS (*)

TITULO I

Organisação da Sociedade

Artigo 1.º E' fundada em Coimbra uma sociedade com o titulo de SOCIEDADE DE ANTHROPOLOGIA.

Art. 2.º O seu fim é desenvolver os estudos anthropologicos em Portugal.

Art. 3.º Haverá três categorias de socios: effectivos, correspondentes e honorarios, nacionaes ou extrangeiros.

Art. 4.º A assemblêa geral será constituida pelos socios residentes em Coimbra.

Art. 5.º A assemblêa geral elegerá uma commissão central, de cinco vogaes effectivos e cinco supplentes, para dirigir a Sociedade.

Art. 6.º A Sociedade será para todos os effeitos representada pela commissão central.

TITULO II

Dos Socios

Art. 7.º Para ser socio effectivo é mistér:
1.º) ter trabalhos especiaes de anthropologia;
2.º) ser proposto por dois socios;
3.º) obter maioria absoluta de votos na assemblêa geral;
4.º) residir em Coimbra.

(*) Projecto approvado na reunião preparatoria dos socios fundadores, realisada no Instituto no dia 4 de abril do corrente anno, sob a presidencia do dr. Bernardino Machado, cathedratico de anthropologia da Universidade de Coimbra.

Art. 8.º As mesmas condições, excepto a ultima, se exigem para os socios correspondentes. Os socios correspondentes extrangeiros poderão, porém, ser nomeados pela commissão central, quando esta o julgue conveniente.

§ unico. Os socios correspondentes serão declarados effectivos, quando residam em Coimbra por mais de seis mêses.

Art. 9.º Os individuos que tenham prestado serviços á Sociedade como socios durante dez annos, ou fazendo parte da commissão central durante cinco annos, poderão ser nomeados socios honorarios por proposta da commissão central, approvada em assemblêa geral.

Poderão egualmente ser declarados socios honorarios os sabios nacionaes e extrangeiros, bem como os individuos que tenham prestado á Sociedade relevantes serviços, quando, propostos pelo menos por quatro socios, obtenham a maioria absoluta de votos em assemblêa geral.

TITULO III

Da commissão central

Art. 10.º A commissão central terá: um presidente, um secretario geral, dois secretarios e um thesoureiro.

As suas funcções são biennaes.

Art. 11.º O mesmo socio poderá ser reconduzido em qualquer dos cargos da commissão central, devendo sempre o novo secretario geral ser escolhido entre os vogaes da commissão cessante.

TITULO IV

Da administração

Art. 12.º As receitas da Sociedade compõem-se:

1.º) dos bens e valores de qualquer natureza que lhe pertençam;

2.º) das joias, na importancia de 2$500 réis, pagas no acto de admissão pelos socios effectivos e correspondentes nacionaes;

3.º) das quotas mensaes de 200 réis pagas pelos socios effectivos e das annuaes de 1$000 réis pagas pelos correspondentes nacionaes;

4.º) dos donativos e legados feitos á Sociedade por particulares, bem como das subvenções que lhe forem concedidas pelo Estado ou corporações locaes.

Art. 13.º As deliberações da commissão central relativas a alienação, acquisição ou troca de immoveis, bem como a acceitação de donativos ou legados com encargos para a Sociedade, serão subordinadas ao voto da assemblêa geral.

Art. 14.º As collecções da Sociedade nunca podem ser vendidas. Apenas é permittido á commissão central effectuar trocas com os exemplares duplicados.

TITULO V

Disposições geraes

Art. 15.º Regulamentos especiaes, approvados em assemblêa geral, proverão á execução destes Estatutos.

Art. 16.º A reforma dos Estatutos só poderá ser votada em assemblêa geral a que assistam dois terços dos socios residentes em Coimbra.

Art. 17.º Em caso de dissolução, a assemblêa geral resolverá o destino que devem ter os bens pertencentes á Sociedade, respeitando as clausulas estipuladas pelos doadores ou legatarios que hajam previsto este caso, e, a não ser que a Sociedade expressamente disponha de outro modo, as suas collecções passarão a ser propriedade do Gabinete de Anthropologia da Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

AGRIA STATIO

D. D. Bernardino Machado

Venit et agresti capitis Silvanus honore,
Florentis ferulas et grandia lilia quassans.

Vergilio, *Egloca X.*

A branda lympha que anda murmurosa,
Os discantes das moças pelas eiras,
A sombra mansa destas oliveiras,
Onde a ventura passa vagarosa;

A distante montanha, a leda rosa,
O arrendado das folhas derradeiras,
Os rebanhos descendo as ribanceiras,
A tarde perfumada e languorosa:

E finalmente, toda a van riqueza
Que a Terra vae mostrando... não me cura
Da magua, do cuidado e da tristeza...

De que me serve tanta fermosura?!.
Se do bello me vem maior certeza,
De só haver pezar da mór ventura.

Coimbra, 1896.

Dom Thomaz de NORONHA.

PIA STATIO

Cl. D. Eugenio de Castro

Ὀυ νιφετὸς, δυτ' ἄρ χειμὼν πολὺς, οὔτε ποτ' ὄμβρος
Ἀλλ' ἀιεὶ Ζεφύροιο λιγὺ πνείοντος ἀήτας
Ὠκεανὸς ἀνίησιν, αναψύχειν.

Homero, *Odyssea IV, v. 563.*

O' minha doce Carmo! Em vão meus ais
Vão procurando o ledo encantamento,
Onde sem dôr, sem magoa e sem alento,
Eu sei que o lindo corpo descançais.

Ha muito que partistes de contento
Do peito onde é bem certo qu'inda estais,
E se por mim soffrestes não foi mais,
Do que por vós Senhora eu me lamento:

Porquê me não levastes nesse peito,
Onde morei até á vossa ida
Para o reino da sombra e da piedade?

E porquê me alongais o duro effeito,
Vós que fostes a causa desta vida,
Ora feita de magoa e de anciedade?

Coimbra, 1896.

Dom Thomaz de NORONHA.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do n.º 4, pag. 251)

XI

E' apresentado o Methodo de Leitura repentina á Academia Real das Sciencias.—Parecer da mesma Academia.

Em 2 de Outubro remettia Castilho um exemplar do seu Methodo de *Leitura repentina* á Academia Real das Sciencias, com uma carta ao Secretario perpetuo, o Conselheiro Joaquim José da Costa de Macedo. A carta era esta:

«Ill.mo e Ex.mo Sr.

«Tenho a honra de enviar a V. Ex.ª, para ser presente á «Academia, um exemplar da minha *Leitura repentina*. A sim-«ples leitura d'esta obra evidenceia a sua utilidade; a expe-«riencia a tem comprovado. N'estes termos, não a julgo in-«digna de que a nossa Academia a tome em consideração, «para emittir sobre ella o seu juizo. E' isso o que eu sollicito, «não por vangloria de auctor, mas porque a approvação de «tal Sociedade, a primeira do nosso Reino em pontos de «sciencia, muito deve concorrer para que o Methodo, trium-«phando das resistencias, a que as verdades mais prestadias «muitas vezes succumbem, se acredite, se arraigue, se gene-«ralise, e a final em pouco tempo nos conduza á realisação «do grande *desiderandum* de saberem todos ler.

«Do muito conhecido zelo de V. Ex.ª para com a instrucção «publica, espero confiadamente que este requerimento, que «assim apresento a bem da nossa terra, seja despachado, e

«com brevidade. Cada dia que se perde para a civilisação é «um damno, e são mil damnos irreparaveis.

«Tenho a honra de ser

«De V. Ex.ª

«admirador e creado muito respeitador

«Lisboa—2 de Outubro de 1850.

«*A. F. de Castilho.*»

*

Sigâmos este fio.

A carta não teve resposta.

Em 22 de Dezembro seguinte tornava Castilho a escrever a Costa de Macedo a seguinte missiva:

«Ill.mo e Ex.mo Sr.

«Tendo eu remettido, ha perto de tres mezes, a V. Ex.ª um «exemplar da minha *Leitura repentina,* para ser julgada pela «nossa Academia aquella obra; ignorando eu o que em tal «materia se haverá feito; e não desejando concorrer, por des- «leixo meu, para que se retarde ao publico um voto de tanto «peso em assumpto de tão capital utilidade, rogo novamente «a V. Ex.ª se digne participar-me, para meu governo, se o «meu opusculo foi, ou não, presente á Academia; se, no caso «de o ter sido, foi julgado; e se, no caso de ter sido julgado, «mereceu, ou não mereceu, approvação.

«V. Ex.ª me obsequiaria sobremodo, se quizesse respon- «der-me com a possivel brevidade.

«Os deuses podem esperar mil annos; mas os homens de «cincoenta annos já feitos, e com a desgraçada monomania «de trabalharem para a civilisação, arripiam-se com a ideia «de perder não só mezes, não só semanas, não só dias, mas «até horas, minutos, e segundos.

«Palacio da rua do Machadinho, 22 de Dezembro de 1850, «etc.»

*

Esta segunda carta não obteve resposta. Um homem de setenta e tres annos, como era Macedo, merece indulgencia

para desponctualidades d'este genero; e por isso Castilho se lhe dirigiu ainda outra vez em termos cortezes, passados dois dias de espera inutil; oiçam:

«Ill.mo e Ex.mo Sr.

«Ha hoje oitenta e cinco dias contados, que eu dirigi a «V. Ex.a uma carta, pedindo e sollicitando, em nome do in-«teresse publico, o juizo da Academia Real das Sciencias de «Lisboa ácerca da minha *Leitura repentina*.

«Não tendo tido resposta, não sabendo explicar essa falta, «e sentindo-a deveras, não por melindres meus, mas pelas «vantagens da instrucção primaria, escrevi novamente a V. Ex.a, «a 22 do corrente, rogando-lhe me fizesse saber, para meu «governo, o que era passado na materia.

«Attonito e confuso com a prolongação do silencio da parte «de uma corporação, que, por scientifica, e por unica da sua «especie em Portugal, sempre me pareceu devia (até espon-«taneamente, quanto mais provocada!) apontar ao povo as «obras uteis e as obras nocivas, os faroes e os escolhos aos «inexpertos das derrotas litterarias e scientificas, escrevo ainda «esta a V. Ex.a, repetindo pela ultima vez as minhas tres per-«guntas da precedente:

«Foi o meu Methodo de leitura presente á Academia Real «das Sciencias de Lisboa?

«Foi por ella julgado?

«E, tendo-o sido, foi por ella approvado, ou reprovado?

«A um devoto sincero, que invoca tres vezes, e em ponto «grave, a resposta de um Oraculo, não é possivel que o Ora-«culo (a não lhe ter morrido até ao ultimo sacerdote) deixe «de dar resposta.

«Tenho a honra, etc.

«Lisboa, 24 de Dezembro de 1850.»

*

O sacerdote invocado com tanta instancia não respondeu. Estava constipado, como se vai ver.

E' claro, é evidentissimo, que existia má vontade na Secretaria da Academia em decidir o negocio. O livro tinha sido entregue a dois censores para o examinarem: Francisco Freire de Carvalho, e Antonio Caetano Pereira. Nada se communicara ao interessado! Francisco Freire dera o seu parecer em

29 de Novembro; Antonio Caetano em 9 de Dezembro. Nada se communicara ao auctor! nem se lhe apresentavam os pareceres (cujos autographos possuo)! Elle reclamava e instava; não se lhe respondia! Macedo estava constipado. Lastimavel defluxeira, que noventa dias a fio atormenta um homem, a ponto de o não deixar pôr penna em papel!

A final, em 30 de Dezembro, dignou-se o respeitavel ancião de honrar o supplicante com a carta seguinte, cujo borrão autographo tambem me chegou.

Julgue o leitor.

«Ill.mo Sr.

«Recebi a carta de V. S.ª de 24 do corrente, a que não «respondi logo, por ter uma constipação, de que não estou «ainda restabelecido. A carta de V. S.ª de 22, a que V. S.ª «se refere, recebi-a n'esse mesmo dia, perto da meia noite, «que foi quando me recolhi, e no outro dia pelas 7 horas da «manhã sahi de Lisboa, para vir passar as ferias á minha casa «da Gollegã, d'onde voltarei para Lisboa antes que ellas aca-«bem, e ahi é que posso satisfazer cabalmente ás perguntas «de V. S.ª

«Tenho a honra de ser

«De V. S.ª

«m.to venerador e servo

«etc.

«Gollegã, 30 de Dezembro de 1850.»

Da carta de 2 de Outubro não se faz menção!

Deixemos porém essas razões, com que o illustre Academico, tão erudito certamente quando descrevia os *vasos murrhinos,* ou quando discutia os conhecimentos gregos dos subditos d'el-Rei D. Duarte, procurava desculpar seccamente a sua desidia n'este negocio, ou a sua animosidade ao destinatario da sua cartinha. Deixemos essa epistola rachitica, e passemos aos pareceres dos dois censores nomeados.

*

Francisco Freire de Carvalho era então um homem de setenta e um annos, humanista considerado, e auctor de livros eruditos. Essa muita instrucção, comprovada em abundantes

escriptos em prosa e verso, não o livrou de emittir no caso da Leitura repentina uma opinião notavelmente leviana, e até malevola (pelo menos na apparencia).

Começa assim o sabio auctor das *Lições elementares de eloquencia e poetica* para uso da mocidade *de ambos os hemispherios:*

«Li rapidamente o livrinho intitulado *Leitura repentina.*»

Perdão. Leu *rapidamente?* quem o mandou ler á pressa? um censor que deseja dar uma informação conscienciosa, não lê á pressa. Não temos a minima culpa de que não prestasse a attenção devida a um réo, que tinha nas mãos d'elle o seu julgamento. Lesse de pausa o livro; meditasse-o, se queria evitar os erros de critica onde se deixou cahir. E depois, ha um tal desdem n'esse adverbio casado com esse diminutivo!

Pois não achou sufficiente o desdem, e ainda insiste:

«Foi bastante essa leitura rapida — continúa o censor — para «convencer-me de que o effeito, é muito provavel, não cor-«responda ao pomposo titulo do opusculo.»

Este convencimento theorico, e *a priori* de uma questão de facto dá a medida da maneira como se aquilatava o livro. Oiçâmos.

«Que abonações dá seu auctor, além das que as suas pa-«lavras declaram, do effeito, cheirando a prodigio, que lhe «attribue?»

Que *abonações,* santo Deus?

Podia apresentar toda a Ilha de S. Miguel, berço da *Leitura repentina.*

«Apresenta elle abonações dos professores, dos paes de «familia, das auctoridades da Ilha de S. Miguel, onde, parece, «posera em acção este Methodo, que confirmem o *efficacissimo* «do seu resultado? Nada de tudo isto.»

Não as apresentou, é certo; mas, se as tivesse apresentado, respondia-se-lhe valerem tanto como os attestados de *tutti quanti* a respeito das pilulas do Dr. Fulano, ou da salsaparrilha do Dr. Cicrano.

*

Este mesquinho argumento parece ter lavrado em alguns espiritos.

Além do censor academico, houve quem, pela imprensa, increpasse Castilho porque n'esta primeira edição do seu Methodo não publicou documentos legaes das auctoridades

da Ilha de S. Miguel, comprovando a efficacia dos resultados obtidos pelo novo ensino. Esse escrupuloso chamava-se Silva Rosa.

A isso respondia o poeta, com todo o fogo da sua sinceridade, em Fevereiro de 1851, dirigindo-se a um periodico lisbonense:

«O meu Methodo, filho (mas só filho) do Methodo de Monsieur Lemare, o meu Methodo, que depois do seu se póde chamar ainda uma creação, como o seu o fôra depois de todos os anteriores, a minha *Leitura repentina,* que ainda então, ha dois annos, se não podia comparar com o que hoje é, e corre impresso, começou desde logo a dar em Ponta-Delgada, e depois na Candelaria, na Maia, e na Villa da Alagoa (povos não da Tartaria, ou da Oceania, mas ali da nossa Ilha de S. Miguel) tão copiosos e ricos fructos, e tão continuados até agora, e tão notorios, sabidissimos por toda a gente, que nada mais extranho do que haver hoje quem se lembre de pedir, para documento de verdades taes, attestados de auctoridades!

«Não os tenho; não os pedi; não os peço; não os necessito; dou-vos o rol das minhas testemunhas, para que as inquirais. São os cem mil Michaelenses.

«Não basta? Tendes um documento: é a voz unanime de todos os jornaes d'aquellas terras, que por vezes teem dado conta, como testemunhas presenciaes, dos exames, approvações, e premios, dos numerosos alumnos da *Leitura repentina;* documentos mais que explicitos, e alguns dos quaes a vossa propria folha, sr. Redactor, me tem feito a honra de reimprimir.

«Não basta?

«Mas se o meu Methodo, em dois annos de uso, não tivesse justificado irrefragavelmente o seu titulo de *Leitura repentina,* como me haveria aquella Ilha honrado, já depois que lhe eu dei o meu derradeiro adeus, com a sua medalha de oiro, a mais preciosa das minhas joias?

«Ainda isto vos não convence? Vinde; as minhas portas estão sempre francas a todos; vinde ver uma creança quasi idiota ler e escrever.

«Quereis mais? Esperae poucos mezes (registae bem a promessa, que vol-a faço perante o mundo); vereis na Eschola Normal, em alumnos da Casa-pia, rebentar, como por encanto, uma constellação esplendida de infantis ledores.

«Não quereis aguardar tanto? Enviae-me desde ámanhan (é já segunda vez que o peço!) enviae-me creança ou adulto

que não conheça A nem B, e vereis qual depois de poucas semanas vol-o devolvo!

«Falastes-me em documentos, sr. Rosa; aqui tendes os meus documentos» (1).

*

Continuemos com o parecer da Academia.

A' vista das suas duvidas, dir-se-hia que o censor incredulo pretende insinuar que se *inventava*. Não levantemos essas phrases.

«Além de que—prosegue elle—se o auctor primordial «d'este Methodo, Mr. Lemare, não tem obtido em França a «sua adopção geral....., como póde em tal caso asse-«verar-se que é *repentino,* que é *experimentado,* que é *effica-«cissimo?* Aqui ha hyperbole, e de grande marca.»

Dando de barato a graciosidade da redacção de taes phrases n'um homem ecclesiastico, serio, de mais a mais traductor das *Lições de civilidade* de Urcullu, e professor de uma Princeza, notarei que o poeta, dizendo que o Methodo era *experimentado,* se referia a factos publicados pela Imprensa, já em jornaes, já em livros, como a *Felicidade pela Agricultura,* as *Noções rudimentaes,* os *Relatorios* dos Amigos das Lettras, etc., e tinha o precedente das muitas edições que já contava em França o Methodo de Lemare. Se empregava a palavra *efficacissimo,* falava em relação aos antigos systemas de ensinar a ler. Se ao seu methodo (ou de Lemare) chamava *repentino,* usava de uma d'essas amplificações que toda a gente (mesmo sem ser poeta) usa com frequencia. Haja vista o proprio Freire de Carvalho, dedicando livros seus *para uso da mocidade de ambos os hemispherios,* ou chamando *Anjo que da terra voou para o Céo* a sympathica Princeza D. Amelia de Bragança. Estar a fazer questão de palavra é proprio de quem não sabe, ou não póde, discutir ideias e doutrinas.

Quanto á pobre asserção de não ter Lemare obtido em França a adopção geral do systema, basta meditar no martyrologio de todos os inventores, para ver a inanidade do argumento; basta citar Sauvage, com o helice, Bernard Palissy, com os esmaltes, Fulton repellido por Napoleão, e tantos

---

(1) *A Revolução de Setembro* de 25 de Fevereiro de 1851.

outros repellidos pelo mundo. Responderei com palavras de Castilho (repellido pelo seu erudito censor):

«Que prova isso? contra elle (o systema) nada; só prova «a tyrannica omnipotencia do costume, do vezo, do ramerrão. «Aquillo com que cada um se creou, parece-lhe sempre o «mais natural» (1).

Ainda ha mais: Monsieur Lambert (bastaria elle pela respeitabilidade indiscutivel da pessoa) era prova da efficacia do systema rudimentar de Lemare: experimentara-o no proprio filho, como Castilho declarou em lettra redonda.

Mas pergunto: sobre que tinha o auctor consultado a Academia Real das Sciencias? sobre a pratica do Methodo, ou sobre a theoria? Que tinha o censor que discutir a efficacia e rapidez do Methodo *a posteriori?* Devia limitar-se, creio, a discutir o livro theoricamente, *a priori*.

Depois de varias considerações muito succintas, dizia o Academico estas palavras quasi inintelligiveis:

«Em resumo: este tão exagerado *Methodo novo* não é mais «do que o velho das cartilhas representando as lettras por «differentes figuras, reproduzido em tempos mais chegados «a nós por outras de feitio diverso, e em posições variadas.»

Tudo se escreve!!

E conclue:

«Tal é o meu *fraco juizo* (2). Entretanto, bem desejara eu, «que posto em pratica este Methodo em as nossas escholas «actuaes, podesse eu chegar a convencer-me do contrario; «obtendo por isso o seu traductor, ou aperfeiçoador, como «elle se inculca, os louvores e os applausos do mundo serio, «e mais particularmente os da nossa Academia.

«Lisboa, 29 de Novembro de 1850.

«O socio effectivo

«*Francisco Freire de Carvalho.*»

Nunca soube se entre este *Socio effectivo* e Castilho tinha havido jámais motivo de desintelligencia; mas, por mais frieza com que eu pretenda encarar as phrases do censor, não posso deixar de ver n'ellas um espirito adverso, e uma predisposição

---

(1) *Methodo*, 1.ª edição, pag. 6.
(2) O sublinhado é meu.

J. de C.

nada benigna, inexplicaveis para mim, sobre tudo a tantos annos de distancia.

*

O outro parecer que illuminou a Academia, como um pobre candieiro velho de dois bicos póde illuminar um grande theatro, foi do conhecidissimo Antonio Caetano Pereira, professor de lingua arabe no Lyceu de Lisboa, e impugnador da *Historia* de Herculano.

Oiçamol-o.

Diz o instruido arabisante (escrevendo d'esta feita em claro portuguez), que o Methodo comprehende duas partes: na primeira, ensina-se a conhecer as lettras e sua pronuncia; na segunda, ensina-se a reunir as syllabas para formar palavras.

«A primeira parte—diz o juiz—é inutil e falsa; a segunda «é obscura, e difficil; e todo o Methodo em si nem é natural, «nem sizudo.»

Tem até muita graça ver como o censor decide a questão, dizendo que é *inutil* querer mnemonisar as figuras e os valores das lettras, por isso que se torna facillimo decorar tudo isso *pela simples vista.* Diz que é *falso,* porque as lettras são «a «voz modificada pela variada disposição das partes physicas», e que portanto a pronuncia das lettras «só pertence ao sen- «tido auditivo, e não ao da vista.»

A *pronuncia,* certamente; mas o estudante não tem só de saber pronunciar a lettra; tem de ligar a essa pronuncia uma fórma arbitraria; e isso é que o Methodo ligou. O conhecimento das lettras pertence pois tanto ao sentido auditivo, como ao visual.

Depois de muita coisa, que não transcrevo aqui, porque tenciono deixar exarados estes e muitos outros documentos nos volumes das PROVAS, de que desejo acompanhar esta longa biographia, quando a imprimir avulso, confessa o douto pedagogo, que «o Methodo simplicissimo das cartilhas, de anti- «quissima posse em todas as nações civilisadas, e que n'ellas «tem preparado tantos sabios, é sem duvida o mais claro, «simples, e natural.»

Parece impossivel como este argumento se reproduz! não custa mais a extirpar a sizania ou a gramma de uma terra lavradia. Por este modo de pensar, deitemos a baixo o caminho de ferro, que é dispendioso e complicado, e vivam os machos e burros do Borratem sobre que transitaram *tantos*

sabios! e sabios de *rabicho!* acabemos com o gaz e a luz electrica, e viva o azeite, á luz do qual *tantos sabios* escreveram, *em todas as nações civilisadas!* e escreveram coisas d'este jaez!

Por fim, declara este outro sabio, inimigo de novidades:

«Em consequencia..... do que fica exposto sobre o «merito intrinzeco do folheto *Leitura repentina,* nós o repro-«vâmos.

«Lisboa, 9 de Dezembro de 1850.

«*Antonio Caetano Pereira.*»

*

A' falta de outros meritos, tiveram os dois censores o da franqueza. Não se podia ser mais escuro, nem mais claro. Um desengano é favor.

Um competente escriptor de pedagogia, o sr. F. A. do Amaral Cirne Junior, menciona de passagem esse parecer, «que a Historia—diz elle—assignala como monumento de «vergonhosa ineptidão» (1).

*

Dirá alguem que todas estas minhas phrases ressentidas proveem apenas de uma coisa: ter sido adverso ao Methodo o parecer dos dois censores academicos. Se fosse favoravel, eram dois grandes homens!

Enganosa observação essa, e, de mais a mais, injusta e iniqua.

Podiam os censores ter condemnado a theoria da innovação, mas aguardar a pratica. Podiam dizer:

«Lemos com a maior attenção o livro, e persuadimo-nos de que talvez não corresponda ao que se espera. Abonações suspeitas, não as queremos; isto não é um elixir de pharmacopêa para incautos; é obra seria, e de consequencias serias. Bem

---

(1) *Resumo da historia da pedagogia,* 1881, pag. 140.

Os pareceres dos censores academicos acham-se nas *Actas das sessões da Academia,* 1851, n.º 1, pagg. 10 e 12.

póde ser que os resultados obtidos em S. Miguel nascessem da pericia e do zelo especialissimos dos professores, ou de quaesquer circumstancias anormaes, que nos não é dado apreciar; mas, como o *traductor* do Methodo de Lemare é homem de bem, supplicamos á Academia empregue todos os seus exforços, toda a sua alta influencia junto do Governo, para se realisarem aqui, á face do Conselho Superior de Instrucção publica, do Ministro do Reino, e do paiz, provas publicas do Methodo em duas ou tres escholas, com a devida vigilancia. E' o que nos atrevemos a pedir.»

Dito isto, a Academia varria a sua testada, e os censores excusavam de se comprometter a si proprios, escrevendo: que se não podia asseverar que o ensino era *repentino* (questão relativa), e era *experimentado* (questão meramente de facto); que o que d'elle se dizia era *exagerado,* pois elle não era *mais que o velho das cartilhas, simplicissimo, e de antiquissima posse,* etc., etc., etc.

*

A Academia, conforme com o parecer dos seus dois interpretes, não concedeu approvação ao livro.

Romperam-se as hostilidades. Dentro em mezes essa mesma Academia, que assim melindrava Castilho no mais intimo da sua alma, e até, por assim dizer, o menoscabava na sua honra, cahia aos redobrados golpes d'elle e de Herculano, e era officialmente dissolvida, pelo Decreto de 13 de Dezembro de 1851, que a manda *reformar*.

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

*

ANTONIO HOMEM

(Ao meu prezado amigo, patricio e collega o sr. Augusto Mendes Simões de Castro)

X

A CASA DA SYNAGÓGA

(Cont. do n.º 3, pag. 190)

A 21 de fevereiro de 1623, Manuel Soares, depois de principiado o tormento, confessou que haveria cinco ou seis annos, estando em casa de Miguel Gomes, se declararam ambos por judeus; e decorridos dous ou tres mezes passando-lhe á porta elle o avisou, de que tinha de ir a sua casa certo dia no mez de setembrò; e o facto succedeu no penultimo anno antes da prisão de Miguel Gomes, ordenando-lhe este que fosse em jejum, com o melhor fato, barba feita e mantéu lavado. Com effeito compareceu, e ahi se encontrou com Antonio de Oliveira, Antonio Correia de Sá, o filho deste Luiz de Sá, Diogo Lopes de Sequeira, Diogo Lopes da Rosa, Simão Lopes, o chorão, e Miguel da Fonseca, o machado velho. Que fez de sacerdote Diogo Lopes da Rosa; que o livro era a historia dos machabeus; que ficou até o meio dia em que veiu para casa. Que um anno depois voltou á morada de Miguel Gomes, e viu lá Antonio de Oliveira, Antonio Correia de Sá, e o filho Luiz de Sá, Diogo Lopes de Sequeira, Diogo Lopes da Rosa, Simão Lopes, Miguel da Fonseca, o machado velho, Marcos Fernandes, Francisco Gomes, sobrinho delle, Antonio Dias de Almeida, Antonio de Azevedo, André Vaz Cabaço, e José Coutinho revestido. Ao meio dia tornou Soares para sua casa. Que no setembro seguinte á prisão de Miguel Gomes, no jejum de André Vaz Cabaço conheceu Antonio de Oliveira,

Antonio de Almeida, João da Fonseca, Antonio Correia de Sá, seu filho Luiz de Sá, Luiz Alvres, advogado, o Machado e seu filho. André Vaz Cabaço estava revestido, exercia o officio de sacerdote, e resava pelo mencionado livro. Fizeram-se as ceremonias, e á hora costumada voltou para sua casa jantar, por ser sua mulher christã velha. Que haverá dous annos á sua porta falando com João de Figueiredo se declararam ambos por judeus; que se declarou egualmente por judeu com o dr. Francisco Gomes, Manuel de Arede, conego Fernão Dias, etc.

No dia seguinte a mesma testemunha disse, que no jejum de ha seis annos em casa de Miguel Gomes estavam tambem Francisco de Aguiar, Antonio Leitão, Pero Cabral Collaço, Simão do Couto, Miguel Gomes, estudante, Francisco Serrão, tabellião, e Miguel de Almeida, irmão de Francisco de Almeida; que Diogo Lopes da Rosa punha mitra e fazia de summo sacerdote. Prestou-se juramento de segredo depois da practica sabida, etc. Que celebraram as ceremonias, sendo a casa alcatifada, que se tocou a buzina de vagar, que se deitou a benção á moda judaica; que Francisco Serrão e Miguel de Almeida só compareceram nos jejuns feitos em casa de Miguel Gomes, e não em casa de André Vaz Cabaço; que viu uma vez a mitra na cabeça de Diogo Lopes da Rosa, quando elle officiou como fica referido. Que em casa de André Vaz Cabaço este lhe lançou ao pescoço um cordão de seda com borlas, o qual no fim lhe tirou; e o mesmo fez aos mais assistentes. Que se resava como em ladainha; e que então André Vaz Cabaço foi o sacerdote. Que haverá tres annos indo falar ao sirgueiro Inofre, que lamentou a prisão de Francisco Gomes e de Marcos Fernandes, ambos se declararam por judeus; e que no anno immediato, em casa de D. Isabel de Brito, viuva de Antonio de Figueiredo, se declarára tambem com ella por judeu, falando a proposito das prisões que se faziam em Coimbra.

A 25 de fevereiro de 1623 ratificou o seu juramento Manuel Soares, e affirmou que Francisco Gomes, Manuel de Arede, conego Fernão Dias e Francisco de Almeida, o acompanharam em casa de Miguel Gomes, num dos jejuns dos ultimos cinco ou seis annos. Os notarios certificaram que tinham sido ratificados os depoimentos de Diogo Lopes da Rosa, Antonio de Oliveira, Vicente de Arês, e Ascenso Dias Rato.

A 16 de março de 1622 jurou Antonio de Oliveira, que haveria quatro annos em casa de Miguel Gomes, estando sós, ambos se declararam por judeus; e elle indicou-lhe que se

declarasse com Antonio Rodrigues, de Tentugal, o que não fez por faltar occasião para isso.

A 4 de março de 1622, Ascenso Dias Rato, de Aveiro, filho de Antonio Dias Rato, jurou que andando a estudar Canones em Coimbra pelo anno de 1617 fôra a casa de Miguel Gomes, e este lhe dissera que na lei de Moysés se não comia naquelle dia senão á noute depois de saída a estrella, e que só nessa lei havia salvação; que se deviam guardar os sabbados desde sexta feira á tarde, vestir nelles camisas lavadas, pôr nos candieiros torcidas novas e azeite limpo, deixando-os accesos até por si se apagarem, fazer a barba na sexta feira, concertar a casa como para dia de festa, jejuar nas segundas e quintas feiras não comendo nem bebendo senão á noute, depois de saída a estrella, cousas que não sejam de carne; e que não havia de comer o quarto trazeiro dos carneiros nem de rez meuda, nem peixe sem escama; e que elle se passou logo da lei de Christo á de Moysés. Disse mais que encontrára em casa de Miguel Gomes João da Fonseca, filho de Miguel da Fonseca, escrivão de fazenda da Universidade, Antonio Lopes de Aveiro, que estudava Medicina, Diogo Barbosa, de Lisboa, então estudante de Leis, e Gaspar Nunes, de Agueda, tambem estudante de Leis; e todos seis junctos se declararam por judeus; e Miguel Gomes lhes disse que festejassem todos o dia grande em setembro, e tomou-lhes juramento de segredo sobre um livro, de que não sabe o nome, nem se recorda como estava encadernado. Ainda acrescentou que haveria quatro annos e meio na quaresma, não lhe lembra o mez, mas era numa sexta feira, indo a casa de Miguel Gomes ahi encontrou José Coutinho, e dizendo este que seguía a lei de Moysés todos tres se declararam por judeus.

Miguel Gomes estava no carcere da penitencia conforme a sentença do processo n.º 3:147 para ser instruido nas cousas da fé; em consequencia, porém, dos depoimentos deste processo n.º 11:998 voltou para os carceres do sancto officio nos Estáos, sendo entregue pelo meirinho ao alcaide, Heitor Teixeira, em 3 de junho de 1622.

A 4 de julho do mesmo anno, sendo admoestado para confessar suas culpas, antes da publicação da prova acrescida, declarou que não tinha mais a confessar.

Publicada a prova, quiz vir com contradictas. E os artigos resumiam-se em dizer, que tudo era obra de seus inimigos capitaes; e a 18 do referido mez de julho deu as suas testemunhas. Foram-lhe recebidos alguns dos artigos; mas a final resolveu-se a confessar o seguinte. Que dous annos

depois da publicação do perdão geral dado em janeiro de 1605 achando-se em casa do dr. Antonio Homem, então lente da cadeira de vespera de Canones, em companhia de José Coutinho, escrivão dos orphãos, de Miguel da Fonseca, escrivão de fazenda da Universidade, de Antonio Correia, do advogado Antonio Dias de Almeida, do medico Diogo Lopes da Rosa, do tabellião Diogo Lopes de Sequeira, e do dr. legista Francisco da Costa, o dr. Antonio Homem dissera, que no dia seguinte (estava-se no mez de setembro) se celebrava o jejum grande (parece-lhe que foi de 10 a 15), e que para o solemnisar se deviam junctar em sua casa. E com effeito ahi compareceram com os melhores vestidos, barbas feitas, descalços, em corpo, de pé, numa camara serrada, onde havia um bofete com quatro velas accesas, sem comer nem beber todo o dia; e tomando o dr. um livro, que lhe pareceu ser breviario, resou baixo e recitou psalmos em voz mais alta sem *gloria patri*, e o mesmo fazia Miguel Gomes e todas as mais pessoas da dicta companhia, e nisto se gastou a manhã e a tarde, e depois de anoutecer todos ceiaram peixe e alguns doces, dizendo que faziam o referido jejum por guarda da lei de Moysés e observancia do dicto dia grande, na qual lei de Moysés todos criam, e viviam, e esperavam salvar-se. E acabado isto, cada um saíu para sua casa. Disse mais que por outras tres ou quatro vezes, e lhe parece que foram nos annos de 1607, 1608 e 1609, se tornaram a reunir em casa do dr. Antonio Homem nos mesmos dias do jejum grande em companhia das pessoas nomeadas, e mais das seguintes: André Vaz Cabaço, Francisco de Aguiar, Pero Cabral Collaço, Manuel Gomes Tasquinha, solteiro, estudante, Antonio de Oliveira, casado, conego Fernão Dias da Silva, e Luiz de Sá, casado com D. Antonia em Coimbra; e todos se declararam por judeus, e disseram que para guardar os preceitos da lei velha é que celebravam as ceremonias do jejum; e que nos annos de 1616 e 1617, em casa delle Miguel Gomes nos dictos mezes de setembro, e dias do jejum grande, se ajunctaram o dr. Antonio Homem, José Coutinho, Miguel da Fonseca, Antonio Correia de Sá, o filho Luiz de Sá, Antonio Dias de Almeida, Diogo Lopes da Rosa, Diogo Lopes de Sequeira, Manuel Gomes Tasquinha, Francisco de Aguiar, André Vaz Cabaço, Antonio de Oliveira, Pero Cabral, Francisco da Costa, e o conego Fernão Dias. Que se practicaram as ceremonias, se fizeram guayas; e confirmaram que era tudo por observancia da lei de Moysés.

A 31 de outubro de 1622 continuou Miguel Gomes confes-

sando, que estava agora lembrado que o conego Fernão Dias da Silva não assistiu aos ajunctamentos em que por equivoco o mencionou, e sim outro conego Antonio Dias da Cunha. Acrescentou que no anno de 1618, no mez de setembro, dos dez dias por deante se fez o jejum em casa de José Coutinho, na sua companhia, e do dr. Antonio Homem, Diogo Lopes da Rosa, Diogo Lopes de Sequeira, Antonio Dias de Almeida, Antonio Correia de Sá, e seu filho Luiz de Sá, André Vaz Cabaço, Manuel Gomes Tasquinha, Francisco da Costa, Pero Cabral, Francisco de Aguiar e Miguel da Fonseca. Que havia quatro velas accesas num bofete, que se resaram psalmos sem *gloria patri,* que se practicaram as ceremonias estando todo o dia sem comer nem beber, e ceiaram peixes, fructas e doces, tudo por observancia da lei de Moysés, conforme declararam. Que no anno de 1618 em casa de José Coutinho, no mez de março nos dias da lua, em companhia do dr. Antonio Homem, Miguel da Fonseca, Antonio Dias de Almeida, Diogo Lopes da Rosa, Antonio Correia de Sá, e filho Luiz de Sá, Diogo Lopes de Sequeira, Francisco da Costa, Pero Cabral, André Vaz Cabaço, e conego Antonio Dias da Cunha, todos em pé, com as barbas feitas, bordões nas mãos, calçados e com os melhores vestidos se encontrára tambem elle Miguel Gomes. Que estava posta a meza em fórma de altar, com toalhas lavadas e candieiro grande de latão tendo muitos lumes, azeite limpo, e torcidas novas. E nella se extendia um cordeiro de um anno, assado inteiro, o qual despedaçaram logo com as mãos, e os da dicta companhia começaram a comer a sua parte com pão asmo, dizendo todos que ceiavam e festejavam a Paschoa em memoria e honra da liberdade, que Deus déra ao povo hebreu, livrando-o do captiveiro do Egypto, e por observancia e guarda da dicta lei de Moysés, na qual todos criam e viviam, e nella esperavam salvar-se. Confessou mais que na cidade de Coimbra havia uma confraria de frei Diogo, o qual foi relaxado á justiça secular, e morreu queimado vivo; á qual confraria pertenciam elle Miguel Gomes, e as mais pessoas acima nomeadas, affirmando todos que frei Diogo era sancto, e como tal morrera na crença e confissão da dicta lei de Moysés; e como sancto lhe rogavam intercedesse a Deus por elles; e que por honra do mesmo frei Diogo se tiravam algumas esmolas, e se repartiam pelas pessoas pobres da nação.

A 9 de novembro de 1622 continuou Miguel Gomes a confessar, que nos ajunctamentos de 1616 e 1617 em sua casa, e no de 1618 em casa de José Coutinho, estava tambem o conego

Fernão Dias, de que se tinha revogado; e que além desse assistiram André de Avellar, João da Fonseca, filho de Miguel da Fonseca, Antonio de Almeida, filho de Antonio Dias de Almeida, os advogados, Antonio Leitão e Simão do Couto, o medico Simão Lopes, o chorão, Francisco de Sá, filho de Antonio Correia de Sá, os quaes em companhia delle Miguel Gomes, do dr. Antonio Homem, José Coutinho, Diogo Lopes da Rosa, Diogo Lopes de Sequeira, Antonio Dias de Almeida, Francisco da Costa, Pero Cabral, Antonio de Oliveira, Miguel da Fonseca, Antonio Correia de Sá, seu filho Luiz de Sá, André Vaz Cabaço, Miguel Gomes, Francisco de Aguiar, e Antonio Dias da Cunha, fizeram todos junctos os referidos jejuns do dia grande, que vem no mez de setembro, não comendo nem bebendo senão á noute, depois de saída a estrella, cousas de peixe, fructas e doce, estando com os melhores vestidos e tudo mais conforme tem dicto, affirmando os da companhia que celebravam os sobredictos jejuns por guarda e observancia da lei de Moysés, na qual criam e esperavam salvar-se.

A 22 do mesmo mez ratificou quanto havia confessado.

Aos 19 de junho de 1623 pediu meza para lembrar, que ha quatro annos e tres mezes que está preso e saiu no auto publico da fé, ordenado pela inquisição em 28 de novembro de 1621 sendo reconciliado; que é muito achacado de enfermidades antigas e muito fraco, e por isso supplicava brevidade no despacho do seu processo.

Em 11 de julho de 1623 Miguel Gomes continuou confessando, que de mais se lembrava, que no ajunctamento em casa do dr. Antonio Homem fôra este o summo sacerdote, que fizera a practica recommendando o exercicio da lei de Moysés; e que allegassem a Deus os merecimentos de frei Diogo, por morrer na crença e confissão dessa lei. Declarou que os jejuns eram de substancia; que Fernão Dias da Silva tambem officiava como sacerdote e nas practicas; que os jejuns do dia grande se celebraram em casa delle Miguel Gomes, e de José Coutinho; que o dr. Antonio Homem inventára a confraria de frei Diogo, e a todos dizia que lhe tivessem particular affeição e devoção, e o venerassem por sancto; que na mencionada confraria se deputavam tres pessoas, Antonio Dias de Almeida, José Coutinho, e Diogo Lopes da Rosa, para receber o dinheiro das esmolas dadas pelos confrades, e repartil-as pelos judeus pobres. Que essas pessoas tinham tambem o encargo de chamar os judeus para a celebração dos jejuns, o que executaram por ordem do dr. Antonio Homem e de Fernão Dias. Acrescentou que no mez de setembro de 1612 ou 1613 se festejára

outro jejum em casa do dr. Antonio Homem, onde compareceram elle Miguel Gomes, Antonio Dias de Almeida, José Coutinho, Diogo Lopes da Rosa, Diogo Lopes de Sequeira, Antonio de Oliveira, o dr. Francisco da Costa, Pero Cabral Collaço, o advogado Antonio Leitão, Antonio Correia de Sá, Francisco de Aguiar, Miguel da Fonseca, André Vaz Cabaço, e o conego Antonio Dias da Cunha, os quaes todos reunidos em uma camara pegada á sala das suas casas, contra o collegio de Sancta Cruz, estiveram sem comer até á noute. Ahi celebraram-se as ceremonias, havendo um bofete coberto com panno de seda, tendo nelle postas velas. O dr. Antonio Homem com vestes de damasco roxo, fez a practica. E que tanto o dr. como Fernão Dias da Silva, em quanto exerciam esses actos, usavam vestes ora roxas ora brancas, as quaes ficavam em seu poder, e traziam de suas casas com algumas toalhas de Hollanda e pannos de seda para o bofete e as tornavam depois a levar comsigo. Que naquella noute cada um ceiou na sua casa.

E como Miguel Gomes confessára que assistíra a dous jejuns feitos na sua habitação, e no sancto officio constava que elle fôra o sacerdote, devia portanto possuir as taes vestes, conforme affirmára dos outros sacerdotes; e a inquisição o admoestava que acabasse de confessar suas culpas, e dissesse onde estão ou ficaram as taes vestes e ornamentos. Miguel Gomes respondeu que não sabe onde estão, nem o que foi feito dellas; e que nunca exerceu o officio de sacerdote. Que os referidos sacerdotes, dr. Antonio Homem, e Fernão Dias, é que as deviam ter. E os inquisidores ponderando-lhe, que as vestes eram muito differentes das dos sacerdotes catholicos, novamente o admoestaram a que acabasse de confessar todas as suas culpas.

Em setembro do mesmo anno de 1623 confessou Miguel Gomes que indo das portas de Sancta Margarida em deante pela estrada com Manuel Soares falaram das prisões, e depois em casa do dr. Manuel Rodrigues Navarro ahi se declarára por judeu com o filho Simão de Sousa.

Miguel Gomes poz contradictas e deu testemunhas algumas das quaes provaram que José Coutinho tivera com elle desordem por causa de jogo, etc.

Desistiu porém das contradictas depois de ter estado com o seu procurador; e em 26 de março de 1624 se lavrou sentença para ir a tormento, a qual o conselho geral confirmou.

E logo na casa e logar do tormento achando-se ahi os inquisidores, e sendo presente o reu, lhe deram juramento dos sanctos evangelhos, em que poz sua mão, sob cargo do qual

prometteu dizer verdade, e lhe declararam que pelo logar em que se encontrava e instrumentos que via, podia entender qual a diligencia que estava mandada fazer com elle, pelo que, para a escusar e desencarregar a sua consciencia, o tornam a admoestar da parte de Christo Nosso Senhor abra os olhos da alma, e se compadeça de si mesmo, e não queira arriscar-se a tanto prejuizo e damno, como se lhe irá seguir no tormento, que ja vê deante dos olhos por não querer confessar suas culpas, pois fazel-o assim é o que convem para descargo de sua consciencia e salvação da sua alma; e por Miguel Gomes tornar a dizer, que não tinha mais culpas a confessar, foi mandado vir o ministrō que prestou juramento dos sanctos evangelhos, em que poz sua mão, sob cargo do qual se lhe ordenou que bem e verdadeiramente exerça seu officio atormentando o preso, a quem logo mandaram ao logar do tormento, e sendo despojado dos seus vestidos o assentaram no escabello; e por affirmarem o medico e cirurgião que o reu estava enfermo, que deitava sangue pela bocca, e que não era capaz para levar tractos de polé, porque corria risco sua vida, os inquisidores o mandaram então lançar no pôtro, onde pelo ministro lhe foram postos cordeis nos braços e numa perna (porque da outra estava aleijado) e nas partes ordinarias e costumadas, e logo os inquisidores lhe fizeram o protesto ordinario, a saber: que se elle perdesse a vida ou algum membro a culpa sería sua e não delles, nem dos mais ministros da inquisição porque executam justiça, e o reu com tanto atrevimento se quer arriscar a tão manifesto perigo, como ja vê deante dos olhos, e por tornar a dizer que não tinha culpas que confessar mais do que tem dicto, e que tractava de sua alma logo lhe foram apertando os seis cordeis nas dictas seis partes, e elle gemendo, dando ais, e gritando que só pensava nos ceus e na sua alma, lhe passaram uma volta perfeita; e os inquisidores o admoestaram novamente, e por elle continuar a dizer que tractava da sua alma sem culpas mais para confessar, lhe deu o ministro segunda volta em cada uma das seis partes sobredictas, até se concluir uma volta inteira; e se completou o segundo tracto. E sendo admoestado pelo inquisidor quizesse acabar de confessar suas culpas, e por elle ainda dizer que não tinha mais culpas e tractava da sua alma, o ministro lhe applicou outra volta com os cordeis em cada uma das sobredictas partes, e elle gritava e gemia, e lhe deram assim uma volta perfeita em todas as seis partes do seu corpo, e terminou o terceiro tracto. E sendo outra vez admoestado que confessasse suas culpas, que cessaria o tormento,

e por insistir em dizer que não tinha culpas que confessar, o ministro nas dictas seis partes lhe deu mais meia volta, e elle gritava sempre que não tinha culpas que confessar. O medico e o cirurgião intervieram então dizendo, que o reu não estava em circumstancias de levar mais tormento, e que se fossem por deante com elle, corria risco sua vida. E visto pelos inquisidores que havia levado no tormento os tres tractos e meio, e por estar satisfeito o assento que a inquisição e o conselho ordenaram, mandaram desatar ao reu, e levar a seu carcere para ser curado.

(Continúa).

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

CURIOSIDADES BIBLIOGRAPHICAS

Em 1 de junho de 1896 fallecia no Porto este incançavel trabalhador, a quem as lettras portuguezas devem serviços valiosos de paciente e modesta investigação.

Tito Augusto Duarte de Noronha nasceu em Bemfica, a 14 de agosto de 1834, e era filho de José Antonio Duarte de Noronha e de D. Marianna Camilla da Silva e Castro Duarte de Noronha.

Tendo feito estudos incompletos e não tendo completado um curso official, entrou para o serviço das obras publicas em 1856, sendo no mesmo anno despachado aspirante a conductor. Foi feito conductor em janeiro de 1858; engenheiro conductor em novembro do mesmo anno; conductor de 3.ª classe do Corpo de Engenharia civil em dezembro de 1864; conductor de 2.ª classe, do quadro legal, em janeiro de 1869. Falleceu na situação de conductor de 1.ª classe.

Sob a sua direcção se construiu a nossa primeira estrada real moderna. Em 1861 foi encarregado da fiscalização do caminho de ferro do Norte, da construcção do Lazareto de Lisboa em 1862, dos estudos do caminho de ferro do Porto a Braga em 1867.

Fóra dos seus trabalhos officiaes, entregou-se de preferencia a estudos bibliographicos e á historia da imprensa em Portugal. Neste ramo fez importantes investigações, continuando os importantes trabalhos do academico Ribeiro dos Santos.

Em 1857 publicou um opusculo intitulado «Ensaios sobre a historia da Imprensa», Lisboa, Typographia franco-portugueza de Lallemant & C.ª, iniciando com esta publicação os estudos que lhe absorveram as suas principaes canceiras.

Sob a epigraphe geral «Curiosidades bibliographicas» publicou em 1871 as «Ordenações do Reino, edições do seculo XVI» e o «Cancioneiro geral de Garcia de Rezende, com a traducção do prologo da edição de Stutlgart».

São estudos que interessam egualmente como bibliographia e como documentos da historia da Imprensa em Portugal. O opusculo «Ordenações do Reino etc.», levantou um debate,

de que resultou um novo livro, desenvolvendo e rectificando parcialmente o opusculo. São «As Ordenações do Reino», publicadas em 1873, e que constituiu o 2.º fasciculo da série publicado pelo sr. Joaquim de Vasconcellos com o titulo «Archeologia artistica».

Ainda na mesma ordem de investigações publicou em 1874 «A imprensa portugueza durante o seculo XVI, e em 1880 (tricentenario da morte de Camões) o seu livro «A primeira edição dos Lusiadas em quatro phototypias».

Projectava fazer os «Annaes da Imprensa portugueza durante o seculo XVI», mas este trabalho não chegou a vir a lume.

Sob a sua direcção e iniciativa fôram reimpressas e revistas tres raridades bibliographicas: a «Grammatica da linguagem portugueza, por Fernão d'Oliveira» conforme a edição de 1536; os «Ditos da Freyra» (Joanna da Gama) conforme a edição de 1555; e o «Espelho de Casados, pelo dr. João de Barros», edição de 1540 e os autos de Antonio Prestes (edição de 1587).

Estas reimpressões são acompanhadas de estudos bio-bibliographicos.

Publicou ainda Tito de Noronha uma «Numismatica portugueza» (1872–1874), em fórma de diccionario, de que apenas se distribuiram tres cadernetas.

Publicou, com intentos didacticos, uma selecção das «Cartas do padre Antonio Vieira» para uso dos Lyceus (1871) e tres livros despretenciosos de litteratura humoristica e de costumes as «Memorias de um charuto», «Passeios e digressões», e «Noites d'inverno».

E' possivel que publicasse mais algum trabalho de que não tenhamos conhecimento. Os seus artigos avulsos em jornaes sobre os assumptos da sua competencia especial são numerosos.

Entre os seus manuscriptos encontram-se dois estudos subordinados á epigraphe «Curiosidades bibliographicas», em que Tito de Noronha faz o estudo de edições extremamente raras: o da edição, em portuguez, de 1547, da «Meditação, em estylo metrificado, de Fr. Antonio de Portalegre», e o dos «Tratados de canto llano e canto mẽsurable» (obras de Matheo Aranda, mestre da Capella).

Deixou ainda uma extensa relação, ordenada por annos de impressão, nomes de impressores e editores, e obras por elles impressas em Portugal durante os seculos XV e XVI, e que constituia, provavelmente, o inventario de factos sobre que assentavam os seus «Annaes» projectados e que não chegou a publicar.

O sr. Hugo de Noronha, filho do fallecido investigador,

poz á disposição do sr. Manuel Ramos, seu velho amigo e velho amigo de Tito de Noronha, aquelles manuscriptos, afim de promover a sua publicação, se o julgasse conveniente e reconhecesse que os manuscriptos podiam considerar-se, pelo menos em parte, como trabalhos definitivos e não simples embryões ou apontamentos.

Tendo o sr. Manuel Ramos proposto á redacção do «Instituto» a publicação dos referidos manuscriptos, começamos hoje a publical-os, inserindo nas columnas da nossa «Revista» a primeira parte das «Curiosidades bibliographicas».

CURIOSIDADES BIBLIOGRAPHICAS

A MEDITAÇÃO EM ESTYLO METREFICADO

I

Das edições raras da imprensa portugueza no seculo XVI não o é somenos a *Meditação, poema* anonymo attribuido a Fr. Antonio de Portalegre. Não se encontra no mercado, e raro será achal-a em livrarias.

Da obra pouco dizem os bibliophilos, e ás vezes de maneira o fazem, que difficultam as investigações, repetindo erros, ou creando outros novos. D. Nicolau Antonio, *Biblioth. Hespan.* —Romae, 1672, pag. 121, diz do auctor e da obra o seguinte:

«F. Antonivs de Portalegre, Lusitanus, ordinis S. Francisci prouinciæ Pietatis, Mariæ Portugaliæ, Principis minister à pœnitentie Sacrosanto, dedit foras, nomen ipse occultans, *A Paixão de Christo metrificada;* tam Lusitane, quam Castellanè 1548 et postea Conimb. 1581».

O abbade Barbosa, na sua ampla, diffusa e ás vezes incorreta *Bibliotheca Lusitana* fallando de Fr. Antonio de Portalegre, vol. 1.º, pag. 360, diz que elle publicára: «Meditacion de la passion de Christo Nuestro Señor... Coimbra 1541-1548 e 1581, como diz N. Antonio».

Parece que o douto abbade de Sever não viu o livro; deu-lhe o titulo hespanhol, copiou N. Antonio, e criou a edição de 1541.

O academico Antonio Ribeiro dos Santos, nas *Memorias*

de Litteratura, vol. 8.º, part. 1.ª, pag. 87, fallando das edições de Coimbra no seculo XVI, diz: «1541 — Meditação da Paixão, de Fr. Antonio de Portalegre, obra rara». E tão rara, que se não imprimiu em 1541. O sabio academico, que aliás se recommenda pelas suas investigações, tambem não viu a obra, nem a ella se mais refere na *Memoria sobre a typogr. port. no sec.* XVI.

Vê-se pois que Nicolau Antonio menciona uma edição em portuguez, de 1548, e outra em castelhano, de 1581; Barbosa, tres em hespanhol, de 1541-1548 e 1581; Antonio Ribeiro dos Santos, uma em portuguez, de 1541. Todas estas indicações porém são inexactas.

O sr. Innocencio F. da S., no vol. 1.º, pag. 240, do *Dicc. Bibl.* menciona a data verdadeira da edição em portuguez impressa em Coimbra em 1547, e a da traducção em castelhano, tambem impressa em Coimbra em 1548: e por essa occasião diz o consciencioso bibliophilo, que da edição em portuguez, de 1547, *apenas* se conhecem dois exemplares, e da em hespanhol um, avisando a existencia de outro no vol. 8.º, pag. 287, não se referindo porém á edição em portuguez, de 1548.

Acabo porém de encontrar um exemplar da edição de 1547 na Bibliotheca Publica do Porto; e da de 1548 vi um outro exemplar na muito selecta livraria do ex.mo sr. Visconde d'Azevedo: e da 2.ª edição em portuguez existe um exemplar na Bibliotheca da Universidade.

(Continúa). TITO DE NORONHA.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Album de contemporaneos illustres, por Francisco Augusto Martins de Carvalho.

Affirmações publicas, por Bernardino Machado.

Rainhas de Portugal, por Francisco da Fonseca Benevides.

Real theatro de S. Carlos de Lisboa, por Francisco da Fonseca Benevides.

No tempo dos francezes, por Francisco da Fonseca Benevides.

Elementos de balistica, por Francisco da Fonseca Benevides.

Noções de physica moderna, por Francisco da Fonseca Benevides.

Relatorio sobre as escholas industriaes da circumscripção do sul, 1885-1891, por Francisco da Fonseca Benevides.

Relatorios sobre o Instituto industrial e commercial de Lisboa, 1892-1895, por Francisco da Fonseca Benevides.

Catalogo illustrado do muzeu maritimo da eschola industrial, por Frandisco da Fonseca Benevides.

Pedro Nunes em Faro, por Francisco da Fonseca Benevides.

A incubação, a creação e a engorda artificiaes das gallinhas, por Alberto Vellozo d'Araujo.

Campo de flores. Poesias lyricas, coordenadas por Theophilo Braga, de João de Deus.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao Instituto não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do Instituto de Coimbra, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto,* a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero VI

M·DCCC·XCVII

Junho

COIMBRA

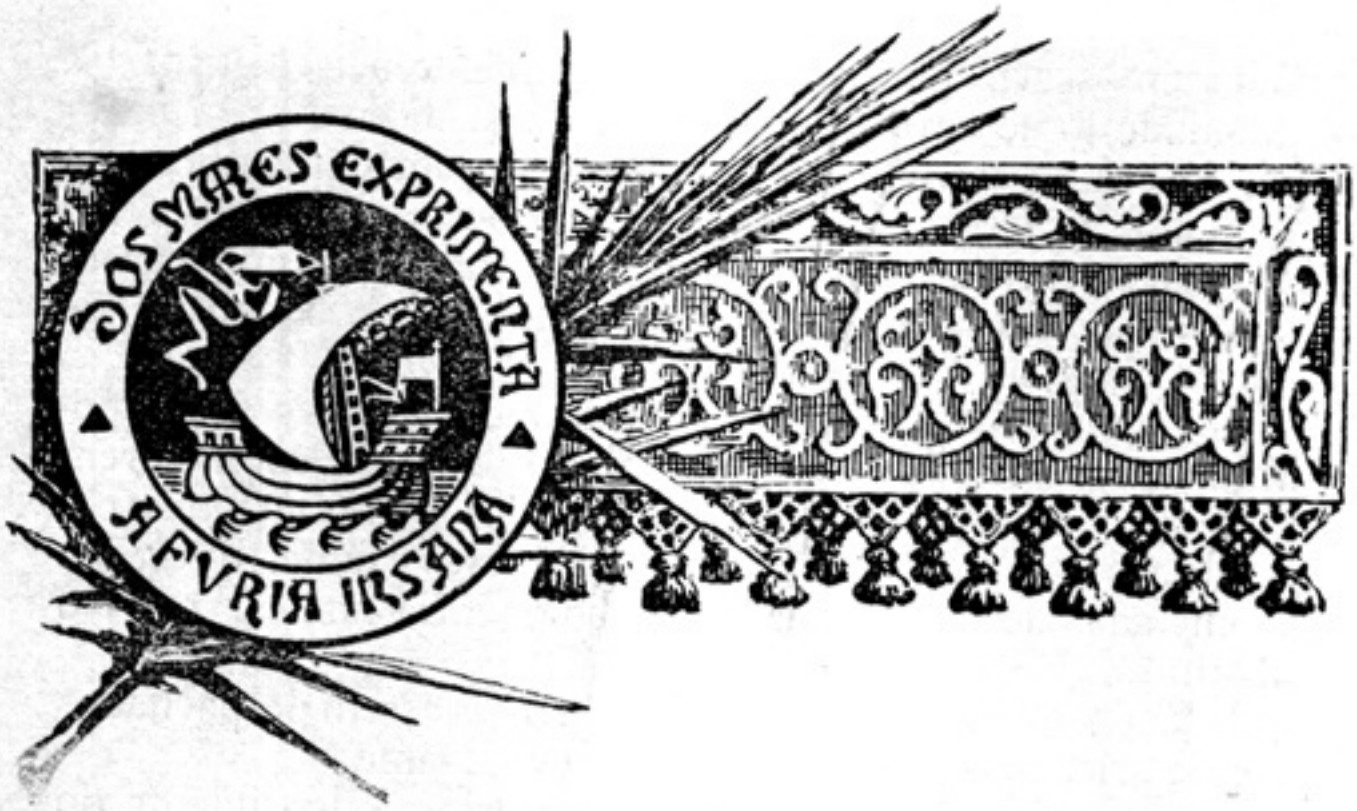
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO SUPERIOR, pelo *Visconde de Villa-Maior* 325
D. FR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES, por *José Caldas* 331
ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES, por *Alvaro José da Silva Basto* 341
TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES, por *A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca* 350
RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA, por *Charles Lepierre* 358
PASSA L'AMORE, pela *Condessa di S.to Angelo Limosano* .. 363
PRIMAVERA, por *Paul Stuart* 364
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 365
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 374
CURIOSIDADES BIBLIOGRAPHICAS, por *Tito de Noronha* 380



SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO SUPERIOR

(Cont. do n.º 5, pag. 268)

Passa depois o projecto a occupar-se da admissão dos lentes substitutos, que devia ser feita sempre sobre concurso publico, quer fosse para as cadeiras das Faculdades, quer para as das escholas especiaes ou cadeiras annexas á mesma Faculdade. Sería habil para concorrer ao logar de lente substituto de uma Faculdade qualquer que n'essa tivesse o gráu de Doutor. Quanto á admissão ao concurso para uma cadeira especial, devia o candidato, além do gráu de Doutor na Faculdade, á qual a cadeira estivesse annexa, apresentar certidão de approvação na dicta cadeira.

A base principal do concurso devia ser o exame publico, o qual o candidato deveria requerer, juntando todos os attestados que, na identidade de saber, manifestado no exame,

podessem servir para determinar a preferencia. Quando a egualdade fosse em tudo completa, devia decidir a sorte.

Este exame deveria ser feito perante cinco membros da Faculdade tirados á sorte na vespera do exame, o mais velho dos quaes serviria de presidente, e os outros argumentariam cada um pelo espaço de vinte minutos sobre o objecto da cadeira a concurso. O exame devia ser vago.

Os examinadores deviam tomar nota dos exames dos oppositores, para, depois de findos todos os exames, combinarem entre si, e á vista das suas notas e dos mais documentos, qual deveria ser preferido. As actas d'estes exames deveriam ser enviadas ao governo, ao qual competiria nomear o novo substituto.

Os lentes substitutos ficavam habeis para serem despachados proprietarios sem dependencia de novo exame.

A promoção a lente proprietario ficaria só dependente do decreto do governo, que pela vacatura da propriedade de alguma cadeira proveria n'ella o mais antigo dos substitutos da Faculdade.

Os artigos seguintes, em que o auctor se occupa da policia e disciplina das aulas, nada offerecem de interessante que mereça mencionar-se. E' com pequena differença o que se pratica na Universidade com a differença de que em vez de bedeis são os continuos os officiaes a quem compete esta policia. O guarda-mór dos geraes é tambem substituido por um porteiro. As transgressões aos regulamentos disciplinares deviam ser julgados pela policia correccional. Os professores não deviam ter ingerencia alguma na manutenção da disciplina interna das aulas, e só lhes devia competir o assignar a parte dada pelo continuo á policia correccional.

Passa depois a tratar das auctoridades privativas de cada Faculdade — do secretario, do thesoureiro e finalmente do conselho —. Vê-se da maneira por que os artigos se acham redigidos que se não deve confundir o secretario da Faculdade com o secretario do conselho da Faculdade. Aquelle devia ser um funccionario nomeado pelo governo, sobre proposta do conselho supremo da Instrucção Publica. Devia ter o vencimento de 360$000 réis além dos emolumentos que por lei lhe competissem.

O mesmo individuo podia ser secretario em mais do que uma Faculdade, comtanto que d'essa accumulação não resultasse prejuizo ao serviço; mas n'esse caso o accrescimo de vencimento devia ser de 140$000 réis por cada nova Faculdade.

As obrigações do secretario da Faculdade eram as seguintes: — 1.º Matricular os estudantes que apresentassem cartas de Bacharel em Lettras. — 2.º Assistir ao escrutinio dos exames e registar no livro competente o resultado d'elles. — 3.º Passar as certidões aos examinandos e doutorandos. — 4.º Fazer as folhas de pagamento de todos os empregados da Faculdade. — 5.º Fazer os pagamentos perante o thesoureiro.

No fim de cada trimestre o secretario devia fazer entrega ao thesoureiro da Faculdade dos fundos que tivesse em seu poder, provenientes de matriculas, cartas, certidões, titulos, etc.

O cargo de thesoureiro de uma Faculdade devia ser electivo entre os membros da mesma Faculdade e pela mesma occasião em que se elegessem o presidente, vice-presidente e mais cargos da Faculdade. Ao thesoureiro devia competir a recepção e arrecadação dos fundos destinados ao pagamento dos empregados da Faculdade, ou a outras quaesquer despezas d'ella, e assignar as folhas dos pagamentos.

Pelo que toca á organisação e deveres dos conselhos das Faculdades, o projecto de que estou fallando estatuia o seguinte: — que o conselho fosse constituido por todos os professores, proprietarios e substitutos de uma Faculdade — que no principio de todos os annos lectivos, o conselho de cada Faculdade elegesse, em escrutinio secreto, e á pluralidade de votos, d'entre os seus membros, um presidente, um vice-presidente, um 1.º e um 2.º secretarios e o thesoureiro — que o primeiro dever do conselho fosse o velar pela observancia das leis, disposições e regulamentos que lhe fossem concernentes ou aos estabelecimentos e cadeiras annexas — que era da sua inteira competencia a administração scientifica da sua Faculdade — que no principio de cada anno devia remetter ao conselho supremo da Instrucção Publica um relatorio sobre o estado scientifico em todos os ramos da Faculdade e nas cadeiras especiaes annexas, acompanhado de um mappa estatistico dos alumnos matriculados, dos approvados e reprovados, inscriptos ou não inscriptos e dos formados; e um outro mappa contendo o numero dos professores proprietarios e substitutos, com a designação dos seus nomes, epochas das suas nomeações e cadeiras em que professassem — que deviam propôr ao conselho supremo todos os melhoramentos que julgassem admissiveis na legislação das Faculdades, na organisação das cadeiras, no uso e adopção das obras, machinas e instrumentos, nos methodos de ensino, na parte prática da instrucção, finalmente em tudo quanto podesse contribuir para progresso da sciencia — que lhe devia competir o deferi-

mento das supplicas para exames, doutoramentos, e concessão de titulos e attestados, e tambem o prover por concurso a substituição das cadeiras — finalmente devia tambem ser da sua competencia a formação dos orçamentos ordinarios e extraordinarios da Faculdade e dos estabelecimentos que lhe estivessem annexos.

O mesmo projecto impunha aos professores de todas as Faculdades a obrigação de apresentarem, no fim de cada anno, um quadro historico dos principaes e mais recentes descobrimentos e obras publicadas nos seus respectivos ramos. Estas differentes exposições deviam ser lidas pelos respectivos professores perante o Conselho, o qual devia nomear uma commissão de tres membros para extrahir d'ellas um resumo para ser lido em sessão publica do mesmo Conselho, e depois publicado pela imprensa.

No Titulo VII tratava o auctor da jubilação e aposentação dos professores. Os artigos 242.º e 243.º concediam o direito de jubilação aos professores proprietarios das *aulas maiores,* que houvessem desempenhado o magisterio durante vinte annos, contando-lhes o tempo empregado em commissões scientificas extraordinarias, e tambem aos supplentes, contando-lhes só o tempo em que houvessem regido cadeira ou exercido commissões scientificas. Pelo artigo 244.º devia pertencer ao conselho supremo o julgamento dos processos de jubilação e ao governo o seu decretamento. Ao professor jubilado conservava o artigo 245.º as honras e prerogativas academicas, e o direito de poder ser empregado em commissões compativeis com a sua edade e forças. Os artigos 246.º a 249.º garantiam-lhes o vencimento do logar que haviam occupado durante a sua actividade, e regulavam os casos e condições em que os professores podiam ser aposentados quando se impossibilitassem para o serviço activo do magisterio.

O Titulo VIII tratava dos ordenados dos professores sem designar as quantias; o artigo 258.º estabelecia que os professores que, além da regencia das suas cadeiras estivessem encarregados de commissões scientificas, venceriam mais a quarta parte do seu ordenado, e no artigo 260.º definia *commissão scientifica* toda a funcção da Universidade destinada ao desempenho do magisterio, entrando n'este numero as direcções dos estabelecimentos. O artigo 261.º consignava a creação de um ponte-pio litterario em favor das viuvas e filhas orphãs dos professores publicos.

O Titulo IX occupava-se da *inspecção* e *direcção* da Instrucção Publica as quaes, segundo o projecto, deviam ficar

a cargo de um conselho supremo, formado de nove membros da Universidade, nomeados livremente pelo governo.

Pelo artigo 263.º todos os Institutos de Instrucção Publica de qualquer ordem e categoria deviam ficar subordinados a este conselho, que devia ser o centro de todas as operações e actos da administração scientifica, sujeito porém á acção immediata do governo.

Pelo artigo 267.º o conselho supremo de Instrucção Publica devia tambem ser um tribunal de consulta para responder e informar o governo e as camaras legislativas em todas as questões da sua competencia.

Pelo artigo 274.º os membros do conselho supremo deviam vencer mais um terço do ordenado, que lhes competisse como membros da Universidade, sem prejuizo do quarto que houvessem adquirido pela diuturnidade de serviço.

O Titulo X tratava muito perfunctoriamente da divisão geral das Faculdades e sua organisação scientifica.

O artigo 275.º estabelecia seis Faculdades: Lettras—Theologia—Jurisprudencia—Sciencias Exactas—Sciencias Physicas—Medicina e Cirurgia. Segundo o artigo 276.º cada uma d'estas Faculdades devia abranger sómente os ramos principaes da sciencia, que podessem ser considerados como centro e fundamento de todos os outros, e de que as cadeiras e escholas especiaes não deviam ser mais do que applicações particulares.

N'este projecto e segundo o elenco exposto no artigo 277.º, as Faculdades deviam organisar-se do seguinte modo:

A Faculdade de Lettras—com 6 cadeiras para ser frequentada em 3 annos.

A Faculdade de Jurisprudencia —com 11 cadeiras frequentada em 5 annos.

A Faculdade de Sciencias Exactas—com 5 cadeiras proprias além de 2 de Physica e Chymica na Faculdade de Sciencias Physicas—devendo ser frequentada em 5 annos.

A Faculdade de Sciencias Physicas—com 6 cadeiras proprias, além de 2 (Anatomia e Physiologia) em Medicina e frequentada em 6 annos.

A Faculdade de Medicina e Cirurgia—com 10 cadeiras proprias, além das de Physica, Chymica e Botanica, frequentada em 6 annos.

O projecto não particularisava cousa alguma em relação á Faculdade de Theologia.

O que nos artigos 280.º a 282.º dizia em relação ao curso de Licenciados e Facultativos menores, não merece a pena de ser aqui mencionado.

No Titulo XI mencionava o auctor do Projecto as cadeiras especiaes que julgava se deviam annexar á Faculdade de Sciencias Exactas, as quaes eram: 1.º a de Geodesia e Topographia — 2.º a de Architectura Hydraulica — 3.º a de Architectura civil, e em seguimento estabelecia as condições para a concessão das cartas ou titulos de engenheiro civil nos ramos indicados.

Creava tambem duas cadeiras especiaes annexas á Faculdade de Sciencias Physicas — 1.º a de Agricultura — 2.º a de Chymica Applicada ás Artes.

Ambas estas annexações de cadeiras não podiam satisfazer ao fim que o auctor se propunha de completar o ensino especial, nem de engenheiros civis, nem de agronomos, nem de chymicos industriaes, o qual requer hoje mais ampla instrucção e desenvolvimento.

São tambem pouco aproveitaveis actualmente as indicações que nos Titulos XII e XIII se encontravam relativamente ás escholas especiaes e aos estabelecimentos annexos ás Faculdades e escholas, e por isso as não mencionarei.

Devendo eu, segundo o plano d'este meu trabalho e para satisfazer o mais cabalmente que me fôr possivel á incumbencia de que fui encarregado, dar noticia de todos os projectos e indicações apresentadas com o fim de reformar e melhorar os estudos superiores do nosso paiz, não podia omittir este, de que acabo de dar noticia na sua parte mais importante, apesar de reconhecer as muitas imperfeições e até incorrecções da sua redacção e deficiencia de contextura em muitos pontos importantes, porque assim mesmo n'elle se encontram indicações muito uteis, que podem ser tomadas em consideração por quem tiver de redigir um projecto de reforma da nossa instrucção superior.

Não se podem recusar ao auctor as boas intenções com que alaborou o seu projecto, nem o conhecimento das partes essenciaes da mais conveniente organisação e bom regimento das escholas superiores: porém o seu trabalho ficou deficiente e incompleto, por não ter sido maduramente meditado; pois na verdade resente-se de uma certa precepitação, com que foi concebido e elaborado, no generoso intuito de aproveitar o desejo que n'aquella epocha manifestava o governo de intentar a regeneração dos estudos nacionaes.

(Continúa). VISCONDE DE VILLA-MAIOR.

D. FR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

(ESTUDOS DE ORIGENS)

II

CARTAS

(Concl. do vol. XLIII, n.º 12, pag. 876)

Não conheço senão tres cartas do sancto arcebispo, limpas de todo o genero de arteficio ou remodelação dos seus pios commentadores. São taes quaes sahiram d'aquella mão apostolica, sem sombra de lima ou de buril. D'essas tres cartas preciosas, duas estão na Torre do Tombo (1), e uma, a ultima, guarda-se na Bibliotheca Publica de Evora (2). Advirta-se, desde já, que nenhuma d'ellas acórda successo que valha a pena referir. Não se desenterram, pois, como depoimento historico para abonar um facto: offerecem-se para corroborar o thema inicial d'estes trabalhos, isto é, para reconstituir, tanto quanto hoje nos é possivel, o caracter litterario do illustre primaz. Assim, ouvindo-o nós a elle, candidamente escrevendo, sem nenhuma especie de ornato ou arteficio estranho, teremos, como já disse, entrado, um tanto a fundo, na comprehensão da sua personalidade.

Estes documentos são, por tanto, valiosissimos. Compulsando-os, lendo-os, estudando-os, com sinceridade, teremos necessariamente concluido que o arcebispo academico que fallava com o seu provincial, como um Tullio de capa preta, e que discutia theses sumptuarias com fr. Bernardo da Cruz, escrevendo a principes e a conventuaes, como se estivesse dictando as suas cartas ao alto de uma cadeira, esse tal arce-

---

(1) Corp. Chronol., p. 1, maço 104, doc. n.º 55. *Ibid.*, maço 107, doc. n.º 24.

(2) Bibliotheca Publica de Evora, cod $\frac{\text{C X}}{2-15}$, n.º 10.

bispo não é nem foi nunca o nosso humilde e piedoso prelado, que dispensava pagens e creados, e preferia dormir no razo das taboas a repousar sobre almadraques de peso. Esta reivindicação é ainda uma homenagem que devemos á sua sancta memoria.

*

Vamos á primeira carta.

Escreve-a D. fr. Bartholomeu dos Martyres, de Braga, a 20 de dezembro d'aquelle seu tão trabalhado anno de 1560. Dirige-a a D. Sebastião, queixando-se de umas exigencias, a seu ver infundadas, feitas por o doutor Braz Cardozo, contador de Guimarães, e sobre as quaes o sancto prelado offerece os seus alvitres.

E' assim, integralmente:

«Suñor.

«Vindo de fora pera esta cidade, os Juizes e moradores e «pouo della me derão conta d'ũa noua cousa que ho doctor «bras Cardoso cõtador da fasenda de Vossa Altesa na comar- «qua de guimaraees lhes mandaua—a saber—que elegesen «en camara pesoas que Recebesen as Rendas da Sisa desta «cidade e termo, ao que lhe Responderão cõ autos e papeis «per que mostrarão não serem a Isso obrigados, e por que «este negocio não va mais avante detriminey dar cõta dele a «Vosa Altesa pera que me faça merce de nele mandar prouer. «Antre os Reis passados, e Arcebispos desta cidade se cele- «brarão certos contratos porque lhes concederão Jurdição e «priuilegios. ho que se agora usou foy auer nella Juiz, e es- «criuão, porteiro e Recebedor que por cartas patentes que «dos Reis tinhão, seruirão e seruem seus officios, con certo «estipendio, os quaes Renunciauão e os Reis confirmauão «aquem auião por seu seruiço, ora sendo Recebedor Antonio «Roiz que he viuo e não ten Renunciado en ninguem, e tendo «Carta do officio cujo trelado em publico vay com esta da «quall parece como seu antecesor o tiuera tamben por carta, «o dicto doctor bras Cardoso quer Innovar nisso, mandando «que as Rendas se Recebão per caniços, e per pesoas que «deytarão a perder a ssy, e a ellas. beiJarei as mãos de Vossa «Alteza (1) me fazer merce mandar que o dito officio de Re-

(1) *Sic.*

«cebedor se sirva como ategora seruio, e per que nelle tem «pouquo estipendio lhe acrecentar ho que parecer Justo, prin- «cipallmẽte auendo tanta Rasão pera Isso como foy o grande «crecimento das Rendas, e sendo feito a muytos dos Rece- «bedores das outras cidades cõ ho que suas Rendas serão «melhor arecadadas e este pouo não Receberá oppressão e «ho sirva ho dito Antonio Roiz, ou se ponha a sua custa «quẽ por elle ho faça. Nosso Senhor a uida e Reall estado «de Vossa Alteza acrecente e conserue, escrita Senhor em «Braga a 20 de Dezembro de 1560.»

(Logar do sello).

Capellão e seruo de Vossa Alteza

O arcebispo primas.

Sobrescripto:—*A El Rey nosso Senhor.*=*Do Arcebispo de Bragua.* xx de dezẽbro.

*

A outra carta tem a data de 19 de novembro de 1564. E' escripta, egualmente, de Braga, depois da interrupção da visita que o prelado emprehendeu logo em seguida ao seu regresso de Trento. E' dirigida á rainha D. Catherina; e abre por este theor:

«Sñora

«*vera et eterna celsitudo,* eu temo que Vossa Altesa me «tenha a mal nã lhe dar conta dos trabalhos em que me meteo, «os quaes grandemente crecẽ depois de publicado ho sagrado «concilio, que parece que todas has dificuldades e resistẽcias «da reformaçã se ajuntarã nesta diocese, e hos capitulares «desta Sé sã os primejros que me resistẽ, e no Sinodo que «agora celebrej ho mostrarã muito mais, sómente pelo temor «que tẽ que ei de começar a executar ho concilio neles ho que «tegora nã fiz, e parecendolhe que asi me quebraraõ o (1) «coaaçã me tẽ leuantado muitos falsos testemunhos ẽ roma, «mandando la homẽs criminosos cõ precuraçoẽs que afirmarã «que eu avia soltado muitas palauras contra ha se apostolica,

(1) *Sic.*

«e agora Inventã novas calũnias, e aInda que estas cousas «nã me dẽe muita pena per que se me afigura que por ellas «algũa hora tornarej a meu antigo descanso, todauia per que «me dizẽ que sou obrigado acudir por razã do oficio, rece-«berej grande merçe escreuer Vossa Alteza ao papa que nã «dee credito aos capitulares desta see que a roma sã idos nã «a outra cousa senã a resistir a reformaçã e desacreditarme «com Sua Santidade té que nã mande qua fazer exame de «tudo que contra min foj dito. nosso Senhor conserue Vossa «Alteza em toda verdadeira posperidade. de braga 19 de «novembro 1564.

Capellão e seruo de Vossa Alteza

O arçebispo primas.»

Sobrescripto:—*Aa Raynha nossa Senhora.*

Como claramente se vê, esta carta foi escripta n'um excesso de profunda magua que, como que toda a envolve e escurece. No seu regresso da visitação, dos fins de outubro, e na sua passagem por o convento de S. Fructuoso, o arcebispo teve noticia dos desmandos dos capitulares. Na previsão de que o prelado lhes ia tocar, a um tempo, nas prerogativas e nas rendas, a furia poz-lhes palavras soltas nas linguas, e a má vontade tornou-se em calumnia aberta. Recebeu o arcebispo a informação de taes desmandos com a serenidade habitual ao seu espirito ascetico. Passou a Braga; mas ahi a sua conducta não foi tida por prudente. Parece que alguem lhe suggeriu o proposito de fazer-se recommendar em Roma, junto do papa, de modo a desarmar a malevolencia dos seus inimigos. Esta carta é a confirmação, que o espirito do arcebispo deu a este alvitre, condescendendo em rogar á rainha para lembrar a Pio IV que não jurasse nos libellos dos seus accusadores. D'aqui, sem duvida, o breve *Tuum de venerabili fratre Archiepiscopo Bracharensi testimonium,* de 28 de março de 1565, enviado ao infante D. Henrique, por diligencias do cardeal, Carlos Borrameu. Isto me parece plausivel.

O que, porém, se não harmonisa com a verdade dos factos é dizer o arcebispo que os capitulares lhe resistem «e que no Synodo que agora celebrej ho mostraraõ muito mais», por isso que, como é sabido, o Synodo, aberto por 8 de setembro de 1566, só por os principios de abril de 1567 foram publicadas as suas decisões. Ha, aqui, evidentemente, grande con-

fusão. Ou o prelado, por deficiencia de symbolos stigmeologicos e graphicos, não tornou clara a sua intenção, ou a lição do monumento é outra. No primeiro caso, o periodo deveria reconstituir-se do modo seguinte: «e hos capitulares desta Sé sã os primejros que me resistẽ, e no Sinodo que agora celebrarej ho mostraraõ muito mais...» em que o arcebispo, pelos precedentes de que já tem noticia, suspeita de quanto serão capazes os mesmos capitulares, logo que o Synodo se abra, como espéra. Na outra hypothese, a menos natural, uma outra leitura da carta dirá o que deve entender-se. Esta hypothese, porém, é inadmissivel. Do documento não póde fazer-se nenhuma outra leitura que não seja a que offereço. E' meu parecer, pois, que a confusão, que n'este periodo se patenteia, resulte da exaltação em que o arcebispo estava quando se viu obrigado a escrever á rainha. Não é esta a melhor solução? Não encontro outra. Em todo o caso o que importa assegurar é que de todas as cartas do arcebispo, nenhuma ha, com certeza, tão desalinhada como esta. Escripta n'um unico periodo, sem medida nem cohesão grammatical, o prelado trepida entre os dois criterios que áquella hora o absorvem:—o que lhe é fundamental, e que consiste em deixar rugir em Roma a tempestade dos seus detractores, esperando que do motim desenfreado surja a destituição da mitra, que tanto ambiciona; e o que o espirito practico dos seus amigos e parciaes lhe lembram. N'esta carta, estes dois sentimentos, verdadeiramente incompativeis e oppostos, baralham-se e misturam-se, torvamente, n'uma promiscuidade flagrante. Por um momento, fr. Bartholomeu dos Martyres folga que o calumniem, pois tem para si, na sua sancta ignorancia das coisas d'este mundo, que das calumnias que lhe movem resultará «elle tornar alguma hora ao seu antigo descanso.» Logo depois, muito pouco abaixo, acode de prompto, lembrando á rainha que escreva ao papa, dizendo-lhe que não dê credito aos capitulares; e que, sem perda de tempo, mande, o pontifice, fazer exame nos pontos e nos capitulos em que o infamam. A carta é escripta n'esta fluctuação de tão oppostos sentimentos:—a do sancto, que sabe que Deus conhece a sua causa e a julgará; e a do prelado temporal, que offerece os seus actos ao exame de um tribunal supremo.

Candida alma, a tua, extraviado apostolo, perdido, obscuramente, por entre as trevas tempestuosas dos teus dias!

De resto, é bem de presumir, que os capitulares, por astutos e sagacissimos, se aproveitassem das primeiras referencias, de dôr e de desalento, que o prelado, ao contar o

que vira em Trento e em Roma, soltára de si. O que podia sentir aquelle sancto arcebispo, deante das alterações politicas e religiosas dos membros do concilio, e ainda em face da odiosa opulencia pagã do Vaticano? Seria aquillo que elle viu, o que elle, de Braga, esperava ver? Aquelles homens arrogantes, lançando as vestes sacerdotaes como quem veste um arnez brunido, discutindo theologia em apostrophes violentas, como quem joga improperios em arraial ferido, esses homens eram, com effeito, o que elle contava achar n'uma assemblêa como aquella, dada a produzir um orvalho de sancta concordia sobre a familia catholica amotinada, proclamando a urgencia de uma reforma implacavel nos costumes da Egreja?

Quando, na sua chegada a Braga, o interrogassem dos destinos que levava a barca de Pedro, e das mostras de pacificação que offereciam os seus defensores, é de presumir que como sancto se expressasse. E Roma, áquelle tempo, não era a sanctidade. De modo que escutado por gente malevola e sem escrupulos, é bem de presumir que, sem adulterarem muito a idêa fundamental d'aquelle apostolo, falsificassem miseravelmente, e tambem intencionalmente, as palavras rudes, toscas mesmo, com que elle revestia a sua incomportavel desillusão.

A obra dos capitulares foi esta, por certo. E se não fosse o empenho estupido com que, em Roma, se defende ainda hoje, ao publico, o conhecimento d'esses libellos famosos, que eu, por vinte annos, e recorrendo a todos os meios, em vão procurei obter, veriamos, sem difficuldade nem surpreza, que, afastados os grosseiros exageros dos taes capitulares, as palavras com que D. fr. Bartholomeu dos Martyres capitulou a curia, os prelados politicos do concilio, começando por a odiosa figura do cardeal de Guise, o infamissimo Carlos de Lorraine, e acabando nos accusadores do bispo de Cadix, essas palavras não poderiam ser senão de condemnação e de anathema contra quantos, na cegueira da sua obstinação, não queriam ouvir fallar em *reforma,* preferindo que a Egreja se fraccionasse para sempre, a expungir do seu seio aquelles que a deshonravam com a sua conducta, com a sua ambição e com a sua avareza.

Mas isso nunca se saberá.

*

A ultima carta é escripta de Vianna, do convento de Sancta

Cruz, menos de dois annos antes da sua morte. Tem a data de 21 de novembro de 1588. E' dirigida a Philippe II, a consola-lo da perda da *invencivel armada*. Parece que só muito tarde se souberam, no Minho, os desastres da grande empreza maritima do hespanhol, tão galhardamente capitaneada por o duque de Medina Sidonia. O prelado parece consternado.

A carta é assim concebida:

+

Sõr.

«*Vera et eterna magestas*. obrigados sômos a tomar as «aduersidades que nos uem das mãos do sõr ds cõ paçientia «e como ele he clementissimo e sapientissimo entender que «(pois permetio q̃. a armada sua e de V. mg.de tam neçessaria «pera a sua igreja, procurada por V. mg.de cõ tantos gastos, «ajudada cõ oraçoens e lagrimas de tantos, não teuese o efeito «q̃. V. mg.de e todos deseiauamos) seria (como pareçe) por «grandes pecados do pouo, ou pera no tempo q̃. o mesmo ds «noso e sõr teuer ordenado acodir cõ a merçe q̃. lhe agora «pediamos cõ maior eficacia. peço a V. mg.de não se descon- «sole que ds noso sõr por quẽ he acodira, não olhando pera «o q̃. o pouo lhe mereçe. eu e o padre frei gaspar de sancta «maria meu cõpanheiro e cõfessor, temos particular cuidado «de rogar a ds por V. mg.de· o mesmo sõr prospere e augmente «a V. mg.de em toda a verdadeira prosperidade. deste mos- «teiro de são domingos de Viana a 21 de nouembro de 1588.

Capelão e seruo de Vosa magestade

O arcibispo frei bertholameu.»

N. B.—Entre a palavra *Sõr* e a invocação ou thema inicial da carta: *vera et eterna magestas,* lê-se por uma outra letra, como em som de lembrança ou despacho:—*manda sua magestade se responda como se deue a tal pesoa.*

No fim está esta rubrica, de letra coeva:—*Carta que escreveo de consollasão o arcebispo primaz bertholameu dos martyres a elrey filippe o prudente sobre a grande perda q.ᵉ ouve na armada de ingallaterra.*

Esta carta, inspirada n'um assômo de sancta candura, é

como que o ultimo bruxolear d'aquelle espirito. Respira-se a morte, o fim proximo d'aquelles dias, em toda ella. Sempre longe de um mundo, que não comprehendeu e que, por seu turno, o não entendeu a elle, reservava-se aquelle mystico, na companhia do seu confessor, o pobre fr. Gaspar de Sancta Maria, a obrigação idealista de confortar a alma fria e insensivel da onça do Escurial!

Ao tempo em que ambos assim cogitavam, no seu sancto encerro, o despota escrevia a Sixto V—um papa que o egualava em sentimentos e intuitos—dizendo-lhe que não se magoasse com o revez das suas naus. E, no emtanto, de Vianna, dos confins do Minho, dois frades semi-mortos pensavam amparar, por meio de palavras de esperança, aquelle homem de pedra!

*

Impõe-se-nos, de uma fórma indubitavel, a conclusão que resalta d'estes documentos. A linha moral do sancto arcebispo é a que deriva do exame d'estas suas cartas. Relacionando com esta sua particular fórma de dizer os seus actos, de excepcional singeleza e de incomparavel humildade, esta devia ser, com effeito, a sua feição epistolar. As suas virtudes não se ajustam, de modo algum, com as suas letras. Foi um sancto, que viveu e morreu fóra da comprehensão da sua epocha, e não um sabio, como muitos dos seus penagyristas insistem em no-lo dar. Educado no regimen estreito da escholastica, que, ao seu tempo, afogava ainda todo o vislumbre de espontaneidade mental que deparasse, fr. Bartholomeu dos Martyres resultou n'um producto espiritual da edade-media, já quando a Reforma, que, de per si, era a segunda phase da Renascença, chamava os espiritos á dignidade da sua missão. Ascetico, incompativel, monge austerissimo, o mundo espiritual, para elle, parára em S. Thomaz. N'esta immobilidade de estatua não presentiu a lucta, em razão da qual fôra chamado a Trento. As reivindicações do espirito moderno teve-as como heresias. No emtanto, inconscientemente, pedia, como os lutheranos, como os calvinistas, como Theodoro de Beze, como Melanchton, como todos os *apartados,* uma reforma radical nos costumes da Egreja. Está aqui a razão da sua sancta incoherencia. Com uma educação menos ascetica, mais humana que mystica, e mais practica e racional do que cerradamente escholastica, elle teria visto que a Egreja do seu tempo, sob risco de dar

inteira razão aos protestantes, e passar do exame dos abusos ao exame dos dogmas, não podia ouvil-o, como o não ouviu. E' por isso que, emquanto elle brada contra a *peste franceza*, que, a principio não é mais que o grito das consciencias que pede um synodo nacional, perdida, como parece, a esperança de um concilio ecumenico, fr. Bartholomeu dos Martyres é applaudido por os curialistas. Desde, porém, que a sua voz se desata em brados de *reforma! reforma!* a curia teme-o, e lança-lhe a raposa lorêna ao caminho, enredando-o com lisongearias e mostras de affecto, que, naturalmente, perturbam e abysmam a candura montesinha do nosso sancto pastor. Uma vez em Roma a sumptuosidade papal augmenta a razão dos seus protestos. Ao contemplar as opulentas baixellas de oiro dos palacios pontificios, a riqueza das estatuas e a sumptuosidade dos jardins, o nosso humilde prelado não faz senão computar o numero de boccas famintas, que aquellas grandezas de principe mundano bastariam a saciar. Bem via isso a vasta famulagem de Pio IV; e é por isso que o temia. Mais habil e mais sinceramente espiritual que seu thio, Carlos Borromeu serve, como de pousada espiritual áquella alma desfortalecida. Amam-se ambos, porque ambos são a derradeira expressão do ideal catholico, dentro do Vaticano paganisado pela corrupção dos cardeaes.

Esta é, sem duvida, a linha espiritual d'este sancto prelado. Quando elle se viu defronte das tempestades politicas, que desde Lisboa a Trento o suffocavam; quando, no seu regresso á patria, na esperança de, pela sua diocese, começar a obra da reforma, olhou que eram os proprios conegos da sé que lhe sahiam ao encontro, o seu desalento devia culminar em verdadeira angustia. Succumbiu. E é d'esta sua abdicação moral que procede aquella candura com que festeja as calumnias dos capitulares, por presentir que será por ellas que elle tornará ao seu silencio de monge.

Mais sancto do que sabio, mais candido do que practico, mystico já quando a Egreja de Roma, fazendo toda a especie de alliança para afogar o grito de reforma, que ella bem conhecia ser justo, fr. Bartholomeu dos Martyres ficou como um symbolo de um ideal perdido, visto que a sêde da perfeição de costumes, que a sua alma devota e simples proclamava, era já incompativel com o rumo que levava a barca do Pescador. A solução d'essa chimera angelica viu-se qual foi. A corrupção da Egreja continuou. As dessidencias, a principio conciliaveis, desataram-se em incompatibilidades tremendas. A rebellião, começando em zonas limitadas e humildes, acabou

dominando reinos e provincias inteiras. A's ingenuas reclamações dos espiritos, respondia-se com fogueiras. O papado pôde, talvez, lucrar. A causa da Egreja e, com ella, a causa da humanidade perderam, e perderam muito. Durante o incendio que alastra a Europa, espiritos idealistas cuidaram poder harmonisar a ambição romana, terrivel e funesta, com os protestos das consciencias insurgidas. Fr. Bartholomeu dos Martyres voou na aza d'essa chimera, e foi só quando viu a profundeza do seu engano que instou mais vivamente para que o libertassem da sua auctoridade episcopal. Perdida a sua voz, desprendida com fogo pela reforma de todos os abusos, o que é que lhe restava? Encostar-se ao liso da sua cella, e, olhando o distante mar como imagem da enormidade do seu sonho, dormir o seu eterno somno no seio infinito de Deus.

José Caldas.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMÁTICAS

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES

(Cont. do n.º 5, pag. 289)

O ÍNDICE CEPHÁLICO NA RAÇA PURA E NA RAÇA MISTURADA

Tracta-se nesta secção de dar uma ideia, aínda que approximada, do méthodo, que convém seguir no estudo éthnico duma população por meio do índice cephálico. E' desnecessário insistir na importáncia e na delicadeza do assumpto.

Digamos desde já, que, se de per si o índice cephálico póde levar a inducções valiosas, e fornece confirmações notaveis, é sobretudo conjugado com dados históricos, archeológicos, linguísticos, etc., que constitue um precioso reagente d'análise ethnológica.

O estudo póde ser feito sobre os cránios ou sobre o vivo.

O índice cephálico no vivo recebeu o nome de *índice cephalométrico,* que foi usado durante muito tempo; hoje porém tende a empregar-se exclusivamente o nome de índice cephálico num e noutro caso. Os estudos de Collignon sobre a França, de Livi sobre a Itália, e de Olóriz sobre a Hespanha, foram feitos sobre o vivo.

Alguns anthropólogos têem tentado reduzir um dos índices ao outro; mas não ha accordo sobre o coefficiente de reducção, e ignora-se mesmo se existe entre os dois índices uma relação constante (1). Entretanto, para uma reducção approximada, o número geralmente adoptado é de duas unidades.

---

(1) Topinard — *Rev. d'Anthrop.*, p. 376, 1885; e p. 641, 1889.

Adiante, ao tractarmos da distribuïção geográphica do índice cephálico em Portugal, nós diremos como se determina essa distribuïção num dado país. Agora poremos o problema na sua máxima simplicidade: estudo de uma série mais ou menos numerosa de crânios de proveniéncia conhecida.

Em primeiro logar excluem-se os crânios de creança e os deformados, e procede-se depois á separação dos sexos, conforme a recommendação de Broca (1). Assim se encontram constituídas as séries unisexuaes.

Em presença duma tal série, o que se tem em vista, é fazer desapparecer as incertezas, que resultam das variações individuaes, e que sam extensas bastante, mesmo na raça a mais pura, para ultrapassar os limites, que a separam das outras raças. Daquí a necessidade de empregar séries sufficientemente numerosas.

A série precisa de ser tanto maior quanto mais heterogénia fôr a população de que provier. No caso duma pureza éthnica notavel, Broca considerava sufficientes 20 crânios.

Quaes as variações do índice cephálico numa série?

Segundo Broca «as oscillações do índice num typo puro podem chegar a 10 %; muitas vezes, nas raças menos misturadas a 10 e a 12 %; não é mesmo raro attingirem valores de 20 e 23 unidades, mas então é de crêr, que a população respectiva saísse duma mistura de brachycéphalos e dolichocéphalos» (2).

A recíproca porém não é verdadeira: queremos dizer, podem as variações ser pouco intensas, e ter havido todavia mistura de vários elementos éthnicos pouco discordantes nos índices. Demais uma circunstáncia ha a attender na interpretação da amplitude das variações: é o número de crânios sobre que versa o estudo. As probabilidades de casos excepcionaes e portanto de augmento de variações crescem com o número.

Mas os méthodos, que vamos expôr, dir-nos-ham como devemos aproveitar o estudo duma série.

Além da synthese, que consiste em determinar o *typo médio* da série dada, temos dois méthodos, que correspondem a dois graus successivos de análise — o dos *agrupamentos* e o da *seriação*.

---

(1) *Instructions craniométriques*, 1875.
(2) Vid. Topinard — *Anthrop. génér.*, p. 378.

Como exemplo, eis a conclusão que o exame das médias permitte a Olóriz enunciar: «nuestras provincias son más afines, de seriacion mas regular y mucho menos braquicéfalas que las divisiones territoriales análogas de los otros paises europeos con que se compara el nuestro».

O méthodo dos agrupamentos consiste em dividir a série geral dos índices cephálicos em grupos de igual extensão, normalmente em grupos quinários, contar o número de índices da nossa série, que cáem dentro de cada grupo, e calcular enfim a proporção centesimal em que cada um destes números entra a formar o conjuncto.

Este méthodo, além duma vista rápida sobre o caracter da série, suggere reflexões geraes, que ao méthodo de seriação compete detalhar.

Para dar um exemplo, eis o que obteve Olóriz applicando o agrupamento ás séries provinciaes hespanholas: «a população na maioria das províncias é principalmente mesaticéphala; o grupo dos brachycéphalos de 80 para cima é em geral mais numeroso que o dos dolichocéphalos de 75 para baixo, e offerece muita variabilidade nas suas proporções».

A seriação é o méthodo analytico por excelléncia, e que permitte inducções mais uteis. Na seriação, em vez de grupos quinários, formam-se grupos caracterizados pelos valores inteiros e successivos do índice.

Para obter a frequéncia de cada grupo, os índices fraccionários reünem-se no grupo definido pela parte inteira desses índices.

Obtem-se uma série de números geralmente com um máximo próximo do centro, a partir do qual a frequéncia decresce para os extremos por saltos mais ou menos regulares. Em todo o caso, apesar das apparéncias diversas das differentes séries, uma série em boas condições nunca deixa a impressão de que a sua frequéncia seja o effeito do acaso (Topinard).

Os principaes dados, que devem fixar a attenção no exame duma série, sam os seguintes: 1) os *casos extremos* (índices inicial e terminal da série); 2) a *separação total* (differenças entre os índices extremos); 3) a *separação média* (segmento central da série, que comprehende metade dos casos); 4) a *frequéncia máxima* (o maior número de vezes que se repete o mesmo índice); 5) o *índice mais frequente* (o índice de frequéncia máxima, que póde não ser único); 6) o *centro da*

série (ponto que a divide em duas metades contendo cada uma o mesmo número de casos); 7) a *fórma da série* (equivale á fórma da gráphica correspondente).

Eis agora, muito em resumo, as inducções provaveis a que nos podem levar estes dados.

Os *casos extremos* têem geralmente pouca importáncia e significação, sobretudo quando um intervallo relativamente grande os separa dos casos immediatos.

Demais a *separação total* duma série substitue-os com grande vantagem. Podêmos dizer com Broca, que uma separação total mais profunda indica heterogeneidade da população a que se refere, já porque essa população conste de elementos sobrepostos, já porque proceda de diversos elementos fundidos; mas não permitte distinguir a classe de heterogeneidade de que se tracta.

Nas séries bastante homogénias a metade dos casos relativos á *separação média* apresenta índices pouco distinctos, e que em regra ficam comprehendidos em dois ou três grupos, que naturalmente resultam mais numerosos; nas séries mui heterogénias os elementos divergentes accumulam-se em pontos diversos da série, ou não se accumulam sensivelmente em nenhum ponto, de modo que se necessitam cinco, seis ou mais grupos para sommar a metade dos casos. Em geral póde dizer-se, que a amplitude da separação média é proporcional á heterogeneidade da série.

Olóriz considera a *frequéncia máxima* como o dado fornecido pelas séries, que mais directamente se relaciona com a homogéneidade da população. Observa-se com effeito, que a maior heterogeneidade da população corresponde menor frequéncia maxima.

Assim como o gráu de frequéncia máxima serve para induzir a homogeneidade duma série, assim tambem o logar em que essa máxima frequéncia cáe, ou seja o *índice mais frequente* tambem chamado a *mediana,* ajuda a descobrir os índices, que correspondem ao typo ou typos dominantes na mesma série.

Se o typo é único, o seu índice será aquelle que mais a miüdo se apresente; se é duplo com índices bastante próximos, o índice mais frequente cairá entre os dois, e a meia distáncia delles se fôr igual a proporção em que os dois typos entram a formar o grupo. Se os índices dos dois typos differirem de quatro ou mais unidades, haverá dois máximos distinctos, correspondentes aos índices typicos das séries misturadas (Bertillon e Lagneau).

Aínda que estas affirmações estejam appoiadas nos resultados de misturas experimentaes de séries escolhidas entre as mais puras, não é demais toda a reserva na sua applicação.

No caso da mistura de três ou mais typos, e em proporções differentes, a applicação dos mesmos princípios podia não dar solução alguma ou dar muitas soluções. Imagina-se quam temerário seria a applicação brutal daquelles princípios.

Numa série pura o *centro* deverá coincidir com o índice mais frequente. Geralmente não succede isso, e da posição do centro a respeito desse índice póde deduzir-se a tendéncia da série para a brachycephalia ou para a dolichocephalia.

A análise directa da série póde substituir-se pela da *gráphica* correspondente.

A *abertura do ángulo* formado pelas linhas, que unem o vertice aos extremos da base, dá uma ideia, aínda que não muito expressiva, da heterogeneidade da série.

Quando as vertentes sam linhas accidentadas, póde suspeitar-se da presença de elementos extranhos ao typo principal. Quanto aos *vértices* sabe-se o successo com que Bertillon e Lagneau (1) delles se serviram para a separação éthnica; aínda que é preciso não esquecer, que ha casos de mistura, em que os dois índices por serem pouco differentes se fundem num só.

E' claro que as inducções, que fizemos, possuem um caracter de probabilidade maior nuns casos, noutros menor.

Um exemplo notavel pela sua nitidez, e que illustra explendidamente a applicação do méthodo, é o que se refere aos cránios neolíthicos francêses (2): como que se assiste á substituïção successiva da raça dolichocéphala autóchthona por uma raça brachycéphala invasora, que outras considerações mostram ter vindo do oriente.

A applicação de tal méthodo ás séries provinciaes de Hespanha levou Olóriz a concluir pela existéncia dum typo nacional de índice 78 e doutro secundário de índice 80, e como presumiveis a de vários typos de índices mais divergentes e de menor importáncia.

A símplez seriação numérica póde ser completada pelo exame das curvas gráphicas.

Reconhecido numa população o predomínio de dois typos,

---

(1) *Bulletin de la Soc. d'Anthrop.*, 1863.
(2) Topinard — *Anthrop. génér.*, p. 385.

uma questão surge de não menor importância: como caracterizar cada um delles?

O problema é sobremaneira complexo para tentar aqui esboçar-lhe a solução.

Limitámo-nos a recordar uma indicação de Broca. «Convém dividir a série total em séries parciaes e tomar sobre cada uma destas séries as médias dos diversos caracteres, que se querem comparar com o primeiro». Broca chegou assim a reconhecer na população parisiense do duodécimo século um typo dolichocéphalo e um typo brachycéphalo distinctos pela capacidade craniana (1).

CARACTER EVOLUTIVO DA FÓRMA DO CRÁNIO

Seguindo a marcha natural, vejamos o que nos diz a este respeito a Embryologia e a Anatomia comparada.

E como a fórma do crânio é o resultado da acção mechánica, lenta e continua, da força de expansão cerebral, é no desenvolvimento do encéphalo, que devemos procurar a razão dessa fórma.

Sabe-se, que o primeiro esboço do encéphalo é essencialmente alongado: reduz-se a três vesículas na extremidade anterior do *neuraxis*. O encurtamento posterior é apenas apparente. Resulta do crescimento e differenciação das vesículas, especialmente da parte anterior da primeira, que, desenvolvendo-se dum modo extraordinário, vai cobrir as outras e dar ao encéphalo, de alongado que era, a fórma ovoide que possue.

A Embryologia revela pois a tendéncia, que o encéphalo, e portanto o crânio, tem a arredondar-se.

Outro tanto resulta da Anatomia comparada.

Escusamos de ir muito longe na escala dos vertebrados. E' bem conhecida a fórma alongada do encéphalo dos anthropoides. O nosso Museu d'Anthropologia possue uma collecção de modelos de encéphalos de vários mammíferos, sobretudo Primates, legada por Gama Machado á Universidade, onde salta aos olhos o facto em questão.

Por seu lado os anatómicos têem posto em evidéncia o

---

(1) In *Mém. d'Anthrop.*, t. IV, p. 732.

alargamento successivo dos ossos do crânio á medida que se sobe a escala dos mammíferos (1).

Um facto notabilíssimo é a dolichocephalia constatada no *Pithecanthropus erectus* de Dubois, de que hoje tanto se falla, e que é por muitos considerado como o precursor do homem, o *anthropopithecus* sonhado pelos evolucionistas (2).

Todos os factos (anatómicos, embryológicos e paleontológicos) convergem pois a estabelecer a tendéncia evolutiva para a brachycephalia.

Póde agora objectar-se: porque é então, que o caracter derivado do índice cephálico não se adopta como differencial entre o homem e os outros primates? A meu vêr, tal anomalia explica-se pelas irregularidades exteriores do crânio animal.

Nas suas Memórias, Broca manifestou por vezes a opinião da tendéncia universal para a brachycephalia, admittindo, é claro, a continuação do progresso cerebral. As razões, que apresentou, derivam do augmento da capacidade craniana. «Uma bolsa ellipsoidal, sob a expansão rápida do conteüdo, tende a tornar-se esphérica». E aínda «a esphera é o sólido que sob maior volume apresenta menor superfície».

Será lícito, do que vimos de dizer, concluir, postoque dum modo geral, a superioridade dos brachycéphalos? Sería uma opinião muito arrojada em questões muito complexas. Múltiplas causas podem influir na fórma craniana sem ser possivel aprecia-las isoladamente.

Registemos os factos:

Pareceu a Broca, segundo as suas primeiras observações, que a capacidade média dos brachycéphalos era superior á dos dolichocéphalos. Mais tarde porém viu desapparecer tal desigualdade (3).

Retzius, a propósito da sua theoria ethnogénica, hoje abandonada, proclamou a inferioridade dos brachycéphalos deduzida deste facto supposto, que o cérebro não cobria completamente o cerebello. Sabe-se porém a verdadeira origem da opinião de Retzius.

De resto, se examinarmos as opiniões, que os Anthropólogos têem emittido sobre as relações da fórma da cabeça com os progressos da civilisação, achámo-las desencontradas.

---

(1) Serrano—*Tractado de Osteologia humana*, t. I, p. 321. Lisbôa, 1896.
(2) *Revue des questions scientifiques*, 2.ª série, t. VIII, p. 301, 1895.
(3) Broca—loc. cit., t. IV, p. 287.

Enquanto a superioridade da brachycéphalia é sustentada por Schaffhausen, Virchow, Houzé, etc., outros como Ammon (1), de Lapouge, de Candolle, têem defendido o modo de ver opposto.

Observações systemáticas, feitas neste propósito pelo anthropólogo inglês Beddoe (2), leváram-o a concluir, que «o augmento do podêr intellectual e da capacidade do crânio sam geralmente acompanhados do augmento dos dois diâmetros, de sorte que o índice permanece quasi invariavel».

Eis as conclusões de Olóriz: «creo poder concluir que, á juzgar por mis datos actuales, la condición intelectual de los sugetos no influye sensiblemente en el índice cefalométrico, ó que su influencia es tan pequeña y tan subordinada á otras que se puede prescindir de ella al formar séries homogéneas y al valorar los resultados de la estadística». (Loc. cit., p. 60).

Uma relação interessante, que os anthropólogos têem estudado, é a que liga a fórma da cabeça á côr do cabello. Tem-se encontrado certa constáncia nessa relação.

Convém pois não abandonar o estudo de taes relações. Mas para a questão do progresso cerebral achamos util não esquecer, que segundo Broca é possivel e conveniente distinguir três espécies de brachycéphalia e dolichocéphalia: frontal, parietal e occipital. Será talvez o meio de atacar sériamente o problema.

Para a solução das questões, que a consideração do índice levanta, não é inutil saber-se, que em todos os continentes existem actualmente dolichocéphalos e brachycéphalos, embora bastante desígualmente distribuídos. A dolichocéphalia universal das raças negras foi por muito tempo um mytho, que os auctores da *Crania ethnica* desfizeram.

Um outro facto importante é que na Europa e provavelmente na America os dolichocéphalos precedêram os brachycéphalos: admitte-se, que o typo de Néanderthal, cujo índice é de 72, é o mais antigo do nosso continente (3). Poder-se-hia sustentar, que os brachycéphalos da Europa e da América sam todos originários da A'sia septentrional e central; mas os brachycéphalos negros ficam fóra de tal hypóthese.

---

(1) Ammon — *Selection naturel dans l'homme.* In *L'Anthropologie,* p. 730, 1892.

(2) Beddoe — *Sur l'histoire, etc.* In. *L'Anthropologie,* pp. 513 e 658, 1894.

(3) Hovelacque et Hervé — loc. cit., pp. 358 e 502.

As considerações geográphicas não elucidam pois a questão da fórma craniana primitiva.

Não importa. Sem sairmos do domínio dos factos, podemos affirmar a fixidez, verdadeiramente admiravel, do caracter derivado do índice cephálico, e isso nos basta. E' esse o fundamento do enorme valor da fórma da cabeça como caracter éthnico.

«Estudada nos diversos grupos humanos, pelos méthodos conhecidos, contribuirá pela máxima parte talvez, com o concurso dos outros caracteres anthropológicos e dos ensinamentos históricos e archeológicos, a desembrulhar o problema árduo das raças humanas primitivas e secundárias» (Topinard).

(Continúa). ÁLVARO JOSÉ DA SILVA BASTO.

TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES

(Cont. do n.º 5, pag. 283)

Gazes do sangue e do sôro

Extrahindo pelo abaixamento de pressão, deslocação por outro gaz ou pela elevação de temperatura e analysando os gazes do sangue, encontram-se o anhydrido carbónico, o oxygénio, o azote e pequenissimas porções de outros gazes.

Oxygénio. — O oxygénio encontra-se no sangue em proporções variáveis; o sangue arterial, a 0º e á pressão normal, contem em média 20 volumes de oxygénio por cento. No sangue venoso a sua proporção é variavel; no sangue dos músculos em repouso encontram-se 6 volumes por cento; apparecem apenas vestígios no sangue dos asphyxiados.

O oxygénio encontra-se no sangue no estado de combinação com a hemoglobina, como resulta das experiéncias de Hoppe Seyler, e uma pequena parte dissolvida no plasma, quantidade esta, que não excede a que a água distillada absorve á temperatura do sangue e á pressão normal.

Fernet mostrou, que a 16º um volume de sôro absorve $0^{vol.},00117$ de oxygénio, emquanto que um volume de sangue nas mesmas condicções absorve perto de 82 vezes mais, ou seja $0^{vol.},0958$.

Estando quasi todo o oxygénio combinado com a hemoglobina comprehende-se, que a sua proporção não varie segundo a lei de Henry, e, que sòmente as grandes pressões superiores a 15 atmospheras, influam na sua quantidade, o que explica a possibilidade de ser este gaz completamente consumido pelos animaes encerrados em uma atmosphera limitada.

Apesar do seu estado de combinação, os processos physicos que indicamos podem ser empregados na extracção do oxygénio do sangue por ser a oxyhemoglobina um composto muito instavel, que se dissocia com facilidade.

A absorpção de oxygénio é quasi proporcional ao número de glóbulos vermelhos e proporcional, portanto, á quantidade de hemoglóbina ou de ferro, que esta substáncia contêm. Segundo Picard, o sangue fixa 1 gr. de oyxgénio por 2.$^{gr.}$,36 de ferro, e segundo Hoppe Seyler, dois atomos de oxygénio para um de ferro.

Acha-se, que no narcotismo produzido pela morphina a proporção do oxygénio diminüe.

As variações de pressão têem, como dissemos, pouca influéncia nas variações de proporção do oxygénio contido no sangue.

A temperatura de 15 a 16º esta quantidade quasi não varía, quando a pressão diminue até $\frac{1}{8}$ de atmosphera, mas nestas condições, á temperatura do corpo, a dissociação do oxyhemoglobina torna-se sensivel.

A inhalação de oxygénio, a respiração do ar a mais de 15 atmospheras, a amplitude das inspirações, o trabalho muscular, o abaixamento de temperatura exterior, e o augmento do número de globulos vermelhos, fazem augmentar a proporção de oxygénio no sangue arterial, ao passo que o repouso, o calor, a digestão, o somno, a inanição, a sangria, a asphyxia, etc., a fazem diminüir.

Anhydrido carbónico.—O anhydrido carbónico varía tambem como o oxygénio, com a espécie de sangue analysado. 100 volumes de sangue arterial contêem, a 0º e 760^{mm} de pressão, 39 volumes de ácido carbónico. No sangue venoso esta proporção é variavel; o dos musculos em repouso contem 46 volumes por cento, proporção que póde elevar-se a 69,3 na arphyxia.

O anhydrido carbónico encontra-se dissolvido, e em pequena quantidade em combinação, no plasma sanguíneo e nos glóbulos vermelhos em estado de combinação instavel, como se demonstra pela possibilidade de 1 volume de sangue completo absorver quasi tanto gaz carbónico como um volume de sôro.

O anhydrido carbónico encontra-se nos glóbulos vermelhos combinado em parte com a hemoglóbina, debaixo da fórma de carbohemoglobina, outra parte com a glóbulina alcalina.

Os leucócytos fixam tambem gaz carbónico, na proporção de $\frac{1}{8}$ a $\frac{1}{12}$ para a quantidade absorvida pelo sôro, que á pressão de 760^{mm} se póde elevar a 146 volumes por cento.

O gaz carbónico, sempre mais abundante no sangue venoso, augmenta durante a digestão, pelo abaixamento de temperatura do animal, na asphyxia, etc.; diminue pela elevação de temperatura, pelas sangrias, etc.

Azote. — O sangue contém 1,5 a 2 volumes de azote por cento, que parece existir no estado de simplez dissolução.

A sua proporção, subjeita á lei das dissoluções dos gazes, augmenta com a pressão.

Pela rápida descompressão de uma atmosphera em que um animal esteja mergulhado, póde elle, pela libertação de bolhas de azote no interior dos vasos, soffrer graves prejuizos provenientes da formação de embolias.

Eis os resultados de algumas anályses dos gazes existentes em 100 centimetros cúbicos nos sangues venôso e arterial do cão, segundo Sczelkow, Sestchenow e Schöffer. Os números referem-se á temperatura de 0° e a 760^{m} de pressão:

	SANGUE ARTERIAL			SANGUE VENOSO		
	Máximo	Minimo	Médio	Máximo	Minimo	Médio
Oxygénio	14^{cc},5	9^{cc},4	11^{cc},2	9^{cc},0	1^{cc},1	4^{cc},0
Anhydrido carbónico	24 ,0	15 ,0	19 ,7	30 ,8	20 ,1	25 ,5
Azote	3 ,8	0 ,7	1 ,2	2 ,2	0 ,7	1, 1

Anályses de 100 centímetros cúbicos de sangue de carneiro, nas mesmas condições de temperatura e pressão, deram:

	Sangue arterial	Sangue venôso	Sangue arterial	Sangue venôso	Sangue arterial	Sangue venôso
Anhydrido carbónico	9,4	2,9	6,9	4,8	8,9	2,6
Oxygénio	18,2	20,4	18,3	22,6	18,1	23,1
Azote	1,6	0,75	2,0	»	2,0	0,76

Estes números, embora muito variáveis, permittem-nos concluir, dum modo geral, que no sangue os elementos gazosos se

encontram em uma proporção inversa daquella em que existem na atmosphera.

Outros elementos gazosos. — Alem do argon que certamente acompanha o azote na sua dissolução, o sangue em presença do oxygénio e debaixo da influéncia do calor abandona ligeiros vestígios de ammoníaco.

Hematopoiese. — Origem e destruição dos elementos do sangue.

A origem dos elementos sanguíneos é dos problemas mais delicados da histologia.

Não devemos esquecer neste estudo a differença que existe entre as hemácias nucleadas dos ovíparos e os glóbulos vermelhos dos vertebrados vivíparos, differenças de estrunctura que explicam como umas e outros, sendo elementos morphològicamente differentes, tenham tambem origens diversas.

É principalmente nas aves e nos mammíferos que se têem estudado os processos hematopoiéticos, mas as observações feitas nos outros vertebrados tendem a confirmar os resultados obtidos.

Formação dos glóbulos vermelhos no período embryonário. — Nas aves os glóbulos vermelhos apparecem já no primeiro dia de incubação. No frango, quando o embryão é sòmente constituído por uma massa allongada situada na superfície do ovo, nota-se uma zona ellíptica transparente (área transparente) envolvida por uma segunda zona (área vascular ou opaca) onde estam espalhadas umas manchas vermelhas (ilhotas de Wolf ou de Pander), formadas por vegetações endodermicas (M. Duval).

Estas manchas emittem prolongamentos (cordões de His), que, ligando-se e anastomoseando-se, formam uma rêde cujos nós sam representados pelas ilhotas de Wolf.

Esta rêde é formada por uma reünião de céllulas, das quaes as periphéricas (céllulas vaso-formadoras de Ranvier) se soldam entre si e se alongam, ao mesmo tempo que os seus núcleos se tornam fusiformes, constituindo uma parede com todos os caracteres do endothélio dos vasos capillares; as céllulas interiores (sangui-formadoras) isolam-se e mobilisam-se em uma pequena porção de líquido albuminoso que se produz entre ellas. O protoplasma destas céllulas, mais ou menos esphéricas, toma, fixando hemoglobina, uma côr amarella característica.

Assim se formam os primeiros glóbulos vermelhos, nucleados e susceptiveis de apresentar todos os phenómenos da careocynese.

Os glóbulos assim formados multiplicam-se por divisão, que Remak suppoz ser directa e que Van der Stricht demonstrou effectuar-se a maior parte das vezes por careocynese.

Certos orgãos do embryão parecem ser de preferéncia os logares onde esta divisão se effectua; em primeiro logar na área vascular onde os glóbulos sanguíneos encontram um plasma favoravel ao seu desenvolvimento; em seguida no figado e baço embryonários e em geral nas regiões onde a circulação se activa. Muitas vezes os glóbulos vermelhos sam arrastados na circulação durante a sua divisão, de modo que as hemácias em mitose encontram-se até mesmo no sangue do coração do embryão.

Os glóbulos vermelhos sam os únicos elementos figurados que se encontram no sangue durante os primeiros tempos embryonários. Segundo Van der Stricht, os glóbulos brancos só mais tarde apparecem na circulação e têem por origem elementos mesodérmicos amiboides, situados fóra dos capillares embryonários, nos quaes penetram atravez das suas paredes.

Os glóbulos vermelhos nucleados têem uma existéncia ephémera e transitória, não apparecendo já, segund Renaut, no feto humano de tres mêses.

Formação secundária dos glóbulos vermelhos nos vertebrados oviparos. — Passando o periodo embryonários, os glóbulos vermelhos do sangue não sam susceptiveis de divisão, exceptuando, talvez, os de alguns vertebrados inferiores, como o protheu, em que Ranvier encontrou hemácias binucleadas.

Na rã, apesar dos glóbulos vermelhos na sua maioria conterem núcleo, não sam capazes de reproduzirem; a regeneração do sangue faz-se á custa dos hematoblastos nucleados de Hayem, que não se devem confundir com os elementos a que Neumam (céllulas córadas da medulla dos ossos) e Wizzozky (céllulas vaso-formadoras do embryão) deram o mesmo nome.

Estes elementos provêem, como Vulpian o provou, dos glóbulos brancos por uma série de transformações especiaes.

Pouchet demonstrou que os glóbulos brancos esphéricos cujo nucleo enche quasi todo o corpo cellular, que descrevemos com o nome de lymphocytos, e a que Pouchet chamou *núcleos de origem*, e só estes, podem evolucionar em dois

sentidos differentes: ou dividindo o nucleo e augmentando de volume, tornam-se por divisão leucócytos ordinários; ou soffrendo, segundo a expressão de Pouchet, a *degenerescéncia hemoglóbica,* allongam-se, tornam-se fusiformes, muito alteraveis, com as duas extremidades brilhantes e refringentes, constituem os *hematoblastas*. Estes elementos, enchendo-se de hemoglobina e tomando a fórma de discos ellípticos achatados, nas faces dos quaes se salienta o núcleo, que diminuíndo de volume toma tambem uma fórma ellíptica, constituem por sua vez as hemácias.

Os tecidos especialmente favoraveis para a transformação dos lymphócytos em hemácias nucleadas sam a medulla dos ossos e o baço, como o demonstram as experiéncias de Bizzogero, Torre, Neumann e Mallassez.

Formação secundária das hemácias nos vertebrados vivíparos. — Nos mammíferos as hemácias nucleadas têem curta duração. No feto dos ruminantes, por exemplo, apparecem ao fim de duas ou três semanas glóbulos vermelhos sem nucleo, hemácias adultas, ao lado das hemácias embryonárias que pouco a pouco, deixando de se reproduzir, sam em breve completamente substitüidas pelas primeiras.

Os glóbulos não nucleados provêem dos hematoblastos sem núcleo, que não sam como os hematoblastos dos ovíparos produzidos por *transformação* mas por *elaboração* de outras céllulas.

Entre a formação das hemácias adultas nos ovíparos e nos vivíparos ha, por assim dizer, a mesma differença que existe entre os modos de secreção de uma glándula holocrina e de uma glándula merocrina.

Estas elaborações hematoblásticas foram notadas a primeira vez por Ranvier no epiplon do coelho, onde o processo de formação é intercellular ou endogénico; Malassez demonstrou a existéncia de uma elaboração pericellular que se effectua principalmente na medulla vermelha dos ossos dos animaes adultos.

Póde dizer-se de um modo geral, que as elaborações hematoblásticas intracellulares têem logar nas céllulas, que constituem as pontas de crescimento dos capillares embryonários.

No figado embryonário viu Neumann que no interior das massas protoplásmicas nucleadas, que presidem á extensão da rêde vascular, apparecem pequenos elementos hyalinos, que por transformações graduaes se convertem em glóbulos vermelhos.

Kubom fazendo novas observações viu, que esta transformação se podia effectuar de dois modos. Em uma *primeira phase,* quando os embryões sam muito novos, quando no carneiro tẽem menos de três centímetros, vẽem-se os núcleos das massas protoplásmicas ou *céllulas gigantes* produzirem por gemmação uma porção de núcleos esphéricos mais pequenos, em torno dos quaes se condensa uma camada de protoplasma, que modificando-se se torna hyalino e homogénio, constitüindo pequenas céllulas, que impregnando-se de hemoglobina, se convertem em outros tantos glóbulos vermelhos nucleados como as hemácias embryonárias.

A este período, relativamente curto, succede-se uma *segunda phase* desde que os embryões attingem certas proporções (3 centímetros no carneiro). Os núcleos das céllulas gigantes não se dividem por gemmação, apesar de no protoplasma destas céllulas se isolarem ainda cropúsculos esphéricos impregnados de hemoglobina, que entrando na cavidade vascular, constituem hematoblastos sem núcleo, característicos do sangue postembryonário.

As manchas leitosas de Ranvier sam agglomerações de céllulas muito análogas aos leucócytos, situadas nas visinhanças das rêdes vasculares em via de crescimento, no interior das quaes se nota a presença de glóbulos vermelhos não nucleados, isolados ou agrupados, cuja producção Ranvier compara á dos grãos de amido nas céllulas vegetaes.

O tecido conjunctivo subcutáneo é a sede, durante o seu desenvolvimento, de uma activa multiplicação de capillares, cujas pontas de crescimento elaboram similhantemente no seu protoplasma hematoblastos não nucleados.

A formação de hematoblastos nas céllulas formativas dos capillares dura pouco tempo, terminando quando as vias circulatórias se tornam definitivas. Este processo hematopoiético é substituído por um outro que se localisa principalmente na medulla vermelha dos ossos e no baço.

Na medulla vermelha dos ossos (1) dos mammíferos encontram-se lymphócytos (medullo céllulas) carregados de hemoglobina (cellulas hemoglóbicas de Malassez), muito mais volu-

---

(1) Os ossos do embryão e os do cráneo e tronco do adulto contẽem medulla vermelha; os dos membros contẽem medulla amarella, exceptuando as partes superiores do femur e do húmerus. Quando a regeneração do sangue é muito activa a medulla amarella póde a partir da parte superior, transformar-se gradualmente em medulla vermelha (Neumann).

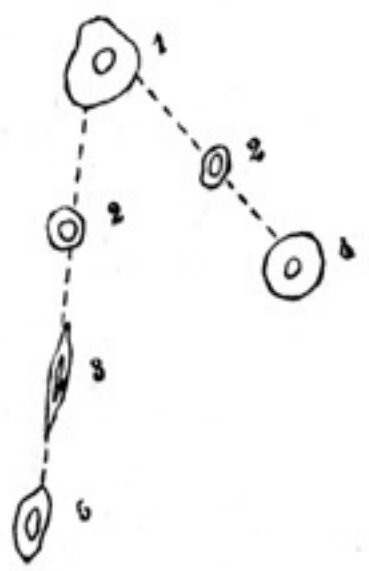
mosas que os glóbulos vermelhos e cujos contornos sam pouco regulares. Sem a participação do núcleo, que fica intacto, vêem-se apparecer á superfície destes elementos saliéncias espheroidaes com o volume dos globulos vermelhos, formadas, como a céllula hemoglóbica, por uma substáncia amarella, homogenea e refringente, cujos caracteres sam em tudo idénticos aos dos glóbulos vermelhos.

Em cada espécie de mammíferos o volume destas saliéncias está em relação com o das hemácias.

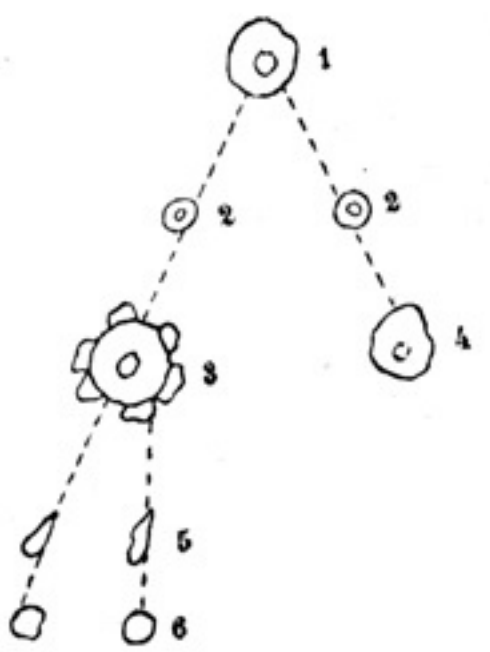
Separados da céllula hemoglóbica estes cropúsculos tomam a fórma esphérica, a de pera, ou ainda a de lágrymas, isto é, constituem os hematoblastos não nucleados de Hayem, cujo desenvolvimento produz glóbulos vermelhos.

No baço parece que se passam uma série de phenomenos em tudo comparaveis aos que vimos de descrever. E' considerado tambem um orgão hematopoiético.

A formação das hemácias nos ovíparos e vivíparos adultos póde ser representada pelos seguintes schemas:



Ovíparos — 1, glóbulo branco. — 2, núcleos de origem. — 3, hematoblasto. — 4, glóbulo branco. — 5, hemácia.



Vivíparos — 1, glóbulo branco. — 2, medullo céllulas. — 3, medullo céllula cujo protoplasma apresenta prolongamentos. — 4, glóbulo branco. — 5, hematoblastos. — 6, hemácias.

(Continúa). A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca.

RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA

QUE SE REALIZOU EM PARÍS DE 27 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 1896

(Cont. do n.º 5, pag. 295)

7.º *Medidas para reprimir as falsificações das substáncias alimentícias.*

Communicação pelos srs. Van Hammel Roos, Harmens e Wordermann.

Estes tres chymicos hollandêses apresentaram, num trabalho bem concebido, uma série de propostas para reprimir as falsificações das substáncias alimentícias. Na discussão que seguiu e em que tomaram parte muitos Congressistas: drs. Burker, Durand, Roques, Piutti, André, Liebermam, Doremus, Lepierre, etc., tratou-se deste importante assumpto e sobre proposta do sr. Piutti (de Napoles) a secção resolveu:

«Propôr, em cada país, a redacção de um *código* alimentício indicando:

«1.º A composição dos alimentos reconhecidos de boa qualidade para a venda.

«2.º O méthodo a empregar para os analysar.

«3.º As conclusões a tirar destas análises».

Este projecto encontrará de certo o applauso de todos os governos, e facilitará muito o commércio de exportação ao mesmo tempo que dará garantias de pureza aos compradores.

Em Portugal semelhante código, applicado á exportação dos vinhos, azeite, etc., sería de certo de grande utilidade, não fazendo entrar em linha de conta os benefícios tirados directamente pelo consumidor português, uma vez que o código se applicasse a todos os géneros alimentícios.

8.º *Méthodo simples de análises das matérias orgánicas (manteigas, substáncias gordas, ceras, hydrocarbonetos, essências).*

Communicação do sr. Crismer.

Este chymico apresentou ao Congresso um curioso méthodo,

já indicado por elle ha alguns annos, baseado na determinação das temperaturas críticas de dissolução; o méthodo consiste no seguinte: dissolver a quente o corpo por analysar num dos seus dissolventes, com um thermómetro sensivel determinar exactamente a temperatura em que o líquido, deixado em repouso, *turva-se*. No caso da manteiga, por exemplo, pode-se recorrer ao álcool, á benzina, toluena, etc. Segundo o sr. Crismer, por cada corpo e por cada dissolvente, existe uma temperatura crítica de dissolução que se mantem quasi constante, ainda que variam, entre grandes limites, a quantidade de substáncia e a quantidade de dissolvente.

Quer dizer que os ensáios se podem effectuar sem se recorrer á balança; basta tomar quantidades avulsas.

Nas actas do Congresso ha de figurar por extenso o *modus faciendi* deste méthodo elegantíssimo e susceptivel de grande generalização, se a opinião do sr. Crismer se achar verificado pelas experiéncias dos chymicos. Para mim, ainda que theoricamente o facto seja plausivel, reservo a minha opinião até ter experimentado convenientemente o processo.

9.º *Crystaes de gorduras vegetaes e animaes, examinados em luz polarisada.*

Communicação do sr. Thomaz Taylor.

Não é possivel resumir esta communicação por ser baseada em estudos ópticos para a comprehensão dos quaes sam indispensaveis as photographias e estampas do trabalho.

10.º *Estudo dos álcooes sob o ponto de vista hygiénico.*

Communicação do sr. Guichard.

Num extenso trabalho o auctor estuda este assumpto, tam momentoso, sob todos os seus aspectos. O relatório desenvolvido do sr. Guichard não se póde resumir e apresenta, além disso, na sua maior parte, ideias já de ha muito do domínio da hygiene pública.

Na discussão que seguiu a leitura da communicação tomaram a palavra entre outros Congressistas os srs. Riche, Ordonneau, Bruylants, Schward, Lepierre, Brévans, etc.

O sr. Guichard, no seu trabalho, disséra que o governo suisso desde que explorava o monopólio de álcool, fôra por assim dizer, obrigado, pelos consumidores a fornecer um álcool mais impuro, mais rico, por conseguinte em productos tóxicos, do que o álcool fornecido, antes de estabelecido o monopólio, pela indústria particular.

*

A esse respeito protestou o delegado suisso fazendo pelo contrário notar que o álcool hoje vendido pelo governo era mais puro do que antes do monopólio.

O sr. Bruylants queria que entre todos os governos houvesse um convénio com o fim de augmentar muitíssimo os direitos sobre o álcool, única maneira, segundo o orador, de reprimir o alcoolismo cada vez maior nos países do centro e norte da Europa.

Pedi a palavra para expôr que talvez o precedente orador não tinha ideia exacta das difficuldades práticas de semelhante convénio, cujo effeito seria nada menos que tolher até certo ponto a iniciativa dos governos e intervir numa fonte de receitas importantes por muitos.

Demais accrescentei que em certos países, em Portugal, por exemplo, o alcoolismo estava muito longe de ser tam intenso como nos países do norte. Pode-se dizer que entre nós o alcoolismo é esporádico, ao passo que quasi que é endémico em muitos países da Europa.

Lembrei tambem que no fabríco dos vinhos do Porto e da Madeira a «alcoolisação» dos vinhos é operação corrente e necessária, quer este álcool provenha da distillação dos vinhos, quer seja álcool de cereaes. Por isso o estabelecimento dum direito muito elevado e commum a todos os países não só nenhuma utilidade tinha para Portugal, pelo fim em vista, como tornaria de certo completamente impossivel a importante indústria dos vinhos generosos do Porto e da Madeira.

Vários outros oradores tomáram a palavra, duvidando todos muito do resultado que se colheria dum imposto internacional no álcool, com o alvo de diminuir o alcoolismo.

Contudo, como mera satisfação dada ao auctor da proposta e na certeza absoluta de quanto platónico era o voto a Secção pronunciou-se nos seguintes termos:

«Com o fim de reprimir o alcoolismo a Secção deseja que um convénio se possa estabelecer entre os governos para unificar os direitos sobre o álcool».

11.º *Anályse do ar contaminado pelas emanações das fábricas e pelos productos rejeitados pelas mesmas.*

Communicação do sr. de Brévans, chymico do Laboratório Municipal de Paris.

12.º *Pesquiza de vestigios de óxydo de carbónio no ar confinado.*

Communicação do sr. de Brévans.

Estas duas communicações pouco adiantam no que já era clássico ou publicado sobre o assumpto, apresentando contudo valor por alguns pontos de vista novos e pelas investigações a que deram lugar.

13.º *Será o emprêgo do alumínio, no fabrico dos apparelhos culinários, nocivo á saude?*

A esta pergunta formulada pelo dr. Borsma responde o auctor pela negativa, insistindo contudo sobre os inconvenientes apresentados pelo aluminio, já assignalados em todos os países, e que tem contribuido muito por fazer duvidar da grande importância que se tinha attribuido para o futuro ao metal alumínio.

14.º Relacionando-se intimamente com os trabalhos da Secção temos que assignalar a interessante communicação ao Congresso do sr. J. de Brévans, cujo nome ainda ha pouco escrevemos. Refiro-me á

* *Vulgarisação do ensino da chymica applicada á alimentação.*

Se ha um ramo da chymica applicada, pouco conhecido, ou antes, pouco divulgado, apesar da sua grande importância é a chymica applicada á alimentação humana. Em parte alguma existe um curso regular onde se ministra o conhecimento completo dos nossos alimentos; porém os alimentos e o ar, sam elementos indispensaveis para a nossa evolução no globo terrestre.

Foi só neste seculo que o papel dos alimentos na economia começou a ser estudado convenientemente por sábios como Liebig, Magendie, Dumas, Payen, Boussingault, Claude Bernard, Paul Bert.

Mas estes estudos ficam até hoje sem grande alcance prático, devido á falta de vulgarisação. O sr. Brévans lembrou a phrase conhecida do chymico Girardin: «*La science ne devient tout à fait utile qu'en devenant vulgaire*».

Ainda hoje a chymica applicada á alimentação humana fica incluida na physiologia e na hygiene, ou na zootechnia quando se trata do gado.

Ninguem contudo poderá duvidar da importância que teria para todos nós o exacto conhecimento do regimen alimentício do homem e dos animaes.

Parece até que o gado, sob este ponto de vista, está ainda mais privilegiado do que o seu dono: e percebe-se facilmente a razão desta anomalia, o gado representando um valor industrial e mercantil!

O homem, pelo contrário, é quasi considerado com *sem valor* e poucos se preoccupam de melhorar a sua alimentação, e que equivaleria a lhe melhorar a vida.

O ensino da chymica applicada á alimentação é pois uma obra moral e de alcance philantrópico. Será um complemento natural da educação physica hoje tão preconizada e em breve se realisaria a fórmula de Juvenal: «*mens sana in corpore sano*».

O fim a que desejam chegar o sr. Brévans e mais hygienistas modernos é fazer do homem «*o machinista da máchina humana*» e para conseguir este resultado o auctor propõe a creação de cursos, não só nos diversos gráus de ensino, como tambem cursos dirigidos á massa do público.

Esta ideia, já posta em prática pelo livro, de certo merece o appláuso de todos aquelles que trabalham em prol do aperfeiçoamento material do homem. Por nossa parte não hesitamos em propôr a creação de aulas instituidas neste sentido.

Mas não basta propôr, deixando tudo ao cuidado do Estado, esta entidade a que sempre se recorre; é necessário utilizar á boa vontade individual. O verdadeiro meio prático de fazer vigorar a ideia que apresentamos é crear, no maior número de pontos, nas cidades como nas aldeias, pequenos cursos, gratuitos para todos os effeitos, adequados ao meio e ao público a que se dirigem, cursos tendo a sciencia por base, banindo-se porém, para as aulas populares, vocábulos muito apparatosos, mas inaccessiveis a um público sem cultura scientífica; em resumo uma aula que possa ser percebida da maioria dos ouvintes.

Neste intuito e, na medida das minhas forças, abri em Coímbra um curso de chymica biológica, principalmente para alumnos médicos, e em que a parte dos alimentos será tratada com o devido desenvolvimento.

Para dar uma ideia do modo de conceber um curso de chymica applicada á alimentação, transcreverei o programma apresentado pelo sr. Brévans, fazendo contudo notar que em Portugal o mesmo programma precisava de ser modificado em harmonia com a alimentação geral do pais. Claro está que numerosas anályses chymicas têem de ser feitas para o curso ficar completamente á altura da alimentação portuguêsa.

(Continúa). CHARLES LEPIERRE.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

PASSA L'AMORE

Saluez! C'est l'amour qui passe!...

Nella notte profonda e senza stelle
S'ode un grido pel ciel: «Passa l'amore»
E appare il dio, cui schiavo è l'uman core,
Coronato di donne e di donzelle.

Qui son l'anime buone e verginelle
Che de' sensi non mai sepper l'ardore;
Là son quelle cui diede acre il dolore
Febbri e sospiri... e son le mie sorelle.

Segnono le rejette, anime meste
Che un dì sfidâro del destin l'ignoto,
E che il volgo non guarda e non comprende!...

Io chiudo gli occhi... Ohimè, queste tremende
Pene tu infliggi a chi ti fu devoto?...
E passa, e vince, infra tripudî e feste...

Caterina Barbaro Forleo.

CONDESSA DI S.to ANGELO LIMOSANO.

PRIMAVERA

(Mis en musique par Camille Saint-Saëns)

A Eugenio de Castro

Salut, ô gai printemps! C'est la saison nouvelle,
Saison du gazon vert et des riantes fleurs;
Les champs vont se parer de leurs mille couleurs,
Et Ninon, chaque jour, me paraîtra plus belle.

Et j'entendrai ravi, comme un chant, un bruit d'aile,
M'annonçant que les ris vont succéder aux pleurs:
Car, avec le soleil et ses douces chaleurs,
Je verrai revenir la frileuse hirondelle.

Alors j'irai joyeux, au pays des oublis,
Cueillir jasmins, lilas, muguets, roses et lys,
En murmurant tout bas une chanson légère.

Je chanterai l'amour, le vin, le bon vieux temps...
Et le soir, avec moi, dans le bois solitaire,
Les oiseaux et les fleurs chanteront le printemps.

Paul Stuart.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do n.º 5, pag. 311)

XII

Procura o auctor defender Castilho da accusação de *irascivel* n'estas questões do Methodo de leitura.—Guerra dos inimigos á innovação.—Projecta Castilho reger um curso aos analphabetos do seu bairro.—Ninguem concorre.—Offerece-se o poeta ao Governo para dar um curso onde se lhe determinasse.—Concede-lhe o Ministro Conde de Thomar a nomeação de Director da Eschola Normal.—Analyse d'essa concessão.—Recusa de Castilho, e motivos d'ella.

Imparcialmente:

Reprovou muita gente a Castilho (gente amiga, e movida das melhores intenções) os desmandos de furiosas recriminações, a que, no correr d'esta tenaz e cruelissima guerra de tantos annos, elle deixou ir a sua penna, combatendo os adversarios do seu Methodo, chamando-lhes obscurantes por systema, inimigos do interesse publico, roubadores do patrimonio intellectual dos pobres. Para ser justo é porém preciso confessar, que as aggressões primeiras não partiram d'elle.

A guerra manifestou-se contra elle, desde o principio, de dois modos: negativa, e positiva. Houve a opposição inerte do silencio, do meio sorriso, do desdem, da incredulidade ironica. Houve a opposição clara, atrevida, calumniosa, dos que fazem vida de ser maus. Houve tambem, é claro, adhesões leaes e dedicadas; para honra e gloria da especie humana o demonstrarei.

*

Tornava-se porém inadiavel responder aos argumentos (chamemos-lhes assim) dos censores academicos, com a evidencia dos factos; mostrar ao grande publico de Lisboa, entretido sempre em distracções absorventes e variadissimas (como o publico de todas as capitaes), o que vinha a ser a *Leitura repentina*. Muitos por ahi, aliás benevolos, e incapazes de querer o descredito alheio, riam a bom rir da *Leitura repentina,* sem a conhecerem, e só por uma necessidade innata que todos teem de rir e fazer espirito (cada qual conforme as suas posses). Era pois indispensavel chamar a attenção dos distrahidos, e fazer calar os que riam. Tornava-se urgentissimo abrir um curso.

O Conselho Superior entendia não dever mandar ensaiar o systema em qualquer eschola publica; era inevitavel que esse encargo recahisse sobre o auctor do Methodo. A justiça do mundo tem d'estas injustiças.

Castilho convidou pelos jornaes todos os analphabetos a virem ao palacio Machadinho aprender a ler, gratuitamente. Pediu aos Reverendos Parochos das freguezias limitrophes, que á estação da Missa repetissem de viva voz o annuncio. Todos elles cumpriram. E ninguem appareceu a matricular-se! (1).

Andaram os inimigos da luz, andaram acaso os censores academicos, pedindo de porta em porta que ninguem annuisse ao offerecimento d'aquelle homem? andaram intrigantes a sizanear por aquellas viellas proletarias do Mocambo? Não; certamente não. Façamos mais alto conceito do Commissario dos Estudos, e do professor de arabe do Lyceu; eram incapazes de tal infamia. O *fiasco* deveu-se á nossa incuria nacional, e á propria natureza das coisas. Não ha que admirar, nem que procurar explicações.

*

Que fez então o inquebrantavel Castilho?

Offereceu-se ao Governo para reger pessoalmente um curso do Methodo onde se lhe determinasse.

Era Ministro do Reino o Conde de Thomar; basta isso para se perceber que a resolução adoptada havia de trazer o cunho da altissima intelligencia d'aquelle energico administrador. A

---

(1) Methodo, 2.ª edição, Prologo, pag. XXXIV.

Portaria de 2 de Dezembro d'este anno de 1850 honra-o sobremodo. Diz assim:

«Ministerio do Reino.—1.ª Direcção.—1.ª Repartição.—«L.º 8.º—N.º 210.

«Sua Majestade A Rainha, Attendendo ao que Lhe repre-«sentou o Doutor Antonio Feliciano de Castilho, sobre o offe-«recimento que faz de dar gratuitamente, no logar e tempo «que aprouver ao Governo, um curso publico de *Leitura re-«pentina,* para ensinar as creanças e pessoas pobres, e habi-«litar os professores de primeiras lettras para depois a ensi-«narem, persuadido, como está, de que de um tal Methodo «hão de colher-se mui uteis resultados; e

«Querendo Aproveitar o illustrado zelo de tão distincto litte-«rato, e Dar-lhe um testimunho da confiança que Tem nos «seus conhecimentos, e nas qualidades exigidas para o exer-«cicio do magisterio:

«Ha por bem Declarar o seguinte:

«Que o Doutor Antonio Feliciano de Castilho é convidado «para acceitar o logar de Director da Eschola Normal Pri-«maria de Lisboa, instituida pelo Decreto com força de Lei «de 20 de Setembro de 1844, e organisada pelo Regulamento «de 24 de Dezembro de 1845, para a formação e habilitação «de bons professores de ensino primario;

«Que pelo citado Regulamento, do qual se lhe remette um «exemplar impresso, verá o mencionado Doutor quaes sejam «os deveres e os interesses do Director da Eschola, ao qual «se concede habitação dentro do edificio da mesma Eschola, «e o ordenado de 400$000 réis annuaes, além de uma gra-«tificação pelos serviços extraordinarios com a sua fundação;

«Que o mesmo Doutor é auctorisado para desde logo poder «ensinar o Methodo de *Leitura repentina* na Eschola elementar «da Casa-Pia de Lisboa, a qual, sendo frequentada por quatro-«centos alumnos, deve servir, nos termos do Regulamento, «para os exercicios de ensino pratico da Eschola Normal;

«Que as aulas do Lyceu Nacional de Lisboa, em qualquer «das respectivas secções, depois de acabados os exercicios «ordinarios d'aquelle Estabelecimento, serão franqueadas ao «Doutor Castilho, para ali poder dar as suas lições de leitura «a todos os individuos que as quizerem ouvir, e aos profes-«sores de ensino primario que a ellas concorrerem;

«Que n'esta conformidade poderá o Doutor Castilho re-«metter a este Ministerio os annuncios necessarios, para serem «publicados no *Diario do Governo;*

«Que á Imprensa Nacional ficam expedidas as ordens con-«venientes, a fim de se proceder á impressão dos compendios «elementares do Doutor Castilho nos termos por elle reque-«ridos;

«Que, a fim de ter logar a adjudicação dos premios aos «referidos compendios, em virtude do artigo 3.º do Decreto «de 20 de Setembro de 1844, deve preceder o concurso pre-«visto nas disposições do mesmo artigo, para cuja execução «se vão repetir as ordens convenientes.

«O que assim se participa, etc.—Paço das Necessidades «em 2 de Dezembro de 1850.

«*Conde de Thomar.*»

*

Como se vê, fazia este honroso documento varias concessões ao poeta:

1.ª—a nomeação d'elle para crear o cargo pesadissimo, mas honroso, de Director da Eschola Normal de Lisboa, com habitação em Belem no edificio dos Jeronymos, e 400$000 réis de ordenado;

2.ª—a auctorisação de tomar como materia prima para um curso de leitura os pequenitos da Casa-Pia;

3.ª—licença para reger outro curso de leitura, com caracter normal, nas salas do Lyceu Nacional de Lisboa;

4.ª—faculdade de publicar os respectivos annuncios no *Diario do Governo;*

5.ª—faculdade de imprimir compendios relativos a este ensino por conta do Governo na Imprensa Nacional;

6.ª—a perspectiva de um premio em concurso, segundo o espirito do artigo 3.º do Decreto de 1844, se o Methodo não tivesse competidores, ou os vencesse.

Fique pois bem claramente consignado aqui, para todos os effeitos, que o illustre Conde de Thomar foi chronologicamente o primeiro dos estadistas portuguezes, que ligou o seu nome á historia do Methodo. Foi aquelle homem notavel, que, sem conhecer o systema (senão pelo que pregoavam d'elle os jornaes michaelenses, e já a voz publica), mas levado da sua finissima intuição, que é o sexto sentido dos estadistas, bafejou aquelle aperfeiçoamento no ensino do ler, e comprehendeu n'um relance tudo que não tinham comprehendido (nem o poderiam em cem annos) os pseudo-censores da Academia e o Conselho Superior de Instrucção publica.

Pois apesar dos bons desejos do Ministro, nenhum d'esses offerecimentos foi acceito.

*

Castilho, bem pouco proprio para administrador, consultou amigos, e ouviu-os no assumpto.

Antes de mais: havia uma questão previa.

Aquelles 400$000 réis do ordenado de Director eram accumulaveis com a outra egual quantia da pensão vitalicia concedida a Castilho pelas Côrtes, como indemnisação do extincto officio da Correição de Coimbra? certo que não. Logo, ao passo que as Côrtes tinham dado a Castilho (segundo no logar proprio indiquei) aquella pequena pensão, deixando-lhe o pulso livre, e a sua independencia, o Governo agora (nas melhores intenções) impunha ao pensionista, pela mesma quantia, responsabilidades graves, trabalho de ferro, e a perda da sua liberdade.

N'esse sentido escreveu o agraciado uma carta particular ao Ministro; essa carta foi levada por Silva Tullio, e era a sua credencial. Silva Tullio ia encarregado de expôr lealmente ao Conde de Thomar tudo quanto ponderavam os amigos do poeta.

«D'estes amigos um—diz Castilho n'essa carta—e certa-«mente o mais activo, e o mais sinceramente empenhado em «me ver acabada a desfortuna, Antonio da Silva Tullio, tomou «a si o examinar, como um dos primeiros pontos na questão, «se por ventura a minha pensão em face da Lei era compa-«tivel ou incompativel com a percepção do ordenado de Di-«rector..... Rogo-lhe pois, Ex.mo Amigo, se digne ouvil-o, «como meu procurador, meu amigo, e outro *eu mesmo,* ou mais «ainda.....»

Com effeito, dias depois, não sei quando, o Ministro recebeu aquelle affectuoso plenipotenciario, e ouviu-o. O que lhe pareceu indispensavel (e muito bem) foi representar Castilho officialmente ao Governo; e assim se fez.

Possuo o rascunho de um officio de 30 de Dezembro, todo por lettra de Tullio, em que esse ponto previo, da accumulação do ordenado e da pensão, era respeitosamente apresentado.

Claro está, que se não podiam accumular as duas verbas; o que fez com que, sendo as outras concessões dependentes da acceitação do cargo de Director, que o agraciado se via inhibido de acceitar, todas ellas caducaram. Por outra: as

varias mercês, a impressão dos compendios, a concessão dos alumnos da Casa-Pia, a das salas do Lyceu, a da residencia em Belem, etc., não eram feitas a Antonio Feliciano de Castilho, eram ao Director da Eschola Normal. Logo, não havendo Director, cessavam as mercês.

*

N'este trabalho improbo em que me embrenhei, custa-me muita vez achar o meu caminho e explicar certos factos. Quando a minha bellissima memoria me não ajuda, soccorro-me a documentos. Quando me faltam, conjecturo, e declaro-o. Quando não posso conjecturar, digo: Não sei.

Apparece-me agora aqui uma Portaria de 20 de Fevereiro de 1851, que primeiro me veio desorientar. Como é que, depois do que se tinha passado, o Conde de Thomar mandava n'aquella data communicar a Castilho, que por Decreto de 8 d'esse mez, tinha effectivamente sido nomeado Director da Eschola Normal?

Logo o veremos.

Retomarei um pouco acima o fio chronologico.

XIII

O Collegio do Portico.—Mencionam-se alguns alumnos.—O primeiro curso do Methodo de leitura.

Como disse, achava-se desde Outubro de 1850 estabelecido no palacio dos Machadinhos o chamado «Collegio do Portico».

Tinham-se espalhado pelos jornaes os programmas, vieram porém pouquissimos alumnos.

Uma vez indo lá visitar meu Pae o Padre José Ilsley, que foi Presidente dos «Inglezinhos», e vendo quanto a empreza principiava mal, disse, como experiente:

—Feche, feche; isto não progride.

Palavras propheticas, que fizeram dolorosa impressão no poeta, e a que oxalá elle tivesse obedecido logo!

O primeiro alumno que appareceu, foi um pequeno por nome André Luiz de Castro, filho de um capitão de navios,

se não me engano, e morador ao Loretto, esquina do Chiado para a travessa do Secretario de Guerra, ultimo andar. Era intelligente, mas com poucas tendencias para lettras; fez-se piloto, navegou em viagens de longo curso, e sempre que chegava a Lisboa ia ver-nos, porque era dos que sabem conservar a amisade. Morreu ha mais de vinte annos.

Lembram-me tambem os srs.:

—Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, hoje Capitão de Fragata e ex-Governador de Angola e da India;

—João Eduardo Teixeira Doria, meio irmão do precedente; fallecido;

—Joaquim Teibner de Moraes, hoje Bacharel formado em Direito, e Governador Civil do Porto;

—José Teibner de Moraes, tambem Bacharel, irmão do precedente;

—Verissimo José de Quintanilha e Mendonça, hoje Thesoureiro pagador do Ministerio da Marinha;

—João de Mello Corrêa, fallecido;

—Bernardino de Barros Gomes, hoje Ecclesiastico Lazarista, depois de ter sido Engenheiro distinctissimo;

—Castanheira das Neves, hoje Engenheiro;

—Diogo de Ornellas Frazão, da Casa da Calçada, na Ilha da Madeira, e seu irmão

—Eduardo (se não me engano);

—Esteves um rapaz neto de um sympathico ancião o Major Esteves, moradores ali algures á Esperança; fallecido;

—D. Antonio Maria de Noronha, fallecido em Commissario da policia de Lisboa;

—Francisco Melicio, hoje Bacharel em Direito, e Secretario da Academia Real das Bellas Artes;

—Antonio Melicio, tambem Bacharel; já fallecido;

—André da Ponte do Quental, o primogenito da familia dos Quentaes da Ilha de S. Miguel; fallecido;

—Muito tempo depois, seu irmão immediato Anthero do Quental; fallecido;

—D. Thomaz José de Mello;

—João Luiz Cabral da Camara Canto e Mello, da Ilha de S. Miguel;

—Alfredo Franklin Lima, brazileiro, creio que de Pernambuco;

. . . . . .

Havia varios professores. Lembro-me d'estes:

—Victor Milne (?) de inglez;

—Ferreira, de calligraphia;

—Dr. Eduardo Napoleão e Silva, de philosophia;
—Padre Paiva, capellão da casa, de Doutrina christã;
—Marçal Antonio de Carvalho, de mathematica.

Além d'estes, varios prefeitos, entre os quaes me lembro de um excellente velho chamado Franco.

A regencia de portuguez, francez, e latim, pertencia a Castilho.

A's vezes appareciam por ali alguns amigos d'elle, e assistiam ás lições. Occorrem-me o Conselheiro Antonio José Viale, o Prior de Santa Isabel José Jacintho Tavares, o General Francisco Evaristo Leoni, o Par do Reino José Maria Grande, e outros.

Portuguez—disse eu;—francez; latim. Sim, mas isso eram apenas os pretextos para digressões philologicas e historicas, scientificas e litterarias. Um periodo de Phedro ou Plinio, um trecho de Bernardes ou Racine, dava margem para interessantissimas viagens por outros livros, com que o livro da aula se completava e realçava. Sahia-se de uma d'aquellas prelecções sabendo muito mais de tudo. A proposito do assumpto principal, vinha um complexo de coisas, um enramalhetado de dissertações, que, de arido que era ás vezes o assumpto, o tornava encantador.

E o trabalho insano, que elle sustentava horas a fio, com uma perseverança e uma attenção proprias de um rapaz!

N'estes humildes e grandiosos misteres de mestre se empregavam o dia inteiro as faculdades do grande poeta. Que lastima! e ao mesmo tempo, que sublime espectaculo, ver aquelle incançavel obreiro, luctando com a sorte, luctando com as suas inclinações litterarias, luctando com a sua enfermidade da cegueira, luctando com as exigencias dos paes (mais difficeis de aturar que os alumnos), luctando com o inexplicavel enguiço que o perseguia, luctando com os pesados encargos da manutenção e educação de cinco filhos!

*

No meio d'isto tudo, continuava o Methodo a ser o seu pensamento capital.

Com alguns dos poucos alumnos do «Portico», que ainda não sabiam ler, e com alguns pobres rotinhos recrutados a gancho, á força, nas ruas d'aquelle bairro de varinos, começou elle de manhã um curso de leitura repentina. Era na sala

grande, em cima, á direita de quem subia o segundo lanço da escada; salão de que tenho um desenho fiel: com quatro janellas sacadas sobre o pateo, outras tantas portas fingidas em correspondencia, na parede de separação para uma linda galeria envidraçada sobre o quintal grande. Em cada um dos dois topos duas portas, uma praticavel e a outra fingida. Tecto de cupola; bellissimos azulejos; hombreiras de soberbo marmore da Arrabida; batentes ricamente almofadados pintados de verde.

A mobilia escholar das aulas, feita ali mesmo, por um carpinteiro genro do Francisco Ferreira senhorio da casa da rua de S. Marçal, era pobre, mas toda nova, de pinho de Flandres. Ao fundo uma *pedra* preta, e pelo meio as austeras bancadas dos alumnos.

Quando se inaugurou o curso, e quanto tempo durou, não sei. Faltam-me todas essas noções.

Sei apenas, que alguns paes (um ou dois) reclamaram por saberem os filhos sentados ali ao pé dos rotos e descalços da Madragoa e das Bernardas; e sei que á primeira sessão, e a outras talvez, assistiu (unico ouvinte, apesar dos convites feitos) D. Antonio da Costa. Fez-me impressão ver a religiosa attenção que elle prestava, e a modestia com que, tendo-se-lhe offerecido uma cadeira, elle preferiu uma cabeça de banco, ao pé de um pequenote qualquer. As creanças (estou a perceber isto) teem uma memoria singular, e tenacissima! E' medonha e terrivel a attenção das creanças.

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

(Cont. do n.º 4, pag. 258)

XI

Costa — D. Alvaro da

Fez a viagem da India a Portugal por terra nos annos de 1610, 1611. Na Bibliotheca Publica de Evora existe a narrativa d'esta viagem com o seguinte titulo:

Tratado da viagem que fez D. Alvaro da Costa da India Oriental á Europa, nos annos do Senhor de 1610 e 1611, per via da Persia e Turquia, com particular relação de toda a terra Santa, e da cidade de Jerusalem, que vizitou, e das mais cidades, terras e lugares, Reynos e Provincias que andou. E de huma breve e geral descripção da India Oriental e da navegação, que a ella fazem os Portuguezes todos os annos.

Rivara, no Catalogo dos Manuscriptos d'aquella bibliotheca, diz que lhe parece original e que na Bibliotheca publica do Porto existe uma copia d'esta obra, que áquelle tempo (1850) se andava ali publicando. Duvida-se se Alvaro da Costa será o auctor da narrativa, e a razão é que as referencias a elle são sempre na terceira pessoa, o que faz suppôr que outro a escrevesse pelos seus apontamentos. Veja-se Catalogo citado, pagg. 4 e 441.

Na Bibliotheca Publica Municipal do Porto ha um codice, o 149 da numeração actual, contendo os seguintes escriptos:

1. *Perestrello* — (*Manuel de Mesquita*): Roteiro desde o Cabo da Boa Esperança até o das Correntes;

2. *Barbosa* — (*Antonio*): Breve tratado da victoria do Morro de Chaul;

3. *Ameno* — (*Francisco Luis*): Noticia chronologica dos descobrimentos que fizerão os Portuguezes no novo Mundo até á India e das esquadras que forão para essas partes.

4. *Costa* — (*D. Alvaro da*): Tratado da viagem que fez da India Oriental á Europa nos annos de 1610-1611 por via da Persia e Turquia, com relação da Terra Santa e geral descripção da India Oriental e navegação dos Portuguezes.

A inclusão n'este codice do tractado de Francisco Luis Ameno é sufficiente para demonstrar que a narrativa da viagem de D. Alvaro da Costa é uma copia.

Na Torre do Tombo, n'uma collecção de volumes (*Miscellaneas*) escriptas do mesmo punho e do presente seculo, ha um que contém exactamente e pela mesma ordem as obras do manuscripto portuense (n.º 1057, tom. 12).

No Indice preparatorio dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Municipal do Porto — 2.º fasciculo, manuscriptos cartaceos: 1.ª secção, geographicos — vem uma descripção circumstanciada da narrativa de viagem de D. Alvaro da Costa.

XII

Costa — Domingos da

Em attenção a ir á India com despachos do governo, foi agraciado com a ouvidoria de Mombaça por tempo de tres annos. A carta de nomeação foi dada em Lisboa a 3 de janeiro de 1628 e é lavrada nos seguintes termos:

Dom Filipe etc. faço saber aos que esta minha carta virem, que avendo respeito a Domingos da Costa ir daqui a India por terra com despachos de meu seruiço, ei por bem de lhe fazer merce da ouuedoria de Monbaça por tẽpo de tres annos na vagante dos providos della antes de vinte e nove de julho do anno proximo pasado de seis sentos e vinte e sete, sendo esta ouvedoria das que se costumão prover em pessoas que não saõ letrados e tendo elle as partes que se requerem pera a servir, e avera com o dito cargo de ouvidor o ordenado, proes e precalços que direitamente lhe pertenserem, e ouverão as pessoas que antes delle o servirão, com declaração que pera esta merce aver efeito o dito Domingos da Costa fara a jornada por terra aquelle estado, o qual jurara em minha chancelaria aos santos avangelhos que bem e verdadeiramente sirva pello dito tempo de tres annos, guardando em tudo meu serviço e as partes seu direito: pello que mando ao Viso Rei ou governador das ditas partes da India, que ora he e ao diante for, e ao chançarel e dezenbargadores da Rolação do dito estado e ao vedor de minha fazenda delle, que tanto que pella dita maneira ao dito Domingos da Costa couber emtrar na dita ou-

vedoria, constando primeiro que tem as partes neseçarias para a servir e fes a dita jornada por terra, como dito he, lhe dem a posse della e lha deixem servir pello dito tempo de tres annos e aver o dito ordenado, proes e precalços, do qual juramento e posse se faraõ assentos nas costas desta carta, que sera registada nos livros da Casa da India, dentro de quatro meses primeiros segintes, e se cumprira inteiramente como se nella contem sem duvida nem embargo algum, a qual por firmesa disso lhe mandei passar, por mim asinada e asellada com o meu selo pendente. Dada na cidade de Lixboa a tres de janeiro—Manuel do Rego a fes—anno de mil e seis sentos e vinte oito, e se passou por tres vias: hũa so avera efeito. Manuel Fagundes a fes escrver».

POSTILLA

«Posto que pella carta asima se ordene que Domingos da Costa, a que tenho feito merce da ouvedoria de Mombaça por tempo de tres annos, tome juramento em minha chancelaria pera que bem e verdadeiramente sirva o dito cargo, ei por bem que, dandoselhe juramento na India, se lhe de a pose delle pera que sirva na forma da dita carta sem embargo de não jurar neste Reino, visto como de presente não está nelle para o fazer, e esta postilla se conprira inteiramente como nella se contem. Manuel do Rego a fez em Lixboa a dezasete de abril de mil e seis sentos e vinte e oito. Manuel Fagundes a fes escrever» (1).

XIII

Costa — Julião da

Cavalleiro da casa real, andou nas partes da India, onde prestou serviços no longo espaço de 22 annos. Em fins de 1587 ou principios de 1588, partiu d'ali, por via de Ormuz, e veio a Portugal por terra, onde chegou antes de 9 de julho de 1588, pois n'esse dia, por este trabalho, lhe foi feita a mercê de juiz da alfandega de Diu.

O fim principal da sua viagem foi entregar a communição enviada pelo viso-rei D. Duarte de Menezes do bom successo que teve a armada de Martim Affonso de Mello na costa de Melinde. Egualmente trouxe a noticia do aperto em que se achava a fortaleza de Malaca.

Não vemos menção do feito de Martim Affonso de Mello nos *Annaes da Marinha Portugueza,* de Quintella. Tão pouco

(1) Torre do Tombo, chancellaria de D. Filipe III, *Doaçôes*, liv. 22, fl. 80.

o nosso illustrado e erudito amigo Dr. Teixeira de Aragão, aliás tão noticioso em tudo o que respeita á biographia dos governadores da India, no seu 3.º volume da *Descripção das moedas*, especifica qualquer acção militar do tempo de D. Duarte de Meneses.

Quem todavia quizer informar-se do destino da armada de Martim Affonso de Mello, filho do abbade de Pombeiro, leia a *Decada* x, de Diogo do Couto, livro 8.º, cap. x e liv. xi, cap. 1.º e 2.º

Tres mercês, pelo menos, galardoaram o serviço de Julião da Costa. De uma d'ellas já démos conta: o logar de juiz d'alfandega de Gôa. A outra foi a dadiva de 1500 cruzados pagos na India em algum alvitre. Para se fazer ideia de quanto estas mercês eram difficeis de realisar, basta dizer que d'esta quantia, em 23 de julho de 1617, a elle ou aos seus herdeiros, ainda se deviam trezentos e dezeseis mil e cem réis. Dos 1500 cruzados apenas recebeu logo, em 1591, 200, ou 80 mil réis, de ajuda da sua embarcação para a India, o que nos indica que elle regressou ao Oriente e que por lá morreu. A terceira mercê, finalmente, era para que os juizes dos orfãos nas partes da India, no caso do fallecimento de Julião da Costa não entendessem na fazenda que ficasse a seus filhos, a não ser para fazerem o inventario, deixando-lha arrecadar livremente, ou ás pessoas que elle nomeasse em seu testamento.

Em carta dirigida, em 6 de fevereiro de 1589, ao Viso Rei da India, D. Duarte de Meneses, lê-se logo no primeiro capitulo o seguinte:

«Vissorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muyto saudar. Antre outras cartas vossas que receby pelas vias que vierão pelas náos do anno passado, a que vos mando responder por outras que vão nestas vias, vy as que me escreuestes em 23 de nouembro de 87, e foi muito acertado mandardes a este Reyno pela via de Ormuz a Juliaõ da Costa com as nouas do bom sucesso que Martin Afonso de Mello, que Deus perdoe, teue na costa de Melinde com a armada de que o encarregastes, e asy do aperto e trabalhos da fortaleza de Malaqa, posto que chegou muito pouco tempo antes da vinda das náos. E pelo risco que ha nas cartas qûe vem por terra sempre devem vir em ciffra as materias de segredo, e e os particulares doutras, ajnda que seyaõ pubricas, e escusaremse estas viagens da terra quando nāo ouuer tempo pera serem mais breves que as do mar, porque avemdo de ser ambas casy no mesmo tempo, como agora foi com a vinda de Julião da Costa, não ficão sendo de muito effeito» (1).

---

(1) Rivara, *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3.º, pag. 177.

Parece-nos valer a pena accentuar as recommendações que faz el-rei para que as viagens por terra só se effectuem quando se reconheça que podem levar dianteira ás viagens por mar.

D'aqui se deriva tambem que o systema de enviar recados por aquelle modo era frequente, tornando-se por ventura dispendioso e sem vantagem reconhecida equivalente ao gasto.

O capitulo VI da carta d'el-rei de 22 de fevereiro de 1589, dirigida ao mesmo D. Duarte, ainda se refere a Julião da Costa, que foi portador d'uma petição do Judeu Isaque, residente em Babilonia, em que solicitava permissão para residir em Ormuz. No artigo consagrado a este ultimo, transcreveremos o respectivo trecho.

Damos em seguida os documentos relativos ás tres mercês, a que já alludimos:

«Dom Filipe etc. faço saber aos que esta carta virem que havendo respeito aos serviços que Julião da Costa, escudeiro fidallguo de minha casa, me tem feitos nas partes da India por tempo de xxij anos e vyr dellas por terra a estes Reynos com cartas de meu seruiço, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do carguo de juiz dalfamdegua de Dyo por tempo de tres anos na uagante dos prouidos amtes de nove de julho de b^{c} lxxxbiij, em que lhe fiz esta merce, o qual seruiraa sem ẽbarguo de taõ bem ter o oficio de escrivaõ dalfandegua da dita fortaleza de Dyo, e naõ havera com ho dito carguo hordenado allguũ ha custa de minha fazenda, soomente os proees e percallços que lhe direitamente pertencerem. Noteficoo asy ao meu Vyso Rey ou Gouernador das partes da Indya, que hora he e ao diante for, e ao vedor de minha fazenda em ellas, e lhes mãdo que tamto que ao dito Julião da Costa, pella dita maneyra, couber ẽtrar no dito carguo, lhe dem a pose delle e lho deyxem ter e seruir pello dito tempo e aver os proees e percallços como dito he, e elle jurara na chancellaria aos santos hevangelhos que bem e verdadeiramente o syrua, guardamdo em tudo meu seruiço e as partes seu direito, de que se fara asemto nas costas desta carta, que seraa regystada na casa da India da feytura della a quatro meses primeyros seguintes. Diogo de Sousa a fez em Lixboa a iij de janeiro de ¡b^{c}LR. P^{o} Gomez dAbreu a fez escrever» (1).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara vyrem que havendo respeito aos seruiços que Juliaõ da Costa, escudeiro fidallguo de minha casa, me tem feitos nas partes da Indya por tempo de xxij anos e vyr dellas por terra a este Reyno com cartas de meu seruiço o ano de lxxxbiij, ey por bem de lhe fazer merce de mill quinhentos cruzados paguos na India em allguũ alluitre, pello que mãdo ao meu Vyso Rey ou Gouernador das partes da Indya que lhe dee nellas allguũ aluitre, em que o dito Juliaõ da Costa seja paguo dos ditos ¡b^{o} cruzados, e pertemcemdo a oficiall de minha fazenda o paguamento do dito alluitre lhe seraa leuado em despesa per este com conhecimento do dito Juliaõ da Costa, sendolhe primeyro

(1) Filipe I, *Doações*, liv. 16, fl. 33o.

o dito dinheiro careguado em recepta e semdo por outra vya se poraõ neste verbas pello vedor da minha fazenda nas ditas partes da satisfação que ouuer desta merce no dito alluitre. Diogo de Sousa o fez em Lixboa a mj dias de janeyro de ⁊bᶜLR. Pº Gomez dAbreu o fez escrever».

Tem á margem as seguintes verbas:

«A conta do aluitre aqui registado ouue sua magestade por bem mandar paguar ao sobredito por hũa provisam no thesoureiro da Casa da India lxxx rs. pera ajnda de sua embarcação pera as partes da India, e do sobredito se pos aqui esta verba por vertude da dita prouisaõ, em Lixboa a xiiij de março de 1591. P.º Maldonado».

«Destes 1500 cruzados está ainda devendo sua magestade a este Juliaõ da Costa e seus herdeiros trezentos e dezaseis mil e cem rs, porque da mais contia ya se lhe fez pagamento e por iso se pos aqui esta uerba por virtude de hum aluara de 23 de março deste ano, e eu Gaspar Alvares de Lousada o escreui. Lisboa e de julho 23 de 617. Gaspar Alvares de Lousada» (1).

«Eu elRey faço saber aos que este allvara virem que avendo respeito ao que na petição escrita na outra mea folha desta folha diz Juliaõ da Costa, escudeiro fidalgo de minha casa, e vista as causas que alega, ey por bem e me praz que os juizes dos orffaõs das partes da India não entendaõ na fazenda que per falecimẽto do dito Julliaõ da Costa ficar a seus filhos mais que pera fazerem inuentayro della e a deixem liuremente ter e arecadar as pessoas que elle em seu testamento nomear, sem embargo de quais quer Regimentos que nas ditas partes da India em contrario aja, e mando aos ditos juizes dos orffaõs e as mais justiças e officiais, a que o conhecimento disto pertencer, que cumprã e guardem e façaõ inteiramente cõprir e guardar este aluara como se nelle conten, sem duuida nem embargo alguũ que a iso lhe seja posto, e este aluara ei por bem que valha etc. Miguel Couceiro o fez em Lixboa a biij de março de mil bᶜ lR. P.º da Costa o fez escrever» (2).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) D. Filipe I, *Doações*, liv. 16, fl. 428.
(2) D. Filipe I, *Privilegios*, liv. 2, fl. 98.

CURIOSIDADES BIBLIOGRAPHICAS

(Cont. do n.º 5, pag. 324)

II

Faremos uma rapida descripção dos exemplares. A 1.ª edição em portuguez tem por titulo:

«Meditação da innocetissima morte e payxã de nosso señor em estilo metrificado: novamente (1) composta».

4.º Caracteres gothicos, de 138 folhas innumeradas. O rosto está mettido em portada de madeira composta de tarjas diversas. Começa a obra:

«O altissimo e immenso, eterno d's verdadeyro
«o mey benigno Jesu, grãd' saluador do mũdo
«q̃ por tua piedade, e por tua grãde cremencia
«vẽcido do teu amor, e doente da perda
«da chorosa perdiçam, etc».

E acaba no verso da folha 129.

«A qual nos de e outorgue, por sua misericordia ho mesmo «deos que morreo, pola vida de nossalma ho qual pera sem-«pre viue, e eternamente reyna com o padre e spiritu sancto, «con trinitate perfecta per infinita e eterna, omnia seculorum «secula.

«Amen Amen
«Deo Gracias». (2)

Segue-se depois o aviso espiritual, que occupa as folhas

---

(1) Novamente composta, quer dizer — de composição recente.

(2) No original, assim como no geral das edições em gothico, não ha virgulas. As pausas são marcadas com uns traços um pouco obliquos, menos cheios do que o olho da letra.

130 e 131; e no verso d'esta ultima está a approvação e a nota do impressor.

«Foy visto e aprouado este
«presente liuro pelo doutor Mestre Payo: por
«commissam e mandado do Cardeal Iffante.
«Pola qual o mesmo doutor mandou
«que se imprimisse.
«E foi impressa a presente
«Obra em a muy nobre e sempre leal cidade de
«Coymbra per Joam da Carreyra e Joã
«aluarez empressores da vniuersidad'
«Aa custa do muyto illustre e re
«uerendo senhor dom Bras
«Bispo de Leyria. E aca
«bouse aos. xxix
«dias do mes de
«Julho de
«De M. D. XLvij»

A folha seguinte, que deve ser 132, tem no verso uma gravura, occupando a pagina toda: é uma portada em estylo toscano, desenho mediocre, e em moldura um oval, onde está N. Senhora sentada com Christo nos braços e em torno a letra — *Brachara insignia*.

Na folha seguinte ha uma declaração, que transcrevo por me parecer original.

«Ho reuerendissimo señor dom Bras Bispo de Leyria mãdou «empremir esta precedẽte meditaçã a sua propria custa pera «a dar por amor de d's a religiosos e religiosas e a outras «pessoas devotas. Porque lhe pareceo cousa proueytosa pera «suas almas. E depois de ser empremida mandou a mi Joam «da Carreyra empressor del Rey nosso sñor em esta catho-«lica vniuersidade que ajũtasse aa mesma meditaçam as se-«guintes trouas porq̃ lhe pareceram deuotas e proueitosas «especialmente pera muytos religiosos e religiosas que sam «grandes musicos e por falta de cousas spirituaes muytas «vezes tangem e cantã cousas seculares e profanas. Por isso «os auisa e lhes roga que em logar das vaidades mundanas «cantem e tanjam estas spirituaes e deuotas. E porque o ro-«mançe que aqui vay acharam apontado singularmẽte por «Badajoz musico da camara d'lrey nosso señor. E o vilãcete «do parto da señora se hade cantar por o duo que cõpos «Torres da letra de inimiga foj madre: e ho do prãto da

«señora caminho de monte caluario por a cõposiçam do mo-«tete Fili mi Absalõ: do qual foy a letra tomada. E desta «maneira sera deos louuado in chordis (1) e organo e o spi-«ritu sancto que foy o primeyro inuẽtor e mestre da arte de «metrificadura sera seruido. E suas almas nam perderam ho «merecimento deste espritual exercicio nẽ daram conta a deos «do tempo mal gastado em tãger e cantar vaydades do mundo».

As coplas occupam até o rosto da folha 138 e ultima no verso lê-se o seguinte:

«Os deuotos que ouuerem este liuro: a primeyra cousa q̃ «deuem de fazer: he porẽ-lhe ho conto das folhas q̃ ficou por «erro em cada hũa: pera poderẽ logo achar as mentiras e «viços do molde: e achandoas ẽmendalas pela hordẽ q̃ aqui «vã postas: as quaes sam as principaes que mudã a sentẽça. «Que as outras mais pequenas remeto eu aa descriçã do «leytor. Primeyramente».

Seguem 11 linhas e nove erratas.

«Os outros viços peq̃nos: como sam faltas d letras ou onde «se poe hũa letra poroutra: ẽmendeas a prudẽcia e delicados «engenhos dos leytores».

O exemplar existente na Bibliotheca do Porto pertenceu aos frades gracianos de Coimbra, segundo se infere da rubrica, aliás muito desbotada, de letra do seculo XVI, ou principio do XVII, que tem no rosto=*pertinet ad conuẽtũ dnẽ nrẽ grãx coñibrissensis*=.

A traducção em castelhano, igual em numero de *versos,* e contendo o aviso e trovas, tem o titulo seguinte:

«Meditacion de la Inocentissima muerte y Passion de nuestro señor en estilo metrificado. Segũda vez impressa y ẽmẽdada». (2)

---

(1) Chordis, provavelmente *chorus,* especie de lyra de quatro cordas, de que falla o bibliophilo Jacob *Hist. des Arts.*, pag. 378. Em orthographia antiga escrevia-se *chorda,* derivado do grego *horde,* em latim *chorda.* Garrett escrevia *chorda* quando se referia ás da lyra e instrumentos similhantes.

(2) No *Conimbricense* n.º 2101 de 14 de setembro de 1867, e a que se refere o consciencioso auctor do *Dicc. Bibl.*, vol. 8.º, pag. 287, vem descripto um exemplar da traducção em castelhano, possuido pelo sr. dr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, de Portalegre, que nos dizeres do rosto e formato differe do exemplar que tenho presente, e possue o ex.mo sr. Visconde de Azevedo; mas pela descripção contém o mesmo numero de folhas numeradas. São porém os exemplares iguaes, havendo engano na descripção do Conimbricense quanto ao formato, titulo, etc.; os dizeres attribuidos ao titulo descriptos no Conimbricense encon-

No verso da ultima folha lê-se:

«Foy impressa la presente obra en la muy noble y siempre lial cibdad de Coimbra. Acabose a cinco dias del mes de nouiembre. Año de ñro Saluador Jesu Christo de. M.D.LVIII».

Não declara quem fosse o impressor; presumo porém que sahisse dos prelos de João Barreira & João Alvares (1).

E' em 8.º de clxvii folhas numeradas no recto, 4 innumeradas no principio e 10 no fim, onde se encontra o aviso espiritual, trovas, etc.; caracteres romanos.

Da 2.ª edição em portuguez ha um exemplar na Bibliotheca da Universidade de Coimbra, tem por titulo:

«Meditacam da inocentissima morte e payxam de nósso senhor em estilo metrificado. Segunda vez impressa e emendada».

A folhas clxv lê-se:

«Foy impressa a presente obra em a muy nobre & sempre lial Cidade de Coimbra. Acabouse a Quinze Dias do Mes de Desembro Año de nosso Saluador Jesu Christo de. M.D.XL.VIII».

4.º — de clxv folhas numeradas no recto, e 13 innumeradas.

A esta edição, de que não falla Barbosa, se refere Nicolau Antonio, e a descreve no *Conimbricense* n.º 2107 o sr. J. Martins de Carvalho, que a viu na Bibliotheca da Universidade. No Diccionario Bibliographico tambem não vem mencionada, do que se infere a sua raridade.

III

N'um dos exemplares conhecidos da traducção, possuida pelo sr. dr. Gusmão, encontra-se no fim uma nota manuscripta do theor seguinte:

«fr. xpouão de barbacena, ora guardião em este conuẽto

---

tram-se no verso do prologo e 4.ª innumerada. Nasceu o equivoco de carecer de rosto o exemplar do sr. dr. Rodrigues de Gusmão; e quanto ao formato e outras differenças, deve isso attribuir-se ao pouco reparo na revisão das provas talvez. Cumpre-me aqui agradecer ao sr. dr. Gusmão a obsequiosa promptidão com que me deu os detalhados esclarecimentos que lhe pedi.

(1) Em 1548 só existiam em Coimbra a imprensa dos conegos de Sancta Cruz, fundada em 1530, onde Germão Galhardo já imprimia um *Reportorio* a 9 de agosto de 1530; e a de João Barreira & João Alvares, que principiaram a imprimir n'aquella cidade em 1542. Francisco Corrêa só começou a imprimir em 1549.

de sancto Antonio de Coimbra, dou fee que este tratado da paixão de x.º foy composto per frey Antonio de portalegre frade desta prouincia da piedade barão catholico e aprouado. a 18. dabril 1559. — x.ºuão de bbcena». (1)

Fallando do mesmo Antonio de Portalegre, diz o chronista da ordem:

«Foi de geração mui illustre, e mui estimado d'elrei D. João III, que o trasia na côrte e se servia d'elle em negocios de muita importancia.

«... e tendo-o comsigo, communicava e despachava com elle os negocios de mais importancia. Por esta causa ordinariamente estava no Paço, porém tal graça tinha recebido do Senhor, que em tornando a casa, se punha em oração... e tão despegado se sustia seu animo de qualquer affeição d'aquillo que antes tanto estimára no mundo, que para elle a maior pena era ser chamado á côrte.

«N'este exercicio continuou alguns annos, indo e vindo do Paço, até que elrei D. João casou em Castella a princeza sua filha D. Maria com elrei D. Filippe II, com a qual senhora mandou a fr. Antonio por seu confessor e seu conselheiro. Algum tempo esteve na côrte d'aquelle reino estimado dos principes d'elle.

«... pelos annos de 1593 em o nosso convento de S. Antonio de Coimbra passou ao Senhor, deixando aquella fama de santidade que sempre teve». (2)

Do humilde franciscano, que nem mesmo junctou o nome ao seu esquisito poema, nada mais consta. Era de presumir porém que o frade, confessor do infante, e privado d'elrei, tivesse appellido mais aristocratisado do que o nome da terra cujo era filho.

Era de uso na vida monastica, por acto de humildade, e despreso de pompas mundanas, abandonar os nomes patronimicos e appellidos illustres. Ao nome baptismal acrescentava-se o da terra da naturalidade, como por exemplo, fr. João *d'Arruda,* fr. Thomas da *Beira,* fr. Manoel da *Mealhada,* fr. Pantaleão *d'Aveiro;* da familia não restava vestigio.

Mas fr. Antonio de *Portalegre,* que o chronista diz ser de geração *mui illustre,* a que familia pertencia?

No exemplar existente na Bibliotheca do Porto, no verso

---

(1) *Dicc. Bibl.,* vol. 8.º, pagg. 287-288.
(2) Monforte — *Chronica da provincia da Piedade,* liv. 4.º, cap. XXIV.

da folha que deve ser 131, existe a nota manuscripta seguinte:

«Autor ho padre frey Antonio tauares. Johão alurz. 1559».

Na ultima folha ainda se lê o seguinte:

«Impresso por my Johã aluarz. 1559».

E' manifestamente o nome e letra de um dos impressores do livro, que muito bem deveria ter conhecido o auctor da obra que imprimiu.

Acresce mais a circumstancia de serem os Tavares oriundos de Portalegre, e geração illustre. «Foram muytos annos Alcaydes móres de *Portalegre,* de Açumar, de Alegrete,» etc. diz Villas-Boas, Nobiliare: port. pag. 332, edição de 1708.

Em nenhum Nobiliario até hoje encontrei memoria de Antonio Tavares, e pena foi que Xisto Tavares morresse em 1525, visto que na sua minuciosa Nobiliarchia tão detalhadamente descreveu os descendentes de D. Pedro Viegas. Na *Bibl. Lusit.* tambem se não encontra nome de escriptor algum do seculo XVI que fosse Antonio Tavares.

Mas, á face do testemunho de Antonio Alvares, combinado com o que diz Monforte, parece não dever restar duvida que o auctor da *Meditaçam em estylo metrificado* se chamasse, no seculo, Antonio Tavares, descendente de familia de Portalegre.

CURIOSIDADES BIBLIOGRAPHICAS

TRATADOS DE CANTO LLANO E CANTO MESURABLE

Antes do concilio de Trento a musica era ainda uma arte imperfeita. Os generos cultivados limitavam-se á musica religiosa e ao canto profano (1) e de ambos elles se imprimiram Tratados em Portugal no seculo XVI.

Tenho presentes dois, que passo a descrever. O primeiro, que tem o rosto manuscripto com letra romana, tem por titulo:

«Tratado de musica hecho por Matheo de Aranda, Maestro de la capilla da Sê de Lx.ª — Dirigido al Illustrissimo Sen'or

---

(1) Veja-se Fétis — *Hist. générale de la musique,* vol. 1, pag. 178.

D. Alonso cardenal Infante de Portugal. Arcebispo de Lxa. o Bispo de Ebora com Priuilegio Real. — Foi impreso em Lxa. a 26 de setembro, anno de mil e quinhentos e trinta e tres annos».

Não acredito que esteja fiel a transcripção, o que aliás não pude averiguar ainda attenta a raridade do livro.

É em 4.º de 38 folhas innumeradas, com 36 linhas de musica typographica intercalada no texto. Caracteres gothicos (1).

No recto da ultima folha está a subscripção seguinte:

«Fue jmpressa la presente obra en la muy noble cibdad de Lixboa por German Gallarde: a veynte y seys de setiembre año de mil y quinientos y treynta y tres».

Encadernado no mesmo volume encontra-se outro tratado, que tem por titulo:

«Tractado de canto mẽsurable: y contrapũcto: nueuamẽte cõpuesto por Matheo de arãda maestro ẽ musica. Dirigido al mui alto y illustrissimo señor dõ Alõso (2) Cardenal Infante de portugal. Arçobispo de Lixboa. obispo Deuora. Comẽdatario d' Alcobaça. Con Priuilegio Real».

Formato e caracteres identicos ao tratado anterior; 35 folhas innumeradas, devendo ter mais uma, onde se encontre a subscripção final. Falta no exemplar que tenho presente. Intercaladas no texto 122 linhas de musica, abertas em gravura de madeira, de lavor bem pouco aprimorado. Nas linhas do texto alguns signos musicaes, que pela igualdade parecem fundidos.

O rosto mettido em cercadura de vinhetas, fechada inferiormente por uma gravura aberta em madeira, na qual se estende uma fita, em que se lê Germam galhard (3), e é a mesma

---

(1) Os caracteres impropriamente chamados gothicos, fôram nas primitivas edições uma imitação da escripta neerlandeza, modificando-se-lhe depois successivamente a fórma, que se tornou menos esguia e mais arrendondada nos contornos. Ainda no seculo xv Gunther Jainer (Nicolau Jenson) introduziu na Allemanha o redondo (1472), e Aldo Manucio o italico na Italia (1500); porém nas edições portuguezas o *gothico* foi o typo em geral usado até meado do seculo xvi; e ainda ha poucos dias vi um grosso *in folio* impresso em Lisboa em 1585 ainda com caracteres *gothicos*.

(2) O infante D. Affonso, 7.º filho d'elrei D. Manoel. Nasceu em 1509 e morreu em 1540.

(3) Germão Galharde, francez, que em 1530-1531 veio e esteve em Coimbra estabelecer e dirigir a imprensa dos conegos, imprimiu em Lisboa de 1515 a 1560, anno em que falleceu. O *Reportorio dos tempos em linguagem portugueza*, impresso em Lisboa em 1560, e que no rosto

que serviu na edição da *Oratio pro rostris,* de Resende, impressa em 1534. Por cima do titulo, quasi no centro da pagina, está o escudo d'armas do arcebispo; o chapeu, cordões e borlas, insignias cardinalicias, são impressos a vermelho, o resto a preto.

A. R. dos Santos, sem comtudo transcrever o titulo exacto deste Tratado, diz que elle fôra impresso em 1533: o privilegio porém, que se encontra no verso da 1.ª folha, é passado *em euora a sete dias de Julho. De mil e quinhentos e trinta e quatro annos.* É pois muito para acreditar que a impressão fosse feita em 1534.

Nicolau Antonio na sua *Bibl. Hesp.* não descreve nenhum dos Tratados, nem menciona composição alguma de Matheo Arando. A. R. dos Santos, na lista dos livros impressos por Galharde, em 1533, *Mem. de Litt.*, vol. 8.º, part. II, pag. 118, diz simplesmente que elle imprimira *Dois tractados, um de Cantochão, e outro de contraponto* — não sendo pois exacto relativamente ao anno de impressão do 2.º e alterando o titulo a ambos.

Fétis, na *Biographie Universelle des Musiciens,* vol. I, pag. 125, diz do livro e seu auctor o seguinte: — «Aranda (Matheo de) musicien espagnol, que le Catalogue de la bibliothéque du roi de Portugal, Jean IV, indique comme aucteur des œuvrages suivants. — 1.º *Tractado de canto llano.* — 2.º *Tractado de canto mensurable y contrapuncto* — mais il ne fait pas connetre s'ils sont imprimés ou manuscripts.»

Vê-se pois, que a edição dos 2 tratados de Aranda foi desconhecida de Fétis, ignorada de Nicolau Antonio, e confusamente descripta por A. R. dos Santos. Não me consta que algum outro bibliophilo falle d'ella.

O exemplar d'este monumentosinho, duplamente precioso, que tenho presente, pertence ao meu amigo Joaquim de Vasconcellos, e faz parte da sua notavel collecção de livros de musica.

A proposito do catalogo da bibliotheca de D. João IV, darei

---

ainda traz o nome d'este impressor, diz na subscripção final: «... O qual foy impresso em a muy nobre e sẽpre leal cidade de Lixboa, em casa da viuua, mulher que foi de Germão Galharde que sancta gloria aja.»

Erradamente A. R. dos Sanctos, *Mem. de Litt.*, v. 8.º part. II, pag. 119, diz que este impressor morrêra em 1565, attribuindo-lhe a impressão, feita neste ultimo anno, das *Constituições do Bispado Deuora,* que aliás sahiram dos prelos de André de Burgos, que as imprimiu em Evora.

aqui o titulo segundo o refere Souza *Hist. Gen. da C. Real,* tom. VII, pag. 243, e o transcreve o sr. Innocencio no *Dic. Bibl.*

«Primeira parte do Index da livraria de musica do muito alto e poderoso rei D. João IV nosso Senhor. Por ordem de Sua Magestade.» — Lisboa, impr. por Paulo Craesbeeck — 1649.

Barbosa, na *Bibl. Lusit.,* amiude se refere a este catalogo como o livro de sua consulta ordinaria; de mim declaro que o não vi ainda, apesar do interesse com que o tenho procurado, e nem sei onde exista.

É para notar-se a nitidez da impressão dos tratados de Aranda. Em geral as impressões de Galharde recommendam-se pela correcção typographica, que não se encontra em muitas das edições posteriores. Haja vista por exemplo a 2.ª edição do *Manvale missalis romani,* impresso em 1591 em Coimbra por Antonio de Mariz (1), que não tem certeza de registo, nem a numeração das folhas é regular (2), nem as tintas bem distribuidas, nem as côres d'ellas vivas; emquanto que os *Statutos e constituyções dos reuerendos conegos azuys,* impressos por Germão 47 annos antes (1544) apresentam os caracteres sem esbatido, a côr vermelha das linhas do rosto fixa e viva, e a impressão toda firme. Em occasião opportuna voltaremos ao assumpto.

TITO DE NORONHA.

---

(1) Antonio de Mariz teve imprensa em Coimbra de 1556 a 1561; em Braga de 1562 a 1569, e depois outra vez em Coimbra de 1569 a 1599; das suas edições de Coimbra conheço quasi 60, das quaes tenho no Porto examinado 25; sabendo da existencia de 24 em differentes bibliothecas, e faltando-me examinar o resto. É de presumir porém, que algumas outras haja de que não tenha noticia.

(2) O *Manvale* compõe-se de 180 folhas: as 10 primeiras são innumeradas; começa depois a numeração em 1 e vai até 29 — em seguida a numeração é feita por pagina, de 22 a 33; segue novamente por folha, de 34 a 49; — recúa, começando em 40, e segue até 103, que é duplo; de 104 vai até 157 e ultima. Além disso, ainda em 6 folhas se encontram os numeros trocados.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Madame Roland; drame en cinq actes en vers, por HENRY FAURE.

Revista de medicina militar, 3.º vol., por EUGENIO PERDIGÃO.

O Guarany, opera em 4 actos, por FRANCISCO PACHECO.

União das forças catholicas portuguezas, acta da sessão ordinaria da mocidade catholica de Lisboa, por D. JOSÉ DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA.

Sobre a geometria das curvas trigonometricas. Memoria original, por ANTONIO CABREIRA.

Sobre as propriedades geometricas da Espiral de Poinsot. Memoria original, por ANTONIO CABREIRA.

Sobre a geometria da espiral. Memoria original, por ANTONIO CABREIRA.

Analyse geometrica de duas espiraes parabolicas. Estudo completamente original, por ANTONIO CABREIRA.

Relatorio da direcção do monte-pio conimbricense Martins de Carvalho e respectivo parecer do conselho fiscal relativos ao anno de 1896.

Catalogo da exposição dos trabalhos dos alumnos da eschola de bellas-artes de Lisboa, por FRANCISCO TIBURCIO MELICIO.

Cantos singelos. Originaes, por GABRIEL PEREIRA.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao INSTITUTO não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do INSTITUTO DE COIMBRA, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto*, a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV — M·DCCC·XCVII

Numero VII — Julho

COIMBRA

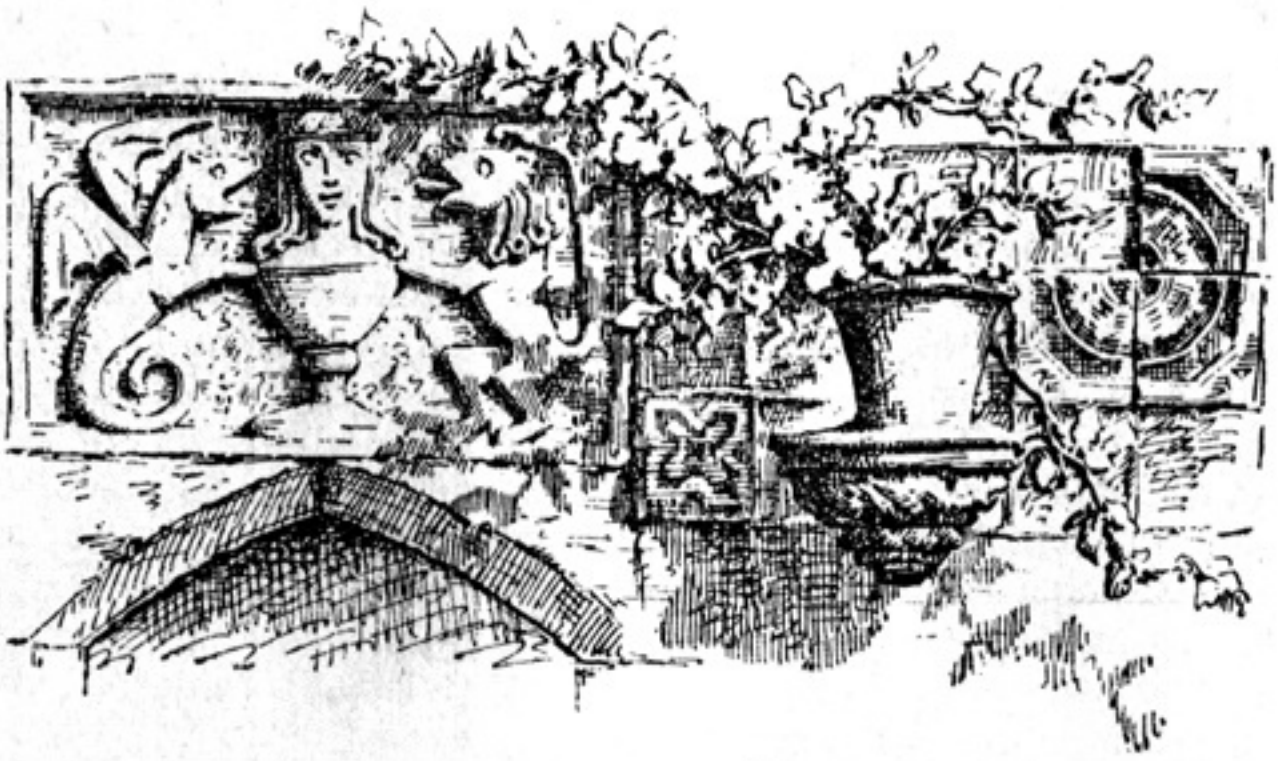
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO SUPERIOR, pelo *Visconde de Villa-Maior* 389
TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES, por *A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca* 401
MEMORIA E ESTUDO CHIMICO SOBRE AS AGUAS MINERAES E POTAVEIS DE MOLEDO, por *A. J. Ferreira da Silva* 409
ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES, por *Alvaro José da Silva Basto* 417
HERBST, por *Arno Holz* 423
OUTOMNO, por *Eugenio de Castro* 423
ABEND, por *Bodo Wildberg* 424
TARDE, por *Eugenio de Castro* 424
PARKNACHT, por *Franz Evers* 425
NOITE NO PARQUE, por *Eugenio de Castro* 425
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 426
ANTONIO HOMEM, por *Antonio José Teixeira* 435
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 446



SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO SUPERIOR

(Cont. do n.º 6, pag. 330)

Estavamos em 1835. No anno seguinte publicou tambem o lente de Mathematica, da Academia Real de Marinha, Albino Francisco de Figueiredo e Almeida, um projecto de reforma de Instrucção Publica, do qual, por ser hoje extremamente raro encontrar um exemplar, julgo conveniente dar breve noticia, que não será inutil para completar a historia das ideias que, n'aquellas epochas de effervescencia, vogavam sobre as reformas dos estabelecimentos de instrucção.

D'este projecto, que tinha a pretenção de abranger todo o campo do ensino nacional, extrahirei unicamente a parte relativa á instrucção superior.

O projecto publicado por Albino de Figueiredo era precedido de um *discurso preliminar,* dividido em duas partes: a 1.ª *sobre a origem do ensino das sciencias;* a 2.ª inscrevia-se da *genealogia dos conhecimentos humanos, e da sua combinação e dependencia mutua.*

Na 1.ª parte, que — seja-me permittido dizer — não correspondia á importancia do objecto, nem de longe d'elle se aproximava, occupava-se o auctor principalmente de sustentar a ideia da conveniencia de estabelecer a Universidade portugueza em Lisboa. Os argumentos para sustentar a sua these são tirados: 1.º do maior numero de alumnos que uma grande cidade póde fornecer aos estabelecimentos de instrucção, e das vantagens e commodidades que estes alumnos encontrariam em Lisboa; 2.º do maior numero de homens de sciencia que alli se podem apresentar como candidatos nos concursos para a regencia das cadeiras; 3.º por serem incomparavelmente maiores e mais faceis de obter os meios de ensino prático em uma cidade maritima, populosa, commercial e industrial como era Lisboa.

Não me demorarei agora a analysar e discutir esta questão, que em outro logar terá melhor cabimento.

Na 2.ª parte do discurso preliminar não se encontrava coisa alguma que fosse indispensavel para a intelligencia do projecto, nem ainda que podesse corresponder ao que se devia esperar do titulo pomposo com que se inscreve.

Calculando quaesquer observações ou reparos que a proposito d'aquelle discurso me podiam occorrer, passo a occupar-me simplesmente do projecto na parte relativa ao Titulo III, em que trata da Universidade.

O capitulo 1.º d'este titulo é consagrado ás disposições communs ás differentes Faculdades. O artigo 77.º, que é tambem o primeiro d'este capitulo, diz: — Haverá uma Universidade em Lisboa, onde se ensinarão as sciencias, artes e lettras —. O artigo 78.º diz: — A Universidade constará de um Lyceu, e de quatro Faculdades: 1.ª de Sciencias Physicas e Mathematicas; 2.ª de Medicina; 3.ª de Direito; 4.ª de Litteratura —.

Estes dois artigos encerram, a meu vêr, a parte fundamental do projecto —. Uma só Universidade em Lisboa, e esta reduzida a quatro Faculdades, entre as quaes, nem em parte alguma do projecto, se menciona a de Theologia. Parece que o auctor não se preoccupou de fórma alguma com os estabelecimentos de Instrucção Superior, existentes na epocha em que escrevia, nem para os condemnar e abolir, nem para os conservar. A sua ideia exclusiva era a creação de uma Universidade concentrada em Lisboa; todavia no capitulo 3.º, artigo 116.º, vê-se tambem que a cidade do Porto devia ser dotada com uma Faculdade de Medicina.

Continuando com a analyse das disposições communs ás

differentes Faculdades, vemos no artigo 80.º que o anno civil devia ser dividido em quatro periodos, cada um de tres mezes, que o primeiro periodo devia começar em outubro, e com elle tambem o anno lectivo. Em cada periodo devia haver uma matricula, e no fim de cada um d'elles uma recapitulação das doutrinas ensinadas no mesmo periodo, sendo o tempo gasto n'estas recapitulações a quarta parte do que se tivesse empregado na explicação das mesmas doutrinas.

O projecto estatuia a obrigação da frequencia dos alumnos ás aulas, e no artigo 82.º diz que, para que o alumno fosse habilitado a fazer os exames, era necessario ter pago as matriculas correspondentes e não ter mais de vinte faltas não justificadas ou menos de sessenta com causa.

Da lettra dos artigos 85.º, 86.º e 87.º se conclue que os professores seriam obrigados a dar aula tres dias em cada semana, sendo cada lição de hora e meia; que a explicação se faria por compendios; que haveria recapitulações a que os alumnos eram obrigados a responder; que estas recapitulações deviam ser feitas em presença de tres lentes, que d'ellas tomariam as competentes notas para serem levadas em conta nos exames; e que estes exames deviam ser vagos. Admittia tambem que podessem fazer exame os alumnos que tivessem perdido o anno; mas que n'esse caso o programma do exame devia ser o proprio compendio.

No artigo 90.º estabelecia o projecto as condições para a concessão do gráu de Doutor, as quaes eram: 1.º ter o candidato todos os exames; 2.º sujeitar-se a um novo exame, o qual devia constar de uma parte prática, e de uma these tirada das doutrinas de qualquer cadeira da Faculdade.

No capitulo 2.º occupava-se o auctor das Faculdades de Sciencias Physicas e Mathematicas em que faria comprehender o ensino da philosophia natural e das mathematicas, assim na theoria como na prática e suas applicações.

O quadro que elle estabelecia para este curso não póde de modo algum ser hoje tomado em consideração: basta dizer que em cinco annos e com 13 cadeiras pretendia que se ensinassem, não só as mathematicas puras, as sciencias physicas e naturaes, os elementos da arte da guerra, a balistica, a artilheria, a optica, a astronomia, a architectura hydraulica, a geodesia, a topographia, a navegação, as artes chymicas e mechanicas, etc., etc. É verdade que para satisfazer a esta monstruosidade, distribuia as 13 cadeiras em duas secções, deixando algumas em commum para ambas as secções. Devo tambem notar que entre os artigos d'este capitulo, alguns

encerram proposições attendiveis; taes são, por exemplo, o artigo 99.º, que recommenda que em todas as cadeiras se tenha sempre em vista a parte prática da sciencia; o artigo 100.º, que recommenda que na physica e na chymica se faça uso das sciencias mathematicas como meios de ensino e descobrimento; e o artigo 101.º, que recommenda que nas sciencias exactas se insista sobre os methodos geraes directos e demonstrativos.

O capitulo 3.º occupava-se das Faculdades de Medicina, propondo, como já disse, que se estabelecessem duas, uma em Lisboa e outra no Porto. O curso medico em ambas devia constar de 12 cadeiras distribuidas por cinco annos.

O capitulo 4.º tratava da Faculdade de Direito, cujo quadro devia constar de 11 cadeiras distribuidas por cinco annos.

Não creio que mereça a pena fazer aqui a analyse d'esta parte do projecto. Citarei apenas o artigo 154.º, em que se apresentava uma ideia, a meu ver nova e original. É o seguinte: — «A Faculdade de Direito terá de partido um certo numero de advogados de reconhecido merecimento. Os estudantes do 5.º anno juridico serão distribuidos em turmas por esses advogados, e frequentarão os seus escriptorios com o mesmo cuidado que as aulas, assim como as audiencias. Os advogados lhes ensinarão toda a prática da sua sciencia; lhes ensinarão a examinar os autos, a perceber as questões judiciaes que se apresentarem; a fazer perguntas, a responder ás que lhes forem feitas, e a applicar a lei ao facto que tiver sido decidido pelos jurados; e a final nas audiencias dos juizes de direito e das relações, assistirão aos diversos andamentos e resultados juridicos...».

A respeito da doutrina d'este singular artigo só direi que a ideia é boa; mas que a execução seria difficil, se não impraticavel no regimen universitario.

O capitulo 5.º occupava-se da Faculdade de Litteratura, dando-lhe unicamente por objecto o ensino da Economia Politica, da Geographia, da Estatistica, da Historia, da Metaphysica, da Grammatica, da Eloquencia e da Poesia. Para este quadro, um pouco disparatado, estabelecia 7 cadeiras, sem numero fixo de annos em que se devia completar o curso.

Não me occuparei da sua analyse; citarei apenas, entre os artigos d'este capitulo, um que, pela singularidade da ideia, merece ser mencionado. E' o artigo 161.º, que diz assim: «Junto ás principaes academias extrangeiras, e nos pontos onde mais convier ao commercio, se crearão cadeiras

da lingua portugueza, cujo fim será dar aos extrangeiros o conhecimento da lingua nacional».

«§ 1.º Os professores da lingua portugueza nos paizes extrangeiros serão membros da Faculdade de Litteratura; estarão em correspondencia permanente e regular com a Faculdade, servindo-lhe de intermedio de communicação com os sabios extrangeiros que não tenham correspondencia immediata com o corpo litterario portuguez, ou se queiram servir d'aquelle canal. *Serão em geral os enviados litterarios portuguezes junto aos sabios extrangeiros*».

Paro n'este ponto, que é o sufficiente para fazer comprehender a ideia do auctor.

O Titulo III do projecto tratava da instrucção militar, sendo objecto do capitulo 1.º a organisação de um instituto militar; e a do 2.º a creação e instrucção dos *corpos da Guarda Nacional!!*

No Titulo IV apenas mencionava os estabelecimentos de instrucção especial — Seminarios para o ensino das sciencias ecclesiasticas, Escholas de agricultura, de Veterinaria, de Metalurgia prática, de Pontes e Calçadas, etc.

No Titulo V, que se inscrevia das — *Disposições geraes sobre a Instrucção Publica* trata de varios pontos de interesse mais ou menos geral, dos quaes mencionarei só os mais importantes. — Queria que o provimento dos logares de substitutos fosse feito por concurso. — Creava um *seguro de Instrucção Publica* destinado a auxiliar os estudantes pobres que quizessem seguir a carreira da instrucção. — Queria que toda a auctoridade universitaria estivesse concentrada em poder dos Conselhos das Faculdades. — Attribuia aos Conselhos funcções, a meu ver, incompativeis com o exercicio do magisterio: assim queria elle que a Faculdade de Medicina fosse o tribunal supremo da saude publica, e que a Faculdade de Sciencias fosse o tribunal competente para conceder as patentes de invenção, etc. Tratando dos estabelecimentos annexos á Universidade, mencionava entre elles uma typographia e uma fabrica de papel.

No Titulo VI e ultimo tratava o auctor da fundação dos estabelecimentos de Instrucção Publica Superior, ou antes da sua Universidade (creação nova e independente de tudo o que até então tinha existido), e da sua receita e despeza. O artigo 287.º basta para fazer conhecido o pensamento do auctor: diz este artigo — «O fundo necessario para satisfazer á despeza da creação da Universidade e do Lyceu de Lisboa será dividido em acções, e serão convidados os capitalistas

a formar as associações para realisar este fundo». Accrescentarei ainda para maior clareza os artigos 298.º a 300.º, que tratam da receita e despeza da Universidade.

Diz o artigo 298.º — E' receita da Universidade:

1.º O rendimento das suas propriedades rusticas (1), que devendo ser mais bem *montadas* (sic) devem produzir maior interesse;

2.º As matriculas dos alumnos, etc.;

3.º A importancia annual da venda dos livros, cuja propriedade pertencesse á Universidade;

4.º O rendimento da typographia;

5.º O rendimento da fabrica de papel;

6.º O rendimento do Dispensatorio Pharmaceutico;

7.º O rendimento dos productos chymicos, feitos no laboratorio de chymica applicada ás artes.

Para completar a ideia vejamos o que diz o artigo 300.º — Serão despezas da Universidade:

1.º O pagamento dos juros e amortisação das apolices da Associação Litteraria;

2.º O pagamento dos ordenados dos professores da Universidade e do Lyceu;

3.º O pagamento dos professores subalternos do Lyceu;

4.º O pagamento dos ordenados dos empregados não professores da Universidade e do Lyceu;

5.º As gratificações arbitradas pela formação dos compendios;

6.º As ajudas de custo que forem concedidas aos viajantes por conta da Universidade;

7.º O pagamento das folhas dos differentes estabelecimentos annexos á Universidade;

8.º A despeza com os reparos e melhoramentos nos edificios da Universidade e do Lyceu.

O artigo 301.º, com que terminava este singular projecto, dizia: — Se a receita da Universidade fôr inferior á despeza, a differença será supprida pelo Thesouro Nacional.

---

(1) Estas propriedades, segundo se via no artigo 283.º, deviam provir de bens nacionaes.

*

Sem ter a fórma de proposta ou projecto, mas contendo muitas noticias e indicações relativas á reformação dos estudos superiores, que em 1835 occupava a attenção do publico illustrado e dos homens politicos, appareceu no fim d'aquelle anno uma notavel memoria com o titulo de — *Questão da Reforma da Instrucção Superior em Portugal.* Apesar de ser este um escripto puramente polemico, não deve passar desapercebido de qualquer que seja que se occupe da regeneração dos estudos superiores.

Foi a memoria a que me refiro apresentada á *Associação dos amigos das lettras* por um dos seus membros, e por ella mandada imprimir. São hoje raros os exemplares d'esta memoria e por isso acho conveniente extrahir d'ella quanto sirva para fazer conhecidas as ideias que a inspiram e presidiram á sua redacção.

Logo nas primeiras paginas, o auctor da memoria, resumindo a historia das tentativas de reforma dos estudos superiores, que se manifestaram desde 1820 a 1835, declara qual foi a origem da Associação dos amigos das lettras. Foi esta sociedade principalmente constituida pelos professores que entravam na organisação do *Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas,* e que, extincto elle, se constituiram em sociedade com o fim de promoverem as reformas litterarias.

A creação do Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas, apesar da vida verdadeiramente ephemera d'este Instituto, foi um acontecimento preponderante na reforma dos estudos superiores, que por esse motivo não devo deixar de mencionar todas as particularidades que o fizeram notavel.

O principal intuito que determinou a creação do Instituto, era dotar Lisboa com um estabelecimento de ensino superior de sciencias. Não era nova esta ideia, e todos os homens illustrados e imparciaes entendiam que a capital do reino não podia estar por mais tempo privada do ensino publico das sciencias, a quem a industria e a civilisação deviam os brilhantes e prodigiosos progressos que já n'aquella epocha eram incontestaveis. Esta creação podia e devia fazer-se sem prejuizo dos estabelecimentos existentes, trazendo-lhe, pelo contrario, novos estimulos e novas forças.

No entretanto o auctor da memoria não trata de demonstrar como devia e podia, livre de preoccupações e despeitos, a

conveniencia de crear em Lisboa o ensino superior das sciencias, mas parece querer unicamente promover a transferencia das Faculdades de Medicina, Mathematica e Philosophia da Universidade de Coimbra para a capital e para o Porto, deixando só interinamente em Coimbra a Faculdade de Direito, e collocando o ensino superior da Theologia ao cuidado dos cabidos das dioceses, sendo as cadeiras d'esta Faculdade regidas pelos conegos.

A defeza de uma boa ideia é, n'esta memoria, prejudicada pela apaixonada opinião do auctor contra a conservação da Universidade em Coimbra. É todavia verdade que o estado em que se achava a Universidade em 1835 era bastante desanimador, e os que desesperavam da sua regeneração, reconhecendo por outro lado a necessidade de crear em Lisboa os altos estudos das sciencias, julgavam conveniente e opportuna a sua transferencia para a capital.

O fim principal, com que foi escripta a memoria de que me estou occupando, era justificar a creação do Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas em Lisboa, e para estabelecer methodicamente os seus argumentos, o auctor traça préviamente uma breve noticia das tentativas de reforma, que precederam aquella creação, desde o estabelecimento do governo constitucional.

A partir da grande reforma da Universidade em 1772, nada se havia feito de notavel importancia em beneficio dos estudos superiores: apenas as creações parciaes e de limitada indole, restrictas ás escholas de que acima fallei. É só em 1833 que apparece o Decreto de 2 de novembro creando a commissão, de que tambem já dei noticia, e cujos trabalhos desappareceram, não ficando d'elles mais do que o indice publicado por Garrett na *Chronica Constitucional de Lisboa* de 2 de abril de 1834, e o Decreto de 10 de junho do mesmo anno, que dissolve seccamente a commissão, como quem não tinha ficado satisfeito com os seus trabalhos.

No anno seguinte foi promulgada a Carta de Lei de 25 de abril de 1835 auctorisando o governo para organisar o ensino publico em todos os seus ramos e do modo mais conveniente *sem augmento de despeza*.

As côrtes encerraram-se no fim de março, e o governo, querendo aproveitar a auctorisação que lhe delegara o parlamento, nomeou pelo Decreto de 13 de maio uma commissão de quatorze membros, a qual devia funccionar na Academia das Sciencias, encarregando-a da prompta formação de *um plano provisorio e de immediata execução para o actual me-*

lhoramento possivel do ensino publico, e um systema geral de educação e instrucção religiosa, civil e litteraria para ser proposto ao poder legislativo.

Quanto ao plano provisorio, que *sem demora* devia ser executado, mandava o decreto, entre outras coisas, estabelecer nas cidades de Lisboa e Porto, *um curso completo de Medicina com os seus estudos preparatorios.*

«A commissão» diz a memoria de que estou dando noticia «aproveitando muitos trabalhos do corpo cathedratico da Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa, formou e remetteu ao governo, em 7 de agosto, *o projecto de uma eschola completa de sciencias medicas,* abrangendo o ensino de doutores em Medicina e Cirurgia, de licenciados menores, de Pharmaceuticos e de Parteiras. Este projecto, que contém principios muito liberaes sobre o methodo de ensino nos estudos superiores é assignado por Trigoso, S. Luiz, Moraes Sarmento, Camello Fortes, Dr. F. Elias, Cordeiro Feio, Dr. B. A. Gomes, Dr. Antonio Nunes de Carvalho, Soares Franco, e J. J. da Costa Macedo».

A ideia da reforma e, principalmente, o desejo de dotar Lisboa e Porto com estabelecimentos de Instrucção Superior para o ensino das sciencias physicas e naturaes, ganhavam terreno e começaram, por outro lado, a despertar um mal cabido ciume e a opposição facciosa no corpo cathedratico de Coimbra, com o receio mal fundado de que a concorrencia de novas escholas pudesse prejudicar a supermacia da Universidade, e então, parece, que para evitar conflictos, o ministro que referendou o Decreto de 13 de maio, resolveu limitar a reforma ao simples aperfeiçoamento e melhoramento parcial dos estabelecimentos das sciencias em Lisboa e Porto, sem tocar na Universidade.

Não se tinha ainda começado a executar este plano, quando em 7 de setembro, sendo ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, foi decretada a creação de um Conselho Superior de Instrucção Publica, para *direcção e regimento de todo o ensino e educação publica,* o qual, debaixo da presidencia do ministro do reino, devia ter a sua residencia em Lisboa. Ao mesmo foi decretada a extincção da Junta da Directoria Geral dos Estudos, que funccionava annexa á Universidade de Coimbra (1).

---

(1) Vid. *Diario do Governo,* de 7 de setembro de 1835, pagg. 883 e seguintes.

Em 28 de setembro foi nomeado o pessoal que devia formar o Conselho Superior, e em 8 de outubro celebrou este Conselho a sua primeira sessão na antiga salla dos actos do Collegio dos Nobres, presidindo o ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Este ministro no seu discurso de inauguração declarou francamente quaes eram as intenções do governo emquanto ás reformas da Instrucção Superior. Fez sentir a necessidade de reduzir a uma só as Faculdades de Leis e Canones; de supprimir a Faculdade de Theologia, passando o ensino d'esta sciencia para os seminarios diocesanos; de estabelecer cadeiras de economia politica, de direito constitucional, administrativo, e commercial, e collocar a nova Faculdade na conveniente ordem de precedencia em relação á ordem e filiação philosophica das ideias. Quanto ás sciencias physicas, mathematicas e naturaes, annunciou que o governo pretendia, reformando e ampliando os estudos existentes, estabelecer duas escholas, uma em Lisboa e outra no Porto, onde estes conhecimentos fossem ensinados na sua theoria e applicações, a par com os progressos modernos, deixando em Coimbra unicamente a parte necessaria como preparatoria da Faculdade de Medicina, do melhoramento da qual tambem o Conselho devia cogitar (1).

O Conselho Superior occupou-se logo do projecto de organisação do Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas, que foi convertido em lei pelo Decreto de 7 de novembro de 1835. Tambem o mesmo Conselho elaborou o projecto de reforma da Faculdade de Direito, que foi decretada em 17 de novembro. Porém a mudança ministerial, que teve logar em 18, suspendeu a execução d'estas reformas.

As declarações do ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, no seu discurso inaugural por occasião da instauração do Conselho Superior, os Decretos de 7 de novembro e outros actos officiaes, tinham levantado uma viva opposição da parte da Universidade e dos habitantes de Coimbra, á qual se attribuiu o Decreto de 2 de dezembro.

Antes porém que este decreto apparecesse, uma Portaria, com data de 23 de novembro, havia ordenado que o Conselho Superior convocasse immediatamente o Conselho do Instituto para pôr em execução o Decreto de 7 de novembro.

---

(1) *Historia dos Estabelecimentos Scientificos,* tom. VII, pag. 10.

A primeira reunião d'este Conselho teve logar em 28 do mesmo mez, estando presentes 31 membros, e n'ella se decidiu que na sessão immediata deviam os differentes professores apresentar os programmas das suas cadeiras. Pela sua parte o corpo cathedratico da Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa levou, em 27 do dicto mez, á presença do governo um projecto de Instituto de Sciencias Medicas, com o fim de que este se pudesse abrir em 7 de janeiro de 1836. Poucos dias depois é que appareceu o Decreto de 2 de dezembro, que mandava suspender todas as providencias decretadas em beneficio da Instrucção Publica pelo ministerio anterior (1).

Não se póde duvidar de que este decreto fosse unicamente motivado pela opposição que manifestou a Universidade, pois n'elle se lê o seguinte: — «Tendo em consideração os fundados protestos e reclamações da Universidade de Coimbra e outras allegações e representações attendiveis que tem subido á minha real presença, etc., etc. Hei por bem ordenar que até á decisão das côrtes fiquem suspensos os meus reaes Decretos de 7 de outubro e de 7 e 17 de novembro do corrente anno e todas as disposições d'elles derivadas; ficando a educação e instrucção publicas no pé em que se achavam anteriormente aos mesmos decretos e providencias, etc. (2)».

Na memoria de que me estou occupando lê-se o seguinte: — O Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas não durou senão nove dias e o Conselho Superior da Instrucção Publica apenas cincoenta e dois dias —. Bem curta foi a existencia d'estas esperançosas creações, mas o seu apparecimento foi, todavia, um impulso dado no sentido das reformas, e este impulso não foi esteril. Pouco depois se lhe seguiram outras reformas mais importantes, ainda que incompletas, emprehendidas pela dictadura nascida da revolução de setembro de 1836.

Continuando com a analyse da memoria, não posso deixar de notar que o auctor insiste demasiadamente sobre a decadencia em que se achava n'aquella epocha a Universidade de Coimbra, adduzindo em relação a cada uma das Faculdades imputações mais ou menos bem fundadas, que seria inutil e até pouco conveniente reproduzir agora.

O remedio áquella decadencia em uma eschola que fôra

---

(1) Vid. *Diario do Governo*, n.º 285, pag. 1169.

(2) É para notar que este singular decreto foi referendado por Luiz Mousinho de Albuquerque, então ministro do reino!!

tão notavel parecia ao auctor que só estava na transferencia do ensino das sciencias medicas, mathematicas e de philosophia natural para Lisboa e Porto, onde ellas deviam prosperar pela mais facil e activa communicação com as escholas mais illustradas dos outros paizes, e pela maior abundancia de recursos e meios de ensino prático, mais numerosa frequencia de alumnos, maiores estimulos e efficaz fiscalisação do publico intelligente.

Entre as razões expostas na defeza da sua these ha uma que não posso deixar de contradizer aqui mesmo. É esta a que se refere á maior conveniencia da collocação do ensino das sciencias mathematicas, physicas e naturaes unicamente nas grandes cidades maritimas, commerciaes e industriaes do reino. Diz elle: «A utilidade real das sciencias mathematicas, physicas e naturaes, está na parte applicada á industria, ao commercio, á marinha, á engenharia e á arte militar».

É uma opinião em demasia utilitaria. Seguramente aquellas sciencias, não só prestam poderoso auxilio a todos os ramos da industria humana, mas têm até sido origem de alguns dos mais importantes descobrimentos industriaes que ennobressem a civilisação do presente seculo. Não devemos porém esquecer que a principal e mais nobre utilidade das sciencias está no seu proprio aperfeiçoamento; no mais sublime e desinteressado emprego da intelligencia humana, tendendo a descortinar os mais reconditos segredos da natureza em beneficio da humanidade. O industrial aproveita por certo muito com os descobrimentos que a sciencia lhe subministra; mas o verdadeiro sabio dirige as suas investigações só com o fim de alcançar a verdade, alargando as raias do saber humano. O Estado não deve limitar-se a manter o ensino das sciencias unicamente como auxiliares e preparatorios das escholas especiaes da industria, do commercio, das construcções civis, da engenharia, e analogas, mas convem-lhe tambem promover os estudos transcendentes das mesmas sciencias, sem o que difficilmente terá sabios que honrem o paiz pelo concurso prestado ao adiantamento dos conhecimentos humanos, nem abundancia de bons professores para os diversos estabelecimentos de Instrucção Superior geral e especial.

(Continúa). VISCONDE DE VILLA-MAIOR.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMÁTICAS

TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES

(Cont. do n.º 6, pag. 357)

Origem dos leucócytos

Quanto aos leucócytos suppoz-se, quando se demonstrou a sua multiplicidade, que as differentes variedades correspondiam a outras tantas differenças de origem, provindo as pequenas céllulas dos gangliões lymphaticos emquanto que os outros leucócytos proviriam da medulla dos ossos. Nesta supposição dividiram-se os glóbulos brancos em *lymphócytos* e *myelócytos,* divisão que foi abandonada quando se demonstrou, que as pequenas céllulas podem ter origem em outros orgãos taes como o baço e a medulla dos ossos, e ainda porque esta não póde ser considerada como a única origem dos myelócitos.

Os resultados de mais valor sam os fornecidos por Ehrlig, que demonstrou serem os leucócytos eosinóphylos produzidos principalmente pela medulla dos ossos, de modo que a presença anormal destas céllulas no sangue póde indicar, como já fizemos notar, uma affecção deste orgão.

Os leucócytos polynucleares ordinários ou neutróphylos desenvolvem-se no próprio sangue á custa das pequenas céllulas, fornecidas por differentes orgãos.

As origens dos leucócytos não estam ainda bem determinadas, mas tratando esta questão não se deve esquecer, que elles apparecem no sangue dos cyclóstomos, peixes que não possuem gangliões lympháticos, nem medulla dos ossos, nem baço, sendo possivel, que nelles os leucócytos provenham das céllulas mesodérmicas do embryão e do endothélio dos vasos sanguíneos.

Destruição dos elementos do sangue. — Numerosas podem ser as causas de destruição dos elementos do sangue e principalmente dos glóbulos vermelhos. Entre outras lembraremos:

a) A destruição espontánea, ou o envelhecimento, por assim dizer, das hemácias cuja existéncia não é superior, segundo Quincke, a duas ou tres semanas. A destruição espontánea effectuar-se-hia, segundo Pouchet, por uma espécie de dissolução no sangue.

b) A diapedese, que se effectua constantemente nos capillares e em volta das glándulas em trabalho. As hemácias caídas no tecido conjunctivo, sam envolvidas e reduzidas a grãos de pigmento pelos glóbulos brancos. Nas regiões onde se tenham dado activas diapedeses apparecem sempre pigmentações, vestígios permanentes da destruição dos glóbulos vermelhos extravasados. Taes sam as *manchas sépia* de Andral.

c) Os estados mórbidos em que, como na ictericia, uma substáncia capaz de actuar como dissolvente do estroma globular se acha misturada ao sangue; ou, como na chólera asiática, as variações rápidas da densidade do plasma produzem uma concentração do sangue incompativel com a vida dos glóbulos vermelhos; ou ainda porque circumstáncias particulares, como na hemoglobinúria paraoxytica, determinem a dissociação da hemoglobina e do estroma.

d) Os venenos do sangue, como o óxydo de carbono, que mesmo não produzindo phenómenos tangiveis de intoxicação, não deixam por isso de exercer a sua acção destruidora sobre os glóbulos.

e) Os traümatismos do sangue (Renaut), como sam as injecções de água, que separando a hemoglobina do estroma matam os elementos globulares, ou ainda como a transfusão do sangue de um animal para outro de espécie differente, que alterando a densidade do plasma, altera tambem os glóbulos.

f) O figado, formando a matéria córante da bilis á custa da hemoglobina.

g) Finalmente o baço (Kölliker, Ecker), cujas céllulas contêem numerosos glóbulos vermelhos, á custa dos quaes se produziram varios pigmentos contendo ferro.

As principaes causas da destruição dos glóbulos brancos sam: a diapedese, que é causa pouco importante porquanto a maior parte dos leucócytos voltam pelos lympháticos aos vasos da circulação sanguinea; a degenerescéncia em pus, que é importante em alguns processos inflamatórios; e ainda a transformação das céllulas emigrantes em elementos fixos do tecido conjunctivo e mesmo em céllulas epithelioides ou gigantes.

Vê-se pois, principalmente depois das hemorrhagias e da menstruação, quam activo deve ser o processo de formação dos glóbulos, para que no organismo não haja desequilíbrios funestos.

O estado normal mantem-se quando os processos sanguineo-formador e desglobulisador se equilibram; quando este seja por qualquer motivo superior aquelle o animal diz-se *anémico,* e neste caso não só varía a proporção mas tambem, em geral, as propriedades dos glóbulos. Na chlorose, por exemplo, os glóbulos sam mais volumosos e menos ricos em hemoglobina do que os normaes; ao passo que, pelo contrário, na anemia cancerosa o volume dos glóbulos vermelhos diminue, ao mesmo tempo que diminue a sua riqueza em hemoglobina.

Alterações do sangue

A composição do sangue que até aqui temos descripto, principalmente a do sangue venoso normal médio, tal como se encontra no ventrículo direito, é susceptivel de variar com a espécie animal, com o sexo, edade, estado activo ou inactivo, durante o trabalho da digestão, nas differentes veias e artérias e ainda com os estados pathológicos e acção dos medicamentos, como mais de uma vez temos feito notar.

Sangue nos animaes. — Nos differentes vertebrados, a composição do sangue varía entre limites bastante extensos, como se vê das seguintes tabellas, que juntaremos ás já apresentadas.

1:000 grammas de sangue contêem:

	Homem de 25 annos	Mulher de 30 annos	Cavallo	Cão sangue venoso	Pôrco	Boi
	C. Schmidt	C. Schmidt	H. Seyler	Holbeck	Bunge	Bunge
Glóbulos humidos.....	513,0	396,2	326,2	357,0	436,8	318,7
Contendo:						
Água.....	349,7	272,6	184 3	203,3	276,1	191,2
Hemoglobina e globulinas..	159,6	120,1	141,9	153,8	160,5	127,5
Saes mineraes.....	3,7	3,55				
Plasma.....	486,9	603,8	673,8	643,0	563,2	681,3
Contendo:						
Água.....	439,0	552,0	605,7	587,0	517,9	622,2
Fibrina.....	3,9	1,91	6,8			
Albumina, etc.....	39,9	44,79	55,8	56,0	45,3	59,1
Saes mineraes.....	4,14	5,07	5,8			

Sangue nos sexos. — O sangue é geralmente mais denso no macho que na femea, contendo, em média, o do homem 141 e o da mulher 127 glóbulos vermelhos; e, em 1:000 grammas de sangue, 123 de hemoglobina no homem, 109 na mulher, 115 no boi, 100 na vacca.

A composição média, máxima e mínima de 1:000 grammas de sangue humano, é segundo Bequerel e Rodier:

		Homem		Mulher	
	Médias	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
Água.....	781,6	800,0	760,0	813,0	773,0
Glóbulos seccos.....	135,0	152,0	131,0	137,5	113,0
Albuminoides do soro.....	70,0	73,0	62,0	75,5	65,0
Fibrina	2,2	3,5	1,5	2,5	1,8
Gorduras.....	1,7	3,3	1,0	2,8	1,0
Substáncias extractivas, etc.....	8,4	9,0	5,0	8,5	6.2
Saes insoluveis.....	0,35	–	–	–	–
Ferro.....	0,55	–	–	–	–

Sangue nas edades. — O sangue do feto, durante as pri-

meiras semanas depois da concepção, tem muitos glóbulos, hemácias sobretudo, e pouca água. No homem o número de glóbulos diminue da terceira semana ao quinto mês de vida fetal, para augmentar, segundo Denis, desde então até aos 10 annos.

O sangue dos recem-nascidos contem menos fibrina (1,9 por 1:000) do que o sangue ordinário; é notavel o augmento de proporção desta substáncia, que se nota na epocha da puberdade.

A partir dos 45 annos o numero de glóbulos vermelhos e a serina diminuem, ao passo que augmentam as proporções da água, saes e cholestrina, que póde duplicar na velhice.

Influéncia da alimentação. — Os animaes bem alimentados, principalmente os carnívoros, têem um sangue mais abundante em hemoglobina, substáncias fixas e ferro, que os animaes ordinários.

Influéncia da constituição. — Para o mesmo pêso do corpo, a quantidade de sangue é maior nos animaes pequenos e médios que nos grandes. Os indivíduos de constituição delicada e os habitantes das cidades têem geralmente o sangue menos rico em glóbulos vermelhos.

Sangue arterial e venoso. — Apesar do sangue arterial apresentar no mesmo indivíduo uma notavel fixidez de composição, e das variações que em cada veia se dam no sangue venoso, podem contudo comparar-se, no estado médio, taes como se encontram, o arterial no ventriculo esquerdo e o venoso no direito, três horas depois da digestão.

O sangue arterial contém em dissolução as substáncias necessárias para a nutrição dos tecidos; o sangue venoso, contendo estas substáncias em menores proporções, é em compensação mais rico em productos de metamorphose regressiva.

As differenças mais caracteristicas dos dois sangues podem resumir-se assim:

O SANGUE ARTERIAL TEM
Mais oxygénio.
Mais água, fibrina, saes e assucar.
Uma côr vermelho-escarlate, devida á oxyhemoglobina, quer seja visto por transparencia ou reflexão.
Uma temperatura média mais elevada.

O SANGUE VENOSO TEM

Mais gaz carbónico.
Mais glóbulos vermelhos, gorduras e urea.
Uma côr vermelho-acastanhada pela reflexão e esverdeada por transparéncia, que é devida á oxyhemoglobina.
Uma coagulação mais demorada.

Sangue nas differentes altitudes. — O sangue dos animaes, que vivem nas grandes altitudes enriquece em hemoglobina e ferro, compensando assim os effeitos da rarefacção do ar.
As análises de Müntz deram em 100 volumes:

	Substáncias fixas	Ferro metállico	Oxygénio absorvido
Coelhos da planície.....	$15^{gr},75$	$40^{mg},3$	$9^{cc},56$
Coelhos da mesma raça transportados havia 7 annos para o Pic du Midi (2887m)	$21^{gr},88$	$70^{mg},2$	$17^{cc},28$

Sangue das differentes veias. — Cada veia dá, quando analysado, um sangue especial; o das pequenas veias tem menos glóbulos e mais fibrina que o das artérias.
O sangue da veia porta, cuja composição varía com o modo de alimentação e estado da digestão, coagula mais ràpidamente que o sangue do ventrículo direito, mas o seu coágulo é mais diffluente e menos fibrinoso; observam-se nelle glóbulos esphéricos sem depressão central. Nesta veia a proporção dos glóbulos é, em média, 1 branco para 524 vermelhos e de 1 para 136 nas veias hepáticas.
Drosdorff mostrou, que o sangue da veia porta é mais abundante em substáncias sólidas que o das veias hepáticas, contendo um litro de sangue:

	Veia porta	Veias hepáticas
Substáncias sólidas	223 gr.	220 gr.
» »	243 »	226 »
» »	272 »	256 »
Cholestrina	0gr,97	4gr,50
»	1 ,50	3 ,32
Lecithina	0 ,87	3 ,45
»	0 ,74	1 ,61
Gorduras	3 ,28	0 ,55
»	4 ,89	0 ,74

O que mostra, que o figado retem as gorduras e expulsa uma certa porção de cholestrina e lecithina. As substáncias mineraes, o azote e a hemoglobina encontram-se em ambos os sangues nas mesmas proporções.

A quantidade de assucar varia com a alimentação. Claude Bernard demonstrou, que no caso do animal se alimentar com carne, não ha assucar na veia porta, que se encontra em quantidade sensivel nas veias hepáticas; se a alimentação é feculenta ou póde fornecer glycose, apparece este então na veia porta em proporção superior á das veias hepáticas.

Variando a alimentação, achou Sugan, que as proporções de glycose por 100 partes de sangue sam:

Modo de alimentação	Veia porta	Veias hepáticas	Artéria crural
Inanição	0,147	0,260	0,157
Amido	0,144	0,261	0,150
	0,186	0,265	0,165
Assucar de canna	0,256	0,320	0,176
Carne	0,141	0,281	0,155
Gordura	0,114	0,217	0,127
Estado normal	0,019	0,230	0,150

O sangue das veias esplénicas e, segundo Torchanoff, o das artérias do mesmo nome, é muito abundante em glóbulos brancos, que se encontram na proporção de 1 para 70 glóbulos vermelhos.

Segundo Malassez, o numero de hemácias é maior nas veias hepáticas que no sangue das outras veias; este sangue

contém granulações pigmentares e abunda em cholestrina, o que parece indicar, que os glóbulos vermelhos mais antigos estam ahi em via de se alterar e desapparecer.

O sangue das veias renaes é rutilante, e contém 1 a 12 grammas de água por 1:000 a menos, que o sangue venoso ordinário; é mais rico em substáncias albuminoides e oxygénio e menos abundante em ácido carbónico e em substáncias crystallisaveis, como a urea.

O sangue das veias jugulares contém bastante cholestrina, que se fórma abundantemente no cérebro, ao que parece.

Segundo Flint, 1:000 grammas de sangue de cão dam:

		Cholestrina
Animal novo	Carótida	0,667
	Jugular	1,545
Animal adulto e robusto	Carótida	0,768
	Jugular	0,947

Sangue das glándulas. — O sangue que sahe de uma glándula não em actividade, é um sangue escuro, com dois terços de oxygénio a menos que o sangue venoso médio; qûando a glándula está em actividade o sangue que della sahe é rutilante, sem que por isso se possa confundir com o sangue arterial.

(Continúa). A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca.

MEMORIA E ESTUDO CHIMICO SOBRE AS AGUAS MINERAES E POTAVEIS DE MOLEDO

(Cont. do n.º 3, pag. 152)

VI

CARACTER DAS AGUAS MINERAES DE MOLEDO E COMPARAÇÃO DAS MESMAS COM OUTRAS NASCENTES SULFUREAS

88. As nascentes de Moledo pertencem ao grupo das aguas sulfureas, e fazem parte, na classificação de DURAND-FARDEL e na que adopta o sr. WILLM, do grupo das *sulfureas sodicas*.

89. *Mesothermalidade.* — São as que no paiz mais perfeitamente realisam o typo das aguas mesothermaes; e assim offerecem a enorme vantagem de poderem ser utilisadas no estado nascente, sem serem arrefecidas ou aquecidas. O quadro seguinte demonstra-o:

I—AGUAS SULFUREAS DO PAIZ, ORDENADAS SEGUNDO A THERMALIDADE

N.os		Temperaturas	Observadores
1	S. Pedro do Sul	69°C.	Lourenço (1)
2	Arêgos	60° a 56°	Lourenço (1)
3	Vizella	57°,5 a 32°,5	Lourenço (1)
4	Alcafache	49°	Lourenço (1)
5	S. Gemil	46°,25 a 39°	Ferreira da Silva (1893) (2)
6	Manteigas (Fonte da Lapa)	42° a 36°	(3)
7	**Moledo**	40°,6 a 34°,6	Ferreira da Silva (1892-1894) (4)
8	Felgueira (Cannas de Senhorim)	35° a 30°	Lourenço (1)
9	Carlão	34°	(3)
10	Caldas da Rainha	33°,8	Lourenço (1)
11	Canavezes	33°	Ferreira da Silva (5)
12	Gayeiras	32°,8	Lourenço (1)
13	Taypas	31°,5 a 27°	Ferreira da Silva (1893) (6)
14	Obidos (Fonte d'Obidos e Fonte dos Arrabidos)	29°,2 a 27°,4	Lourenço (1)
15	Unhaes da Serra	28°,1	(3)
16	Reboreda (ou Padreiro)	26°	(7)
17	Cabeço de Vide	25°,5 a 25°	Lourenço (1)
18	Caldas da Saude (ou Caldas de Santo Thyrso)	24°	Ferreira da Silva (8)
19	S. Jorge	23°,3	Ferreira da Silva (9)
20	Arsenal da Marinha	22°,5	Lourenço (1)
21	Fadagosa (ou Maria Viegas, concelho de Marvão)	22°	Santos (10)
22	Lijó (ou Mosqueiro) e Gallegos	21°,25	J. Julio Rodrigues (1883) (11)
23	Fadagosa (no concelho e villa de Gavião)	21°	(3)

24	Aguas Santas (ou da Ribeira dos Moinhos, concelho das Caldas da Rainha)	20°,4	Lourenço (1)
25	Cabo Mondego	20°	Gaspar Gomes (12)
26	Monte Real	19°	(3)
27	Fonte Nova (em Torres Vedras)	18°,6	Lepierre (13)
28	Entre-Rios	Frias	Lourenço (1)

90. *Sulfuração comparada e caracter d'ella.* — Pela sua sulfuração, occupam tambem um justo meio entre as aguas sulfureas do paiz, como se vê da seguinte tabella:

---

(1) «*Trabalhos preparatorios*, etc.», papg. 19, 21, 22, 25, 27, 28, 29, 31, 53, 57, 58 e 59. Em 1885, Ferreira da Silva observou a temperatura da agua de S. Pedro do Sul, que era então de 68°C.

(2) «*Medecina Moderna*», Porto, anno II, pag. 137 (maio de 1895).

(3) Segundo os dados apresentados pelo sr. Alfredo Luiz Lopes, no seu livro «*Aguas minero-medicinaes de Portugal*», 1892, pagg. 192, 230, 290, 292 a 315, 328, 380 e 382.

(4) Segundo as observações indicadas n'este trabalho.

(5) Segundo as observações feitas em 25 de fevereiro de 1894.

(6) O dr. Lourenço nos «*Trabalhos preparatorios*, etc.», pag. 20, dá os n.os 29° a 30°C.

(7) Vejam-se sobre estas aguas os «*Relatorios da Exposição Industrial Portugueza em 1891*», pagg. 188 e 189.

(8) Segundo as observações feitas em junho de 1891.

(9) Segundo as observações feitas em 29 de setembro de 1884. O sr. dr. A. F. Pinto da Motta achou, em 17 de fevereiro de 1890, a temperatura de 23°. Veja-se a sua obra intitulada «*As Caldas de S. Jorge*», pag. 48.

(10) «*Coimbra Medica*», vol. XI, pag. 166.

(11) Rodrigues (José Julio), *As aguas sulfureas do Mosqueiro e de Santa Maria de Gallegos, nos suburbios de Barcellos*, Lisboa, 1885, pag. 23. A temperatura dada pelos srs. dr. Lourenço e Schiappa é 19°.

(12) «*Jornal das Sciencias Mathematicas, physicas e naturaes da Academia Real das Sciencias*», 1.ª serie, tom. XII, pag. 7.

(13) *Coimbra Medica*, vol. XIII, pag. 131.

AGUAS SULFUREAS DO PAIZ ORDENADOS SEGUNDO A SULFURAÇÃO BRUTA, EXPRESSA EM Na^2S

N.os		Sulfuração bruta expressa em Na^2S por litro	Analystas
		Gr.	
1	Entre-os-Rios (Nascente da Torre)	0,06263	Ferreira da Silva, 1895
2	Arsenal da Marinha (7)	0,04824 a 0,09776	Lourenço, 1866 (1)
3	Caldas da Saude (Santo Thyrso)	0,03327	Ferreira da Silva, 1891
4	S. Jorge	0,02294	Pinto da Motta, 1890
5	Caldas da Rainha (7)	0,02289 a 0,01950	Lourenço, 1866; e Santos, 1876 (2)
6	Gayeiras (7)	0,01986	Lourenço, 1866 (1)
7	Aregos	0,01852 a 0,00468	J. P. Valente, 1886 (3)
8	Vizella — Grupo das aguas Porta-Medico, Raymundo, e outras nascentes	0,01813 a 0,01245	Santos, 1888 (4)
9	Lijó (ou Mosqueiro) e Gallegos	0,01748 a 0,01837	Lourenço, 1866; e J. J. Rodrig., 1885 (5)
10	Canavezes	0,01731	Ferreira da Silva, 1894
11	Cabeço de Vide	0,01590 a 0,01044	Lourenço, 1866 (1)
12	**Moledo** — Nascentes quentes	0,01475 a 0,01002	Ferreira da Silva, 1892-1894
13	Cabo Mondego (7)	0,01239	Ferreira Lapa, 1886
14	Reboreda (ou Padreiro)	0,01168	Schweder, 1888
15	Obidos (Fonte de Obidos e Fonte dos Arrabidos (7)	0,01024 a 0,00956	Lourenço, 1866 (1)
16	S. Gemil	0,01014	Ferreira da Silva, 1893
17	S. Pedro do Sul	0,00972	Ferreira da Silva, 1885 (6)
18	Manteigas (Fonte da Lapa)	0,00768	L. Torres e J. A. Medina
19	Unhaes da Serra	0,00768	Emilio Dias, 1881
20	Taypas	0,00741 a 0,00334	Ferreira da Silva, 1893
21	Alfaião	0,00608	Ferreira da Silva, 1893 (7)

22	Fadagosa (ou Maria Viegas, concelho de Marvão)..	0,00351	Santos, 1891 (8)
23	Felgueira (Cannas de Senhorim).....	0.00273 a 0,00135	Santos, 1882 (9)
24	Fonte Nova (Torres Vedras).....	0,00108	Lepierre, 1993 (10)
25	Alcafache.....	0,00060	Lourenço, 1866 (1)

Vê-se que, pela quota de enxofre, Moledo está proximo de Vizella; mas affasta-se pela natureza do principio sulfuroso, o que certamente póde determinar applicações therapeuticas especiaes.

91. *Alcalinidade comparada.* — Têem alcalinidade accentuada, e, por isso, são *sulfureas* e *alcalinas*. Occupam tambem, sob esse ponto de vista, um meio termo entre as congeneres do paiz: mostra-o o quadro seguinte, em que os dados são devidos a mim ou a collaboradores meus:

---

(1) *Trabalhos preparatorios*, etc., pagg. 20, 21, 25, 27, 28, 29 e 30.
(2) *Coimbra Medica*, vol. XII, pag. 21, e vol. XI, pag. 376.
(3) Em Aregos ha differentes nascentes. O sr. dr. Lourenço, em 1866, analysou a chamada nascente da Albergaria, na qual encontrou 0,gr00235 de H^2S por litro, e 0,gr200 de residuo solido. Em 1886, o dr. J. P. Valente encontrou 0,gr00408 de H^2S.
(4) *Coimbra Medica*, vol. XIII, pag. 107. As aguas do Mourisco na margem esquerda do Vizella deram ao sr. Emilio Dias (*Jornal de Sciencias Mathematicas, physicas e naturaes*, 2ª série, tom. III, pag. 67). Na^2S = 0,gr02767 por litro, e ao sr. Sousa Reis quantidades comprehendidas entre 0,gr02367 a 0,gr01506. O sr. dr. Loureço encontrou, em 1866, 0,gr00862 de H^2S.
(5) Rodrigues (José Julio) — *As aguas sulfureas do Mosqueiro e de Santa Maria de Gallegos nos suburbios de Barcellos;* succinta noticia por — Lisboa, 1885, pag. 24.
(6) Determinação feita na nascente em 1885 (15 de setembro) e proximo ao ponto de emergencia e não na agua dos banhos. O sr. dr. Lourenço achou, em 1866, 0,gr0014 de H^2S (correspondente a 0,gr00321 de Na^2S) e 0,gr315 de residuo solido.
(7) A determinação não foi feita na nascente.
(8) Analyse feita em 4 de maio de 1891. *Coimbra Medica*, vol. XI, 1891, pag. 166. Lithio = 0,gr00016.
(9) Os resíduos solidos de evaporação são: 0,gr3278 a 0,gr2848; lithina: 0,gr00141 a 0,gr00155. *Coimbra Medica*, vol. XII, 1892, pag. 313.
(10) *Coimbra Medica*, vol. XIII, pag 132.

N. B. Pela sua mineralisação elevada e por outros caracteres, as aguas sulfurosas marcadas com o signal • devem, n'uma classificação natural, constituir um grupo á parte: não podem ser consideradas — *sulfureas sodicas*, como a maior parte das restantes.

ALGUMAS AGUAS SULFUREAS DO PAIZ, ORDENADAS SEGUNDO A ALCALINIDADE

		Alcalinidade total em H^2SO^4	Alcalinidade relativa em H^2SO^4
		Gr.	Gr.
	Alfaião	0,36550	0,35785
	Entre-os-Rios	0,19557	—
	Caldas de S. Jorge	0,16140	0,12984
	S. Gemil	0,11769	0,10493
	Canavezes	0,11252	0,09074
	S. Pedro do Sul	0,10526	0,09303
MOLEDO	30 da Lameira	0,10192	0,08195
MOLEDO	Mina Nova da Estrada	0,09454	0,07602
MOLEDO	30 do Rio	0,08820	0,07181
MOLEDO	28 da Lameira	0,08710	0,06807
MOLEDO	Nova Nascente do Rio n.º 2	0,08395	0,06855
MOLEDO	Banho Fresco da Lameira	0,08036	0,07842
MOLEDO	Nova Nascente do Rio n.º 1	0,07905	0,06286
	Caldas das Taypas	0,05780	0,04848
	Caldas da Saude	0,05389	0,01105

Esta alcalinidade, que no agrupamento proposto por nós se attribue a carbonatos alcalinos e alcalino-terrosos, existentes sob a forma de bicarbonatos, é bastante elevada, para se lhe dever attribuir uma parte da acção que as aguas exercem sobre a economia.

92. *Abundancia de materias organicas e onctuosidade.* — Todas as nascentes de Moledo tem grande abundancia de materias organicas — *glairinas* e *baregínas* —, proprias d'esta classe de aguas.

Talvez por isso mesmo são notaveis pela unctuosidade, ou sensação de macieza na pelle, unctuosidade especial que tem sido mais reconhecida e apreciada na agua da nascente do Rio, mas que se nota em todas ellas, e quiçá em maior gráu na do Caminho de Ferro.

Este caracter é notado como particularidade interessante das aguas sulfureas de La Preste e Olette nos Pyreneus Orientaes.

93. *Alterabilidade.* — Todas as aguas de Moledo são

muito instaveis, principalmente a agua da nascente do Caminho de Ferro: os seus principios sulfurosos evolvem-se ou decompõem-se e alteram-se *ao contacto do ar,* transformando-se em hyposulfitos e sulfatos; de modo que depois de algum tempo se acham completamente dessulfuradas. Estas aguas, pois, têem a sua efficacia quando usadas junto aos locaes das nascentes e proximo dos pontos de emergencia. São condições estas que se acham perfeitamente realisadas na estação de Moledo.

A causa d'esta alterabilidade está em grande parte na coexistencia da silica e do acido carbonico, que, a uma temperatura um pouco elevada, decompõem os sulfhydratos, principalmente de ammonio, pondo em liberdade o acido sulfhydrico. Deverá ainda ser attribuida á oxydabilidade do principio sulfuroso, que o oxygenio do ar transforma em hyposulfitos e sulfatos. E ainda talvez tenham papel importante n'estes phenomenos as substancias organicas e organisadas (algas, sulfurarias), que n'ellas pullulam em bastante abundancia. É assim que a agua do Caminho de Ferro, a mais rica n'estas substancias, é a mais alteravel, e as do Rio, Estrada e Lameira um pouco mais estaveis.

94. *Outras caracteristicas de composição.* — Caracterisam ainda as aguas de Moledo: a existencia de lithina, em quantidade superior á de muitas aguas congeneres; e a de vestigios muito evidentes de iodetos alcalinos.

Duas d'ellas (Rio e Caminho de Ferro) contém vestigios nitidos de nitratos.

95. *Analogia de composição com as aguas sulfureas do grupo de Canigou.* — Ha uma grande analogia entre as aguas de Moledo e algumas do grupo do monte Canigou (1) nos Pyreneus, não só na natureza dos mineralisadores, como na dose média dos componentes e na thermalidade, alterabilidade e até na unctuosidade, que, como já se disse, é notavel em La Preste e Olette.

96. Parece que esta analogia se dá tambem no jazigo

---

(1) Este grupo abrange as celebradas thermas de Amélie-les-Bains, Molitg, Vernet, La Preste, Olette, Canaveilles e Nossa. As nascentes de *Olette* são notaveis pela enorme proporção de silica que contém: 86 a 90 mgr. por litro.

geologico; umas e outras brotam no contacto de schistos cambrianos e de gneiss, em relação com filões de granulite (1).

Mas este é um assumpto que tem de ser apreciado por pessoa competente, e sobre o qual não podemos emittir juizo seguro.

97. Aqui apresantamos o quadro comparativo da composição das aguas de Moledo de algumas do grupo de Canigou, analysadas pelo sr. dr. WILLM.

---

(1) *Recueil des travaux du comité consultatif d'hygiène de France*, tom. XVII, pag. 467.

QUADRO COMPARATIVO DA COMPOSIÇÃO DAS AGUAS DE MOLEDO E DAS DO GRUPO DO CANIGOU (PYRENEUS ORIENTAES)

(EM 1 LITRO D'AGUA)

	Moledo				Le Vernet		Molitg			Graus d'Olette		Nossa	Canaveilles		Amélie-les-Bains	La Preste
	Caminho de Ferro	Estrada	Lameira	Rio	Ursula (T = 39°,5)	Providence (37°,3)	Lloupia n.° 1 (37°,5)	Source Mamet (36°,8)	Source Barrère (33°)	Buvette n.° 4 (41°,5)	Eaux Bonnes (42°,2)	(22°,4)	Source Lucie (41°,8)	Source Saint Jacques (36°,8)	Grand-Escaldadou (62°)	(44°)
	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.	Gr	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.	Gr.
Acido carbonico combinado CO^2	0,04419	0,05041	0,04511	0,04393	0,0590	0,0547	0,0669	0,0689	0,0675	0,0480	0,0444	0,0766	0,0433	0,0433	0,0794	0,0507
Acido carbonico livre CO^2	0,01233	0,00614	0,02427	0,02192	0,0103	0,0059	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,0033
Sulfureto de sodio	(1)	(2)	(3)	(4)	0,0199	0,0192	0,0156	0,0142	0,0137	0,0137	0,0156	0,0110	0,0186	0,0177	0,0151	0,0099
Sulfhydrato de sodio	0,00941	0,00810	0,00900	0,00638	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sulfhydrato de ammonio	0,00107	0,00106	0,00106	0,00073	—	—	(5)	(5)	(5)	—	—	—	—	—	—	—
Hyposulfito de soda	Não det.	0,01011	0,00706	0,01222	0,0047	0,0076	0,0095	0,0057	0,0032	0,0139	0,0153	0,0036	0,0025	0,0021	0,0087	0,0008
Carbonato de soda	0,09485	0,10947	0,09692	0,09473	0,0613	0,0560	0,0721	0,0753	0,0695	0,0515	0,0482	0,0869	0,0428	0,0466	0,0796	0,0541
Carbonato de cal	0,00857	0,00860	0,00837	0,00815	0,0076	0,0078	0,0080	0,0070	0,0100	0,0060	0,0050	0,0050	0,0085	0,0052	0,0100	0,0059
Carbonato de magnesia	0,00032	0,00041	0,00032	0,00032	0,0014	0,0013	Vestigios	Vestigios	0,0010	Vestigios	Vestigios	Vestigios	0,0003	Vestigios	0,0006	0,0006
Carbonato de lithina	0,00155	0,00171	0,00180	0,00149	V. muito nit.	V. muito nit.	»	»	Vestigios	—	—	—	Vestigios	»	V. muito nit.	Vestigios
Chloreto de sodio	0,03140	0,03179	0,03443	0,03555	0,0140	0,0133	0,0172	0,0175	0,0173	0,0172	0,0176	0,0260	0,0140	0,0130	0,0367	0,0031
Brometo de sodio	Vestigios ten.	Vestigios ten.	Vestigios ten.	Vestigios ten.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fluoreto de sodio	»	»	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Iodeto de sodio	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestig. duvid.	Vestig. duvid.	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	—	Vestigios	Vestigios	V. muito nit.	—
Sulfato de potassa	0,00240	0,00267	0,00267	0,00240	0,0063	0,0341	0,0052	0,0052	0,0364	0,0114	0,0113	0,0067	0,0104	0,0062	0,0113	0,0049
Sulfato de soda	0,02513	0,02186	0,02178	0,02320	0,0312		0,0234	0,0170		0,0351	0,0234	0,0648	0,0437	0,0476	0,0461	0,0275
Nitrato de soda	Vestigios nit.	Vestigios	Vestigios ten.	V. muito nit.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Boratos	Vestig. duvid.	Vestig. duvid.	Vestig. duvid.	Vestig. duvid.	V. muito nit.	V. muito nit.	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	V. muito nit.	Vestigios
Arsenico	—	—	—	—	Indic. tenues	Indic. tenues	Indicios	Indicios	Indicios	»	»	—	—	—	Vestigios ten.	Vestigios ten.
Oxydos de ferro e d'alumina e acido phosphorico	0,00067	0,00109	0,00093	0,00093	0,0013	Vestigios	0,0006	Vestigios	0,0005	Vestigios	Vestigios	—	Vestigios	0,0003	0,0006	0,0006
Silicato de soda (SiO^3Na^2)	—	—	—	—	—	—	0,0226	0,0273	0,0267	0,0177	0,0278	0,0082	0,0252	0,0197	0,0375	—
Silica	0,04187	0,04022	0,04207	0,04180	0,0610	0,0616	0,0455	0,0395	0,0435	0,0773	0,0739	0,0596	0,0746	0,0709	0,0510	0,0399
Baryta	Vestigios	Vestigios	Vestigios	Vestigios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Materias organicas	0,03449	0,01197	0,02550	0,02019	0,0127	0,0127	0,0105	0,0173	0,0158	0,0186	0,0243	0,0080	0,0070	0,0131	0,0232	0,0271
Total por litro de materias fixas	0,25173	0,24906	0,25191	0,24809	0,2214	0,2136	0,2302	0,2260	0,2376	0,2624	0,2624	0,2798	0,2476	0,2424	0,3204	0,1744
Residuo sulfatado calculado segundo o agrupamento	0,25854	0,28225	0,26834	0,26851	0,2516	0,2410	0,2776	0,2695	0,2814	0,2884	0,2900	0,3228	0,2930	0,2767	0,3708	0,1768
Alcalinidade deduzida do agrupamento	0,10779	0,12051	0,10946	0,10459	0,0907	0,0849	0,1122	0,1161	0,1138	0,0873	0,0902	0,1057	0,0919	0,0862	0,1330	0,0690

(1) Os principios sulfurosos d'esta agua equivalem a 0gr,01474 de Na^2S
(2) Os » » » » » » 0gr,01201 » »
(3) Os » » » » » » 0gr,01413 » »
(4) Os » » » » » » 0gr,01017 » »
(5) Em todas estas aguas foram encontrados vestigios de compostos ammoniacaes (Willm).

(Continúa).

A. J. Ferreira da Silva.

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES

(Cont. do n.º 6, pag. 349)

III

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES

Para a constituïção da Ethnologia portuguêsa não basta o estudo anthropológico da população actual. E' necessário tambem recolher e aproveitar os elementos relativos ás populações, que successivamente habitáram o nosso país.

Dahi a divisão deste capítulo em dois parágraphos, occupando-se o primeiro dos dados geraes e especiaes, que dizem respeito aos portuguêses contemporáneos, e recolhendo no último os principaes elementos conhecidos, que julgamos uteis para a história do índice cephálico em Portugal.

§ 1.º PORTUGUÊSES CONTEMPORÁNEOS

Dados geraes sobre os índices cephálicos dos portuguêses contemporáneos. — Os elementos, que para este fim pude reünir, referem-se a duas séries de crânios do nosso tempo.

Uma dellas é composta de 106 crânios de ambos os sexos pertencentes ao Museu d'Anthropologia da Universidade. Existem desses crânios documentos authénticos sobre a idade, o sexo, a profissão, a naturalidade, e até o caso a que succumbiu o indivíduo.

A outra série é formada de 1:000 crânios igualmente de ambos os sexos, que fazem parte das collecções do distincto trabalhador lisbonense o sr. dr. Ferraz de Macedo (1), que, como é sabido, ha muito cultiva com grande dedicação e com

(1) Os quadros respectivos, aínda inéditos, foram magnànimamente postos pelo auctor á disposição do sr. dr. Bernardo Ayres, que espontàneamente teve a bondade de m'os ceder. A sua ex.ª manifesto mais uma vez aqui o meu reconhecimento.

não menor éxito este género de estudos. Embora não nos fosse dado consultar o registo descriptivo desses crânios, sabemos (1), que o dr. Ferraz de Macedo está de posse dos dados, que importa conhecer a um anthropólogo — idade, sexo, proveniéncia, etc., e que sam, para certos estudos comparados, de summa importáncia.

Os crânios do Museu d'Anthropologia da Universidade fornecêram o contingente pessoal dos documentos, que reünimos neste trabalho.

Os que estudamos sam os únicos contemporáneos, que existem no Museu d'Anthropologia. Como aínda não ha muito, que foram adquiridos, a sua numeração, sem distincção de sexos, é provisória. Daqui a irregularidade dos números dos nossos quadros. Os números com um accento referem-se aos crânios preparados no Museu de Anatomia de Coímbra, os outros aos preparados em Lisbôa; a separação foi apenas uma questão de commodidade.

As medidas effectuadas, os índices calculados, e a seriação constam dos quadros I, II, III e IV (2).

A respeito das medidas relativas aos 1:000 crânios do dr. Ferraz de Macedo, não obtive os dados individuaes, nem isso importava muito. O quadro V dá o agrupamento quinário dos índices: foi extrahido do quadro VI, devido ao sr. dr. Ferraz de Macedo, o qual contém a seriação dos índices dos seus mil crânios.

Como o nosso fim nesta altura é determinar alguns caracteres geraes do que podêmos chamar a *série portuguêsa,* accode perguntar até que ponto os dados, que temos, representam a nossa população.

Embora logo, a propósito da distribuïção geográphica do índice cephálico em Portugal, nós tenhámos occasião de responder com alguns pormenores a essa questão, diremos desde já, que a collecção do dr. Ferraz de Macedo é bastante heterogénia.

---

(1) Póde lêr-se uma pequena nota sobre as séries, que o dr. Ferraz de Macedo tem estudado, em — João Bonança, *História da Lusitánia e da Ibéria,* p. 550, 1891.

Um estudo sobre a complicação e o estado de synostose das suturas destes 1:000 crânios póde lêr-se na obra seguinte: Ferraz de Macedo, *Crime et criminel,* pp. 58 e 59, 1892. Na mesma obra encontramos vários dados anthropométricos de criminosos portuguêses contemporáneos, comparados com os criminosos de Lombroso.

(2) Os quadros, a que se refere o auctor, seram publicados num dos números seguintes.

O núcleo da sua série pertence á província da Extremadura, que é representada por 673 crânios. As outras províncias sam escassamente representadas. Do Minho, por exemplo, possue apenas 30 crânios.

Aínda que nós quizessemos ter a immodéstia (que em caso algum teríamos) de associar a série do sr. Ferraz de Macedo á série, que estudamos, pouco se ganharia; porque infelizmente a série contemporánea do Museu da Universidade é composta quasi exclusivamente de crânios da Extremadura e do Douro.

Considerando-a porém sufficiente, concluiremos registando os caracteres, que distinguem a *série portuguêsa*.

Faremos, sempre que isso nos seja possivel, o estudo comparado com os resultados relativos ás outras nações latinas: Hespanha, Itália e França.

Só assim se poderá despertar interesse.

Mas como os estudos nestas nações foram feitos sobre o vivo, teremos de effectuar a reducção. Por isso os números citados relativos àquellas nações terám de menos duas unidades que os números originaes. Não esqueçamos, que a reducção é apenas approximada.

As referéncias, que vamos fazer, dizem respeito á série de 494 crânios masculinos da collecção do dr. Ferraz de Macedo (quadros V e VI). Poremos de lado os cráios femininos.

A série de 67 crânios masculinos, que estudei (quadro III e VI), não póde claramente fornecer resultados de igual confiança. Apraz-me contudo notar nas gráphicas das duas séries (quadro VII) uma certa *allure* de semelhança, que me parece podêr ser attribuida ao predomínio, numa e noutra, de crânios da província da Extremadura.

Eis os dados relativos ao índice médio da série portuguêsa:

NAÇÕES LATINAS	INDICE MÉDIO
Portugal	74,46
Hespanha	76,18
Itália	81,00
França	81,57

Os portuguêses têem um índice médio (74,5) inferior em três unidades ao termo médio da humanidade (77,5).

7, Sam dolichocéphalos, ainda que em pequeno gráu, enquanto que os Hespanhoes sam mesaticéphalos, e os Italianos e os Francêses sam brachycéphalos.

O povo português tem pois uma cabeça mais alongada do que os outros povos latinos.

O nosso índice médio é inferior ao dos povos do norte de África, taes como Árabes (75,6) e Berberes (76). Veremos porém adiante, que os Algarvios, pelo que respeita ao índice cephálico, formam transicção para estes povos.

O agrupamento dá resultados curiosos (quadro V. Cf. quadro III).

Eis as proporções centesimaes:

GRUPOS	PORTUGAL	HESPANHA	ITALIA
Dolichocéphalos de menos de 75....	56,8	12,7	4,0
Mesaticéphalos de 75 a 80.....	36,1	60,0	22,0
Brachycéphalos de mais de 80.....	6,0	26,5	74,0

Em Portugal predomina pois o elemento de cabeça alongada, formando mais de metade da população (56,8 %); é escassamente representado em Hespanha (12,7 %) e sobretudo em Itália (4 %).

Em compensação os mesaticéphalos, que constituem mais de metade do povo hespanhol (60 %), formam em Portugal pouco mais da terça-parte e em Itália apenas uma quinta-parte.

Os brachycéphalos, raros em Portugal (6 %), formam a quarta-parte da população hespanhola, e os 3/4 da italiana.

Vejamos os resultados a que leva a seriação dos índices (quadro VI. Cf. IV).

Eis a tabella de comparação:

Nações	Índice máximo	Índice mínimo	Separação total	Separação média	Frequência máxima	Índice mais frequente
Portugal.....	87,5	64,0	23,5	3,7	12,2	73-74
Hespanha.....	94,4	63,7	30,7	3,9	14,1	75
Itália.....	98,0	65,0	33,0	6,4	9.9	82
França.....	97,1	65,3	31,8	?	7,4	?

Os casos extremos, ou a separação total, que lhe é correlativa, como estám sob a dependéncia directa do número de casos (número tam pequeno na nossa série que não chega a 500) não podem manifestar muito.

Suppondo anómalo o caso de índice 64, isolado dos immediatos (66) por uma lacuna, a separação total reduzir-se-ía a 21,5, que é 9 unidades menor do que a separação da série hespanhola. Não é pois facciosismo vêr nestes dados um primeiro argumento em favor duma homogeneidade éthnica superior á dos outros povos latinos.

Ao mesmo resultado se é levado pelo exame das separações médias das séries nacionaes. Esse dado na nossa série é alguma cousa inferior ao hespanhol, e metade quasi do italiano. Na peninsula sud-alpina a população é pois relativamente muito heterogénia.

Como a frequéncia máxima na Hespanha é mais elevada que em Portugal (14,1 > 12,2), parece dever concluir-se deste dado, que a homogeneidade éthnica naquella nação é maior do que no nosso país.

A insufficiéncia da série portuguêsa porém requer a confirmação de tal resultado por novas investigações.

A nossa série apresenta dois índices de máxima frequéncia (73 e 74), mas consecutivos. O facto poderia indicar a existéncia de dois typos predominantes muito próximos; todavia o valor da hypóthese não póde apreciar-se sem o auxílio de outros dados. Uma confirmação da hypóthese estaria por exemplo na existéncia de dois máximos successivos nas séries numéricas relativas a outros caracteres anthropométricos.

Quanto á gráphica (quadro VII) da série portuguêsa, o que logo se nota é o seu vértice truncado, o que póde muito bem significar fusão de typos próximos.

As vertentes estám longe de ser regulares. Embora se saiba muito bem quanto nellas influe o número de casos, é de notar, que a vertente do lado da brachycephalia é mais accidentada do que a outra. Este facto repete-se em quasi todas as províncias hespanholas (Olóriz, loc. cit., p. 122). Explica-se perfeitamente admittindo que a população resultou da mistura dum elemento dolichocéphalo homogénio, representante do *substractum* éthnico primitivo, com elementos brachycéphalos de differentes origens; no nosso país, dado o predomínio do elemento dolichocéphalo, é de crêr, que o elemento brachycéphalo immigrante avultasse pouco.

Muito conviria ter as seriações das províncias portuguêsas a fim de vêr se a repartição do índice cephálico confirmaria

certas opiniões dos historiadores a respeito da natureza e dos pontos de affluéncia dos elementos extranhos.

Uma coisa porém, que os elementos apresentados permittem affirmar desde já sem dúvida alguma, é que é completamente falsa a opinião do sr. J. J. da Silva Amado (1) quando pretende provar, que os Portuguêses occupam o meio entre os Hespanhoes e os Francêses.

Num estudo interessante sobre os povos açorianos (2), cita o auctor, para comparação, umas medidas inéditas de Paula e Oliveira, tomadas sobre 90 homens, adultos, do Norte e centro de Portugal. Pareceu-nos curioso registar o índice médio, que obteve Paula e Oliveira, e que foi 73,87 (reduzido, já se vê); ora se calcularmos o índice médio ao norte do Tejo pela tabella do sr. Ferraz de Macedo, encontramos o número muito proximo 73,77. Este resultado é um indício a reünir aos já obtidos da uniformidade dos portuguêses, ou ainda da fusão íntima, que entre elles se tem operado.

Quanto ao trabalho especial de Arruda Furtado, não nos demoramos a fallar delle, visto que, por falta de materiaes, posemos systemàticamente de parte as ilhas adjacentes. De resto, esse trabalho é uma monographia muito bem feita, que os investigadores futuros poderám aproveitar. Sòmente é para sentir, que o auctor agrupasse os índices em vez de os seriar, o que permittiria uma anályse mais completa.

(Continúa). ÁLVARO JOSÉ DA SILVA BASTO.

---

(1) J. J. da Silva Amado — *L'Ethnogénie du Portugal.* Lisbôa, 1880. — Publicado in *Rev. d'Anthrop.*, p. 265, 1880.

(2) Arruda Furtado — *Materiaes para o estudo anthropológico dos povos açorianos,* 1884.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

HERBST

Eine Düne.
Auf ihr,
Einsam,
Ein Haus,
Draussen Regen,
Ich am Fenster.

Hinter mir,
Tiktak,
Eine Uhr,
Meine Stirn
Gegen die Scheibe.

Nichts.
Alles vorbei!

Grau der Himmel,
Grau die See,
Und grau
Das Herz.

ARNO HOLZ.

Traducção:

OUTOMNO

Sobre a duna, uma casa solitaria; á janella, vejo chover lá fóra.
Com a fronte collada aos vidros, oiço atraz de mim o tic-tac d'um relogio.
Nada. Tudo apagado.
Negro o céo, negro o mar, e negro o coração.

EUGENIO DE CASTRO.

*

ABEND

Stahlblau der Teich.
Zwei Schwäne gleiten
Mit weissen Segeln zu mir her.
Nach Osten sich die Auen breiten,
Darüber graues Wolkenmeer. —
O dieses Sehnen, dieses Irren!
Wie früchtelos die Zeit verrinnt!
... Zwei schwarze Fledermäuse schwirren,
Zum zeichen, dass die Nacht beginnt. —

BODO WILDBERG.

Traducção:

TARDE

Um lago azul, d'um azul d'aço.

Dois cysnes approximam-se de mim, n'um branco deslisar. Os prados alongam-se para o oriente; no céo, um mar de nuvens cinzentas. Como eu anceio ardentemente, que inquietação a minha! Como o tempo foge infructuosamente!

Dois negros morcegos batem as azas annunciando a chegada da noite.

EUGENIO DE CASTRO.

PARKNACHT

Eine Traueresche senkt
Uebern Weg die zweige nieder,
Durch die hellen Lüfte sprengt
Seinen Duft der blaue Flieder.

Uebern Weiher, wie im Traum,
Rudert ein Paar schwarzer Schwäne,
Golden wie Champagnerschaum
Sprüht die hohe Parkfontäne.

Eine Marmorgöttin thront
Weiss und lauschend unterm Flieder —
Und der bernsteingelbe Monde
Leuchtet in die Nacht hernieder.

FRANZ EVERS.

Traducção:

NOITE NO PARQUE

Um freixo alaga o caminho com os seus ramos baixos; pela atmosphera luminosa corre o perfume dos lilazes roxos.

No tanque, como n'um sonho, deslisa um casal de cysnes pretos; doirado como a espuma do Champagne, scintilla o repuxo do parque.

Uma branca deusa de marmore ergue-se dominadora e como que escutando sob os lilazes; e a lua, d'um amarello d'ambar, desce a illuminar a noite.

EUGENIO DE CASTRO.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do n.º 6, pag. 373)

XIV

Principia o anno de 1851.—Carta de Castilho ao jornal *A Semana*.—Poesia frivola e poesia util.—Insiste o Conde de Thomar em nomear Castilho para a superintendencia da Eschola Normal.—Pugnas litterarias: Herculano e os seus criticos; Castilho e os seus impugnadores. Escaramuças renhidas por causa do Methodo.

Começou no palacio Machadinho o anno de 1851 com uma carta de Castilho a Silva Tullio, redactor do jornal *A Semana* (1). A carta tem a data de 1 de Janeiro, e prova que, por mais que fizessem, o poeta não morria no coração do pedagogista.

Offerecia Castilho ao ameno periodico das salas e dos theatros, um trecho da sua ainda não acabada versão poetica dos *Fastos* de Ovidio, e um dos hymnos, recem-compostos, para a mocidade do Portico: o do principiar das refeições.

Por terras, por ares, por bosques, por ondas,
maná do Céo baixa, constante e diverso;
e tu, Deus, presides ás mezas redondas,
que a todos teus filhos enflora o Universo.

N'essa carta a Silva Tullio insiste Castilho na missão utilitaria e civilisadora da Poesia, e diz que, devotado todo ao

---

(1) Esta bella carta acha-se tambem nas *Estreias poetico-musicaes*, pag. 55.

melhoramento da instrucção popular, a ella consagrava a sua lyra. O poeta das amenidades frivolas, esse (dizia elle) morreu.

. . . . . .

«Meu amigo,—accrescenta Castilho—já não hei de tornar «a ver mais este poeta, que tanto me enflorou a mocidade, «senão assim por sonhos fugitivos, e só para lhe receber «algum serviço para a civilisação da nossa terra. *Cartas* na- «moradas, *Primaveras,* e todas essas vaidades litterarias, já «lh'as não peço nem quero. Quero, sim, e peço-lhe, mais «hymnos para incitamento do estudo, da lavoira, da industria, «das fiandeiras, mais hymnos religiosos e amoraveis da manhã, «do meio dia, da noite, das estações, da doença, da saude.....

. . . . . .

«Já lá vai o tempo—continúa elle—em que a Poesia era «só um Monte de amenidades povoado de bellas virgens «tocando, cantando, e dançando. Hoje a Poesia, quer este «seculo laborioso e forte que seja fecunda, activa, séria, reli- «giosa, agricultora, operaria, fraternal.»

Como se enganava, julgando-se morto para a Poesia amena, o futuro cantor de Anacreonte e dos Amores! quanto se enganava! Tambem, não trago aqui essa menção dos seus protestos, senão como prova do estado da sua alma então, concentrada no pensamento unico da utilidade pratica dos versos. Singular obcecação! ou antes: obcecação sublime!

E tanta era a sua enraizada convicção n'este ponto, que pedindo-lhe então alguem para dictar e assignar algumas palavras em certo album, dictou e assignou esta phrase:

«RENEGUEI A POESIA PELA RELIGIÃO DO A B C POPULAR.

«*A. F. de Castilho.*»

*

N'isto, o Conde de Thomar, que não desistira da sua ideia de collocar á frente da primeira Eschola Normal do paiz o poeta de quem era amigo e apreciador, conseguiu, com uma simples troca de palavras, conciliar o que parecia inconciliavel. A Portaria de 20 de Fevereiro de 1851 communica a Antonio Feliciano de Castilho, que, por Decreto de 8, fôra nomeado, *em attenção ás lettras e mais circumstancias,* que n'elle concorriam, Director da Eschola Normal Primaria do Districto de Lisboa, com a gratificação de 400$000 réis. Como *gra-*

tificação (não como *ordenado*) era essa quantia accumulavel á pensão antiga.

Veremos porém dentro em pouco os motivos que ainda inhibiram o agraciado de acceitar tão honrosa prova de confiança.

*

Correu tempestuoso no mundo das Lettras o anno de 1851. Tinham começado os chuveiros a acastellar-se desde o anno antecedente. Ia extraordinario vendaval de improperios na floresta litteraria; e em volta de Herculano, que teimosa e pacientemente continuava a labutar na sua monumental *Historia,* assumira proporções de verdadeira guerra de Religião a questão denominada *Eu e o Clero.* Desencadearam-se de parte a parte as furias da palavra; liam-se com avidez, commentavam-se com toda a paixão, os folhetos de Maggessi Tavares, de Antonio Caetano Pereira, de D. Paschoal de Gayangos, do Padre Francisco Recreio, de Alexandre Herculano, de Rebello da Silva, e do Padre Rodrigo de Almeida. Vigorosas invectivas, como cumpria a quem, de uma banda e outra, batalhava com muita convicção. De um lado, destruia-se uma crença antiga, e altamente nobre. Do outro, pugnava-se em favor d'essa crença, e pugnava-se com denodo, e pugnava-se sem tregoa. Respeito ás intenções sinceras.

Ao mesmo tempo, com a sua formosa utopia a braços, acordava Castilho todos os ecchos da Imprensa, já com brados, supplicas, exhortações, já com polemicas, ás vezes violentas, defendendo o seu Methodo. Homem de fogo, como elle era, sem calcular aonde um exagero de palavra ás vezes o levava, compromettia não raro, com imprudentissimo zelo, a Causa justa que defendia.

Sempre de ouvido álerta ao minimo rumor, sempre prompto á primeira voz, sempre na brecha, acudindo sempre com argumentos vigorosos, ás vezes acerados, lembrava um guerreiro antigo defendendo um castello. Em volta de um tal chefe, iam-se a pouco e pouco reunindo alguns auxiliares, alguns dedicados amigos da instrucção popular. Graças a estas discussões, o amor á cultura intellectual do Povo, sympathia que até então não passava de muito excepcional, ia-se tornando geral, ia ganhando terreno.

Os jornaes, em virtude da campanha ruidosa encetada pelo poeta utilitario, iam, de um modo ou de outro, ás claras ou

disfarçadamente, em fórma alegre ou em fórma doutrinal, inoculando no publico (então muito menos ledor do que hoje) uma attenção salutar á empreza importantissima da moralisação do Povo pela instrucção popular.

Para se ver (vá isto dito de passagem), para se calcular quanto pesava na balança portugueza a ideia—«instrucção publica»—, basta notar que antes de se crear a Direcção Geral, que ainda tardou oito annos (1), havia na Secretaria do Reino, «para todos os negocios de instrucção publica, UMA SÓ REPAR-«TIÇÃO!!» (2). Isto dá a medida do que se produzia, e do que se pensava em produzir.

Em 1854 achava-se ainda tudo no mesmo estado. Castilho, com a sua palavra de lume, revolvia a opinião, e empenhava todos os seus exforços n'uma cruzada contra o systema absurdo que então vigorava. A Instrucção publica estava nas mãos do Conselho Superior, e o Conselho Superior, aliás composto de pessoas de muita illustração, nada fazia, ou antes limitava-se ao mero expediente de provimento de cadeiras. Seu presidente nato era o Ministro do Reino, chefe da pasta *politica,* e funccionario cujo tempo mal chegava para o muito que havia que decidir nas varias repartições de tão importante secretaria. Nem o Ministro, nem o Conselho, se atreviam a ter iniciativa rasgada em assumptos de tanta magnitude. De mais a mais, a séde d'esse corpo, essencialmente conservador e timido, era Coimbra; a séde do seu Presidente nato era Lisboa! Não lembra um pouco a historia da nau Cathrineta?

Isto (note-se) no tempo dos correios morosos! no tempo em que não havia um palmo de telegrapho electrico ou de via ferrea!

«Sem uma boa força motriz—dizia Castilho em 1854—não «ha machina que produza e aproveite. Qualquer industria «requer pois a sua machina, complexo afinado de bons instru-«mentos, e uma força motriz, que, vencendo a resistencia, «ponha todas as peças em acção. O mais bem combinado «engenho, sem força motriz, é a estatua de barro antes do «sopro divino.

«O que temos nós actualmente (1854) de facto, para agente «da Instrucção em Portugal? O Conselho Superior, e o Mi-«nistro do Reino, seu Presidente.

«..... A posição, e as relações mutuas, do Conselho

---

(1) Carta de Lei de 7 de Junho de 1859.

(2) Palavras do sr. D. Antonio da Costa no seu livro *Historia da Instrucção Popular em Portugal,* pag. 172.

«Superior e do Ministro do Reino, mallogram o muito que n'um «e n'outro existe de bons desejos; difficultam e retardam (se «não impossibilitam) a reformação definitiva a que se deve «aspirar, e já se aspira geralmente.

«Optimo (repetimol-o, e repetil-o-hemos sempre) pelas in- «telligencias de que se compõe o Conselho Superior, mas «arredado do grande centro, carece da vitalidade que rece- «beria do seu chefe; não conhece, senão pelo intermedio de «delegados, o que se passa nas escholas, e só por via d'elles «póde sobre ellas actuar.

«O Ministro do Reino, semelhante a um General que não «tivesse á mão os seus ajudantes de ordens, não recebendo «as noticias senão por transmissões reflexas e tardias, não «podendo discutir e averiguar presencial e oralmente, nem «fazer chegar as suas determinações aonde conviria, senão «já refrangidas ao atravessarem por um corpo extranho, deixa «de ser de facto uma auctoridade tão efficaz, como de certo «conviria que elle fosse.

«De mais: os negocios a cargo do Ministro do Reino são «taes e tantos (ainda depois da separação das Obras publicas), «e tão escasso o tempo de que os Ministros da Corôa nos «Governos representativos dispõem para ouvir partes, des- «pachar requerimentos, avaliar pretenções de todo o genero, «meditar consultas, combinar projectos, etc., etc., etc., que, «ainda que um funccionario tal não dormisse, não comesse, não «cançasse, nem descançasse, não fosse homem, em summa, «mas simples espirito, e de uma actividade indefectivel, não «bastaria (é evidentissimo) para satisfazer a metade do seu «encargo.....

.....

«De tudo isto—accrescenta o poeta, o vidente—é impos- «sivel não se concluir a necessidade de se crear quanto antes «um Ministerio especial de Instrucção Publica; Ministerio que, «extranho á politica, e superior a ella, se deveria prover sempre «em pessoa dignissima, e conservar-se-lhe atravez de todas as «crises de composições e recomposições do gabinete» (1).

*

Sem querer, antecipei, e sahi da narrativa chronologica.

---

(1) *Felicidade pela instrucção,* pag. 66 e seg.

Irei mostrando como a pouco e pouco as insistencias d'elle, as suas fogosas utopias, advogadas sem descanço, e entre polemicas ás vezes cruas, foram calando na opinião publica, foram alcançando adhesões. Não tardou muitos annos, que o Conselho Superior cahisse, sendo substituido pelo Conselho Geral, e pela Direcção Geral, em Lisboa; e annos depois, surgiu a lume, graças á iniciativa do grande Duque de Saldanha, em 1870, o Ministerio da Instrucção publica.

Teimar no bem é sempre util.

Voltemos a 1851.

*

Meado Fevereiro d'este mesmo anno, foi dictada no palacio Machadinho, tendo o poeta por secretario a seu filho mais velho, aquella engraçadissima peça poetica, imitação de Bailly *As metamorphoses do macaco.* Sahiu pela primeira vez, com iniciaes suppostas, no periodico *A Semana* (1). Era uma brincadeira, ou graciosa satyra, aos *janotas* do Marrare.

Foi logo reconhecido o auctor dos versos, e os versos muito festejados.... no proprio caffé Marrare. Poucas coisas se teem recitado mais vezes n'este mundo!

Se o verdadeiro auctor d'estes primorosos e engraçadissimos versos foi reconhecido sem assignatura, melhor o seria se elles levassem a firmal-os o nome de

A assignatura do cego poeta deu azo a uma brincadeira muito litteraria de Latino Coelho no jornal *A Semana.* Foi isto:

No n.º 25 do volume II d'esse interessante periodico começou

---

(1) Vol. II, n.º 8.

a publicar o insigne estylista, então muito novo, mas já respeitado pelo seu saber, uma serie de artigos humoristicos dissecando e analysando a calligraphia de alguns dos nossos escriptores notaveis. Principiou por Antonio Feliciano de Castilho, Almeida Garrett, e Alexandre Herculano.

E' uma curiosa e scintillante serie de paradoxos, que provocaram muito interesse nas phalanges jornalisticas, e ainda hoje merecem relidos.

Entre outras coisas dizia Latino Coelho:

«A penna que traçou *D. Branca* e *O Arco de Sant'Anna,* a penna que creou *O monge de Cister* e a *Historia de Portugal,* a penna que revelou toda a idealidade, toda a doçura dos carmes intimos, descantados na solidão pelo poeta da *Primavera* e da *Noite do Castello,* não foi em vão talhada, como cinzel magico, para aquelles primorosos arrendados e laçarias de estylo, para aquelles arabescos e grinaldas da mais opulenta phantasia, e da mais nobre aspiração.

«Na assignatura dos próceres da intelligencia ha o que quer que seja de peculiar, de arrojado, de imaginario, e de galhardo, como nas suas physionomias ha um sello particular.»

Depois de analysar a elegante lettra da assignatura de Garrett, diz o erudito critico:

«A lettra do sr. Antonio Feliciano de Castilho é, para os ignorantes, para os superficiaes, para os materialistas, a mais tristonha, a mais dura, a mais exemplar de todas as más escripturas humanas. Aqui é que, á primeira arrancada, a defesa parecerá impossivel, e a *buena dicha* um arrojadissimo absurdo.

«—Pois quê!—dirão os que vêem tudo contornado e colorido na simples rotina material—aquellas hastes rijas, aquellas rodellas desgeitosas, aquellas rabiscaduras prosaicas, poderão nunca parecer-se com os traços immateriaes, com que o poeta mais sonoroso e colorido debuxa os seus quadros immorredouros? Aquelle sombrio e taciturno das lettras, poderá casar-se com o atticismo do mais numeroso prosador de Portugal? com a veia sarcastica e amena d'aquelle soberbo folhetinista? Aquelle destoucado e rude de fórmas, será a reproducção graphica do cultor mais extremoso da patria linguagem? Onde estão florindo, por aquellas hastes seccas do seu *facsimile,* as boninas, as rosas, as açucenas perfumadas do seu tão poetico falar? Onde estão ali enleadas as grinaldas e os festões das suas imagens ridentes, e do seu estylo fragrantissimo? Onde branquejam, luzindo, as perolas que elle encastoa em cada phrase, em cada verso? Onde está ali o aroma

dos campos, a animação serena da vida pastoril, o balir dos armentos, o retoiçar-se das ovelhas, o gorgear dos passarinhos, o ramalhar dos arvoredos, o entoar da avena campesina, e aquelle rusticar singelo e elegante dos seus poemas bucolicos? Os pensamentos, os versos, as estrophes dos seus poemas não são desligados e repulsivos como aquellas lettras, que parecem acotovelar-se, afastando-se com ciume, e que melhor caberiam na assignatura de um General, costumado a commandar, ou antes a obedecer a soldados sem disciplina nem ordenança. Vêde aquelle A, bojudo como um burguez eleitor, como está ancho de si, independente, medindo respeitosa distancia ao seu visinho S, que parece ser creatura desprezada! Contemplae aquelle H, que parece trazer uma saia entufada, e cambalear-se sem piedade para cima de um O gottoso! Aquillo póde nunca representar a vivacidade do poeta!? a originalidade do critico!? a elegancia do prosador!? De todas as obras do sr. Castilho, nem o *Amor e Melancolia* ali está descripto, porque se as lettras são *melancolicas,* não teem nada de *amaveis* e de affectuosas.

«Agora começa a nossa contrariedade e contestação ao libello injusto e diffamatorio do mal intencionado trasgo, que me anda a zumbir aos ouvidos, a apontar-me ironicamente para o *fac-simile* e para a *Primavera,* e a fazer-me taes grimaças e esgares, que bem mostra contar já segura a victoria.

«Pois bem: comecemos pelo *Amor e Melancolia,* ultimo argumento do meu *lutin.*

«N'aquelles traços, em apparencia desconnexos, selvagens, e desharmonicos, está o poeta inteiro, está a sua alma, a sua lyra, o seu sentir intimo, o seu viver, a sua paixão, a sua vida. Está tudo. Interpretae-o bem.

«Quem dirá hoje, ao estancear, com a caravana do deserto, junto das meio-sotterradas reliquias de Heliópolis ou de Palmyra, que no dorso já lascado da estatua, que no fuste destroncado, que no pedestal recamado de heras e toucado de musgos ressequidos, está resumida a grandeza da cidade asiatico-romana?

«Quem saberá, que seja do vulgo, que n'aquelles restos está o alphabeto inteiro de uma lingua morta, que teve as suas palavras embutidas nos propyleos dos templos, as suas phrases encrustadas na amplidão dos seus *forums,* os seus poemas em relevo nas erguidas cupolas dos templos, o seu livro, a sua *biblia* de pedra em toda essa fabrica opulenta e vastissima, que foi outr'ora a cidade florescente e animada?

. . . . . .

«O *Amor e Melancolia* está ali todo a ressumbrar d'aquellas lettras soltas do *fac-simile*.

«Não vêdes vós, leitor, uma como semelhança de ruinas romanticas? Não vêdes ali torres desmanteladas, muros monasticos enramados de viridentes trepadeiras? N'aquelle erecto e despegado da lettra não ha uma sombra de solidão? Cada uma d'aquellas lettras não parece estar como que arrojando-se a voar e a desprender-se da communhão em que a mesclaram? Percebe-se ali o que quer que seja de melancolico e de suave, de inanimado e de expressivo, de phantasioso e natural.

«A dupla essencia do sr. Castilho, o observador e o copista minucioso da natureza, o inventor, o colorista, o idealisador sem par, está-se ali a revelar n'aquelles traços, que uns olhos myopes confundiriam com o primeiro balbuciar de uma penna tosca e pueril.

«A inscripção romana da boa latinidade, a inscripção majestosa e legivel dos tempos cesareos, é a imagem que mais se desenha no *fac-simile* do nosso poeta. Grevio e Grutero não as apresentariam mais nitidas e mais vernaculas. E' porque tambem, difficilmente se acharia nas thermas mais *fashionables,* nos triclinios mais espirituosamente animados de Roma, um patricio, um personagem consular, um senador lettrado, que mais sabor tomasse aos cantos da Musa romana, e que mais ao vivo sentisse e amasse as glorias e tradições da Cidade-rainha, do que o sr. Castilho ama, sabe, e sente as coisas romanas. Ovidio não entendeu melhor os seus poemas, do que o seu vulgarisador na lingua de Camões.

«A Musa do sr. Castilho não é a latina; é sua herdeira e descendente. Romana é a *Primavera;* romana é a *Festa de Maio;* são para Roma os seus vôos mais subidos. Em Roma foi elle inspirar-se, para vir *inventar,* na mais alatinada de todas as linguas, as novas *Metamorphoses de Ovidio,* os novos *Fastos,* as novas *Heroides* do exilado do Ponto» (1).

*

Que chiste que tem o contemplar a maneira innocente e benevola d'esses entretenimentos satyrico-litterarios da mocidade d'essas eras pre-historicas!...

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

---

(1) Jornal *A Semana* (Agosto de 1851), tomo II, pag. 309 e seg.

ANTONIO HOMEM

(Ao meu prezado amigo, patricio e collega o sr. Augusto Mendes Simões de Castro)

X

A CASA DA SYNAGÓGA

(Cont. do n.º 5, pag. 320)

Foram vistos na mesa do sancto officio em 2 de abril de 1624 estes autos, culpas e confissões de Miguel Gomes, christão novo, o manco de Coimbra, nelles conteúdo, e a diligencia que se fez com o reu na casa do tormento; e pareceu a todos os votos que elle vá ao auto da fé com habito penitencial na fórma costumada, e que nelle ouça sua sentença, e seja absoluto da excommunhão maior, e tenha o carcere e habito perpetuo sem remissão começando do tempo em que ora saír no auto, e que seus bens sejam confiscados agora, e que no auto abjure: excepto aos deputados Diogo Osorio de Castro e Pero Cardoso, que pareceu que não lhe fossem ora confiscados seus bens, mas ao deputado Diogo Osorio pareceu que pagasse 200$000 réis para as despesas do sancto officio, e que não abjurasse visto ter ja abjurado; e ao inquisidor D. Miguel de Castro e ao deputado frei Manuel Cabral pareceu, que o habito com que saisse levasse ao auto insignias de fogo. E a todos que este processo vá ao conselho geral como está mandado no assento do ..... E assistiu pelo ordinario com sua commissão o inquisidor mais antigo.

D. Manuel Pereira—D. Miguel de Castro—Manuel da Cunha—Pero da Silva de Sampaio—frei Manuel Cabral—Diogo Osorio de Castro—Pero Cardoso—D. Bernardo de Athaide.

Numa cota marginal lê-se, que o inquisidor D. Manuel Pereira, não votou que abjurasse de novo (1).

---

(1) Fol. 191 do processo n.º 11:998.

Foram vistos na mesa do conselho, estando presente o illustrissimo senhor bispo inquisidor geral estes autos e culpas e confissões de Miguel Gomes, christão novo, o manco de Coimbra, nelles conteúdo, e assentou-se que o reu vá ao auto da fé com habito penitencial, com insignias de fogo, e que nelle faça abjuração em fórma, e seja absoluto da excommunhão, e tenha o carcere e habito penitencial perpetuo sem remissão, que começará a cumprir do dia da publicação desta sentença em deante, e que seus bens sejam confiscados para o fisco e camara real, e que seja degradado para as galés por tempo de tres annos. Lisboa aos 16 de abril de 1624.

João Alvres Brandão—Gaspar Pereira—D. João da Silva—frei João de Portugal—Sebastião de Mattos de Noronha—Francisco de Gouveia (1).

Accordam os inquisidores, ordinario e deputados da sancta inquisição, etc., que vistos estes autos, culpas e confissões de Miguel Gomes, christão novo, bacharel em Leis, natural de Aveiro e morador na cidade de Coimbra, reu preso que presente está; porque se mostra que sendo christão baptisado, obrigado a ter e crer tudo o que tem, crê e ensina a sancta madre egreja de Roma, elle o fez pelo contrario, e depois do ultimo perdão geral, movido com o ensino e falsa doutrina de certa pessoa de sua nação, se apartou de nossa sancta fé catholica, e se passou á crença da lei de Moysés crendo e esperando salvar-se nella, e não na fé de Christo Nosso Senhor, em o qual não cria nem o tinha por verdadeiro Deus e messias promettido na lei, e só cria no Deus dos ceus como judeu, e a elle se encommendava com a oração do Padre Nosso, e por observancia da dicta lei de Moysés guardava os sabbados de trabalho vestindo nelles camisas lavadas, e jejuava em segundas e quintas feiras, e o jejum do dia grande que vem no mez de setembro, sem comer nem beber nos taes dias senão á noute, e não comia carne de porco, lebre, coelho, nem peixe sem escama, communicando estas cousas com pessoas de sua nação apartadas da fé, com as quaes se declarava por judeu, e não se confessava destes erros, porque os não tinha por peccado, nem cria na confissão e mais sacramentos da egreja e os tomava, ia a ella e fazia as mais obras de christão só por cumprimento do mundo, a qual crença lhe durára até fazer sua primeira confissão na mesa do sancto officio, a qual

---

(1) Fol. 192 do processo n.º 11:998.

lhe foi recebida, e o reu ao gremio e união da sancta madre egreja, por satisfazer a prova que então havia da justiça contra elle, e saiu reconciliado no auto que se celebrou no Rocio desta cidade em os vinte e oito dias do mez de novembro de mil seiscentos e vinte e um, condemnado a carcere e habito penitencial perpetuo sem remissão. E estando o reu cumprindo sua penitencia lhe acresceu prova de muitas testemunhas, que elle se achára por muitas vezes em certa parte em companhia de muitas pessoas de sua nação: aonde celebravam o jejum do dia grande que vem no mez de setembro com muitos ritos e ceremonias judaicas, e que na mesma fórma fazia o jejum da rainha Esther, que vem no mez de fevereiro, e a solemnidade da Paschoa do cordeiro, e a das candelilhas fazendo em alguns dos dictos ajunctamentos o reu o officio de sacerdote ajunctando-se as dictas pessoas em sua casa, aonde se celebraram algumas das dictas solemnidades, e elle se revestia em uma veste larga e comprida assentando-se em uma cadeira de espaldas, e della fazia uma practica ás mais pessoas, encommendando-lhes que guardassem a lei de Moysés, e fizessem por sua observancia as cousas que lhes tinha lembrado, que era guardarem os sabbados de trabalho e jejuarem em segundas e quintas feiras, e não haviam de comer as cousas prohibidas na dicta lei, e depois lia por um livro que estava posto sobre um bofete, coberto com um panno de seda, a modo de altar, pelo qual o reu recitava os psalmos de David sem *gloria patri,* e em certos passos fazia guayas dando com a cabeça de uma parte para a outra inclinando-a até os peitos, e dizia ás dictas pessoas que fizessem o mesmo, e no fim lhe iam todos beijar a veste, e elle lhes lançava a benção ao modo judaico pondo-lhes a mão sobre a cabeça e correndo-lha pelo rosto, e que o reu e as sobredictas pessoas instituiram entre si uma confraria em honra de certa pessoa de sua nação, a qual foi relaxada pelo sancto officio á justica secular e queimada por judeu, por a terem por martyr da lei de Moysés, e que o reu foi juiz da dicta confraria, e tinha por officio receber o dinheiro que davam os confrades della, parte do qual o reu repartia por pobres de sua nação, que estavam neste reino, e outra enviava para outros, que viviam fora delle, e para uma alampada que ardia em uma synagóga de certa parte. Pelas quaes culpas foi o reu outra vez recolhido aos carceres do sancto officio, e com muita caridade admoestado as quizesse confessar para salvação de sua alma, e se usar com elle de misericordia. E disse que era verdade que depois da publicação do ultimo perdão geral se achára elle reu por alguns annos com muitas

pessoas de sua nação para celebrarem o jejum do dia grande, que vem no mez de setembro, o que algumas vezes se fez na casa delle reu, para o que se preparava alcatifando-se o pavimento della, e a uma parte se punha um bofete com velas accesas e um panno sobre elle com o qual ficava a modo de altar; e as pessoas, que se achavam nas dictas solemnidades, entravam para a dicta casa com melhores vestidos, barbas feitas, e descalços, em corpo, e pondo-se em pé, encostados ás paredes, certa pessoa que fazia o officio de sacerdote fez uma practica ás mais dizendo, que naquelle dia se havia de fazer o dicto jejum do dia grande sem comer nem beber senão á noute, e depois se punha a dicta pessoa a ler pelo dicto livro e a resar por elle baixo, e outras vezes o fazia em tom alto recitando os psalmos de David sem *gloria patri,* e as sobredictas pessoas os iam repetindo estando com os braços cruzados, no que se gastava o dia todo, e no fim delle fazia a sobredicta pessoa uma practica ás mais, encommendando-lhes muito a observancia daquelle jejum, e a obrigação que tinham de continuar com elle, e com as mais ceremonias da lei de Moysés pelas muitas mercês, que Deus fizera ao povo de Israel, emquanto fielmente o serviram, e pelo contrario os castigos com que os visitára, quando se afastaram della, e que aquelles jejuns eram de sustancia da dicta lei, os quaes lembrava que se continuassem, e que na sobredicta fórma fizeram o mesmo jejum com as mesmas solemnidades em outras casas que declarou, e que tambem celebraram a Paschoa do cordeiro estando elle reu, e as mais pessoas que se acharam na dicta solemnidade, com melhores vestidos, barbas feitas, com bordões nas mãos, postos em pé: e no meio da casa estava pendurado um candieiro de latão grande com muitos lumes, concertado com azeite limpo e torcidas novas, e em uma mesa, coberta com umas toalhas, se poz um cordeiro de um anno, assado inteiro, o qual se despedaçou logo com as mãos, e elle reu e as mais pessoas o comeram apressadamente com pão asmo, dizendo todos que aquella festa e as mais, que tem referido, celebravam por guarda e observancia da lei de Moysés, em que criam e viviam, e esperavam salvar-se; e a Paschoa era em memoria e honra da liberdade que Deus dera ao povo hebreu livrando-o do captiveiro do Egypto. E que entre elle reu e muitas outras pessoas de sua nação se instituiu uma confraria da invocação de certa pessoa, que foi relaxada pelo sancto officio á justiça secular, e queimada por judeu, da qual confraria era confrade elle reu, e todas as dictas pessoas, e diziam que a dicta pessoa relaxada era sancto, e como tal

morrera na crença, e confissão da dicta lei de Moysés, e como a sancto lhe rogavam, que intercedesse a Deus por todos elles em suas petições e necessidades, e que por sua honra se tiravam algumas esmolas, as quaes se repartiam pelas pessoas pobres da mesma nação. O que tudo visto, e como se mostra que o reu não estava verdadeiramente convertido e arrependido de suas culpas, pois calou e encobriu os dictos ajunctamentos, solemnidades e festas sendo cousas de tanta consideração, que se não pode presumir nem é verosimil, que lhe podessem esquecer, antes se presume que deixou de as confessar e declarar ás pessoas, com que fazia aquellas solemnidades, por querer permanecer nos dictos erros e crença da lei de Moysés, continuando com seus ritos e ceremonias, declaram que a primeira confissão, que o reu fez na mesa do sancto officio, foi ficta e simulada, e pelo conseguinte não podia ser recebido ao gremio e união da sancta madre egreja, e assim foi nulla a absolvição da excommunhão maior, em que incorreu por razão das dictas culpas, e que o reu foi herege apostata de nossa sancta fé catholica, e como tal sempre esteve na sobredicta excommunhão maior, e o condemnam em confiscação de todos seus bens applicados ao fisco e camara real, e nas mais penas em direito contra os similhantes estabelecidas. E, porém, visto como usando elle de melhor conselho confessou segunda vez as sobredictas culpas na mesa do sancto officio, com mostras e signaes de arrependimento, pedindo dellas perdão e misericordia, e o mais que dos autos resulta, se assim é, como diz, que de verdadeiro, e não fingido coração se converte, usando com elle de muita misericordia, e deixando o rigor do direito, que por suas culpas merecia, recebem o reu Miguel Gomes ao gremio e união da sancta madre egreja, como pede, e lhe mandam que de novo abjure publicamente seus hereticos erros em fórma; e lhe assignam carcere e habito penitencial perpetuo sem remissão, o qual levará ao auto differenciado com insignias de fogo, e o condemnam em tres annos de degredo para as galés de sua magestade, onde servirá ao remo sem soldo, e será bem instruido nas cousas da fé necessarias para salvação de sua alma, e cumprirá as mais penitencias espirituaes, que lhe forem impostas; e mandam que da dicta excommunhão maior, em que incorreu, seja absoluto *in forma ecclesiæ*.

João Alvres Brandão—D. Miguel de Castro—Antonio Correia—Diogo Osorio de Castro—frei Luiz dos Anjos.

Foi publicada a sentença atrás ao reu no auto, que se celebrou na Ribeira desta cidade estando presente o illustrissimo

*

senhor bispo inquisidor geral, e os senhores deputados do conselho geral, e os senhores inquisidores, ordinario, deputados e promotor, e muita mais gente do povo, de que fiz este termo de publicação aos cinco dias do mez de maio de 1624 annos.

Adrião da Ponte o escrevi.

Segue-se no processo o termo de abjuração em fórma, e o termo de segredo datado a seis dias do mez de maio de 1624, ambos assignados por Miguel Gomes.

Em seguida allegou as suas muitas enfermidades, e pediu ser curado fora das galés; e sendo-lhe concedido, saiu de lá no 1.º de julho de 1626.

XI

Confraria de frei Diogo

Frei Diogo da Assumpção era frade do convento de Sancto Antonio extra muros de Lisboa, e estava nelle recluso no tronco. Os inquisidores em 25 de outubro de 1599 mandaram o meirinho da inquisição, Damião Mendes de Vasconcellos, que o fosse ahi buscar preso, e o trouxesse a bom recado por culpas que delle havia no sancto officio contra a nossa sancta fé catholica obrigatorias a prisão; e nesse mesmo dia foi entregue nos Estaos.

Uma carta de Diogo de Sousa apresentada em 20 de agosto do mesmo anno por Vasco de Carvalho, morador ao jogo da Pella, denunciou o frade Diogo da Assumpção, ordenado de Evangelho, dizendo que elle lhe fôra pedir ajuda para ir para Inglaterra ou Flandres, e pelo que mais descobriu a Diogo de Sousa de cousas grandes contra a nossa sancta fé catholica: é judeu e crê na lei de Moysés, e delle soube que era christão novo. Dei ordem com que se levasse ao seu proprio mosteiro em segredo por honra da ordem. Ahi ficou preso a bom recado. A relação de tudo isto tenho feita na verdade e jurada pelo habito de christo que tenho, avisando-me v. m. mandarei sellada com as minhas armas e muito segura, á qual poderão v. m. dar tão inteira fé como a mim proprio, até eu poder ir sendo necessario. Os seus frades consultando sobre isso me disseram que eu devia dar conta a v. m. que elles fariam delle o que v. m. ordenassem, e me pediram

muito segredo, o qual lhes guardarei. E Nosso Senhor guarde a v. m. como pode.

Dos Cadafaes, termo de Alemquer, hoje 18 de agosto de 99.

Diogo de Sousa.

RELAÇÃO DO TESTEMUNHO DE DIOGO DE SOUSA QUE ELLE APRESENTOU NA MESA QUANDO NELLA TESTEMUNHOU CONTRA O REU FREI DIOGO.

Hoje 11 de agosto de 99 annos estando eu nesta minha quinta dos Cadafaes, que é no termo de Alemquer, veiu ter comigo um frade capucho, o qual eu nunca tinha visto, nem ouvido que me lembre, e depois soube se chamava frei Diogo da Assumpção, e que era de evangelho, e fez que nos recolhessemos para uma casa, e me disse que fôra ter com um homem dizendo-lhe andava fora do seu mosteiro e desagasalhado, que o soccorresse, e o favorecesse; que este homem lhe dissera viesse ter comigo perguntando por mim, e que eu era fidalgo, que lhe daria remedio, e o aconselharia no que devia fazer, e que logo ficára contente, e satisfeito, que havia oito annos era frade nomeando-me muitos parentes seus, dos quaes só conheço a Pero da Costa, e a João Travassos seu filho, que me queria descobrir muitas cousas debaixo de minha fidalguia e palavra, e que assim lha désse de as enterrar (o que fiz, e folgo muito de lha ter quebrada por ser neste particular), que elle estava muito arrependido porque tudo o que havia entre os frades eram mentiras, falsidades e enganos, e que elle mo mostraria por papeis, que logo tirou cuidando eu que seriam aquillo algumas pelejas, que la teria, começou a ir lendo cousas, que diz tirou de livros do mosteiro por muitas vezes e ás furtadas porquanto não tinha tempo, por lhe não deixarem ter papel nem tinta, e indo lendo em latim começava a encontrar a nossa sancta fé, torcendo as palavras, dando-lhe o sentido que elle tinha no coração, e como o eu vi ir mal encaminhado, por tirar delle e o segurar o fui ouvindo dizendo-lhe, que os homens que não sabiam latim eram selvagens, e que eu me tinha por tal pois o não sabia, ainda que o mais do que dizia entendia; ao que me respondeu, que por isso elles tinham todas as cousas da lei em latim, porque a não entendessem todos, a qual diziam haveis de crer isto e senão matar-vos-hão, e logo propuz mandar recado ao seu guardião de Sancto Antonio da Castanheira, aonde era morador, e não se

me ir das mãos; e fazendo-me eu meio ignorante, o ouvi muito a proposito, para saber em que lei cria, e na em que estava firme, interpretou aquella a seu sabor dizendo, que Christo queria dizer rei ungido, como foram muitos do testamento velho e que Jesus o não fôra, e pois tomára o nome que não era seu, pagasse numa cruz como pagou; que Jesus houvera outro deste nome, que a lei boa havia de ser aceitada de todo o povo, que a dos christãos a fizeram homens, que andam fugindo e ás escondidas por entre penedos; que crescera e a creram, porque então eram gentios, e não sabiam que Deus mandava no *Deuteronomio,* que as suas palavras se não torcessem, nem lhes déssem outro sentido mais que o literal (e assim o tem escripto), e que elles ca diziam, que a escriptura sagrada era como nariz de cera, que a levavam para onde queriam; que Aristoteles diz que um similhante gera outro similhante pelo que tem de ver homem com pão; que os proprios frades franciscos e dominicos têem grandes controversias sobre muitas cousas, uns seguindo a Escoto ou Soto, e outros a Sancto Thomaz, que boa estava a lei aonde não havia firmeza, que lhe perdoasse dizer aquellas cousas assim, porque não era mais em sua mão, por desabafar do que dentro tinha, e eu pelo ir detendo, porque esperava os padres, que neste tempo saíam fora, dizendo-lhe fechasse a porta por dentro, e muito á pressa escrevi ao padre guardião, que tanto que aquelle visse, viesse logo ter comigo, porque cumpria assim á nossa sancta fé. Tornando, lhe perguntei se estava tudo aquillo em latim, que fosse dizendo mais daquellas cousas, e lhe dizia valha-me Deus, quantas cousas ha no mundo; e logo disse que Maria (nomeando-a as mais das vezes assim) depois de parir a Jesus parira a S. Thiago e a S. João, os quaes eram irmãos de Jesus, e que ca diziam por escapula a isto, que lhe chamavam irmãos por que S. Thiago se parecia muito com Christo, e que José tivera accesso com Nossa Senhora, que nisso não havia que fazer, ao que me passou pelo sentido dar-lhe logo de punhaladas, o que fizera se não fôra religioso. Tirou depois disto um livro dos sacramentos, e leu que acertando um rato de comer a hostia consagrada, se podessem o torrassem e o queimassem, e a cinza se pozesse no sacrario, ao que como escarnecendo: ora olhae la Deus mettido num rato! que havia muito não dizia de coração nenhumas horas nem orações do côro, e que por trazer a sua consciencia assim, e andar tão desgostoso lhe diziam os outros padres, que andava muito magro, e elle lhes dizia que era frenetico de sua condição, que só os psalmos de David dizia com tenção e devoção

porque eram sanctos e bons, e que pois Deus lhe dera juizo para conhecer aquellas cousas, se não buscasse o remedio de sua salvação, que seria digno de mór pena, que todo o que soubesse ler a lei dos judeus e a não guardasse, se perderia, e que ver a magestade dos officios divinos dos judeus e aquellas ceremonias não havia mais que ver, dizendo dos sanctos que então houve, e dos prophetas nomeando a Moysés e a Aarão, e a outros que eram grandissimos, e que os sanctos que os christãos faziam eram uns coitados, que acabávam por ais entre penedos e cheios de piolhos; que os apostolos todos eram parentes de Jesus, e S. Pedro não andára sempre com Christo, que pescava e alli vinha ter com elle Christo; que se um bode ou cabra degolado no altar tirava os peccados, como os não tirava a morte de Jesus, o qual se se subjeitou á lei dos judeus, como depois quiz fazer outra em contrario (que se a sua fôra boa os judeus o não mataram), e que mandou Christo que no baptismo ficasse tudo; que dahi a quatro annos circumcidou S. Paulo a Thimoteo, e S. Pedro o fizera a outros depois do baptismo, e que dizia Lutero que um inimigo de Jesus fizera os sacramentos, que Lutero e outros muitos foram christãos, e, por não acharem fundamento na nossa lei, se foram della, e por serem homens insignes fizeram seitas novas por ficar fama delles; que muitos havia que conheciam todas estas cousas, mas que por comerem e viverem soffriam; que a ajuda e favor que me pedia era que lhe désse algum vestido ruim, para se poder ir até Setubal, onde havia muitas urcas para se embarcar e ir-se a Inglaterra ou Flandres, e aquietando-o que falariamos de vagar sobre isso, começou a dizer mais que se a lei de Christo fôra boa, que havia de ser communicada a todos, que como podia ella ir aos negros e outros, (cem mil terras), pois la não podia haver sacramento por falta do pão e vinho, que a isto diziam elles que por ser de pouca quantidade se podia levar, e que diziam mais que Jesus assim como crescia no corpo crescia no saber, que em Deus não ha a acrescentar nada de novo, que dantes não houvera mais que o *Pater noster* que os papas acrescentáram cada um como quizeram, e que uma .... fôra papa, que o lenho da cruz havia tanto pelo mundo que não bastaram muitos madeiros, que uma velha vinha numa barca e dissera quem me dera um pequeno de lenho, e que o barqueiro tomára um pedaço de pau e lho dera por lenho, e que dalli ficára o lenho da barca, e que diziam que fizera muitos milagres pela fé da velha zombando; que S. Francisco diziam suas chronicas que nunca este reino seria subjeito a Castella, que assim como

mentira nisto mentiria no mais, o qual o enterraram (não me lembra em que parte disse), e que depois o trouxeram a Jesus, e que um cardeal dissera á hora de sua morte a um abbade amigo seu que lhe vira as chagas, que se fôra naquelle logar enterrado como podia cá ter as chagas e estar em pé, desdenhando disto que era graça e patranha, e que Sancto Iago tambem fôra sepultado em Jerusalem, como podia vir o seu corpo de Galliza, que o mesmo era tambem falso, (e que os prophetas diziam que o que viesse em nome do Senhor se chamaria Emanuel, que queria dizer Salvador, que Jesus não tivera tal nome, que nós lho pozeramos) que a christandade havia de padecer uma grande perseguição no anno de seiscentos e um, e que ja se lhe ia apparelhando. Depois de todas estas cousas que se passaram desde pela manhã até o jantar, lho mandei dar, e lhe disse repousasse um pouco, deixando guarda sobre elle, e me fui falar com os padres que me aguardavam numa casa aqui juncto, e por o padre guardião estar doente mandou o padre presidente e o padre frei Antonio, com o qual falei nisto, e lhe dei ordem como viessem ter comigo e me vim para o dicto frade, e dahi a pouco chegaram os padres, e ouvindo-os elle se metteu logo debaixo duma cama, sem lhe eu dizer nada, e dando-lhes eu de olho o foram tirar e o levaram ao seu mosteiro a bom recado. Hoje, que é o dia seguinte em que isto aconteceu, que são doze de agosto, fui pela manhã ter ao dicto mosteiro de Sancto Antonio com o padre guardião e com o padre frei Antonio dizendo-lhes, que ia alli para desencarregar a minha consciencia sobre elles, e que assim o faria, porque, quando isto não bastasse, estava apparelhado para ir dar conta destas cousas á sancta inquisição, o que faria com muita inteireza, se sentira em meu pae, Jorge de Sousa, ou em minha mãe D. Francisca, alguma cousa contra nossa sancta fé catholica, na qual eu creio como fiel christão, e nella espero de viver e morrer, e movido como tal digo todas estas cousas bem e fielmente sem acrescentar nada, antes algumas me esquecerão por serem muitas, mas todas as de importancia aqui estão; e assim digo mais que pelo dicto, e pelas mais conjecturas que neste frade vi, nas mudanças do rosto em estimar umas cousas e zombar doutras, que é tão judeu como todos os que estão em Berberia crendo na lei de Moysés. Tudo o que acima digo que lhe ouvi passa assim na verdade pelo habito de Christo que tenho e nelle sou professo. Hoje os proprios 12 de agosto de 1599.

Diogo de Sousa.

Por honra dos parentes deste frade digo que me disse mais que não ousára de ir ter com nenhum de seus parentes, nem dar-lhe conta de nenhuma destas cousas, porque pelo proprio caso lhe deram de punhaladas e o mataram.

Diogo de Sousa (1).

(Continúa). ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

---

(1) Fol. 1 a 8 do processo n.º 104 da inquisição de Lisboa.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

(Cont do n.º 6, pag. 379)

XIV

Dias — Domingos

A ajuisar pelo nome, todos o supporiam portuguez da gemma. Era porem armenio, casado com portugueza. Mais de uma vez veio da India a Portugal por terra: duas, diz um documento; algumas vezes, diz outro, indeterminadamente. Da ultima, ou de uma das ultimas, foi portador da nova de ter chegado á India o viso-rei D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira, o qual aportou a Gôa a 22 de maio de 1597.

Em attenção a seus serviços, Mathias de Albuquerque, que tinha governado anteriormente a India, o proveu no logar de porteiro e chapa da alfandega de Ormuz. Esta nomeação foi confirmada por el-rei em carta de 6 de março de 1598. Por motivo de Domingos Dias ser extrangeiro, o chanceller da relação poz duvidas em se lhe dar posse do logar. Uma carta de 6 de setembro de 1597 lhe levantou, porém, o *interdicto*. Aqui se transcrevem ambas:

«Eu ElRey faço saber aos que este meu alluara virem que avendo respeito aos seruiços que me tem feitos Domingos Dias, de nação armenyo, vindo algũas vezes da India por terra a esta corte com despachos para mim, e a elle, segundo disse, ser casado naquellas partes com molher portugueza, hey por bem e me praz, sendo asi que elle he casado com molher portuguesa, de lhe fazer merce possa entrar no cargo de que o nellas proueo Mathias dAlbuquerque, do meu conselho e meu Viso Rey dellas, que elle diz que he porteyro e chapa da Alfandegua de Vrmuz,

sem embargo de asi ser armenyo estrangeiro, e da duuyda que per essa causa lhe poz o chanceller da relação das ditas partes, e a prouisaõ que o dito Viso Rey lhe passou do dito cargo e de quaes quer leys e ordenações que em contrayro aja. Notificoo asy ao meu VisoRey ou gouernador que for das ditas partes e mais oficiaes e pessoas, a que o conhecimento disto partencer e lhe mando que cumpraõ e guardem este aluara como nelle se conthem, e ao dito chanceler que passe a dita prouisão pella chancellaria, por quanto, como fica dito, hey por bem de dispensar com o dito Domingos Dias para que, posto que seja armenyo estrangeyro, possa ter e seruir o dito cargo pella maneira declarada na provysão que o dito Viso Rey delle lhe passou, sem embargo das ditas leys e ordenações que contra yso disposerem e da ordenação do lyuro segundo titullo quarenta e noue, que diz que se naõ entenda derogada ordenaçaõ algũa, se della e da substancia della se naõ fizer expressa mẽção e especial derroguação, e sem embargo das ditas ordenações valeraa este aluaraa, posto que o efeito delle aja de durar mais de um ano, o qual mandey que se lhe desse por tres vias, e hũa comprida, as outras naõ aueraõ efeito, e com elle apresentaraa nas ditas partes da India a dita prouisaõ de que acyma se faz mẽção, per que o dito Viso Rey o proueo do dito cargo, para por ella se ver se he assi o que elle diz. Manoel Coelho o fez em Madrid a seis de septembro de ¡b^{c} nouẽta e sete. E eu Luis Aluarez dAzevedo o fiz escreuer» (1).

«Dom Filipe etc. faço saber aos que esta carta virem que avendo respeito ao seruiço que tenho recebido de Domingos Dias, armenio, em duas vezes que da India por terra me trouxe cartas, e a esta vltima as trazer do conde da Uedigeira com ha boa noua de sua chegada aquellas partes, e por cõfiar delle que no officio de porteiro e chapa da alfandegua de Ormuz me seruirá como a meu seruiço e bem das partes cumpre, ey por bem e me praz de lhe fazer delle merce por tempo de tres annos, em cada hum dos quaes averá o ordenado cõteudo no Regimento, e os mais proes e percalços que lhe direitamente pertencerem, e o terá e seruirá cõforme ao Regimento e segundo forma delle e na forma e maneira que se soe seruir pellos que delle sam prouidos per minhas cartas e prouisões, e ẽtrará nelle na uagante dos prouidos antes de dez dias de feuereiro passado do anno presẽte de nouẽta e oito, em que lhe fiz delle merce. Noteficoo assy ao meu Visso Rey ou gouernador, que ora he e pello tempo for, das ditas partes, e lhe mãdo que tanto que, conforme ao que dito he, lhe couber entrar no dito officio, o faça metter em posse delle, e lho deixem seruir pello dito tempo de tres annos e delle vsar na forma sobredita, e as justiças e officiaes e pessoas, a que o conhecimento desta pertencer, que asy lha cumprão e guardem e façaõ inteiramente cumprir e guardar sem duuida nem embargo algum que a isso seja posto, porque assy he minha merce, e elle jurará na minha chancelaria aos santos evãgelhos que bem e verdadeiramente sirua o dito officio, guardando meu seruiço e as partes seu direito. Dada em Madrid a seis de março. — Manuel Coelho a fez — anno do nascimento de nosso Senhor Ihũ $\overline{\text{xpo}}$ de mil e b^{c} lrbiij, e eu Luiz Alvarez dAzeuedo o fiz escreuer» (2).

---

(1) Filipe II, *Doações*, liv. 29, fl. 243 v.
(2) Filipe II, *Doações*, liv. 2, fl. 177.

XV

Dias — Fernão

Foi um dos companheiros de Affonso de Albuquerque na sua expedição ao mar Vermelho em 1513. Ahi se offereceu ao governador para vir por seu pé a Portugal dar conta da empreza e das mais cousas da India. Era entendido na lingua arabia, sabia os costumes e religião dos mussulmanos, que aprendera com elles quando fôra captivo no estreito de Gibraltar. Pozessem-no em terra, carregado de ferros, vestido á mourama, que n'este disfarce promettia illudil-os perfeitamente e fazer a viagem. E o seu espirito aventuroso não o enganou e a promessa foi cumprida. Gaspar Correia, que conviveu com elle, dá-nos, como testemunha ocular, os lineamentos da sua biographia. Fernão Dias prestou por mais vezes serviços identicos, veio repetidas vezes por espia ao estreito, mas afinal de contas morreu pobre, ou porque as recompensas não foram bastantes, ou porque elle as não soube aproveitar, disperdiçando-as talvez com a mesma prodigalidade com que arriscava a vida. Um typo curioso e caracteristico, genuina producção da epoca. Gaspar Correia conheceu-o pessoalmente e será elle portanto quem faça a apresentação ao leitor:

«Estando assy o Gouernador, hum homem d'armas, chamado Fernão Dias, fallou ao Gouernador, dizendo que andara muyto tempo catiuo no estreito de Gibraltar, e sabia bem os costumes dos mouros, e mormente dos cacizes, e suas lendas e orações, que se lhe désse licença, o mandasse por em terra carregado de ferros como catiuo, e elle que ia fogido, elle trabalharia com que fosse a Portugal per via do Cairo e Veneza, e daria nouas a ElRey de sua armada e trabalhos; com que o gouernador ouue prazer, e lhe fez mercê de dinheiro, com que comprou algumas pedras d'anés, que saluaria e uenderia onde pudesse, porque dinheiro nom podia saluar. E o gouernador lhe deu seu assinado de crença, e mandou a carauella que o foy pôr de noite no esquife em terra, que nom foy sentido, e se tornou antes d'amanhecer. Este homem, sendo achado na terra assy com ferros, porque sabia bem fallar a lingoa, disse que fogira dos frangues que o trouxerão catiuo de sua terra d'Africa, que fôra lá caciz; e lhe começou a rezar as orações de Mafamede e de seu alcorão, com que crerão que era mouro caciz, e lhe fizerão esmolas. Com o qual modo foi correndo as terras, e chamaua ao alcorão e fazia todos os modos de caciz santo; com que passou a Portugal e deu novas a ElRey das cousas; com que lhe fez muyta mercê e o tomou por seu e lhe deu comedía, com que o tornou a mandar á India, que foy muitas vezes por espia a este estreito

em naos de mouros em trajos de caciz, e sempre fez muytos seruiços em tempos doutros Gouernadores, e porem morreo muyto pobre, que eu o conheci» (1).

Documento que se possa ligar a este Fernão Dias não encontramos outro senão uma carta de D. Manuel confirmando o grau de cavalleiro dado por Affonso de Albuquerque a um Fernam Diaz, *mestre e piloto das nossas naos,* o qual se achara com o celebre guerreiro na tomada de Calayate, e em outras empresas. Serão ambos a mesma pessoa? Não nos atrevemos a affirmal-o, deixando ao leitor a decisão perante mais esta prova do processo:

«Dom Manuell etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte de Fernam Diaz, mestre e piloto das nosas naaos, nos foy apresentado hũu alvaraa dAfonso dAlbuquerque, do noso conselho, capitam mor da nosa armada que amda nas partes da Imdia, em o qual se comtinha que fezera caualeiro ao dito Fernam Diaz por ser na tomada da cidade de Calayate e no desbarato darmada do gram Soldam e em todalas outras cousas que se lla fizerã em cymco annos que nos esteue lla seruindo, segundo fomos certo per o dito aluara, pedimdonos por merce que lho comfirmasemos, e nos visto, seu requerimento, pello dito respeito, e pellos seruiços que ho dito Fernam Diaz tem feitos nas ditas partes e asy qua, lho confirmamos e avemos per confirmado, e queremos e nos praz que elle goze de todollos priuillegios, homrras e liberdades, de que gozaõ e devem gozar os caualeiros e desa maneira lhe sejam guardadas. E porem ho notificamos asy e mamdamos a todos nossos corregedores etc em forma pelo estillo das outras. Dada em Lixboa a xxix dias doutubro. Diogo Amrulha (?) a fez de mill b^{c}xj» (2).

XVI

Godinho — Manuel Galvão

Era presbytero, e estando servindo na India, veio d'aquelle estado, por terra, com despachos officiaes. Por este motivo foi agraciado, em 15 de dezembro do 1621, com uma pensão eclesiastica de trinta mil rs. sobre as egrejas do padroado real.

Esta mercê, que lhe foi dada por alvará de lembrança, não

---

(1) Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. II, pag. 348.
(2) Torre do Tombo, chancellaria de D. Manuel, liv. 41, fl 69 v.

chegou a logral-a por haver fallecido. Manuel Godinho tinha um irmão, seu herdeiro, o licenciado Matheus Galvão Godinho, que tambem prestara serviços á corôa, assim na India como em Roma. Attendendo a estas circumstancias, passou-se um decreto para se lhe dar uma pensão nos bispados vagos. Matheus Godinho requereu, porém, fazendo renuncia de toda a pretensão de seus serviços e do alvará da pensão, pedindo em troca que um dos officios do judicial de Evora, que estava sendo exercido por seu irmão Diogo Galvão Godinho, passase, por sua morte, para a pessoa que cazasse com uma filha d'este, Maria Galvôa. Um alvará de 15 de outubro de 1635 sanccionou o pedido.

Em Evora exercia o cargo de tabellião um Braz Galvão Godinho, provavelmente irmão de Diogo e de Matheus. Por sua morte, effectuada entre os annos de 1624 e 1629, succedeu-lhe no cargo, seu filho Diogo Galvão Godinho, que era homonymo de seu tio. Vão em seguida os documentos comprovativos:

«Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem que eu ei por bem e me praz de faser merce a Manuel Galuão Godinho, clerigo presbitero, que seruio na India e veio d'aquelle estado por terra com despachos do meu seruiço, de trinta mil rs. de pensão eclesiastica sobre as igrejas do padroado real, que forem vagando: pera minha lembrança e sua guarda lhe mandey dar este aluara que emteiramente lhe mandarey comprir como se nelle comtem. Miguel dAzeuedo o fes em Lixboa a quinze de dezembro de mil e seis centos e uinte e hum João Pereira o fes escreuer» (1).

«Eu ElRey faço saber aos que este meu Alvara virem que por quoanto o L.do Martins Galvão Godinho me representou que elle me fez muitos seruisos, assy na India como em Roma, e tem hum aluara de lenbrança de trinta mil rs de penção, de que fiz merce a seu irmão Manuel Galvão pellos seruissos que tambem me fez na India e vinda por terra com despachos de meu seruisso, que não teue effeito por fallecer sem comprimento delles, de que elle Matheus Galuão he herdeiro, pellos quoaes seruissos e aluara eu lhe mandara passar decreto para se lhe dar hũa penção nos bispados vagos, pedindo que por quanto elle tem hum irmaõ por nome Diogo Galvão Godinho, que he proprietario de hum dos officios de taballiaõ, diguo dos officios do judicial da cidade dEvora, que os senhores reis meus predecessores deraõ a seu visavoo e pai pellos seruissos que fizeraõ, e o dito seu irmaõ o tem seruido asy de seruentia como de propriedade por espaço de mais de trinta anos com satisfação, o quoal naõ tem mais que huma filha por nome Maria Galuoa, e quer largar toda a pretenção de seus seruissos e o aluara com que eu lhe faça merce do dito officio por morte do dito seu irmaõ para a pessoa que cazar com a dita Maria Galuoa sua sobrinha, e tendo eu consideração ao que assi me

(1) Torre do Tombo, chancellaria de Filipe III, *Doações*, liv. 9, fl. 104 v.

representou o dito Matheus Galuão, hei por bem e me praz de lhe conceder a propriedade do dito officio de escrivaõ do judicial da cidade de Evora, de que he proprietario o dito seu irmão Diogo Galvão Godinho, pera a pessoa que cazar com a dita Maria Galuoa, sua sobrinha, filha do dito Diogo Galuão, sendo a tal pessoa apta e suficiente, e por quoanto pagou dous mil rs, em que, por constar render este officio ao todo em hum ano corenta mil rs, se estimou a mea annata desta merce, mando ao Prezidente do dezembargo do paço, que constandolhe que a dita Maria Galuoa esta cazada conforme ao sagrado concilio tredentino, faça passar carta do dito officio, a pessoa que com ella estiuer casada sendo apta e suficiente como fica dito, pagando primeiro o que deve de mea anata conforme as regras della, rompendese o aluara de lenbrança, pondosse verbas nas partes a que toquar, e tendo o dito Matheus Galuão feito dezistencia dos ditos seruissos, e este se cumprira como nelle se contem sem duuida algũa, posto que seu effeito aja de durar mais de hum ano sem embargo da ordenação do liv. 2.º, tit. 40, que o contrario dispoem. Diogo Teixeira o fez em Madrid a quinze dias do mes de outubro de mil e seis centos e trinta e sinco anos. Diogo Soares o fez escreuer» (1).

«Dom Philipe etc. Aos que esta minha carta virem faço saber que por parte de Diogo Galvão Godinho, filho de Bras Galvão Godinho, me foi apresentado huũ aluara delRey, meu senhor e pae, que santa gloria aja, por ele asinado e pasado pela chancelaria, do qual o treslado he o seguinte:

«Eu elrei faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito a mo pedir Simaõ Gonçalves Preto, do meu conselho e meu dezembargador, ei por bem e me praz de fazer merce a Bras Galuão Godinho, tabaliam do judicial da cidade de Euora, que elle posa nomiar o dito officio per sua morte em hum seu filho ou na pesoa que casar com hũa sua filha, qual ele quizer, pello que mando aos meus dezembargadores do paço que nomeando o dito Bras Galuão hum filho o enxaminem e sendo apto e não tendo empedimento algum pera auer de seruir o dito officio lhe fação pasar carta em forma delle e nomeando em filha a pesoa que com ella ouuer de casar sera obrigado antes que case virsse apresentar ante os ditos desembargadores pera o examinarem e sendo apto lhe daraõ disso despacho pera depois de fazer serto ser cazado e recebido por palavras de prezente conforme ao Sagrado Consilio Tredentino com a filha do dito Bras Galuão lhe ser pasada carta em forma do dito officio, mostrando o filho em que o dito Braz Galvaõ nomear ou a pesoa que ouuer de casar com a dita sua filha a carta que elle tem do dito officio e sua nomeação e pagando primeiro os direitos ordenados com declaracão que auendo eu por meu seruiço de lho tirar em algum tempo, minha fazenda lhe não ficara por isso obrigada a satisfação algũa. Luis de Lemos o fez em Almada a uinte quatro de julho de mil e quinhentos e nouenta e noue. E eu Rodrigo Sanches o fiz escreuer». E pedindome o dito Diogo Galuão Godinho por merce que por quanto o dito Bras Galuão Godinho, seu pae, era falecido e per uirtude do aluara acima encorporado nomeara nelle o dito officio como constaua de hum pubrico estormento de nomeação que aprezentava que dezia ser feito e asinado do sinal publico de Manuel Roiz, tabaliam publico de notas na dita cidade de Euora, aos

(1) Filipe III, *Doações*, liv. 29, fl 336 v.

dous dias do mes de nouembro do ano de mil e seis centos e uinte e quatro, ouuese por bem de lhe mandar pasar carta em forma do dito officio, e visto seu requerimento, aluara asima encorporado, estromento de nomeação e por confiar delle Diogo Galuão que no de que o encarregar me seruira bem e fielmente como a meu seruiço e bem das partes cumpre, e por lhe fazer merce, ei por bem e o dou ora daqui em diante por tabaliam do judicial da dita cidade de Euora assi e da maneira como elle o deue ser e como o foi Bras Galuão seu pai... Dada na cidade de Lixboa aos doze dias do mes de julho, elRei noso senhor o mandou pellos doutores Francisco Barreto e Fernão Cabral, Pero Borges o fez ano de mil e seis centos e uinte e noue. E eu Miguel Maldonado o fiz escreuer•(1).

Segue-se o signal publico de tabelliaõ de que elle usava.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Filipe III, *Doações*, liv. 31, fl. 297.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Inscripções da India portugueza, transcriptas por J. H. da Cunha Rivara.

Biographia de Quinto Sertorio por Plutarcho de Chéronéa, precedida de algumas observações, por Gabriel Pereira.

Fragmentos relativos á historia e geographia da peninsula iberica. Floro, Salustio, Eutropio, etc., por Gabriel Pereira.

Fragmentos relativos á historia e geographia da peninsula iberica. Livro III da Geographia de Strabão (2.ª parte), por Gabriel Pereira.

Descripção da peninsula iberica. Livro III da Geographia de Strabão (1.ª parte), por Gabriel Pereira.

Versos eborenses do seculo XVIII, por Gabriel Pereira.

Os mouros, por Gabriel Pereira.

Ibu-Abdem, por Gabriel Pereira.

Plinio e Mela. Fragmentos relativos á historia e geographia da peninsula iberica, por Gabriel Pereira.

As questões do pão, por Gabriel Pereira.

Universidade de Evora, por Gabriel Pereira.

A volta do Cenaculo, por Gabriel Pereira.

A restauração em Evora (1640-1645), por Gabriel Pereira.

Evora e o Ultramar, por Gabriel Pereira.

Evora e o Ultramar (2.ª parte), por Gabriel Pereira.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao Instituto não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do Instituto de Coimbra, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto*, a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero VIII

M·DCCC·XCVII

Agosto

COIMBRA

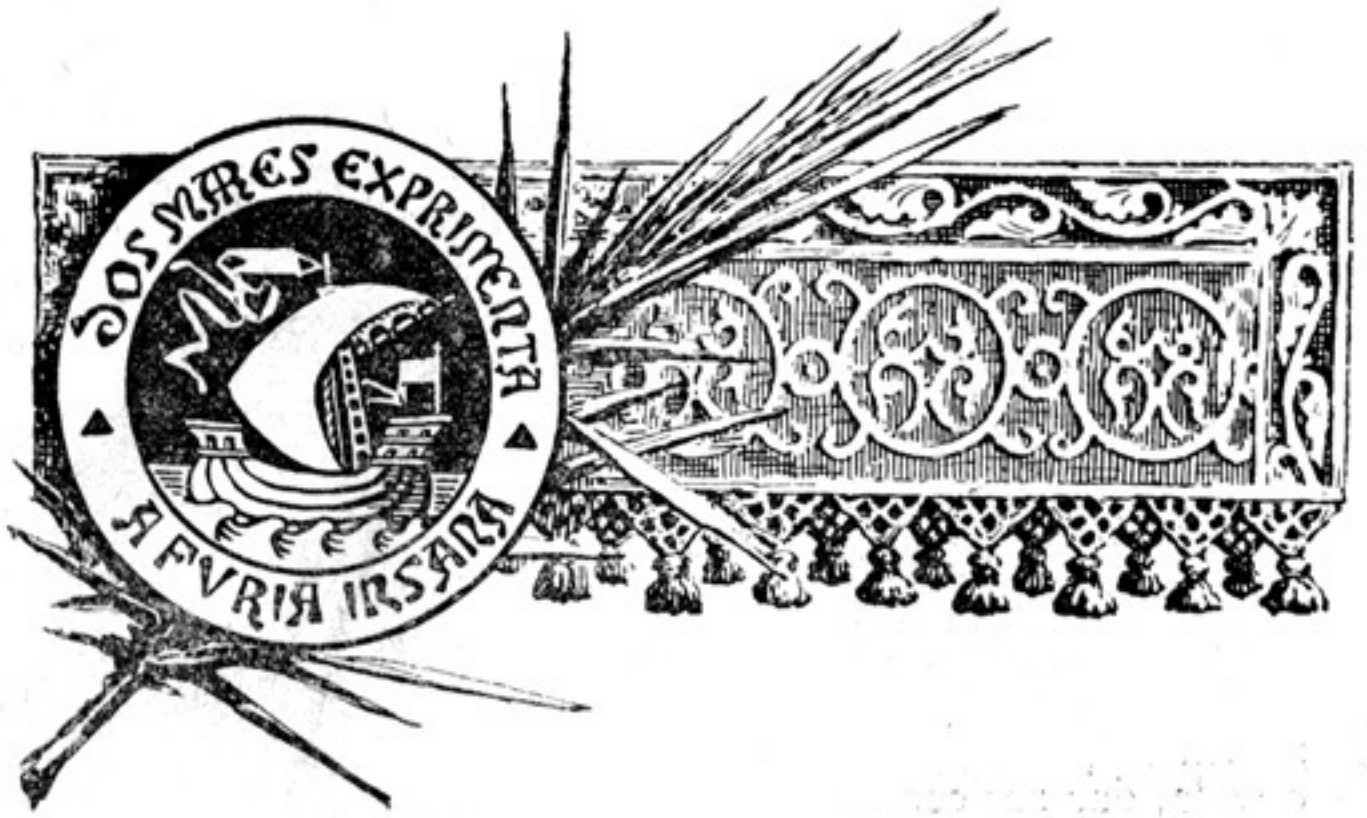
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO SUPERIOR, pelo *Visconde de Villa-Maior* 453
NOTAS D'UM PAE, por *Bernardino Machado* 461
RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA, por *Charles Lepierre* 467
INDICES CEPHALICOS DOS PORTUGUÊSES, por *Alvaro José da Silva Basto* 475
TECIDOS LIQUIDOS DOS ANIMAES, por *A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca* 484
MEMORIA E ESTUDO CHIMICO SOBRE AS AGUAS MINERAES E POTAVEIS DE MOLEDO, por *A. J. Ferreira da Silva* 490
L'AMOUR ANTIQUE, por *Marc Legrand* 495
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 497
ANTONIO HOMEM, por *Antonio José Teixeira* 503
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 511



INSTRUCÇÃO SUPERIOR

(Cont. do n.º 7, pag. 400)

Pondo agora de parte esta questão, podia terminar o que tinha a dizer sobre a memoria de que me tenho occupado, transcrevendo a conclusão que a termina, e na qual se acha condensado todo o pensamento do auctor sobre a reforma dos estudos superiores; mas, não querendo alongar em demasia este meu trabalho, indico apenas que esta conclusão póde ler-se no tomo VII da *Historia dos Estabelecimentos Scientificos* do sr. J. Silvestre Ribeiro, a pag. 231.

Foi bem mal dirigida, extremamente apaixonada, fóra de proposito e pouco feliz, a campanha que então se abriu entre os conservadores universitarios de Coimbra e os promotores e defensores do Instituto de Lisboa.

O que é verdade, é que nem a organização do Instituto

devia prejudicar o ensino transcendente, como convinha que existisse na Universidade, nem este podia nem devia embaraçar o aperfeiçoamento e alargamento da instrucção especial em Lisboa e Porto, que tão necessaria estava sendo, e que todos os que se interessavam pelo verdadeiro progresso estavam reclamando.

A indole e o destino com que foi creado o Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas não podiam affectar prejudicialmente as tendencias normaes do ensino universitario. Mostra-o claramente o decreto da sua creação, e deduz-se tambem dos programmas dos cursos que os professores do Instituto publicaram, apesar de os não poderem pôr em execução em consequencia do Decreto de 2 de dezembro de 1835.

No preambulo dos programmas lê-se o seguinte: — «O pensamento que presidiu á organização do Instituto foi, sem duvida, dar aos conhecimentos physicos e mathematicos uma applicação prática que até agora não tinham tido em Portugal, e crear habeis engenheiros civis e militares, officiaes de marinha, negociantes e administradores».

«Para esse fim se estabeleceram cinco escholas especiaes, em cada uma das quaes se houvessem de ensinar as disciplinas necessarias ás profissões mencionadas. Assim:

«1.º *Eschola de engenharia civil,* comprehendendo as seguintes cadeiras: — Arithmetica universal e Geometria; Mechanica dos solidos e dos fluidos; Optica; Physica experimental geral e particular; Astronomia espherica; Chimica e elementos de mineralogia; Chimica applicada ás artes; Construcções e trabalhos civis; Principios de direito administrativo.

O curso completo d'esta eschola devia ser feito em cinco annos.

«2.º *Eschola de engenharia militar,* comprehendendo as seguintes cadeiras: — Arithmetica universal e Geometria; Mechanica dos solidos e dos fluidos; Optica; Physica experimental geral e particular; — Chimica e elementos de mineralogia; — Chimica applicada ás artes; Tactica, Fortificação e Artilheria e Desenho especial militar.

O curso d'esta eschola devia tambem fazer-se em cinco annos.

«3.º *Eschola especial de marinha,* comprehendendo as seguintes disciplinas: — Arithmetica universal e Geometria;

Astronomia espherica; Physica experimental geral e particular; Navegação; Manobra e apparelho; Elementos de construcção; Artilheria e Tactica naval.

Este curso devia ser de tres annos.

«4.º *Eschola especial de pilotagem,* comprehendendo a parte precisa das cadeiras de Arithmetica universal e Geometria e de Navegação.

O curso seria de dois annos.

«5.º *Eschola especial de commercio,* comprehendendo um curso de tres annos com as cadeiras de Physica experimental geral e particular; Chimica applicada ás artes; Arithmetica commercial; Elementos de Geometria; Escripturação mercantil; Historia e Geographia commerciaes; Economia politica e Principios de direito administrativo e mercantil».

Podia a Universidade, em vista d'este plano e dos respectivos programmas, julgar-se de boa fé prejudicada na sua constituição, e temer a concorrencia do Instituto? Seguramente que não.

A representação que o Claustro Pleno da Universidade dirigiu ás camaras legislativas em 22 de fevereiro de 1836, contendo algumas verdades e muitas inexactidões, foi extremamente parcial e apaixonada, e revelou um demasiado e pouco decoroso receio, que parece ter sido o motor principal d'aquelle documento. Se a Universidade conseguiu então o fim que tinha em vista, fazendo mallograr a creação do Instituto, deveu-o mais ás influencias politicas e partidarias, que se aproveitaram d'aquelle incidente, do que á força dos seus argumentos e á justiça da sua causa. Não pretendo agora renovar essas questões; mas não se póde negar que a creação do Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas era a satisfação de uma grande e urgente necessidade da instrucção nacional, e que é bem pouco invejavel a gloria dos que concorreram para que se mallograsse aquella instituição. Obstar a que se accenda um fóco de instrucção util e necessaria é sempre um crime.

Poucos annos depois, quando já a ideia que havia presidido á creação do Instituto, se tinha realizado noutra instituição, debaixo de fórma e nome diverso, escrevia Alexandre Herculano em uma publicação notavel, intitulada *A Eschola Polytechnica e o Collegio dos Nobres,* o seguinte: — «O pensamento da reforma já penetrou em muitos espiritos: o Insti-

*

tuto creado em 1835 pelo sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães foi a primeira expressão d'elle, e ninguem póde roubar a este ministro a honra que d'isso lhe ha de resultar na posteridade, porque elle foi então martyr d'esse pensamento. Quanta ignorancia, quanto pedantismo, quanto medo da civilização havia por almas curtas e rasteiras, quanta preguiça, quanta incapacidade havia por nossa terra, tudo gemeu, gritou, grasnou, insultos, ponderações, reflexões eruditas e argumentos suporificos. Foi um rebate geral em nome do digesto, etc., etc.»

A Universidade, repito, não tinha razão para se atemorisar com a creação do Instituto, que, em verdade, não era mais do que a reunião em corpo unico das escholas especiaes já existentes em Lisboa dispersas, e que reunidas se ampliavam, coordenavam e aperfeiçoavam para que melhor correspondessem aos seus fins, em beneficio dos serviços do Estado e da sociedade. A Universidade não devia nem podia ter a pretenção de formar com os elementos que então possuia, engenheiros militares e civis, nem officiaes de artilheria ou de marinha, nem constructores navaes, nem pilotos, nem commerciantes, e estes eram os destinos especiaes do Instituto. O ensino profissional na Universidade é de outra ordem para outros fins, e a não ser em relação a medicina, não tinha ella que recear a concorrencia das escholas de Lisboa, e mesmo nesse ponto a concorrencia devia ser-lhe vantajosa pela excitação ao aperfeiçoamento, como os factos posteriores têem mostrado.

Não quero deixar de recordar outros passos do mesmo opusculo de Herculano, e que diz respeito á reforma de instrucção. Diz elle «em todo o caso é certo que a grande reforma da Universidade está, segundo o meu intender, em alargar n'ella o ambito da sciencia, isto é, em completal-a quanto a materias de ensino, e em diminuil-a quanto ao numero dos alumnos, para que não regorgitem de individuos as classes excepcionaes que ella alimenta. A Universidade deve ser o padrão por onde se affira tudo o que diz respeito á intelligencia. A sua missão é duplicada, de eschola, quando provê de novos sujeitos as classes excepcionaes; de academia, quando os seus membros, vivendo pela sciencia e para a sciencia, têem na mão o facho que alumia as escholas de applicação, o facho dos progressos puramente especulativos».

Desde muito tempo que estou convencido de que, principalmente no que respeita ás sciencias physicas, mathematicas e naturaes, a Universidade deve ser uma verdadeira eschola

normal superior de altos estudos, para progresso das sciencias e para habilitação dos professores, tanto de ensino superior como secundario, o que não obsta a que possa, ao mesmo tempo, preparar alumnos para os cursos profissionaes e especiaes. Não devo, porém, antecipar as reflexões que virão mais a proposito quando me occupar das reformas que julgo mais convenientes n'esta provincia da instrucção publica. Agora continuarei expondo resumidamente a historia das tentativas, projectos e providencias, que successivamente fôram apparecendo com o fim de reformar os estudos superiores.

*

Depois de se haver acalmado, apparentemente, a tormenta levantada pela mallograda creação do Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas, sobreveiu a revolução de setembro, que tornou necessario um governo dictatorial com grandes tendencias de reformador.

No campo da instrucção publica não deixou este governo parte alguma intacta. Tentou e decretou uma reforma geral, desde a instrucção elementar nas escholas primarias até aos estabelecimentos da instrucção superior. Os Decretos de 15 e 17 de novembro, o primeiro sôbre a instrucção primaria, e o segundo sôbre a secundaria; os de 5 e 29 de dezembro de 1836, tendo o primeiro por objecto a reforma da Universidade, e o segundo o melhoramento das Escholas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto, e, finalmente, os de 11 e 13 de janeiro de 1837, creando a Eschola Polytechnica em Lisboa e a Academia Polytechnica no Porto, marcam epocha importante na organização dos estudos nacionaes em Portugal.

Como todos esses decretos se encontram publicados nas respectivas collecções officiaes, é escusado dar n'este trabalho noticia particular e minuciosa do seu conteúdo. Todos elles, exceptuando o de 11 de janeiro de 1837, que creou a Eschola Polytechnica, basearam-se nos planos de estudos apresentados pelo dr. José Alexandre de Campos, então Vice-Reitor da Universidade, ao qual, segundo parece, foi confiada pelo ministro do reino, Manuel da Silva Passos, a incumbencia de os preparar.

Foram incontestavelmente estes decretos um progresso na organização dos estudos superiores; porém, a reforma que elles tinham em vista não era completa nem harmonica; re-

sentia-se da precipitação e pouco estudo com que fôra elaborada. Assim, não decorreram muitos annos sem que o governo tentasse novas alterações no regimento dos estudos superiores. Em 1842, um Decreto de 20 de setembro nomeou uma nova commissão para organizar um plano geral de instrucção publica.

Em março de 1843 o ministro do reino apresentou na camara dos deputados em relatorio e projecto de reforma, datado de 4 d'aquelle mez, o qual, apesar de não ter por objecto a instrucção superior, declara — que reserva para uma proposta especial as pequenas alterações que julga necessarias sôbre a reforma dos estudos da Universidade de Coimbra —. O Titulo VII d'este relatorio amplia e modifica algumas disposições do Decreto de 29 de dezembro de 1836, relativo ás Escholas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto.

Diz este mesmo relatorio que a reforma da instrucção era uma necessidade imperiosa e geralmente reconhecida — que o primeiro pensamento d'esta reforma brotara em 1835, mas que este pensamento se mallograra, encontrando, apenas projectado, resistencias que não poude vencer —. Diz ainda mais — a questão nacional da instrucção publica foi tratada posteriormente em 1836 e 1837, mas esta questão não foi n'essa epocha nem cabalmente comprehendida, nem convenientemente resolvida. Reclama, porém, a justiça que se diga que o pensamento, que presidiu a esta reforma, foi civilizador e sinceramente generoso —.

Preparava-se o governo para apresentar ás côrtes um novo projecto de reforma dos estudos superiores. Affirma-o a Portaria de 8 de março de 1843, assignada por A. B. da Costa Cabral (hoje Marquez de Thomar) quando diz: — Desejando o governo de Sua Majestade a Rainha promover o melhoramento dos estudos da Universidade de Coimbra, apresentando ás côrtes a proposta de lei que para isso fôr conveniente: Ha por bem a mesma Senhora que cada uma das diversas Faculdades da dita Universidade consulte as reformas e providencias de que carecer, e que sendo reunidos todos esses trabalhos a uma propósta geral, o Reitor a remetta a este ministerio com a sua particular informação e parecer —.

As Faculdades consultaram em obediencia a esta portaria, propondo as reformas que julgavam necessarias ou uteis, e parece que com este auxilio se formulou a proposta de reforma, que, em consequencia das occorrencias politicas d'aquella epocha, não foi convertida em lei pelas côrtes, mas que foi decretada pelo governo em dictadura com a data de

20 de setembro de 1844, e que no que toca á organização dos cursos universitarios está ainda em vigor com as modificações parciaes que posteriormente lhe foram feitas em diversas occasiões.

Quando se preparavam os trabalhos que serviram de fundamento ao Decreto de 20 de setembro de 1844, publicou em Coimbra, no mez de novembro de 1843, o dr. João Alberto Pereira de Azevedo, lente de medicina, uma apreciavel memoria com o titulo de — *A Universidade de Coimbra em 1843* — toda ella tendente a mostrar a supremacia da Universidade, em resposta a algumas ideias que se haviam manifestado na camara dos deputados, e concluindo por defender a conveniencia de collocar em Coimbra o Conselho Superior de Instrucção Publica.

A semelhança do que aconteceu com as reformas de 1836 e 1837, a de 1844 não satisfez completamente a todas as exigencias e necessidades do ensino superior, e por isso não adquiriu nem a força nem a auctoridade moral que havia caracterizado a grande reforma de 1772. Não decorreu muito tempo sem que começassem a manifestar-se novas pretenções, já por parte da propria Universidade, já das outras escholas superiores e até na imprensa periodica. Havia effectivamente razão para essas reclamações, mas deve todavia notar-se que em favor da reforma de 1772, ou para melhor dizer do reformador d'aquella epocha não havia a vencer as mesmas difficuldades que encontraram os modernos reformadores; porque em 1772 tratava-se unicamente da organização de um unico estabelecimento, todo novo na parte technica, sem rivaes, sem opposição e pela superior auctoridade de um poder illustrado, energico, resoluto, respeitado e temido. Bastou a vontade do ministro reformador, e, sobretudo, a illustração e competencia dos poucos collaboradores de que teve a fortuna de servir-se para que se realizasse a reforma, então a mais conveniente ao estado do paiz e a mais propria para a sua regeneração intellectual. As condições em que se acharam os que desde 1833 quizeram e tentaram reformar e melhorar a instrucção publica decadente e anarchica, eram muito diversas a todos os respeitos; mas não é este o logar nem a occasião de entrar no exame e analyse d'essas condições. Continúo, pois, com o principal objecto d'este escripto.

Parece que, em Portaria de 10 de agosto de 1849, o governo exigia que a Faculdade de Direito formulasse um projecto para a creação de uma Faculdade de sciencias economicas e administrativas, devendo este corpo de ensino ter

por base os elementos existentes nas outras Faculdades da Universidade. Por haver chegado a Coimbra aquella portaria em tempo de ferias ou por outro qualquer motivo, só em 25 de janeiro seguinte é que o Claustro nomeou uma commissão de cinco membros para se occupar d'aquelle objecto, e esta em 9 de fevereiro apresentou ao Claustro o seu parecer, formulando um projecto em onze artigos, precedido de uma exposição de motivos sufficientemente desenvolvidos.

(Continúa).

VISCONDE DE VILLA-MAIOR.

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do vol. XLIII, n.os 10 e 11, pag. 804)

A instrucção industrial tambem ainda mal desponta nos trabalhos manuaes dos cursos primarios annexos ás escholas industriaes.

Olha-se quasi só á instrucção scientifica, e nella ainda mais á nominal do que á real. Pois ambas estas são necessarias, e nem uma se póde apprender sem a outra!

Assim como as faculdades se unificam na vontade, todas as profissões se unificam e sublimam na moral. A alma de todas é a cordealidade, a virtude.

A moral é religiosa, como é philosophica, como é practica. O bem é a um tempo verdade, belleza e utilidade.

Os sabios, os artistas e os industriaes só valem pelo bem que fazem.

A arte não cria só typos de belleza; o seu fim é dar-nos emoções, ainda mesmo penosas e dilacerantes. Mas sempre deve ser moral! Senão a obra d'arte falha, porque soffre no seu effeito emotivo o desconto da repugnancia que nos causa a sua immoralidade. Póde, é claro, um artista tratar assumptos immoraes, e revoltar-nos, mas ha de revoltar-nos contra o mal!

Acima de todas as figuras de sabios, artistas e industriaes famosos, avultam, aureoladas pelo sacrificio, as figuras dos martyres, dos santos.

Christo tornou-se o centro de toda a civilisação: a sciencia, a arte, a industria, assim como o governo, tornaram-se christãos. Falta ainda esta unidade moral ao mundo contemporaneo!

Todos os systemas moraes se podem logicamente e tambem chronologicamente reduzir a duas categorias, conforme collocam o centro da vida fóra ou dentro do universo.

Os primeiros geram-se na meditação melancholica dos que descrêem do reinado da justiça sôbre a terra e appellam para as perspectivas d'uma estancia melhor, onde ella triumphe eternamente; mas, prégando o sacrificio de todos, a sua doutrina, para extirpar o mal, ameaça tudo destruir. Filha do amor, quantas vezes se converte em instrumento de odio, e cobre os campos de cadaveres e os corações de lucto! Inspiradora não só do desprezo das grandezas terrenas e da propria mortificação, mas até do desapego do trabalho util e das legitimas affeições, ella cria um egoismo de beatificação, que, rompendo a solidariedade de cada homem com as outras creaturas, excita-o, numa febre nihilista, a espalhar diante de si o exterminio, como que em busca, atravez das ruinas e da morte, das regiões gloriosas de além-tumulo.

Para os outros o reino do Senhor é o d'este mundo. E, comtanto que ninguem incorra orgulhosamente no erro anthropocentrico de suppor que tudo convirja em seu proveito, não ha doutrina mais salutar. Melhorar o mundo, tornal-o cada vez mais habitavel e habitado por almas livres, eis o verdadeiro ideal de paz e amor! O fim do homem é a creação, não a mortificação.

O espirito, opprimido nos sêres infimos, vae-se erguendo successivamente até brilhar com todo o esplendor na consciencia humana. Essa emancipação é a obra do progresso. Todo aquelle que trabalha pelo aperfeiçoamento da nossa terra, prepara-a para o reinado do Senhor. Os que vivem nesta fé, os bons, têem o ceu na vida, assistindo com delicia á sua campanha generosa e antevendo-lhe a efficacia perduravel; ao passo que os maus soffrem logo o castigo que ha em não fazer o bem, que é o de trocar a vida mais livre por uma condição inferior. Elles lançam sôbre a sua alma e sôbre a dos seus filhos o peso, a oppressão das suas perversidades. E quem sabe se os seus proprios elementos, após a morte, não levarão comsigo um fermento de repulsão e de odio que os condemnará por longo tempo ás infimas existencias? D'elles a custo brotará novamente a vida! Nem viverão longo tempo os seus descendentes, se não accumularem esforços para se resgatar do seu triste legado, porque o mundo vae cada vez mais expellindo de si as fórmas damninhas, ferozes. Só per-

sistem os sêres que commungam na ordem universal! Os maus têem o que quer que é de dissociativo, que faz lembrar o hybridismo; e são, como os hybridos, mais ou menos estereis sempre.

Fazer o bem é realisar a immoralidade. Só o bem é eterno: quem o faz, vive nelle para sempre. O mal só vive o tempo que é preciso para o destruir.

Façamos o bem, até para bem vivermos comnosco. Nós somos o nosso principal publico!

Uns vêem no mal dos outros o mal dos seus competidores e uma attenuação do seu; outros vêem um mal seu, porque é o mal dos seus collaboradores. Esta a concepção que cumpre substituir á primeira!

A veracidade é uma virtude fundamental, porque é a expressão da unidade da alma. Quem não diz o que pensa, nem faz o que diz, não tem caracter e deixa de ser uma pessôa com quem se possa tratar.

O amor proprio d'alguns trabalhadores insinua-lhes artificiosamente esta seductora theoria: «Todos os sacrificios, sim, mas pela nossa profissão, pelo nosso desenvolvimento! é o melhor modo que temos de nos tornar prestaveis». E por isso recusam-se a desarranjar-se por causa dos outros. «Estão a trabalhar para elles!» pensam.

Não! Não é pela intensiva cultura excepcional d'alguns privilegiados que o mundo mais ha de prosperar; mas pelo crescente alargamento do bem-estar do maior numero! Os proprios grandes homens precisam de continuadores; e quanto menos valer a maioria que os rodeie, tanto mais difficil será recrutar-lh'os.

Está claro que o sacrificio, embora quasi sempre reforce a vontade e decuplique portanto as forças da alma, não deixa, ainda que nos não leve a vida, de representar muita vez uma perda irremediavel de tempo para o nosso adiantamento pessoal na sciencia, na arte ou na industria; mas se podemos pela nossa abnegação comprometter-nos para alguma importante descoberta, nada é realmente perdido afinal, porque, melhorando o estado social, preparamos o espirito publico para produzir não só essa, mas descobertas ainda mais maravilhosas. Preparamol-o até porque as intelligencias se fecundam pela

sua união! «Quatro olhos vêem mais do que dois», pondera judiciosamente o nosso povo.

E quem póde contar com a vida? Os felizes egoistas, que pospõem o bem immediato, que está ao seu alcance, na perspectiva d'um bem maior incerto, por que esperam, arriscam-se muito a não vir a fazer nenhum!

A lucta pela existencia é lei natural, a cooperação é lei moral. Quanto maior a civilisação, mais diminue a lucta, mais augmenta a cooperação. Sociedade muito dividida mal se póde chamar sociedade.

E ha quem proclame que a educação deve preparar para a lucta pela existencia!

Eu disse que a lucta pela existencia é lei natural, mas entenda-se! Na lucta entram dois factores, um de ataque esteril, aniquilador, que por isso não póde ser lei de organisação, e outro de defesa e fortalecimento, que o é. O homem, defendendo-se, defende virtualmente em si a especie, e, pouco a pouco, vae-se achando com forças de animo para a defender tambem effectivamente nos seus semelhantes.

Ahi está o exemplo da mulher! A sua vida é dar a vida pelos outros.

A vida moral subjuga todas as faculdades.

Em minha casa, certos pratos mais mimosos, minha mãe reservava-os para nós; e, para não se servir d'elles, dizia: «Se eu não gosto d'isto!» E o facto é que, com a sua abstenção, chegou a perder-lhes o gôsto! Tanto póde a satisfação moral do sacrificio!

Affligindo os outros, tiramos-lhe dias de existencia. Façamo-nos agradaveis e complacentes, para que mais tarde, quando nos morra um parente ou um amigo, não lastimemos já irremediavelmente os desgôstos que lhe démos!

Que os novos ataquem, vá! ainda terão tempo de render justiça aos seus adversarios e congraçar-se com elles. Mas d'uma certa edade por diante, não póde ser!

Não convertamos os bens que Deus nos concede, em instrumentos de tortura para os outros!

As creanças que se habituam a renhir com todos, contráem um espirito bellicoso, que lhes põe em desconcerto as proprias faculdades. Algumas voltam-se até contra o livro que lêem, se o não comprehendem de prompto, enfrenesiando-se a ponto de perderem a capacidade de o comprehender. Arremettem contra tudo ás cabeçadas!

A saude é um palladio moral. Assim como a reproducção é um excesso de nutrição, tambem a vida animal e, com ella, a mansidão. Os fortes são mansos, o que é um principio de bondade.

A innocencia dos sãos parece-se, sim, com a mansidão dos animaes fartos; mas essa innocencia, por assim dizer silvestre, assegura á alma a tranquilidade necessaria para que possa adquirir a innocencia divinal das consciencias puras.

A instrucção é o desenvolvimento da vida animal, como a nutrição é o da vida organica. A necessidade da instrucção, é, pois, obvia: contrarial-a é suspender o desenvolvimento da alma. Mas será um mal necessario, que por isso se deva combater, ainda á custa da vida? Não!

O homem não possue senão um meio de se desenvolver, que é exercitar-se; meio unico, mas bastante, poderosissimo. O que é o exercicio, temol-o todos sentido na plenitude da vida que produz um trabalho proporcionado ás nossas forças. Não ha quém, no meio da sua faina, não rompa em descantes, que lhe desafoguem a alma; e a antiguidade celebrava sempre com festas as grandes lides humanas.

Emquanto os indolentes se entorpecem e cada vez se tornam mais aborrecidos a si e aos outros, o trabalhador abalança-se a todas as dedicações. A vida superabunda-lhe a ponto de vir a ser para elle uma necessidade repartil-a. Por isso o homem robusto de espirito e de corpo é quasi sempre bom: sente-se contente, feliz, e vê os outros com olhos de paz e sympathia; ao passo que o homem fraco volta contra todos o seu mau humor.

Um simples passeio desenvolve em nós sentimentos affectuosos: não ha quem, ao recolher a casa, depois d'uma *volta* pelas praias, não traga os bolsos cheios de conchas, de beijinhos, para dar ás creanças. E quem, durante uma doença prolongada, não chegou pela sua rabugice a ser injusto, cruel, para com os seus melhores amigos, para com a sua propria mulher ou mãe, que o tratava com requintes de carinho?

Não têem ouvido chamar ingenuas a tantas pessoas de aturado labor? é que não só não fazem o mal, mas andam tão alheiadas dos seus enredos, que muitas vezes nem dão por elle.

Não é preciso rebaixar o homem ao nivel dos outros animaes para o elevar á virtude e á felicidade; basta não esquecer que, embora o mais perfeito, elle é tambem um animal. A virtude, que está na alma, não é apanagio dos simples; cresce com a grandeza da propria alma. Se a gente que vive mais no estado da natureza, nos encanta com os quadros dos seus amores, e tem as notas meigas ou doloridas que nos deliciam nas cantigas populares; ai! pobre gente! que miseraveis dias succedem tanta vez aos arroubamentos da mocidade! A vida do camponez e do operario tem todas as bellezas da vida do trabalhador; e, quando os encontramos á volta da arada ou á saída da fabrica com o filhinho aos pulos nos braços elasticos, a sua ternura enternece-nos; mas, porque não iremos á casa do medico, do advogado, do professor, etc.? As suas virtudes não são tão faladas, unicamente porque não dão tanto nas vistas; e a litteratura não traz quasi sempre para publico senão os casos pathologicos da civilisação. Esses mesmos, mais complicados, sem duvida, d'uma perversão mais engenhosa e por isso mais culpavel, nunca revelam porém a cegueira brava e feroz, que não deixa tempo á virtude para luctar; a não serem casos de loucura.

(Continúa).

BERNARDINO MACHADO.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMÁTICAS

RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA

QUE SE REALIZOU EM PARÍS DE 27 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 1896

(Cont. do n.º 6, pag. 362)

PROGRAMMA DO SR. BRÉVANS PARA UM CURSO DE CHYMICA APPLICADA Á ALIMENTAÇÃO HUMANA

Generalidades. — Introducção, definição dos elementos nutritivos, elementos e condimentos.

Elementos nutritivos: Aguas, substáncias albuminóides, gorduras, matérias extractivas não azotadas, cellulose, matérias mineraes.

Digestão. — O apparelho digestivo: Estudo das diversas phases da digestão. Digestibilidade dos alimentos e condimentos. Passagem dos alimentos digeridos para o sangue. Circulação sanguinea. Composição do sangue, e seu papel na vida. Assimilação e desassimilação. Producção do calor animal, sua conservação. Producção da força. Histórico das theorias da nutrição. Formação da gordura no organismo. Experiencias para avaliar o gráu de digestibilidade dos diversos alimentos. Cálculo da ração alimentar.

ALIMENTOS

I. ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL

1.º *Carne.* — Estructura anatómica. Composição chymica. Estudo das differentes carnes. Alteração das carnes. Conservação da carne. Anályse da carne. Valor nutritivo das diversas carnes. O peixe.

2.º *Ovos.* — Composição anatómica e chymica. Valor nutritivo. Conservação e exame.

3.º *Leite.* — Formação do leite. Constituição e propriedades. Diversas especies de leite. Alterações. Falsificações. Anályse. Conservação.

4.º *Lacticinios.* — Manteiga e queijo. Technologia. Composição da manteiga e dos diversos queijos. Conservação. Falsificações. Anályses.

II. ALIMENTOS DE ORIGEM VEGETAL

1.º *Cereaes.* — Diversas especies. Constituição anatómica e chymica. Alterações. Farinha. Amido. Pão. Dôces. Massas. Alterações. Falsificações. Anályse.

2.º *Legumes.* — Diversas especies. Constituição anatómica e chymica. Conservação. Alterações. Anályse.

3.º *Fructas.*

4.º *Assucares.*

5.º *Gorduras e óleos vegetaes.* — Differentes especies. Constituição chymica. Alterações. Anályses.

6.º *Condimentos e especiarias, etc.* Café. Chá. Cacau. Pimenta, etc. Composição. Anályse.

7.º *O sal marinho.*

III. AS BEBIDAS

1.º *Agua.* — Agua potavel. Aguas mineraes. Aguas gazosas. Alterações. Anályse.

2.º *Vinho.* — Technologia. Alteração e falsificações. Anályse. Vinagre, etc.

3.º *Cerveja.* — Composição. Technologia. Alterações. Anályse.

4.º *Alcooes.* — Composição. Anályse. Licores. Aguardentes, etc., os perigos do alcool, alcoolismo.

* 15.º *Unificação dos méthodos de anályse dos vinhos, vinagres e alcooes.*

Relatório bem elaborado, apresentado pelo sr. Leroy. A questão da unificação dos méthodos analyticos prendeu a attenção do Congresso, nas suas diversas Secções, por isso não houve difficuldade em chegar a adoptar-se a seguinte proposta:

«Unificar os méthodos de anályses de vinhos, vinagres e

licores e submetter os méthodos empregados á approvação dos conselhos de hygiene».

16.º *Procura da glycose nas cervejas. Succedáneos do lúpulo. Será possivel dar da cerveja uma definição legal?*

Relatório muito conciso do sr. Padé.

Submettido á discussão, não se chegou a conclusões firmes pelo que diz respeito á 3.ª parte da communicação.

17.º *Dosagem das substáncias reductoras nos vinagres. Pesquiza dos extractos factícios. Podem os vinagres de alcool serem vendidos com o nome de vinagres.*

O relator desta questão foi o sr. Sig. de Raczkowski.

A parte do relatório que foi mais discutida foi a última, por se tratar da definição do vinagre; falaram sobre o assumpto os srs. Burker, Taffe, Raczkowski, Liebermann, André, Ordonneau, Magnier de la Source, Lepierre, etc. Chegou-se á conclusão, sanccionada por um voto, que «á palavra vinagre deviam os fabricantes e negociantes accrescentar no rótulo das garrafas a origem dos seus productos. Assim: vinagre de *vinho,* vinagre de *alcool,* vinagre de *cerveja,* etc.».

18.º *Anályse dos vinhos azedos e neutralizados. Procura do aróma artificial dos vinhos. Dosagem da dextrina, etc.*

Esta communicação do sr. Taffe, depois de lida, entrou em discussão conjuntamente com a communicação 15.ª

19.º *Dosagem do extracto secco e cinzas nas bebidas.*

Este relatório do sr. Roques, tambem foi discutido juntamente com a proposta 15.ª

* 20.º *Existéncia e quantidade de ácido sulfuroso nos vinhos enxofrados. Proporções que se devem tolerar de ácido sulfuroso livre e combinado nas anályses de vinho.*

O delegado suisso o sr. Chuard, apresentou um trabalho completo sobre a questão.

Além do ácido sulfuroso livre, proveniente da operação da «mêchage», que os vinhos contêm em pequena quantidade, tem-se propagado muito, de alguns annos para cá, o uso dos sulfitos e bisulfitos, para conservar o vinho. Esta prática deve ser completamente prohibida, pois que os sulfitos e corpos análogos não são productos normaes do vinho, nem tão pouco necessários á sua conservação quando o vinho está bem fabricado.

O sr. Chuard lembrou que o governo suisso já tinha prohibido este emprêgo.

Vários Congressistas tomaram a palavra entre os quaes os srs. Jean, Taffe, Durand, Lepierre, etc.

Alguns Congressistas suppunham que os sulfitos em presença do ácido tártrico ou bitartrato dos vinhos deviam dar ácido sulfuroso.

Lembrei que esta dupla decomposição não me parecia possivel: 1.º pela diluição; 2.º porque os sulfitos desenvolvem mais calor na sua formação de que os tartratos; por isso, em virtude da lei thermochymica do trabalho máximo, o ácido tartrico não deve deslocar o ácido sulfuroso.

Por este motivo no vinho havia a considerar-se: 1.º o ácido sulfuroso livre, unica e exclusivamente proveniente do enxofre queimado nos toneis, para destruir os fermentos secundários; 2.º os sulfitos directamente lançados no vinho.

Accrescentei que o uso dos sulfitos se generalisava muito; visto que não só tive occasião de analysar *vinhos sulfitados,* mas que de uma vez entregaram-me um sal para eu examinar, vendido por um negociante do Porto, para a conservação dos vinhos, e que rapidamente reconheci ser o sulfito neutro de potássio; segundo informações que recebi, este sal é empregado na dose de 100 a 200 grammas por cada pipa de 500 litros.

Acabada a discussão, a Secção votou as seguintes conclusões:

«Impedir por completo o uso dos sulfitos e bisulfitos para conservação dos vinhos.

«Tolerar simplesmente a pequena quantidade de ácido sulfuroso proveniente do tratamento dos cascos pelo enxofre».

Chamo a attenção da Commissão dos vinhos e azeites, sobre estas conclusões, visto que, como acabo de o dizer, a addição dos sulfitos e saes analogos nos vinhos, tambem se está usando em Portugal.

21.º *Qual a dose de impurezas que se podem tolerar nas differentes especies de alcooes, aguardentes, etc.*

Uma commissão composta dos srs. Allé-Bergé, Effront, Jorissen, fôra nomeado pelo Congresso de Bruxellas para estudar este assumpto. O sr. Roques foi escolhido para apresentar um relatório ao segundo Congresso.

Este trabalho muito completo e conscienciosamente feito, infelizmente não resolve a questão; a culpa não é do relator, mas simplesmente da difficuldade em conciliar as impurezas do alcool industrial com as impurezas encontradas nas aguar-

dentes naturaes (cognac, genebra, kirsh, aguardentes de canna, de figos, de vinhos, etc.).

Seria preciso para isso um grande numero de anályses destas diversas bebidas, maior do que as actualmente publicadas.

Por isso, impossivel se tornava tirar conclusões positivas, pelo menos no que diz respeito ás aguardentes.

Falaram sobre este assumpto os srs. Ordonneau, Roques, Burker, Riche, Magnier de la Source, André, etc.

Afinal a Secção resolveu adoptar o seguinte:

«1.º Os alcooes industriaes insufficientemente purificados não devem servir para o consumo.

«2.º Nomear uma commissão encarregada de estudar a dose de impurezas que se podem consentir nos diversos alcooes industriaes».

22.º Acabarei esta parte do meu relatório por duas communicações que tive a honra de apresentar ao Congresso de Chymica:

Dosagem do ácido phosphórico nas aguas potaveis.

Communicação do sr. Charles Lepierre.

O Congresso de Bruxellas (1889) fixou a meio milligramma a dose máxima de anhydrido phosphórico nas aguas potaveis. Tendo tido occasião num trabalho sobre «Aguas de Coimbra», actualmente no prélo, de verificar a difficuldade dos méthodos ordinariamente seguidos, quando applicadas a tão pequenas quantidades de ácido phosphórico, estudei e estabeleci um processo novo, baseado na intensidade da côr amarella apresentada pelas soluções de phospho-molybdato de ammónio em presença do ácido azótico. Este processo que fica descripto, in-extenso, nos «*Documentos*» deu-me excellentes resultados.

23.º *Unificação dos méthodos de anályses bacteriológicas e chymicas das águas potaveis e interpretação dos resultados obtidos*

Communicação dos srs. Lepierre e Tarragon.

O meu collega Tarragon, engenheiro e chymico da poderosa Companhia Geral das Aguas de Paris e eu, fomos os promotores de medidas sobre o assumpto acima indicado.

Neste sentido redigi uns «considerandos» que resumo aqui: A unificação dos méthodos de anályses das aguas tornou-se necessária.

Hoje a questão é mais complexa do que antigamente;

de facto, para se fixar definitivamente o valor hygiénico de uma agua, é preciso proceder conjunctamente á anályse chymica e á anályse bacteriológica. Todos concordam nisso. Acho preferivel ser o mesmo Laboratório que trate das duas anályses; foi, de resto, assim que o entenderam em quasi todos os países.

Méthodos. — Os méthodos analyticos variam com os Laboratórios, não só no mesmo país, como tambem na mesma cidade. Ora, ninguem ignora que, para certas determinações (matérias orgánicas, oxygénio dissolvido, nitratos, sulfatos, etc.), os resultados podem variar entre grandes limites.

É preciso, pois, fixar as condições em que todos os chymicos se devem collocar para chegarem a resultados comparaveis.

Com a anályse bacteriológica dá-se o mesmo caso: a prática recommendou o emprêgo quasi exclusivo das placas de Petri, mal conceituadas nos primeiros annos de uso do méthodo das placas.

Ao cabo de quantos dias se deve fazer a numeração das bacterias? Qual a influéncia da temperatura? Utilidade ou não das placas de gelose, etc., etc.? Qual a importáncia que se deve ligar á presença do Bacillo coli nas aguas?

São outros tantos pontos não resolvidos de uma maneira geral.

Admittindo agora a unificação dos méthodos, é mistér estabelecer os limites a adoptar nas diversas determinações, fazendo entrar em consideração a constituição geológica.

Aqui tambem notamos a maior desharmonia; as tabellas apresentadas nos differentes países e até nos mesmos países por corporações ou estabelecimentos scientificos, apresentam variações difficeis de explicar.

O mesmo acontece com a interpretação da anályse microbiana. Vamos exemplificar o nosso pensamento e para isso tomarei primeiro a anályse chymica:

Residuo secco. — Fórma, peso e tamanho das capsulas, temperatura de dessicação (que varía segundo os auctores entre 110° e 180°).

Gráu hydrotimétrico. — Existem varios tambem, entre os quaes citarei o *gráu francez* de Boutron e Boudet, cuja base por signal tem sido mal interpretada pela maioria dos auctores (1); o *gráu allemão* e o *gráu inglez*.

Já chamei ha annos a attenção sobre estas divergéncias e

---

(1) Lepierre — *Bulletin de la Société Chimique*, 1891.

propuz a adopção de um gráu, filho directo do systema decimal.

O gráu que propunha representava o número de *centigrammas* de saes calcários, calculados em chloreto de cálcio, que a agua encerra por litro, sendo este gráu indicado pelo numero de centímetros cúbicos de soluto de sabão gasto. Quer dizer que o número de centímetros cúbicos empregue representava o número de *centigrammas* de saes calculados em chloreto de cálcio por litro; vê-se a simplicidade da lei mnemónica.

Matérias orgánicas. — O processo pelo permanganato parece ter reunido a maioria dos suffragios; resta agora fixar as condições exactas do seu emprêgo, que variam com os Laboratórios.

Deve ser empregado em solução ácida ou em solução alcalina ou por ambos os processos?

Azote. — Nota-se a falta de unidade nas differentes dosagens do azote (nítrico, nitroso, ammoniacal, orgánico). Fixar a importancia dos nitratos nas aguas.

Chloro. — Processo preferivel; interpretação dos resultados. A interpretação póde variar conforme as aguas sam ou não próximas do mar; assim me aconteceu nas anályses que fiz da agua minero-medicinal da Villa do Machico.

Cal, magnesia. — Fixar os processos analyticos e os limites.

Acido sulfúrico. — O méthodo indicado pelo Laboratório Municipal de Paris, está, a meu ver, muito pouco sensivel para o fim em vista.

Ácerca da analyse bacteriologica a discordáncia é grande, sobretudo para a interpretação dos resultados:

Uns (principalmente os médicos) rejeitam as aguas que encerram o Bacillo coli communis; outros, e não os menos auctorisados, o sr. Miquel, por exemplo (1), não considera a presença do Bacillo coli como sendo nocivo á saude. Mas é bom não se esquecer que o Bacillo coli já não constitue só uma especie, mas um genero, uma familia; todos os recentes trabalhos sobre o Bacillo coli o demonstram, e todos aquelles que tiveram occasião de estudar este micróbio, sabem que numa mesma agua apparecem simultaneamente varios typos do Bacillo coli, alguns destes fixos, quasi invariaveis, outros

(1) Miquel — 2.ª *Supp. Dict.* de Wurtz e Friedel.

que, variam de uma cultura para outra; alguns destes typos são pathogéneos de uma maneira permanente; outros typos são accidentalmente pathogéneos, etc.

Em resumo, em vista do resultado das anályses tanto o chymico como o bacteriologista hesitam muitas vezes por concluir.

Além disso, as aguas contêm muitas vezes bacillos fluorescentes sobre os quaes, em varias memórias, os srs. Gessard, Ducamp, Planchon e Lepierre (1), chamaram a attenção dos hygienistas. Consideramos na maior parte dos casos, taes aguas como suspeitas. Mas é possivel que estes auctores e eu exaggeremos a importancia pathogénica desta flora.

E' exactamente por todos estes motivos que sería conveniente chegar a conclusões precisas.

Tambem sería util que os bacteriologistas estivessem fixados sobre o valor do número de germens microbianos. Possuimos, na verdade, a classificação de Miquel, mas alguns consideram-na como absoluta de mais.

Taes são, muito resumidos, os pontos sobre os quaes queriamos chamar a attenção do Congresso. Effectivamente não devemos esquecer que a água é um verdadeiro alimento, não tanto talvez pelos seus saes, mas sobretudo pelo papel especial e insubstituivel por ella desempenhada em physiologia.

Foi no intuito de contribuir para a resolução das dúvidas que acabo de expôr que apresentei ao Congresso em meu nome e no do sr. Tarragon a seguinte proposta que foi ratificada pela Secção e pelo Congresso.

«A 9.ª Secção do Congresso de chymica applicada nomeará uma commissão encarregada de apresentar um relatório ao próximo Congresso sobre:

«1.º A unificação dos méthodos de anályse chymica e microbiológica das aguas potaveis e o estabelecimento de tabellas internacionaes, fixando os limites de potabilidade.

«2.º Determinar a importáncia sob o ponto de vista da saüde, do numero de colónias microbianas e da sua qualidade, sobretudo pelo que diz respeito á presença do Bacillo coli e das especies fluorescentes».

(Continúa). CHARLES LEPIERRE.

---

(1) Lepierre — *Ann. Inst. Pasteur*, 1895.

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES

(Cont. do n.º 7, pag. 422)

Ensaio de distribuïção geográphica do índice cephálico em Portugal, segundo os trabalhos do dr. Ferraz de Macedo. — Ao esboçarmos no primeiro capítulo os méthodos da Ethnologia applicados ao estudo de um país, dissemos ser necessário começar por fazer uma divisão ethnográphica, aínda que provisória, apoiada nalgum dos caracteres physicos da população. Os anthropólogos de differentes países têem tomado o índice cephálico, e com razão, para base desse primeiro estudo.

Póde imaginar-se por conseguinte o interesse, que se liga á carta do índice cephálico como documento anthropológico.

O levantamento de tal carta requer porém cuidados particulares.

Quando se trata de obter uma estatística anthropométrica, duas questões de méthodo surgem logo de princípio: determinar o número absoluto e o número relativo de observações, que é preciso effectuar.

Broca, apoiado na sua longa práctica, fixou em 20 o mínimo de exemplares do mesmo sexo indispensaveis para o estudo, isto é indispensaveis para que «a média não varie pela addição de novos exemplares da mesma proveniéncia».

Todavia o caso particular do índice cephálico foi, por Collignon (1) e Olóriz, submettido a um estudo profundo do qual se concluiu ser 50 casos o mínimo sufficiente para que a addição de novos casos não mude em mais de duas décimas a média relativa a uma extensão da grandeza duma província hespanhola ou de um departamento francês.

---

(1) Collignon — *L'indice cephálique des populations françaises.* In *L'Anthrop.*, p. 201, 1890.

E' claro, que o número de casos sufficientes para obter a média póde não ser sufficiente para applicar o méthodo da seriação, ou por outras palavras, para obter uma série de caracteres invariaveis.

A solução do problema correspondente exige porém investigações especiaes.

Livi, que levantou a carta do índice cephálico em Itália, nunca applica a seriação a menos de 100 casos. Olóriz, seguindo-lhe o exemplo, procurou e conseguiu reünir mais de 100 observações em cada uma das 48 províncias hespanholas.

Se o número absoluto de observações deve exceder 50 numa região comparavel a uma província hespanhola, o número relativo variará dum caso para outro especialmente com as circunstáncias geográphicas (planície, território montanhoso, etc.). A perícia do anthropólogo pertence fixar esse número.

A respeito da apresentação dos resultados não é coisa tam símplez como poderia julgar-se.

O méthodo gráphico de notação individual num mappa é inapplicavel, por isso que o número de observações e o número de habitantes não conservam sempre a mesma proporção. É pois necessário admittir uma divisão territorial, para considerar como homogénios os indivíduos procedentes de cada uma das regiões.

Em princípio a divisão será tanto mais perfeita quanto mais restrictas forem as regiões. As três nações latinas, que têem o seu mappa já prompto, adoptáram divisões administrativas comparaveis: 48 províncias em Hespanha, 87 districtos em Itália e 89 departamentos em França. É claro, que, se alguma das regiões revelar núcleos distinctos de população, dever-se-ha fracciona-la.

Os exemplares devem ser escolhidos com equidade em toda a região considerada e não numa só das suas localidades.

Postos estes princípios, resta saber se a série de crânios da collecção do dr. Ferraz de Macedo é satisfactória.

A origem da collecção não a recommenda para trabalhos desta ordem. Os crânios foram exhumados dos dois cemitérios públicos de Lisbôa, occidental e oriental, com os respectivos necrológios á vista (1).

---

(1) O agrupamento dos índices cephálicos da série já viu a luz na obra seguinte: Estácio da Veiga — *Antiguidades monumentaes do Algarve,* vol. II, p. 493, 1887.

O seguinte quadro servirá entretanto para apreciar o valor relativo da série portuguêsa (1):

Países	Observadores	Número absoluto de casos	Número de casos por 1:000 km.²	Número de casos por 1 milhão de habitantes	Densidade da população (habit. por 1 km.²)
Portugal...	F. Macedo..	494	5,5	106	54,8
Hespanha..	Olóriz.....	8.368	16	492	34,6
Itália.....	Livi.....	12.127	41	404	105,2
França.....	Collignon..	8.707	16	229	72,6

A nossa série é pois manifestamente inferior á das outras nações latinas.

E mesmo em absoluto não póde merecer-nos muita confiança, como resulta da tabella seguinte, indicativa do número de casos em cada provincia:

Provincias		Minho	Tras-os-Montes	Douro	Beira Alta	Beira Baixa	Extremadura	Alentejo	Algarve
Numero de observ.	absoluto	27	9	40	15	7	279	15	19
	n.º % dos homens	0,011	0,004	0,007	0,008	0,003	0,050	0,007	0,016

Vê-se, que as séries parciaes sam mui desigualmente numerosas. Além disso sam muito menos comparaveis entre si do que as séries provinciaes hespanholas. A differença entre a percentagem máxima e mínima dos homens medidos em Hespanha é de 21, e em Portugal de 47.

Mas o defeito principal está na insufficiéncia das séries provinciaes. Em 5 das 8 séries o número de crânios não chega a 20, como era indispensavel. Com mais razão o nú-

(1) Os dados relativos á nossa população referem-se ao Censo de 1890, publicado em 1896 sob a direcção do sr. Ed. Villaça.

mero de índices nessas 5 províncias é insufficiente para a seriação.

Esta insufficiéncia de materiaes dá provavelmente a razão porque o observador adoptou a antiga divisão em 8 províncias em logar da divisão em 17 districtos mais em harmonia com a das outras nações latinas. Era mui preferivel ter adoptado a divisão districtal, e verificar depois se o agrupamento dos districtos segundo as antigas províncias possue um caracter éthnico.

Dentro da precisão, que lhe marcam estas considerações, vejamos o que nos diz o quadro VIII, onde se ensaia a distribuïção geográphica do índice. Notemos primeiro, que a differença dos índices médios nas províncias, que o têem mais differente, é comparavel á mesma quantidade relativa a Hespanha, dada a differença de extensão das duas nações:

Paises	Differença entre o máximo e o minimo médios
Portugal	3,32
Hespanha	4,18
Itália	11,10
França	10,00

Não ha dúvida de que em Portugal e Hespanha existem elementos éthnicos diversos. Mas a pequena divergéncia entre os índices médios provinciaes em cada um dos dois países auctoriza a pensar, que esses elementos na nossa Península sam mais affins ou estam mais misturados do que nas restantes nações latinas.

Quasi todas as nossas províncias sam dolichocéphalas. Exceptuam-se o Minho e o Algarve, que sam mesaticéphalas em pequeno grau.

O índice mais elevado encontra-se no Minho (75,71), e em seguida no Algarve (75,29). Desta província vai decrescendo regularmente para o norte através do Alentejo (74,83), Extremadura (74,26), Beira Baixa (73,74), Beira Alta (72,59), e Tras-os-Montes (72,49), onde attinge o mínimo.

Na facha do littoral o índice é mais elevado: decresce da Extremadura (74,26) ao Douro (73,84), para augmentar em seguida no Minho (75,71).

E' pena, que não possuamos as seriações provinciaes, afim de vêr se se confirma a suspeita, que temos, da insufficiéncia da distribuïção provincial.

Antes de largar este assumpto, aínda umas notas caracteristicas suggeridas pelo índice médio das províncias hespanholas limítrophes do nosso país.

O elevado índice do Minho (75,71) continúa a augmentar para o norte através das províncias de Orense (76,48), Pontevedra (77,02), Lugo (78,11) e Oviedo (78,89). Estas últimas sam as mais brachycéphalas de Hespanha, e constituem na nação vizinha as amostras mais puras desse elemento, que provavelmente está em relação com o celta tam bem representado em certos departamentos francêses.

O fóco de dolichocephalia existente em Tras-os-Montes (72,49) continúa-se em Hespanha, não sem uma pequena lacuna (talvez devida á insufficiéncia dos nossos materiaes), pelas províncias de Zamora (75,26) e Léon (75,48).

Todavia nestas províncias encontram-se pequenas manchas de índice inferior a 74.

Olóriz (1) suppõe, que é nesta região, que se encontram melhor conservados os elementos da antiga população peninsular. Vê-se pois o interesse, que desperta o estudo mais detalhado da nossa província de Tras-os-Montes.

Quando se examina o mappa hespanhol do índice cephálico nota-se um forte núcleo de brachycephalia nas províncias do littoral occeánico do sul: Cadiz (77,49) e Huelva (77,06).

Este elemento de cabeça arredondada será da mesma natureza que o da região cantábrica? E' uma questão a resolver.

Todavia á medida que nos approximamos da margem hespanhola do Guadiana, o índice desce abaixo de 75, para subir no Algarve (75,29). E' pois de crêr, que a elevação, que o índice experimenta, quando caminhamos do norte para a costa meridional do nosso país, nada tenha com o fóco de brachycephalia existente na Baixa-Andaluzia. E' de crêr, que seja devida ao elemento semita e berbere.

Nota. — Segundo um relatório citado pelo sr. Leite de Vasconcélloz (2) abundam na Serra da Estrella os brachycéphalos, o que o índice da Beira Baixa de modo algum revela.

---

(1) Olóriz — Loc. cit., pp. 166 e 232.

(2) J. Leite de Vasconcélloz — *Portugal prehistórico*, p. 33, 1885, (*Bibliotheca do povo e das escolas*).

E' para sentir, que a secção d'Anthropologia, que fez parte da expedição scientífica á Serra da Estrella, organizada em 1881 pela Sociedade de Geographia, não publicasse até hoje o seu relatório!

§ 2.º ALGUNS DADOS PARA A HISTÓRIA DO ÍNDICE CEPHÁLICO EM PORTUGAL

ÍNDICE CEPHÁLICO DE ALGUNS CRÁNIOS PREHISTÓRICOS

Apesar da importáncia, que tem para a Ethnogenia, o conhecimento dos caracteres anatómicos das raças históricas e prehistóricas, este parágrapho terá de ser muito curto por isso mesmo que faltam os documentos respectivos.

Apresentaremos primeiro os algarismos, que se referem aos crânios prehistóricos, e depois tocaremos, ligeiramente, no pouco que ha sobre crânios luso-romanos.

Os dados, que constam do quadro IX, foram extrahidos da importantíssima Memória, que o anthropólogo português Paula e Oliveira apresentou ao Congresso d'Anthropologia de 1880, onde foi mui notada, sob o titulo de *Notes sur les ossements humaines qui se trouvent dans le Musée de la Section geologique de Lisbonne* (1).

Os crânios prehistóricos do Museu geológico português fórmam dois grupos: um comprehende os crânios extrahidos dos *kjoekkenmoeddings* de Mugem, o outro os encontrados nos dolmens das cercanias de Lisbôa e em algumas cavernas da Extremadura.

Carlos Ribeiro admitte, que os crânios do primeiro grupo remontam ao princípio do período neolíthico. Os do segundo grupo sam francamente neolíthicos, a maior parte provavelmente do fim desta idade.

No Valle do Areeiro, perto de Villa Nova da Raínha, encontrou-se um crânio, que segundo Carlos Ribeiro é *provavelmente* paleolíthico, portanto o mais antigo dos nossos crânios prehistóricos. Pertence ao Museu da Escola Polytéchnica.

---

(1) Vid. *Compte-rendu do Congresso*, p. 294. Appareceu tambem nas publicações seguintes: Cartaillac—*Les âges prehistoriques de l'Espagne et du Portugal*, 1886; *Communicações da Commissão dos trabalhos geológicos de Portugal*, t. II, 1889.

O crânio *paleolíthico* é brachycéphalo em pequeno grau (80,11). Paula e Oliveira approxima-o dum typo clássico — o crânio número 2 de Furfooz da classificação de Quatrefages e Hamy (*Crania ethnica*).

Os crânios proto-neolíthicos offerecem dois typos com muitos caracteres de inferioridade: fronte fugidia, grande desenvolvimento occipital, suturas símplez, prognathismo sub-nasal, etc.

O typo mais frequente é dolichocéphalo: é representado no quadro IX por um crânio masculino e outro feminino. Em 7 crânios deste typo Paula e Oliveira achou o índice mímino de 71,11 e o máximo de 75,56. Ha pois transição para a mesaticephalia. A média é 73,80.

O segundo typo dos crânios de Mugem, que é brachycéphalo, encontra-se apenas em 3 crânios. Descobríram-se dois no Cabeço d'Arruda: um feminino de índice 86,90; outro masculino de índice 97,37. Segundo Paula e Oliveira, as deformações posthumas exaggeráram num e noutro a brachycephalia. Os auctores da *Crania ethnica* acháram associados no primeiro destes crânios os caracteres do typo número 2 de Furfooz e do typo de Canstadt.

O terceiro crânio brachycéphalo encontrou-se precisamente em Mugem. E' o número 1 registado no quadro. Índice = 82,56. Este crânio lembra a Paula e Oliveira o typo mongólico.

Passemos aos crânios francamente *neolíthicos*.

E' curioso notar, que se attenuam muito os caracteres de inferioridade em relação ao proto-neolíthico. Sam especialmente mais volumosos.

Predominam os dolichocéphalos, como no princípio do período.

Os brachycéphalos encontram-se bastante puros, ao lado dos dolichocéphalos. E' bom exemplar o crânio da caverna do Carvalhal a que se refere o quadro. Apresentam, dum modo geral, os caracteres descriptivos dos brachycéphalos de Mugem.

Os dolichocéphalos, de variações individuaes mais extensas que os de Mugem, podem attingir a mesaticephalia.

E' bom exemplar o número 2 da Casa de Moura a que se refere o quadro.

Em Monte-Junto a mesaticephalia attinge um grau, que prende a attenção. Paula e Oliveira approxima-os de vários crânios da Irlanda e da Escóssia (1).

---

(1) Veja-se a este respeito: *L'Anthropologie*, p. 515, 1894.

Quanto aos francamente dolichocéphalos, classifica-os Paula e Oliveira na raça de Cro-Magnon. Recorda, que alguns anthropólogos têem assignalado esta raça em differentes estações prehistóricas de Hespanha. Quatrefages e Hamy dizem-a representada aínda nos Bascos, na Algéria, nas Canárias, etc.

Quatrefages, fallando sobre a communicação, que Paula e Oliveira fez ao Congresso, acha exacta a sua approximação; mas accrescentou, que se não deve estender a todos os dolichocéphalos neolíthicos, que habitáram as margens do Tejo e os arredores de Lisbôa (1).

O que ha de notavel na prehistória portuguêsa é a antiguidade dos nossos brachycéphalos.

A admittir a authenticidade paleolíthica do crânio do Valle do Areeiro, e a não suspeitar da influéncia das deformações pósthumas na brachycephalia dos três crânios proto-neolíthicos de Mugem, é-se levado a crêr, que no nosso sólo coexistíram desde a mais alta antiguidade as duas fórmas allongada e redonda da cabeça. Estes factos vam de encontro ás conclusões da Paleoethnologia (2) sobre a successão da fórma da cabeça na Europa occidental.

Por outro lado não esquecendo, que os nossos crânios brachycéphalos mais antigos têem sido approximados da raça de Furfooz, devemos lembrar, que Mortillet (3) demonstrou, que essa caverna era muito posterior ao quaternário. O que pelo menos não torna inverosimil a hypóthese da communidade de origem dos nossos brachycéphalos neolíthicos e dos brachycéphalos francêses e inglêses do mesmo período.

E' curioso notar, que Estácio da Veiga (4), nas suas explorações archeológicas do Algarve, do período neolíthico encontrou sòmente crânios dolichocéphalos.

Será pois improvavel, que os nossos brachycéphalos prehistóricos fossem immigrantes neolíthicos, que tivessem seguido o curso do Tejo?

Devo dizer, que o benemérito archeólogo do Algarve não acredita nas migrações do oriente até ao nosso sólo.

Como quer que seja, o facto incontestavel é que no período neolithico do nosso país era enorme o predomínio da dolicho-

---

(1) *Compte-rendu do Congresso*, p. 304, 1880.
(2) Mortillet — *Le Préhistorique.*
(3) Hovelacque et Hervé — *Précis d'Anthropologie*, p. 365.
(4) Estácio da Veiga — *Antiguidades monumentaes do Algarve*, t. II.

cephalia. Não é portanto aventurar muito o admittir, que esse predomínio se prolongou até hoje, ainda que attenuado (1).

Dos crânios prehistóricos portuguêses da idade dos metaes pouco ou nada sabemos.

João Bonança, na sua *História da Lusitânia e da Ibéria*, cita um, pertencente provavelmente á idade do bronze, cujo índice é 74,60.

Todos os crânios da idade do cobre e do bronze a que se refere Estácio da Veiga eram dolichocéphalos.

No concelho da Figueira da Foz, o sr. dr. Antonio dos Santos Rocha, distincto archeólogo, tem posto a descoberto muitos crânios antigos, cujo estudo não nos consta, que tivesse sido já feito.

(Continúa). ÁLVARO JOSÉ DA SILVA BASTO.

---

(1) Póde lêr-se com interesse o artigo seguinte: Hervé—*Les brachycéphales néolithiques*. In *Revue de l'École d'Anthropologie*, p. 393, 1894; p. 18, 1895.

TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES

(Cont. do n.º 7, pag. 408)

Sangue dos músculos. — Durante a contracção, o sangue circula nos músculos mais lentamente; sahe muito escuro depois de ter abandonado quasi todo o oxygénio e de ter fixado um volume um pouco menor de anhydrido carbónico.

Sczelkow achou, termo médio, que em 100 volumes de sangue a 0º e a 1:000^{mm} de pressão, ha as seguintes alterações:

	Oxygénio	Oxygénio libertado	Anhydrido carbónico	Anhydrido carbónico libertado	Azote
Sangue arterial do músculo.....	15,25		26,71		1,23
Sangue venoso. Músculo em repouso..	6,70	3,73	33,20	3,18	1,13
Sangue venoso. Músculo contrahido..	2,97		36,38		1,12

Segundo Mathieu e Urbain, durante o trabalho muscular o sangue arterial contém mais oxygénio e menos gaz carbónico.

Sangue durante a digestão. — Com uma alimentação animal, as proporções dos glóbulos vermelhos, da fibrina, das substâncias extractivas, do ácido úrico, e dos saes augmentam no sangue durante a digestão; com a alimentação vegetal o sangue torna-se mais aquoso e alcalino, augmenta em gorduras, em saes magnésicos e calcáreos, e diminue em fibrina.

As bebidas não tornam o sangue mais aquoso, porque o excesso de água é rapidamente eliminado pelos rins. O número de glóbulos augmenta depois das comidas; o número de glóbulos vermelhos attinge o máximo, 20 minutos a duas horas depois da comida; nas mesmas circunstâncias a proporção de glóbulos brancos passa de 1 para 1800, a 1 para 500 hemácias proximamente.

Durante a digestão, o sangue empobrece em oxygénio e enriquece em gaz carbónico, que attinge o máximo quatro horas depois das refeições.

Com uma alimentação insufficiente, a quantidade de sangue, o número de glóbulos e o seu peso diminuem, emquanto que augmenta a proporção de fibrina. A falta absoluta de alimentação produz um abaixamento diário de temperatura de 0°,8 proximamente, que produz a morte quando a temperatura desce a 26°.

Sangue durante a gravidez. — Segundo Nasse a densidade do sangue diminue gradualmente, ao passo que a fibrina augmenta desde o principio até ao fim da gestação. A proporção de fibrina diminue com a amammentação.

O número de glóbulos, tanto vermelhos como brancos, diminue tambem, segundo Rosina e Ekkert, durante a gravidez, para augmentar pouco tempo depois do parto.

Sangue placentário. — Denis demonstrou, que na occasião do parto, existem no sangue das veias placentárias duas vezes mais glóbulos, que no sangue venoso médio da mãe; e Stass, que o mesmo sangue contém menos água e mais urêa.

Cohnstein e Züntz acharam em 100 partes de sangue de carneiro o seguinte:

	Sangue arterial da mãe	Sangue da arteria umbilical	Sangue da veia umbilical
Hemoglobina	7,3	7,08	—
Oxygénio	14,7	2,5	6,3
Anhydrido carbónico	46,7	47,0	40,5

Alterações pathológicas. — As modificações pathológicas do sangue podem produzir uma variação da quantidade absoluta do sangue, só ou acompanhada por alterações de fórma e proporções dos seus elementos.

Dá-se o nome de *polyemia* ou pléthora ao augmento da massa do sangue, quando este augmento tem logar egualmente em todos os seus elementos constitüitivos; manifesta-se pela coloração azulada dos tegumentos externos, inchação dos vasos sanguineos, injecção dos capillares, congestões cerebraes e pulmonares, acompanhadas de vertigens e dyspnêa.

Este estado póde provir de uma nutrição e assimilação exaggeradas, ou do augmento rápido da massa sanguinea como depois das amputações (pléthora apocóptica) ou transfusões abundantes.

Quando augmenta sòmente a proporção do sôro, a polyemia diz-se *serosa,* e *aquosa* quando augmenta a proporção de água, como nas doenças de rins, que determinam a destruição do parenchyma secretor destes orgãos.

Nos indivíduos vigorosos em que desapparecem as hemorrhagias regulares, como por exemplo na suspensão anormal da menstruação, admitte-se a existéncia do augmento de glóbulos vermelhos, o que constitue a polyemia *polycythémica* ou *hyperglobulia,* que se nota tambem nas affecções orgánicas graves do coração e no lado paralysado dos hemiplégicos.

Diz-se que ha polyemia hyperalbuminosa, quando augmentam os albuminatos do plasma, geralmente por uma absorpção abundante das substáncias albuminoides introduzidas no canal digestivo; *melithemia* ou *glycemia,* quando augmenta a proporção de glycose, que nos diabeticos chega a 1 e mais grammas por litro; *lipumia,* quando augmentam as gorduras.

A proporção dos saes augmenta nas doenças infecciosas e nas hydropisias; diminue nas phlegmasias e na chólera.

O saugue humano normal, contendo 4 por 1:000 de chloreto de sódio contém: 3,5 a 3,7 nos plethóricos; 3 a 2,8 no rheumatismo agudo; 3 nas phlegmasias; 2,9 nos typhos; 3,1 na chlorose; 3,1 a 3,3 na phthisica; e 3.4 nos syphilíticos.

Os phosphatos terrosos augmentam um pouco nas phlegmasias e diminuem na diabetes.

O ácido úrico augmenta nos rheumáticos e gottosos, cujo sôro póde conter 0,004 a 0,175 por cento.

Com algumas febres, na chólera, uremias, septicémia, carbúnculo, etc., a urêa, as substáncias extractivas e as ptomainas precipitaveis pelo reagente de Liebig, augmentam muito no sangue.

Segundo Picard, a urêa existente em 1:000 partes de sangue, é:

Sangue normal	0,250
Febre inflammatória	0,247
» permiciosa	0,228
Rheumatismo agudo	0,272
Anemia	0,244
Pléthora	0,115
Glycosuria e albuminuria	0,181

Chólera	0,700
Doença de Bright: delírio	0,700
» amaurosa, coma	1,500
» oedema sem accidentes	0,769
» o mesmo, desapparecendo o oedema	0,215
» sem oedema, urinas não albuminosas	0,370

A fibrina augmenta nas phlegmasias especialmente na pneumonia e pleuresia.

A diminuição da massa total do sangue, chamada oligaimia, tem logar em seguida a qualquer perda directa de sangue.

A perda de alguns centímetros cúbicos de sangue no recemnascido, de 250 centímetros cúbicos nas creanças de 1 anno, e de metade da massa do sangue dos adultos póde ser fatal.

As mulheres supportam melhor as hemorrhagias que os homens, parecendo que nellas é mais rápida e facil a regeneração do sangue.

Os indivíduos gordos, fracos e edosos supportam mal as perdas sanguíneas.

As hemorrhagias sam tanto mais perigosas quanto mais rápidas sam.

Se a morte se não segue á hemorrhagia, o sangue regenera-se mais ou menos rapidamente, parecendo que nesta occasião diminue a destruição dos glóbulos vermelhos; Bunbzeu viu que, passadas algumas horas sobre as sangrias moderadas, o sangue dos animaes retoma o volume primitivo.

Chama se *oligaimia secca* ao engrossamento do sangue causado pela perda da água; observa-se no homem em seguida ás evacuações aquosas abundantes como as da chólera.

Nestes casos o sangue toma a consisténcia da gelea e deixa de circular.

A *oligaimia hypoalbuminosa* é a alteração do sangue, que consiste na diminuição anormal da quantidade de substáncias albuminoides. Nota-se na albuminuria, nas suppurações presistentes, ulcerações externas, na dyssenteria albuminosa, etc.

O número dos glóbulos é anormalmente diminuído em todas as perdas sanguineas, como hemorrhagias, menstruação, etc., nas doenças gyréticas agudas, em alguns casos de transfusão e ainda quando as partes periphéricas sam intensamente resfriadas; neste caso algumas hemácias dissolvem-se no plasma, que se cora de vermelho.

Quando a formação de novos glóbulos se atrasa, o seu número total diminue por causa das numerosas e activas causas de destruição destes elementos. A chlorose das rapa-

rigas parece ter por causa uma fraqueza congenital do desenvolvimento no folheto médio dos apparelhos hematopoiético e circulatório, pois têem um coração e vasos muito pequenos; nellas a proporção dos glóbulos vermelhos póde descer a metade do seu valor normal.

A anemia perniciosa é egualmente causada por uma affecção grave dos orgãos hematopoiéticos.

Na anemia chrónica, os glóbulos vermelhos reduzem-se a $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{5}$ do estado normal.

Na anemia própria dos habitantes das grandes cidades, principalmente dos bairros operários, parece provavel que na destruição dos glóbulos intervenham, envenenando o sangue, o óxydo de carbono e o anhydrido carbónico, que impregnam o ar cheio de fumo.

Nas diversas doenças o diàmetro dos glóbulos varía de 2,9 a 19$^{\mu}$,2.

Os micrócytos com menos de 6$^{\mu}$ abundam em todas as anemias; existem tambem na cirrhose.

As variações do pêso dos glóbulos sam proporcionaes ás da quantidade de hemoglobina.

Segundo Quinquaud, a hemoglobina no estado secco existente em 1:000 partes de sangue fresco, é:

Homem no estado normal	125
Diabetes	114 a 109
Febre typhoide primeira semana	127
Febre typhoide	125 a 91
Tuberculose — 1.º gráu	115 a 96
Tuberculose — 2.º gráu	110 a 86
Tuberculose — 3.º gráu	106 a 48
Nephrite parenchymatosa	103 a 85
Uremia	107
Uremia chrónica	85
Doença de Bright	110 a 82
Cirrhose do fígado	101
Anemias	106 a 50
Chlorose	78 a 46
Leucocythemia cachéctica	58
Doença de Pott	67 a 72
Cancro do estómago	48 a 38

As alterações da fórma dos glóbulos vermelhos observam-se principalmente em seguida a queimaduras graves.

A dissociação das hemácias em gottas numerosas, a *hemacytotypria,* tem-se observado em algumas doenças.

Em algumas febres paludosas os glóbulos sam destruídos, e as suas partículas pigmentares escuras continuam em suspensão no sangue, constitüindo a *melanemia*.

Nas intoxicações palustres e nos glóbulos vermelhos das aves, rãs e tartarugas, desenvolvem-se ás vezes pequenos animaes inferiores, que acabam por destrui-los.

Emfim nas leucemias o número de glóbulos brancos augmenta de tal modo, que póde egualar o dos glóbulos vermelhos, parecendo neste caso que ao sangue se acha misturado leite.

As acções exercidas sobre o sangue pelos tóxicos e pelos medicamentos sam muito variaveis.

As inhalações de oxygénio, alcool, o quinino, o ácido cyanhydrico, etc., augmentam as dimensões dos glóbulos vermelhos; o anhydrido carbónico, o calor, a febre, a morphina, etc., diminuem-na pelo contrário.

Os compostos antimoniaes, asseniacaes e o phósphoro, em doses medicinaes, augmentam a gordura do sangue, e fazem duplicar a cholestrina.

A bilis injectada nos vasos circulatórios envenena ràpidamente o sangue, onde faz apparecer crystaes de hemoglobina, ao mesmo tempo que a urina se carrega de productos corantes derivados da destruição dos glóbulos vermelhos.

O anhydrido carbónico em excesso faz diminuir a quantidade de hemoglobina e augmentar proporcionalmente a de hemoglobina reduzida.

O óxydo de carbono expulsa o oxygénio das hemácias formando a carboxyhemoglobina, composto impróprio para a funcção respiratória, ao mesmo tempo que diminue a capacidade respiratória do sangue. Assim, para duas milléssimas de óxydo de carbono, que existem muitas vezes na atmosphera próximo dos fogões que funccionem mal, a capacidade respiratória passa de 28, que é a normal, a 18, isto é, perto de um terço de hemoglobina fica incapaz de servir para a hematose.

O hemióxydo de azote N_2O, muito empregado como anesthésico, desloca o oxygénio das hemácias sem contudo impedir a sua reoxydação.

O protóxydo de azote NO, combina-se com a hemoglobina, expulsando o oxygénio e mesmo o óxydo de carbono, formando um composto muito venenoso. Debaixo da influéncia deste corpo o sangue toma uma côr carmezim, devida á formação da azoxyhemoglobina.

(Continúa). A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca.

MEMORIA E ESTUDO CHIMICO SOBRE AS AGUAS MINERAES E POTAVEIS DE MOLEDO

(Cont. do n.º 7, pag. 416)

VII

CONCLUSÕES

98. Da exposição que temos feito até aqui resultam as seguintes conclusões:

1.º As aguas das nascentes de Moledo acham-se hoje bem captadas e podem ser aproveitadas em sua pureza primitiva.

2.º A thermalidade das nascentes quentes vai de 34º,6 a 40º,6. Devem, portanto, figurar no grupo das aguas *mesothermaes,* isto é, cuja temperatura é proximamente a temperatura humana.

3.º A sua quota salina, isto é, a somma dos materiaes solidos que n'ellas existem em solução, está comprehendida entre 0gr,248 a 0gr,252 por litro.

Cabe, pois, as aguas de Moledo a designação de — *aguas thermaes hyposalinas.*

4.º Estas aguas têm todas accentuada alcalinidade, são nitidamente *alcalinas;* e esta alcalinidade é principalmente devida ao carbonato de soda e outros carbonatos alcalinos e alcalino-terrosos, que n'ellas existem em solução, sob a fórma de bicarbonatos.

5.º A sua mineralisação especial é devida principalmente a sulfhydratos alcalinos, não só o *sulfhydrato de sodio,* mas tambem o *sulfhydrato de ammonio,* não encontrado até agora de um modo preciso nas aguas sulfurosas portuguezas.

A estes sulfhydratos está associada uma proporção variavel de *acido sulfhydrico livre.*

São, pois, aguas *sulfureas,* e, nas classificações usuaes, pertencem ao grupo, admittido por Willm e muitos hydrologistas, das *sulfureas-sodicas.*

6.º A proporção de enxofre activo que as mineralisa está comprehendida entre 0gr,004 e 0gr,006; em média póde ser representada por 5 mgr., por litro.

7.º Além dos sulfhydratos e do acido sulfhydrico, contêem dóses variaveis de *hyposulfitos*.

8.º Estas aguas tambem são *lithinicas*, a tal ponto que se poude determinar a percentagem do lithio.

9.º Contêem vestigios de brometos, fluoretos e principalmente de iodetos alcalinos, substancias estas que tinham passado até agora desapercebidas.

10.º De todas as nascentes de Moledo, as que representam mais exactamente o typo da constituição hydromineral d'aquella estação são as da Lameira, e em seguida as da Estrada.

CONCLUSÃO GERAL

99. A nossa conclusão final é, pois, que as aguas das nascentes mineraes de Moledo constituem um typo bem definido, e, ao que parece, distincto das aguas sulfureas do paiz já submettidas a uma analyse completa.

Adoptando a classificação do sr. professor RICARDO JORGE devem inscrever-se como: *mesothermaes, hyposalinas, bicarbonatadas sodicas (alcalinas), silicatadas* e *sulfureas*.

SEGUNDA PARTE

AGUAS POTAVEIS DE MOLEDO. COMPOSIÇÃO CHIMICA — QUALIDADES SOB O PONTO DE VISTA HYGIENICO

COMPOSIÇÃO CHIMICA E VALOR HYGIENICO DAS AGUAS POTAVEIS DE MOLEDO

100. Das aguas potaveis de Moledo e suas proximidades estudámos, segundo os methodos usados por nós e que constam da nota intitulada — *O exame das aguas potaveis sob o ponto de vista hygienico* (1), as aguas do Pomar e Figueira, que

(1) *Instituto*, de Coimbra, numero de fevereiro de 1895 e seguintes.

ficam na margem esquerda do Douro, em frente ás caldas de Moledo, nas abas do monte onde assenta Penajoia; e as que se encontram na margem direita, no proprio local das Caldas, e conhecidas pelos nomes de aguas do Ferrador, do Aqueducto, do Tinoco e do Jardim.

Eis os resultados do exame das aguas dos dois grupos:

I — AGUAS POTAVEIS SITUADAS NA MARGEM ESQUERDA

		Agua do Pomar	Agua da Figueira
Dureza total (em gráus francezes).....		5°,36	4°,5
Dureza permanente (em gráus francezes)..		3°,38	2°,8
		Gr.	Gr.
Residuo solido secco a 110°.....	por litro	0,21400	0,16700
Residuo da calcinação.....	»	0,15400	0,13600
Materia organica expressa em oxygenio...	»	0,00080	0,00070
» » » em acido oxalico	»	0,00630	0,00560
Chloro expresso em chloreto de sodio...	»	0,06100	0,04000
Acido sulfurico (SO^3).....	»	0,03020	0,02410
Oxygenio dissolvido.....	»	0,00700	0,00770
Azoto.... nitrico.....	»	0,00090	0,00020
Azoto.... ammoniacal.....	»	0,00004	0,00011
Azoto.... albuminoide.....	»	0,00006	0,00016

II — AGUAS POTAVEIS SITUADAS NA MARGEM DIREITA

		Agua do Jardim	Agua do Tinoco	Agua do Aqueducto	Agua do Ferrador
Dureza total		6°,5	8°,3	12°	9°,5
Dureza permanente		1°,4	6°,4	2°,8	6°,7
		Gr.	Gr.	Gr.	Gr.
Residuo solido secco a 110°	por litro	0,29400	0,21700	0,33400	0,28900
Residuo da calcinação	»	0,22300	0,17400	0,31800	0,22900
Materia organica expressa em oxygenio	»	0,00090	0,00100	0,00070	0,00110
» » » em acido oxalico	»	0,00750	0,00810	0,00560	0,00880
Chloro expresso em chloreto de sodio	»	0,07600	0,03500	Não det.	0,06400
Acido sulfurico (SO^3)	»	Não det.	0,05170	Não det.	0,07610
Oxygenio dissolvido	»	0,00580	0,00760	0,00513	0,00660
Azoto — nitrico	»	Vestigios	Vestigios	Vestigios	0,00030
Azoto — ammonical	».	0,00002	0,00005	0,00004	0,00003
Azoto — albuminoide	»	0,00004	0,00001	0,00005	0,00003

101. *Caracteres physicos e organolepticos.* — Todas estas aguas eram limpidas, transparentes e gratas ao paladar. Conservadas durante muitos mezes em frascos fechados, não apresentáram indicio algum de corrupção.

CONCLUSÕES

102. Dos resultados descriptos n'estes quadros conclue-se que:

1.º As aguas da margem esquerda são excellentes sob o ponto de vista hygienico, não só porque o seu gráu hydrotimetrico é muito baixo, mas tambem porque as materias organicas que n'ellas existem são em proporção muito moderada.

São, n'uma palavra, aguas muito puras, e cuja composição está em relação com a formação geologica d'onde brotam.

2.º As aguas sitas na margem direita e por nós analysadas têem todas, especialmente as do Jardim, Tinoco e Aqueducto, os caracteres de boas aguas potaveis, e servem para todos os usos alimentares e domesticos.

A. J. Ferreira da Silva.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

L'AMOUR ANTIQUE

La Dormeuse

A Manuel da Silva Gayo

A peine le sein voilé
Par ses cheveux déroulés,
Cléis, nue,
A l'ombre d'un chêne, dort.
L'Eté baise à lèvres d'or
L'ingénue.

Elle a vu peu de saisons.
Sur l'épaisseur du gazon
Son flanc pose:
Blanc, il a des reflets verts.
Du soleil joue à travers
Son pied rose.

Elle a le charme divin
Et ne sait rien du sylvain
Ni de l'homme...
O vous, de vos cris pressés,
Brunes cigales, bercez
Son doux somme!

Amantes du vent frôleur,
Fleurs de la montagne et fleurs
De la plaine,
Roses, lys inviolés,
A son haleine mêlez
Votre haleine!

O rameaux, protégez-la;
Balançant de ci de là
Vos feuillages,
Chassez l'insecte de l'air
Et l'abeille que sa chair
Rend volage!

Vous, bœufs aux fanons tremblants,
Vous, génisses dont les flancs
Sont de marbre,
Tondez les prés abondants,
Retenez le pâtre ardent
Sous les arbres!

Cléis dort et ne sait point
Qu'Erôs nous mord et nous point
Jusqu'à l'âme,
Ni pour quels fougueux desseins
L'aurore née à ses seins
Nous enflamme.

Elle git dans la rumeur
Du flot qui coule, endormeur,
Sur la mousse,
Dans le concert des oiseaux
Joignant au babil des eaux
Leurs voix douces.

Etends sur elle ta main
Auguste, afin que demain,
O Cybèle,
L'herbe que foula son corps
Seule au passant dise encor
Qu'elle est belle.

MARC LEGRAND.

Paris, juin 1897.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

(Cont. do n.º 7, pag. 452)

XVII

Homem — Gilberto da Costa

Veio da India, ou antes de Ormuz, na companhia de Antonio Lourenço da Matta, de quem adeante tractaremos. Cada um trazia o seu mouro e ambos vinham encarregados de missão especial: Antonio da Matta por parte do rei de Ormuz, Gilberto Homem por parte do guazil da mesma cidade. No artigo consagrado ao primeiro se encontrará este caso mais especificado.

Gilberto da Costa era moço da camara e cavalleiro fidalgo da casa real. Tendo servido nas armadas da India e tomado parte na empreza do Cunhale, foram-lhe dados em 10 de fevereiro de 1605 os cargos de feitor, alcaide mór e vedor das obras da fortaleza de Ormuz, com o ordenado de cem mil reaes por anno. Para que esta mercê se cumprisse era necessario porém que o agraciado servisse nos galeões de Malaca e lá andasse todo o tempo que a armada se demorasse, não podendo sahir d'ella, sem licença do Visorei ou capitão mór.

Depois d'este despacho houve-se em algumas occasiões de guerra e por isso obteve, por carta de 10 de março de 1611, o cargo de juiz do peso de Ormuz, não obstante ter ainda outro cargo, o que era prohibido por lei. O ordenado subia a cincoenta mil reaes por anno. Ao tempo que lhe foi concedida esta mercê estava certamente em Portugal, pois foi com declaração de que só teria effeito no caso de se embarcar n'aquelle mesmo anno para a India.

Gilberto da Costa morreu em Lisboa depois de ter chegado da sua viagem de Ormuz. Por este motivo não encontramos mais nenhum diploma de galardão como encontramos a respeito do seu companheiro.

Eis agora as cartas a que alludimos:

«Dom Felipe etc. faço saber aos que esta carta virem que avendo respeito a Gilberto da Costa, meu moço da camara, me ter seruido nas partes da India nas armadas della e se achar na ẽpreza do Cunhale, ey por bem e me praz fazerlhe merce dos cargos de feitor, alcaide mor, vedor das obras da fortaleza de Ormuz por tempo de tres annos na uagante dos prouidos antes de doze de nouẽbro do anno de mil e seis centos e quatro, em que lhe fiz esta merce, com os quaes cargos auera em cada hum anno de ordenado cem mil rs e os proes e percalços que lhe direitamente pertencerem, e pera esta merce auer effeito será obrigado a se ẽbarcar este anno presẽte de seis centos e cinco nos galeões de Malaca e seruir na ocasiam della o tempo que durar a armada naquellas partes, naõ se saindo della sem licença do Viso Rey da India ou capitaõ mor, e doutra maneira naõ, pollo que mando ao dito meu Viso rei.... Dada em Lixboa a dez de feuereiro—Luis Pestana a fez—anno do nasimento de nosso Senhor Ihũ Xpo de mil e seis centos e cinco. E eu P.º da Costa a fiz escreuer» (1).

«Dom Felipe etc. faço saber aos que esta carta virem que auemdo respeyto aos seruiços que Gilberto da Costa Homem, meu caualeiro fidalgo de minha casa, me tem feitos nas partes da Ymdia ategora despois de ser despachado com a feitoria de Ormus e se achar em algũas ocasioẽs de guerra, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do cargo de yuiz do peso de Ormus por tempo de tres anos na uagante dos prouidos amtes de quatro de janeiro deste anno presemte de mil seis cemtos e omse, em que lhe fis esta merce com declaração que para aver effeyto yra este mesmo anno a Imdia, e de outra maneira naõ, o qual cargo seruira como dito he, sem embargo de ser prouido da dita feitoria de Ormus e do Regimento que ha na Ymdia, que dis que quem for prouido de hum cargo naõ possa seruir outro e assy de ter seruido a dita feytoria de Ormus por muito ou pouquo tempo e quais quer outros cargos, com o qual cargo de yuis do peso auera em cada ano dos ditos tres anos que o seruir simcoenta mil rs de ordenado e todos os proes e percalços que lhe direitamente pertencerem, pollo que mando.... Amtonio Correa a fes em Lixboa a dez de março anno de mil e seis cemtos e omze. E eu o secretario Amtonio Campello a fis escrever» (2).

XVIII

Isac

Differente por certo do Isac do Cairo, de quem já tractámos. Era filho do licenciado Silva. Veio de Gôa, d'onde partira a 10 de outubro de 1560, enviado pelo governador D. Constantino de Bragança, e chegou a Roma a 30 de julho de 1561.

---

(1) D. Filipe II, *Doações*, liv. 16, fl. 101.
(2) Filipe II, *Doações*, liv. 20, fl. 207.

A sua viagem foi mais demorada do que se pensava e por isso os seus avisos haviam perdido de importancia, tendo-se recebido já em Lisboa outros no mesmo sentido. O nosso embaixador na côrte de Roma parece não lhe ligar nem grande importancia nem grande fé, e por isso não se apressou em o remetter logo a Portugal. Só dous mezes depois é que julgou opportuno fazel-o. Destacam-se estes pormenores de duas cartas de Lourenço Pires de Tavora, uma de 12 de agosto de 1561, outra de 27 de outubro do mesmo anno, de que vamos dar os respectivos trechos:

«Em xxx do passado chegou a esta pousada hum judeu que por nome *(sic)* Isac, o qual diz ser filho do lecenceado Sylva, e assy diz vir despachado pello vizo rei dom Costantino, e partio de Goa a dez de outubro passado: veo por mar Ormuz *(sic)* e dali da mesma maneira ate Doraque; fez muita parte da detença por achar ventos contrarios: fez o caminho da terra por Babilonia e Carahamet e atravessou toda a Turquia athe Constantinopli, e dali veo embarcar em Castelnovo, que he no golfo de Cataro, e atravessou a Ancona, e deixou o caminho de Babilonia pello Eufrates athe Alepo e dali a Tripoli de Soria, donde passando a Chipio fizera mui curto o caminho de terra e o do mar lhe fora mui facil athe Veneza e pudera qua ser muito antes: excuzasse com dizer ser melhor o outro que fez, mas naõ o podera nunqua provar e tem contra sy estar Salonique naquella paragem ou na mesma estrada de Constantinopli a Cataro, no qual Salonique elle e seu pai tem suas casas, diz que naõ veo por hi, mas quem lho crera? tras cartas pera Vossa Alteza do viso rey e de dom Antaõ de Noronha e de Raisnordim e do licenceado seu pay, a qual somente li por vir aberta, e falla em seus negocios muito e em descursos da India e particularidades de homens asaz e no aviso a que este vem em somma diz o pae e o filho a mesma nova de Baçora que Francisco Barreto trouxe segundo Vossa Alteza me tem escrito e affirma este com muita efficacia ser trazida a dita ilha madeira pera treze gales, a qual veo de Natolia por mar a Tripoli de Soria e daly em azemolas a Alepo e pello Eufrates abaixo veo ate Baçora. Diz tambem ser aberto hum canal do Eufrates pera o Tygres de sette legoas pera melhor comodidade da madeira chegar a Baçora: confessa e affirma naõ auer nas ribeiras daquelles rios, nem por aquellas partes matas nem bosques donde se possa cortar algũa materia pera navios. Naõ mandei logo este judeu a Vossa Alteza, como me elle pedio, porque tendo Francisco Barreto dado a mesma nova, e por ventura trazido o duplicado da carta que este tras do visso rey como hé rezam, naõ me pareceo necessario fazer despeza impertinente; espero ou mandallo a custa do ordenado de seu pai, ou com algũa commodidade em que se naõ se gastem trezentos cruzados, como agora eraõ necessarios. Entendesse pello que este judeu diz e pella carta de seu pai ser o intento do viso rey de o mandar pera que, chegando elle com a brevidade que cuidavaõ, poder ja tomar as naos que partiraõ em março passado, e por ellas se poderia avizar a India do que Vossa Alteza quereria se fizesse na expugnaçaõ de Baçora. Torno a affirmar, quanto com bom avisso se pode descorrer, que este judeu naõ sabe o que diz, e o que os da India se enganaõ neste negocio por naõ terem verdadeiros avisos e intelligencias do que passa em Baçora, porque he impossivel hir madeira da Natolia, ou qual quer outra parte, por mar a Tripoli pera

treze galees que naõ occupe muita embarcaçaõ, e que levandosse a costa de mulas a Alepo e a Bira, que honde se embarcaõ no Eufrates, se possa fazer sem grande rumor e estrondo, e que de por força se diuera isto saber pellos mercadores que ali ha em Veneza e pello comercio de TripoliAlexandria *(sic)* o ouveraõ de saber os nossos do Cairo e dizendo tambem este e confrontando com elle o que relatou Afonso da Gama ao viso rey que esta madeira foi a Tripol em março de sesenta e que pera com as agoas que entaõ crescem no Eufrates se embarcou na Bira parece que tendo eu aviso de Chipro de hum Jospse cavaleiro portuges, que em outro tempo se chamou mestre Luis na India, e sendo a sua carta de settembro do ditto anno, e fallando na mesma armada que se queria fazer em Baçora torna a resolverse que seria hũa ponte no Eufrates naõ sabendo o que diz da madeira que naquellas partes ha e vindo elle em Cipro donde a Tripol se passa em hum dia, e donde de hũa parte a outra a continua comunicaçaõ como naõ avia de saber e como me naõ escreveria a somma da madeira que ali era levada: a carta que naquelle tempo me escreveo sera com esta pera clareza do que digo: ajuda a esta minha opiniaõ fogir do dito Tripol em agosto da mesma era Andre Ribeiro, que la he nesse reyno, pregunteilhe o que ali entendera de madeira disseme que fizera pisquiza se por ali avia passado algũa, e que naõ achou nova disso: he homem pratico e soldado da India, pellas quais razoẽs e testemunhas naõ he de crer aos que estaõ em Ormuz e em Goa que por Tripol passasse madeira pera galees, mastos e remos necessarios, que segundo o caminho do fragoso *(sic)* ate Bira daria asaz trabalho e despeza, e ocuparia asaz gente que ouvesse de descobrir este segredo e de por força se ouvera qua de saber e tambem naõ he de crer que tendo o Turco em Suez xxiii galees feitas em que se perdem no arsenal podendoas com facilidade passar a Baçora se la lhe cumpre ter armada quizesse metterse em outro novo custo e taõ trabalhosa, vagarosa e quasi impossivel empreza como he a de levar a madeira por estoutra parte, nem cabe em juizo humano deixar de se aproveitar logo das que tem feitas em Suez por querer gastar muito tempo nas que ha de fazer em Baçora, sendo lhe em Suez mais facil achar marinheiros e o necessario pera tal negocio, e escusara com isso o abrir sette legoas o Eufrates pera o Tygeres, como estes dizem por com esta potencia e industria dos imigos darem mais credito aos seus avisos, mas com isso os fazem mais ridiculos, porque os desta calidade saõ patranhas pera se contarem a meninos.

«Conformasse este judeu pelo que entendo em Constantinopli e no caminho com a nova de Mathias Becudo de estar o negocio das galees em Suez vagoroso e serem no numero as que o dito Becudo tem escritto pellas quais rezoẽs parece que pellos avisos que saõ vindos da India e este traz naõ se deviaõ fazer despezas extraordinarias pera mandar a India ante de março como per algũas cartas de particulares de Lisboa que se entende e tambem parece necessario tomarse outra algũa resoluçaõ no caso de Baçora, mais que o da dessimulaçaõ, porque com ella o damno cresce e o remedio pera depois se imposibilitar: negocio he de muita consideraçaõ, e em que a determinaçaõ de expunhar aquella fortaleza e de todo extirpar os turcos daquelle estreito, ou a de fazer firme e segura paz com elles naõ sofrendo o caso outro partido de meo tem asaz inconvenientes por ambas as partes: todos Vossa Alteza mandara considerar e Deus inspirara o que for melhor» (1).

---

(1) Carta de Lourenço Pires de Tavora, Roma 12 de agosto de 1561, no *Corpo Diplomatico*, tomo IX, pagg. 313 e seguintes.

«Mandei a esse reyno o judeu que veo da India como Vossa Alteza terá visto, por que, partindome eu, non tinha elle aqui cousa com que se entreter, e pera o tornar a mandar, nom queria elle sem primeiro tratar dos negoceos de seu pay, que parece ser a principal causa de sua viagem, eu lhe nom dise tinha commissaõ pera paguar ho ordenado a seu pay, mas antes lhe declarei os descuidos que elle tinha feitos, por onde era de muyto pouqua importantia o seu serviço: pareceme que se pode tornar a mandar á India nas naos se elle nom quiser tornar por terra á sua despesa, e que offerecendo o pay vir pera Veneza se deve aceptar com o que na sua carta promete, e que conforme a seus serviços lhe faram mil merces, e fazerlhas se os fezer sem lhe offrecer cousa nova e screver ao Viso Rey faça bom tratamento aos mesageiros que de qua lhe levarem novas, e mande pouquos emquanto os nom souberem melhor scolher e ao que vem for de tanta falentia e por essa razaõ de pouqua importantia» (1).

Cerca de 30 annos depois nos apparece um outro Isac, tambem judeu, que morava em Babilonia, e que pedia licença para voltar a residir em Ormuz. Abonava o seu requerimento com os serviços que havia prestado em questão de avisos. Em duas cartas regias, uma de 22 de fevereiro de 1589, outra de 12 de janeiro de 1591, se consultam sobre o caso os Viso-Reis da India, que eram, no primeiro anno, D. Duarte de Menezes, e, no segundo, Mathias de Albuquerque. Aqui reproduzimos os respectivos capitulos d'essas cartas:

«Julliaõ da Costa, que dessas partes veio por terra, me aprezentou hũa petiçaõ de Isaque Judeu, morador em Babilonia, na qual me pede que, auendo respeito aos muitos auizos, em que tem seruido e pode seruir, lhe faça merce que elle se possa tornar á fortaleza de Ormuz domde dantes viuia, e dos direitos da settima parte de sua fazenda que despachar naquella alfandegua, e que depois de ter paguo n'ella os dereitos da entrada e saida os Capitaẽs naõ tenham que entender com sua fazenda, e que liuremente a possa leuar ou mandar pera fora, e que lhe mande passar prouisoẽs pera que Elrei de Ormuz nem suas yustiças entendam com elle, e que somente responda e estê a dereito diante de minhas yustiças, e que elle e seus filhos e gemros possam trazer no ditto Reino sombreiros de sol, e que os aposentadores da Cidade de Ormuz lhe naõ tomem as suas cazas daposentadoria, porque receberá nisso notauel damno, e sobre tudo me pede lhe faça merce de o mandar vir per hũa carta minha; e porque antes de lhe mandar responder a esta sua petiçaõ me pareceo dever ter ynformaçaõ vossa, vos encommendo a tomeis muito particullar deste Isaque, e se será meu seruiço mandallo vir pera a fortaleza de Ormuz, e como procedeo nella o tempo que ahi resedio, e se por elle se tinham alguns auizos necessarios ao bem desse estado, ou se auerá ynconueniente tornar elle áquella fortalleza, e se será decente concederlhe as cousas que pede, ou algũas dellas e quaes, pera com vossa ynformaçaõ e parecer lhe mandar responder como ouuer por meu seruiço» (2).

---

(1) *Corpo Diplomatico*, tomo IX, pag. 391. Carta de Lourenço Pires Tavora de 12 de outubro de 1561.

(2) Capitulo IV da carta regia de 22 de fevereiro de 1589, dirigida ao Viso-Rey D. D.te de Menezes. *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3.º, pag. 210.

«E porque Isaque Iudeu, morador em Babilonia, me mandou pedir licença pera se poder pasar a Ormuz, mandei ao Gouernador me inuiase a enformaçaõ que d'elle achasse, e me auisasse se seria meu seruiço concederlha, e me escreueo que pella enformaçaõ que delle achaua seria muito proueitosa sua estada naquella fortaleza, porque por sua via poderia o estado da India ter muitos auisos importantes, como ja costumou fazer algũas uezes, e que bastaria ser chamado per carta do meu Viso Rey, e mandou os capitaẽs daquella fortaleza que naõ entendessem com sua fazenda, e que liuremente a podesse mandar pera onde quisesse e se lhe naõ tomasem suas casas de aposentadoria, e que com isto entende que se auerá por satisfeito. E posto que por esta enformaçaõ que o Gouernador me dá pareça que lhe deuo conceder estes fauores que diz, todauia me pareceo remeter esta materia a vós, asi pello luguar em que me seruis, como pella experiencia que tendes daquella fortaleza pera uerdes se conuem a meu seruiço estar este Judeu em Ormuz ou fazerlhe as merces que pede estando em Babilonia, e conforme ao que nisto vos melhor parecer podereis proceder e auisarme de tudo» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Capitulo L da carta regia de 12 de janeiro de 1501, dirigida ao Viso-Rey Mathias d'Albuquerque. *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3.º, pag. 267.

ANTONIO HOMEM

(Ao meu prezado amigo, patricio e collega o sr. Augusto Mendes Simões de Castro)

XI

A confraria de frei Diogo

(Cont. do n.º 7, pag. 445)

Aos 27 do mez de agosto do mesmo anno o referido Diogo de Sousa, christão velho, de 37 annos, fidalgo nos livros delrei, commendador da egreja de Sancta Maria da villa de Castello Bom no bispado de Lamego, da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, natural dos Cadafaes, termo de Alemquer, solteiro, filho de Jorge de Sousa defuncto, e de sua mulher D. Francisca de Sousa, viuva, morador na sua quinta nos mesmos Cadafaes, veiu espontaneamente denunciar a frei Diogo da Assumpção, comparecendo nos Estaos sem ser chamado na audiencia da tarde, que fazia o licenciado, Heitor Furtado de Mendoça, deputado do sancto officio, de commissão do inquisidor, o licenciado, Manuel Alvres Tavares.

Accusou a carta, que tinha enviado á mesa ácerca do frade, e declarou depois de prestar juramento, que não viera então por estar mal disposto de saude, e mandára a relação do que passára com o mencionado individuo, e tudo confirma agora; que elle teria vinte e cinco annos pouco mais ou menos, magro, e alvo do rosto, com o nariz sobre o grande e afilado, e bem afigurado; a quem o denunciante não conhece, nem tinha visto, e ia vestido com habitos de burel da ordem de S. Francisco dos capuchos de Sancto Antonio, com a barba e corôa feita com cercilho como frade, e chegando lhe fez reverencia pedindo que se quizesse recolher para o ouvir, pelo que entraram ambos em uma casa do seu aposento, onde pediu um pucaro de agua, por ir muito sequioso, a qual lhe foi logo dada; e depois disse que era filho de João Velho, natural de Vianna de Caminha, e nomeou alguns outros parentes, os quaes o denunciante não conhece, excepto a Pero da Costa, escrivão da camara de sua

magestade e João Travassos seu filho. Que frei Diogo contára a Gaspar Boccarro, christão novo, morador na cidade, e então residente no logar das Cachoeiras, a um quarto de legua do mosteiro de Sancto Antonio da Castanheira, que ia fugido deste mosteiro, onde era religioso ha oito annos, e fôra o Boccarro quem lhe indicára, para o soccorrer, a Diogo de Sousa, morador nos Cadafaes, a meia legua daquelle mosteiro; que estava muito arrependido de ser frade, porque tudo entre frades era falsidade e mentira, como lhe mostraria por documentos que trazia comsigo; e logo tirou da manga uns papeis feitos em cadernos de oitavo, que seriam tres ou quatro, e cada um delles de poucas folhas. Além dos papeis que leu mostrou outros, que trazia dentro de um sacco de panno encerado, e que teria largura de um palmo e comprimento de palmo e meio, pouco mais ou menos, cheio de outros papeis, que revelou serem os capitulos, que os frades do dicto mosteiro tinham feito nos annos atrás nas cousas de sua ordem; que elle os furtára de uma arca em que estavam fechados, que importavam muito aos frades do dicto mosteiro, os quaes haviam de sentir immenso essa perda; mas não os tirou do sacco, nem leu nenhum; e acrescentou que a escripta dos referidos cadernos a fizera e trasladára ás furtadas e escondidas de outros livros, que lhe não nomeou. E logo o dicto frade começou a ler nelles, escriptos em latim, e posto que o denunciante entendia parte do que elle lia, não lhe lembra a fórma das dictas palavras latinas, nem a cujos auctores pertenciam. E lendo pelos mencionados cadernos, e sobre o latim declarando o que queria dizer em linguagem (porquanto o denunciante fingiu que não entendia), disse-lhe frei Diogo, que Christo queria dizer rei ungido, como haviam sido muitos do testamento velho, e que Jesus não fôra ungido, e que por tomar o nome de Christo alheio e não seu, pagára em uma cruz como pagou; que Jesus era nome que outros muitos tiveram, e que a lei boa devia aceital-a todo o povo, e que a lei dos christãos feita por homens, que andavam fugidos e escondidos por entre penedos, como os apostolos, crescêra e se crêra, porque então eram gentios e sabiam pouco os que a crêram, e que Deus mandava no *Deuteronomio* que as suas palavras se não torcessem, nem lhe déssem outro sentido mais que o literal; e que os christãos diziam, que a escriptura sagrada se parecia com um nariz de cera, que o levavam para onde queriam, e que Aristoteles ensinava que o similhante gerava outro similhante, assim como o boi gerava outro boi, e o cavallo gerava outro cavallo; por isso o que tinha de ver

homem com pão? E quando elle proferiu as dictas palavras: que tem de ver homem com pão? não lhe declarou mais do motivo por que assim falava, mas elle denunciante entendeu, que se referia a Christo Nosso Senhor, e á hostia consagrada, como quem queria affirmar que não podia Deus fazer do pão seu corpo; mais contou o dicto frei Diogo da Assumpção, que os frades franciscanos seguindo a Escoto ou a Soto, e os frades dominicos seguindo a Sancto Thomaz, tinham uns com outros grandes controversias; e que boa estava a lei em que não havia firmeza; e continuou que Maria (nomeando-a deste modo as mais das vezes na dicta practica, entendendo pela virgem Maria Nossa Senhora), depois de parir a Jesus parira a Sancto Iago e a S. João, os quaes eram irmãos de Jesus, e que os christãos por escápula explicavam, que Sancto Iago se chamava irmão de Christo, por se parecer muito com elle. E que Joseph tivera copula carnal com Maria, e que nisso não havia que fazer. E quando o dicto frei Diogo lhe disse estas palavras contra a pureza da virgem Nossa Senhora, lhe veiu tentação a elle denunciante de levar de um punhal, que tinha na cinta, e matar alli ao dicto frade com punhaladas, o que sem duvida lhe fizera se não fôra frade, mas comtudo dissimulou, e o deixou ir por deante, e logo o dicto frade tirou do seio ou fralda do habito, que apanhado trazia na cinta, um livro de oitavo pequeno encadernado em pergaminho, o qual disse que tractava dos sacramentos, e não lhe declarou o nome do auctor, e nelle o dicto frei Diogo leu em latim a parte seguinte: que acertando um rato de comer a hostia consagrada, tomassem o rato se podessem, e o queimassem, e aquella cinza fosse posta no sacrario; e então como escarnecendo disse o dicto frade se podessem, e se não la vae Deus mettido no corpo de um rato. E assim lhe disse mais que havia muito tempo, que não resava as horas do côro com devoção nem tenção, e que sómente recitava com tenção e devoção os psalmos de David, porque esses eram sanctos e bons, e que por elle dicto frade andar assim no mosteiro com sua consciencia inquieta e desgostoso, enxergavam os mencionados frades do mosteiro de Sancto Antonio da Castanheira andar magro, e lhe perguntavam por que andava magro, e elle lhes respondia que era sua condição ser frenetico e magro. E assim mais lhe declarou o dicto frei Diogo, que pois Deus lhe dera juizo e entendimento, para conhecer todas estas cousas, se não buscasse remedio de sua salvação, seria digno de mór pena, e que todo o que soubesse bem a lei dos judeus, e a não guardasse, se perderia; e que ver a magestade dos officios e ceremonias dos judeus,

não havia mais que ver, mas não lhe declarou onde se viam os dictos officios e ceremonias, nem se diria isto pelo ter visto se pelo ter lido. E logo lhe nomeou Moysés e Aarão e a outros da lei velha, que ora lhe não lembram, dizendo-lhe que foram uns sanctos mui grandes, e que os sanctos dos christãos eram uns coitados, que acabavam por ahi entre os penedos cheios de piolhos, e que os apostolos todos eram parentes de Jesus, e que S. Pedro não andava sempre na companhia de Christo, mas que andava pescando, onde Christo ia ter com elle algumas vezes. E que na lei velha, degolando-se um bode no altar, com aquelle sangue derramado se tiravam os peccados, e porque não tirava os peccados a morte de Jesus? E que se Jesus se tinha subjeitado á lei dos judeus, como depois queria fazer outra lei em contrario daquella lei dos judeus, a que se elle subjeitára? E que se a lei de Jesus fôra boa, os judeus o não mataram, e que tendo Christo mandado que no baptismo ficassem os peccados lavados, depois disto de alli a quatro annos circumcidára S. Paulo a Thimoteo, e que tambem depois de Christo ordenar o baptismo circumcidára S. Pedro a outros; e que Martim Lutero dizia que um inimigo de Jesus fizera os sacramentos, e que o mesmo Martim Lutero e outros muitos eram christãos, e por não acharem fundamento na lei de Christo se apartaram della, e que por os taes serem homens insignes, fizeram seitas novas, e que muitas pessoas havia, que conheciam e sabiam estas verdades, e cousas que elle denunciado affirmava, mas que por comerem e viverem soffriam; e assim mais declarou o dicto frade, que se a lei de Christo fôra boa, houvera de ser communicada a todo o mundo, e que não podia ella ir aos negros, nem a outras cem mil terras, pois la não podiam ter os sacramentos pela falta do pão e do vinho, que la não havia, e que os christãos respondiam a isto, que por ser o pão e o vinho, que se precisava para o sacramento, em pequena quantidade, podia levar-se, e isto proferiu o mencionado frei Diogo como que zombando, e assim acrescentou que ensinavam os christãos, que o menino Jesus assim como crescia no corpo crescia no saber, mas que se Jesus fosse Deus não podia haver nelle augmentar-se o saber; e que dantes no principio não houvera mais que a oração do padre nosso, e que os papas addicionaram á lei o que tiveram na vontade pondo-lhe cada um delles o que bem queria; e que uma.... se proclamára papa, e mais disse o dicto denunciado, que havia tanto lenho da cruz pelo mundo, que não bastavam muitos madeiros para elle, e que vindo uma velha em uma barca, mostrando desejos

de possuir um pequeno de lenho da cruz, o barqueiro lhe dera um pedaço de pau e o chamara lenho, e que dalli ficára denominarem o lenho da barca, e que referiam fizera aquelle lenho pela fé da velha muitos milagres zombando disto o dicto frade. E que S. Francisco prophetisava nas suas chronicas, que o reino de Portugal não seria nunca subjeito ao de Castella, e que assim como S. Francisco mentira nisso, mentiria tambem em o demais; e que S. Francisco quando morrêra, o enterraram em um certo logar, que lhe nomeou e ora lhe não lembra, e que dalli o trasladaram a Assis, e que um cardeal narrára, estando para morrer, a um abbade amigo seu (os quaes não nomeou) que elle vira a S. Francisco em Assis estar com as chagas, e que não podia o dicto cardeal ver a S. Francisco estar em pé com as chagas em Assis, poisque fôra primeiro enterrado na outra parte desdenhando de poder ser isto, que o dicto cardeal contava de S. Francisco affirmando, que isto era *graça e patranha,* e que tambem Sancto Iago fôra enterrado em Jerusalem, e que como podia estar o seu corpo em Galliza? e que tambem isto era falso e patranha, e que os prophetas tinham dicto que o que havia de vir em nome do Senhor se chamaria Emanuel, que queria dizer salvador, e que Jesus nunca tivera tal nome, mas que os christãos lho pozeram. E que a christandade havia de padecer uma grande perseguição no anno de mil seiscentos e um, e que ja se lhe ia apparelhando. E referiu mais o denunciante, que em todo o progresso das dictas practicas, quando o mencionado frade falava em Christo Nosso Senhor nunca o nomeou assim segundo sua lembrança, senão sempre ou por Christo ou por Jesus, sem dizer Nosso Senhor, e que quando falava na virgem Nossa Senhora algumas vezes a nomeou por Nossa Senhora, mas as mais por Maria simplesmente. E que entre as practicas de todas as dictas cousas lhe pediu uma occasião, que perdoasse de proferir estas cousas, porque não era mais em sua mão, para desabafar do que tinha dentro do seu peito. E que algumas vezes quando o referido denunciado ia dizendo estas cousas se remettia ao que estava *escripto nos dictos cadernos, nos quaes logo buscava e lia* certas palavras em latim para seu proposito, que lhe declarava em linguagem, das quaes ora não está lembrado em especial. E que em quanto o dicto frade falava dessas cousas elle denunciante o escutava e o notava, e lho não contradizia directamente nem lho approvava, para acabar de ouvir tudo. E que nas referidas practicas lhe rogou o mesmo frade, que o ajudasse na sua fugida, e que lhe désse um vestido de leigo, para deixar o habito, e se ir assim vestido a Setubal,

para ahi se embarcar em urcas, que la estavam, para Inglaterra ou Flandres. E que ao presente elle denunciante não está lembrado, que o denunciado lhe dissesse mais cousas que as declaradas; e depois do frade lhas ter dicto, elle com dissimulação o deteve na sua casa mandando-lhe dar de jantar, e dizendo-lhe que dormisse a sésta, porque estaria cansado, e em quanto desta maneira o deteve, escreveu immediatamente a frei Diogo de Sancto Iago, guardião do mosteiro de Sancto Antonio da Castanheira, para que viesse logo ter com elle a uma casa juncto da dicta sua quinta que lhe nomeou, porque convinha assim á nossa sancta fé catholica; e por o dicto guardião estar doente de uma perna não compareceu, mas mandou ao presidente do referido mosteiro, cujo nome não sabe, e a outro frade, que se chama frei Antonio, os quaes logo fôram ter com elle, e indo-os buscar á dicta casa, onde conversando com o dicto frei Antonio por ser seu conhecido, que é um frade velho e antigo na dicta ordem, e não lhe sabe mais sobrenome, nem donde é natural, e estando ambos sós contou elle denunciante ao dicto frei Antonio algumas das sobredictas cousas, que frei Diogo tinha proferido; e ordenou a ambos os dictos frades, como fossem á dicta sua quinta, estando elle ja lá com o denunciado entrassem logo onde elle estava com frei Diogo, o que assim se fez; e entrando os dictos frades, e perguntando por elle denunciante, para logo o referido denunciado, que os ouviu e conheceu na fala, se escondeu debaixo de um leito ficando-lhe fora um sobre capello de burel de caminho, e entrando os dictos frades na camara onde estavam elle e frei Diogo, o denunciante lhes acenou que debaixo do leito estava o denunciado, e os dictos frades o tiraram e começaram a reprehender nomeando-o por frei Diogo da Assumpção, e foi assim que Diogo de Sousa lhe soube o nome. E alli os dous frades ataram ao referido denunciado, com uma fita branca de cadarço, a mão direita ao seu proprio cordão delle, e o levaram comsigo para o mosteiro, em cuja companhia, para os ajudar no caminho sendo preciso, mandou elle denunciante um seu criado, e que depois de assim ser levado o dicto frade, logo o denunciante, para lhe não esquecerem as mencionadas cousas, compoz a relação assignada de seus proprios signaes, e escripta de sua propria letra, em cinco laudas de papel atrás junctas, que ora apresentou nesta mesa, e que tudo o que na dicta sua relação estiver escripto, além do que ora aqui tem denunciado por palavra, elle o ha tambem por denunciado aqui, e o denuncía ora, porque tudo o por elle ahi escripto passa assim na verdade como nella se contém. E que no dia seguinte, que

contaram doze dias do mez presente, foi elle denunciante ao dicto mosteiro, onde falou com o guardião e com o dicto frei Antonio, estando todos tres junctos na cella do mesmo guardião, aos quaes elle denunciante referiu e contou as cousas sobredictas, que o denunciado lhe tinha referido, pedindo ao mesmo guardião e frei Antonio, que lhe aconselhassem o que devia fazer para descargo de sua consciencia; e elles lhe responderam que cuidariam nisso e lhe dariam resposta, que entretanto estivesse quieto; e dalli a tres ou quatro dias procurou-o frei Francisco dos Martyres, prégador, frade do referido mosteiro, e ficando ambos sós lhe disse que alguns religiosos letrados do mosteiro haviam assentado, que no caso do dicto frade denunciado não tinham elles que fazer mais que guardal-o, para o entregarem quando a inquisição o mandasse, e que elle denunciante devia de vir denunciar, a este sancto officio da inquisição, o que sabia do dicto denunciado; e conversando então com o frei Francisco dos Martyres lhe leu toda a dicta sua relação por elle escripta atrás juncta, e o dicto frei Francisco dos Martyres o informou, *que no mosteiro estavam guardados os cadernos e papeis, que o dicto denunciado tinha mostrado a elle denunciante,* e lhe fôram achados e tomados pelos dictos presidente e frei Antonio, quando o prenderam perante elle denunciante, e que portanto vem fazer ora a denunciação nesta mesa com zelo da fé e por descarrego de sua consciencia. E mais não disse. E sendo perguntado se lhe declarou o denunciado frei Diogo da Assumpção por palavras expressas, se cria na lei de Moysés ou em que lei cria, ou se estava apartado da fé de Nosso Senhor Jesus Christo? Respondeu que não; mas que lhe disse as cousas, que tem aqui denunciado, da maneira que expoz, as quaes o dicto frade, quando as dizia, as affirmava por certas e boas, e que nellas lhe não declarou mais do que o ja referido. E sendo mais perguntado ácerca de Gaspar Boccarro, respondeu que o denunciado lhe não dissera cousa que passára com elle mais do que por escripto e vocalmente mencionou; e que de industria perguntou elle denunciante ao dicto denunciado se declarára tambem algumas das dictas cousas ao mencionado Gaspar Boccarro, ao que respondeu que não, porque estando com elle viera gente.

Perguntado se frei Diogo lhe contára o motivo, por que se queria ir para Inglaterra ou Flandres, respondeu que o frade lhe dissera que, porquanto entendia todas as cousas que tem dicto, queria ir buscar o remedio para sua salvação, e partir para Inglaterra ou Flandres e não estar ca. E sendo mais per-

guntado se frei Diogo estava allucinado respondeu que quando o denunciado lhe dizia todas as referidas heresias e cousas aqui declaradas, o fazia por modo que o denunciante entendeu e viu claramente, que estava em todo seu siso perfeito sem perturbacão do juizo, e que elle denunciante ficou muito escandalisado de lhas ouvir. E affirmou ainda mais, que nos dictos cadernos frei Diogo lhe leu umas trovas, que fizera contra os frades, nas quaes lhe apontou em duas regras certas palavras hereticas contra nossa sancta fé catholica, de que não está agora lembrado em especial. E perguntado, que tenção lhe parece a elle denunciante que o dicto frade tinha, ou se lhe manifestou que tenção era a sua, em lhe dizer cousas e heresias tão patentes contra nossa sancta fé catholica, não o tendo conhecido mas antes sabendo ser elle fidalgo, respondeu que o denunciado lhe não declarou sua tenção nisso, mas que lhe parece lhas disse confiado na palavra, que lhe deu de as ter em segredo, e pelo denunciado estar cheio em seu coração dos dictos erros.

Perguntado se o referido frade lhe declarou, se alguem lhe ensinára aquellas cousas, ou as sabia sómente elle denunciado, respondeu que não, mas que lhe parece, postoque nisso não se affirma muito, que o denunciado lhe disse, que escrevêra uma carta ou cartas, não lhe lembra a quem, nas quaes falava alguma cousa encobertamente, por se não fiar de cartas.

Perguntado se sabe é o denunciado christão novo, ou de que casta é? Respondeu que não sabe disso mais, que dizer-lhe o ja mencionado frei Francisco dos Martyres, e frei Antonio, que frei Diogo era sobrinho da mulher de Pero da Costa, e filho de um irmão della, e que presumiam ter raça de christão novo.

E não lhe fôram feitas mais perguntas. E do costume disse nada. E prometteu guardar segredo no caso sob cargo do juramento que recebeu, e, sendo-lhe lida esta denunciação, declarou estar escripta na verdade, e assignou aqui com o dicto senhor. Manuel Marinho o escrevi com o riscado que dizia=e que Christo=e a entrelinha que diz=dicta sua relação=e outro riscado que dizia=quinhentos=.

Heitor Furtado de Mendoça.
Diogo de Sousa (1).

(Continúa).

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

---

(1) Fol. 9 a 21 v. do processo n.º 104 da inquisição de Lisboa.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do n.º 7, pag. 434)

XV

Cahe o Ministerio do Conde de Thomar.—A Regeneração.—Sobe a Presidente do Conselho o Duque de Saldanha.—23 de Outubro de 1851; é concedido á Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em S. Miguel o terreno requerido para a edificação do seu solar.

N'isto, tinha-se mudado de todo a face politica do Reino. Ao Conde de Thomar tinha succedido no poder, depois do sabidissimo movimento revolucionario chamado a «Regeneração», o Duque de Saldanha. Lembro-me de ver, de umas aguas-furtadas do palacio Machadinho, d'onde se avistava o Tejo, a entrada da esquadrilha que a seu bordo conduzia o brilhantissimo Marechal, em 15 de Maio de 1851. Nós pouco, ou mesmo nada, percebiamos d'aquillo tudo; mas o que é certo é que os enthusiasmos, que assim abalavam Lisboa inteira, e Portugal inteiro, tambem a nós outros, pobres creanças, nos commoveram.

Era o Duque de Saldanha a pessoa mais popular de toda a Monarchia. A propria Rainha, quando passava no seu caleche a quatro, precedida de batedores, e seguida de outro caleche a quatro com as damas e os camaristas, não causava tão electrica impressão como o Marechal, aquella grande e nobre figura, risonha, vendo tudo atravez dos seus oculos de oiro, e afagando de vez em quando o seu legendario bigode branco enorme. Quando elle passava á militar, seguido de

ajudantes e creados de libré a cavallo, tudo se descobria; e elle a uns falava, a outros acenava, e comprimentava sempre. Homem unico! fascinador como Pompeu, general como Cesar. Quebrou-se-lhe a fôrma.

*

Em 23 de Outubro de 1851 baixava do novo Gabinete um Decreto, que veiu dar a Castilho, amigo sincero e enthusiasta do Marechal, grandissima alegria. Hão de estar lembrados os meus leitores, do requerimento lá a cima mencionado, em que a Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em S. Miguel, pedia, desde 1849, a concessão de um terreno em Ponta-Delgada para ahi edificar a sua casa de sessões, escholas, e saráus. O despacho, que tanto tardára, trouxe-o o alludido Decreto.

Transcrevel-o-hei:

DECRETO

«Sendo-Me presente, em consulta do Tribunal do Thesouro «Publico de 5 de Novembro de 1849, a Representação, que «a Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes, estabelecida «na Ilha de S. Miguel, dirigiu á Camara dos Senhores Depu- «tados, pedindo a pequena cerca do extincto Convento da «Conceição, com a adjacente area, e ruinas da Egreja de «S. José na Cidade de Ponta-Delgada, para a edificação do «seu solar de Lettras e Artes; e

«Conformando-Me com os pareceres interpostos na dita «Consulta pelo referido Tribunal, e pelo Conselheiro Procu- «rador Geral da Fazenda:

«Hei por bem, Usando dos poderes extraordinarios que «Julguei assumir nas actuaes circumstancias, Decretar o «seguinte:

Artigo 1.º

«E' concedida á Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes, «na Ilha de S. Miguel, a pequena cerca do Convento da Con- «ceição da Cidade de Ponta-Delgada, com a adjuncta area e «ruinas da Egreja de S. José, para a edificação do seu solar «de Lettras e Artes.

Artigo 2.º

«As referidas propriedades reverterão para a posse e admi- «nistração da Fazenda Nacional com todas e quaesquer bem-

«feitorias, e sem direito a indemnisação alguma, quando a «dita Sociedade se extingua.

Artigo 3.º

«O Governo indemnisará o Fundo especial de amortisação «do valor legal das mesmas propriedades.

Artigo 4.º

«Fica revogada toda a legislação em contrario.

«Os Ministros e Secretarios de Estado de todas as Repar-«tições assim o tenham entendido e façam executar.

«Paço das Necessidades em 23 de Outubro de 1851.

«RAINHA.
«*Duque de Saldanha.*
«*Rodrigo da Fonseca Magalhães*
«*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*
«*Antonio Alluizio Jervis de Athouguia.*»

Ficava ganha uma grande vantagem para a Ilha. Por desgraça as circumstancias deixaram de proteger a Sociedade, e de tantos exforços nada resta!

Gloria porém ao iniciador, ao officioso procurador, ao dedicado amigo da Ilha de S. Miguel, que assim conseguiu manifestar-lhe o quanto a amava, e o como diligenciava pagar-lhe as suas dividas de affecto!

*

A innovação ia lavrando; dos Açores chegavam de quando em quando boas noticias.

Dizia *A Revolução de Setembro* de 7 de Janeiro de 1851:

«Recebemos o *Correio Michaelense* até 14 do passado. Este jornal, mencionando a distribuição dos premios e os exames dos alumnos da eschola gratuita creada no logar da Candelaria pela Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes accrescenta:

«E' mais um documento dos valiosos serviços que esta instituição está prestando ao paiz.

«O sr. José Raposo do Amaral Pacheco é digno dos maiores elogios, pelo zelo com que se tem dedicado ao ensino da leitura pelo novo Methodo do sr. Dr. Castilho.

«Fazemos votos para que todos os homens amantes da sua patria se exforcem pela longa duração d'aquella Sociedade.»

Em outro numero diz:

«Conhecemos os tres Parochos, que, cumprindo com um louvavel zelo a sua elevada missão evangelica, estão praticando o religioso preceito *docete ommes gentes*. O Prior da villa do Nordeste, e os Parochos de S. Roque e do Livramento, do logar de Rasto de Cão, estão dando o mais bello exemplo dedicando-se ao ensino das primeiras lettras aos seus freguezes.»

*

Em 14 de Dezembro d'este anno de 1851, lá ao longe, em Ponta-Delgada, reuniam-se sessenta e um socios em Assembléa geral na Bibliotheca publica, e depois da symphonia de abertura tocada pela Philarmonica da villa da Lagôa, o Presidente da Sociedade, Dr. José Pereira Botelho, fez aos seus consocios varias importantes communicações, de que é este o resumo:

Tinha a Sociedade quatro aulas; n'esse anno já havia mais duas, uma em Santo Antonio, a outra na Varzea, e esperava-se poder abrir outra na villa das Capellas, outra na villa do Nordeste. «A da cidade—disse o Presidente—(que infelizmente «fôra este anno passado a menos frequentada) graças aos «numerosos e convincentes factos, graças aos milagres pro«duzidos pelo Methodo de Leitura repentina, abriu agora com «188 alumnos animados da melhor vontade. Resultados ani«madores, que bem indicam a estrada que devemos continuar «a trilhar. Assim possa existir sempre, da nossa parte, a vir«tude e a perseverança necessaria!»

Depois especifica muito detidamente o alto serviço prestado pelos benemeritos professores obsequiosos e gratuitos, e diz:

«Meus senhores, a Mesa Directora é de opinião que a Socie«dade tem rigoroso dever de manifestar, por meio de um signal «que mais adequado lhe pareça, o grande apreço em que tem «esses virtuosos Cidadãos, a quem devemos tudo, e que regem, «ou teem regido, as nossas aulas.

«Vai já em quatro annos que o sr. Francisco de Bettencourt «se dedica do coração ao ensino gratuito em Ponta-Delgada!... «E este é já o terceiro anno, em que os srs. Jacintho Ignacio «Botelho Ambar, José Silveira Canto, Francisco Pereira Bo«telho, José do Monte Bastos, Bento José Pacheco, Antonio «Joaquim de Sousa, José Jacintho de Medeiros, e José Raposo «do Amaral Pacheco, se votam á mesma santa tarefa na Lagoa, «na Maia, e em Candelaria!... Admiramos n'estes Cidadãos «tanta virtude, tão verdadeira nobreza d'alma! e temos a cer-

«teza de que nem dentro nem fóra d'este recinto haverá um «só socio que deixe de partilhar a nossa admiração por Ci-«dadãos dotados de qualidades tão excellentes como extra-«ordinarias!...»

Participa finalmente José Pereira Botelho á Sociedade achar-se deferido pelo Governo de Lisboa o requerimento em que se pedia a concessão do terreno da egreja de S. José, e lê uma carta de Castilho, Presidente perpetuo e honorario, a elle, Botelho, annunciando-lhe a boa nova.

«Tenho a satisfação e distincta honra de participar a V. S.ª —dizia Castilho— que o Governo de Sua Majestade deferiu a final a petição em que a Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em S. Miguel sollicitou se lhe concedesse a cerca do extincto convento da Conceição com a area e ruinas da adjacente egreja de S. José em Ponta-Delgada, para ahi se edificar pela mesma Sociedade o seu solar das Lettras e Artes.

«Vou fazer toda a diligencia para remetter por este mesmo navio o documento official e authentico; entretanto, se me não fôr possivel conseguil-o a tempo, queira V. S.ª annunciar isto mesmo á benemerita Sociedade a que V. S.ª tão digna e esperançosamente preside.

«Permitta-me V. S.ª observar-lhe que é esta uma excellente conjunctura, e tal como jámais por ventura se deparará outra, para consolidar de uma vez um Instituto, que, dirigido por um homem philosopho, illustrado, e humano, como V. S.ª, não só tem de melhorar, intellectual e moralmente, o Povo d'essa importante Ilha, mas até, com o exemplo d'elle, de influir brios fecundos por todas as outras possessões ultramarinas, e até no Continente, e até na Metrópole da nossa jacente mas ainda não moribunda Monarchia.

«Se obrigações imperiosas e indeclinaveis m'o não vedassem, houvera sido eu mesmo o portador d'este despacho, só pelo gosto de andar com V. S.ª a pedir ao Povo a esmola para a illustração do Povo. Assim, só poderei acompanhal-os de longe com os meus louvores, com a minha admiração, com os meus agradecimentos d'alma, como portuguez e como homem.

«Felizmente cá estou ao pé de uma imprensa de mil vozes, e não deixarei, nem os meus amigos que a senhoreiam deixarão tambem, de coadjuvar, por todos os modos, a grande e admiravel obra, com que os nossos Irmãos de S. Miguel se vão afamar, melhorar, concitar-nos, e instruir-nos.»

Lida a carta, exclamou o Dr. Botelho:

«Temos pois o terreno. Só resta definir os commodos, fazer

«o risco, orçar a despeza, e grangear os meios de se poder «construir o edificio. Para que a empreza não pareça impos- «sivel, lembremo-nos do modo por que as extinctas ordens «religiosas, os pobres Franciscanos, por exemplo, edificaram, «entre nós e por toda a parte, tantas egrejas e tantos con- «ventos admiraveis.»

Propoz que uma Commissão fosse auctorisada a levantar a planta do novo edificio, e a angariar as esmolas publicas para a edificação.

*

O Relatorio da Commissão nomeada em 21 de Maio do mesmo anno de 1851, lido n'esta sessão de Dezembro, encarecia com toda a justiça o comportamento dedicado do moço Francisco de Bettencourt na gratuita regencia da eschola de Ponta-Delgada. Essa eschola tinha posto a ler n'esse anno 20 individuos.

A eschola do logarejo da Candelaria, regida zelosamente por José Raposo do Amaral Pacheco, tinha apromptado seis ledores.

A eschola da Maia, regida por quatro obsequiosos professores, José do Monte Bastos, José Jacintho de Medeiros, Bento José Pacheco, e Antonio Joaquim de Sousa, *n'uma casa terrea,* nem ao menos rebocada, e tendo por unica mobilia *dois bancos, uma cadeira, e duas taboas apoiadas em duas pedras* (tudo isto emprestado!) apresentava sete ou oito rapazes que já liam correntemente.

A eschola da Lagôa, sob a gerencia de Francisco Pereira Botelho, Jacintho Ignacio Botelho Ambar, e José Silveira Canto, era mais bem dotada. Constava *de duas salas, cercadas de mezas,* em torno das quaes se juntavam os discipulos, e ali estudavam em commum. Em 9 de Novembro houve exames solemnes, a que assistiu o Governador Civil, congratulando os professores e animando os alumnos; falaram tambem o Dr. Botelho e o Vigario Ferreira; cantou-se, com musica de Madureira, o Cantico *dos Premios,* «que o Poeta-Philosopho «a quem devemos hoje tantas maravilhas nos deixou»—diz o Relatorio. O caso é que na Lagôa havia já 50 pessoas que liam correntemente, por terem aprendido pela Leitura repentina.

*

Em 17 do mesmo Dezembro de 51 tornava a reunir-se a Assembléa Geral da Sociedade, e o Presidente apresenta outra carta de Castilho com a copia do Decreto.

Essa carta enthusiastica resa assim:

«Ill.mo Sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de V. S.ª a carta do Official maior da Secretaria da Fazenda Luiz Augusto Martins, e inclusa n'ella a copia, que lhe havia pedido, do Decreto em que Sua Majestade nos concede o pedido terreno para a edificação do nosso solar de Lettras e Artes.

«Uma clausula notará V. S.ª n'este Decreto, diversa de uma aliás importante do nosso requerimento. Pediamos nós que, se algum dia a Sociedade deixasse de existir, o terreno com o edificio passasse para o usufructo do Hospital de Ponta-Delgada, devendo porém reverter ao seu primeiro destino, logo que a mesma Sociedade renascesse activa para os seus trabalhos de beneficencia; e o Governo entende que, no caso da Sociedade fenecer, esses bens, até agora nacionaes, deviam volver, com quaesquer ulteriores bemfeitorias, para a massa commum do Estado.

«Esta discrepancia, apparentemente notavel, entre o despacho e a petição, é, quanto a mim, de nenhum momento; ou, se o tem, ainda Sua Majestade consultou mais aos nossos interesses do que nós mesmos. Concedida a graça d'esta maneira, torna-se um estimulo permanente e perpetuo á nossa actividade. Se nós podessemos ressuscitar, pouco se nos daria de morrer; assim, como sabemos que a morte é irrevogavel, havemos de fazer possiveis e impossiveis por nos mantermos na vida; e a nossa vida será ainda d'aqui a cem annos, e a duzentos, e mais, uma nascente de illustração e moralidade para a Ilha, um exemplo e um incentivo para a Monarchia.

«Alce-se emfim bem alto sobre esse montão de ruinas o estandarte candido do *Si vis, potes!* (1). Retumbe em torno d'elle o *Trabalhar meus irmãos!* que se oiça até aos confins do territorio portuguez! Entrem logo a brotar ahi os portentos do querer firme, vendo-se os ricos e os nobres misturados com os operarios, logo na primeira hora da fadiga, para os ajudarem, e provar-lhes *que os fóros da perguiça* estão abolidos, que o genero humano é uma familia, e que a mão que mais

---

(1) A bandeira da Sociedade era de seda branca, com um tropheo de artes e lettras e a legenda *Si vis, potes*. Em vez do ferro da lança havia um sol doirado. *J. de C.*

callejou semeando em qualquer terreno o grão fructifero, é a que os Monarchas deveriam apertar com mais orgulho.

«Depois, entendo tambem que pela imprensa periodica, e por annuncios affixados e volantes, e pelas conversações, se deveria, desde todo o principio, fazer comprehender (até da plebe) toda a extensão das ambições humanitarias da Sociedade; que ella não tem só a peito o desenvolvimento intellectual, e por elle o moral, mas tambem o aperfeiçoamento do physico, a dilatação e o incremento dos prazeres innocentes. Saiba o vulgo, porque o veja, que os mesmos homens, no mesmo minuto, cavam os alicerces das escholas, os da sala da musica, os das officinas mechanicas, os do theatro, os da capella, os do gabinete de physica, os da bibliotheca, e o jardim para floricultura e para os passeios do Domingo, para as dansas á sombra, e para os exercicios gymnasticos.

«Ouvindo-se isto, vendo-se isto, palpando-se isto, e antevendo-se todos os immensos resultados d'isto, que homem, que barbaro, que fera, que demonio, deixaria de acudir (até sem convite) ou para satisfazer o seu coração coadjuvando tal empreza, ou para poupar a seus netos a vergonha de se lhes dizer: descendeis de um homem, que tinha no lado esquerdo do peito uma pedreneira, e na cabeça nada.

«Meu caro senhor! mãos á obra! Mostremo-nos do seculo XIX em alguma coisa mais que nas datas das cartas! Os ociosos que façam a pseudo-politica, e se desfaçam em artigos de comprovadissima nullidade; façamos nós uma geração melhor, mais seria, e mais afortunada que esta dos chamados *politicos,* dos guerrilheiros, dos alchimistas, dos Richelieux improvisados, e dos Solons e Licurgos de obra grossa. Tentemol-o com a certeza de o conseguir! e ainda com a quasi certeza de não podermos conseguil-o, o deveriamos tentar.

«Perdoe-me V. S.ª a superfluidade d'este testamento. Não são conselhos; são amores, e desafogos. Diz o meu Ovidio:

Qui monet ut facias quod jam facis, ille monendo
Laudat, et hortatu comprobat acta suo.

«Eis a minha desculpa muito verdadeira.

«De V. S.ª, admirador, collega, e creado muito affectuoso e agradecido.—Lisboa, 19 de Novembro de 1851.—*A. F. de Castilho*» (1).

---

(1) As actas d'estas duas sessões, e os documentos que transcrevi, encontram-se no folheto impresso por ordem da Sociedade n'este mesmo anno de 51.

*

Foi grande (infelizmente foi ephemero) o enthusiasmo dos Amigos das Lettras.

*

Tenho aqui á vista um folhetinho intitulado *Primeiros exercicios de leitura para as escholas da Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em San-Miguel,* e publicado pela mesma Sociedade em Ponta-Delgada n'um dos primeiros tres mezes do anno de 1852. Ahi vem o Programma do petitorio a que a mesma Sociedade ia proceder, a fim de alcançar os meios de construir o seu solar de civilisação.

«O Governo de Sua Majestade—diz o redactor do pro-«gramma—acaba de conceder ás Lettras e Artes em S. Miguel «a área das ruinas da egreja de S. José, e a cerca adjacente, «para ellas ahi lançarem raiz firme e protectora; e se, em «verdade, fallecem ainda meios para poder plantar a esperan-«çosa arvore, para em tão excellente local levantar aquelle «santo templo, onde habite, e d'onde se diffunda ao povo a «vida intellectual, com a esmola que vamos pedir ao povo «esperamos ver brevemente removida esta ultima difficuldade.

. . . . . .

«Pediremos a todos, porque a obra é de todos, e de grande «utilidade para todos.

«Pediremos pela primeira vez no dia em que a Sociedade «fôr reconhecer as ruinas, que brevemente transformará no «seu solar de Lettras e Artes.

«N'este dia, que será o dia 25 de Abril (se o tempo correr «favoravel) pelas 10 horas da manhan fará a Sociedade a sua «visita ás concedidas ruinas, previamente enramadas, e as fará «vibrar e estrugir com o *Hymno do trabalho.*

«Durará esta ceremonia até ás 11 horas; durante ella será «já invocada a caridade das pessoas que concorrerem.

«Caminharemos depois em procissão pela cidade, seguindo «pelo campo da Conceição, e rua de S. João até á Calheta, «e voltando pela rua da Graça e campo de S. Francisco, etc. «ao nosso ponto de partida, ás nossas ruinas, onde este dia «terminará o petitorio, que em outros dias, e pelo correr do «anno, se estenderá ao resto da cidade, e, por meio de dele-

«gados da Sociedade, tambem aos outros povoados do Dis-«tricto.

«Em todo este transito — continúa o documento — sollicita-«remos esmolas dos habitantes que moram na parte da cidade «situada entre a rua do Conde e o mar, ao som do hymno da «Caridade e de outras musicas, que annunciem a nossa pas-«sagem, que sirvam de chamada a todo o bom christão para «lançar uma pedra no edificio da instrucção, da Religião, e «da moral.

«Bateremos a todas as portas, mas cumpriremos religiosa-«mente o preceito do Evangelho, proporcionando a cada um «os meios de poder fazer a esmola, sem que ninguem conheça «a qualidade ou a quantidade da dadiva, porque só desejamos «a esmola obtida sem oppressão e offerecida de bom grado.

«Numerario, aviamentos, madeiras, dias ou horas de tra-«balho, generos, etc., tudo será bemvindo, tudo egualmente «servirá para a grande obra da civilisação e da caridade.

«E se alguem preferir concorrer com alguma esmola se-«manal, mensal, ou trimensal, quándo os trabalhos da con-«strucção da obra principiarem, poderá esse fazer-se inscrever «em uma lista de subscriptores, ou lançar nas caixas da esmola «um bilhete com as declarações que bem quizer, na certeza «de que segredo inviolavel (se o exigir) lhe será religiosamente «guardado.»

. . . . . .

*

Tudo isto era realmente bellissimo; mas os resultados foram insignificantes. Os associados rarearam, enfraqueceram as boas vontades, e em poucos annos a Sociedade dissolveu-se, voltando, segundo creio, o terreno para o Estado.

E' muito triste! O que é verdade é que luctadores da tempera de Castilho não se encontram a cada passo. E esses mesmos.... tambem cançam.

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

O novo tratamento da diphteria e o Instituto Bacteriologico de Lisboa, por J. V. Paula Nogueira.

A tuberculose pecuaria e a hygiene publica, por J. V. Paula Nogueira.

Ensaio de bacteriologia pratica, por J. V. Paula Nogueira.

Microbios e vaceinas (Esboço), por J. V. Paula Nogueira.

As ilhas de S. Miguel e Terceira, por J. V. Paula Nogueira.

Desenvolvimento e expansão da monarchia portugueza, por Julio Ferreira Girão.

Endechas de Camões e Barbara Escrava, por Pedro Carvalho Monteiro.

Convento do Bom Jesus de Vizeu, por Maximiano de Aragão.

Algumas noticias para a descripção dos logares de Alcainça, Malveira e Carrasqueira do concelho de Mafra, por Ascenção Valdez.

Curso de analyse infinitesimal, pelo dr. Francisco Gomes Teixeira.

Antiguidades do Porto, por Ricardo Jorge.

Memoria sobre el VI Congreso internacional de ciencias geograficas celebrado em Londres, por D. Rafael Torres Campos.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao Instituto não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do Instituto de Coimbra, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto*, a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero IX

M·DCCC·XCVII

Setembro

COIMBRA

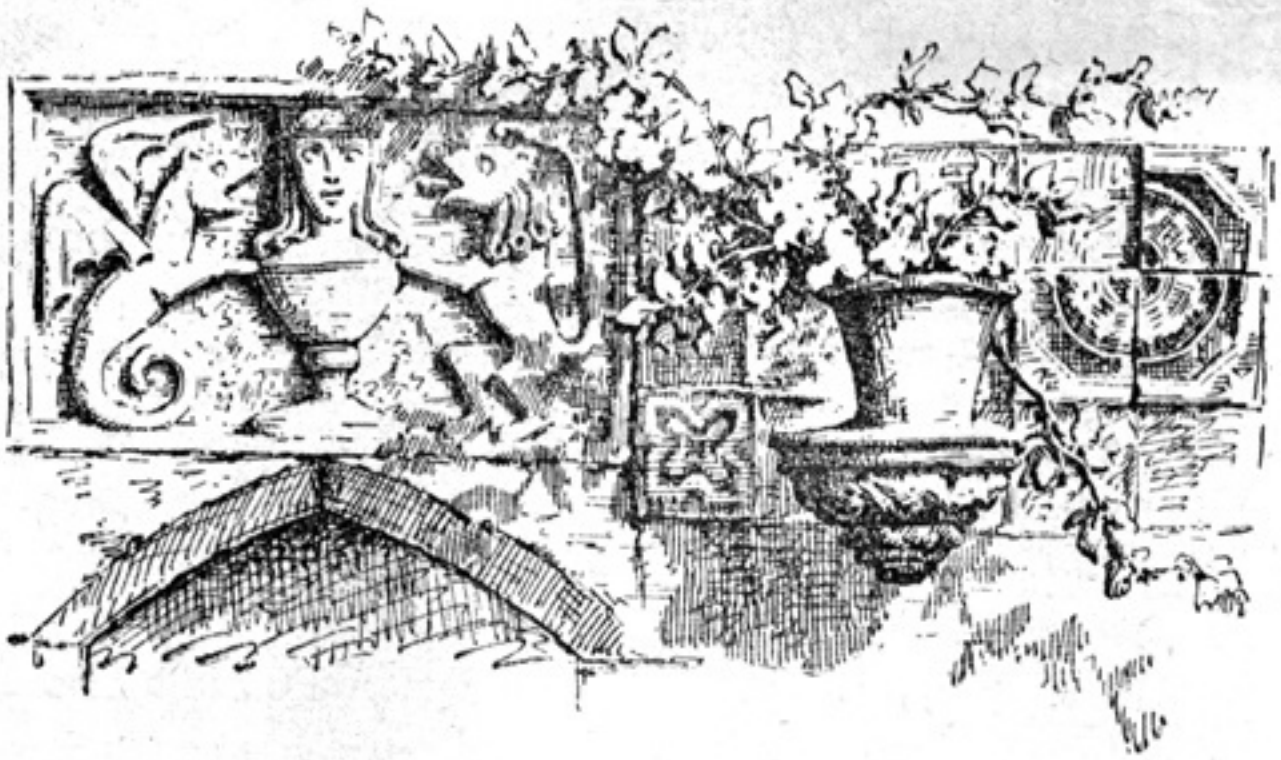
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO SUPERIOR, pelo *Visconde de Villa-Maior* 521
NOTAS D'UM PAE, por *Bernardino Machado* 529
ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES, por *Alvaro José da Silva Basto* 535
PAUL SCHÜTZENBERGER, por *Charles Lepierre* 542
EPITRE, por *Edouard Ducoté* 560
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 563
ACERCA DO PADRE MALAGRIDA, por *Joaquim de Araujo* ... 570
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 575
MARC LEGRAND, por *Silva Gayo* 579



SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO SUPERIOR

(Cont. do n.º 8, pag. 460)

Para dar uma ideia d'este projecto basta transcrever o 1.º artigo.

Artigo 1.º Crear-se-ha na Universidade de Coimbra uma Faculdade de Sciencias economicas e administrativas.

§ unico. O curso d'esta Faculdade será de 4 annos e constará das disciplinas seguintes:

1.º ANNO

1.ª Cadeira. — Arithmetica, Geometria, Algebra até ás equações do 2.º gráu, Trigonometria plana.

2.ª Cadeira. — Introducção á historia natural dos tres reinos.

2.º ANNO

3.ª Cadeira. — Principios de Physica e Chimica.

4.ª Cadeira. — Encyclopedia juridica.

5.ª Cadeira. — Direito natural e das gentes.

3.º ANNO

6.ª Cadeira. — Agricultura, economia e legislação rural; Estatistica agricola, manufactureira e industrial.

7.ª Cadeira. — Estatistica, Economia politica e Sciencia das finanças.

8.ª Cadeira. — Direito publico universal e portuguez, Sciencia da legislação.

4.º ANNO

9.ª Cadeira. — Medicina legal, Hygiene e Policia medica.

10.ª Cadeira. — Direito criminal portuguez e comparado.

11.ª Cadeira. — Principios geraes de administração, Direito administrativo portuguez.

O resto dos artigos d'este projecto, bem como o relatorio que o precede, podem ver-se no tomo IX da *Historia dos Estabelecimentos Scientificos* do sr. José Silvestre Ribeiro, onde se encontram a pagg. 291 a 296.

Este projecto não foi attendido, e parece que a Universidade, reconhecendo as imperfeições d'elle, não renovou as suas instancias em favor da adopção de um tal plano; pelo contrario, vê-se que, pouco tempo depois, havia limitado as suas pretenções á creação de uma cadeira nova na Faculdade de Direito, pois que na representação que o Claustro dirigiu em 16 de junho de 1851 ao governo, sobre as reformas litterarias das Faculdades academicas, e da qual adiante fallarei, encontra-se o artigo 71.º em que se diz: — «Ao quadro actual das cadeiras da Faculdade de Direito se accrescentará mais uma, destinada privativamente ás lições do Direito Administrativo portuguez e Processo administrativo, ficando assim esta cadeira desannexada da cadeira de Direito criminal a que actualmente se achava unida».

Em vez da nova Faculdade de Sciencias economicas e administrativas foi, pela Carta de Lei de 13 de agosto de 1853, creada na Faculdade de Direito a cadeira acima mencionada — «para com ella e outras das differentes Faculdades se formar um curso administrativo, devendo servir de habilitação para os logares de administração».

Foi isto o que mais tarde realizou o Decreto Regulamentar de 6 de junho de 1854.

Seja-me permittido observar n'este logar que a creação

d'este curso foi pouco feliz, porque nunca elle teve notavel frequencia, e hoje está completamente abandonado, e assim continuará provavelmente emquanto não fôr habilitação indispensavel para o provimento dos logares de serviço publico, a que a lei parecia querer destinal-o.

Voltando ainda a nossa attenção para os annos anteriores, vemos que a Universidade em 1850, mostrava-se pouco satisfeita com a legislação academica vigente n'aquella epocha.

O Conselho da Faculdade de Direito, em cumprimento da Portaria do Conselho Superior de Instrucção Publica de 20 de julho de 1849, encarregou uma commissão do exame das disposições dos Decretos de 5 de dezembro de 1836, de 20 de setembro de 1844, e do 1.º de dezembro de 1845 para ver se conviria que fossem alteradas ou emendadas ou reformadas. Esta commissão indicou grande numero de artigos d'aquelles diplomas, que julgava n'esses casos, e que foram objecto de uma publicação que teve por titulo — «*Exposição succinta dos inconvenientes da legislação actual*».

Tratava esta dos objectos seguintes:

1.º Da habilitação para o magisterio e provimento das cadeiras;
2.º Da promoção dos lentes;
3.º Do serviço extraordinario das cadeiras;
4.º Das jubilações e aposentações;
5.º Da reforma litteraria;
6.º Da disciplina e policia academica;
7.º Do julgamento dos crimes tanto communs como litterarios dos professores de Instrucção Publica.

As outras faculdades universitarias occuparam-se tambem da revisão da legislação academica no mesmo sentido e com o mesmo intuito. As commissões reunidas das Faculdades de Mathematica e de Philosophia redigiram o seu parecer, que foi apresentado impresso em 9 de abril de 1850, adherindo pela maior parte, aos considerandos da *Exposição succinta,* indicando, porém, algumas modificações essenciaes. Este parecer que foi assignado pelos drs. Sanches Goulão, Jose Maria Baldy, Agostinho de Moraes Pinto d'Almeida, Henrique do Couto e José Maria de Abreu, era acompanhado de um quadro das disciplinas que deviam constituir o ensino na Faculdade de Philosophia e de um novo plano de organização da Faculdade de Mathematica.

Ao ver os documentos impressos n'esse tempo, parece que

*

não havia grande estabilidade nas opiniões sobre a melhor constituição dos cursos da Faculdade de Philosophia natural.

Em 1851 a mesma Faculdade occupou-se de um projecto de reforma que julgava necessario e indispensavel para melhoramento dos estudos das sciencias physicas e naturaes. Este projecto, apresentado em Claustro no mez de março de 1851, pelos drs. Antonio J. R. Vidal e A. Sanches Goulão, teve um parecer que foi impresso na typographia da Universidade com o titulo de — «*Relatorio do fiscal da Faculdade de Philosophia ácerca da reforma que a mesma Faculdade fez subir á presença de Sua Majestade em 11 de abril de 1851, approvado por todos os vogaes do Conselho da Faculdade que se achavam presentes na congregação d'esse dia*».

Em 3 de junho começou a discutir-se o projecto dos drs. Vidal e Goulão no Conselho da Faculdade, e em 6 do mesmo mez foi approvado o quadro dos estudos, dividido em tres cursos: — Curso de Sciencias Physicas — Curso de Sciencias Naturaes — Curso de Sciencias Applicadas.

Pela sua parte, a Faculdade de Medicina tinha apresentado tambem o seu projecto de resposta, em cumprimento da Portaria do Conselho Superior de 20 de julho de 1849, que mandava indicar o que a experiencia houvesse suggerido sobre a execução da novissima reforma litteraria. Este projecto, longamente desenvolvido, foi impresso e publicado com a data de 19 de junho de 1850, e assignado por João Alberto Pereira de Azevedo, Manuel Paes de Figueiredo e José Gomes Ribeiro.

Todos estes projectos foram finalmente condensados na representação que o Claustro Pleno da Universidade dirigiu ao governo em 16 de junho de 1851, e que foi egualmente impressa.

N'esta representação diz o Claustro: «Senhora. — A ultima reforma da Universidade, ordenada pelo Decreto de 20 de setembro de 1844, se em parte attendeu aos votos e consultas das Faculdades academicas, consignou tambem outras providencias tão contrarias aos bons estudos, e ao progresso das sciencias, quanto improprias e inconvenientes para o credito e esplendor da primeira corporação scientifica da nação».

Depois de expôr longamente os motivos do seu dissentimento em relação á doutrina da novissima reforma, offerece o Claustro um projecto de reforma academica em seis capitulos e setenta e seis artigos sobre os seguintes pontos:

1.º Do provimento das cadeiras e substituições da Univer-

sidade; das provas do concurso; do juizo das Faculdades; dos serviços extraordinarios na Universidade e da promoção dos lentes;

2.º Das habilitações dos alumnos;

3.º Da disciplina academica e da economia das aulas;

4.º Das jubilações, aposentações e outras vantagens dos professores;

5.º Do julgamento dos crimes, tanto communs como litterarios dos lentes da Universidade.

6.º Providencias especiaes sobre a reforma litteraria, as quaes unicamente se reduziam ao seguinte: — na Faculdade de Direito á creação da cadeira de direito administrativo portuguez, ficando desannexada a cadeira de direito criminal portuguez, e sendo destinada a cadeira que se occupava da historia geral da jurisprudencia e particular do direito romano, canonico e patrio, para a encyclopedia juridica, ou introducção á sciencia do direito; — e na Faculdade de Philosophia ao plano proposto por Antonio Vidal e Sanches Goulão, de que acima falei.

Todas estas propostas tinham alcance muito limitado, como se vê pelo que fica exposto, e melhor ainda das proprias representações, e do parecer da commissão de Instrucção Publica da camara dos deputados apresentado em 26 de março de 1852.

Para complemento das noticias sobre as questões de reforma na epocha a que me tenho referido, póde ainda consultar-se: — 1.º O relatorio do Conselho de Instrucção Publica de 1847; — 2.º O relatorio do ministro do reino ás camaras legislativas apresentado em 30 de marco de 1849, só na parte respectiva á Instrucção Superior; — 3.º O relatorio do Conselho Superior de 30 de novembro de 1849, na sua conclusão em referencia tambem á Instrucção Superior; — 4.º O relatorio do ministro do reino ás camaras legislativas de 22 de fevereiro de 1850 e o do Conselho Superior de 25 de novembro do mesmo anno, só no final.

*

Na sessão de 10 de março de 1852, o deputado J. E. de Magalhães Coutinho apresentou á camara electiva um projecto de lei tendente a regular as attribuições reciprocas da

Faculdade de Medicina da Universidade e das Escholas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto, elevando estas ultimas á categoria de Faculdades de Medicina e Cirurgia, fazendo parte do quadro universitario, com todas as vantagens e prerogativas inherentes áquella Faculdade.

Este projecto com o seu relatorio póde vêr-se no diario da camara. Foi elle origem de renhida polemica entre os que defendiam as prerogativas da Universidade no que toca á concessão e collação dos gráus academicos e os que pretendiam que aos alumnos das Escholas se concedessem os mesmos gráus. A Universidade de Coimbra representou contra o mencionado projecto á camara dos deputados em 27 de abril de 1853.

O projecto não chegou a ser discutido, e o tempo tem feito felizmente esquecer as contendas tão apaixonadas d'aquelle tempo, e que pouco esclarecem hoje a grande questão da reforma.

Na sessão de 3 de fevereiro de 1854, na camara dos deputudos, teve segunda leitura um projecto de lei para estabelecimento das bases, com que o governo devia ser auctorizado a reformar a Instrucção Superior. Este projecto foi apresentado por mim com o fim de pôr termo á anarchia em que n'essa epocha andava a discussão relativa á mesma reforma, fóra da ordem do dia, e sem que se houvesse apresentado próyecto ou proposta de lei, que podesse servir de thema regular á discussão. O meu projecto foi mandado á commissão de Instrucção Publica, e lá ficou, como eu esperava, sem ter as honras de um parecer: porém ao menos a importuna discussão, que tomava improdutivamente tanto tempo á camara, acalmou ou antes cessou de todo. Eu mesmo não instei pelo parecer da commissão; o projecto era extremamente revolucionario para a epocha e, não tendo o apoio do governo, não havia probabilidade de o fazer vingar.

Para dar uma ideia do que elle era, transcreverei as primeiras bases que eram as fundamentaes:

I. O ensino superior comprehende os seguintes ramos: 1.º Theologia; 2.º Jurisprudencia; 3.º Sciencias mathematicas, physicas e historico-naturaes; 4.º Sciencias medicas; 5.º Sciencias profissionaes para os serviços publicos e industriaes; 6.º Administração publica; 7.º Litteratura; 8.º Bellas-Artes.

II. O ensino da Theologia e da Jurisprudencia será ministrado pelas Faculdades de Theologia e Direito da Universi-

dade de Coimbra, que poderão continuar a existir com a sua actual organização.

III. O ensino das sciencias mathematicas, physicas e historico-naturaes, será ministrado por uma nova Faculdade que se estabelecerá em Lisboa com o nome de Faculdade de Sciencias.

IV. O ensino das sciencias medicas será ministrado por uma Faculdade de Medicina e Cirurgia, que se estabelecerá em Lisboa, por uma Eschola subsidiaria no Porto e por duas Escholas de Pharmacia que se organizarão em Lisboa e no Porto.

V. O ensino das sciencias profissionaes para os serviços publicos e industriaes será ministrado pelas seguintes escholas:

1.ª *Eschola do Exercito,* que habilitará os officiaes de infanteria, cavallaria, artilheria, estado maior e engenharia militar.

2.ª *Eschola Naval,* que habilitará os officiaes de marinha e constructores navaes.

3.ª *Eschola de Obras Publicas,* que formará os engenheiros de pontes, estradas e caminhos de ferro; os constructores civis e architectos; os engenheiros hydrographos e geographos; os engenheiros hydraulicos e de minas.

4.ª *Escholas Industriaes,* que formarão os engenheiros mechanicos, chimicos e metalurgicos, e bem assim os mestres, constructores, e officiaes das industrias mechanicas, chimicas e metalurgicas.

Uma d'estas escholas será estabelecida na cidade de Lisboa e outra na do Porto.

5.º *Escholas de Agricultura,* comprehendendo uma Eschola Central de Agricultura e Veterinaria em Lisboa, e tres Escholas Regionaes, uma em Evora, outra em Coimbra ou Vizeu e outra no Porto ou em Braga, além das quintas de ensino em todos os districtos administrativos do continente e ilhas.

6.º Poderá estabelecer-se uma *Eschola de Pilotos* na cidade do Porto.

VI. A Eschola Polytechnica terá por fim especial e unico habilitar com os conhecimentos das sciencias mathematicas, physicas e naturaes, os alumnos que se destinarem aos serviços technicos do Estado.

Para não alongar demasiadamente esta exposição, deixo de transcrever as outras bases, porque as que ficam transcriptas são as essenciaes, servindo as restantes quasi exclusivamente para regular a execução das anteriores e a transição do estado então existente para o proposto n'aquelle projecto. Devo comtudo accrescentar que o projecto estabelecia a Eschola de Administração publica em Lisboa, creava um Collegio Militar com o fim especial e exclusivo para educação da mocidade que se destinasse ao serviço militar, e no qual deviam ser unicamente admittidos os que tivessem as condições physicas e moraes que se exigem para o bom serviço militar; auctorizava tambem o governo a estabelecer um numero determinado de pensões e de meias pensões para serem concedidas aos filhos dos militares e outros empregados publicos que houvessem feito serviços relevantes ao Estado e que se achassem destituidos de fortuna, sendo aquellas pensões unicamente applicadas á educação dos agraciados, em collegios ou seminarios acreditados.

Como acima disse, o projecto, de que acabo de fazer breve menção, não foi apresentado senão como meio estrategico para fazer cessar a discussão quasi anarchica em que se havia envolvido uma parte da camara dos deputados, mas que podia, até certo ponto, ser justificado pelo estado pouco satisfactorio em que então se achava a nossa Instrucção Superior.

(Continúa). VISCONDE DE VILLA-MAIOR.

NOTAS D'UM PAE

(Cont. do n.º 8, pag. 466)

Porque a sociedade é de facto tão composita, que desvaira por vezes os espiritos menos solidos, é que nem quero o homem abandonado nas luctas com a natureza, nem no redemoinho da sociedade. Preconiso a instrucção de todas as classes precisamente para que ellas se dirijam sem infringir as leis naturaes e sociaes.

Bem sei que acontece a sociedade estar doente e a epidemia atacar-nos inevitavelmente: ha vicios que se respiram como as emanações d'um pantano, e purificar uma nação é tudo que ha de mais difficil e arriscado. Mas o recurso é ainda robustecer a alma humana! E é efficaz! Nem outra coisa é o vicio senão fraqueza!

Para ser bom é mister ser util, amavel, judicioso. A cultura dispõe para a virtude. É o que se chama a moral evolucionista.

Mas a instrucção não basta, se não é tambem a instrucção da vontade, a educação. A instrucção deve ser sobretudo uma ascensão moral!

Todas as faculdades são sociaveis.

Só póde ter coração e amar os outros, quem é emocionavel.

«Desejo vêl-o!», «não me sae dos sentidos!» assim nos exprimimos para com pessôa amiga. «Fui eu que o avistei primeiro!» prorompe um dos meus filhos, vindo ao meu encontro; «mas fui eu que cheguei primeiro ao pé do papá!» reclama outro. Corremos para o seio dos nossos; e nunca têem termo as conversas entre amantes. «Não o larga! anda sempre atraz d'elle! é a sua sombra!» — são modos de significarmos a cegueira da paixão.

Só póde ser attencioso e discreto, quem é intelligente. Pômos no fecho das cartas — «de v. m.ᵗᵒ attento» —; e promettemos carinhosamente velar pelos outros. Nota-se com elo-

gio e agradecimento: «Fulano sabe escutar». «Penso sempre em ti! Lembranças!» dizemos e escrevemos enternecidamente.
«Quero-te muito!» bradamos, cheios de affecto.

O trabalho é eschola de concentração e firmeza. Infelizmente os nossos alumnos quasi não fazem trabalho pessoal: é copiar, repetir!

Em geral, a producção feita dá uma serenidade, um bem-estar que se póde vêr em qualquer auctor. Que inquietação, e até ás vezes que azedume o seu, emquanto os seus talentos se não consubstanciam numa obra digna de apreço!

A sciencia, a arte e a industria são attrahentes, associativas. O apreço que damos ás suas obras dispõe-nos a contribuir para ellas.

A generosidade dos trabalhadores! Quasi nunca recebo presentes senão de pobres.

Não se póde fazer moral sem convivencia, sem sociabilidade. O isolamento é um mal.

Hoje o povo, avergado ao trabalho, exhausto de cançaço, ainda não tem tempo para se socialisar.

Os prazeres da sociedade levam-nos a estimarmo-nos.
A distancia encarniça as questões, a approximação resolve-as.

Para que as creanças adorem o dever, basta que elle encarne nos paes.

Ha uma moral individual e uma moral collectiva.
A moral auctorisada pela collectividade social chama-se direito.

Bondade é mais do que justiça, porque é a justiça que se faz por querer, por bem querer.

A moral são os costumes, o direito são as instituições. O chamado direito consuetudinario não quer dizer senão que a moral se converte no direito.

Ha uma historia para as sciencias, artes e industrias. Mas

a historia propriamente dita é a historia social, dos costumes e das instituições.

Para editar o direito, isto é, para legislar, e para o pôr em execução, ou, numa palavra só, para governar-se, a sociedade começa por constituir os poderes publicos.

Mas não ha só o governo constituido. De todos os moralistas póde dizer-se que elles têem governado os homens.

A vida da familia é benefica, porque é um exercicio de coordenação, fortalece a vontade. Muito mais, portanto, a vida municipal, e, superiormente, a vida nacional. Mas esta ha de ser uma integrante de todas as energias locaes e corporativas.

Como a arte, a industria e a sciencia se repartem pelos dominios da natureza e do espirito, assim tambem o direito. Podemos contribuir para o bem, quer occupando-nos das coisas, quer das pessôas: no primeiro caso, o direito toma o nome de economia; no segundo, de politica. Uma e outra são ramos do direito, isto é, da moral, não esqueça!

Premios e castigos? Diga-se antes: suggestões! Sim! a vida animal não é só a vida voluntaria; e o governo não póde ser só educativo, tem de ser tambem suggestivo, e tem-no de ser precisamente para melhor preparar o desenvolvimento da liberdade. Fale-se á intelligencia, fale-se á faculdade sensitivo-motriz, fale-se á emotividade, não perdendo de vista a saude e a instrucção, e, sobretudo, a moralidade do homem! O apreço e o desprezo publico são os maiores agentes externos de disciplina, porque são os agentes moraes; mas, por isso mesmo que jogam directamente com a moralidade, são d'um emprego sempre delicadissimo.

Entregue-se o homem ás consequencias dos seus actos; comtanto que se não esqueça que muitos dos seus actos são consequencias das suggestões que sôbre elle actuam, e comtanto que as consequencias não sejam desproporcionadas com o valor dos actos. D'onde resulta para a sociedade a obrigação de regular o mais possivel as suggestões e as consequencias de harmonia com a justiça.

E uma das consequencias deve ser a opinião quer da familia ou do mestre, quer do publico. Onde se tratam as creanças com egual meiguice, indifferentemente, quando boas ou más,

a custo ellas apprenderão a distinguir o bem do mal: á formação do seu caracter faltará o apoio moral do meio. Advertencia ás mães!

A economia ainda está na concepção utilitaria, mas é preciso passar de vez, como a politica, á pura concepção moral altruista.

A sociedade veio do communismo para o individualismo. Mas não se desvirtue a sua marcha!

É certo que a civilisação individualisa o meio: cada um tem hoje, além do seu quinhão de forças e de faculdades, que lhe dá a natureza, o seu quinhão de valores, de bens de fortuna, que lhe dá a sociedade. Mas de tudo é cada um simples administrador em beneficio da collectividade; e todos os que possuem mais do que mereceram pelo seu esforço, tratem de não o desmerecer pela sua administração!

Os ricos são como empregados publicos por cujas mãos passa muito dinheiro, mas que só têem direito a receber para si a retribuição do seu trabalho. Se a si proprios a arbitram e pelas suas mãos se pagam, razão de mais para serem escrupulosos!

O direito de propriedade inclue o dever de bem a administrar.

Cumpridas as obrigações de assistencia para com todos os filhos, deve haver liberdade de testar.

Aos bens de cada um chama-se fortuna, porque a sua posse provém muito da fortuna; mas, com o progresso social, cada vez vão sendo mais a recompensa dos serviços prestados.

Quem a confere? os nossos concidadãos!

Uns pretendem que nol-a confiram só os poderes publicos, são os socialistas; outros só os particulares que tratam comnosco, são os individualistas. Ambas as aspirações vão sendo satisfeitas, á medida que a sociedade progride, porque, dentro da organização politica geral, a nação não fica inorganica, mas dia a dia se organiza mais solidamente para todas as suas relações.

Os socialistas só vêem o bem que o Estado faz e querem mettel-o em tudo; ao contrario, ha ultra-individualistas, que só lhe vêem os males e intestam arrasal-o, são os anarchistas.

O nosso seculo é o seculo dos pequenos, dos fracos. Assim como nas sciencias da natureza a attenção se voltou para os infinitamente pequenos, nas sciencias do espirito voltou-se para as creanças, selvagens e enfermos. E, na moral, para os indigentes. O seculo dezenove é o seculo da assistencia publica!

Dizem alguns que dar esmola é alimentar a ociosidade. Póde ser; mas eu não tenho meio de indagar se todos que pedem, são dignos de soccorro; e, como a sociedade não organiza sufficientemente a assistencia, na dúvida, vou dando. Dignos de dó são de certo todos os que esmolam.

Ha o governo da força, o governo do favoritismo e da intriga e o governo moral. Nós, se já estamos longe do primeiro, ainda não saímos do segundo.

Quando cada homem exerça socialmente a sua profissão, em cada um se encontrará, de facto, um governante, e os eleitos da nação serão os mais competentes, que se revesarão no poder, conforme as circumstancias tornem principal uma ou outra questão da sua competencia respectiva. Nem o ministro terá de se arruinar, abandonando a sua casa para bem servir o paiz; nem o homem de negocios ficará pela estreiteza da sua profissão arredado do poder. Mas note-se que os mais competentes serão sobretudo os mais dignos!

O governo é de maiores e de menores. O de menores é propriamente o ensino, no alto sentido moral da palavra; e, por isso, o ensino não se impõe só ás familias, mas a todas as collectividades de que elles fazem parte.

A concepção reinante da educação, que a divide em duas phases, a da educação humanista e a da educação profissional, é profundamente viciosa.

Assim, como se reconheceu que, para apprender seja o que fôr, sciencia, arte ou industria, hão de envidar-se todas as energias do espirito, e á chamada educação progressiva, que amputava o individuo, reduzindo-o em cada epocha do seu crescimento ao exercicio exclusivo da faculdade então predominante, succedeu uma mais bem entendida organização pedagogica, que, sem prejuizo da evolutiva differenciação das faculdades, não deixa nenhuma esterilisar-se ao abandono; assim tambem é necessario comprehender que sciencia, arte e industria se devem fundir sempre superiormente na

acção moral do homem, e que ninguem vingará alcançal-a perfeitamente, fazendo ora uma educação humanista que dispense e addie todo e qualquer serviço social, ora uma educação profissional tão estreita que cerre o entendimento e o coração ás beneficas influencias mutuas dos progressos da civilisação. Nem a educação geral deve acabar nunca, nem é nunca cedo para principiar a profissional! Cultura e officio são inseparaveis.

Assim como o governo das nações tem de ser educativo, assim deve ser politica e economica a educação.

Só a inferioridade da educação civica da mulher explica o casamento de raparigas angelicaes com homens publicos corruptos. Alargue-se o horisonte moral da mulher, e deixará de haver tantos homens que passem, a um tempo, por bons chefes de familia e maus cidadãos e governantes. Alguns hoje em dia parece que esgotam a bondade em familia.

Não ministram a educação ao povo, e depois queixam-se de que não ha publico para nada, de que não ha opinião e a eleição é uma burla! Accusam a miseria do povo, e não procuram remedial-a! Mas d'onde viemos todos? e que foi que nos elevou? A mim um ajuntamento do nosso bom povo trabalhador sensibilisa-me sempre.

O governo e o ensino são reciprocos. Nação de governo depravado mal póde ministrar um ensino moral, e, que o ministre, vel-o-ha em grande parte inutilisado; a immoralidade, ou a indifferença moral só que seja, da eschola corrompe fatalmente a sociedade. Mas o poder da educação é mais profundo, porque se exerce sôbre naturezas ainda mais simples, e um grupo de homens dignos no magisterio luctarão sempre vantajosamente contra as deleterias influencias governativas. Por isso se põem no ensino tantas esperanças de regeneração social!

Para a campanha educativa são precisos homens de grande cultura? Tanto melhor, se a tiverem; mas o que se quer, são, sobretudo, homens de fé, apostolos!

BERNARDINO MACHADO.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMÁTICAS

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES

(Cont. do n.º 8, pag. 483)

ÍNDICE CEPHÁLICO DE VÁRIOS GRÁNIOS DA EPOCHA ROMANA ENCONTRADOS EM PORTUGAL

O quadro X comprehende dois grupos de crânios.

O segundo abrange vários crânios de lusitanos puros, que vivêram reduzidos á condição de servos romanos, segundo o demonstrou o fallecido archeólogo Estácio da Veiga (1). Foram encontrados em diversas *villas* romanas do Algarve.

O outro grupo é formado de crânios encontrados em Villa Franca de Xira nas ruínas duma colónia romana, que ahi existiu. A epocha a que pertencêram, e a origem éthnica em que se filiam, foram determinadas pelo dr. Ferraz de Macedo (2).

Num folheto, que escreveu sobre o assumpto, faz uma interessante comparação estereográphica dos crânios de Villa Franca de Xira com um exemplar romano, que teve occasião de estudar em Itália, pertencente á collecção de Mantegazza, e com um lusitano puro de Estácio da Veiga.

---

(1) *Loc. cit.*, vol. II, p. 488.

(2) Dr. Ferraz de Macedo — *Lusitanos e Romanos em Villa Franca de Xira,* 1893.

IV

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A COMPOSIÇÃO ÉTHNICA DO POVO PORTUGUÊS

Como atrás dissémos, o sr. Olóriz notou nas gráphicas provinciaes esta circunstância de ser mais regular a vertente dolichocéphala do que a brachycéphala.

Convergindo para a hypóthese, que este facto suggeriu, notou mais o distincto professor de Madrid, que nas provincias brachycéphalas a população é mais heterogénia do que nas provincias, como Valencia e Alicante, em que predomina a dolichocephalia.

Uma brilhante confirmação da hypothese, a que vimos de referir-nos, resalta do facto, já ha muito conhecido e de novo posto em relevo pelo sr. Olóriz, do elemento mais dolichocéphalo habitar em Hespanha especialmente os logares, que pelas suas condições topográphicas ficam longe das linhas naturaes das immigrações e do commércio.

Eis dois exemplos magníficos.

1) A faxa de território hespanhol fronteiro á França acha-se separada de esta nação pelo grande macisso dos Pyrineus. Essa região abrange as três antigas províncias: Aragão (central), Catalunha (oriental) e Navarra (occidental).

Ora as medições deram a conhecer este facto curiosíssimo: que o índice é menor na província de Aragão do que nas outras duas, que, como se sabe, sam contíguas ás portas de entrada de Hespanha para quem vem de França.

2) Outro exemplo não menos instructivo; as populações das vertentes meridionaes da cordilheira do norte de Hespanha têem um índice menor do que as populações das vertentes septentrionaes voltadas ao golpho de Byscaia e expostas por conseguinte á invasão do elemento brachycéphalo da França, país onde os immigrantes celtas, de cabeça redonda, se conserváram mais puros.

De resto os factos, que vimos de contar, não passam de símplez casos da selecção éthnica, que a configuração do terreno póde effectuar sobre as populações. Comprehende-se por exemplo, que os elementos indígenas, sob a pressão das camadas invasoras, se tenham refugiado nas regiões montanhosas, onde a defeza era mais facil, e donde mais facilmente

podiam exercer o espirito bellicoso, que devia ter despertado, se não existisse já, em quem se via obrigado a defender a terra natal. E' lendária a resisténcia, que os romanos encontráram nos montanhêses dos Hermínios commandados por Viriatho.

Ora a propósito é de notar o predomínio da dolichocephalia nas serranias de Hespanha.

Desejariamos citar exemplos portuguêses. Infelizmente não possuímos os elementos. O dr. Ferraz de Macedo não mandou os quadros dos índices individuaes em cada província, decerto por ter reconhecido, que as províncias, onde as seriações poderiam offerecer maior interesse, sam mui pobremente representadas na sua collecção, aliás importante.

O caracter dolichocéphalo, que predomina no nosso país, suggere-nos portanto a hypóthese de que o fundo da população portuguêsa descende dum elemento éthnico primitivo tambem dolichocéphalo, sem misturas que produzissem alterações fundamentaes. Esse elemento éthnico estendido ao sul e oriente da Península é de resto uma hypóthese corrente entre os ethnólogos, embora por elles apoiada em outras considerações (Bory de Saint-Vincent, Quatrefages, Hamy, Henri Martin) (1). O nome, por que mais correntemente é conhecido esse elemento, é o de *raça de Atlantes,* que se suppõe oriunda do norte de África, onde hoje é representada pelos Berberes.

O nome de *Iberos,* que os primeiros geógraphos deram a todos os povos da Península, parece ser originário duma raça differente, que habitava o nordeste de Hespanha, e com a qual os navegantes do Oriente primeiro se encontráram.

A nossa extensa costa marítima, que á primeira vista era de esperar nos tivesse exposto múltiplas invasões de elementos éthnicos extranhos, concorreu ao contrário duma maneira admiravel para a conservação da nossa pureza éthnica.

Este facto não nos surprehende muito.

Os navegantes antigos, especialmente os pre-romanos, embora cortassem a miüdo as águas conhecidas do Mediterráneo, raro se aventuravam no Atlántico. As columnas de Hércules, no estreito de Gibraltar, foram durante muito tempo o *nec plus ultra* dos marinheiros.

---

(1) Lagneau — *Ethnologie de la Peninsule du sud-ouest de l'Europe.* In *Mem. de la Soc. d'Anthrop.,* 2.ª série, t. II, p. 397, 1881.

E demais as emprezas marítimas, que outr'ora, na infância da navegação, attingíram as nossas costas, deviam ter-se assignalado principalmente pela civilização nova, que trouxeram a estas paragens. Não é provavel, que fosse sensivel a sua influéncia anthropológica.

Pondo de parte a costa do Algarve, um dos pontos por onde os elementos berbere e árabe penetráram no nosso país (o que o índice cephálico parece revelar), foi depois de atravessarem a Hespanha, que nos vieram as camadas invasoras, que mais contribuíram para alterar o primitivo typo éthnico, ainda que essa alteração não parece ter sido profunda, menor em todo o caso que no país vizinho.

Os estudos do índice cephálico permittem decidir duma hypóthese posta pelo sr. Olóriz na sua Memória. Em presença de vários focos de brachycephalia existentes no interior da Península, não mui distantes alguns da fronteira portuguêsa, pergunta o sr. Olóriz se parte ao menos dos brachycéphalos invasores não teriam vindo de Portugal. Póde agora sem hesitação responder se negativamente.

As nossas conclusões mostram-nos ao mesmo tempo o partido, que se póde tirar do conhecimento da ethnogenia hespanhola.

Indicado o *substractum* da nossa população e o caracter geral das alterações que soffreu, seria conveniente determinar a grandeza e situação dos estratos éthnicos, que os elementos ligúrico, celta, grego, romano, semita (phenícios, carthaginêses, árabes), germánico (suevos, vándalos, alanos e visigodos), sobreposeram ás populações primitivas; porém não é tarefa sequer para tentar neste minúsculo trabalho. Algumas notas apenas sobre os caracteres anthropológicos destes diversos typos, e terminaremos.

Os Atlantes eram, segundo se crê, dolichocéphalos e bastante altos. Não falta quem os refira á raça de Cro-Magnon, que não discorda muito dos habitantes neolíthicos de Portugal.

Embora não haja dados exactos sobre os Iberos, cujo núcleo occupava, segundo se admitte, a bacia hydrográphica do Ebro, suppõe-se, por certas esculpturas de bronze, que eram tambem de cabeça alongada.

Seram os Bascos, caracterizados pela sua língua, que é agglutinativa, os representantes mais puros das primitivas populações ibéricas? Não falta quem o supponha; mas mesmo em tal hypóthese o seu typo physico deve estar bastante distanciado do que foi outr'ora.

Os Ligures tinham a cabeça redondá (índice=81), e segundo Olóriz concorrêram para brachycephalizar as populações austro-orientaes da Hespanha.

Pensa-se, que foram os Celtas o elemento brachycéphalo, que mais poderosamente influiu nas populações primitivas da Península. A verdade é, que ha sobre este ponto uma tal ou qual correspondéncia entre as informações dos historiadores e os dados dos anthropólogos. O N.O. e S.O. de Hespanha eram apontados como os principaes núcleos célticos da Península; ora succede, que nessas regiões precisamente se encontram centros de brachycephalia.

Foi no Minho, que o dr. Ferraz de Macedo encontrou o índice médio (75,71) mais elevado de Portugal. Dada a sua proximidade da região celtica hespanhola será licito fazer a hypóthese de que o sangue celta determinou tal elevação?

Eis um problema para futuros investigadores.

O certo é, que os Celtas não eram de estatura muito elevada, tinham os cabellos e os olhos castanhos, e uma certa depressão fronto-nasal, que não é raro encontrar no Minho.

Algumas palavras aínda sobre as invasões, que poderemos chamar históricas.

Plinio, signalou um fóco céltico em Portugal, ahi pelas alturas de Evora. Os dados, que possuo, attribuíndo ao Alentejo o índice médio de (74,83), não denunciam cruzamentos apreciaveis com celtas brachycéphalos.

É antes de crêr, que fosse o elemento semita, árabe em particular (cujo índice vai até 76), que determinasse a elevação do índice, que se nota á medida que nos approximamos da região meridional do país. O Algarve é depois do Minho a provincia portuguêsa de índice mais elevado: o seu índice médio é 75,29.

Os Phenícios foram o primeiro povo civilizado, que aportou á Península, e que a frequentou largamente na exploração da sua riqueza mineira. Ensináram o seu alphabeto aos habitantes desta região, como o provam as medalhas celtibéricas com caracteres phenícios. Dado porém o seu pequeno número, não deve ter sido grande a sua influéncia ethnográphica. O mesmo se pensa dos Carthaginêses.

Os Romanos fundáram várias colónias no nosso país. Póde dizer-se até, que sam os vestígios do seu domínio, que constituem hoje o objecto principal da nossa Archeologia, sciéncia entre nós cultivada com muito gosto. Mas a influéncia dos Romanos foi principalmente civilizadora.

*

Os povos germánicos, que no século V da nossa era invadiram a Peninsula, eram dolichocéphalos, altos, de cabellos loiros e olhos azues.

Crê-se, que a sua influéncia éthnica foi mui pouco sensivel.

Além de que o seu número não era demasiado, alguns, como os Vándalos e os Alanos, passáram á África.

Ha notícia de que os Suevos acampáram no Minho, fazendo de Braga a sua capital. Tempos depois, foram subjugados pelos Visigodos, que haviam ficado em Hespanha, dominando-a durante perto de três séculos, ao cabo dos quaes foram vencidos pelos Musulmanos vindos de África. Foi sobretudo nessa épocha, que a raça semita e berbere se internou em Portugal.

Apesar de tudo, a invasão dos povos do Norte explica o elemento loiro, que, em pequena proporção é verdade, se encontra em toda á Península.

É certo, que desde remota antiguïdade parece terem existido loiros aquí, embora dispersos, segundo contam os historiadores. Mas a invasão germánica deve ter augmentado a proporção, e sobretudo explica a existéncia de agglomerações de loiros em certos pontos de Hespanha, que têem impressionado muitos viajantes.

Não admira por exemplo, que Boudin e Quatrefages tivessem notado no nordeste de Hespanha, principalmente nos montanhêses das cercanias de San Sebastian, um grande número de homens loiros e de «admiraveis mulheres loiras».

Outro tanto conta Tubino ao fallar das serranias da Ronda na Hespanha meridional.

*

Grande parte das referéncias feitas aos povos, que têem pizado o sólo peninsular, sam de ordem histórica.

Não era difficil prolongar nesta direcção, se o tempo sobrasse, o nosso trabalho. É certo porém, que caïríamos fatalmente em interminaveis questões, pelo menos quando ultrapassassemos uma certa antiguïdade.

As notícias desses remotos tempos, que chegáram até nós, foram recolhidas geralmente por geográphos, que jámais visitáram este canto da Europa.

Por outro lado, neste assumpto, as símplez descripções históricas difficilmente conseguem apagar a perspectiva do tempo e da distáncia.

Hei de lembrar-me sempre do caso succedido com Virchow no nosso país, por occasião do Congresso d'Anthropologia de 1880. Numa excursão, que a convite do nosso distincto archeólogo, o sr. Martins Sarmento, vários congressistas fizeram á Citânia de Briteiros a légua e meia de Guimarães, o illustre anthropólogo allemão ficou muito espantado de não encontrar em Braga e seus arredores, contra o que a história lhe suggeria, descendentes daquelles seus compatriotas, que no seculo V invadíram aquella região.

Eis as suas palavras: «Je dois avouer que je n'ai pas pu reconaitre en anthropologue des parents dans les habitants actuels de cette contrée; ils doivent cependant avoir beaucoup changé. Aujourd'hui ils sont presque tous bruns, et quoiqu'on puisse signaler ça et là des individus blonds, des enfants et même quelques adultes, je ne saurais affirmer que j'aie trouvé des indices de ce que l'influence de l'invasion germanique s'y fasse encore sentir. A Braga, le comte de S. Mamede, qui venait de faire ses études en Allemagne, a eu la complaisance de me procurer une petite collection de cheveux des habitants, aussi bien de Briteiros que des environs; exception faite de quelques échantillons d'un brun de châtaigne, ils sont tous d'un noir luisant» (1).

Não entrando pois em mais minúcias históricas, que álias se encontram em obras especiaes, fechamos aqui o nosso trabalho, para o qual pedimos toda a benevoléncia do leitor.

(Continúa) (2). ÁLVARO JOSÉ DA SILVA BASTO.

---

(1) In *Compte-rendu do Congresso*, p. 649.
(2) Só no próximo número é que podêmos começar a publicação dos quadros numéricos a que se tem referido o texto.

PAUL SCHÜTZENBERGER

A verdade é filha do tempo, e não da auctoridade.

(Bacon).

Um dos vultos mais proeminentes da sciencia chimica acaba de descer para o tumulo! O meu querido mestre Paul Schützenberger finou-se a 26 de junho de 1897 em Mézy, perto de Paris. Nascera em Strasbourg em 1829, contando, pois, 68 annos.

Nestas linhas tratarei de apresentar ao leitor o eminente sabio que a sciencia hoje chora, cumprindo assim o dever grato do discipulo para com o mestre, procurando fazer realçar aquella grande physionomia, cujo unico premio foi — como infelizmente acontece aos cultores das sciencias — a satisfação intima e a consideração dos raros iniciados!

Porque, na verdade, póde o homem de sciencia gastar uma vida inteira architectando um complexo edificio, elaborando theorias, ou produzindo trabalhos cujo valor deslumbre quem os lê ou commenta. Contribuindo quasi sempre mais ou menos directamente para o bem-estar geral, póde o sabio fazer isso tudo que nunca o seu nome chegará a conhecer as honras e regalias que o grande publico distribue com tão farta largueza a um tenor que nasceu com boa larynge, ou a um toureiro feliz!

Aos artistas, aos litteratos, é licito, ainda assim, aspirar a serem apreciados no seu justo valor pelos seus contemporaneos — ao sabio, tal recompensa não é permittida. Com rarissimas excepções, é esta a regra; é preciso que o sabio seja um homem de genio, como Kepler, Newton, Pasteur, para que o vulgo de nome pelo menos o conheça. —

Por isso, cada vez que encontramos no nosso caminho um homem cuja vida inteira foi consagrada ao culto da verdade, é dever nosso prestar uma homenagem á sua memoria, rememorando os pontos essenciaes da sua carreira e expondo a sua obra scientifica.

*

Como já disse, Schützenberger nasceu em Strasbourg em dezembro de 1829; seu pae era professor de direito administrativo; um dos seus tios era professor na Faculdade de Medicina, e um outro, fabricante de cerveja.

Neste meio de estudo deviam-se desenvolver as faculdades do moço Schützenberger; o tio medico nutria a esperança de ver o sobrinho succeder-lhe na sua cathedra; mas não conseguiu affastal-o dos estudos chimicos, e, já em 1849, encontramol-o na sua cidade natal como preparador adjunto do professor Caillot.

Como predecessores neste modesto cargo tinha tido dois homens destinados a occupar situações eminentes na sciencia: o sabio chimico Würtz e o grande anthropologista de Quatrefages.

Em 1853, Schützenberger encontra-se em Paris, no Conservatorio d'Artes e Officios, como preparador de Persoz no curso de tinturaria e estamparia. Um anno depois, o moço chimico era nomeado professor na Escola Industrial de Mulhouse, onde ensinou até 1865. Foi quando ainda occupava este logar, e depois de ter publicado numerosos trabalhos, que mais adiante analysarei, que Balard, o illustre descobridor do bromio, o convidou para ser seu preparador no Collegio de França, em substituição de Berthelot. Schützenberger tinha então 36 annos; até 1868 exerceu o logar de preparador de Balard, epocha em que foi nomeado director adjunto do laboratorio de chimica des «Hautes Etudes» na Sorbonne.

Durante a guerra franco-prussiano ficou em Paris, na occasião do horroroso cêrco, de dia, dirigindo o fabríco do salitre extrahido das paredes velhas, de noite de espingarda ao hombro, com a sua farda de guarda nacional, defendendo a entrada da grande cidade, cumprindo assim integralmente, como grande patriota e alsaciano que era, os seus deveres de cidadão diante da brutal invasão prussiano cujo funesto resultado devia ser a perda para a França de duas das suas mais bellas provincias e para elle a da sua saudosa terra natal!

O valor e o numero dos seus trabalhos scientificos, os alumnos que creára fizeram que Schützenberger, quando morreu Balard em 1876, substituisse o seu antigo mestre na sua cadeira de chimica mineral no Collegio de França.

Em 1882, quando se creou em Paris a escola de physica e de chimica, a direcção deste novo Instituto technico de ensino superior foi entregue a Schützenberger que durante os ultimos quinze annos da sua vida preencheu este logar com a competencia que todos lhe reconheciam, mantendo sempre para com os seus alumnos verdadeiras relações de pae para filhos, aliás conformando assim com o que geralmente se observa em França, no ensino superior, entre professores e discipulos.

Porém, esta nova tarefa não era das mais faceis, porque se tratava de estabelecer em França um ensino com orientação absolutamente nova. Com effeito, a escola de physica e chimica fôra creada para ministrar aos seus alumnos os conhecimentos scientificos e práticos, sufficientemente desenvolvidos para prestar ás industrias ou aos laboratorios como engenheiros ou directores, os serviços que a situação economica de então exigia.

Para conseguir estes resultados Schützenberger rodeou-se na escola de physica e chimica dos chimicos e physicos que, pelas suas tendencias e trabalhos, maior probabilidade de exito offereciam: Henninger, Roberto Duarte Silva, sabio chimico portuguez, Etard, Millot, Hospitalier, Baille, Dommer foram os professores de chimica e de physica escolhidos; as mathematicas superiores eram leccionadas por Albert Léry e Rozé.

Desde 1884 pertencia á Academia de Medicina de Paris, e desde 1887 fazia parte do Instituto de França, onde veiu occupar o logar vago pela morte de Debray.

Occupava ainda os logares de professor no Collegio de França e de director da escola de physica e chymica quando a morte o surprehendeu.

Trabalhou durante quasi meio seculo sem nunca conhecer o descanço. Lembra-me ainda vel-o chegar á escola ás 8 horas da manhã e sahir do seu laboratorio, como nós, ás 6 da tarde, gastando apenas uma hora no almoço em familia. Para elle quasi que não existiam os domingos e dias santos, e segundo disse o seu amigo Armand Gautier, poucos dias antes de morrer, já atacado pela doença, ainda tentara, apesar da prohibição dos medicos, calcular os resultados duma analyse a que o seu pensamento intimo ligava grande apreço!

Passarei agora em revista os mais importantes dos seus trabalhos tanto de chimica pura como de chimica applicada.

O primeiro data de 1855 e é intitulado: «*Sur les produits pectiques de la garance et leur influence dans l'opération du garançage*» (1).

Tambem sobre os principios córantes dos vegetaes, difficeis de estudar ha 40 annos, publicou successivamente: *Sur la solubilité de l'alizarine dans l'eau surchauffée* (2).

Sur les matières colorantes de la garance d'Alsace (3); neste trabalho descobre a xanthopurpurina $C^{14}\ H^{6}\ O^{2}\ (OH)^{2}$ 1 . 3, isomera da alizarina.

Sur l'acide carminique et la cochenille dite ammoniacale (4).

Sur la lutéoline (5).

Sur les matières colorantes des graines de perse et le quercitron (6).

Sur la catéchine du cachou jaune (7).

Sur les produits de réduction de l'isatine et de l'indigotine (8).

Os grandes conhecimentos de Schützenberger sobre a industria da tinturaria foram resumidos numa obra classica — *Traité des matières colorantes* (9), publicado em 1867, e pelo qual teve uma medalha de ouro na Exposição Universal desse anno.

Examinemos agora os trabalhos do mestre em chimica pura.

O seu primeiro trabalho neste ramo da chimica data de 1863, tinha pois 34 annos; sustentou na Sorbonne a celebre these seguinte: «*Essais sur la substitution des éléments et radicaux électro-négatifs aux métaux des sels*» que era a conclusão de varias memorias publicadas de 1861 a 1863 (10). Neste trabalho notavel, Schützenberger demonstra que se póde substituir o metal dos saes por elementos simples, *electro-negativos,* taes como o chloro, o bromio, o iodo, podendo do mesmo modo esta substituição ser effectuada por radicaes tambem negativos tal como o cyanogenio; como resultado desta substituição obtem-se corpos a que, pela sua synthese e desdobramento, Schützenberger deu o nome de

---

(1) *Bulletin de la société industrielle de Mulhouse,* tom. XXVII, pag. 5.
(2) *Bulletin de la société industrielle de Mulhouse,* tom. XXVII, pag. 395.
(3) *Bulletin de la société chimique,* Paris, tom. IV, pag. 12.
(4) *Annales de chimie et physique,* 3.ª série, tom. LIV, pag. 52.
(5) *Bulletin de la société chimique,* 2.ª série, pag. 18.
(6) *Bulletin de la société chimique,* 2.ª série, tom. X, pag. 179.
(7) *Bulletin de la société chimique,* 2.ª série, tom. IV, pag. 5.
(8) *Bulletin de la société chimique,* tom. IV, pag. 171.
(9) V. Masson — Paris, 2 vol., in-8.º
(10) *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences,* Paris, tom. 52, 53, 54, 66, 67 et *Bulletin de la société chimique,* Paris.

saes de chloro, de *cyanogenio, etc.*, (acetato de chloro, etc.,) e a que hoje se chamam *anhydridos mixtos de acidos*.

Estes corpos podem ser preparados facilmente unindo os anhydridos de acidos, organicos e mineraes, por exemplo, o anhydrido acetico e o anhydrido hypochloroso, o anhydrido acetico e o anhydrido sulfurico:

$$(CH^3CO)^2O + Cl^2O = 2(CH^3CO^2Cl)$$

ou $\begin{matrix} CH^3CO \\ Cl \end{matrix}\!>O$

anhydrido aceto-hypochloroso ou acetato de chloro

$$(CH^3CO)^2O + SO^3 = (CH^3CO^2)^2SO^2$$

anhydrido aceto-sulfurico

ou por dupla decomposição entre os chloretos de iodo, de cyanogenio, etc., e os saes organicos. Os metaes, reagindo sobre estas combinações, substituem-se ao chloro, cyanogenio, etc., dando logar á formação dos saes ordinarios. Os elementos electro-negativos tambem podem dar logar á dupla decomposição; por exemplo, o iodo, actuando sobre o *acetato de chloro*, dá o acetato de iodo e o chloro *livre, etc.*

Nestas investigações Schützenberger demonstrou a trivalencia do iode, preparando por exemplo os *iodoes* triacetico $I'''(C^2H^3O^2)^3$, ou diaceto-chlorhydrico $I'''(C^2H^3O^2)^2Cl$. Tambem descobriu o sulfato hypochloroso, o isocyanato de ethylo, o sulfocyaneto de acetylo, etc.

Schützenberger serviu-se ainda do anhydrido acetico para descobrir um novo methodo de determinar o gráu de basicidade dos hydratos de carbonio, baseado no numero dos radicaes acidos fixados na molecula. Obteve assim numerosos derivados aceticos dos assucares, da cellulose, dos amidos, das gommas, etc., (1).

Citarei ainda alguns dos seus trabalhos de chimica organica.

Action de l'iode sur les carbures aromatiques (2) — *Action des métaux alcalins sur la benzine* (3) — *Union directe de l'ammoniaque à divers hydrates de carbone* (4) — *Quelques dérivés oxydés, acetylés, benzoylés des alcaloïdes végétaux* (5)

---

(1) *Ann. de phys. chim.*, e *Comptes rendus*, année 1865.
(2) *Comptes rendus*, t. 25.
(3) *Comptes rendus*, t. 61.
(4) *Bull. Soc. chim.*, t. II, p. 16.
(5) *Ann. de phys. chim.*, 3.ª série, t. 54.

— *Sur les carbures d'hydrogène des pétroles du Caucase,* trabalho importante em que Schützenberger demonstra (1) que estes carbonetos de formula geral C^nH^{2n}, nada de commum têem com a série ethylenica; são, corpos cyclicos chamados *paraffenas* que muitas analogias apresentam com a série benzinica.

Um curioso trabalho foi aquelle em que descreveu os *compostos platino-carbonicos, phosphoplatinicos* e *phosphostannicos* (2).

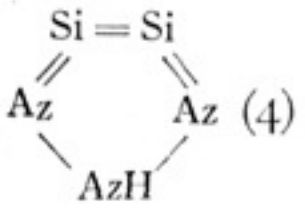
Os compostos *platino-carbonicos* preparam-se pela acção simultanea do chloro e do oxydo de carbono sobre a platina; as suas formulas sam:

$$PtCl^2CO,\ PtCl^2(CO)^2,\ Pt^2Cl^4(CO)^3.$$

Sam corpos muito analogos aos carbonylos metallicos descobertos em 1890 por Mond, Langer e Quincke, e que tanta impressão produziram no mundo scientifico.

Lembrarei ainda as combinações interessantes, descobertas por Schützenberger, e em que a platina e o estanho combinados, formam um radical composto, o platinostannium Pt^2Sn^3, cujo oxydo é $Pt^2Sn^3O^3$ e o chloreto $Pt^2Sn^3Cl^6$ (3).

Por memoria citarei os seguintes corpos tambem descobertos por Schützenberger: O *sulfocarboneto de platina* Pt^2S^2C, o *silicieto* de Pt, os *carbonetos, azotetos, carbazotetos de silicio* $(Si^2Az^3)^2$; Si^2Az^3H cuja constituição é:



(4)

Com a collaboração de Bourgeois em 1875 fez um estudo interessante do *estado e dosagem do carbono nos ferros fundidos e nos aços* (5).

---

(1) *Ann. de phys. chim.*, t. XXI.
(2) *Comptes rendus*, t. 70.
(3) *Comptes rendus*, t. 98.
(4) *Comptes rendus*, t. 99.
(5) *Comptes rendus*, t. 80.

Schützenberger ainda estudou os *estados allotropicos dos diversos metaes* (1), *a união de certos metaes com os elementos dos hydracidos e o oxydo de carbono* (2), *as combinações moleculares do bromo, o enxofre octaedrico obtido por fusão* (3).

Em 1890 e 1891 publicou uma série de notas *sobre o effluvio e as condensações que produz nos compostos gazosos do carbono*. Nestes estudos curiosissimos demonstrou, de um modo absolutamente positivo, que os elementos da agua eram susceptiveis de atravessarem o *vidro,* sob a influencia do *effluvio electrico,* apparecendo combinados com os compostos gazosos do carbono, mas em proporções muito differentes das que o hydrogenio e o oxygenio têem na agua. Por exemplo: submettendo num tubo semelhante ao apparelho productor de ozone, de Berthelot, o oxydo de carbono á acção do effluvio electrico, verifica-se que o producto solido da condensação $(CO)^n$ contém tambem H e O em proporções differentes das da agua; estes ultimos elementos provêm: 1.º da decomposição parcial da agua, sob a influencia do effluvio; 2.º do transporte material das moleculas de H e O, atravez do *vidro* que se torna nesta experiencia, por assim dizer, poroso; afinal as moleculas H e O combinam-se com o corpo $(CO)^n$ formando-se um composto complexo $(CO)^nH^mO^p$.

A apresentação destes trabalhos deu logar a muita discussão e o eminente sabio Berthelot foi um daquelles que duvidou, não da veracidade, mas da interpretação dos factos.

A Academia das Sciencias de Paris nomeou uma commissão de que fizeram parte Berthelot e Lippmann, e as conclusões do Relatorio que apresentaram foi que tudo o que tinha dito Schützenberger era absolutamente exacto.

Este transporte de materia sob a influencia da electricidade atravez de corpos considerados como impermeaveis, constitue, na verdade, um facto curiosissimo, de que só um espirito e um experimentador do quilate de Schützenberger podia encontrar a explicação racional, essencialmente baseada numa experiencia bem conduzida!

Este facto demonstra mais uma vez quanto a sciencia ganha em não se deixar suggestionar pelas explicações *a priori* e que nas sciencias physico-chymicas o guia mais seguro é sempre a experiencia, sem a qual as theorias de nada valem.

---

(1) *Comptes rendus,* t. 86.
(2) *Comptes rendus,* t. 113.
(3) *Comptes rendus,* t. 66.

Reservei para o fim desta exposição dos trabalhos do meu mestre, as descobertas que mais têm chamado a attenção dos cultores da sciencia. Na chimica chamada mineral encontramos o *acido hydro-sulfuroso* descoberto por Schützenberger em 1869. Este acido monobasico de formula SO^2H^2 obtem-se pela reducção do acido sulfuroso ou dos bisulfitos pelos metaes Zn, Ni, Fe, Mg. O estudo deste corpo e dos seus derivados tornava-se, em virtude da sua facil oxydabilidade, particularmente difficil. Estas propriedades foram aproveitadas por Schützenberger, em collaboração com discipulos, para determinar a quantidade de oxygenio que existe no sangue, nas aguas, etc., e não se esquecendo nunca das applicações práticas para transformar por hydrogenação o *anil azul* em *anil branco:*

$$C^{16}H^{10}Az^2O^2 + H^2 = C^{16}H^{12}Az^2O^2$$

reacção que se emprega correntemente hoje na industria tão scientifica da tinturaria.

A chimica biologica tambem foi um campo que Schützenberger não deixou de cultivar e podemos dizer que fez neste ramo da sciencia uma verdadeira revolução.

Principiou os seus estudos neste sentido, numa epocha em que Pasteur começara a revelar as extraordinarias propriedades biologicas dos micro-organismos; o seu primeiro trabalho foi *sobre a respiração dos vegetaes aquaticos* (1) seguido da publicação duma série de memorias *sobre a respiração das cellulas da levadura de cerveja* (2) *e sobre as modicações que se produzem na levadura abandonada a si mesmo* (3); neste ultimo trabalho estuda os phenomenos de autophagia de uma cellula viva, sendo o primeiro dos chimicos que seguiu as transformações dos productos de desdobramento dos albuminoides em productos de synthese.

Estas notas preliminares e o conhecimento profundo de todos os ramos da chimica, juntamente com a qualidade de experimentador *hors ligne* fizeram que Schützenberger podesse desde 1874 encetar a sua obra de mais valia: *Con-*

---

(1) Em collaboração com Quinquaud. *Comptes rendus*, t. 77.
(2) *Comptes rendus*, t. 98.
(3) *Comptes rendus*, tt. 78 e 88.

stituição dos albuminoides, mercê da qual o nome do mestre passará á posteridade.

Com effeito, os numerosissimos trabalhos de que dei até agora uma leve ideia, os pontos de vista novos que sempre acompanhavam estes estudos, não eram porém sufficientes, como o fez notar Armand Gautier, para levar o nome de Schützenberger até á posteridade longiqua.

Pelo contrario, os estudos que Schützenberger proseguiu durante quasi 20 annos, de 1874 a 1892, sobre as substancias albuminoides, tornaram o nome do seu eminente auctor classico e illustre.

Até á data em que principiou estes estudos nada se sabia sobre a constituição dos albuminoides; estes corpos que não crystallisam, que não se volatilisam sem decomposição, que escapam em geral ás leis physicas empregadas para a fixação dos pesos moleculares, que se destroem com tanta facilidade sob a influencia dos microbios, etc., não tinham nada de sympathicos, e até eram repulsivos para o experimentador.

Diversamente do que succede com as mais séries chimicas, não se póde, com os albuminoides, contar com as bellas crystallisações, as faceis distillações, as syntheses e transformações brilhantes que pela sua parte esthetica, digamos assim, ajudam, excitam, sustentam o experimentador nas horas de duvida, ou de depressão moral, que tantas vezes assaltam o espirito do sabio.

Durante 20 annos com uma tenacidade, uma perseverança extraordinaria, Schützenberger procurou resolver este grande problema da chimica da vida, resumido nestas palavras: *constituição dos albuminoides.* E' curioso e instructivo lêr as suas primeiras publicações sobre o assumpto; sente-se o sabio honrado, hesitando, tropeçando a cada passo, cahindo por vezes, mas logo erguendo-se sempre acima das difficuldades, mostrando, enfim, quanto póde o homem movido por um ideal.

Applicando o *methodo experimental* e interpretando os seus resultados, Schützenberger chegou a esta conclusão: que *todos os albuminoides são ureides complexos;* em outras palavras, podemos, generalisando ainda mais, dizer que os *albuminoides são amidos,* isto é, corpos que resultam da substituição dos hydrogenios do ammoniaco pelos radicaes acidos.

Ha dias li a seguinte phrase num artigo de Berthelot (1)

---

(1) *Revue scientifique,* 31 juillet 1897.

«l'albumine appartient pareillement à la classe des amides c'est à dire des composés résultant de l'union de l'ammoniaque et des principes oxygénés par simple élimination de l'eau.»

Estas poucas linhas resumem a obra scientifica de Schützenberger no ultimo periodo da sua vida; foram necessarios mais de quinze annos de experiencias longas e complicadas, algumas centenas de analyses organicas elementares, para chegar a estas singelas conclusões!!

Bastaria isso para mostrar o valor da obra prima a que me refiro.

Gautier nos seus variados livros de chimica biologica não tem expressões de louvor sufficientes em face de obra tamanha!

Compara-a á obra classica de Chevreul sobre os *corpos gôrdos,* pondo mesmo assim em relevo quanto mais difficeis eram as experiencias de Schützenberger, pela complexidade e propriedades especialissimas dos corpos proteicos.

A reacção geral a que recorreu Schützenberger foi a *hydratação dos albuminoides* pelo *hydrato de baryo,* a 100°, 150°, 200°. Os productos de desdobramento variam conforme a temperatura. Os factos podem-se resumir do modo seguinte: Tomamos por exemplo a albumina do ovo; sendo tratada pela baryta fornece por 100 partes: 1.° carbonato de baryo a que corresponde 2,74 % de CO^2; 2.° oxalato de baryo correspondendo a 7,5 de acido oxalico; 3.° ammoniaco livre na proporção de 4,98 % de albumina ou 4,1 % de azote, quer dizer a quarta parte do azote total da albumina (16,5 %); 4.° acido acetico 4,8 % do peso da albumina; 5.° um *residuo bruto fixo,* cujo peso é de 97,5 % do peso da albumina e que encerra 3,5 % de tyrosina, que revela assim a existencia dum nucleo aromatico na albumina.

Os pesos de CO^2 e de acido oxalico estão na relação de 1 molecula do primeiro a 5 do segundo — esta relação varía conforme os albuminoides — mas, *sempre se verifica que por cada molecula destes dois acidos produz-se sempre 2 moleculas de ammoniaco, qualquer que seja o albuminoide.*

As fórmulas que seguem traduzem os factos precedentes:

$$CO<\begin{matrix}Az=R''\\Az=P''\end{matrix} + 5H^2O = CO^2 + 2\,AzH^3 + H^2O^2R'' + H^2O^2P''$$

Urêa composta.

$$C^2O^2<\begin{matrix}Az=S''\\Az=T''\end{matrix} + 6H^2O = C^2O^4H^2 + 2AzH^3 + H^2O^2S'' + H^2O^2S''$$

Oxamido composto.

Os corpos H^2O^2R'', H^2O^2P'', H^2O^2S'' e H^2O^2T'' são hydratos de radicaes compostos.

Sommando os diversos corpos provenientes do desdobramento da albumina, verifica-se que 100 partes de albumina fixaram 17,59:

Ammoniaco	4,98
Acido carbonico	2,74
» oxalico	7,45
» acetico	4,92
Tyrosina	3,5
Residuo fixo	94,0
	117,59

Sommando tambem o hydrogenio e oxygenio contidos nos precedentes compostos e comparando com o H e O da albumina primitiva, encontra-se um excesso destes elementos e que neste excesso o hydrogenio e oxygenio estão nas relações que constituem a agua. Esta foi, pois, fixada na proporção de 17,5 % de albumina secca.

Ora a experiencia (1) demonstra que a albumina tem um peso molecular que oscilla entre 5.700 e 5.800; a fórmula $C^{250}H^{409}Az^{67}O^{84}$ corresponde bem a um peso molecular deste e ás analyses effectuadas por Schützenberger.

Fazendo agora entrar em consideração os varios productos de desdobramento da albumina, obtem-se a seguinte equação de hydratação a 200° que concorda com a experiencia:

$$C^{250}H^{409}Az^{67}O^{84} + 57\,H^2O = 17\,AzH^3 + 4\,CO^2 + 5\,C^2H^2O^4 + 4\,C^2H^4O^2 + C^9H^{11}AzO^3 + C^{219}H^{435}Az^{49}O^{102}$$

Residuo fixo.

O residuo fixo que constitue a massa principal resultando da hydratação da albumina pode-se representar pela fórmula geral $C^nH^{2n}Az^mO^{2m}$; sendo submettido á analyse immediata, reconheceu Schützenberger que era constituido principalmente por corpos $C^nH^{2n}AzO^2$ ou $C^nH^{2n}Az^2O^4$, em que $n = 4, 5, 6, 7, 8$ ou 9, etc., *todos crystallizaveis*.

A composição do residuo secco varia com a temperatura em que actuou a baryta 100°, 150° ou 200°.

---

(1) Pela analyse do platino-cyaneto de albumina, ou pela saturação da albumina pela soda, que demonstra a existencia na molecula da albumina de dois grupos carboxylos.

A 100°, além da tyrosina, o residuo é, sobretudo, formado por *glucoproteinas* α, cuja formula geral é $C^nH^{2n}Az^2O^4$, em que *n* varía de 7 a 11 e por *dileuceinas* de fórmula geral $C^nH^{2n-2}Az^2O^4$ ($n = 9$ e 10).

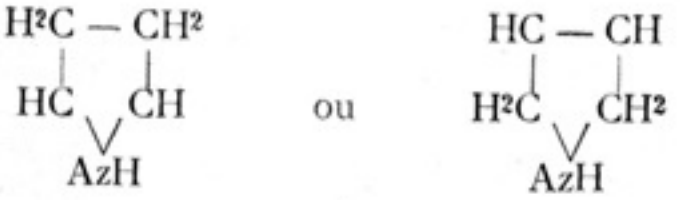
A 200°, a hydratação é mais profunda, as *glucoproteinas* são desdobradas em amidos mais simples e o residuo é formado: 1.° por tyrosina; 2.° por *leucinas* $C^nH^{2n+1}AzO^2$, cujo typo é a leucina ordinaria ou acido amido-caproico $AzH^2 . C^5H^{10} . CO^2H$; 3.° por *glucoproteinas* ß não desdobraveis; 4.° por *acidos hydroproteicos* $C^mH^{2m}Az^2O^5$ em que $m = 8$ a 10 e *acidos proteicos* $C^mH^{2m-2}Az^2O^5$ ($m = 6$ a 8).

Tomamos agora o *acido hydroproteico* em que $m = 10$, quer dizer o corpo $C^{10}H^{20}Az^2O^5$; sendo aquecido com um reductor energico, zinco em pó, este acido fornece um corpo importante o *dihydropyrrol:*

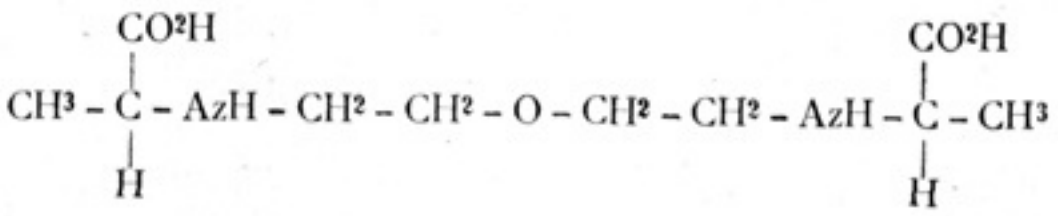
$$C^{10}H^{20}Az^2O^5 + Zn = ZnO + 2\,CO^2 + 3\,H^2 + 2\,C^4H^7Az$$

Dihydropyrrol.

cuja constituição conhecida é a seguinte:



Em virtude do desdobramento precedente, o *acido hydroproteico* terá por constituição:



De resto, a experiencia demonstra que os acidos hydroproteicos provêm da hydratação das *glucoproteinas* α, que apparecem na acção da baryta a 100°, por exemplo:

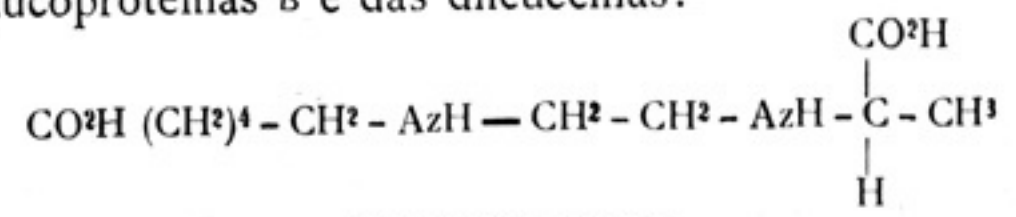
$$C^{11}H^{22}Az^2O^4 + H^2O = C^5H^{11}AzO^3 + CO^2H(CH^2)^5AzH^2$$

Leucina.

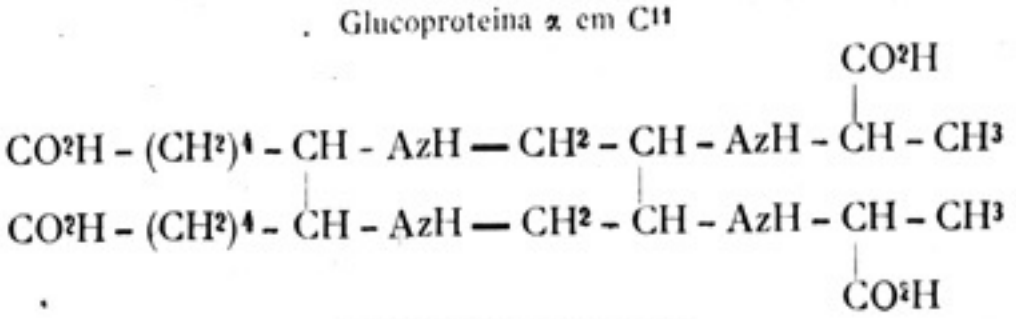
o corpo $C^5H^{11}AzO^3$ (acido oxamido-valerico), deshydratando-se por sua vez, dá um acido hydroproteico:

$$2\,C^5H^{11}AzO^3 = H^2O + C^{10}H^{20}Az^2O^5.$$

Pelos mesmos processos é facil conhecer successivamente a constituição não só das glucoproteinas α, como tambem das glucoproteinas β e das dileuceinas:

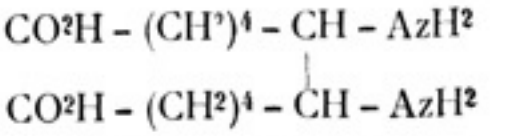


Glucoproteina α em C^{11}

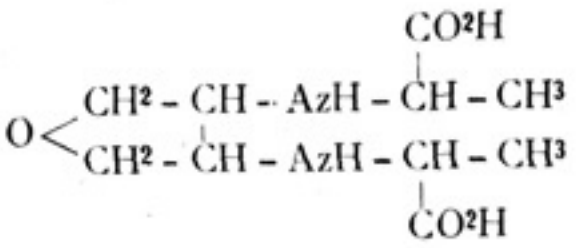


Dileuceina $C^{22}H^{40}Az^4O^8$

esta ultima, fixando H^2O a 200°, dá uma molecula de *glucoproteina β* e uma molecula de *acido proteico:*

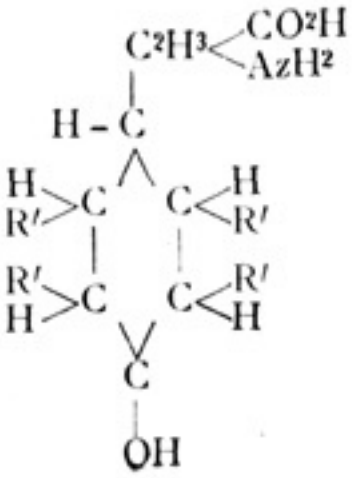


Glucoproteina β $C^{12}H^{24}Az^2O^4$



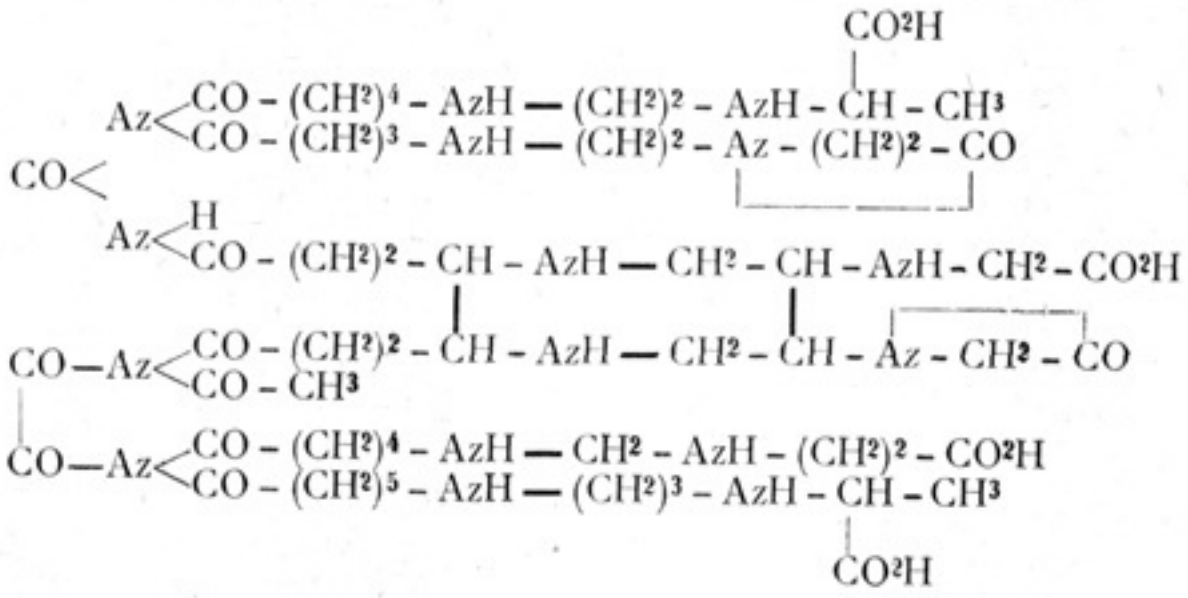
Acido proteico $C^{10}H^{18}Az^2O^5$.

Fazendo agora entrar em linha de conta, como fez A. Gautier, a molecula de *tyrosina* que quasi sempre acompanha o desdobramento dos albuminoides, e aproximando os diversos corpos resultando da hydratação, obtem-se para a *albumina do ovo* a constituição seguinte:



(A)

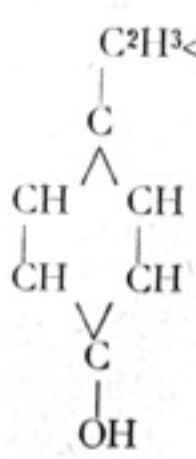
no qual $R' = \beta - OH$, β sendo a resultante da união dos diversos radicaes que reconhecemos formarem-se na hydratação do albumina e cuja constituição é:



(B)

A fórmula da albumina resumida em A explica todos os desdobramentos observados.

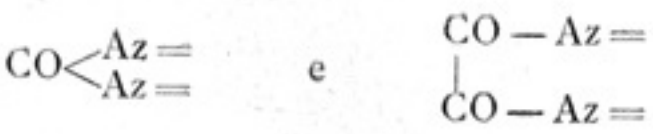
Fixando 4 H^2O dá: 1.º uma molecula de tyrosina $C^9H^{11}AzO^3$ cuja constituição de ha muito conhecida é a seguinte:



Tyrosina

2.º tres moleculas de hydrogenio; 3.º quatro moleculas R′OH.

A fórmula de constituição destes radicaes R′OH (vide B) mostra que por hydratação das cabeças, cada um delles dará uma molecula de anhydrido carbonico, uma molecula de acido oxalico e quatro moleculas de ammoniaco:



Cada atomo de azote fixa 2 H provenientes de duas mole-

culas de agua, emquanto que os oxhydrilos, fixando-se nos ramos transversaes de B, dão logar á formação das glucoproteinas desdobraveis por sua vez, no sitio do risco forte, em *leucinas* $CO^2H\,(CH^2)^5AzH^2$ e em oxyacidos $C^nH^{2n+1}AzO^3$:

$$OH-(CH^2)^2-AzH-\underset{\displaystyle CO^2H}{\underset{|}{CH}}-CH^3$$

os quaes por deshydratação dão os acidos hydroproteicos, cuja constituição já estabelecemos.

O desmembramento desta molecula complexa vai assim proseguindo-se cada vez mais, até chegar aos ultimos termos.

Taes são, rapidamente esboçadas, as conclusões do extraordinario trabalho de Schützenberger. Não só estudou a albumina mas a maior parte dos albuminoides; todos dão logar aos mesmos productos de desdobramento, differenciando-se apenas na quantidade maior ou menor; algumas vezes alguns radicaes não apparecem ou só em quantidade insignificante.

Mas estes 16 annos de esforço em pesquiza da verdade talvez não teriam ainda convencido todos os chimicos, em vista da complexidade dos productos de desdobramento dos albuminoides.

Felizmente Schützenberger encarregou-se, elle proprio, de corôar a sua obra, realizando, *pela primeira vez,* a synthese de um albuminoide, recorrendo para isso aos corpos que tinha descoberto, e cuja *synthese total* era facil de effectuar (1).

Acabamos de ver que os albuminoides podem ser considerados como resultando da condensação, com perda de agua, da urêa ou do oxamido com as *leucinas* e *leuceinas* que se produzem na sua hydratação (2):

$$CO\,(AzH^2)^2 + 3\,C^mH^{2m+1}AzO^2 + 3\,C^nH^{2n-1}AzO^2 - 6\,H^2O = \text{Albuminoide.}$$

Urêa. Leucinas. Leuceinas.

Schützenberger, aquecendo a 125° uma mistura de *urêa,* de leucinas e leuceinas (cujas syntheses totaes foram realisadas) e de anhydrido phosphorico (corpo deshydratante)

---

(1) *Comptes rendus*, t. 112.
(2) A. Gautier — *Chimie biologique.*

obteve um corpo que apresenta as maiores analogias com as *peptonas,* e cujas reacções eram as das materias albuminoides.

Não póde restar, pois, duvida alguma do alto valor dos trabalhos de Schützenberger sobre os *albuminoides,* que se podem comparar aos de Chevreul sobre os *corpos gordos,* ou aos de Fisher sobre os *assucares.*

Tratarei agora rapidamente de apresentar ao leitor Schutzenberger como chimico theorico.

Possuindo, como poucos, todos os ramos da chimica, chimico experimentador em toda a extensão da palavra, estava em excellentes condições para avaliar as theorias com as quaes procuramos explicar os phenomenos da nossa sciencia.

Espirito absolutamente independente, servia-se das theorias como meio de alcançar o mais depressa a solução de um problema, pondo-as em duvida, rejeitando-as até sem a menor hesitação quando a experiencia lhe mostrava a pouca estabilidade de muitas dellas.

Foi assim que, o primeiro, duvidou da *lei das proporções definidas,* tomando como exemplo, não um corpo complexo, mas a propria agua!

Demonstrou, com a balança na mão, que os pesos atomicos não têm a fixidez e o valor absoluto que geralmente se lhes attribue. Com effeito, ha poucos annos, em experiencias celebres, verificou que o nickel, o cobalto, o cerio, etc., podiam apresentar *pesos atomicos* variando entre si duma unidade! Conforme a origem e as condições de temperatura em que se aquece ou se reduz os oxydos correspondentes; o nickel, por exemplo, deu-lhe dois valores para o peso atomico 58,6 e 59,9; a esse respeito escrevia elle:

«En face de ces faits, il nous semble que l'idée un peu étroite que l'on se formait de l'atome chimique doit faire place à une conception plus large, capable de tenir compte de données certaines, mais négligées volontairement jusqu'ici.

Pour nous, depuis longtemps, les atomes chimiques ne sont que des rapports de combinaison établis d'après certaines considérations théoriques, d'une fixité relative et qui *peuvent varier entre certaines limites restreintes* avec les conditions physiques auxquelles est soumis le composé résultant (1)».

Estas ideias já se vão propagando, e chimicos abalisados não receiam de as defender.

---

(1) *Révue de physique et chimie,* novembre 1896.

De resto, a fixidez absoluta das mais leis chimicas tambem vai cada dia perdendo do seu valor; as proprias leis das combinações gazosas de Gay-Lussac estão, presentemente, muito atacadas na Inglaterra e na Allemanha, em vista de experiencias recentes.

Na mesma ordem de assumptos Schützenberger ensinava e sustentava a *divisibilidade das valencias,* em vez de admittir a sua indivisibilidade; este modo de pensar encontrou certa opposição, pela complexidade um pouco maior que traziam nas fórmulas chimicas, mas, sob o ponto de vista philosophico, é conveniente não se esquecer da possibilidade desta hypothese para a interpretação dos phenomenos, principalmente nas combinações chamadas *moleculares*. De resto, independentemente de Schützenberger, varios chimicos na Inglaterra, na Allemanha e em França apresentaram ideias semelhantes: citarei William Burham (1881) que publicou uma memoria sobre este assumpto, Haller, Maurigot, etc.

Demonstrou tambem quão complexo era o problema da fixação da valencia de um elemento, quer dizer o valor do seu peso atomico, que póde variar conforme se recorre ás leis do isomorphismo, ás densidades de vapores, á cryoscopia, á ebullioscopia, etc., ou ao systema periodico de Mendeljeff.

Acerca deste ultimo systema diz «qu'en s'en servant pour fixer la valence on commet une pétition de principes. C'est une loi empirique qui résulte de la comparaison des poids atomiques d'un certain nombre d'éléments, pour lesquels aucun doute ne subsiste.

Changer le poids atomique d'un élément parce qu'il ne cadre pas avec la loi de périodicité, c'est attribuer à celle-ci une généralité absolue qui est loin d'être établie» (1).

Enfim, como livros technicos ou de ensino, Schützenberger deixou entre outros o *Traité des matieres colorantes,* les *Fermentations,* e emfim o seu monumental *Traité de chimie générale* em sete volumes in-8.º

Resta-me apenas agora considerar Schützenberger sob o ponto de vista moral. Era um homem bom, leal, amicissimo

---

(1) Ultimamente (*Bull. Soc. chim.*, 20 février 1897, p. 326), o chimico japonez Chikashigé achou o numero 127,6 em vez de 125 para peso atomico do tellurio; se o futuro demonstrar a exactidão desta determinação o tellurio já não poderá figurar no grupo VI de Mendeljeff, ao lado do oxygenio, enxofre, etc., mas sim depois do iode.

dos seus alumnos, que sempre ajudava com os seus conselhos e que rapidamente tomava como collaboradores.

Mas a sua maior qualidade era certamente a sua grande modestia.

O leitor desculpará exemplificar esta opinião apontando-lhe um caso que me diz respeito. Ao apresentar á Academia das Sciencias de Paris, um trabalho sobre ptomainas escolhi, claro está, para censor e padrinho, o meu mestre Schützenberger. Numa das suas cartas, que conservo piedosamente, disse-me que não se *achando competente em assumpto de ptomainas, tinha pedido a opinião de A. Gautier,* sobre o meu trabalho, o qual o achára bem feito e digno de ser publicado nos *Comptes Rendus!!*

Esta confissão de falta de competencia na bocca de Schützenberger basta para caracterisar o sabio, cuja morte sinceramente choramos, e do qual procurei rapidamente esboçar a Obra.

Coimbra, setembro de 1897. CHARLES LEPIERRE.

EPITRE

Ami, si quelques jours de loisir sont à toi,
si la ville aux pesants édifices t'est lourde,
si tu as soif du ciel, trop rare entre les toits,
et d'un air que n'a point troublé le pas des foules,
rappelle-toi qu'au loin te désire un ami.
Les biens que je possède ont certes peu de prix
pour ces hommes qui sont esclaves des cités
et consument leur vie, au milieu du tumulte
et des paroles inutiles, dans la lutte
pour la gloire ou le gain, et dans des voluptés
qu'exaspère leur fièvre et que leur fièvre annule.
Ici tout est repos et presque solitude.
Ceux que l'on voit passer ignorent les soucis;
la pêche les occupe, et la mer poissonneuse
jette dans leurs filets le meilleur de ses fruits;
ils ont toujours des chants à leurs lèvres heureuses.
Les femmes n'ont pas de ces regards languissants
ou brillant de feux maladifs; leurs yeux sont francs,
aussi purs que le jour dont ils sont les miroirs.
Elles ont des haillons, ne songent pas à plaire,
mais, mieux que sous la soie, plaisent sans le savoir:
leur corps est souple, leur peau brune, leurs dents claires.
Les gens de ce pays parlent une autre langue;
on ne la comprend pas, mais on aime l'entendre;
musicienne autant que voix de rossignol
elle est, comme les ruisseaux, vive et sonore.
Ici, point de spectacle à distraire sans cesse
par le vain changement d'apparences en d'autres;
tu verras la campagne, et le ciel, et les flots,
qui sont toujours divers, mais demeurent les mêmes.

Ta fenêtre est ouverte au dessus de la mer,
— on ne se lasse point à contempler les vagues —;
la route contourne les bords, peu passagère
et de longs filets bruns sont couchés sur le sable.
La demeure, accrochée au flanc du mont abrupte,
est protégée des souffles froids par un rocher
qui de ce côté-là limite notre vue;
mais, partout où l'ardent midi rayonne et brûle,
on découvre la baie et ses rives penchées
qui se fondent là-bas dans le bleu de la brume.
Tout près est un village aux maisons étagées
autour du petit port; ses murs sont blancs et gais;
c'est un rire au milieu du calme paysage.
Si tu sors de ta chambre, aussitôt tu t'abrites
sous la voûte en berceau d'une treille de vigne,
et tu suis la terrasse plane, car la pente
du sentier tortueux qui conduit à la plage
est rude au pied, et n'invite pas à descendre.
Aussi cette terrasse est notre promenade;
on va, puis on revient entre les platebandes;
les fleurs ont tant de charme et tant de doux parfum,
la mer est si limpide à travers la verdure
qu'on n'a jamais envie de s'en aller plus loin
et que jamais l'ennui ne franchit nos clôtures.
Ce lieu sera ta joie ainsi qu'il est la mienne.
Rien n'y corrompt notre âme; elle reste sereine;
elle est bonne, ingénue, comme au temps de l'enfance;
sans agitation et sans indifférence
elle s'épouse aux moindres choses et les aime.
Viens: tu éprouveras cette métamorphose.
Nous serons des enfants bien plutôt que des hommes;
nous ne prétendrons point inventer ces paroles
dont le tumulte creux nous fit illusion.
Nous dirons tout, ainsi que nous le penserons,
et nous nous moquerons de ces littératures
que nous primes souvent, jadis, pour la beauté!
Le seul art, n'est ce pas sentir, voir, écouter,
et se faire l'écho et le reflet qui durent.
N'accordons pas aux mots plus de valeur qu'ils n'ont;
c'est frapper pour sa perte une fausse monnaie.
Nous nous rirons aussi de ces savants si fiers
qui, avec leurs scalpels, leurs chiffres, leur raison,
se laissent défier par une fleur des haies.
Notre science à nous est de croire au mystère
et nous le pénétrons rien qu'en le devinant.
Si les Dieux qu'on nous fit sont trop distants de nous,
nous recréerons les Dieux au gré de notre amour;
la nature est la forme où ils habitent tous.
Nous les adorerons dans la bête et la plante,
dans l'eau et dans le feu, dans l'air et sur la terre,
sous les antiques noms qu'ont trouvé les poètes.
Et nous échangerons nos pensées différentes;
un livre aimé parfois nous accompagnera,
et des rêves émus peupleront nos silences;
ainsi chaque journée trop vite finira.

Aucun plaisir ne vaut la volupté de vivre
et rien de plus, plaisir inconnu dans les villes.
Et le soir, accoudés sur l'appui des fenêtres
devant la mer chantante et le ciel étoilé,
nous sentirons en nous fleurir mille poèmes
et nous en cueillerons le bouquet parfumé.
. . . . . .
Telles sont la retraite et les joies que je t'offre.
On aime à partager son bonheur avec d'autres
et c'est le privilège exquis de l'amitié
que le bonheur s'accroit à être partagé.

EDOUARD DUCOTÉ.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do n.º 8, pag. 520)

XVI

Explica-se de novo o motivo pelo qual Castilho não acceitou a direcção da Eschola Normal.—A muitas instancias do poeta é nomeado para esse cargo o sr. Luiz Filippe Leite.

Resta-me tentar esclarecer, segundo as minhas reminiscencias (ainda tão vivazes em tantos d'estes quadros!) e segundo as minhas subsequentes illações, o motivo por que não foi a final acceito pelo poeta o seu despacho de Director da Eschola Normal.

Foi-lhe de veras laborioso este anno de 51; alvorecera-lhe ennevoado, e acastellado de trabalhos, e assim ia seguindo.

A regencia do Portico era para elle (completamente inhabil em administração) um mundo mais pesado que o globo terraqueo. A despeza, grande e certa; os lucros, pequenos e incertos. Entre os seus amigos, lembro-me de uns que se insurgiram desde todo o principio contra tal empreza; de outros, que o incitavam, na melhor fé, a proseguil-a com affinco, embora no principio não desse resultados praticos. Aturar umas duzias de alumnos é ardua tarefa; aturar professores e prefeitos, é peor; mas aturar os paes, com as suas exigencias e reclamações, é centuplicadamente oneroso.

Tambem, santo Deus! que imprudencia, que falta de tacto, que intempestiva confiança na sua estrella, tinha sido tomar

a si uma empreza d'aquella ordem, uma empreza prosaica em ultimo grau, e derreadora das mais robustas faculdades de um homem de negocio! Porque é preciso convencermo-nos de uma coisa: a ideia de um instituto de instrucção contém em si a parte intellectual, pedagogica, e a parte commercial e pratica. Como attender a tudo isso um poeta?

Além do Portico, havia o Methodo, que principiava a lançar raizes, e exigia attenção constante, e originava polemicas, correspondencias assiduas, requerimentos, visitas, aqui, ali, revisão de provas, um sem-numero de bagatellas, como grãos de areia, se quizerem, mas cuja reunião era uma montanha como a serra da Estrella.

Que fazer pois?

Desamparar o Portico, empreza que, segundo alguns, tinha forçosamente de ser muito remuneradora no futuro, ou desamparar o Methodo, que promettia vir a ser um beneficio publico de primeira ordem?

Que situação!

—Mas—dirão—acceitar a Eschola Normal não era comprometter o Methodo; pelo contrario: era fomental-o, era dar-lhe sancção official.

Era, e não era. A Eschola Normal estava por abrir, por organisar. Tudo ali faltava. Era preciso, desde o *alpha* até ao *omega,* crear tudo: na parte litteraria, e na parte administrativa; organisar a contabilidade da casa, e os regulamentos do corpo docente, e dos mestres-alumnos. Isso, que certamente absorveria as horas todas a um funccionario activo, principalmente nos primeiros dois ou tres annos, ia aniquilar as faculdades de Castilho para tudo mais. Precisava transportar-se para Belem, e continuar a vigiar o Portico em Lisboa; ou largar o Portico, e falsear, logo nas primeiras semanas, aquella especie de compromisso moral que tinha tomado com os paes dos seus alumnos.

Que fez? vamos vel-o.

Por amor do Portico, resolveu declinar de si a directoria da Eschola Normal; por amor do Methodo, atreveu-se a pedir a sua substituição por pessoa que elle reputava idonea para o cargo; e indicou peremptoriamente ao Governo essa pessoa. Era um mancebo de talento, já conhecido do leitor d'este livro, mas então de todo desconhecido em Lisboa, dedicado auxiliar das campanhas escholares em Ponta-Delgada; chamava-se Luiz Filippe Leite.

O sr. Luiz Filippe Leite era em 1851 um rapaz em começo de carreira, com vinte e tres annos apenas, mas já professor

vitalicio de linguas franceza e ingleza no Lyceu Nacional de Ponta-Delgada, onde residia. Amigo e sequaz de Castilho desde 1848, segundo disse, tinha, além de conhecimento cabal do Methodo, as mais notaveis condições para a espinhosissima missão de crear e dirigir a Eschola Normal. Era um moço muitissimo sizudo, muitissimo estudioso, activo, e não estranho a assumptos de cifras. Além de tudo isso, que podia ser recommendação em geral, tinha o sr. Leite para Castilho a de ser seu intimo, desejar a generalisação do Methodo, é considerar-se capacissimo de a favorecer, no seu tanto.

Pela recusa de Castilho, quantos centos de pretendentes não appareceram de certo!? pois bem; era preciso vencel-os a todos, e fazer nomear aquelle desconhecido.

Não sei se durante o Ministerio do Conde de Thomar foram bem acceitas, ou sequer encetadas, as diligencias no sentido da nomeação do sr. Leite; o que sei é que, apenas veio a Regeneração, e apenas se sentou na cadeira de Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, logo Castilho, conhecido d'este desde muitos annos, e amigo particular do Duque de Saldanha, patrocinou perante elles, e com toda a insistencia eloquente de que era capaz, a candidatura do obscuro e tão benemerito professor do Lyceu de Ponta-Delgada.

Objectava Rodrigo, e bem:

—Como póde o Governo nomear para um logar tal, em substituição a um nome como o seu, um rapaz sem os minimos precedentes?

—Ninguem nasce com precedentes—dizia Castilho.—Dentro em poucos annos este rapaz ha de ter dado as suas provas, e brilhantissimas.

—E' muito novo.

—Pois melhor; tem o sangue na guelra; ha de querer trabalhar.

—Mas ninguem abona a idoneidade d'elle para um cargo tão difficil.

—Abono-a eu—tornava Castilho com a sua emphase.

E Rodrigo ria, abraçava-o, promettia pensar, mas o negocio não dava um passo.

Vinte e nove vezes subiu Castilho por causa d'esta original pretenção as escadarias do Ministerio do Reino, que era ao lado da Alfandega, sobre a esquina. A final de contas, Castilho fazia no Ministerio do Reino o que queria. Rodrigo, com aquelle seu adivinhar sagacissimo, e o seu sorriso de Metternick, achava-lhe muita graça, e acabava por ceder. Mais para o futuro veremos novas demonstrações d'essa fascinação.

*

Até que um dia, quando menos se esperava, baixou a Portaria de 21 de Fevereiro de 1852, mandando remetter a Castilho a copia authentica de dois Decretos de 7 de Janeiro anterior. Um d'elles acceitava ao poeta a sua renuncia da direcção da Eschola Normal; o outro nomeava o professor de francez e inglez de Ponta-Delgada Luiz Filippe Leite para Director da Eschola Normal Primaria do Districto de Lisboa.

E ha quem duvide de milagres?!

XVII

Sahe a lume o *Tratado de Mnemonica,* e o *Tratado de Metrificação.*— Agosto de 1851.—Mencionam-se as esplendidas illuminações do Passeio Publico.—O fogueteiro José Osti.

Incançavel no trabalho, e firme sempre no seu proposito de vulgarisar os methodos mnemonicos, com que todos os estudos se aplanam, tratou o activissimo Castilho de publicar os seus compendios de mnemonica e metrificação.

O titulo do primeiro foi este:

TRATADO
DE
MNEMONICA
OU
METHODO FACILIMO
PARA
DECORAR MUITO EM POUCO TEMPO
POR
A. FELICIANO DE CASTILHO

—

LISBOA
Imprensa Nacional
1851

*

Segundo informações extrahidas do cartorio da Imprensa Nacional, a meu pedido (1), parece que ficou prompto, e seria posto a publico em fins de Maio d'esse anno de 51, o livro cujo titulo é:

TRATADO

DE

METRIFICAÇÃO PORTUGUEZA

para em pouco tempo, e até sem mestre, se aprenderem a fazer versos de todas as medidas e composições;

OBRA APPROVADA

pelo

Conselho Superior de Instrucção Publica do Reino para uso das escolas.

Auctor

A. F. DE CASTILHO

Presidente Honorario da Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em S. Miguel; fundador das Escolas de leitura repentina na mesma Ilha, etc. etc etc.

—

LISBOA

Imprensa Nacional

1851

D'esta obra, que tanta nomeada obteve, e varias edições conta, disse Andrade Ferreira que era «livro onde as seduc-«ções do estylo fluente, elegante, e puro do Poeta, casam «com as atiladas reflexões do Philosopho» (2).

*

Chega o verão de 51, e chegam com elle, no mez de Agosto, as estupendas e nunca vistas illuminações, promovidas pelo benemerito José Isidoro Guedes, depois Visconde de Valmor, em beneficio do seu querido Asylo de Mendicidade.

José Isidoro Guedes, homem poderoso pelos haveres e pela

---

(1) Pelo actual Administrador Geral o sr. Conselheiro Venancio Deslandes.

(2) *Revista Contemporanea,* tomo 1, pag. 60.

situação social, deu a Lisboa as mais esplendidas festas, d'entre as que nas ultimas dezenas de annos o publico presenceára.

Imagine-se todo aquelle recinto gradeado do Passeio, que tomava na Avenida actual o espaço desde o palacio que foi dos Marquezes de Castello-Melhor até á rua das Pretas, adornado de renques de luzes, symetricamente dispostas, em tropheos, em columnas, em vazos luminosos e multicores. Ao meio do jardim, na grande alameda central, um obelisco enorme, transparente, dominando tudo. Ao fundo, a cascata dos tres arcos toda mosqueada de borboletas de gaz e engalanada de balões coloridos. Umas poucas de bandas de musica entornavam ás ondas n'aquella sala vastissima, cujo tecto era o nosso estrellado céo de Agosto, as mais agradaveis melodias do repertorio italiano.

Toda Lisboa ali se reuniu. Foram festas admiraveis, de que muita gente estará bem lembrada, e de que me falam com saudade as minhas reminiscencias dos onze annos.

Quem ali figurava mais, e melhor que ninguem, era o José Osti.

—Quem era o José Osti?—pergunta, e com razão, a geração moderna.

O José Osti era o personagem de mais brilho que havia então em Lisboa, fogueteiro de muito talento, estylista de rodinhas de fogo e pistolas romanas. Não sei já onde ficava a sua fabrica; sei que a sua freguezia era em toda a parte; e sei que em 1851, pouco mais ou menos, edificava elle no extremo da então chamada Praia de Santos, no que é hoje o principio inferior da Rampa, uma casa, que lá está, com os n.os 148 a 172.

Não sei quando este Italiano se fixara em Portugal; tudo me leva a crer que tinha de veras engenho e estro na sua especialidade. Foi faladissimo em Lisboa; introduziu os bons phosphoros, fundou o Jardim mythologico e a Floresta egypcia, e tanto ahi como no Passeio apresentou espectaculos pyrotechnicos nunca vistos.

Tomava por tela, aquelle phantastico pintor, o céo nocturno. Ahi, com acabada mestria, entornava todas as tintas do arco iris, e ora as esbatia em ennevoados que eram um assombro, ora as oppunha em sabias combinações de verdadeiro colorista.

Via-se, supponhâmos, uma renque de magnificas rodas de fogo, espadanando na orbita umas das outras fitas de oiro em movimento concertado e vagoroso. De todo aquelle cheio de luz, resaltavam, em symetria de posição e de côres, as linhas esbeltas e empennachadas dos foguetes de lagrimas. Depois,

tudo isso mudava; recrescia a fumarada, iriada de cambiantes, desde o azul celeste até ao azul ferrete, desde o côr de rosa até aos tons purpurinos do pôr do sol. A pouco e pouco tudo se dissipava, se fundia n'uma tinta grizalha, sobre a qual se revelavam em desenhos espantosos, e em calculada gradação de perspectiva, templos, columnatas, minaretes! Do fundo do quadro despontavam as primeiras avançadas do chamado *bouquet final,* o allegro d'aquella symphonia de luz. Invadiam o céo as danças macabras de foguetes e pistolas; e uma mescla de todas as melodias da palheta absorvia os olhos, a attenção, a intelligencia dos espectadores. Linhas rectas, angulos agudos, estoiros luminosos, e a espaços as longas linhas serpentinas atravessando solemnes, e abaixando lá do alto enormes borlas de luz, que desciam com o majestoso vagar de collos de cysne. Havia ali tudo: cheios orchestraes, e lindas melodias de côr.

Esses eram os poemas do poeta-fogueteiro José Osti.

Em Agosto de 1851, e depois d'isso varias vezes, presenceou Lisboa esses quadros admiraveis, que nascem do nada, se extinguem n'um relance, e que a palheta nunca saberia reproduzir.

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

ACERCA DO PADRE MALAGRIDA

NOTA BIBLIOGRAPHICA

I

Se bem que de toda a raridade, é conhecida e anda mencionada, em Portugal e no estrangeiro, a curiosa brochura do *Buon Raziocinio,* cujo frontispicio, o leitor encontrará no final desta breve Nota. O supplicio de Gabriel Malagrida écoou na Europa em uma corrente geral de reprovação, sem contentar ninguem. Os proprios Encyclopedistas, que muita gente suppõe ainda como aligados á obra de Pombal, repudiaram de uma maneira muito positiva qualquer connivencia na monstruosa hecatombe; Voltaire demonstrou como naquella tragedia o excesso do ridiculo correra parelhas com o excesso do horror, affirmando que havia cobardia e inconsequencia em condemnar como hereje um homem accusado de alta traição (1).

A Companhia e o Marquês, recorreram á publicação de panflêtos, a fim de esclarecerem a opinião do mundo civilisado, com os recursos da violencia de linguagem que é costume empregar em casos taes. O *Buon Raziocinio* é uma exposição da Companhia. Innocencio e Bernardes Branco apontam-no respectivamente no *Diccionario Bibliographico* e no *Portugal e os Estrangeiros.*

Tem duas divisões este livrinho—[32]—c.c.cvii: *Prefazione di quest'Opusculo* e *Compendio della Vita del P. Malagrida.* Numa nota (p. 4) se evidencía autor da primeira parte Mons. D. Gaetano Forti, como justamente assevera Melzi, *Dizionario d'opere anonime e pseudonime.* Na *Bibliothèque des écrivains de la Compagnie de Jésus,* de Aug. et Alois de Backer, II, 145, se confirma tambem o asserto enunciado.

O *Compendio della Vita,* esse, é attribuido ao Padre Giulio Cesare Cordara, pelos bibliographos supra, com quanto na

---

(1) Voltaire, *Siècle de Louis XV,* p. 433.

Nouvelle Biographie Générale, XI, 785–786, e na *Biografia dei italiani illustri,* III, 125 e 128, nos passos relativos a Cordara, se nos não depare a exigida indicação. Mas Sommervogel, *Anonymes et pseudonymes de la Compagnie de Jésus,* p. 98, e Ottinger, *Bibliographie biographique,* columna 1064, combinam na referencia mencionada. O ultimo livro é valioso, neste capitulo, pela bibliographia, que apura, em relação ao triste episodio de Gabriel Malagrida (1). Do *Buon Raziocinio* se encontra um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa: por isso nos abstemos de lhe especialisar minudencias descritivas.

II

O segundo opusculo, cujo frontispicio trasladamos, aproximativamente, e cuja data e localidade de impressão são talvês simuladas, como as do primeiro, não se acha descrito em nenhuma das obras que rebuscamos, em demanda do assumpto, nacionaes e estranhas, e é desconhecido a todos os bibliographos. Impresso in 8.º, decorre por CXXIV paginas, em frente ao frontispicio uma «tavola», representando a cidade de Lisboa, sobre a qual se ateiam as chammas da fogueira, que chegam a tocar o retrato de Malagrida, sustentado por dois anjos. Por debaixo lê-se: *P. Gabriel Malagrida.* Ao de cima, a legenda: *Probast cor meum et vesitast nocte: igne me examinast et non est inventa in me | iniquitas.* P. s. 16 v. Sobre o rio Tejo (F. Tagus), destaca-se este outro versiculo: *Flumina non operient te... In igne non comburerie. Ex quo | honorabilis factus es in ventis meis, et gloriosus.* Is. c. 43.

No final do volume, estampa-se musica do Acto-de-Contricção e do Acto-de-Adoração, compostos em verso por

---

(1) O mais recente numero divulgado, na serie malagridiana, é a formosa monographia—*Une conjuration en Portugal: Pombal et les Tavoras, 1758-1759, d'après les archives de Lisbonne, par A. Billot.* Paris, 1889, 8.º gr. de 54 paginas. Edição fóra do mercado. Devemos ao autor, festejado diplomata francês, conhecido e apreciado na sociedade de Lisboa, em cuja côrte representou durante muitos annos o governo do seu paiz, um exemplar deste copioso trabalho. Nelle se emoldura a traducção esmeradissima de algumas paginas do *Perfil do Marquez de Pombal,* de Camillo Castello Branco, a quem o sr. Billot caracterisa como «un des plus brillants écrivains du Portugal contemporain, un des survivants de la glorieuse génération des Garrett, des Castilho, des Mendes Leal et des Herculano.» Aqui damos conhecimento da passagem e do livro ao esclarecido bibliographo de Camillo e nosso presadissimo amigo Henrique Marques.

*

Gabriel Malagrida «e che il medesimo zelante ed Apostolico sant'uomo cantare facea da scelte voce alla fine di ogni predica delle sue Missione...» (pag. CXXII).

Tornaram-se baldados todos quantos esforços empregamos, em proseguimento e deligencias de encontrar vestigios, que assignalem o autor desta brochura. E' possivel que pertença a qualquer dos personagens, que produziram a primeira, cuja anterior impressão (se é que existe) não tivemos ensejo de examinar ainda. As indicações de data, exaradas no frontispicio, antolham-se-nos de menos exactas, como a marca typographica de Lugano nos aventa, por egual, rebate de infidelidade. Tanto um como outro opusculo, sahiram, com probabilidades de maior, das officinas de Veneza.

Genova, março 97. JOAQUIM DE ARAUJO.

IL BUON
RAZIOCINIO

DIMOSTRATO IN DUE SCRITTI, O SIANO SAGGI
CRITICO-APOLOGETICI

Sul famoſo Proceſſo, e tragico fine

DEL FU

P. GABRIELE MALAGRIDA

Sacerdote Profeſſo, e celebre Miſſionario della Compagnia di Gesù,

FATTO MORIRE A LISBONA ADDI 20. SETTEMBRE 1761.

EDIZIONE SECONDA.

Di nuove illuſtrazioni a dovizia arricchita, e colla | maggiore diligenza ripulita, e corretta. Con in fine | una confacente, e con eguale preciſione ragionata | Appendice intorno ai capi di accuſa, contenuti nel- | la | Sentenza del Tribunale d'Inconfidenza contra il | medeſimo preteſo reo; dichiarato complice, e Capo | di congiura addì 12. Gennajo 1759.

IN LUGANO MDCCLXXXIV.

CON LICENZA DE' SUPERIORI.

IL MALAGRIDA

ACCUSATO, E DIFESO

NUOVO SAGGIO

CHE SERVIRE PUO' DI COMPIMENTO

AL BUON RAZIOCINIO

SUL FAMOSO PROCESSO,

Dal supremo Tribunale del S. Officio dell' Inquisi- | zione di Portogallo pubblicato contro del mede- | imo Missionario celebre della Compagnia di Ge- | sù, preteso contumace Reo di violata Religione: | rilasciato per ciò al braccio secolare, strangolato | per mano di carnifice, e bruciato nella piazza | del Rozio di Lisbona addi 20 Settembre 1761.

IN LUGANO MDCCXCV.

CON LICENZA DE' SUPERIORI.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

(Cont. do n.º 8, pag. 502)

XIX

Judeus

Como já temos visto, mais de um judeu se prestou a ser mensageiro entre a India e Portugal. Vamos agora dar conta de mais tres que apparecem anonymamente na historia e nos documentos, indicados apenas pelo epitheto da sua raça. Seja o primeiro a figurar n'esta lista um que prestou serviços a D. Estevão da Gama. Entre as principaes providencias que este governador poz em pratica logo no começo do seu governo (1540) foi a seguinte:

«Mandou huma fusta a Ormuz com prouisoẽs de cousas que compriaõ, e mandou n'ella hum judeu que dellá fosse por terra a Portugal com cartas pera ElRey, como foy e ao diante direy» (1).

Gaspar Correia, de quem é o trecho transcripto, cumpriu a sua palavra. Effectivamente, logo adiante, esclarece:

«E tambem as desarmou ElRey (as naos) porque neste tempo chegou a Portugal o judeu que dom Esteuaõ mandara como gouernou, como ja atras fiqua, e por elle escreuera a ElRey que na India tinha armada e gente em abastança, quanta compria» (2).

E' ainda Gaspar Correia quem nos dá conta de outro judeu enviado por Martim Affonso de Sousa, o qual não só foi portador de cartas d'este governador, mas do rei de Cambaia. Narra elle assim a importante missão:

«Martim Afonso, querendo ganhar toda a honra pera sy, falou em segredo com hum judeu mercador do Cairo, que

---

(1) Gaspar Correia, *Lendas da India,* t. 4.º, pag. 123.
(2) Idem, idem, idem, pag. 214.

fosse por terra leuar suas cartas a ElRey de Portugal, pello que elle lhe faria muy grandes mercês e liberdades, pera suas naos e mercadorias serem liures per toda a India e nas terras de Portugal: do que o judeu foy muyto contente. O que assy concertado, Martim Afonso falou com ElRey, lhe dizendo que, polo seruir, tinha buscado hum judeu que fosse a Portugal com suas cartas a ElRey, em que lhe daua conta de sua noua amisade, e da necessidade que tinha, pera que mandasse muyta gente pera as guerras que tinha com os mogores. Com que ElRey muito folgou, dizendo que tambem mandaria sua carta, como mandou, de grande amisade que assentaua, com lhe dar fortaleza dentro em Dio, como elle queria; dandolhe conta dos trabalhos de seu Reyno, e lhe pedindo socorro como irmaõ. Com isto ouue ElRey muyto prazer, porque lhe dixe Martim Afonso que ElRey, por isto mais segurar, porque o judeu podia morrer ou adoecer, mandou com elle um armenio, a que deu sua carta, que era casado, morador em Dio de muyto tempo, a que ElRey fez merce pera deixar a sua molher e filhos; e Martim Afonso dando larga conta a ElRey do que era passado, e como assy ficaua, e o que se podia fazer. Dos quaes messigeiros contarey adiante» (1).

Finalmente temos noticia d'outro judeu que viera de Portugal ter a Ormuz, e que dera novas ao capitão d'esta fortaleza do que observara pelo caminho. Foi isto no tempo do governador D. Alvaro de Noronha, que não contente com estas informações, por as julgar optimistas, mandara ao estreito a observar mais detidamente Luiz Figueira e Francisco Fernandes, o ultimo dos quaes havia sido judeu.

E' curioso o que D. Alvaro de Noronha nos transmitte a este proposito em carta dirigida a el-rei e datada de Cochim a 27 de janeiro de 1552.

Transcrevemos agora aqui o trecho que mais particularmente nos importa, mas não podemos deixar de especificar que toda a carta respira o mais alto interesse—uma verdadeira pagina historica.

«Dom Aluaro de Noronha, capitaõ dOrmuz, me escreveo agora que viera ter a Ormuz hum Judeu portugues, que parecia que vinha da rua da Comceyçaõ de Lixboa, o qual lhe deu novas que em Abira, por homde ele viera, nam avia nenhum navio de guerra de nenhũa callidade, nem se fazia, somẽte avia hũas barqaças de carregua que demamdaõ muito pouqa agoa por nã poderem navegar doutra maneira que nã aproueitã pera guerra nem sã pera iso, e sem ẽbarguo diso mamdey em companhia de

(1) Gaspar Correia, *Lendas da India,* tomo 3.º, pagg. 618 e 619.

Luis Figueyra, que vay saber novas ao estreito, Francisco Fernandez, que foy Judeu, como jaa escrevy per outra a vosalteza, e lhe mamdey que fose Alexãdria e viese pelo mesmo lugar de Abira, e pelo Ryo do Eufrates abaixo e me trouxese nova certa de tudo o que nela ha e se pode fazer.

Ho qual Francisco Fernandez me deu novas, por aver muito pouqo que de la veyo, que em Suez avia mais de coremta vellas emtre gales e galeotas, e que os outros herã desfeytos pera comcertar estes que hy avia, e que nã avia aly e Suez mais turqos que os que estauã em guarda destes navios, que podiã ser ate dozemtos amtre oficiaes e jemte de guerra. estas mesmas me mamdou Coja Cameçadim e me deu outro navio que veyo dereitamẽte de Meqa a Goa em quimze dias, de que me a mim pesou de se saber que vem em tao pouqo de Meqa a Goa» (1).

XX

Madeira — Alvaro

A biographia de Alvaro Madeira dá-nos um curioso episodio da aventurosa vida portugueza do seculo XVI.

Andava lá batalhando na India, quando foi aprisionado pelo rei de Xael, que o mandou de presente, com outros seus compatriotas, ao gran-turco. Entre estes merece especial menção um Diogo Martins, christão novo, que se dizia piloto e conhecedor da navegação oriental.

De Xael vieram ao Cairo onde o respectivo governador os mandou ao gran-turco. Em Constantinopla soube elle dos projectos que ali se tramavam contra o nosso dominio na India e reconquista de Diu, prevenindo d'isso por cartas a el-rei.

Alvaro Madeira e os outros portuguezes foram entregues a um Justiniano, natural de Veneza, que os levou comsigo na expedição que preparou contra nós. Ao chegar a Xios, Alvaro Madeira teve artes de fugir e alcançou Roma, onde se apresentou ao nosso embaixador, Pero de Sousa de Tavora. A carta que este dirigiu a D. João III dá conta meudamente de todas estas peripecias, e como a reproduzimos em seguida julgamos superfluo extractal-a mais.

«Senhor—Depois de ter scrito a Vossa Alteza as nouas geraes destas partes, sobreueo huum caso muito mais particular para o deuer avisar, e he que hum Aluaro Madeira, natural de Sousel, chegou aqui e me disse que vinha da India, e sua vinda conta que foy desta maneira. Que elle foy preso, com hum Manuel de Meneses em Xael, e elrey de Xael o mandou, com outros xxxiiii portugueses, ao Gram Turco em prezente, e leuou os per seu mandado hum turco, que veo de Diu em huma naõ, com licença

(1) Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, parte 1, maço 37, doc. 71.

de Nuno da Cunha, o qual os entregou ao capitaõ do Cayro. E este capitaõ se enformou quaes destes portugueses eraõ mais praticos na India, e antre elles escolheo este Aluaro Madeira e a hum Diego Martins, christaõ nouo, e os mandou ao Gram Turco pellas portas a Constantinopra, onde o Gram Turco se enformou largamente das cousas da India deste Diego Martins, por lhe dizerem que era piloto. E depois forom entregues a hum Joham Francisco Justiniano, venezeano, que ja esteue em Portugal, de que o Gram Turco faz gram conta pera as cousas da India. E logo entaõ, que podiaõ ser xv dias de outubro passado, despachou o turco Solymam Bassa pera que fosse fazer prestes a armada, que tem em Çuez, pera irem contra a de Vossa Alteza. A qual armada he de sesenta galees, e sete ou oito galleoẽs, que lhe mandou elrey de Cambaya depois de Diu ser tomado: com os quaes galleoẽs veo hum embayxador do mesmo Rey de Cambaya, e leuou ao Gram Turco huum gram seruiço de dinheiro, que segundo entendeo seriaõ quatro milhoẽs douro, e isto pera que ho Gram Turco ho socorresse contra Vossa Alteza com aquella armada e com gente, com que lhe pedia trinta mil homes, dizendo que o concerto, que fizera com os de Vossa Alteza sobre Diu, fora pera mais descuydar com crerem que, tendo Diu, tinhaõ a India segura, e pera nesse meo o Gram Turco poder fazer sua armada prestes com aquella gente que mandaua pedir; e que elle lhe daria o porto de Çurrate ou Cambaiete, onde se poderiaõ acolher sem ho saberem os de Vossa Alteza; e que pois que os turcos la fossem elle lhe daria Diu, e os portugueses que hy estevessem: e asy lhe enuiou pilotos mouros. Com a qual embaixada ho Turco muito folgou, crendo que per esta uia poderia conquistar a India, e por tanto logo mandou fazer a armada e a gente prestes, e asy mandou que se reteuessem todas as naos, que viessem da India a Judá e a Meca, pera que leuassem gente e mantimentos pera esta armada. E depois desto, neste mes de março ora passado, despachou ho Turco por capitaõ geral desta empresa huum seu cunhado, irmaõ de huma de suas molheres, de que lhe naõ lembra o nome, e por capitaõ do mar huum mouro capitaõ das galees dAlexandria, e ao Joaõ Francisco Justiniano mandou que fosse por sobreentendente e conselheyro e como piloto maor, e com elles se tornou o embaixador delrey de Cambaya. E, como acima se disse, estes Aluaro Madeira e Diogo Martins hiaõ em poder do Justiniano, e partyrom de Constantinopra dia de Paschoa. E o Diogo Martins se tornou mouro. E asy forom ter a ilha de Xio, que he dos genoueses, tributayra ao Turco, onde este Aluaro Madeira teue despoziçaõ de fugir e com muita difficuldade veo ter aqui pera passar ho mais prestes que poder em Portugal, e dar estas nouas a Vossa Alteza, posto que diz que de Constantinopra escreueo por tres vias a Vossa Alteza e deu as cartas a mercadores venezeanos. E neste meo que ho apercebo, porque elle vem muy destroçado, me pareceo necessario escreuer esta, a qual duplicarei por outras vias, e tras ella irá com ajuda de nosso Senhor o mesmo autor com toda a presteza possivel.

De Roma, xiv de Julho, 1537. Pero de Sousa de Tauora.

Diz este Madeira que o preposito desta gente do Turco he irem primeiramente sobre Ormuz e dy passarem a Cambaya. E diz mais que, segundo os monçoẽs e o tempo pera se fazerem prestes, naõ podem sahir do estreyto de Meca senaõ este feuereyro que vem» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) *Corpo Diplomatico,* tomo 3.º, pag. 396.

MARC LEGRAND

O artigo de Silva Gayo que em seguida publicamos, ácerca do bello livro, *L'âme antique,* do nosso consócio o illustre poeta francez M. Marc Legrand—é transcripto do *Estado de S. Paulo,* importante e antigo jornal brazileiro, de que é correspondente litterário aquelle nosso amigo.

Vou fallar-lhes de um livro de arte, que sempre mereceria attrahir a attenção. Refiro-me ao volume de poesias *L'âme antique,* de M. Marc Legrand.

Este livro é dos que podem interessar para fóra do paiz onde nasceram; além de uma obra de valor proprio, representa um veio rico da larga e limpida corrente poética greco-latina.

E parece-me que não nos podem ser indifferentes, a nós occidentaes, a vida e os destinos dessas claras correntes do neo-hellenismo e da latinidade.

O critico que, inquirindo das tendencias e manifestações deste tempo, suba a ver de um logar desafogado o que em volta exista e se passe—avista, por largo horizonte, mais de um rio ou veio de inspiração e de arte.

Mas, entre todos, notará uma fita luminosa e espelhada, serpeando bordada de loureiros delgados e vinhedos tenros, dividida em braços que, de novo, após longo ou curto desvío, affluem á corrente *mater*.

Vendo que este rio fecunda todos os sólos onde passe, todas as margens onde toque—buscará o critico conhecer o segredo das aguas divinas, a cujo beijo vivo rejuvenesce a terra.

Ora o crítico, quando tenha penetrado este segredo, poderá talvez vir dizer o seguinte:

Essa antiga e limpida corrente, essa tradição é sempre viva e póde ser sempre fecunda, porque representa a mais perfeita concepção *idealista* do mundo, porque representa a mais perfeita *creação* artistica da vida. Mas isto é vago ainda.

O crítico deve dizer mais: a litteratura e a arte gregas—

abundantes nascentes que banharam o mundo latino e delle vêm correndo até nós—representam, dentro da familia aryana, o mais alto grau de realisação, a phase de completação no movimento ascencional, na evolução da potencia integradora do espirito humano.

Representam, por excellencia, o grau e estado em que o homem substituíu aos phenómenos do Universo e ás manifestações da vida, até ahi mais directa porém mais vagamente sentidas—pretendidos personagens, entidades distinctas, destacadas do fundo da natureza; seres que, sendo ainda energias e forças, eram já tambem, no entanto, *representações* da ordem, da harmonia reguladora dessas energias e manifestações—*crystalisações* nas quaes os núcleos naturalistas se desenvolviam e completavam em *typos* de razão, em *syntheses* de pensamento e de intenção moral. E' por isto que justamente se chama á concepção dos gregos—uma concepção *idealista*.

Por isto e tambem por causa do proprio processo íntimo, das qualidades excepcionaes de creação verbal que originaram, e explicam essa realisação de *typos,* toda essa mythologia luminosa. A linguagem do grego, colorida, mas nitida, pittoresca e synthetica, exprimiu, como nenhuma, a vida mythologica, e portanto a vida artistica, tão ligada com o mytho nas suas mais importantes creações. Pôde, como nenhuma, dar vida propria e fórma inconfundivel a cada aspecto, ou categoria de phenomenos—destacando, em vulto, do fundo do grande Todo, completas personificações, divinas figuras.

Converteu logo as suas abstracções em verdadeiros *seres,* que, ao mesmo tempo, conservavam o seu caracter *ideal*—pois eram no fundo productos de delicada e profunda elaboração mental, cujo primeiro e principal agente fôra uma palavra, uma designação, um termo.

Este *ser* criado, todo acção, ligava-se, relacionava-se com outros que tambem representavam e realisavam idealmente differentes aspectos e categorias do mundo. As acções dos deuses, praticadas e narradas, isto é, as historias vivas das acções divinas constituíram os mythos; assim como os signaes ou menções de fórmas predominantes de actividade, ou de influéncia—constituíram os symbolos. A poesia antiga elaborou esses mythos e symbolos. As artes plasticas foram sobretudo symbolicas.

E como para o grego, contemplador de uma natureza clara e harmonica, não havia espectaculos bruscos, as relações entre os seus deuses—representantes da natureza e da vida—eram encadeadas e visiveis, quer fossem benévolas quer hostís. A

vida dos immortaes tinha, como a vida do grego, uma norma e uma distribuição de papeis. Revela, num gráu eminente, o poder e a arte da sociabilidade.

A propria genealogía dos deuses, seguida, embora complexa, —nitida, embora ramificada—corresponde ás visiveis e salientes linhas da vida e da sociedade hellénica.

Taes elementos de linguagem e de mythologia, a um tempo precisas e idealisantes (gerados e explicados por qualidades de raça e por circumstancias de vida material e social)—deviam dar e deram ao grego, em todas as manifestações—essa expressão artistica inexcedivel, a que me referi. Ha mais: essa alta expressão artistica é o aspecto exterior, é a revelação necessariamente organica daquellas faculdades.

E' claro que não foi só na raça grega que se operou a revolução, a passagem do impressionismo directo, divinamente impessoal da natureza—impressionismo visivel ainda nos Vedas—para a mythologia propriamente dita. O facto é geral, mas o grego realisou-o como nenhum outro povo.

Dir-se-hia que o barbaro do Norte, por exemplo, não sahiu completamente da primeira phase. Quando começou tambem a substituir pretendidos personagens aos phenómenos da natureza, a sua mythologia conservou qualquer cousa de vago e de violento, como a sua natureza, grandiosa mas incontornavel, cheia de surprezas e mutações bruscas.

As genealogías dos seus deuses—alguns delles aspectos mudados de deuses gregos—foram mais confusas, como mais enredadas foram as vidas e as relações dos seus heroes.—E os caracteres de taes deuses foram mais impenetraveis e mysteriosos, como as almas dessas raças do norte, isoladamente graves, dramaticamente agitadas, candidamente fortes.

Aos caractéres differenciaes de povos e de fórmas de espirito, que apontamos, e fundidos com elles, explicando-os e revelando-os, correspondem fórmas de linguagem e processos litterarios diversos.

A linguagem do norte é energica, viva, abrupta. Illumina em visões rapidas. E' nova, imprevista, original, dando aspectos salientes das cousas—em vez de graduar harmonicamente e de contornar.

Emquanto que a phrase das linguas classicas desdobra-se largamente, ou intégra comprehensivamente.

Podemos repetir, pois: que as litteraturas e as linguas do norte nos dão, historicamente num largo aspecto, a phase auroreal, impressionista, vaga e profundamente desvendadora da

natureza e da vida, emquanto a arte grega e as suas herdeiras nos dão num outro largo aspecto a phase da completação mythologica e do idealismo.

Em frente das duas grandes fórmas de espirito, greco-latina e germanica, não se tracta de saber apenas qual dellas nos attrahe ou nos seduz mais. Tracta-se de ver qual o papel que representaram na vida moral e intellectual do mundo, e qual o papel que ainda podem representar.

Vimos, por um lado, que a Grecia realizou a *creação artistica* do mundo, ajustando e combinando harmonicamente as impressões da natureza e as noções do espirito; vimos que essa creação *artistica* da vida, erguendo *typos* luminosos, de penetravel intenção, deu normas ao pensamento e á aspiração humana. Mas por outro lado, vimos que o norte nos trouxe energias novas, irradiações de almas extranhas, singulares aspectos moraes, caractéres intemperantemente grandes ou candidamente nobres—vagas e esboçadas impressões do Universo, cheias de seiva poetica na sua violencia ou na sua indeterminação mesmo.

E, perante as duas fórmas de espirito e as duas correntes de elementos litterarios, psychologicos, pergunta-se ainda: como se resolve o antagonismo? não poderão reunir-se numa só as duas correntes?

Será uma vencida pela outra?

Respondem a estas perguntas: a obra de Goethe, que, numa concepção universal, coroou a espiral de todas as fórmas historicas do espirito, e de todas as aspirações da vida moderna pelo hellenismo comprehensivo e unificador do *segundo Fausto;* e a obra de Wagner, que, harmonisando a expressão e os recursos de toda a arte, sob o impulso creador da musica e do verbo, fundidos,—dá aos originaes, complexos e caracteristicos heroes do norte uma classica nobreza, uma conciliadora *idealidade* moral.

Mas, como o filão humano da poesia e da arte se não exgottou de todo, mesmo nas obras do genio, ainda algumas, poucas, obras recentes vão respondendo ou tentando responder ás mesmas perguntas. Pois toda a obra actual aspira a vencer ou a conciliar.

Sómente, respondem em parte. E' o que as distingue das primeiras.

Entre as que vêm na larga e límpida corrente greco-latina, isto é, entre as que affirmam agora o predominio do hellenismo e da latinidade—merece ser apontada *L'âme antique,* de M. Marc Legrand.

Este volume divide-se naturalmente em duas partes principaes: uma contém a obra original do poeta; a outra compõe-se de traducções gregas e latinas.

A primeira parte sub-divide-se ainda em *I—Poëmes plastiques* e *II—Poëmes mythiques*.

Na parte de obra original revela-se-nos um artista que, tendo bebido na fonte pura e transparente da tradição hellenica e latina, nos dá quadros e figuras da vida e da natureza pagã, cheios de luz renovadora, como se elle—supprimindo o tempo passado—tivesse realmente aberto os olhos sobre esse mundo unico de graça e de belleza.

Por duas maneiras nos sabe impressionar ao longo das duas séries de poemas.

Ou nos dá um simples quadro, onde vemos as figuras e as cousas sem que o artista intervenha. Ou encontramos no trecho uma imagem, uma correlação, uma expressão de sentimento pessoal ou de aspecto moral.

De um ou de outro modo, vendo logo o poeta atravez da poesia lida, ou vendo apenas revelado nesta o mundo que elle sentiu ou reavivou—partilhamos do seu encanto e do seu interesse pelas cousas e assumptos de que nos falla, de que nos canta. Um simples quadro seu consegue, pela intenção de certo detalhe material ou de certo episodio ou conceito—evocar todo um fundo dessa vida antiga.

São as mais numerosas essas poesias em que a impressão dada e a acção evocadora parecem vir directamente e simplesmente das cousas que nos pinta.

Entre os mais bellos e caracteristicos *Poëmes plastiques* devo citar: *Paternité, Le Sommeil du Faune, Panique, Le Testament, La Chasseresse égarée, La source;* assim como entre os *Poëmes mythiques* citarei *La Tortue, L'Éloge du Laurier, L'Hymne d'Arion, La Pierre qui chante,* algumas estrophes do poema *Héléne,* e esse bello e doce quadro: *Le songe de Virgile.*

Nos *Poëmes plastiques* encontramos quadros esparsos, diversos motivos de belleza e de arte, que no entanto nos deixam uma emoção de harmonia e uma resultante *impressão* de visão completa.

Os *Poëmes mythiques* inspiram-se, pela maior parte, nas tradições da mythologia e da vida antigas. E parece correr do coração mesmo dessa arte incomparavel, o sangue que os anima.

Taes impressões completam-se, ou antes confirmam-se e accentuam-se ao ler as traducções, na segunda parte do livro.

Constituem uma verdadeira anthologia, como diz no prefacio *M. Emmanuel des Essarts:* «*Quelques-uns de ces morceaux*— accrescenta M. des Essarts—*sont d'une haute importance.* C'est ainsi que des fragments de Theocrite et de Lucrèce sont traduits magistralement, que des epîtres d'Horace sont interprètées avec un rare bonheur, que l'*Aristée* de Virgile passe pour la prémière fois dans notre langue avec la plénitude de l'assimilation.»

*

A transição de sentimento que, na parte original do livro, se accusa a partir do *Songe de Virgile,* e certas imagens de caracter moral e pessoal que encerram poesias como *La Source, Éloge du Laurier, La Pierre qui chante, Les pins,* revelam em M. Marc Legrand uma corda de emoção e um poder de aspiração que farão delle, além de artista tradicionalmente orientado, plasticamente nobre, technicamente preparado—uma alma, um homem capaz de sentir o seu tempo e... *il ajoutera dans l'avenir à la forme accomplie l'inquiétude de la pensée et la profondeur du sentiment*—diz-lhe M. des Essarts.

Alliança das aspirações e sentimentos contemporaneos com as bellas formulas tradicionaes do hellenismo—a expressão e completação daquelles por estas—eis a norma esthetica, que de certo há de ainda mais largamente affirmar o auctor de *L'âme antique.*

Mas saúdam-no desde já os neo-latinos.

Coimbra, 27 de março de 1897. SILVA GAYO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Contos de Andersen, trad., por GABRIEL PEREIRA.

Origens e desenvolvimento da população do Porto (Notas historicas e estatisticas), por RICARDO JORGE.

Descoberta e primeiras propriedades geometricas de uma espiral binomia do primeiro grau (Memoria apresentada á academia real das sciencias), por ANTONIO CABREIRA.

Sobre a area dos polygonos regulares (Memoria apresentada á academia real das sciencias), por ANTONIO CABREIRA.

Annales du musée Guimet (Bibliothèque d'études), tome troisième.

Annual Report of the Board of Regents of the Sueithsorcian Institution, showing the operation, expenditures and conaition of the institution to july, 1894.

Révue de l'histoire des religions, tome XXXIII, n.º 1.

Idem, tome XXXIII, n.º 2.

Idem, tome XXXIII, n.º 3.

Idem, tome XXXIII, n.º 4.

Idem, tome XXXIV, n.º 1.

Idem, tome XXXIV, n.º 2.

A questão operaria.—Conferencias realisadas na associação da mocidade catholica de Lisboa e associação protectora dos operarios em 5 de abril de 1897 e 19 do mesmo mez e anno, por JOSÉ DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA.

Mensageiro, n.º 3.— Senhor, não! por THOMAZ RIBEIRO.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao INSTITUTO não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do INSTITUTO DE COIMBRA, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto*, a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero X

M·DCCC·XCVII

Outubro

COIMBRA

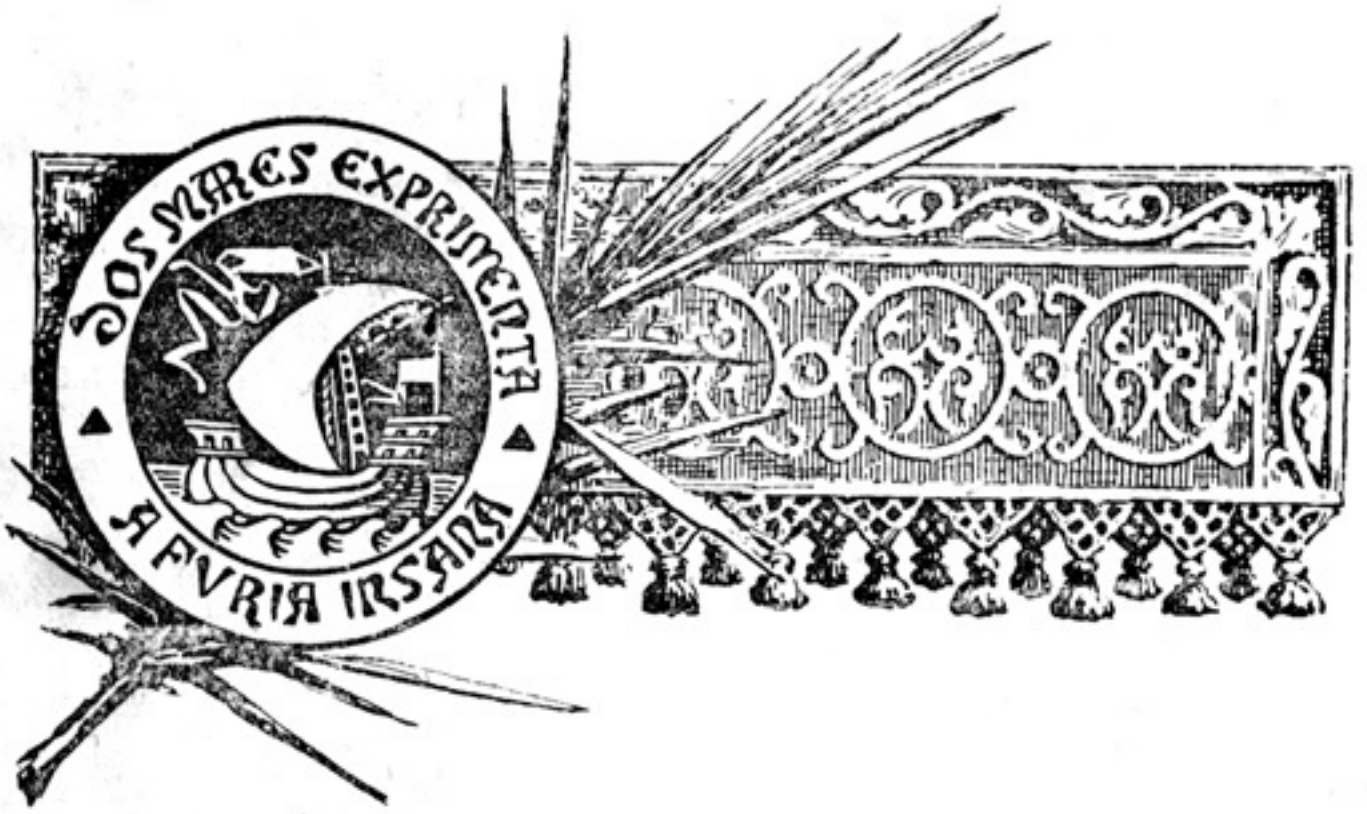
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO SUPERIOR, pelo *Visconde de Villa-Maior* 585
TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES, por *A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca* 595
RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA, por *Charles Lepierre* 605
ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES, por *Alvaro José da Silva Basto* 614
SITES D'AMOUR, por *P. N. Roinard* 621
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 623
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 638



SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO SUPERIOR

(Cont. do n.º 9, pag. 528)

Os lentes da Academia Polytechnica do Porto, para combaterem aquelle projecto, publicaram um folheto com o titulo de — *Breve memoria sobre a Instrucção Publica Superior no Porto e nas provincias do Norte; offerecida aos Senhores Deputados da Nação portugueza, pelos lentes da Academia Polytechnica do Porto.*

E' esta memoria um trabalho excellentemente redigido, mas que pecca, como a maior parte dos nossos escriptos em materia de instrucção, e em politica, pelo estylo declamatorio e espirito apaixonado.

A questão da reforma geral da Instrucção Superior continuava indecisa e controversa quando em 1857 se aventou na Academia Real das Sciencias a ideia de abrir discussão publica sobre a reforma e melhoramento do ensino nacional.

Foi então nomeada pela Academia uma commissão de que eu fiz parte com o sr. Latino Coelho, para redigir as bases que deviam servir de thema a essa discussão.

Em 12 de junho de 1857, apresentámos o nosso parecer, o qual foi impresso e distribuido; porém sobrevieram occorrencias que obstaram a essa discussão, sendo talvez a principal o funesto apparecimento da febre amarella com todas as suas terriveis consequencias. O caso é que aquelle parecer ficou sem effeito, e hoje será difficil encontrar d'elle algum exemplar.

Ainda que este parecer não seja positivamente um projecto de reforma dos estudos, não deixará de merecer a attenção dos que se occuparem d'essa reforma. Fazendo elle sentir a necessidade da instrucção, que o Estado deve proporcionar ás differentes classes da sociedade, estabelece as bases de uma classificação logica dos diversos institutos, a quem deve ser confiado o ensino, desde o mais geral e elementar até ao mais elevado, especial e profissional e termina indicando um certo numero de questões, de cuja resolução depende toda a reforma que haja de abranger o systema geral, completo e harmonico da Instrucção Publica.

Indico apenas este parecer como elemento de estudo aos que se occuparem da reforma.

*

Sem terem um caracter generico, abrangendo toda a provincia da Instrucção Superior, appareceram ainda em 1857 e 1858 alguns projectos que devem ser aqui mencionados.

Na sessão de 18 de abril de 1857, na camara dos deputados, teve segunda leitura um projecto do dr. José Maria de Abreu para se crearem em Lisboa e em Coimbra cursos superiores de lettras. A commissão de Instrucção Publica, a cujo exame foi commettido este projecto, foi-lhe favoravel, sendo relator o sr. Luiz Augusto Rebello da Silva, o qual, todavia, propoz algumas modificações. Occorreram então impedimentos parlamentares que retardaram a discussão, e as côrtes encerraram-se sem tomar resolução alguma sobre objecto de tanta importancia.

Todos sabem como no anno seguinte, pela patriotica generosidade do sr. D. Pedro V se lançaram os primeiros fundamentos do curso superior de lettras, que depois ficou definitivamente constituido pela Carta de Lei de 8 de junho de 1859.

No tomo xi da *Historia dos Estabelecimentos Scientificos,* do Conselheiro José Silvestre Ribeiro a pagg. 265 a 282 se encontram desenvolvidas noticias sobre a creação e progressos do curso superior de lettras, cuja necessidade era desde muito tempo reconhecida e indicada.

*

Continuando, pela sua ordem chronologica, a resenha dos projectos attinentes á reforma da Instrucção Superior, não devo deixar de mencionar n'este logar, e simplesmente para memoria e pela sua importancia na questão da reforma, o projecto de lei apresentado na sessão de 18 de janeiro de 1858, na camara dos deputados, pelo sr. J. M. Latino Coelho, com o fim de regular a *Administração central da Instrucção Publica,* o qual obteve parecer da respectiva commissão em 5 de março do mesmo anno.

Em 7 de junho de 1859 foi o governo auctorizado por uma Carta de Lei a reorganizar os serviços da secretaria do reino, e em virtude d'esta auctorização foi organizado o Conselho Geral de Instrucção Publica, em Lisboa, sendo extincto o Conselho Superior que desde 1844 funccionava em Coimbra.

*

De todas as tentativas de reforma da Instrucção Superior, a cargo do ministerio do reino, a mais notavel, a mais auctorizada e mais bem encaminhada foi incontestavelmente a que se manifestou na Portaria de 6 de julho de 1866, sendo ministro do reino o conselheiro João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens. Esta portaria foi dirigida a todos os estabelecimentos de Instrucção Superior dependentes d'aquelle ministerio e todos elles responderam em consultas e pareceres, que se acham impressos, juntamente com os votos em separado dos vogaes, que se não conformaram com os das maiorias dos respectivos conselhos academicos, ou quizeram addicionar ás consultas algumas lembranças e alvitres especiaes.

A portaria a que me refiro não revela, comtudo, o intuito de alterar profundamente a organização essencial dos estabelecimentos existentes, dando nova fórma ao systema completo

*

da nossa actual Instrucção Superior; propunha-se unicamente a melhorar cada um d'esses estabelecimentos, pondo-os em harmonia com os progressos das sciencias e com os verdadeiros interesses do ensino a que eram destinados. Assim vemos que foram separadamente consultados e ouvidos com toda a liberdade: 1.º a Universidade de Coimbra e as suas diversas Faculdades; 2.º a Eschola Polytechnica de Lisboa; 3.º a Academia Polytechnica do Porto; 4.º a Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa; 5.º finalmente, a Eschola Medico-Cirurgica do Porto.

O Curso Superior de Lettras, e a Eschola Medico-Cirurgica do Funchal foram apenas mencionadas no final da portaria, para esta lhe ser tambem enviada e seguramente com o fim de ouvir aquelles estabelecimentos na parte que os podia interessar; mas parece que elles não responderam, porque as suas respostas não se encontram na collecção das que foram impressas por ordem do ministerio do reino.

A Universidade de Coimbra, como era natural que se fizesse, foram dirigidos com mais particularidade os quesitos «sobre os pontos importantes e fundamentaes para a reforma systematica da Instrucção Superior» sobre os quaes o governo achava conveniente chamar a attenção publica e promover a discussão scientifica «a fim de que as reformas que o governo tivesse de propor ao parlamento fossem primeiramente amadorecidas na opinião do paiz».

Respondeu a Universidade, não só com a consulta do Claustro Pleno, mas tambem com o parecer da commissão que fôra por elle encarregada de estudar as reformas indicadas na Portaria de 6 de julho; com os pareceres das diversas Faculdades e com todos os votos singulares dos vogaes, que em muitos pontos se afastaram d'aquelles pareceres.

Respondeu a Academia Polytechnica do Porto, que expressamente era ouvida sobre a conveniencia de ser organizada em Eschola Central de artes e officios.

Respondeu a Eschola Medico-Cicurgica de Lisboa, não só em relação ao quesito que lhe era particularmente indicado na portaria, mas expondo largamente as suas ideias sobre as necessidades e melhoramentos que o Conselho julgava praticaveis na mesma eschola.

Respondeu tambem a Eschola Medico-Cirurgica do Porto, mostrando a inconveniencia da sua transformação em simples Eschola de Cirurgia e Pharmacia, que lhe havia sido indicada na portaria, expondo as ideias do Conselho sobre a reforma geral dos estudos medicos.

Respondeu finalmente a Eschola Polytechnica, não se limitando tambem ao quesito em que era particularmente interrogada, relativamente á conveniencia de se reorganizar com internado para os alumnos que se destinassem ao serviço militar, mas apresentando um projecto de lei organica, em virtude do qual a Eschola Polytechnica devia ser definitivamente constituida em Eschola Central de sciencias.

Todas estas respostas, que encerram materia do mais elevado interesse, acham-se colleccionadas e impressas na typographia nacional, sendo, por conseguinte, superfluo reproduzil-as n'esta minha breve resenha. A sua analyse deverá ter mais tarde cabimento quando tenha de entrar na comparação e discussão dos diversos projectos apresentados para a reforma dos estudos superiores. O que não posso deixar de notar desde já é que a collecção, a que me refiro, encerra indicações e doutrina da mais subida importancia que não devem passar desapercebidas pelos que tenham de occupar-se d'estas questões de reforma.

*

As conferencias escholares que foram convocadas pelo Decreto de 14 de outubro de 1868, em substituição ao Conselho Geral de Instrucção Publica, extincto pelo mesmo decreto, e que ainda funccionaram em outubro do anno seguinte, não produziram resultado apreciavel que possa utilizar-se na questão da reforma, apesar de que alguns projectos alli apresentados, sejam, em todo o caso, dignos de consideração. Tal é em relação aos estabelecimentos de que n'este trabalho me devo occupar, a proposta n.º 6, do sr. J. C. de Freitas Moniz sobre a organização do Curso Superior de Lettras, bem como o parecer n.º 8, que sobre aquella proposta lavrou a respectiva sessão.

Podem ver-se estes documentos no *Diario do Governo*, n.º 241, de 22 de outubro de 1869.

*

Algumas providencias legislativas ou regulamentares que se publicaram depois do Decreto de 31 de dezembro de 1868,

relativas á Instrucção Publica, não nos podem auxiliar muito no estudo a que estamos procedendo, por isso me abstenho de as mencionar. Citarei apenas para memoria:

1.º O Decreto de 14 de dezembro de 1869, extinguindo alguns logares de lentes substitutos na Universidade de Coimbra, Eschola Polytechnica, Academia Polytechnica, etc.

2.º O Decreto de 14 de dezembro, declarando que os logares de directores, de secretarios e lentes da Eschola Polytechnica têm caracter civil, etc.

3.º Outro decreto da mesma data, creando a Junta Consultiva de Instrucção Publica em substituição ao conselho geral que havia sido extincto pelo Decreto de 14 de outubro de 1868.

4.º O Decreto de 22 de junho de 1870, creando o ministerio de Instrucção Publica.

5.º Os Decretos de 15 de junho de 1870, abolindo as informações sobre merito moral dos bachareis licenciados e doutores da Universidade de Coimbra, e permittindo o livre estabelecimento de escholas de ensino superior, etc.

*

Na sessão de 3 de março de 1874, na camara dos deputados, apresentou o dr. Antonio José Teixeira dois projectos de lei, precedidos de relatorios largamente desenvolvidos, os quaes tinham por objecto uma parte muito importante da reforma de Instrucção Superior.

O primeiro d'estes projectos propunha a reunião das Faculdades de Mathematica e Philosophia em uma só *Faculdade de Sciencias,* sendo esta dividida em tres secções: sciencias exactas; sciencias physico-mathematicas; sciencias historico-naturaes; comprehendendo a primeira d'estas secções oito cadeiras e a segunda e terceira seis cadeiras cada uma d'ellas, além de doze cadeiras annexas e especiaes, á semelhança do que se encontra hoje em algumas Universidades extrangeiras.

Este projecto é, até certo ponto, a reproducção do parecer em separado que o auctor apresentou na consulta, em que a Universidade respondeu á Portaria de 6 de julho de 1866 e que se acha impresso na collecção de que acima tratei.

Pelo mesmo projecto deviam ser tambem estabelecidas, ficando annexas á Faculdade de Medicina duas cadeiras de Veterinaria que haviam sido creadas pelo Decreto de 5 de

dezembro de 1855, e mais quatro cadeiras que se deviam annexar á Faculdade de Direito.

Segundo propunha o auctor do projecto, ficava o Conselho da Faculdade de Sciencias auctorizado a organizar os cursos seguintes: Curso geral da Faculdade; Curso das sciencias exactas; Curso das sciencias physico-chimicas; Curso das sciencias historico-naturaes; Curso de engenheiros civis; Curso de engenheiros de minas; Curso de engenheiros geographos; Curso de agricultores.

Finalmente, cursos preparatorios para medicina, para architectura e construcção naval, para marinha militar e outras profissões do serviço publico.

O segundo projecto de lei era destinado á creação de uma Faculdade de Philosophia e Lettras na Universidade de Coimbra; ao augmento e reorganização do Curso Superior de Lettras em Lisboa, bem como ao estabelecimento de um curso identico a este ultimo na cidade do Porto.

A Faculdade de Philosophia e Lettras devia ser dividida em duas secções, sendo uma de Philosophia e a outra de Lettras; comprehendendo a primeira sete cadeiras e a segunda oito, além de seis mais que deviam considerar-se annexas.

O conselho da nova Faculdade era auctorizado a organizar os cursos seguintes: Curso geral de Licenciatura; Curso de Philosophia; Curso de Lettras; Curso para o corpo diplomatico; Curso de Tabellionato; Curso de diplomatica; Cursos preparatorios para as outras Faculdades da Universidade.

Estes projectos tiveram um parecer muito honroso e favoravel da parte da commissão de Instrucção Publica, que apenas lhe propoz ligeiras modificações que nada alteravam o pensamento e fórma das creações propostas pelo auctor.

O parecer apresentado com o n.º 161, na sessão de 30 de março de 1875 pelo relator Manuel Pinheiro Chagas, merece ser consultado juntamente com as propostas a que se refere. Transcreverei aqui um dos seus periodos, cuja doutrina é digna de toda a attenção. «A commissão» diz este periodo «não só entende que a reforma da Instrucção Superior é a base de todo o nosso ensino; não só julga que não póde haver pessoal habilitado para a instrucção secundaria, emquanto não circular um sopro mais largo e mais fortificante na nossa Instrucção Superior; mas julga tambem que um paiz que está procurando collocar-se a par com as nações civilizadas suas irmãs, que deseja entrar dignamente no congresso europeu, tem obrigação de acolher, de favorecer os altos

estudos, as cogitações elevadas, que têm sido n'este seculo a honra suprema da intelligencia humana, que têm impresso um caracter especial, que são a corôa, o esplendor e a immorredoura gloria da civilisação moderna e das modernas sociedades».

Estes dois projectos encerram, na verdade, indicações muito uteis e aproveitaveis; porém, algumas demasias nos cursos annexos, e, em relação ao nosso estado actual, a falta de pessoal devidamente habilitado para o magisterio em certos ramos tornam difficil a sua immediata adopção. Em tempo e logar competente discutiremos essas questões.

Nos annos seguintes não me consta que se apresentassem projectos, propostas ou memorias sobre a reforma geral dos estudos superiores nem aos poderes publicos, nem ás academias e escholas, nem ainda ao publico, por via da imprensa. Podem quando muito citar-se algumas propostas ou indicações parciaes sobre especialidades restrictas.

Do meu relatorio annual, que em 5 de outubro de 1880 dirigi, na qualidade de Reitor da Universidade, ao Governo, copiarei a seguinte parte que tem relação com o objecto d'este trabalho.

«Na sessão de 10 de novembro de 1879, na congregação de Medicina, sob proposta de um dos vogaes, foi nomeada uma commissão para estudar e apresentar um plano geral de reforma dos estabelecimentos da Faculdade, plano que devia ser acompanhado do respectivo orçamento. Na sessão seguinte, em 9 de dezembro, foi ampliada a mesma proposta, por indicação de outro vogal do conselho, para se nomear outra commissão, encarregando-a de propôr um plano de reforma e melhor organização do ensino da medicina e sciencias auxiliares, cuja necessidade é geralmente reconhecida. Estas commissões ainda (na data do meu relatorio) não apresentaram os seus pareceres; porém, na sessão de 16 de janeiro, o dr. Costa Simões, servindo então de director da Faculdade, apresentou pela sua parte uma memoria manuscripta, em que se occupa, não só da reforma do material dos estabelecimentos da Faculdade e sua distribuição no local que lhe pertence, mas tambem da parte scientifica, pela creação de uma nova cadeira, para desaccumulação das materias tratadas na cadeira de histologia e physiologia geral, e pela regularização do ensino prático nas diversas cadeiras da Faculdade».

O conselho, acceitando esta memoria como texto de larga discussão, resolveu que se pedisse ao governo auctorização

para ella ser impressa na typographia da Universidade. O governo auctorizou a impressão, e a memoria foi distribuida pelos vogaes do conselho.

Esta memoria póde considerar-se um complemento do parecer em separado, que o dr. Costa Simões apresentou por occasião da consulta da Universidade em cumprimento da Portaria de 6 de julho de 1866, e aos seus *relatorios de uma viagem scientifica*.

Todos estes documentos são dignos de serem consultados quando se tratar da reorganização dos estudos medicos.

*

As memorias historicas, publicadas em 1872 pelos drs. Motta Veiga, Mirabeau, Castro Freire e Simões de Carvalho, por occasião do centenario da reforma da Universidade em 1772, comquanto nãc contenham projecto algum de reforma, podem fornecer muita luz a quem tiver de se occupar d'estas questões de ensino superior entre nós.

*

É, na verdade, extremamente complexa e difficil a empresa da reformação do nosso ensino superior; outros paizes, mais adiantados em civilização, lutam com difficuldades da mesma ordem; porém, o abandono e esquecimento em que ficaram as consultas com que a Universidade e as Escholas responderam á Portaria de 6 de julho de 1866, não têm explicação plausivel. É talvez por esse motivo, e receando egual esquecimento, que o governo não conseguiu ainda completa satisfação ás novas perguntas sobre o mesmo objecto que dirigiu aos corpos docentes em 20 de dezembro de 1880, e em maio de 1882.

Sei que na Universidade as Faculdades nomearam commissões para se occuparem d'aquelle objecto. As Faculdades de Theologia e Philosophia responderam pela sua parte com os pareceres que se acham impressos. A commissão nomeada pela Faculdade de Medicina apresentou tambem o seu parecer, sábia e longamente motivado, mas que ainda não foi discutido pela respectiva commissão, achando-se, todavia, impresso. A commissão nomeada pela Faculdade de Direito apresentou egualmente o seu parecer, que foi tambem im-

presso, e sobre o qual o muito illustrado vogal da Faculdade, o dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro apresentou um parecer em separado, que tambem se acha impresso e que a todos os respeitos merece ser attentamente consultado.

A Faculdade de Direito ainda se não pronunciou sobre estes pareceres.

*

Em outubro de 1881 a Academia Polytechnica do Porto fez chegar ás mãos do governo, por via de dois dos seus mais illustres membros, uma representação pedindo a reforma da sua constituição bem como a do Instituto Industrial do Porto e propondo ou indicando, como muito conveniente, a fusão dos dois estabelecimentos em um só, com o nome de *Instituto Polytechnico do Porto,* e com o fim de servir especialmente a instrucção technica superior dos engenheiros civis de obras publicas, de minas, das industrias chimicas e mechanicas, e bem assim dos architectos e commerciantes. Esta representação era acompanhada de um *esboço de projecto de organização* do referido Instituto Polytechnico, que, segundo a indicação dos proponentes, devia ficar a cargo do ministerio das obras publicas.

Foi este projecto remettido em dezembro do mesmo anno ao ministerio das obras publicas, para ser alli estudado; porém, creio que ainda se não deu seguimento a esta importante questão.

Depois da apresentação do projecto a que me refiro, appareceu no Annuario da Academia Polytechnica para o anno lectivo de 1882 a 1883, a pag. 241, uma nova representação com o titulo de — *Projecto de fusão da Academia Polytechnica e do Instituto Industrial do Porto em um só estabelecimento de ensino superior technico denominado Instituto Polytechnico do Porto.*

Este projecto tinha sido approvado pelo conselho academico, e assignado em 3 de fevereiro de 1882.

A sua exposição de motivos está lucidamente desenvolvida e a doutrina que sustenta não póde deixar de ser tomada em muita consideração na reforma dos estudos superiores.

VISCONDE DE VILLA-MAIOR.

(O original d'este relatorio havia sido confiado pela viuva do auctor ao dr. Bernardino Machado).

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMÁTICAS

TECIDOS LÍQUIDOS DOS ANIMAES

(Cont. do n.º 8, pag. 489)

Transfusão do sangue

Deu-se o nome de *transfusão* á operação de introduzir nas vias circulatórias um líquido qualquer, sejam injecções intervenosas de substáncias medicinaes, como as de chloral no tétano, quer sejam injecções de sangue humano ou de outros animaes; a palavra transfusão refere-se geralmente a este caso.

A transfusão foi conhecida na antiguidade; praticada pelos egypcios e descripta por Ovídio, quando Medêa a pedido de Jason restitue a saüde ao velho Eson, fazendo-lhe uma sangria na veia jugular e injectando-lhe um preparado de óleos aromáticos; o Papa Innocéncio VIII (1482–1492) sujeitou-se a esta operação.

Cahida depois em desuso e no esquecimento, a transfusão só reapparece em 1666, quando Lower fez passar o sangue arterial de um cão para uma veia de outro cão, ou, como pretende Fournier, em 1650 pelas experiéncias de Dom Roberto, professor de Philosophia e depois prior do mosteiro de Saint-Arnon, em Metz.

Denis repetiu a experiéncia de Lower e mostrou, que é inoffensiva a injecção de sangue de vitella nas veias de um cão.

Blundell experimentou pela primeira vez a injecção do sangue por meio de uma seringa, demonstrando que este modo de operar não altera as suas propriedades, quando o líquido se conserva na seringa por menos de 30 a 60 segundos.

Experimentou-se depois a transfusão de sangue desfibrinado;

e sobre as suas vantagens produziu-se entre os physiologistas uma scisão ainda hoje não sanada.

Uns pretendem, que as injecções se façam com sangue desfibrinado, emquanto que os adversários recusam até o nome de transfusão ás injecções deste sangue; outros ainda, só admittem a transfusão do sangue humano ou entre animaes da mesma espécie, ao passo que alguns physiologistas preferem a antiga práctica de injectar o sangue de animaes differentes.

Estas divergéncias sam mais accentuadas pelo que diz respeito á applicação da transfusão ao tratamento de várias doenças.

Como o sangue actua pela massa e pelos elementos anatómicos, a operação da transfusão deve produzir duas ordens de effeitos: augmentando a massa influe na pressão vascular e na velocidade do sangue, e portanto em todas as grandes funcções e processos nutritivos, ao passo que, por outro lado, introduzindo no sangue elementos novos destinados a substituir os antigos, a transfusão deve servir para reconstituir o líquido sanguíneo. Sobre qual destas acções seja a predominante nos resultados favoraveis da transfusão, ainda tambem não estam de accordo os physiologistas.

Resumiremos aqui o resultado das longas experiéncias de Hayem:

Quando os animaes enfraquecidos, por uma sangria abundante, não estam em perigo de vida, faz-se-lhes recuperar os sentidos praticando uma transfusão, não só com o sangue mas tambem com todo e qualquer liquido, que enchendo os vasos, não destrua os glóbulos.

Quando os animaes estam no período das grandes convulsões e a morte está imminente, a natureza do líquido empregado tem uma grande importáncia.

Com o sangue desfibrinado e com o sôro artificial, consegue-se na verdade reanimar por algumas horas os moribundos, que morrem infallivelmente ao fim de um tempo mais ou menos longo.

Com o sôro natural, proveniente de um animal da mesma espécie, consegue-se por vezes fazer reviver os animaes; isto prova que ha hemorrhagias mortaes, quando o organismo possue ainda sangue bastante para as funcções vitaes, o qual póde continuar a exercer as suas funcções quando diluído em um líquido, que não altere as hemácias do animal anémico, nem lhe introduza elementos nocivos pelas suas profundas e bruscas alterações.

Quando já não ha sangue bastante para manter a vida, nos casos imminentes de morte por anemia absoluta, sòmente o sangue completo póde produzir o restabelecimento definitivo e duradouro do animal. A transfusão para produzir uma verdadeira resurreição deve acarretar não só um liquido capaz de dilatar os vasos, mas tambem elementos globulares.

Isto não quer dizer, que o sangue de um animal possa ser substituido pelo de outro da mesma espécie, pois que até as hemácias transportadas de um para outro ponto do mesmo organismo ficam, pela simplez passagem pelo instrumento, condemnadas a uma morte prematura; contudo, as hemácias eliminadas sam substituídas por outras, que o próprio animal fabrica; e é provavelmente porque os glóbulos vermelhos vivem bastante para dar tempo a um princípio de reparação, que a transfusão do sangue completo produz a reanimação definitiva dos animaes em risco de succumbir em resultado de uma hemorrhagia, sem que por isso modifique profunda e definitivamente a constituição do sangue do indivíduo affectado.

Infelizmente na práctica, nos casos de incontestavel utilidade, nas hemorrhagias que ameaçam a existéncia, a transfusão torna-se impracticavel pela necessidade do emprego do sangue completo.

Nas anemias chrónicas obtêem-se resultados satisfatórios empregando na transfusão sangue desfibrinado, que parece ter o mesmo valor que o sangue completo. Explica-se isto, suppondo que neste caso a operação tem por fim favorecer poderosamente a reparação sanguínea, já preparada pela grande actividade dos orgãos hematopoiéticos.

A hemoglobina do sangue de animaes de espécie differente parece não poder ser assimilada. Os glóbulos transportados para um meio differente dissolvem-se; a hemoglobina, crystallisando por vezes, tende a eliminar-se, e, impedindo o trabalho hematopoiético, produz alterações graves principalmente nas vísceras e nos rins.

Conforme se pretende injectar em um doente o sangue desfibrinado ou não, empregam-se na transfusão processos differentes.

No primeiro caso recolhe-se o sangue em um vaso onde é batido e desfibrinado, sendo depois filtrado e introduzido na circulação por meio de uma seringa.

A transfusão assim practicada diz-se indirecta.

Deve nesta operação haver todo o cuidado de não introduzir ar juntamente com o sangue, que arrastado na corrente

circulatória póde, chegando aos pulmões, paralysar a circulação e produzir a morte por asphyxia.

Quando se quer injectar sangue não desfibrinado, executa-se a transfusão directa, pondo em communicação por meio de uma cánula dois vasos dos indivíduos operados.

PHAGOCYTOSE — VACCINA — SOROTHERAPIA

Chama-se *phagocytose,* como em 1885 propôs Metchnikoff, a propriedade que têem certas céllulas, principalmente alguns leucócytos, de apprehender e transformar na sua massa os corpúsculos ao seu alcance, quer elles sejam organisados ou inorgánicos.

A extraordinária importáncia que esta funcção tem na série animal obriga-nos a pôr de parte, por um momento, o plano que temos até aqui seguido, para que, mostrando como ella se effectua nos animaes inferiores, possamos mais facilmente explicar o seu exercício nos vertebrados.

Não podendo tratar, com o desenvolvimento que merece, de tam interessante assumpto, limitar-nos-hemos a resumir os resultados das experiéncias do infatigavel trabalhador Elias Metchnikoff.

Estudando o mechanismo da inflammação e da infecção, quando tanto se discutia a theoria de Cohnheim, lembrou-se Metchnikoff, com o melhor successo, de procurar na série animal, e principalmente nos animaes inferiores, se nelles se passaria alguma coisa análoga aos phenómenos descriptos nos animaes superiores.

Viu assim, que mesmo nos seres mais rudimentares, se podem dar infecções, contra as quaes elles sempre luctam, sendo vencidos umas vezes e outras vencedores.

No interior das amibas, que se sustentam de diatomáceas, apparecem ás vezes pequenas céllulas esphéricas, que se reproduzem por divisão, e ao fim de certo tempo invadem e destroem todo o protoplasma da céllula, que morre fatalmente.

Este facto interessante mostra que um organismo, composto quasi ùnicamente por um protoplasma que digere facilmente as diatomáceas, póde ser infectado por um outro ser, na apparéncia fraco, mas capaz de resistir á influéncia digestiva do amiba, o que se explica pela producção de uma substáncia protectora da microsphera e tóxica para a amiba.

Examinando com attenção o mundo dos protozoários, adqui-

re-se a convicção que a funcção digestiva deve representar um papel importante nas relações reciprocas dos seres inferiores, não sendo raro ver, na platina do microscópio, differentes amibas apprehenderem bacillos, as monadas flagelladas absorverem filamentos de leptothrix que têem muitas vezes o seu comprimento, e transformarem por digestão estes seres, defendendo-se assim dos organismos inferiores que poucas vezes conseguem viver como parasitas no corpo dos rhizópodes.

Viu-se depois que os organismos inferiores, como sejam os plasmódios dos myxomycetos, podem até certo ponto ser attrahidos ou repellidos por certas substáncias. Stahl, ligando estes phenómenos aos da nutrição, designou-os com o nome de *trophotropismo negativo*. Pfeffer, reconhecendo que estes phenómenos não tinham por fim sòmente a nutrição, designou todas estas manifestações de sensibilidade para com os agentes chymicos, com o nome geral de *chymiotaxia*.

Outra propriedade notavel dos plasmódios, bem como de outros organismos inferiores, é o de affazerem-se gradualmente ás soluções que primeiro evitaram.

Nas esponjas, tanto na camada endodérmica como no ectoderma, apparecem céllulas com prolongamentos que attrahem e absorvem grande número de finas granulações que passam ao seu alcance, constituindo assim verdadeiros phagócytos.

Além destes, entre o ectoderma e o epithélio cylindrico, apparecem numerosas céllulas dotadas de movimentos amiboides, que pertencem ao mesoderma, e sam capazes de absorver, digerir e expulsar substáncias em suspensão na água, taes como o carmim, o indigo ou a sépia.

Nos cœlentrados, echinodermes e vermes, as partes lesadas sam promptamente regeneradas, pela reacção das céllulas amiboides que, em virtude da sua sensibilidade especial, affluem de todo o corpo, agglomerando-se em torno da substáncia extranha que acabam por expulsar ou digirir.

Os arthrópodos, molluscos e tunicados, em que as cavidades vascular e geral se confundem, possuem no líquido nutritivo, posto em movimento pelos vasos contracteis, numerosas céllulas incolores com um ou dois núcleos e dotadas de movimentos amiboides. Em alguns insectos e molluscos existem duas espécies de leucócytos: uns granulosos e outros hyalinos.

Em alguns gasterópodes, além dos glóbulos brancos existe uma espécie particular de phagócytos, que constituem um orgão análogo ao baço dos vertebrados. A descoberta desta analogia foi feita por Kowalewski, que demonstrou que os

corpos sólidos injectados nos líquidos nutritivos dos Pleurobranches, e de alguns outros géneros, se accumulam em um órgão particular observado a primeira vez por Lacare-Duthiers, que o descreveu com o nome de *glándula indeterminada;* as suas céllulas apprehendem e digerem um grande número de corpos extranhos, taes como glóbulos sanguíneos, corpúsculos do leite, etc.

Das experiéncias de Metchnikoff, principalmente effectuadas sobre daphnias, resulta que os invertebrados que possuem glóbulos amiboides e phagocytários, têem todos a propriedade de produzir uma accumulação destas céllulas em torno dos pontos lesados por qualquer espécie de traumatismo, acção que se manifesta tambem durante algumas infecções microbianas.

Os leucócytos sam arrastados na circulação, e fixam-se, graças á sua sensibilidade, nos pontos ameaçados.

A circulação lacunar facilita o accesso dos leucócytos, o que torna inutil uma organisação especial para a passagem destas céllulas atravez das paredes dos vasos, como a que tem logar nos vertebrados.

Nos invertebrados só se conhece um exemplo de diapedese que se effectua nas ascídias, cuja túnica céllulósica contém numerosas céllulas amiboides que Kowalewski demonstrou serem leucócytos muito activos, de origem mesodérmica, que emigram atravez das paredes epidérmicas do animal.

Em alguns animaes a sensibilidade dos leucócytos é negativa, o que favorece a acção de toda a espécie de parasitas, de cuja invasão o organismo se acha mais ou menos defendido pela espessura do tegumento, principalmente pelas secreções chitinosas.

Mas a acção phagocytária não se manifesta sòmente para com os corpos extranhos ao organismo, representa tambem um papel importante, como o demonstrou Metchnikoff, nas metamorphoses e na reducção de alguns orgãos, factos que até então não tinham tido uma explicação satisfatória.

Os phagócytos atacam e destroem todos os elementos enfraquecidos por um motivo qualquer, respeitando ao mesmo tempo as céllulas que conservam a sua vitalidade.

Tomemos como exemplo desta destruição a metamorphose de uma estrella do mar. Na larva formam-se os rudimentos de novos orgãos, compostos de grupos de céllulas pouco differenciadas, que se desenvolvem sem serem estorvadas pelos numerosos phagócytos que, atacando os orgãos larvaes, os devoram mais ou menos completamente. Estabelece-se

assim uma lucta entre as céllulas fixas da larva e os seus phagócytos, que, destruíndo os elementos mais antigos, facilitam o desenvolvimento dos novos, que acabam por constituir um animal com a fórma definitiva.

De um modo análogo, a maior parte dos orgãos das larvas das moscas sam destruídas pelos phagócytos, que penetrando nos fascículos musculares, nas glándulas salivares e em outros orgãos, os devoram. O interior destas larvas, em via de transformação, converte-se em uma massa semi-líquida, ao mesmo tempo que uma porção de céllulas, não affectadas pelos phagócytos, se desenvolvem em novos músculos e novas glándulas, de modo que o corpo do insecto se regenera quasi totalmente.

Quando um gyrino nada, auxiliado pela sua grande cauda, um certo número de músculos estam já invadidos pelos phagócytos, que devoram as fibras estriadas, transformando os fascículos musculares em uma massa de céllulas moveis embebidas nos destroços das partes englobadas.

Esta destruïção phagocytária estende-se a todos os elementos, músculos, nervos, esqueleto e pelle da cauda, cujos detrictos os phagócytos, por meio dos movimentos amiboides, transportam para a cavidade abdominal.

As guelras e alguns outros orgãos soffrem idénticos processos de reducção, ao mesmo tempo que os pulmões e os membros se desenvolvem com toda a actividade.

Esta activa acção phagocytária effectua-se normalmente em todos os organismos.

Nos orgãos glandulares, no baço principalmente, os phagócytos, desembaraçando o organismo de todos os glóbulos los sanguíneos enfraquecidos, actuam como purificadores do sangue.

Mas o sangue não é o único tecido que tem orgãos purificadores, pois parece que a cada tecido corresponde uma espécie de leucócytos que tem por fim desembaraçal-o dos elementos velhos e gastos.

Nos fascículos musculares existe, ao lado da substáncia puramente contractil, um protoplasma intersticial, o sarcoplasma, que devora as fibrillas quando estas não offerecem a resisténcia e força necessárias.

Segundo Souda Kervitch, nos músculos atacados de trichinose, o sarcoplasma cresce, os núcleos musculares augmentam em número e volume, formando-se verdadeiros phagócytos que devoram as fibras lesadas e atacam as trichinas, que ás vezes conseguem destruir.

O systema nervoso tem tambem, como o demonstrou Ranvier, uma espécie de phagócytos que regularizam as funcções dos seus elementos. A degenerescéncia das fibras nervosas é sempre acompanhada por phenómenos phagocytários, apoderando-se as céllulas amiboides da myelina. Bünguer demonstrou que esta transformação é geralmente acompanhada pela formação de céllulas gigantes.

No tecido adiposo a acção phagocytária é particularmente notavel, quando os animaes estam sujeitos a um prolongado jejum.

Além destas massas particulares de phagócytos, os glóbulos brancos do sangue podem accumular-se em qualquer ponto ajudando a acção dos primeiros, quando ella seja insufficiente. No caso de um orgão enfraquecer por falta de exercício as suas céllulas desapparecem destruïdas pelos phagócytos. Quando, por exemplo, um animal emigra para um meio privado de luz, os olhos podem atrophiar-se, como se observa em alguns animaes das cavernas.

Admitte-se hoje que os micróbios pathogénicos introduzidos em um organismo actuam não só pela sua presença como tambem pelos productos que segregam.

Supponhamos que se introduz por inoculação directa um virus microbiano, o do carbunculo por exemplo, em um animal como a rã ou a gallinha, que seja refractário a esta doença. Pouco tempo depois, vêem-se os lympháticos das proximidades do ponto infectado cheios por uma enorme quantidade de glóbulos brancos, vindos de todo o corpo depois de, por diapedese, terem atravessado os tecidos.

Estes glóbulos formam uma verdadeira parede que impede a propagação do virus, que é destruído pelos leucócytos, como facilmente se verifica, analysando-os uns poucos de dias a seguir.

Nos primeiros dias, vêem-se os leucócytos carregados de bactérias aínda vivas, que com o tempo sam dissolvidas e digiridas, ficando o sangue completamente livre destes micróbios.

Esta funcção phagocytária é devida ordinariamente a duas espécies de elementos: uns que descrevemos com o nome de pequenas céllulas brancas ou lymphócytos; os outros *macróphagos,* sam céllulas fixas, do tecido conjunctivo, do fígado e do baço, que provêem dos primeiros como Ranvier demonstrou.

É tal a actividade destes elementos, que as bactérias do carbúnculo, injectadas em abundáncia no sangue do coelho,

estam todas englobadas passados alguns minutos e que os bacillus da tuberculose, um quarto de hora depois da inoculação intravascular, se encontram no interior dos glóbulos brancos que assim as subtrahem á acção dos pulmões.

Os micróbios absorvidos pelos leucócytos vivem mais ou menos tempo, podendo mesmo escapar á digestão e reproduzir-se no interior da céllula, que acabam por destruir, como fazem os micróbios da scepticémia dos ratos, da lepra e o da tuberculose. Na diphteria, 24 horas depois da infecção, encontram-se no sangue grande número de leucócytos mortos, verdadeiramente envenenados pela toxinas segregadas pelos micróbios.

Estas experiéncias provam que os leucócytos se dirigem directamente aos pontos onde se encontram os corpos susceptiveis de serem englobados, que portanto exercem sobre elles uma certa acção a distáncia. Esta propriedade, análoga á que observamos nos plasmódios dos myrcomycetos, é tambem conhecida com o nome de chimiotaxia.

Leber, nas suas experiéncias sobre a ceratite provocada por uma substáncia cryptallisada que se extrahe das culturas do Staphyloccocus, demonstrou que os leucócytos sam attrahidos, a distáncia, para os pontos de introducção desse producto.

Pequenos tubos de vidro, contendo esta substáncia, introduzidos na camara interior do olho de um coelho, enchiam-se de uma massa de leucócytos, embora, pela disposição dos tubos, elles tivessem que se mover em sentido contrário ao da acção da gravidade.

Empregando o mesmo processo, Pekelharinge e Massart mostraram que os glóbulos brancos sam attrahidos pelos productos que segregam os micróbios pathogénicos e saprophytos — attracção que é mais enérgica para os micróbios pouco virulentos do que para os muito activos.

Esta desigualdade provém da secreção simultánea pelos micróbios pathogénicos de substáncias próprias para affastar os leucócytos, como prova o augmento de attracção exercida sobre estes elementos quando se diluem os virus ou os productos attenuados das suas culturas.

A esta substáncia que afuguenta os leucócytos chamou Bouchard — *anectassina,* attribuindo-lhe o poder de paralysar os centros vaso-dilatadores, oppondo-se assim á diapedese e á phagocytose.

Os anesthésicos, os ácidos e o frio, diminuem a chymiotaxia positiva dos leucócytos, o que explica como estes agen-

*

tes, principalmente o frio, favorecem em muitos casos a infecção do organismo pelos micróbios que existem no tubo intestinal, á entrada dos pulmões, etc.

Os princípios tóxicos, como a tuberculina, albumotosimas, tetanina e malleina, excitam a diapedese e a exsudação serosa, e, actuando sobre os centros vaso-dilatadores, favorecem a phogocytose.

Leber isolou das culturas de Staphyloccocus pyogenus uma substáncia crystallisada, a que chamou *phlogorina,* que possue a propriedade de attrahir os leucócytos.

(Continúa). A. A. M. Vellado Alvez Pereira da Fonseca.

RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA

QUE SE REALIZOU EM PARÍS DE 27 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 1896

(Cont. do n.º 8, pag. 474)

SECÇÃO X

ELECTRO-CHYMICA

1.º *Considerações geraes sobre as últimas applicações da electro-chymica.*
Communicação do sr. Minet.

2.º *Sobre alguns apparelhos de aquecimento pela electricidade.*
Communicação do sr. Charpy.
Foi acompanhada por experiéncias.

3.º *Sobre o forno eléctrico.*
Communicação do sr. Moissan.
Experiéncias.

4.º *Indústria da soda e do chloro.*
Communicação do sr. Montpellier.

5.º *Resultados práticos obtidos na electrolyse dos chloretos.*
Communicação do sr. Hulin.

6.º *Um electrolysador.*
Communicação do sr. Peyrusson.

7.º *Preparação do carboneto de cálcio.*
Communicação dos srs. Bullier e Korda.

8.º *Illuminação pela acetylena.*
Communicação do sr. Brévans.

9.º *Estudo sobre as applicações da acetylena.*
Communicação do sr. Hubon.

10.º *Aquecimento e soldadura eléctricos.*
Communicação do sr. Polysu.

11.º *Sobre os accumuladores eléctricos.*
Communicação do sr. Monnier.

12.º *Producção electrolytica do lithio.*
Communicação do sr. Güntz.

13.º *Applicação da electrolyse ás matérias orgánicas.*
Communicação do sr. Gall.

14.º *Purificação das águas potaveis e das águas dos esgotos pela electrolyse.*
Communicação do sr. Bordas.

Processo, a meu ver, pouco prático e bastante dispendioso.

A Secção x não formulou votos.

SECÇÃO MIXTA

ÁGUAS RESIDUAES

Chamam-se águas residuaes, as águas que já tendo servido nas diversas operações industriaes, sam eliminadas para fóra do fabríco, podendo assim constituir um perigo em certos casos, pela sua mistura com as águas potaveis próximas.

Uma Secção especial, constituida por membros Congressistas pertencendo ás diversas Secções, se reüniu por tres vezes tratando deste assumpto importante para muitas indústrias (assúcar, féculas, cortumes, etc.).

Muitos auctores de processos especiaes de purificação das águas residuaes apresentaram os seus méthodos que foram discutidos pela Secção, que afinal adoptou as resoluções seguintes:

«1.ª A Secção é da opinião que entre os vários processos de purificação das águas industriaes, a purificação pelo solo é o melhor méthodo, pelo menos por certas indústrias, particularmente para as fábricas de assúcar e alcool.

Nos casos em que houver difficuldade em se encontrar um terreno para se praticar a irrigação das águas, a lei de 1849 (em França) que auctorisa a passagem das águas nos fundos intermediarios, permitte praticar a irrigação a distancias e em pontos taes que facilita o problema.

«2.ª Resulta das communicações feitas á Secção por vários membros que nos casos em que a irrigação é impossivel, póde-se chegar por processos chymicos a purificar sufficientemente as águas residuaes, de modo á sua mistura com as águas correntes não ter inconveniente. Alguns destes processos seram experimentados em ponto grande, até ao proximo Congresso, de modo a se saber rigorosamente o preço porque ficam purificadas as águas».

Sob o ponto de vista do «criterio» da epuração, a Secção conserva o uso do processo «pelo peixe» (1); mas o ensáio far-se-á comparativamente, do seguinte modo: com a água do rio tomada acima do ponto de mistura com a água purificada, e com uma mistura da água residual purificada e de água potavel, sendo esta ultima mistura feita nas devidas proporções, em harmonia com o debito do rio e com a quantidade de água residual nelle lançada.

A verificação do gráu da epuração por outros processos (dosagem das materias orgánicas) é considerada como não sendo prática.

A temperatura da água purificada não deverá ter mais de 35°, no momento da mistura com a água do rio.

A reacção da água deverá ser quasi neutra.

A mistura da água residual purificada, com a água de um rio, não deve perturbar a limpidez desta ultima, nem produzir lodo.

A Secção pensa que o arejo enérgico das águas residuaes constitue uma boa medida que deve ser preconisada.

---

(1) Este processo, consiste em lançar na água purificada alguns peixes para verificar se vivem bem nella, revelando assim uma pureza sufficiente.

Emfim a Secção convida os industriaes a estudar as modificações precisas para diminuir quanto possivel o volume das águas residuaes.

Tendo chegado ao fim da minha exposição resumirei nos dois seguintes quadros:

1.º Os differentes votos e conclusões adoptados pelo Congresso;

2.º A lista das publicações cuja traducção, tirada das actas officiaes do Congresso, que em breve seram distribuidas, será, a meu ver, de interesse directo e prático para as estações officiaes e para os cultores da sciéncia chymica em Portugal.

Emfim na parte «*Documentos*» transcreverei in-extenso, a communicação do ex.mo sr. Ferreira da Silva, sobre *os vinhos da Madeira* e o meu trabalho sobre os phosphatos.

Ficará assim concluido o meu Relatório, para o valor do qual se não faltou a boa vontade do relator, decerto faltaram os dotes de sciéncia bastantes para que tão grande tarefa fosse levada a bom éxito.

RESUMO DOS VOTOS E CONCLUSÕES ADOPTADOS PELO CONGRESSO

SECÇAO I

ASSÚCAR

1.º Unificação dos méthodos de análises no fabríco do assúcar, adoptando-se, com pequenas modificações, o *modus operandi* da reunião dos chymicos de Prague (Bohemia).

2.º Empregar o papel de tornesol, como indicador da alcalinidade dos productos saccharinos córados.

SECÇÃO II

FERMENTAÇÕES

1.º Substituir o systema volumétrico, hoje em uso em todos os países, pelo systema ponderal, nas transacções sobre o alcool.

Prohibir completamente o uso dos pesos-alcooes: Cartier, Sykes, Tralles, Baumé, etc.

Vender o alcool por 100 kilogrammas (quintal métrico).

Avaliar, nas transacções officiaes e commerciaes, o alcool sempre em alcool absoluto.

Que o governo francês tome a iniciativa da reunião de uma commissão internacional, para que se adopte em todos os países a alcoometria ponderal.

2.º Que o alcool, salvo aquelle usado como bebida, seja exonerado de todos os direitos, para facilitar o seu emprêgo industrial.

SECÇÃO III

INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS

1.º Que na anályse das farinhas seja o gluten expresso em gluten secco.

2.º Nas anályses de féculas e amidos considerar-se-ha, como fécula ou amido, sómente as partes solubilisadas pelo ácido salicylico.

SECÇÃO IV

CHYMICA AGRÍCOLA

1.º Os diversos méthodos analyticos officiaes applicados aos adubos serão reunidos numa só publicação em lingua allemã e em lingua francêsa. Fica o sr. Sidersky encarregado desta publicação.

2.º De ora ávante, quando se tratar de dosear o ácido phosphórico numa substáncia orgánica, a destruição desta se effectuará pelo methodo de Kjeldahl, e não por calcinação.

SECÇÃO V

ANALYSES OFFICIAES — APPARELHOS DE PRECISÃO

1.º Que cada governo estabelece uma collecção de pesos padrões de platina, formada pelo kilogramma e seus sub-multiplos, 100, 50, 20, 5, 2 e 1 grammas, e os sub-multiplos da gramma.

2.º Que seja creada nos países onde não existir uma

repartição para verificação de pesos analyticos, densímetros, alcóometros, etc.

3.º A base da graduação de todos os instrumentos de chymica, será o litro métrico (volume de 1:000 grammas de água distillada, pesada no vasio, a 4 gráus centígrados). Como consequéncias:

a) O peso específico dos líquidos será referido a 4 gráus centígrados.

b) Estabelecer tábuas de concordáncia entre a densidade e os diversos gráus areométricos, para as temperaturas de 4, 15, 20 e 28 gráus.

c) A temperatura será expressa em gráus centígrados.

4.º A base da graduação dos saccharímetros será a lámina de quartzo de 1 millimetro de espessura, sendo o seu poder rotatório 21°,40 ou 21°,66 e 66°,5 o poder rotatório específico do assúcar á temperatura de 20 gráus centígrados.

5.º *a*) A saccharose será doseada directamente pelo polarímetro, dissolvendo em 100^{cc} de água 16^{gr},19 de assúcar.

b) A glucose será avaliada pelo licôr de Fehling no líquido defecado.

c) As cinzas serão doseadas empregando as precauções indicadas neste relatório, de modo a evitar as projecções.

SECÇÃO VI

PRODUCTOS CHYMICOS

1.º Seria conveniente que existisse entre productores e consumidores, um convénio que estabelecesse as condições da glycerina usada no fabríco da dynamite; este assumpto será posto na ordem do dia do próximo Congresso.

2.º Nas analyses do mínio (zarcão) deve se empregar o ácido acético em vez do ácido azótico.

3.º Modificar os processos actualmente em uso no fabríco do papel destinado a livros preciosos ou documentos, etc.

SECÇÃO VII

PHOTOGRAPHIA

1.º Que sobre cada pacote de chapas photográphicas se acha indicada a data da emulsão.

2.º Que os fabricantes de productos photográphicos escrevam nos rótulos das caixas ou frascos, os nomes chymicos ou fórmulas, em vez dos nomes exquisitos, hoje em uso, que apenas devem servir de marca commercial.

3.º Que as alfandegas tomam todas as precauções na abertura dos volumes com artigos para photographia.

SECÇÃO VIII

METALLURGIA

Que uma commissão francêsa seja instituida para escolher os méthodos typos que seriam empregados nos casos de contestação em assumptos de anályses de productos siderúrgicos.

SECÇÃO IX

CHYMICA APPLICADA Á HYGIENE, ALIMENTAÇÃO, PHARMÁCIA E MEDICINA

1.º Para obter o resíduo secco e cinzas dos líquidos normaes e pathológicos, seguir as indicações do relatório do dr. Georges, adoptadas pelo Congresso que sam, em resumo, as seguintes:

Empregar cápsulas de platina análogas ás que servem para o vinho — rejeitar as capsulas de nickel.

Pesar o líquido em vez de medir (em geral). — Evaporar a banho-maria fervente.

Determinar as cinzas soluveis (depois de calcinação incompleta) e as cinzas insoluveis; a somma representa as cinzas totaes.

2.º A expressão coefficiente das oxydações azotadas fica substituida pela expressão «relação azotúrica».

3.º A acidez do succo gástrico será expressa em ácido chlorhydrico, servindo a phtaleina do phenol de reagente indicador.

4.º Empregar o méthodo Kjeldahl para dosear o azote total nas urinas.

5.º No estado actual da sciéncia, tomando-se as devidas precauções, o processo de dosagem da urêa pelo hypobromito de sódio, constitue um méthodo cuja exactidão para a clínica, é muito sufficiente.

6.º *a*) Para a dosagem rigorosa do ácido úrico o processo

Salkowsky-Ludwig, ainda que demorado e bastante delicado, constitue o melhor méthodo, e é adoptado.

b) Na dosagem clínica e prática do ácido úrico, o processo Denigès reune as garantias de rapidez e exactidão sufficientes por ser adoptado em todos os gabinetes.

7.º A acidez da urina será expressa pelo numero de centímetros cúbicos de soluto alcalino normal, gasto para chegar á neutralidade indicada pelo papel de tornesol.

8.º Supprimir a palavra «extractivo» em urologia por já não ter significação própria.

9.º Que seja estabelecida em cada país uma commissão permanente da pharmacopêa, encarregada de precisar, por cada medicamento, os caracteres de pureza, estabelecer as proporções de princípios activos, indicando o processo analytico seguido; emfim, indicar a proporção em que estes principios existem em preparações análogas das pharmacopêas dos outros paises.

10.º Para as anályses de manteigas e margarinas o Congresso adopta as conclusões já adoptadas pelo Congresso de Bruxellas, com as modificações propostas pelo relator.

11.º Propõe que cada país redija um código alimentício indicando:

a) A composição dos alimentos reconhecidos de boa qualidade para a venda.

b) O méthodo a empregar para os analysar.

c) As conclusões a tirar das anályses.

12.º Com o fim de reprimir o alcoolismo, o Congresso, deseja que um convénio se possa estabelecer entre os governos para unificar os direitos sobre o alcool.

13.º Unificar os méthodos de anályses dos vinhos, vinagres, alcooes, submettendo os méthodos empregados á approvação dos conselhos de hygiene.

14.º Além da palavra «vinagre» devem os fabricantes e negociantes accrescentar no rótulo das garrafas a origem do producto: vinagre de vinho, de alcool, factício, de cerveja, etc.

15.º *a*) Impedir o uso dos sulfitos e corpos análogos para conservação dos vinhos.

b) Tolerar simplezmente a pequena quantidade de ácido sulfuroso, proveniente do tratamento dos cascos pelo enxofre.

16.º *a*) Os alcooes industriaes insufficientemente purificados não devem servir para o consumo.

b) Nomear uma commissão encarregada de estudar a dóse

de impurezas que se podem consentir nos alcooes industriaes (aguardentes, genebras, cognacs, etc.).

17.º Unificação dos méthodos de anályse chymica e bacteriológica das águas, estabelecendo-se tabellas fixando os limites de potabilidade.

b) Determinar a importáncia sobre o ponto de vista hygiénico, do número de colónias microbianas e da sua qualidade, sobretudo pelo que diz respeito á presença do bacillo coli e das especies fluorescentes.

SECÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAES

1.º A purificação pela irrigação no solo das águas residuaes das diversas industrias, constitue o melhor processo.

2.º Sendo impossivel a irrigação existem varios processos chymicos de purificação das ditas águas. Até ao próximo Congresso estes processos serão experimentados de modo a se conhecer o seu custo.

3.º Como «criterio» da epuração, mantem-se a prova chamada «pelo peixe».

a) A verificação da pureza das águas tratadas não se póde fazer práticamente pela dosagem das substáncias orgánicas.

b) A temperatura da água purificada não deverá ser superior a 35º c. quando se misturar com uma água corrente.

c) Deve ter reacção neutra.

d) A mistura da água residual purificada com a água corrente não deve produzir depósito, turvo, ou lodo.

e) O arejo enérgico das águas residuaes deve ser aconselhado.

f) Os industriaes ficam convidados a estudar os meios de diminuir quanto possivel o volume das águas usadas.

(Continúa). CHARLES LEPIERRE.

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES

(Cont. do n.º 9, pag. 541)

QUADROS NUMÉRICOS E GRÁPHICAS

1.º Grupo — DADOS GERAES SOBRE OS ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES: QUADROS I, II, III, IV, V, VI, VII

QUADRO I

DIÁMETROS E ÍNDICES CEPHÁLICOS DE 67 CRÁNIOS ♂

(Museu da Universidade)

Número do cránio	DIÁMETROS			ÍNDICES CEPHÁLICOS		
	Ant.-post. máximo	Transversal máximo	Vertical máximo	Cephálico ordinário	1.º vertical	2.º vertical
3	182	140	133	76,92	73,07	95
5	193	136	134,5	70,46	69,68	98,89
7	180	140	128	77,77	71,11	91,42
8	182,5	141	134	77,26	73,42	95,03
9	190	141	136	74,21	71,57	96,45
11	190	140	123	73,68	64,73	87,85
14	183,5	143,5	131	78,20	71,38	91,28
15	188,5	139	130	73,74	68,96	93,52
16	192	141	141,5	73,43	73,69	100,35
17	199	140	129,5	74,86	75,93	101,42
18	188	139	131	73,93	69,68	94,24
19	180,5	138,5	129	76,73	71,46	93,14
20	186	139	137,5	74,73	73,92	98,92
21	186	138,5	135	74,46	72,58	97,47
22	190,5	148	133	77,69	69,81	89,86
27	185	148	140	80	75,67	94,59
28	185,5	149	133	80,32	71,69	89,26
31	188	128	132	68,08	70,21	103,12
34	178,5	128,5	131	71,98	73,38	101,94
35	190	141,5	142,5	74,47	75	100,70
36	184	147	134,5	79,89	73,09	91,49
40	199,5	150,5	133	75,43	66,66	88,37
42	188	136	139	72,34	73,93	102,29
43	174,5	130	134	74,49	76,79	103,07
44	179	131,5	130	73,46	72,62	98,85
45	190	146	137	76,84	72,10	93,83

Número do crânio	DIÁMETROS			ÍNDICES CEPHÁLICOS		
	Ant.-post. máximo	Transversal máximo	Vertical máximo	Cephálico ordinário	1.º vertical	2.º vertical
47	199	137	133,5	68,84	67,08	97,44
48	174,5	138	131	79,08	75,07	94,92
51	196	132	139	67,34	70,91	105,30
55	188	148	141	78,72	75	95,2
56	176	134	127	76,13	72,15	94,77
60	188	142,5	136	75,79	72,34	95,43
61	176,5	132	139,5	74,78	79,03	105,68
63	189	147	135,5	77,77	71,69	92,17
64	178	134	123,5	75,28	69,38	92,16
65	192,5	134	133,5	69,60	69,35	99,62
68	191	134	145,5	70,15	76,17	108,58
69	183	141	139,5	77,04	76,22	98,93
70	187	140	142	74,86	75,93	101,42
71	184	132	135	71,73	73,36	102,27
74	177,5	147	136	82,81	76,61	92,51
75	188	140	140	74,46	74,46	100
77	199,5	148	144	74,18	72,18	97,28
79	180	129	124	71,66	68,88	96,12
80	176	136,5	137	77,55	77,84	100,36
81	189	130	126,5	68,78	66,93	97,30
84	176	133,5	144	75,85	81,81	107,86
86	190,5	148,5	134,5	77,95	70,60	90,57
90	178	139,5	143,5	78,37	80,61	102,86
91	188	136	134	72,34	71,27	98,52
92	180	138	131	76,66	72,77	94,92
94	178	138	140	78,09	78,65	101,44
96	185,5	144	135	77,62	72,77	93,75
99	175	129	123	73,71	70,28	95,34
1′	175	132	134	75,42	76,57	101,51
2′	180	139	138	77,22	76,66	99,28
3′	182	150	141,5	82,41	77,74	94,30
6′	186,5	132	143	70,77	76,67	108,33
7′	194	140	131,5	72,16	67,78	93,92
9′	190	133	136,5	70	71,84	102,63
10′	203	130	138	64,03	67,98	106,15
12′	182	140	134,5	76,92	73,90	96,07
14′	186	134	135,5	72,04	72,84	101,11
16′	178,5	142	139	79,55	77,87	97,88
17′	192	130	134	67,70	69,79	103,07
18′	187,5	129	137	68,80	73,06	106,20
21′	194	140	144,5	72,16	74,48	103,19
Sommas	12447,5	9274	9053	5001,69	4888,65	6458,71
Médias.	185,78	138,41	135,11	74,65	72,96	96,39
Índices das médias.....				74,50	72,72	97,61

QUADRO II

DIÁMETROS E ÍNDICES CEPHÁLICOS DE 39 CRÁNIOS ♀

(Museu da Universidade)

Número do crânio	DIÁMETROS			ÍNDICES CEPHÁLICOS		
	Ant.-post. máximo	Transversal máximo	Vertical máximo	Cephálico ordinário	1.º vertical	2.º vertical
2	170	132	126,5	77,64	74,41	95,83
12	168	127	126	75,59	75	99,21
24	192	131,5	132	68,48	68,75	100,38
25	171,5	129,5	127	75,51	74,05	98,06
26	180	140,5	124	78,05	68,88	88,25
32	179	137	130,5	76,53	72,90	95,25
33	189	142	137	75,13	72,48	96,47
37	176	125	131	71,02	74,43	104,80
38	171,5	126	126	73,46	73,46	100
39	184	130	127,5	70,63	69,29	98,07
41	179	134,5	131	75,13	73,18	97,39
50	184,5	141	132	76,42	71,54	93,61
53	176	132	122	75	69,31	92,42
54	181	130	128	71,82	77,18	98,46
57	190	136	133	71,57	70	97,79
58	170,5	130	121,5	76,42	71,26	93,46
62	187	130,5	125,5	69,78	67,11	96,16
72	184	133,5	135	72,55	73,36	101,12
73	184	137,5	138,5	74,72	75,27	100,72
76	168	129	124	76,78	73,80	96,12
78	181	139	130	76,79	71,82	93,52
82	184	140	131	76,08	71,19	93,57
83	191	140	138	73,29	72,25	98,57
85	179	138	128	77,09	71,50	92,75
87	178	138	127,5	77,52	71,62	92,39
88	182,5	131	126	71,78	69,04	96,18
89	173	129,5	125,5	74,85	72,54	96,91
93	181	133,5	133	73,75	73,48	99,62
95	179,5	137	126	76,32	70,19	91,97
97	180	133,5	133	74,16	73,88	99,62
98	184	139	126	75,54	68,47	90,64
100	180	142	135	78,88	75	95,07

Número do crânio	DIÁMETROS			ÍNDICES CEPHÁLICOS		
	Ant.-post. máximo	Transversal máximo	Vertical máximo	Cephálico ordinário	1.º vertical	2.º vertical
4′	181	138,5	127,5	76,51	70,44	92,05
5′	180	136	134	75,55	74,44	98,52
8′	166	127	128	76,50	77,10	100,78
11′	187	140,5	132	75,13	70,58	93,94
13′	184	132	131	71,73	71,19	99,24
19	187	132,5	135	70,85	72,19	101,88
22	178	133,5	124	75	69,66	92,88
Sommas	7021	5235	5048,5	2909,34	2812,24	3763,67
Médias .	180,02	134,23	129,44	74,59	72,10	96,5
Índices das médias				74,56	71,90	96,43

QUADRO III

AGRUPAMENTO QUINÁRIO DOS ÍNDICES CEPHÁLICOS DE 107 CRÁNIOS

(Museu da Universidade)

GRUPO	HOMENS		MULHERES		HOMENS E MULHERES	
	N.° absol.	N.° %	N.° absol.	N.° %	N.° absol.	N.° %
Ultra-dolichocéphalos.....	1	1,4	–	–	1	0,9
Hyper-dolichocéphalos.....	7	9,8	2	5,0	9	8,1
Dolichocéphalos.....	28	39,2	15	37,5	43	38,7
Mesaticéphalos.....	27	37,8	22	55,0	49	44,1
Brachycéphalos.....	4	5,6	–	–	4	3,0
Hyper-brachycéphalos.....	–	–	–	–	–	–
Ultra-brachycéphalos.....	–	–	–	–	–	–
Número total.....	67	100,0	39	100,0	106	100,0
Índice médio.....	74,50		74,56		74,53	

QUADRO IV

SERIAÇÃO DOS ÍNDICES CEPHÁLICOS DE 106 CRÁNIOS

(Museu da Universidade)

ÍNDICE	MULHERES		HOMENS		HOMENS E MULHERES	
	N.º absol.	N.º %	N.º absol.	N.º %	N.º absol.	N.º %
64	1	1,4	–	–	1	0,9
65	–	–	–	–	–	–
66	–	–	–	–	–	–
67	2	2,8	–	–	2	1,8
68	4	5,6	1	2,5	5	4,5
69	1	1,4	1	2,5	2	1,8
70	4	5,6	2	5,0	6	5,4
71	3	4,2	5	12,5	8	7,2
72	5	7,0	1	2,5	6	5,4
73	6	8,4	3	7,5	9	8,1
74	10	14,0	4	10,0	14	12,6
75	5	7,0	8	20,0	13	11,7
76	6	8,4	9	22,5	15	14,5
77	9	12,6	3	7,5	12	10,8
78	4	5,0	2	5,0	6	5,4
79	3	4,2	–	–	3	2,7
80	2	2,8	–	–	2	1,8
81	–	–	–	–	–	–
82	2	2,8	–	–	2	1,8
83	–	–	–	–	–	–
N.º total	67	100,0	39	100,0	106	100,0

*

QUADRO V

AGRUPAMENTO QUINÁRIO DOS ÍNDICES CEPHÁLICOS DE 1000 CRÁNIOS

(Collecção do dr. Ferraz de Macedo)

GRUPO	HOMENS		MULHERES		HOMENS E MULHERES	
	N.° absol.	N.° %	N.° absol.	N.° %	N.° absol.	N.° %
Ultra-dolichocéphalos.....	1	0,2	–	–	1	0,1
Hyper-dolichocéphalos.....	45	9,0	15	2,8	60	6,0
Dolichocéphalos.....	238	47,6	215	40,8	453	45,3
Mesaticéphalos.....	180	36,0	234	44,4	414	41,4
Brachycéphalos.....	28	5,6	38	7,2	66	6,6
Hyper-brachycéphalos.....	2	0,4	3	0,6	5	0,5
Ultra-brachycéphalos.....	–	–	1	0,2	1	0,1
Número total.....	494	100,0	506	100,0	1000	100,0
Índice médio.....	74,46		75,56		75	

(Continúa)

ÁLVARO JOSÉ DA SILVA BASTO.

SITES D'AMOUR

A Remy de Gourmont.

Candeur

Des Pommiers levant aux cieux leurs têtes voilées
Ennuagent le loin d'un défilé tremblant
Comme un communiant cortège rose et blanc
Dont la guirlande marche en pensives allées.
De ces nids, où, futur, sous son duvet troublant
Couve le Fruit griseur de chairs irrévèlées,
Combien de cœurs hâtifs et curieux tendront
Leurs neiges aux blancheurs fausses des giboulées!
Et, vagues lueurs d'âme en essor d'un beau front,
Combien de cœurs mort-nés, en miel essaimeront,
Des Pommiers levant aux cieux leurs têtes voilées.

Extase

La Mer et le Ciel, mûs d'un amour inétreint,
Contre l'horizon plus rigide que l'austère
Mur qui, déparerait d'un cloitre un monastère,
Echoués, bouche à bouche, écument vers ce frein.
L'un sur l'autre penchant leur mutuel mystère
Ils échangent, mirés, leur joie et leur chagrin:
S'Il s'eclaire Elle rit, S'Il pleure Elle lame!
Et ridés sans vieillesse à ce baiser serein
Où l'homme rêverait d'infinir l'heure aimante,
C'est notre lourd contact décharmant qui tourmente
La Mer et le Ciel, mûs d'un amour inétreint.

Luxure

La Forêt tord des bras tremblants sous leur dentelle,
Hérisse des cheveux gazouillants de joyaux,
Cambre un torse marbré de reflets liliaux
Hors sa robe de mousse aux tons de brocatelle
Et glissée à ses pieds en larges plis royaux.
Dans un spasme perlant d'or ailé qui gouttèle
Et palpé par de longs arachnides velus,
Au solaire Baiser semeur d'ombres, toute, Elle
S'offre, et, toute, implorant les plaisirs absolus
D'un Ciel qui toujours la leurre et fane un peu plus,
La Forêt tord des bras tremblants sous leur dentelle.

Venalité

La Moisson rousse houle et s'étire le corps
Sur sa couche de fange au dais de mousseline.
Les Vents dont la passante étreinte la câline
Mouillent de diamants où chauffent de leurs ors
Son sein mamelonné d'une double colline
Qui donne la becquée aux vils baisers discords
Des grièches en frac, des chardons gens d'épée
Des corbeaux gens de robe aux ongles de recors,
Des pavots à foulards couleur gorge coupée!
Et pleurant ses dégoûts de vénale dupeé
La Moisson rousse houle et s'étire le corps.

Sénilité

Le Mont, le Mont frigide à la barbe ancestrale,
Assis parmir le bruit puéril des hameaux,
Plane, marmoréen, sur leurs chants et leurs maux
Et semble figurer la Paterne Morale;
Mais, quand brusques dégels de ses sommeils brumaux
Son avalanche fond brûlante et catarrhale
Vers les babils grimpés à son socle indulgent,
Géant limaçon blanc sous sa coque en spirale
Il flétrit les côteaux vierges et saccageant
Leurs verdeurs, salit tout de ses baves d'argent,
Le Mont, le Mont frigide à la barbe ancestrale.

Mai 1890.

P. N. Roinard.

Ext. de la Mort du Rêve.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do n.º 9, pag. 569)

XVIII

Castilho e Bulhão Pato.—Sua Majestade o Imperador do Brazil confere a Castilho o grau de Official da Ordem da Rosa.—O artigo *Solatia victis* ácerca da Exposição universal de Londres.—Muda-se o Portico para a Cidade baixa.—A rua dos Douradores.—Uma excursão de Castilho até Mafra.

Já n'um dos antecedentes capitulos mencionei a apresentação de Raymundo de Bulhão Pato a Castilho pelo Marquez de Penalva. Duas palavras mais.

Não se imagina o que era então, como physionomia caracteristica, o imaginoso poeta da *Paquita*. Dir-se-hia a personificação da juvenil poesia romantica da Peninsula. Olhos, cabello, bigode, expressão, ademanes, tudo era formoso e original. Respirava fogo e estro por todos os póros. Amantissimo, cavalleiroso, cortez, parecia um trovador medievo. Nunca vi rapaz mais interessante no mundo! Seduzia.

Tornou-se logo intimo do poeta da *Primavera,* e frequentava muito a nossa casa.

Uma noite, nas proximidades do entrudo de 1851, sahira Castilho da rua do Machadinho pelo braço de Bulhão Pato, com direcção a não sei que theatro ou reunião. Aquellas viellas da Esperança referviam de gentiaga grosseiramente

alegre. Ao passarem os dois por diante de uma taberna, um miseravel plebeu, mais talvez por simples gracejo da sua laia, do que por intenção hostil, acochichou um pouco o chapéo de Castilho. Bulhão Pato, com toda a nobre irreflexão dos seus pujantes vinte e um annos, larga o braço do amigo, e atira-se ao aggressor. Como ia desarmado, e nem uma chibata levava, agarra de repente n'uma acha de lenha que ali topou á porta, n'um caixote qualquer, e brandindo-a como Nuno Alvares brandiria uma hacha de armas, descarrega-a no petulante. Reboliço indescriptivel! em tres segundos o povoleo cresceu, ennovelou-se, e já ninguem se entendia! Um verdadeiro horror. Era noite, como disse; e o pobre Castilho, assim inesperadamente sobresaltado, e separado com violencia do seu companheiro, quereria acudir-lhe emprestando-lhe a bengala; mas como?

Bulhão Pato, lavado em sangue, foi arrastado no fim da lucta a uma botica por Herculano e não sei que outro amigo, que ali por um acaso providencial appareceram, e ficou com a testa coberta de pontos.

E dizia então Castilho, entre os commentarios que se faziam, e lamentando a sua má estrella:

—Este excellente rapaz! a quanto se expoz por minha causa! eu bem sabia que elle estava sem bengala; mas como podia eu auxilial-o, se o não via! Vi-me infelizmente obrigado a manter em toda a lucta uma *neutralidade armada!...* (1).

Um facto d'estes, uma tão nobre dedicação, nunca mais esquece. Castilho mencionava muita vez o rasgo do seu brioso defensor.

Tal era então, tal foi sempre, tal é ainda se fôr necessario, o nosso velho amigo Raymundo de Bulhão Pato.

*

Por Carta Imperial de 11 de Setembro de 1851, Houve por bem Sua Majestade o Imperador D. Pedro II do Brazil agraciar a Castilho com o grau de Official da Ordem da Rosa. Ha no periodico *A Semana* de 14 de Novembro seguinte um artigo chistoso em que o sr. L. C. (visivelmente Latino Coelho) conta o caso, e o commenta com graça.

---

(1) Este caso conta Bulhão Pato no seu sentido livro *Sob os ciprestes*.

Diz o primoroso estylista:

RECOMPENSA AO MERITO

«O sr. Antonio Feliciano de Castilho foi ultimamente agraciado por Sua Majestade o Imperador do Brazil com o fôro de Fidalgo da sua Imperial Casa, e com a condecoração da Ordem da Rosa.

«Estas mercês são tanto mais dignas de apreço para o illustre Poeta, quanto elle por fórma nenhuma as sollicitou, antes deveu exclusivamente á sympathia e admiração que o senhor D. Pedro II consagra ás producções do cantor da *Primavera* e da *Novissima Heloisa*. O sr. Castilho, publicando o seu drama *Camões* offereceu-o n'uma bella dedicatoria em verso ao Imperador do Brazil. O Soberano, cujo amor ás lettras é conhecido geralmente, o Imperador, que é elle proprio poeta e escriptor de muito gosto, e de variadissima instrucção, recebeu aquella offerta do Poeta portuguez como um presente que a majestade do genio offerecia á majestade do throno, e julgou que não deshonraria, antes ennobreceria mais as distincções da sua côrte, conferindo-as a um homem cujo nome ha de durar quando os titulos nobiliarios, e a maior parte dos que hoje com elles se engrandecem, tiverem perdido os nomes no pó de uma posteridade indifferente.

«A adulação não é o defeito que predomina na redacção da *Semana*. Não tomem pois como lisonjaria cortesan o congratularmo-nos com a felicissima lembrança de Sua Majestade o Imperador, que em meio dos cuidados de um governo inquieto, e de uma extensa administração, acha nos seus ocios tempo de sobra para conversar com as Musas, e para se lembrar dos homens illustres de um paiz, a que o Imperador pertence pelo sangue e pela gloria.

«Em Portugal ha Gran-Cruzes, ha Commendas, ha Foros grandes e pequenos, ha Viscondados e Condados; mas a torrente das mercês não alaga os talentos, que passam de longe, e que não vão ás chancellarias politicas authenticar os seus titulos, e os seus direitos ás graças da Côrte. Os homens de genio que ahi ha condecorados com distincções e honras nobiliarias, antes o deveram a terem alguma vez encontrado no seu caminho a onda politica, do que a ser intenção do poder o premiar-lhes serviços litterarios.

«Em Portugal, onde as mercês honorificas se prodigalisam com uma liberalidade escandalosa, a grande maioria dos ho-

mens de lettras apresentam as suas casacas ermas de medalhas e de fitas, e envergonham, com a sua modesta simplicidade, a fidalguia bastarda de quantos burguezes povôam de condecorações os seus fatos domingueiros de *parvenus* a poder de traficancias politicas, e de rasteiras abjecções.

«Dá-se uma Commenda a um homem, que d'aqui a dois annos, quando tiver mudado a scena do drama politico, ninguem já conhecerá; e dar-se-hia um habito de Christo a Homero, se hoje nascesse em Portugal para escrever uma segunda *Iliada*. Premiar-se-ha uma defecção com um Viscondado, e o primeiro *traineur de sabre* que subscrever com um regimento para um cirio revolucionario, será premiado com uma Gran-Cruz; e contentar-se-hiam com despachar Camões (se hoje vivesse) correio-a-cavallo de uma Secretaria!

«O talento póde passar sem a confirmação official das fitas e dos titulos. Não é o paiz que empresta o seu esplendor aos grandes homens; antes são os genios, que ennobrecem com o seu nome a terra em que nasceram. Os poetas e os sabios, graças á lei providencial da gloria, vivem na posteridade mais tempo que os ministros. Todos falam de Newton, e poucos sabem o nome do Ministro que o despachou *baronet*. Horacio é mais conhecido no mundo, que o seu protector Mecenas.»

L. C.

*

Creio que é talvez d'este Setembro a ultima obra de tomo escripta pelo nosso poeta na casa dos Machadinhos; refiro-me ao seu celebre artigo intitulado *Solatia victis* e em que elle aprecia a Exposição Universal de Londres n'esse anno. E' um dos primores de estylo sahidos da penna do consumado artista da palavra (1).

*

Visto que estas *Memorias* archivam muitos dos factos publicos que mais ou menos influiram na existencia de Castilho, ou lh'a atormentaram, ou lh'a amenisaram, mencionarei a brilhantissima Exposição artistica da Sala do risco do Arsenal

---

(1) *A Semana*, vol. II, pag. 333.

da Marinha, começada a 9 de Novembro de 1851, e que em beneficio dos pobres rendeu 5 contos e duzentos mil réis. Que festa! Já n'outro livro me referi a ella.

*

O Portico, ou por má direcção, ou pelo enguiço que perseguia todos os projectos d'este sonhador, não atava nem desatava (como se costuma dizer). As aulas regiam-se com regularidade, mas faltavam os meios para realisar muitos aperfeiçoamentos uteis na economia interna da casa.

O insigne pintor Antonio Manuel da Fonseca, antigo amigo de Castilho, prestou-se espontaneamente a ir reger um curso de desenho, e algumas lições chegou a dar. Em Agosto de 51 projectava um dos professores, Eduardo Napoleão Silva, medico-cirurgião, um *curso de perfeita pronunciação portugueza*. Os jornaes apresentam o programma, unico vestigio que me consta ficasse de tal curso. O direito que este se reconhecia para reger perfeita pronunciação, coisa tão variavel, não o conheço.

Apezar de tudo, como as despezas eram grandes, os lucros liquidos eram muito diminutos, ou nullos, pelo acanhado numero dos alumnos. Muita gente teimava em que a principal causa d'isto era a distancia do centro populoso da Cidade baixa. O externato não se affoita em geral a grandes distancias, e n'aquelle bairro do Mocambo não abundava a população que mais facilmente podesse mandar os filhos ao externato. Alguns amigos de Castilho optavam com energia por uma mudança para a Baixa.

Nada mais semsabor, nem mais alheio aos habitos e á indole de Castilho, do que o arruamento pombalino; mas aquelle homem, extremamente teimoso e tenaz, era tambem extremamente docil; prevaleceu d'esta vez a docilidade; e em Novembro procurou-se casa central na Baixa.

Appareceu a casa da rua dos Douradores n.º 50 G (hoje n.º 20); predio de loja, sobreloja, primeiro andar, e aguas furtadas (hoje tem cinco andares). Para lá se transferiu o Collegio em Janeiro de 1852.

O sitio, todos os lisboetas o conhecem: a rua dos Douradores é o que ha mais perfeito como masmorra. Sol, o sol de Lisboa, o alegrissimo sol do Tejo, nunca ali passa senão de soslaio, ao longo d'aquellas paredes altas, tristes; mausoleos, sem architectura.

As accommodações do predio não eram más; havia muito espaço, mas andava no ar a melancolia. Em vez de jardim, saguão!

Sahir do palacio Machadinho, com bellas salas, muita luz, e uns quintaes alegres que parece entravam com a sua verdura pelas janellas dentro, e passar para um predio banal, burguez, da rua mais banal de Lisboa, não era triste, era tristissimo.

Eu, impressionavel como era, adoeci; a penumbra d'aquelle carcere exacerbou e aggravou umas melancolias nervosas, filhas de tendencias demasiadamente mysticas, que me tinham dominado o espirito, ao querer assimilar, com as minhas debeis faculdades puerís, certos dogmas do Christianismo. Chegou a inspirar serios receios a meus Paes o estado do meu intellecto; resolveram distrahir-me, arrancar-me aos livros, e fazer-me sahir de Lisboa.

Para onde? para Mafra. Fui para Mafra.

Isto, que me é relativo, conto-o eu por isso que esses factos realçam os carinhos do bom Castilho para com os seus, e ainda estreitam mais, se é possivel, as suas relações comigo.

*

Em Mafra habitava uma tia minha, irmã de minha Mãe; era a sr.ª D. Leonor Maria Helena Xavier Vidal. Seu marido, irlandez de nascimento, era filho de um Coronel que estivera com o Duque de Wellington ao serviço de Portugal, e aqui ficara. Pertencia a uma antiga familia rural da *gentry* das cercanias de Dublin, os Dalhunty.

O sr. Marcos Dalhunty, genio mysanthropo, mas intelligencia distincta, affeiçoara-se desde pequenino a Portugal, e passára a mocidade n'uma quinta chamada «da Fonte», que sua mãe, portugueza de nascimento, possuia em Monte-mór (logarejo aqui no termo, perto de Caneças). Excentrico e modesto nos seus usos, vivia a estudar, a enfronhar-se inutilmente em problemas mathematicos abstractos, ou a revolver questões philologicas abstruzas. Quando em 1847 se lembrou de casar, viu que lhe não chegavam os seus pequeninos rendimentos; e oppoz-se á cadeira de lingua ingleza no Collegio militar, cuja séde era em Mafra. Foi provido, e para lá se passou com sua mulher. Ahi viviam, em excellente união, quando meus Paes entenderam dever-lhes pedir para mim hospitalidade de alguns dias.

Lembra-me tudo, como se se tivesse passado hontem.

Meu Pae, tendo-me annunciado a minha partida, poz á minha escolha se haviamos de ir de sege, ou a cavallo. Claro está que para um pequenote de quasi doze annos, é festa indescriptivel, e superior a tudo, uma jornada a cavallo; perdão: *a burro*. Hoje, creio que seria impossivel um tal meio de locomoção: primeiro, porque passou de moda; depois, como ha outras coisas, não lembrava aquelle systema; e em ultimo logar, não se achariam burros em toda Lisboa. Como tudo muda! e depressa!...

*

N'um dia frio e formoso de Março, eram 4 horas da madrugada, achavam-se á nossa porta tres burrinhos, escolhidos a capricho pelo famigerado Severino do Collegio dos Nobres, já bem conhecido do leitor.

A minha alegria ao ter a honra de ir montar um bucephalo d'aquelles, e ir emprehender por esse planeta fóra uma jornada de sete leguas, não se descreve. Julgava-me aos olhos de meus irmãos um heroe de estranhas aventuras; meus pobres irmãos, esses ficavam em casa, visto que (infelizmente para elles) se achavam de perfeitissima saude.

Meu Pae, receoso de alguma quéda, dera-me tambem a escolher para o burro *cadeirinha,* ou *forquilhas.* Está visto que optei pelas forquilhas; a cadeirinha era humilhante para um rapaz da minha edade.

Agarrado pois ás forquilhas, e mais desempenado que el-Rei D. José no seu famoso *altér* do Terreiro do Paço, segui ao lado de meu Pae, que, todo bondade e carinho, ia conversando comigo, a distrahir-me, a animar-me. Atraz, no outro burrinho, ia o moço.

Seguimos ao Rocio, rua Oriental do Passeio, subimos o Salitre, o Rato, S. João dos Bem-casados, e tomámos á estrada de Campo-lide e Sette-rios, por Bemfica a diante.

O amanhecer, a saudade dos que ficavam, a anciedade de ir ver em poucas horas uma tia que eu amava como mãe, e a quem não via desde tres annos, a novidade de percorrer sitios nunca vistos (porque o meu mundo findava ali pela Convalescença), os casebres somnolentos e musgosos ao longo da estrada, hoje tão differente, os portaes vistosos das quintarolas, um almoço em Bemfica n'uma especie de estalagem, o ar de larga bemaventurança que respirava toda aquella perfumada

e chilreada manhã de primavera..... nenhum d'esses pormenores me esqueceu, mas nenhum d'elles se poderia exactamente descrever São impressões leves, que ficam, sem nome, sem corpo, e que só muito depois, casadas com outras novas, tomam vulto e luz.

Lembro-me de que, em passo de burrinho, aquellas sete leguas fundiram um dia inteiro. Jantámos algures, creio que em Chelleiros; e ao aproximarmo-nos da Real Mafra, é indizivel a minha saudade, quando, de quarto em quarto de hora, ia ouvindo, cada vez mais nitidos, os menuetes argentinos dos carrilhões. Aquellas toadas antigas e aristocraticas sabiam a Côrte, tinham rara distincção; e (o que ainda valia muito mais aos meus olhos) aproximavam-me cada vez mais de minha tia.

Era quasi noite, quando, ao despontar a brilhante cavalgada no immenso largo em frente do monumental mosteiro d'el-Rei D. João V, fomos saudados e abraçados pelo marido de minha tia, e por outros seus collegas, militares e lentes do Real Collegio Militar, que ali andavam tomando o fresco. Elle estava já inquieto pela nossa demora; esperava-nos n'esse dia, mas de sege, e portanto muito mais cedo. Era um homem altò, de poucas falas, concentrado, nariz aquilino, e bigode loiro, grande. Bellissima e honradissima pessoa, e de um estudo de ferro em sciencias mathematicas e philosophicas, que eram lá a sua tecla sensivel.

A chegada a casa de minha tia foi encantadora. Parecia-me abraçar minha Mãe!...

.....

*

A casa era lá em baixo, no fim da villa, algures; uma poisada muito aldeã, com aquelle aceio inglez tão confortavel, e uma hospitalidade de braços abertos.

Meu Pae passou lá essa noite, e no dia seguinte partiu. Arrancava-se-me o coração quando o vi afastar-se. Graças a Deus chegou bem. Do coração agradeço á sua memoria aquelle sacrificio.

A estada em Mafra foi para mim uma delicia. Tinha licença para sahir sósinho, e ia pelo campo fóra, explorar. Havia um sitio de que gostava muito, ali ao-pé; chamava-se a Junceira; um regato para onde eu ia sentar-me a scismar; e uns pequenotes de casal, uns pobres pastorinhos, que ás vezes se dignavam brincar comigo na relva.

Voltei a Lisboa já outro, passado um mez.

Foram ambos meus Paes buscar-me de sege, e restituiram-me a Lisboa, e aos meus estudos interrompidos. Abençoada interrupção!

XIX

Companhia franceza no theatro de D. Fernando.—Chega de Ponta-Delgada a familia Leite.—Escreve Castilho o Hymno da Caridade; compõe a musica o talentoso Allemão Arthur F. Rheinhardt.—E' Castilho nomeado Socio honorario do «Instituto» de Coimbra.—Mudança do Portico para o palacio Sarmento á Estrella.—Rapida descripção do palacio, e do alegre sitio de Buenos-Ayres.

Abriu-se a 20 d'esse mez de Março de 1852, no theatro de D. Fernando, uma serie de recitas de certa companhia dramatica franceza, que ali viera tentar fortuna.

Era, desde pouco tempo, Administrador do Bairro do Rocio o nosso mavioso poeta Augusto José Gonçalves Lima, rapaz de seus vinte e nove annos, Bacharel em Direito, e já auctor de uma collecção de versos muito sentidos e affectuosos intitulada *Murmurios*. Lembro-me perfeitamente d'elle, porque as suas relações com a nossa casa continuaram sempre: bom caracter, serio, respeitoso, e muito sympathico a todos. Além d'isso, tinha uma agradabilissima presença, e um rosto muito insinuante.

Na sua qualidade de Administrador do Bairro, tinha camarote. Escreveu por essa occasião a Castilho uma galante carta, em que lhe dizia o seguinte, salva a redacção (cito de cór):

«Sei que V. Ex.ª gosta de theatro francez quasi tanto, como «eu gosto da sua companhia. Podemos ambos ficar contentes, «se V. Ex.ª me fizer a honra de acceitar um logar no meu «camarote para todas as recitas.»

Não se podia ser mais elegantemente parisiense. Castilho acceitou, e muitissimas vezes ouviu d'ahi as representações.

*

Foi por este tempo (não posso especificar o dia nem o mez), que chegou da Ilha de S. Miguel, com toda sua familia, pae,

mãe, uma tia, um irmão, e uma irmã, o sr. Luiz Filippe Leite, nomeado, como acima escrevi, Director da Eschola Normal.

Não consentiu Castilho que fossem para hospedaria, e albergou-os como poude em sua casa, emquanto não arranjavam outra.

*

O *Hymno da Caridade* dictou-o Castilho n'esta casa da rua dos Douradores; era destinado a ser cantado ao som de orchestra pelo bando precatorio que a Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em S. Miguel projectava em favor do seu solar. Esse hymno é pois mais uma prova de quanto o coração de Castilho continuava a amar a linda Cidade de Ponta-Delgada.

*

Por diploma de 1 de Abril de 1852 nomeou o «Instituto» de Coimbra seu Socio honorario a Antonio Feliciano de Castilho (1).

*

Foi tambem n'este anno de 1852, que n'uma sessão da Academia Real das Sciencias propoz o tenacissimo poeta se nomeasse uma Commissão para elaborar as bases de uma reforma orthographica. Chegou com effeito a nomear-se a Commissão, trabalhou, mas logo se paralysaram tão bons desejos,

e recai tudo em seu primeiro somno (2).

*

N'este meio tempo a saude de minha Mãe peorava no seu estado normalmente precario; peorava de modo assustador. Padecia de asthma desde os vinte e nove annos, e a casa da

---

(1) Quem me diria então, que uns quarenta e cinco annos andados, me acharia no jornal d'esse mesmo *Instituto* commemorando a vida de meu Pae, tendo, de mais a mais, a immerecida honra de ser Socio da mesma illustre corporação scientifica e litteraria!

(2) *Camões,* drama, 2.ª ed., t. II, pag. 18.

rua dos Douradores aggravara esse padecimento. Extremosissimo pela sua virtuosa companheira, determinou meu Pae, custasse o que custasse, mudar-se d'ali, e para longe. Depois de algumas d'aquellas fluctuações frequentes no seu espirito, resolveu escolher, como sitio de optimos ares, os pincaros da Estrella.

Appareceu vago o segundo andar do magnifico palacio Sarmento, na rua dos Navegantes, n.os 40 a 43, em frente da embocadura da linda rua de Buenos-Ayres. Era um salto enorme; tanto melhor; não se hesitou; e em Julho de 1852, para essa bella vivenda se transportaram os lares do poeta.

*

Quem conhecer pouco esta vasta Lisboa, não calcula o contraste entre os dois sitios da Baixa, e de Buenos-Ayres.

Sahir da chamada *Baixa* para a banda do poente, e ir surprehender o bairro alegre e risonho de Buenos-Ayres, é abalar para extranha região.

Tão outra é do severo arruamento o bairro de Alfama, quanto é diverso de ambos, e do bairro Alto, o gracioso fragmento occidental. Quatro divisões resumem (ou melhor, resumiam em 1852) a multiplice physionomia de Lisboa.

Alfama, tortuosa, irregular, e pittoresca, era as memorias, as tradições, o seculo XV.

O bairro de S. Roque, dava, no seu traçado regular, a expressão do plano claro e recto da Companhia de Jesus, sua visinha, e sua fundadora. Era filho do seculo XVI.

A Baixa expressava o pensamento de uma administração de romper e rasgar; angulos rectos, e gavetas para accommodar muita gente. Estava ali o seculo XVIII com os seus emproados servilismos.

Buenos-Ayres, filho das terras lavradias, era um mundo á parte. Nascera depois de 1755; trazia o cunho da colonia ingleza que o habitava.

Buenos-Ayres era Lisboa de chapeo de palha e paletot de cheviotte a fumar charuto, e a olhar para a barra espreitando a entrada dos paquetes. Buenos-Ayres jogava o *cricket,* e dava jantares á officialidade da esquadra ingleza. Tinha um Passeio, que era um paraizo, e um cemiterio, que era um jardim.

A Baixa tinha saguões, papagaios, logistas, caffés, e maledicencia de ociosos.

Nas extremas de Buenos-Ayres respiravam-se effluvios campestres; crescia herva na orla das ruas.

O architecto do arruamento pombalino pensava nas grelhas de S. Lourenço, ou no supplicio dos Tavoras. O verde era côr pouco acceita n'aquellas travessas; os zeladores da Camara devoram toda a hervinha que desponta.

Mas em Buenos-Ayres a irregularidade das serventias davalhes não sei que feição de villa de provincia; e o paizagista que as retratasse tinha de as alcatifar de verde, aqui, ali.

Isso era, pouco mais ou menos, o sitio alegre e sadio alastrado em volta do Convento Novo, e dominado pelo palacio dos Sarmentos.

*

Quem hoje passa por lá (1), vê um grande casarão em ruinas. Não se póde imaginar o que foi tudo aquillo ha pouco ainda.

Calcúlo que seria nos ultimos annos do seculo passado, que Manuel José Sarmento, do Conselho de Sua Majestade, Official Maior graduado da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, Cavalleiro de Malta, etc., tendo successivamente comprado a diversos e pequenos proprietarios os terrenos e predios situados entre a rua dos Navegantes, Calçada Nova do Convento Novo do Coração de Jesus, travessa do Pinheiro, e becco do Outeiro, bens de que era directo sr. D. Francisco de Sousa, ali edificou uma das casas de melhor e mais esplendida vista de que se ufanava Lisboa.

Era Sarmento pessoa muito considerada em geral, e muito bemquista do Principe Regente. Acompanhou a Côrte ao Rio de Janeiro, d'onde voltou não sei em que anno, merecendo sempre ao Soberano altas distincções, que n'esse tempo não se barateavam. Teve por diversas vezes occasião de prestar especiaes serviços ao senhor D. Pedro IV, serviços a que este Principe foi sempre grato, como demonstrou por uma clausula do seu testamento onde (segundo me informam) se lê: «Pague-se ao Conselheiro Manuel José Sarmento o que elle disser que lhe eu devo.» Tamanha era a confiança que merecia este servidor!

---

(1) Capitulo escripto em 31 de Dezembro de 1889, ás 8 horas da noite, na Quinta das Varandas, Olivaes.

Quanto ao palacio de que vinhamos tratando, é preciso confessar que melhor sitio não podia o fundador escolher. Ficou uma grande casa sem architectura, mas com muito desafogo e bellissimas accommodações. Sobre a rua dos Navegantes tinha uma renque de sacadas no primeiro andar, e outra de janellas de peito no segundo, excepto as duas ultimas para a banda do Tejo, que eram sacadas unidas por uma larga varanda. Atraz, corria na altura do primeiro andar um lindissimo terraço com escadarias de pedra sobre o jardim e quintalão, chamado *quinta,* bellissima peça cheia de grandes arvores, e que tinha entrada para carroagens pelo becco do Outeiro na rua da Bella-Vista, e kiosque, ou mirante, sobre a Calçada Nova do Convento Novo.

O segundo andar, que não gosava da quinta, nem tinha terraço, possuia duas compensações magnificas: um esplendido salão de baile com tecto pintado por Pedro Alexandrino, representando o Parnaso, e além d'isto, lá no alto, um mirante envidraçado d'onde se descortinava..... quasi toda a peninsula iberica.

Attribui pouco acima a fundação d'esta celebre casa aos derradeiros annos do seculo XVIII. Fundei-me em que o Almanack de 1791 nos dá o Cavalheiro Nomis de Polon, Ministro da Sardenha em Lisboa, como então morador *aos Navegantes, defronte da rua direita de Buenos-Ayres;* indicação minuciosa, que só podia applicar-se áquelle palacio. E essa estada do Ministro Sardo ali, mostra-me que o proprietario preferiu alugar a sua nova edificação a habitar n'ella. A sua morada, conforme esclarece o respectivo Almanack, era na Junqueira n'esse mesmo anno de 1791, sendo Official da Secretaria de Estado dos Negocios Extrangeiros e da Guerra.

Em 1804 já o mesmo Sarmento, então Deputado Procurador da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro, se aproximava da sua bella casa, e morava na visinha rua direita de Buenos-Ayres (1).

Em 1813, sim, já o encontro habitando a sua casa da rua dos Navegantes, n.º 41 (2), e em 1810, 1814, 1818, 1819.

Consta-me que até fallecer, em 8 de Setembro de 1836, n'este palacio residiu, com pequenos intervallos, o proprietario, com sua mulher, D. Marianna Raymunda Ferreira da Silva

---

(1) Segundo se lê n'um edital da dita Companhia, publicado no Supplemento á *Gazeta de Lisboa*, n.º XLV, de 9 de Novembro de 1804.

(2) *Gazeta de Lisboa*, n.º 239 de 12 de Outubro de 1813.

*

Leitão, suas filhas, D. Augusta Cesaria Ferreira Sarmento, que veio a casar com José de Cupertino de Aguiar Ottolini, Conselheiro de Estado, D. Carlota Emilia Ferreira Sarmento, que pelo seu casamento veio a ser Viscondessa de Juromenha, e o meio-irmão d'estas senhoras, o sr. Alfredo de Sarmento.

Depois succedem-se, n'uma certa confusão de datas, varios inquelinos; a saber: o rico e sociavel negociante hespanhol D. Juan Cuello, a sr.ª Infanta D. Anna de Jesus Maria, o sr. J. Possidonio Narciso da Silva, Architecto da Casa Real, o Conde (depois Marquez) de Thomar, o Marquez de Niza, o negociante inglez John Fletcher, e não sei quem mais. Quando em Julho de 1852 ahi entrou Antonio Feliciano de Castilho, parece-me que não havia no segundo andar moradores. Ao sahir este inquelino em 1854, succedeu-lhe Manuel José Mendes associado com Valentim José da Silveira Lopes, donos ambos do «Collegio Artistico-Commercial»; depois, no 1.º semestre de 1862, seguiu-se Frederico Villar com o seu «Collegio Academico Lisbonense», até ao fim de 1864; depois o «Asylo de S. João»; e em 1869 ia ahi estabelecer-se o Consulado de Inglaterra, quando na madrugada de 20 de Janeiro um medonho incendio reduziu tudo a pó, cinza, e nada.

Os bens da familia Sarmento achavam-se ainda em parte por dividir. Indo estas ruinas á praça por ordem do Juiz para liquidação de partilhas do inventario, em 1 de Abril de 1889, foram (segundo oiço) arrematadas por alguem, que ahi projectava edificar não sei o quê (1).

Tornando a fallar no dominio directo dos terrenos, direi que D. Francisco de Sousa acima alludido o vendeu a João Vicente de Oliveira, cuja viuva o vendeu modernamente a João José Martins. Parte dos chãos onde eram as cocheiras do palacio, no alto da Calçada Nova do Convento Novo, comprou-a o mesmo Martins, que ahi fez varias casas de aluguel. Entre essas e as ruinas existe o predio n.º 68 a 70, que era antigamente o cartorio e livraria do Conselheiro Sarmento, e hoje é propriedade e habitação de seu filho e meu amigo, o sr. Alfredo de Sarmento, a quem devo muitas das indicações que ahi escrevi.

Ao entrar Castilho como habitante do mencionado segundo andar, achava-se no primeiro a viuva do Conselheiro Sarmento,

---

(1) Depois d'essa data ahi se edificou um palacio. Pertence a S. Ex.ª o sr. Conselheiro José Luciano de Castro, actual Presidente do Conselho de Ministros.

mãe d'este meu amigo acabado de citar, a sr.ª D. Anna de Ataide. S. Ex.ª tinha casado em segundas nupcias com Antonio José de Sousa e Almada, rapaz amabilissimo, creio que da Ilha da Madeira. Morreu tisico ha poucos annos.

*

Ahi o temos pois, o profugo da rua dos Douradores, installado n'essa morada cheia de sol e banhada de ar. Vamos a ver os trabalhosissimos dias que lhe Deus concedeu entre as amenidades de Buenos-Ayres.

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

(Cont. do n.º 9, pag. 578)

XXI

Matta — Antonio Lourenço da

Antonio Lourenço da Matta veio da India por terra, no anno de 1613, trazendo em sua companhia um mouro enviado por el-rei de Ormuz. Veio na mesma caravanna um Gilberto da Costa com outro mouro. Esta especie de embaixada trazia incumbencia, tanto por parte do rei de Ormuz como por parte do guazil, de apresentar certas pretenções; requerimentos de honras e mercês. O nosso monarcha, que o era então das Hespanhas, despachou conforme entendeu, mas escreveu confidencialmente ao viso-rei da India, que n'esse tempo era D. Jeronymo d'Azevedo, patenteando-lhe a inconveniencia de se permittirem similhantes embaixadas e recommendando-lhe que obstasse a ellas, prudentemente, por todos os meios ao seu alcance. Eis a interessante carta:

«Viso-rey amigo, eu el-rey vos envio muito saudar. Antonio Lourenço da Matta, que veiu por terra em companhia de hum mouro que el-rey de Ormuz mandou a mi, e Gilberto da Costa, homem que morreu nesta cidade, e veiu com outro por parte do guazil, em que me pediam honras e mercês para elles; e posto que lhe mandei responder com as que houve por meu serviço, comtudo, considerados os inconvenientes que se seguem a elle de semelhantes missoẽs, e que d'aqui em deante tomaraõ outros motivo de quererem mandar outros portuguezes e mouros a seus negocios e pretensoẽs, o que naõ convem em nenhũa maneira, antes se deve atalhar com remedio efficaz e com todo o segredo devido, de maneira que naõ possam entender que eu lhes mando atalhar este meio, pela desconfiança e escandalo que pode haver n'esta gente; vos encommendo muito e mando que, dando a ordem que n'isto vos parecer mais conveniente, naõ consintaes em casos semelhantes virem a mi com estas embaixadas e negocios; e offerecendo-se alguns, requereraõ ante vós e os mais viso-reys ou governadores que ao deante succederem, para lhes darem o despacho que parecer, conforme suas pretensoẽs, e sendo de qualidade de que devo ser avisado, se fará nas vias, ou pelo modo que for mais conveniente; e assi

o advertireis logo com segredo ao capitaõ da fortaleza de Ormuz que ora servir, e se dará por instrucçaõ aos mais que succederem, e o mesmo se fará com os mais capitaẽs das fortalezas da India, encarregando-lhes que vos remettam semelhantes requerimentos, para dardes n'elles a ordem que por esta vos avizo, sem que possam dar licença por nenhum caso, para virem a mi semelhantes embaixadas; porque de fazerem o contrario me haverei por mal servido d'aquelle que o fizer, e mandarei proceder contra elle como fôr meu serviço. Escripta em Lisboa a 20 de março de 614.—O Bispo dom Pedro.—O Conde Almirante» (1).

N'uma longa carta, escripta seis dias anteriormente (14 de março), expõe el-rei minuciosamente a D. Jeronymo d'Azevedo, os motivos da embaixada de Ormuz. Destacaremos o periodo que mais directamente diz respeito ao principal mensageiro d'esta embaixada:

«Antonio Lourenço da Matta, que veiu a mim enviado por o dito rey de Ormuz, e Mulla Gemal, procurador do guazil do mesmo reino, me offereceram hum apontamento assinado por ambos, em que dizem que para haver conformidade entre o dito rey e guazil, e para bem do reino e quietaçaõ dos vassallos delle será conveniente mandar ou ordenar em Ormuz hum conselho de Estado, e que se guarde nelle a ordem que se tem em meus conselhos, enviando para isso instrucçaõ, no qual conselho se tratem todas as cousas tocantes ao mesmo reino, e assistam o guazil por presidente, e Raistael, primo del-rey e do guazil, que tem bom entendimento e he de edade de 45 annos, e o thesoureiro del-rey, o vigairo da sé e o mesmo Antonio Lourenço da Matta, e o dito Mulla Gemal por secretario e hum lingua, que se achar mais capaz para poder servir, escolhendo-o o mesmo conselho; mandando que os capitaẽs da fortaleza, ouvidores e védores de minha fazenda, se naõ possam nunca intrometter nelle, nem chamar a nenhum dos ditos particularmente, salvo forem todos em conformidade tratar o que for do meu serviço, nem nenhum delles possa ser preso, sem primeiro ser convencido ou consultado; sobre que se me representou, que as necessidades daquelle reino saõ grandes e cada dia se vaõ perdendo muitas cousas delle, por se naõ poder acudir a nada, nem terem donde se tire dinheiro para isso, chegando por esse respeito os reys a tyrannisarem os vassallos e mercadores, o que he grande damno a meu serviço e fazenda, nascendo tambem d'ahi querer o dito rey a fazenda do guazil, e pedir que se lhe deem de minha fazenda cinco mil cruzados, que me pede, naõ sendo até agora mais que governador, e muito entregue a sua mulher, que inquietou sempre a todos os irmaõs com que foi casada, e por trazer intento de fazer rey seu filho, tratar do remedio do reino menos que todos os reys passados, alem da pouca capacidade que se entende ter; pelo que seria remedio mui sufficiente fazer-se a dita junta onde se tratem as cousas do governo, guerra e fazenda, daquelle reino, arrendando-se nella a fazenda ás pagas ordinarias, e naõ de antemaõ; e que devem entrar na dita junta os ditos guazil por presidente, Raistael e o vigairo da vara e o da egreja, de que ha boa informaçaõ, e todos quatro fazerem huma pessoa que sirva de secretario, e do que nella se assentar se dê conta ao rey, para passar os formoẽs necessarios; e se

(1) *Documentos remettidos da India ou Livros dos Monções*, tomo III, pag. 153.

naõ possaõ meus ministros intrometter na dita junta, nem fallar a cada hũa das pessoas que nella entrar em particular, senaõ quando todos lhe derem conta das cousas, conservando-se esta junta para sempre, naõ mandando em outra cousa; e sobretudo me pareceu dever-vos remetter esta materia, e encommendarvos (como faço) que, ouvindo n'ella ao dito rey de Ormuz, resolvaes o que tiverdes por mais conveniente, e me aviseis de tudo o que se fizer» (1).

Apezar da côrte não se mostrar satisfeita com missões da natureza da que Antonio Lourenço da Matta desempenhou por parte do rei de Ormuz, é certo que el-rei o premiou não só por este serviço, mas por outros que durante dez annos fizera na India no exercicio das armas.

As mercês foram: o cargo de corretor mór de Ormuz e a capitania de uma companhia de infanteria da mesma fortaleza. Devia embarcar-se para a India no anno de 1616, o que assim fez, mas arribou na nau Nossa Senhora do Cabo. Para que as mercês tivessem effeito deveria embarcar-se na armada de 1617.

Damos em seguida a carta que o nomeia corretor mór de Ormuz, julgando desnecessario reproduzir, por identica, a que se refere á capitania de uma companhia de infanteria. Pelo mesmo motivo publicamos sómente a postilla que se refere á primeira.

«Dom Fillipe etc. fasso a saber aos que esta minha carta virem que auendo respeto aos serviços que Antonio Lourenço da Mata, caualleiro fidalgo de minha caza, me tem feito nas partes da Imdia na conquista de Seillam por espasso de des annos, servimdo de soldado e de capitam te o ano de seis semtos treze, em que ueo a este reino por terra com cartas pera mim do rei dUrmus e capitam daquella fortalleza, e a emtressesom que por elle me fes o dito rei de Urmus, ei por bem e me pras de faser mersse ao dito Antonio Lourenso da Mata do cargo de corretor mor de Vrmus por tempo de tres anos na vagante dos prouidos antes de catorze de marso do anno de seissemtos e quatorze, em que lhe fis esta merse, allem da capitania de uma companhia de imfamtaria da dita fortaleza de Vrmus, de que tambem lhe fis merse pellos mesmos respetos de que lhe tambem passou patente, sem embarguo do regimento que a (*ha*) na India que defemde que quem for prouido de vm cargo o nom possa ser de outro, e avera efeito esta merse do propio tempo posto que vihesse de Vrmus por terra a este reino sem lissemsa do Vizo rei daquelle estado, sem embargo da prouizam que he passada sobriso em contrario de coais quer leis, istrossois, regimemtos e semtemças que seijam dadas amtre partes em semelhamtes cassos, por que por este hei por reuogadas, e de se nam embarcar pera Imdia ate gora nem tirar portaria deste despacho dentro no tempo, com decrarasam que pera aver efeito se embarcara nas naos deste anno prezemte de seis semtos e dezaseis, de outra maneira naõ,

(1) *Documentos remettidos da India ou Livros das Monções*, tomo III, pag. 139.

com o coal cargo nam auera hordenado algum a custa da minha fazenda somemte os prois, percalssos que lhe deretamente pertemserem, pello que mando ao meu Vizo rei ou gouernador das partes da Imdia, que ora sam e ao diamte forem, e aos ueadores de minha fazenda em ellas, que, tamto que o dito Antonio Lourenso da Mata pella dita maneira couber emtrar no dito cargo, lhe dem a posse delle e lho deixem seruir e auer os prois e precalssos, como dito é, sem duuida nem embargo algum, e elle jurara em minha chancelaria aos samtos avamgelhos que bem e verdadeiramente o sirua, guardamdo em tudo o meu seruiso e as partes seu direito, de que se fara asemto nas costas desta carta, que sera registada nos liuros da cassa da Imdia da data della a coatro mezes permeiros segintes. Gomçalo Pinto de Freitas a fes em Lixboa a xbiij dias de marsso do anno de mil e seis semtos e xbj. Diogo Soares a fez escreuer» (1).

«Hey pro bem que esta carta patente pre que fis merce a Amtonyo Lourenço da Mata do cargo de coretor mor de Ormuz se cumpra e aya efeyto a merce nella declarada pelo mesmo tempo e yntrancia, posto que o dito Antonyo Lourenço naõ fose a Yndia nas naos do ano pasado pro quanto se embracou pera as ditas partes o dito ano na nao Nosa Senhora do Cabo, em que aribou a este Reyno, com declaraçaõ que se embarcará para as ditas partes nas naos deste presente ano de seis cemtos e dozasete pera esta merce aver efeyto, he esta postila se comprira como se nela contem e valera como carta, posto que seu efeyto aya de durar mais de hum ano sem embargo da ordenaçaõ do 2º liuro titolo 40 em contrayro. Gomçalo Pimto de Freytas a fez em Lixboa a dezaseis de feuereyro de seis cemtos dozasete. Diogo Soares a fes escrever» (2).

Segue outra identica para a carta da Companhia.

XXII

Mello de Sampaio — Diogo de

Fez a viagem da India com Pedro Teixeira e com João Pinto. *Vide* Viagem de Pedro Teixeira, nas suas *Relaciones,* pagg. 79, 115, 129, 137, 153 e 200.

XXIII

Orta Rebello — Nicolau de

Sob o nome de Nicolau de Orta insere Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana,* o seguinte artigo:

«Natural do lugar de S. Antonio do Tojal, distante duas

---

(1) D. Filipe II, *Doações*, liv. 31, fl. 213. A carta relativa á capitania acha-se registada no liv. 34, fl. 141 verso.

(2) D. Filipe II, *Doações*, liv. 34, fl. 210.

leguas de Lisboa. Deixando a patria navegou para a India Oriental, donde se restituhio passados alguns annos ao Reino. Escreveu:

Caminho que fez da India para Portugal. Comprehende 26 capitulos, e no ultimo affirma ter venerado na cidade de Marselha a cabeça de S. Maria Magdalena. Conservava-se Ms. na selecta Livraria de meu irmão D. Jozé Barbosa, Clerigo Regular e Chronista da Serenissima Casa de Bragança.»

Este manuscripto, talvez o proprio exemplar citado, existe ainda e conserva-se na Bibliotheca Nacional de Lisboa. A obra, sem frontispicio, está incompleta, pois principia no capitulo x, faltando-lhe, portanto, os nove primeiros. Tudo nos leva a suppôr que esta falta fosse já do tempo de Barbosa e custa a crer como elle não apontasse esta circumstancia, aliás importante, assim como omittisse outros pormenores que se encontram no proprio manuscripto, como não tardaremos a indicar. Lacunas como esta e irregularidades não menos sensiveis são frequentes na *Bibliotheca* de Barbosa e só se podem attribuir ao estado da bibliographia n'aquella epocha, que não offerecia tão apurado criterio nem tinha tantas exigencias como hoje.

Na guarda do livro, em frente do capitulo x, se encontram duas notas interessantes, da primeira das quaes evidentemente colheu Barbosa a indicação da naturalidade do auctor. Ahi se refere que Nicolau da Orta, estando em Madrid, fôra mandado outra vez por terra á India, e que dera o livro da sua viagem a Pedro de Mendonça Furtado.

Na segunda ha referencia a uma viagem de exploração desde o Cabo da Boa Esperança e da aguada de Saldanha ao Cabo Negro. Cita-se brevemente n'esta nota: Belchior Rodrigues, esperto nas cousas do mar, o cartographo Teixeira e um padre, auctor de um novo astrolabio. Esta passagem nos indica quanto os portuguezes, nos fins do seculo XVI e principios do seculo XVII, se dedicavam aos problemas da navegação.

Reproduzimos aqui as duas notas textualmente, com todo o rigor ortographico.

«do caminho q̃ fes da India vĩdo por tera nicolao dorta naturall de sancto Ant° do tojar, o qual estando em madril o tornou sua mag.° a mãdar outra ves por tera a pouqos dias e este livro deu a P.° de mendoça furtado o ano de 607 ẽ 4 de dezenbro.»

«neste coreio nos veio fosẽ as duas caravelas a descobrir

des o cabo de boa esperança e daguada de saldanha ao cabo negro p.ª Angola que saõ trezentas e sincoẽta legoas, vai nelas estevaõ teixeira de masedo por capitaõ mor casado em goa e foi capitaõ danboino ẽ maluquo e em malaqua m.tas veses pª õde fora milhor ir q̃ p.ª qua naõ faltara pª o outro capitaõ e belchior Roĩz q̃ foi levar as cartas as naos a costa de gine e as achou por ser esperto nas cousas do mar vai o teixeira que fas as cartas e o creligo do novo estrolabio pª verẽ e debuxarem tudo.»

O manuscripto é em 4.º de 53 folhas numeradas pela frente: numeração moderna. A sua designação bibliothecnomica é B/3/17.

Damos agora a nota e os titulos dos capitulos:

Capitulo decimo de como nos partimos do bandel de Comoraõ e do que no caminho vimos ate chegaremos a cidade de Lara e do que nella vimos.

Capitulo II da cidade de Lara e de seu sitio.

Capitulo 12 de como nos partimos da cidade de Lara e do que passamos ate chegaremos a cidade de Xiras.

Capitulo XIII da cidade de Xiras e do tempo que nella estiuemos.

Capitulo 14 de como nos partimos da cidade de Xiras pª iremos a Veza e do q̃ passamos ate chegaremos a cidade de Romus que esta no caminho.

Cap. 15 da cidade de Romus e de como nos partimos della ate chegaremos a cidade do Oeza.

Capitulo 16 de como chegamos a cidade de Oeza e do tempo que nella estiuemos, e do citio e modo da terra.

Capitulo 17 de como nos partimos da cidade de Oeza e do tempo que gastamos ate chegarmos a cidade de Babilonia, a que os mouros chamaõ agora Bagadat, e do que neste caminho passamos.

Capitulo 18 da cidade de Babilonia a que os mouros chamaõ bagadate e do seu citio e de algũas antiguidades que nella vi e outras cousas.

Capitulo 19 de como nos partimos de Babilonia e do que vimos ate chegaremos ao rio Eufrates.

Capitolo 20 De como nos partimos do rio Eufrates, e do que pasamos até chegar a Ana.

Capitulo 21 do q̃ passamos ate chegar a hua pouoaçaõ por nome Terbe.

Capitulo 22 de como nos partimos desta aldea de Taibé até chegar a cidade de Alepo.

Capitulo 23 da cidade de Alepo e do modo e sitio della e o que nella passei.

Capitulo 24 de como me parti de Alepo ate chegar a Alexandreta e do mais q̃ no caminho nos socedeo.

Capitulo 25 de como nos partimos do porto de Alexandreta ate chegaremos a marcelha de franca e do que no caminho nos sucedeo.

Capitulo 26 da cidade de marselha de franca, e das reliquias que nella vi, e fui dahi ver a cabeça de S.ta Maria madalena ẽ a lapa aonde fez penitencia.

Até aqui é tudo agua de rosas, mas d'este ponto em deante começam de surgir difficuldades, algumas das quaes se nos afiguram insoluveis.

Exponhamos os factos e as duvidas que elles nos sugerem; desenredemos quanto possivel a meada, deixando aos mais habeis que nós o cuidado de a pôr a fio corrente.

Diogo Rangel Macedo e Albuquerque, tio de Pedro Norberto d'Aucourt e Padilha, escreveu a este uma carta que é uma especie de prefacio ás suas *Memorias historicas geographicas e politicas observadas de Pariz a Lisboa*.

Fallando na vantagem da publicação dos livros de viagens, cita em abono das suas opiniões diversos auctores portuguezes e entre elles Niculao de Horta Rabelo, de quem assevera: *deu ao prélo a viage que fez de Mosambique até Marselha*.

A carta de Diogo Rangel Macedo, que Innocencio se esqueceu de citar, tem a data de 19 de março de 1745 e a obra de seu sobrinho foi publicada no anno seguinte. O 3.º tomo da *Bibliotheca* de Barbosa Machado, onde trata de Nicolau da Orta, sahiu á luz da publicidade em 1752. Nenhum outro auctor, que saibamos, dá conta da existencia, pela impressão, do livro de Nicolau da Orta. Como é portanto que Diogo Rangel affirma similhante cousa, e de um modo tão positivo?

Se não houve manifesto engano, é mais um dos tantos mysterios da bibliographia portugueza.

Vamos agora aos documentos officiaes e vejamos quaes são os subsidios que nos offerecem.

Felizmente que elles não são escassos, sendo bastantes os pormenores que d'elles se colhem para a biographia do nosso viajante.

Nicolau da Orta não é figura para desdenhar, antes pelo

contrario, é uma existencia activa que merece ser arrancada da sombra em que tem jazido até agora.

Os fins do seculo XVI e o principio do seculo XVII têm sido considerados quasi desdenhosamente pelos nossos historiadores, e embora não se possa negar que vamos no pendor rapido do nosso dominio oriental é indubitavel todavia que o nosso heroismo ainda lança o seu relampaguear fulgurante digno de competir com os clarões da mais brilhante epopeia.

Desappareceram os vultos da estatura dos Gamas, dos Almeidas, dos Albuquerques e dos Castros, mas em compensação ainda surgem capitães da grandeza de D. Paulo de Lima, de Nuno Alvares Botelho e Antonio Telles de Menezes. Nicolau da Orta occupa um logar secundario, mas ajuda a compôr o quadro e se não tem uma feição epica, vê-se todavia que é um homem prestimoso, valente e serviçal, mostrando a sua energia e a sua variada aptidão, ora combatendo por mar e por terra, ora encarregando-se de missões de confiança em viagens arriscadas.

A vida de Nicolau da Orta não é rapida como um metoro, decorre trabalhosa e cortada de aventuras durante longos annos. Se lhe deram mercês, não as alcançou por favor, mas sim com justificado motivo. O manuscripto de D. José Barbosa lhe dá por patria o Tojal, um documento o designa por filho de Henrique da Orta. Devia ter costella de nobre, pois era fidalgo da Casa real. Casou com uma filha de Ruy Mendes Homem, egualmente cavalleiro fidalgo, e que tinha longa folha de serviços no estado da India, onde residiu por 18 annos, entregue ao exercicio das armas, tendo assistido á tomada das fortalezas de Onor e Bracellor e batalhado nas guerras de Damão. Por este motivo lhe foi feita mercê de uma viagem de Maluco, que só teria effeito se elle partisse no anno de 1591 para a India. No caso de não entrar n'ella poderia deixal-a em testamento a um filho ou filha, qual designasse. Effectivamente nomeou-a em Luisa (ou Lusia?) d'Oliveira, sua filha, a qual casou com Nicolau da Orta Rebello, a quem, por tal motivo, veio a caber a dita mercê. Esta lhe foi confirmada por carta de 30 de maio de 1602.

Nicolau da Orta parece não ter chegado nunca a entrar na posse d'esta viagem, e a razão principal é porque foi extincta. Em substituição d'ella foi-lhe concedida uma viagem de Goa a Moçambique, mas nem esta mesma chegou a gozar, porque ainda em 1645 lhe era permittido trespassal-a em um seu filho ou filha.

Esta a mercê que alcançou pelo casamento com Luisa

d'Oliveira: outras, porém, e bastantes, obteve por merecimento e serviços proprios.

Teve o cargo de escrivão pequeno da alfandega de Goa pelos feitos praticados na India até o anno de 1600, tendo-se achado então no cerco de Chaul e em outras occasiões de guerra. Foi tambem por terra á India em serviços d'el-rei, e lá voltou de novo, cumprindo a promessa de chegar em abril de 608. A 20 d'este mez se effectuou a chegada, o que demonstra o quanto elle era pratico e habil. Por esta circumstancia lhe foram concedidos mais tres annos do sobredicto cargo, perfazendo nove com os seis que já tinha. A respectiva carta é datada de 17 de março de 1613.

Teve tambem o cargo de juiz da alfandega de Diu, que lhe foi transferido para Goa. Na carta em que se lhe faz esta mercê, e que é de 25 de março de 1644, se menciona mais um serviço seu, qual o de se embarcar com 26 homens em um navio á sua custa e ir escoltar uma cafila, da qual os piratas levariam alguns navios, se elle, n'um recontro, os não batesse. Em carta de 27 de março do mesmo anno lhe era permittido testar o logar em filho ou filha.

Nicolau da Orta Rebello deixou effectivamente uma filha, D. Lucrecia de Rebello, a quem em 1672 se permittia que podesse testar o cargo de juiz da alfandega de Goa, que seu pae lhe legara em verba testamentaria.

Nicolau da Orta tinha um cunhado, irmão de sua mulher, João Homem, que morreu na India, onde esteve dous annos. Por seu fallecimento ficou-lhe a aução de seus serviços.

A biographia de D. Lucrecia de Rebello não deixa de offerecer tambem bastante interesse. Não menos de tres vezes se matrimoniou, sendo o primeiro marido o dr. Pedro Nogueira Coelho, desembargador da Relação de Goa, ouvidor geral do crime na mesma cidade, o qual, além d'isso, exercera commissões importantes, em Ceilão, em Cochim e nas fortalezas do norte. Tendo ido em 1634 a Moçambique e Rios de Cuama, na alçada que enviou o conde de Linhares, viso-rei da India, por se mostrar zeloso da justiça e da fazenda real, soffreu o castigo de quem punha o cumprimento da lei acima de todas as conveniencias e interesses pessoaes. Os delinquentes, auxiliados por cafres, atacaram-no em casa e com tres tiros de pelouro o puzeram ás portas da morte, que não tardou muito a vir. E não contentes com o matarem, ainda o roubaram. Execução completa!

D'este matrimonio ficaram dous filhos: Manuel e Paschoella. D. João IV, querendo premiar os serviços do integerrimo juiz,

por alvará de 10 de fevereiro de 1646, fez mercê, ao filho, da capitania da fortaleza de Mascate, impostas as duas condições seguintes: No caso de entrar a servir o cargo, daria a sua irmã oito mil xerafins para dote do seu casamento; no caso de fallecer, a serventia do logar caberia á pessoa que casasse com ella. Isto foi o que succedeu. Por carta de 23 de janeiro de 1681 foi dada a capitania da fortaleza de Chaul por tres annos a Manuel Furtado de Mendoça, que se havia casado com D. Paschoella de Rebello. Houve aqui uma substituição: como os arabes nos tinham tomado Mascate, em troca se deu Chaul.

D. Paschoella casou em segundas nupcias com D. João de Moura, e em terceiras com Ruy Lourenço de Tavora, a quem sobreviveu. Em 1669, já viuva d'este ultimo, foi-lhe dada a tença de trezentos xerafins na feitoria de Damão, além de outros tantos, que já recebia alli. Em 1672 ainda era viva, pois n'este anno lhe era permittido testar ou renunciar o cargo de juiz da alfandega, que lhe legara seu pae.

Tinhamos escripto esta noticia, quando sahiu a publico o valioso *Catalogo* da livraria de José Maria Nepomuceno, onde a pag. 298 e sob o n.º 2060, vem descripto um codice, que naturalmente chamou desde logo a nossa attenção e attrahiu a nossa curiosidade. Esse codice compõe-se de duas obras, egualmente valiosas, sendo a primeira um *Roteiro da navegação da India* e a segunda, começando no folio 23, a relação de Nicolau da Orta na sua integra, e sob o seguinte titulo em dez linhas:

«Roteiro da jornada que fez Niculao Dorta Rabello, natural de S. Ant.º do Toyal, termo desta cidade de Lisboa, partindo de Guoa na nao Sam Jacynto, e do que lhe aconteçeo na nao ate toquar a ilha de S. Lourenso, e de como se tornou a Guoa, e cometeo o caminho por terra, ate cheguar a cidade de Marcelha, e do que no caminho lhe aconteçeo».

Como dissemos, a relação está completa, e por conseguinte podemos tirar d'ella os titulos dos primeiros capitulos, que faltam no exemplar da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Capitulo primeiro de como partimos de Guoa, ate o dia de nossa perdiçaõ.

Capitulo 2.º como nos partimos de sam Lourenso e dos periguos em que viemos ate Bombaça.

Capitulo 3.º Em como chegamos a Bombassa, e do que assi pasamos, do modo e sinais da terra.

Capitulo 4.º de como nos partimos de Bombaça, e do que nos socedeo ate cheguarmos a Pate.

Capitulo 5º como cheguamos a ilha de Pate e do maís que nella passamos.

Capitullo sexto de como me parti da ilha de Pate ate cheguar a Sacatora.

Capitulo 7 como me parti da ilha de Sacatora e dos trabalhos e tromentos que padecemos ate cheguar a Ormus.

Capitulo octauo da ilha de Ormus e de suas particularidades e do tempo que nella estiue.

Capitulo 9 de como nos partimos da ilha de Ormus pera a terra firme de Persia que chamaõ Bandel de Comoraõ.

Transcrevemos agora o principio do 1.º capitulo, em que se declara qual foi a epocha e a fórma em que se intentou a viagem:

«Em ho Anno do Sõr de 1605, aos trinta de desembro, em o primeiro Anno que tomou posse do estado da India Dom Martin Afonso de Castro, partimos da terra de Goa duas naos S. Ihacynto, em que eu vinha, de que era capitaõ Pero da Silua, e Bras Telles na nao Betanea capitaõ mor....»

Por este primeiro capitulo se vê que Nicolau da Orta se embarcara na nau S. Jacinto para fazer a viagem por mar, mas que mudara de proposito, depois do naufragio que soffreu, resolvendo então aportar a Ormuz e d'ahi seguir por terra.

A circumstancia da relação pertencente a Nepomuceno estar em seguida, escripta por letra da mesma mão, a outra obra, demonstra-nos que não passa de uma copia, assim como o exemplar da Bibliotheca Nacional, que suppozemos ter pertencido a D. José Barbosa pela razão de muitos livros d'este bibliophilo terem passado para aquelle deposito.

Foi o nosso amigo Jeronymo Ferreira das Neves, que arrematou o exemplar de Nepomuceno, e que nos permittiu o seu exame.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Ensaios juridico-sociaes. I—*Da emphyteuse,* por MANOEL AUGUSTO GRANJO.

O reino de Chandrapur—Uma investigação archeologica, por ALEIXO CLEMENTE MESSIAS GOMES.

Alvorada, revista litteraria mensal. Porto.

Revista popular. Barcelona.

Industria e agricultura, quinzenario publicado pelo deposito de machinas agricolas e industriaes de ALFREDO FERREIRA DE FARIA. Porto.

Jornal horticolo-agricola, propriedade da real companhia horticolo-agricola portuense.

La naturaleza, revista decenal ilustrada. Madrid.

Tributo de saudade que á memoria do seu dedicado amigo dr. Francisco Antonio Rodrigues d'Azevedo paga o Visconde de Taveiro, pelo VISCONDE DE TAVEIRO.

Brinde aos senhores assignantes do Diario de Noticias—O despertar d'um sonho. Romance historico, por LOURENÇO CAYOLLA.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao INSTITUTO não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do INSTITUTO DE COIMBRA, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto,* a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero XI

M·DCCC·XCVII

Novembro

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO PRIMARIA, por *Eugenio de Castro Rodrigues*.. 649
ALLOCUÇÃO PROFERIDA Á BEIRA DA SEPULTURA DO DR. DAMASIO JACINTHO FRAGOSO, por *Bernardino Machado* 660
RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA, por *Charles Lepierre* 661
CATALOGO DO MUSEU ETNOGRAPHICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, por *Adolpho Frederico Moller* 674
ULYSSE, por *Philéas Lebesgue* 683
EXTASE, por *Eugenio de Castro* 685
SCINTILLAS, por *Filinto d'Almeida*..... 686
MEMORIAS DE CASTILHO, por *Julio de Castilho* 687
ANTONIO HOMEM, por *Antonio José Teixeira* 705
LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES (continuação) 709

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO PRIMARIA

A ESCHOLA CENTRAL N.º 1, DE LISBOA

I

Noticia historica

A creação d'esta eschola foi resolvida pela Camara Municipal de Lisboa, em sua sessão de 25 de abril de 1872, nove annos antes de se porem em execução as Leis de 2 de maio de 1878, relativas á instrucção primaria, e seis annos antes da sua promulgação.

Nasceu, portanto, perfeitamente municipal; e desde 23 de dezembro de 1875, data da sua inauguração, até outubro de 1881 existiu a par das antigas escholas regias e das demais escholas publicas de Lisboa, quasi orgulhosa da sua manifesta superioridade, e desvanecendo-se de ostentar sôbre a porta do seu modesto, mas elegante edificio, o padrão da nobre cidade de Lisboa, e o titulo de — Eschola Municipal n.º 1 —.

Deu logar áquella deliberação da Camara de Lisboa a recepção do seguinte officio: «Ill.mo e Ex.mo Sr. — Os cidadãos Antonio José Fernandes Guimarães e Justino José Fernandes offereceram a quantia de 2:500$000 réis para se construir na capital uma eschola de instrucção primaria, composta de quatro aulas e com habitação para quatro professores. Este donativo, foi feito com as seguintes condições:

1.ª Que o governo daria outra igual quantia para aquelle fim;

2.ª Que o Municipio de Lisboa daria o terreno para a eschola e suas dependencias, assim como a quantia que faltasse, para a conclusão da obra;

3.ª Que, se a Camara de Lisboa não quizesse sujeitar-se á condição segunda no periodo de seis mezes, o donativo reverteria para o Municipio do Porto, com igual encargo.

O governo acceitou o offerecimento, e por esse facto se obrigou a concorrer com o subsidio indicado. Resta saber se a Camara de Lisboa está resolvida ao que lhe diz respeito.

Rogo, pois, a V. Ex.ª se digne dar conhecimento d'este officio á Camara Municipal de Lisboa, para que ella proceda como entender a bem dos interesses do concelho, na certeza de que, se acceitar o donativo, deverá apresentar com a necessaria brevidade as plantas, orçamentos, e mais documentos nos termos do capitulo 3.º das instrucções de 20 de julho de 1866, entendendo-se, quanto ao plano do edificio, com o commissario de estudos».

A Camara de Lisboa acceitou patrioticamente a doação d'aquelles dois benemeritos cidadãos, e encarregou de interferir no cumprimento dos encargos derivados d'essa resolução o vereador José Elias Garcia, engenheiro militar, lente da Eschola do Exercito, politico de ideias avançadas, e caracter de uma rara e inquebrantavel energia.

Em 28 de dezembro de 1874, José Elias Garcia participava á Camara a conclusão das obras da eschola, e propunha o modo de prover os quatro logares de professores, para o que apresentou um plano de concurso, que foi unanimemente approvado, e mandado publicar na folha official.

O governo central, não vendo com bons olhos a independencia com que a Camara de Lisboa procedia no provimento da sua eschola e desapprovando a fixação do vencimento dos professores em 300$000 réis annuaes, fez expedir em 13 do mez seguinte (janeiro de 1875) um officio, censurando-lhe o procedimento, e exigindo sôbre o caso explica-

ções que a Camara deu em officio de 11 de fevereiro d'esse mesmo anno (1).

O governo remetteu-se por então ao silencio, e a obra de José Elias Garcia proseguiu.

Effectuou-se o concurso, fez-se o provimento dos professores nos termos d'esse programma, e em 23 de dezembro de 1875 a Camara de Lisboa abria á infancia do municipio não só as portas d'esta sua eschola, mas tambem as de uma outra que denominou — Eschola Municipal n.º 2 —, e cuja creação tinha sido resolvida em sessão de 19 de março d'esse mesmo anno.

O programma de ensino, que, nos termos do compromisso tomado pela Camara, tinha de ser o da instrucção primaria, foi desde logo o que então se achava determinado nas leis especiaes, e comprehendia as materias do primeiro e segundo gráu d'aquella instrucção.

Mas, como a lei indicasse apenas muito succintamente as materias que constituiam esses dois gráus de ensino, José Elias Garcia tinha encarregado os professores nomeados para as duas escholas de organizarem e redigirem os programmas detalhados e elucidativos do methodo e ordem a seguir no ensino de cada uma d'essas materias.

Estes programmas, bem como os planos de horarios formulados por aquelles professores, haviam sido enviados para a secretaria do pelouro da instrucção, creada em sessão de 29 de março de 1875; e, tendo merecido a approvação do vereador, foram mandados seguir e fizeram parte das — Instrucções Provisorias —, pelas quaes as duas escholas se regeram nos primeiros tempos da sua existencia.

Os baldões, por que logo em principio foi passando a superintendencia e administração d'este ramo do serviço municipal, não permittiram que essas instrucções provisorias viessem a completar-se em regulamento definitivo, como era de esperar, se José Elias Garcia continuasse a gerir o pelouro da instrucção. Mas, poucos dias depois da abertura das duas escholas, n.ºs 1 e 2, a Camara de Lisboa, reconstituida na sua maioria e tendo por presidente o professor e jornalista Luiz d'Almeida e Albuquerque, em sessão de 4 de janeiro de 1876, retirou a José Elias Garcia o mandato de que elle se tinha desempenhado com verdadeiro interesse e dedicação,

---

(1) Vide Relatorio do Pelouro da Instrucção da Camara Municipal de Lisboa, desde a sua origem até fins de 1882, pelo vereador Theophilo Ferreira, pag. 25 e seguintes.

*

encarregando da gerencia do pelouro o vereador Joaquim Antonio d'Oliveira Namorado, politico conservador, e medico diplomado pela Eschola de Lisboa.

O regimen das escholas, postoque a secretaria do pelouro continuasse ainda a subsistir por algum tempo, foi então bastantemente modificado.

Por este mesmo tempo o governo, tendo de resolver ácerca do orçamento municipal submettido á sua approvação pela vereação transacta, eliminou a verba de 4:648$800 réis destinados ao custeio das despesas a fazer com a instrucção primaria e a secretaria do respectivo pelouro no anno economico de 1875 a 1876.

D'esta resolução teve a Camara conhecimento em sua sessão de 2 de março de 1876.

Em 20 do mesmo mez nomeou a Camara uma commissão composta do seu presidente, do vereador do pelouro da instrucção e de José Elias Garcia, encarregando-a de formular sôbre o caso uma representação, a que o governo respondeu com a Portaria de 8 de junho d'esse mesmo anno, negando auctorisação para a creação de tudo o mais que não fôsse a Eschola Municipal n.º 1, com tres professores, um continuo, e um guarda-portão (1).

Em consequencia d'esta portaria foi supprimida a secretaria do pelouro da instrucção, bem como a Eschola Municipal n.º 2, e reconstituiu-se a Eschola n.º 1, dispensando-se do serviço dois dos professores, que primeiramente tinham sido nomeados (sessão de 20 de junho de 1876) (2).

Tendo-se extraviado os primeiros trabalhos de organização escholar, feitos pelos professores das escholas n.ºs 1 e 2, e sendo necessario dar então ao regimen da eschola que ficava subsistindo, uma nova orientação que a suppressão da secretaria do pelouro tornava tambem inadiavel, fôram os professores que tinham ficado ao serviço da Camara, encarregados de formular os competentes regulamentos, programmas, horarios, modelos de escripturação, etc., etc.

Esses trabalhos, apresentados pelo vereador do pelouro em sessão de 17 de julho immediato, fôram remettidos a uma commissão, composta do presidente da Camara, de José Elias Garcia, e do vereador do pelouro da instrucção, para que ella désse sôbre esses trabalhos o seu parecer.

---

(1) Vide Relatorio já citado, pag. 52 e 63.
(2) Vide Relatorio já citado, pag. 64.

A dissolução da Camara, antes que esta commissão tivesse apresentado o parecer, deu logar a que tudo se extraviasse mais uma vez, e de modo que nunca mais houve d'isso noticias.

A eschola, porém, tinha começado desde logo a funccionar em conformidade com a organização proposta.

Assim a sua direcção technica, as attribuições do conselho escholar, as obrigações do pessoal, a organização da secretaria, a escripturação, etc., etc., tudo o que só dependia dos professores, foi immediatamente posto em execução, tal como nos projectos apresentados se estatuia.

Com respeito ao ensino, fôram os alumnos distribuidos por quatro classes, graduaes ou ascendentes, dando-se nas tres primeiras a instrucção primaria elementar, e na quarta a complementar.

O systema da distribuição do ensino por disciplinas, que já tinha sido ensaiado na eschola n.º 2, foi ainda o que então se adoptou para todas as classes; mas, findo o anno lectivo, foi elle posto de parte nas tres classes elementares, continuando, porém, a seguir-se na classe complementar, e com muito bom resultado.

Por conveniencia da distribuição do serviço pelos quatro professores, e para se poder organizar um horario que não désse mais tempo de trabalho a uns do que a outros, ficou tambem o ensino de desenho em toda a eschola a cargo de um só d'esses professores.

No anno lectivo seguinte, tendo-se tornado muito grande o numero de alumnos matriculados nas classes de instrucção elementar, e não havendo senão um na classe complementar, foi esta fechada, distribuindo-se o ensino elementar por quatro classes graduaes, ficando cada uma d'ellas a cargo de um dos professores, e cessando, por desnecessaria, a disposição que se adoptara no anno anterior com respeito ao ensino de desenho.

Em 1878, sendo novamente encarregado do pelouro da instrucção o vereador José Elias Garcia, restabeleceu-se a secretaria do pelouro, tal como fôra creada por esse mesmo vereador em 1875, e o regimen da eschola voltou a ser o que dispunham as *instrucções provisorias,* pelas quaes se havia regido essa instituição nos primeiros tempos da sua existencia.

Em sessão de 23 de setembro de 1878, tendo pedido a sua exoneração um dos professores da eschola, a Camara, por proposta fundamentada do vereador respectivo, nomeou pro-

visoriamente e a titulo de ensaio uma professora, que deveria ser incumbida de fazer o ensino na primeira classe — classe preliminar —.

Postoque a experiencia, no campo puramente pedagogico, nada tenha corroborado com relação a esse ensaio, aquella nomeação tornou-se mais tarde definitiva, e no primeiro regulamento que as escholas municipaes tiveram, elaborado em 1882 pelo vereador Theophilo Ferreira, estatuiu-se que as classes preliminares das escholas de rapazes poderiam ser regidas por senhoras, — systema que até hoje não deixou ainda de ser seguido pelos que têem vindo a interferir na administração e provimento d'essas escholas.

Em maio de 1879, o mesmo vereador José Elias Garcia, propoz, e a Camara approvou, a nomeação de um official do exercito, com o vencimento mensal de 25$000 réis, para dar na eschola n.º 1 o ensino da gymnastica e a instrucção militar.

Note-se que a Camara tinha já em sessão de 12 de março de 1877 auctorisado a creação de uma aula especial de gymnastica por proposta do vereador de então, Joaquim Antonio d'Oliveira Namorado, e que o dr. Luiz Leite Pereira Jardim (hoje conde de Valenças), tendo-se seguido a este cavalheiro no pelouro da instrucção, mandara construir durante a sua gerencia o gymnasio que actualmente existe n'esta eschola.

Em sessão de 17 de novembro do mesmo anno de 1879 foi approvada a abertura de um curso nocturno de instrucção primaria para individuos maiores de 12 annos, curso que até hoje se tem mantido, e que todos os annos é frequentado por um consideravel numero de alumnos.

Em março de 1881, foi por proposta do mesmo vereador José Elias Garcia nomeado o maestro Francisco de Freitas Gasul, com o vencimento de 15$000 réis mensaes, para fazer o ensino do canto choral.

E, assim, quando em outubro de 1881, se pozeram em execução as Leis de 2 de maio de 1878, e 11 de junho de 1881, o pessoal docente da Eschola Municipal n.º 1, compunha-se de: uma professora; tres professores ordinarios; um professor especial para o ensino da gymnastica, e outro para o ensino do canto choral.

O pessoal não ensinante compunha-se de um empregado especial encarregado do serviço da bibliotheca e do material escholar (nomeado em sessão de 4 de abril de 1881 com o vencimento mensal de 25$000 réis), um porteiro e um continuo.

De janeiro de 1882 em diante, a historia da Eschola Municipal n.º 1 é a historia de todas as demais escholas do municipio.

Assim, veiu a ter, como todas as outras, os seus professores especiaes de calligraphia e desenho; estabeleceu-se a caixa economica escholar, que a breve trecho se extinguiu; e equipou-se o batalhão escholar, que acaba de ser supprimido pelo Decreto de 6 de maio do corrente anno (1892).

Do que especialmente respeita á Eschola n.º 1, ha apenas a notar as alterações feitas no edificio, e que elevaram o numero de classes de quatro a seis, com logares para 314 alumnos, e a installação da primeira *bibliotheca municipal* na sala que era destinada á bibliotheca da eschola.

Da direcção especial do serviço das bibliothecas municipaes, creado pelo vereador Theophilo Ferreira, foi, pelo mesmo vereador, incumbido o encarregado da bibliotheca e material da Eschola n.º 1, que por isso deixou de fazer parte do pessoal d'esta eschola.

Mais tarde, em tempo do vereador Leça da Veiga, tendo aquelle serviço tomado maior importancia, foi a sua secretaria installada tambem na casa que era destinada á secretaria da eschola, e concedida licença ao chefe d'esse serviço para occupar uma das habitações destinadas aos professores da eschola.

Outra d'essas habitações foi tambem depois distrahida da sua primitiva destinação para varias applicações.

Do que tem sido o regimen geral d'estas escholas de 1882 até hoje, póde fezer-se perfeita ideia lendo os regulamentos feitos pelos vereadores Theophilo Ferreira, Leça da Veiga e Mattoso dos Santos, regulamentos que se acham impressos, e que acompanham esta breve noticia historica.

O Decreto de 6 de maio ultimo, tirando ás Camaras Municipaes do paiz a ingerencia que no ensino primario lhe conferia o Codigo Administrativo de 1878, as Leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1881, veiu invalidar todos estes regulamentos, e contém disposições, que forçosamente hão de modificar muitissimo este ramo do serviço publico no municipio de Lisboa.

II

Edificio, mobilia e material escholar

O edificio compõe-se de tres partes: a eschola propriamente dita, o gymnasio e as casas de habitação para os professores.

A eschola é de um só pavimento, um pouco elevado acima do solo.

A sua planta foi subordinada á configuração do terreno, e apresenta por isso um typo que lhe é especial.

A parte do perimetro d'essa planta correspondente á parte anterior do edificio é constituida por tres linhas de fachada. A da principal, dando sobre um largo, tem 33^{m} de extensão e corre de NE. a SO. A da fachada lateral, que olha para o oeste, faz com a principal um angulo de 90 gráus e tem de extensão 33^{m}. A outra, que olha para leste, faz tambem com a principal um angulo de mais de 100 gráus, e tem de comprimento 19^{m}.

O perimetro da parte posterior fórma uma reintrancia constituida por tres linhas parallelas ás tres de fachada, e cujas respectivas distancias são 15^{m} para a que corresponde á fachada principal, 12^{m} para a de poente e 12^{m} para a de nascente.

As duas linhas que fecham o perimetro da planta, formam com as da fachada a que se ligam, a de leste um angulo de 90 gráus e a de oeste um de 84 gráus.

A distribuição obedeceu por seu turno á configuração geral da planta.

Assim as aulas, que são seis, estão dispostas de modo a darem todas sôbre a rua, para que possam ter bastante superficie illuminante. Cinco, têem uma capacidade de 200 a 229^{m3}, com uma superficie de pavimento de 48 a 54^{m2}, e mais de 5^{m} de pé direito, boa ventilação e bastante luz. A outra, nas mesmas condições d'esta, tem 321^{m3} de capacidade e mais de 65^{m2} de pavimento.

Pela parte posterior correspondendo á fachada principal fica uma ampla galeria, que serve de salão de espera, dá directamente accesso a duas aulas, e serve ao mesmo tempo de aula de canto choral.

Dois largos corredores que se abrem n'esta galeria, occupando tambem a parte posterior do edificio, e correspondendo cada um a uma das duas fachadas lateraes, dão accesso ás outras aulas.

No angulo sueste do edificio está installada a bibliotheca central, n'uma grande sala, que era destinada á bibliotheca escholar e a casa de sessões do conselho.

N'outra mais pequena que a antecedente, dando tambem sobre a fachada principal, e que era destinada a secretaria da eschola e casa de recepção, está hoje installada a secretaria do serviço das bibliothecas municipaes, serviço inteira-

mente independente do das escholas, e que o Decreto de 6 de maio de 1892, deixou ainda na Camara de Lisboa.

A' direita do vestibulo ha uma pequena casa, que era destinada a ante-camara da secretaria e a gabinete do porteiro, mas que actualmente, apesar da sua impropriedade, está servindo para tudo a que eram destinadas as duas.

Ao fundo do corredor do poente fica uma casa para banhos e lavatorio, assim como as retretes e urinoes, que dão tambem sôbre o pateo central.

Este pateo corresponde á reintrancia da planta, e tem ao norte as casas de habitação dos professores, que ligam com a eschola propriamente dita por um muro do lado do poente, e por um gradeamento do lado do nascente. O pateo é coberto em parte, e serve para logar de recreio aos alumnos nos intervallos das lições.

*

Em 1877 construiu-se um gymnasio, n'um terreno que fica por detraz das casas de habitação dos professores, e entre as construcções que dão para as ruas a que correspondem as fachadas lateraes da eschola. E' rectangular e tem vinte metros de comprimento e onze de largura. Está coberto por um telheiro, assente sobre elegantes columnas de ferro, aberto pela frente e pelos lados e encostando pela parte posterior (que é um dos lados menores) á parede que fecha o terreno da banda do poente.

O terreno em que elle está construido, é fechado ao norte por um muro que o separa da eschola de bombeiros, e pelo nascente por uma cortina com gradeamento que liga as casas de habitação dos professores com a fachada d'aquella eschola. N'esta cortina abre-se um grande portão.

Além d'esta entrada ha uma passagem de serviço da eschola para o gymnasio, praticada atravez das casas de habitação dos professores.

*

As casas de habitação dos professores são quatro, segundo as condições a que tinha de obedecer o plano do edificio, e occupam um pavilhão com dois pavimentos que corre de leste a este, com $26^{m},5$ de comprimento e 11^{m} de largura,

ficando a face de leste no alinhamento da rua, e dando as outras tres sobre o pateo coberto da eschola, o terreno em que está o gymnasio, e as casas da rua do lado do poente.

Compõe-se cada uma d'ellas de uma sala e dois quartos, uma casa de jantar, cosinha, retrete, ao todo seis compartimentos servidos por um corredor que occupa a parte central da casa.

A construcção é modesta e pouco ornamentada, mas o ar e a luz têem franca entranda por quarenta e duas largas janellas abertas em toda a volta do edificio.

A cada habitação pertence uma pequena parcella de um terreno para jardim, que fica na parte posterior das casas, e que antecede o pateo do gymnasio. Pertencem-lhe tambem dois pequenos vãos nos sotãos.

A habitação do pavimento superior e que fica do lado do poente, está desde 1884 occupada pelo actual chefe do serviço das bibliothecas municipaes.

A do pavimento inferior que lhe corresponde, foi tambem em 1884 distrahida da sua primitiva destinação e utilisada para vestuario e casa de armas do batalhão escholar, assim como para arrecadação, sala de sessões do conselho e passagem para o gymnasio.

No compartimento, que servia de sala, e que tem logar para vinte e quatro alumnos, funcciona hoje uma secção de uma das primeiras classes da eschola. Esta casa tem uma capacidade de 89^{m3} approximadamente e 23^{m2} de superficie de pavimento.

*

A mobilia escholar para os alumnos é a carteira com dois logares do typo Lenoir, construidas em mogno ou cedro. Para o professor, uma secretaria de mogno estreita e comprida, com grande numero de gavetas, e cadeira de braços com fundo de palhinha.

Em todas as classes ha um ou dois quadros pretos de ardosia muito bem construidos e assentes sobre solidos cavalletes de casquinha envernisada.

Os alumnos têem nas suas carteiras pequenas ardosias com caixilhos de madeira, de que se servem para os exercicios que tenham de fazer isoladamente.

Nas primeiras classes ha para os exercicios de calculo con-

tadores mechanicos de 100 espheras. As outras classes possuem caixas metricas e quadros de pesos e medidas para o ensino do systema metrico.

Para o ensino da leitura ha grandes quadros, uns adaptados ao methodo da soletração phonetica, outros ao methodo de João de Deus.

Ha, para o ensino de cousas nas differentes classes e para o de sciencias naturaes na classe complementar o museu Saffray em sete caixas, e o gabinete de physica (typo de 1000 francos) da casa Hachette & C.ª.

O ensino da geographia e da chorographia do paiz tem por material um jogo de espheras (armilar, terrestre e celeste) um planispherio de Levasseur, uma collecção completa de cartas geographicas, e os mappas mudos e fallantes de Portugal, bem como uma carta topographica da cidade de Lisboa.

O ensino especial do desenho possue as importantes collecções de estampas de Alphonse Justin Picard, e os indispensaveis modelos em gesso.

A cada alumno eram distribuidos gratuitamente todos os livros necessarios para o seu estudo. Esses livros eram indicados pelo Conselho escholar de entre os approvados pelo Conselho Superior de Instrucção publica, e podiam variar de um anno para o outro. A Camara de Lisboa fornecia além d'isso todos os preparos para exercicios de escripta e desenho.

Este fornecimento era feito por meio de requisições formuladas pelo regente da eschola e effectuado por uma repartição denominada — Deposito do Material Escholar —.

O Decreto de 6 de maio ultimo não supprimiu esta repartição. É, portanto, de esperar que o material escholar continue a ser ministrado ás escholas pelo governo, e que possa mesmo vir ainda a ser tão completo e perfeito como o exigem os progressos da sciencia pedagogica.

(Continúa).

EUGENIO DE CASTRO RODRIGUES,
director da eschola.

ALLOCUÇÃO PROFERIDA A' BEIRA DA SEPULTURA DO DR. DAMASIO JACINTHO FRAGOSO

MEUS SENHORES!

A nossa Universidade relembrará sempre com saudade o periodo da sua vida, em que um brilhante grupo de theologos, ao qual pertencia o dr. Damasio Jacintho Fragoso, animava o seu ensino com as mais prodigiosas audacias do talento. Distinctissimos pelo saber, apaixonavam-os sobretudo as scintillantes requestas da palavra; e era de vêr como, no ardôr das refregas, elles proprios sacudiam de si galhardamente a invulneravel auctoridade da sua erudição para melhor patentearem em toda a nudez a pujante musculatura das suas faculdades. Dialecticos admiraveis, tinham mais que ninguem a perspicacia, o engenho e o impeto combatente!

Succederam-se as gerações, outros nomes vieram illustrar já tambem os fastos nacionaes das sagradas lettras; mas nada pôde ainda empalidecer para o culto dos seus contemporaneos a fama d'essa phalange gloriosa. E o Instituto de Coimbra, fiel á sua grande memoria, deposita hoje sôbre a campa do seu ultimo representante um ramo d'immarcessiveis laureis.

Coimbra, 30 de novembro de 1897. BERNARDINO MACHADO.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMÁTICAS

RELATORIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE CHYMICA APPLICADA

QUE SE REALIZOU EM PARÍS DE 27 DE JULHO A 6 DE AGOSTO DE 1896

(Cont. do n.º 10, pag. 613)

LISTA DAS COMMUNICAÇÕES CUJA PUBLICAÇÃO SERÍA UTIL

1.º *Extracção total do assucar na canna e na beterraba sem producção de melaço.*
Communicação do sr. de Beaufret.

2.º *Novo processo de clarificação do sumo e melaço de canna (a frio), maior percentagem em assucar crystallisado.*
Communicação do sr. Lapeyrere.

3.º *Condições práticas da fermentação do sumo e melaço de cannas nos paises quentes.*
Communicação do sr. de Zévallos.

4.º *Novo processo de trabalho do milho nas fábricas de alcool.*
Communicação do sr. Murphy.

5.º *Dosagem das impurezas nos alcooes brutos e rectificados.*
Communicação do sr. Tavildaroff.

6.º *Separação e dosagem dos alcooes superiores, em presença das essências, nas bebidas alcóolicas.*
Relatório do sr. Tavildaroff.

7.º *Estudo dos fermentos do vinho e sua influencia sobre o aroma dos vinhos e aguardentes.*
Communicação do sr. Kayser.

8.º *Vinificação nos países quentes.*
Communicação dos srs. Kayser e Dugast.

9.º *Addição da água e de alcool nos vinhos* (mouillage et vinage).
Relatório do sr. Dugast.

10.º *Pasteurisação dos vinhos, cuidados indispensaveis antes e depois da pasteurisação.*
Relatório do sr. Malvezin.

11.º *Alcoometria ponderal.*
Communicação do sr. Barbet.

12.º *Processos chymicos para desinfectar as casas e apparelhos e instrumentos nas leitarias.*
Communicação do sr. Bordas.

13.º *Abastecimento das cidades em leite e manteiga por leitarias (vaccarias) centraes, cooperativas.*
Relatório do sr. Saillard.

14.º *Anályse do leite nas associações das leitarias.*
Relatório do sr. Friant.

15.º *Meios práticos para reconhecer os leites alterados.*
Communicação do sr. Dornic.

16.º *Anályse das farinhas-typos commerciaes.*
Relatório do sr. Arpin.

17.º *Composição immediata do gluten dos cereaes. Influéncia desta constituição sobre as qualidades das farinhas, sob o ponto de vista da panificação.*
Communicação do sr. Fleurent.

18.º *Planta e installação de uma estação agronómica.*
Relatório do sr. Saillard.

19.º *Determinação da assimilação relativa dos phosphatos.*
Communicação do sr. Grandeau.

20.º *Valor do phosphato «retrogrado».*
Communicação do sr. Joffre.

21.º *Dosagem do ácido phosphorico, soluvel na água e no citrato, nos superphosphatos.*
Relatório do sr. Aschmann.

22.º *Importáncia de um convénio internacional para estabelecer os méthodos analyticos applicados aos adubos.*
Communicação do sr. Wiley.

23.º *Influéncia exercida pelo trabalho do solo sobre as suas propriedades physicas e chymicas.*
Communicação do sr. P. P. Dehérain

24.º *Unificação dos méthodos de anályses das plantas.*
Communicação do sr. Joulie.

25.º *Anályse das forragens (feno e ferran) sob o ponto de vista do seu valor alimenticio.*
Relatório do sr. A. Charles Girard.

26.º *Pesquiza dos oleos vegetaes nas gorduras animaes.*
Communicação do sr. F. Jean.

27.º *Falsificações do azeite.*
Communicação do sr. Dupont.

28.º *Ensáio e anályse dos combustiveis.*
Communicação do sr. Matignon.

29.º *Dosagem do residuo secco e das cinzas nos liquidos physiológicos e pathológicos do organismo humano.*
Relatório do sr. Georges.

30.º *Caracteres de pureza e caracteres analyticos dos novos productos empregados na medicina.*
Relatório do sr. Trillat.

31.º *Vulgarisação do ensino da chymica applicada á alimentação.*
Communicação do sr. de Brévans.

32.º *Unificação dos méthodos de anályses dos vinhos, vinagres e alcooes.*
Relatório do sr. Leroy.

33.º *O ácido sulfuroso e os sulfitos nos vinhos,*
Communicação do sr. Chuard.

DOCUMENTOS

SUR LES VINS DE MADÈRE

Communicação do ex.mo sr. Ferreira da Silva
lente da Academia Polytechnica do Porto

Malgré la réputation dont jouissent les vins de Madère on ne trouve dans les ouvrages spéciaux de viniculture que quelques données éparses sur ces vins, données qui n'ont généralement trait qu'à la force alcoolique. M. J. Boussingault à l'occasion de l'Exposition Universelle de 1878 a fait de très nombreuses analyses sur les vins exposés par toutes les nations.

Malheureusement il n'a eu que trois échantillons de vins de Madère à sa disposition, dans lesquels il a déterminé la densité, la force alcoolique, l'acidité totale, la crême de tartre, le glucose, le tannin, l'extrait sec, la glycérine, l'acide succinique, les cendres et l'alcali des cendres.

Les moyennes des résultats obtenus sont: pour la densité 0,993; pour l'alcool 15,66 pour cent; pour l'extrait sec 36,2 par litre; pour l'acidité totale 4,151; pour le tannin 0,500; pour le sucre réducteur 0,500 (1).

Dans leur traité sur les vins MM. Thudicum et Dupré donnent quelques intéressants renseignements sur les vins de Madère, le mode de culture, la vendange et la vinification et décrivent quelques unes des variétés de ces vins, mais il ne fournissent pas de données sur leur composition (2).

---

(1) Bulletin du ministère de l'agriculture. Documents officiels, statistiques, rapports, etc., 2e année 1883, p. 507.

(2) Thudicum (J. L. W.) A treatise on the origin, nature and varieties of wine. London and New-York, 1872, p. 691-695.

La même remarque peut se faire au sujet du rapport de M. Vizerelli sur les vins présentés à l'exposition de Vienne, où il est faite une courte allusion à ces vins renommés (1).

Du reste quelques indications être doivent rectifiées.

M. Ferreira Lapa, le regretté professeur et directeur de l'Institut agronomique de Lisbonne a fait l'analyse des vins de Madère présentés a l'Exposition agricole de Lisbonne de 1884. Ces recherches ont été faites sur 16 échantillons de vins (2). M. Ferreira Lapa fait remarquer que le nombre d'exposants était assez restreint et que quelques maisons très anciennes et très renommées n'étaient pas représentées. Il donne les moyennes suivantes:

VINS DE MADÈRE

	Densité	Alcool	PAR LITRE DE VIN			
			Extrait sec	Sucre réducteur	Acidité totale	Tannin
Camaras de Lobos ..	0,9871	20,750	32,25	7,90	4,95	–
Funchal	0,9996	17,944	50,95	27,60	4,38	1,10

Il ajoute qu'il y a dans l'arrondissement (districto) de Funchal trois types de vins: le type généreux, alcoolique, le vin vraiment noble et renommé, dans le monde entier, qui est le vin d'exportation; le type léger, frais, acidule, fin et aromatique, et le type vulgaire plus ou moins agréable au goût; ces deux derniers types sont des vins de consommation.

Le vin le plus naturel est le second; le vin généreux est la plupart du temps, le précédent qui a été élevé à un plus grand degré de viscosité et de noblesse par l'addition de vin

(1) Vizetelli (Eurico) I vini del mundo examinati e classificati; versione d'all inglez e con note giunte e commenti di G. Straffarello. Torino, 1892, p. 190-192.

(2) Relatório da análise dos vinhos apresentados na exposição agrícola de Lisboa de 1884.

mûté, d'eau de vie de vin et par les soins scrupuleux du traitement auquel il est soumis.

Les principaux cépages à Madère sont: le Boal, le Sercial, le Verdelho (lacerta agilis), le Malvasia, la Tinta, le Muscatel, l'Alicante, le Listrão, le Carão de Moca et Peringo. Dans ces dernières annécs la culture de cépages américains résistants au phylloxéra a pris du développement dans l'île, malgré la répugnance des petits cultivateurs. Les cépages qui s'y sont le mieux développés sont le Jacquez, la Riparia, le York-Madère, le Taylor, le Solonis et Herbemont.

Dans tout le *concelho* de l'arrondissement de Madère dont le sol est essentiellement volcanique on produit du vin.

Le centre qui en produit le plus et dont la qualité est la meilleure est Camara de Lobos; puis viennent Funchal, Calheta et Porto Santo et enfin Santa Cruz, Machico, Santa Anna, Porto Moniz et S. Vicente (1).

La production et l'exportation en 1890–1891 a été:

	Production — Hectolitres	Exportation — Hectolitres
1890.....	21.900	21.875
1891.....	16.290	24.749

On voit donc que la production en ces dernières années se maintient entre 3.000 à 4.100 pipes (de 534 litres). C'est le quart ou le cinquième de la production avant 1832 c'est-à-dire avant l'apparition de l'oïdium qui a beaucoup ravagé les vignobles de l'île.

A l'occasion de l'Exposition insulaire et coloniale portugaise quia eu lieu au *Palacio de Crystal* de cette ville j'ai eu l'occasion d'examiner les 60 échantillons de vins présentés à l'exposition.

Ces vins ont été soumis à l'analyse chimique dans laquelle on s'est borné, faute de temps, à déterminer la densité, l'alcool, l'extrait sec, le tannin, le sucre réducteur, l'acidité totale, exprimée en acide sulfurique, les cendres.

M. le vicomte Villar d'Allen, œnologue très distingué a

---

(1) Ces renseignements sont extraits du Rapport du 31 mai 1892 au directeur général de l'Agriculture par l'agronome-chef Manuel Lopes de Almeida (Bulletin de la direction générale de l'Agriculture, tome IV, 1892, pp. 1150 a 1157.

complété les indications de l'analyse chimique en établissant la valeur du vin au point de vue de la dégustation. Il a pour ce but divisé les vins exposé en cinq classes:

	Valeur de la dégustation	Qualité
1re classe.....	16 à 17	Excellente.
2e »	12 à 15	Très bonne.
3e »	8 à 11	Bonne.
4e »	5 à 7	Médiocre.
5e »	0 à 4	Mauvaise.

Dans les tableaux suivants nous donnons les résultats de nos analyses en distribuant les échantillons d'accord avec la valeur de la dégustation. On voit que dans la collection exposée étaient représentés les vins des principaux cépages de Madère: le Boal, le Sercial, le Verdelho, le Malvasia et le Moscatel.

Les vins de la première classe étaient remarquables par leur arome particulier et agréable, par leur goût suave et moelleux, par la vinosité; ils étaient riches en corps, en parfum et en sève.

Parmi ces vins nous devons faire une mention spéciale des vins de MM. Placido & Irmão qui avaient obtenu un premier prix à l'Exposition des vins portugais à Berlin en 1888 où ils se sont fait remarquer par leur grande finesse; des vins très rares et remarquables par leur âge de 1818, 1820 et 1825 de MM. Luiz da Silva Vianna, José da Silva e A. P. Cunha et d'un échantillon de vin de Roda, de MM. Power, Drury & C.e, c'est-à-dire du vin auquel on a fait faire un voyage aux Indes orientales et occidentales pour bien le mûrir et corriger son âpreté naturelle.

Des tableaux de l'analyse on déduit les moyennes relatives à la composition des vins de Madère à savoir:

1° La force alcoolique moyenne des vins de Madère est 30 pour cent avec un maximum de 23,30 et un minimum de 16,60.

2° En examinant les extraits obtenus on voit que la moyenne est 78.

3° En retranchant de l'extrait sec tout le sucre réducteur qui a échappé à la fermentation, ou qui a été additionné (ce qui est vulgaire dans la préparation de ces vins) la moyenne des extraits est de 30 comprise entre un maximum de 82 et un minimum de 15.

*

4° Le tannin, qui a été déterminé au moyen de l'acétate de zinc, entre en petite proportion, la moyenne est de 0,15 avec un maximum de 1,05 et un minimum de 0,07.

5° L'acidité totale de ces vins généreux est généralement élevée, la moyenne est 5 gr. par litre.

6° La somme *alcool-acide* a été trouvée au maximum 29; au minimum 20; en moyenne 25. Ces chiffres sont ici mentionnés pour mémoire et on ne peut les rapprocher de ceux qui ont été trouvé pour les vins communs.

7° Contrairement à une opinion généralement reçue (1) les vins de Madère ne sont pas secs; ils ont au contraire une quantité plus ou moins considérable de sucre non dédoublé.

8° Le tannin existe dans tous les échantillons et généralement en plus grande quantité dans le Verdelho que dans le Sercial.

---

(1) Thudicum, *op. cit.*, p. 693 et 694.

Numéros	Exposants	Marques	Récolte	Densité	Alcool en volume %	Extrait sec	Tannin	Sucre réducteur	Acidité totale en H^2SO^4	Cendres	Valeur de la dégustation
		1.ª classe — Excellents									
3955	A. P. Cunha.....	Reserva, secco	1820	1,0036	21,90	54,690	0,135	30,400	5,516	2,950	17
3957	»	Malvasia velho	1860	1,0453	17,30	185,700	0,110	103,100	4,645	2,345	17
3958	»	Boal Velho	1860	1,0189	19,90	112,500	0,110	61,500	5,298	2,807	17
3896	Antonio Georgi & C.ª..... ..	Madeira	1860	1,0266	18,90	132,700	0,140	120,000	5,008	3,770	17
3952	Antonio J. Vieira Pinto.....	Madeira Boal	1875	1,0055	21,70	81,760	0,160	41,560	5,516	2,760	16
3926	Antonio Joaquim de Freitas..	Reserva	1847	0,9998	21,28	61,875	0,130	26,500	4,499	2,930	17
3942	J. Theodoro Figueira.....	Madeira Reserva	1844	0,9996	22,50	66,325	0,135	36,400	5,080	3,570	17
3943	José da Silva.....	Velho Superior, Malvasia	1865	1,0193	18,90	109,825	0,195	84,120	4,536	3,080	16
3945	»	» Sercial	1818	1,0025	21,50	74,100	0,130	40,760	5,116	3,895	16
4002	Luiz da Silva Vianna.....	Madeira Sercial	1825	1,0016	21,00	121,500	0,100	40,800	5,189	3,140	17
4003	»	» Verdelho	1818	1,0046	21,40	140,500	0,085	50,000	5,262	3,560	17
3900	Placido, Irmãos.....	» WR	—	1,0024	22,00	71,725	0,080	42,500	5,842	4,960	17
3959	»	» reengarrafado R	—	0,9980	22,50	67,850	0,145	30,280	5,334	3,025	17
3889	Power, Drury & C.ª	» Malvasia	—	1,0220	18,30	111,625	0,172	80,950	4,209	3,540	17
3895	»	» Roda	1840	1,0052	21,40	83,560	0,145	44,320	5,189	3,570	17
3999	—	—	1840	1,0165	23,30	85,050	0,125	51,000	5,697	2,715	17
		2.ª classe — Très bons									
3956	A. P. Cunha.....	Sercial Velho	1860	0,9954	21,20	56,925	0,135	21,630	5,189	3,245	14
3953	Antonio J. Vieira Pinto	Velho Madeira Verdelho	1863	1,0042	21,30	80,575	0,145	48,180	5,298	2,890	15
3954	»	» Sercial	1875	0,9945	32,30	51,900	0,130	21,200	6,169	2,984	12
3925	Antonio Joaquim de Freitas..	Verdelho	1864	0,9995	21,20	63,175	0,160	35,920	4,209	2,312	14
3938	Gouveia & C.ª.....	Madeira Malvasia	1870	1,0364	18,70	150,300	0,120	121,400	3,696	2,225	15
3941	J. Theodoro Figueira	Superior	1872	1,0040	19,10	68,675	0,110	50,960	4,971	2,780	12
3948	Dr. Pitta.....	Madeira secco superior	—	1,0012	20,30	69,500	0,140	44,160	5,371	2,675	15
3951	»	» Sercial	—	0,9976	21,80	57,900	0,155	25,200	4,935	3,442	13
3950	»	» Superior	—	1,0084	19,00	80,600	0,140	46,800	4,753	1,955	12
3891	Placido, Irmãos.....	» M_3S	—	1,0086	19,80	80,050	0,110	52,750	5,080	3,855	15
3893	»	» C_2L	—	0,9989	20,60	55,900	0,125	35,100	4,681	3,605	15
3894	»	» C_1L	—	1,0056	20,20	73,425	0,140	44,300	4,971	3,425	15
3899	»	» Boal	—	1,0067	20,30	79,225	0,110	46,200	5,443	3,541	15
3888	»	» WW	—	1,0045	19,70	63,650	0,0985	48,570	4,790	3,075	14
3898	»	» W	—	0,9900	21,80	38,550	0,165	16,550	4,935	2,480	12
3892	Power, Drury & C.ª.....	» Boal	—	1,0115	21,07	91,875	0,1525	66,500	5,008	3,190	15

3.ª classe — Bons

3976	A. Pestana Santos.....	Superior da Madeira	—	1,0042	18,70	72,925	0,230	44,160	6,024	2,495	10
3977	»	Velho Madeira	—	1,0046	18,20	94,500	0,100	45.080	4,245	2,210	10
3921	Antonio Georgi & C.ª.....	Verdelho	1832	0,9945	19,30	41,875	0,140	26,500	4,101	2,530	9
3923	»	»	1850	1,0007	22,60	65,250	0,145	40.460	5,443	3,174	9
3924	»	Madeira	1891	0,9921	18,22	31,625	0,200	12,920	3,774	2,448	7
3932	Freitas Macedo.....	» Canteiro JF	1875	0,9982	18,16	49,700	0,100	25,900	4.354	2,975	10
3930	Francisco R. G. Silva.....	Velhos B	1879	1,0112	18,10	79,500	0,147	62.700	4.499	2,210	10
3934	Gouveia & C.ª.....	Madeira Sercial	—	1,0020	20,90	62,550	0.070	36,400	5,008	4,180	7
3940	J. Theodoro Figueira.....	Madeira Especialidade	1868	1,0142	19.50	94,600	0,125	60,000	4.620	2,790	9
4005	Luiz da Silva Figueira.....	Madeira W	1840	0,9946	20.50	50,550	0,120	24.700	4.899	3,012	11
4004	»	» SV	1875	1,0032	19,30	67,300	0,115	46,000	4,354	2,285	8
3975	Manuel da Costa Faria.....	Velho da Madeira D	—	1,0003	19,20	61,300	0,230	42,400	4,282	2,425	10
3974	»	» PV	—	1,0083	23,10	97,575	0,195	50,400	5,080	2,420	8
3949	Dr. Pitta.....	Madeira Boal	—	1,0058	19.30	75,900	0,125	50.000	4.954	2,717	10
3890	Placido, Irmãos.....	Sercial 20	—	0,9932	21,00	64,370	0,1025	21,700	4,971	3 025	9
3897	Power, Drury & C.ª.....	Madeira Sercial	1850	0,9987	22,60	67,525	0,105	30,500	5,407	3,897	11

4.ª classe — Passables

3922	Antonio Georgi & C.ª.....	Madeira	1892	1,0037	17,72	61.300	0,600	36 680	4,028	2,302	5
3931	Freitas Macedo & C.ª.....	» Boal	—	1,0064	20,70	73,200	0,077	51,100	5,116	2,845	5
3944	José da Silva.....	Velho Superior Moscatel	1872	1,0195	18.70	109,600	0,165	85,920	4.282	2,942	6
3973	Manuel da Costa Faria.....	» da Madeira W	—	0,9963	17,60	48,350	0,180	32,120	2,576	1,190	6

5.ª classe — Mauvais

3887	A. G. & C.ª.....	Verdelho	1889	0,9916	19,90	31.950	0,123	17,590	3,302	2,805	0
3927	A. J. de F.....	Madeira Pelourinho	—	0,9954	16,60	44,350	0,190	23,040	3,919	3,325	0
3933	F. & M.....	» Boal	—	1,0080	22.00	85,250	0,107	60,000	5,370	3,120	4
3928	Fr. R. G.....	Velho Madeira (tinto superior)	—	1,0062	16,60	66,350	1,050	44.160	3,629	2,834	0
3935	G. & C.ª.....	Madeira Boal	—	1,0306	19,00	137,800	0,150	115,900	4.391	2,090	2
3937	»	» Malvasia	—	1,0303	19,10	136,400	0,305	115,909	3,734	2,315	2
3936	»	Verdelho Madeira	—	1,0025	18,80	62,600	0.142	45.300	4,209	2,210	0
3939	J. T. F.....	Madeira	1890	1,0163	16,60	88,400	0,142	51,000	4,581	2,870	1
3901	P. D. & C.ª.....	» Natural	1882	0,9939	17,00	36,750	0,345	15,400	4,971	3,580	0
3929	—	Velho J	1880	0,9994	18,90	31,300	0,172	34,110	4 463	2,750	—

DOSAGE DE L'ACIDE PHOSPHORIQUE DANS LES EAUX POTABLES

Ayant eu à faire un grand nombre d'analyses d'eaux au point de vue de la potabilité, j'ai observé que les méthodes indiquées pour le dosage de l'acide phosphorique dans les eaux sont longues et peu pratiques.

On sait que le congrès de Bruxelles a fixé à $0^{mgr},5$ la quantité maximum d'anhydride phosphorique, par litre.

Tout chiffre supérieur indique probablement une contamination de l'eau par des matières fécales ou urinaires.

La méthode la plus recommandée est celle de la pesée du phosphomolybdate d'ammonium; remarquons tout d'abord que ce sel n'est pas entièrement insoluble dans l'eau, même en présence d'acide azotique; 100 grammes d'eau peuvent dissoudre, suivant les auteurs $0^{gr},02$ à $0^{gr},06$ de phosphomolybdate d'ammonium.

Pour fixer les idées, prenons un litre d'eau et supposons que le volume en ait été réduit pour le dosage à 50 centimètres cubes. Ces 50 centimètres cubes pourront maintenir en dissolution de 1 à 3 centigrammes de phosphomolybdate d'ammonium, c'est-à-dire une quantité de l'ordre des grandeurs de l'élément à doser. Il faudrait donc réduire encore plus le volume, ce qui n'est guère pratique pour les lavages subséquents du sel précipité.

Après un certain nombre d'expériences synthétiques, avec des quantités connues de phosphates, et sur lesquelles il serait trop long de m'étendre, j'ai vérifié les faits précédents. En outre, j'ai observé que la température de 40 à 50° recommandée pour ce dosage, soutenue pendant plusieurs jours, n'amène pas la précipitation des quantités de phosphomolybdate correspondant à moins de 10 milligrammes de P^2O^5 par litre. Les conditions de la précipitation étaient celles indiquées par MM. Villers et Borg (1).

Le procédé par pesée du phosphomolybdate ne saurait donc s'appliquer et j'ai alors songé au dosage colorimétrique. Tous les chimistes savent que le phosphomolybdate d'ammo-

---

(1) Villers et Borg, *Bull. Soc. Chim.* (Mémoires), 1893, p. 486.

nium dissous en présence d'$HAzO^3$ donne des solutions jaunes. Or, il résulte des expériences que j'ai faites: 1° qu'à température égale l'intensité colorante est exactement proportionnelle à la richesse du liquide en acide phosphorique (il en est au moins ainsi jusqu'à 30 milligrammes de P^2O^5 par litre). Le phénomène se traduit donc graphiquement par des *droites* (toutes autres conditions égales d'ailleurs: acidité, quantité de réactif molybdique).

2° Que la température influe d'une manière fort sensible sur l'intensité de la coloration des solutions de phosphomolybdate; cette intensité croît en fonction de la température; mais pour des températures comprises entre 10 et 30°, les courbes représentant l'augmentation d'intensité colorante en fonction de la température sont des *droites*.

La comparaison des intensités colorantes relatives était faite au colorimètre avec une gamme d'une solution de chromate de potassium comme type (voir les courbes fig. 1 et 2).

Il était, au préalable, nécessaire d'étudier les deux points que je viens d'indiquer, à savoir: influence de la richesse en acide phosphorique et influence de la température sur l'intensité de la couleur des solutions de phosphomolybdate; il ne restait plus alors qu'à appliquer ces données au dosage des phosphates dans les eaux.

Voici le *modus-operandi* auquel je me suis arrêté:

a) *Gamme jaune de phosphomolybdate d'ammonium renfermant des quantités connues d'acide phosphorique.* — Pour obtenir cette gamme, on suit une marche analogue à celle qui sert à établir la gamme de picrate d'ammonium employé dans le dosage des nitrates dans les eaux potables. On choisit des tubes ou flacons de 3 à 4 centimètres de largeur, en verre blanc, portant un trait de jauge à 50 centimètres et sensiblement de même diamètre. On pèse 75 milligrammes de sel de phosphore pur que l'on dissout en un litre d'eau distillée; le poids moléculaire de ce sel étant 209, on voit qu'il renferme presque exactement le tiers de son poids d'anhydride phosphorique; en effet:

$$2\,(PO^4HNaAzH^4 . 4\,H^2O) = 209 \times \quad 2 = 418$$

renferment P^2O^5, soit 142

$$142 : 418 :: 1 : x; \quad x = 2{,}94$$

ou pratiquemment 3 pour d'aussi petites doses.

Les 75 milligrammes équivalent à 25 milligrammes de P^2O^5 par litre. On ajoute dans chacun des flacons gradués des

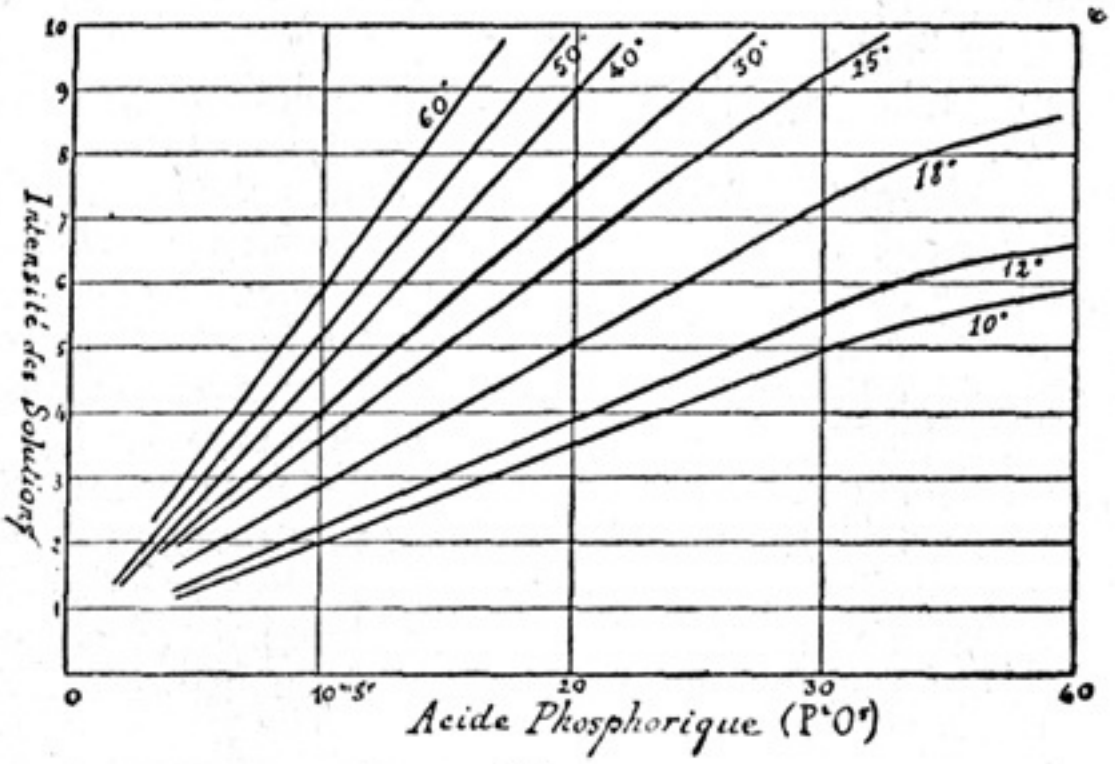


Fig. 1

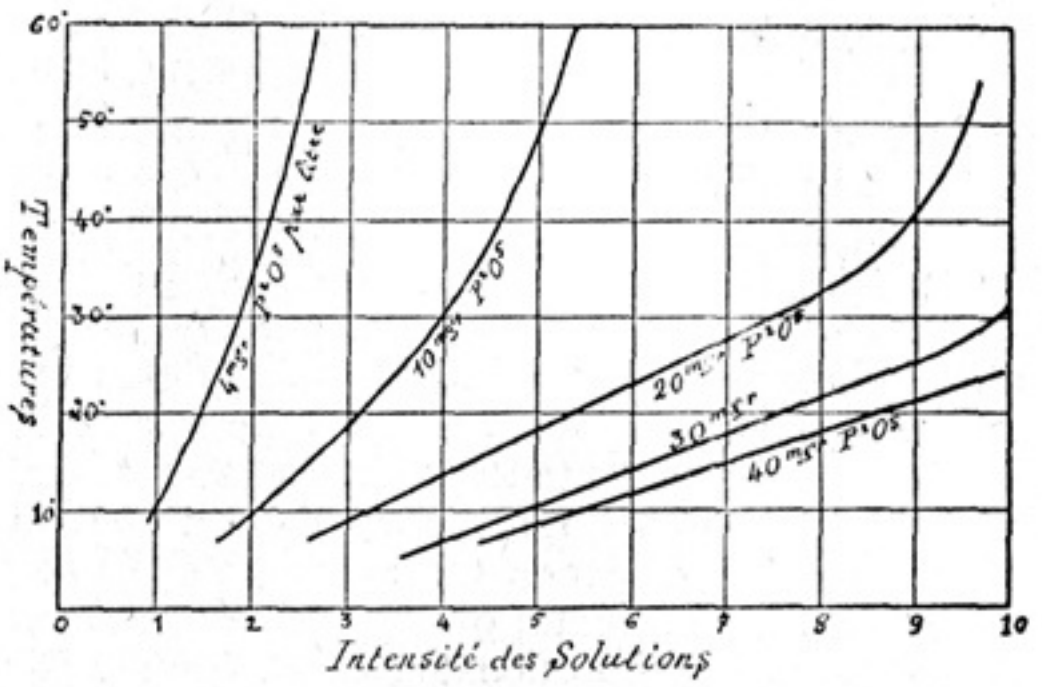


Fig. 2

volumes décroissants de cette solution et on ramène à 50 centimètres cubes avec de l'eau distillée; soit, par exemple:

Solution de phosphate:

50 40 30 20 16 12 8 4 2 1,6 1,2 0,8 0,4 0,2 0cc

correspondant à:

25 20 15 10 8 6 4 2 1 0,8 0,6 0,4 0,2 0,1 0mgr

On ajoute à chacun des tubes 2 centimètres cubes de molybdate d'ammonium; on agite et on obtient une gamme très nette; on paraffine les bouchons et on conserve à la température ordinaire.

Le molybdate que j'emploie est la solution des laboratoires (1).

En examinant l'échelle de tons ainsi obtenus, on n'y observe aucun précipité pendant deux ou trois mois; cependant, les termes les plus riches en acide phosphorique (jusqu'à 10 milligrammes) se troublent peu à peu et laissent déposer du phosphomolybdate. Ce n'est qu'un petit inconvénient pour le dosage de l'acide phosphorique dans les eaux, car on en trouve rarement d'aussi riches en phosphates et à la rigueur, il suffit de refaire ces deux ou trois tons au moment de l'emploi. La précipitation lente du phosphomolybdate s'explique en ce qu'on a atteint la limite de solubilité du phosphomolybdate, le temps détruisant peu à peu l'état de sursaturation des solutions.

Cette gamme jaune mise à l'étuve à 40°, pendant plusieurs jours, ne se trouble pas quoique la couleur en soit beaucoup plus accentuée qu'à froid (voir les courbes).

b) *Dosage dans les eaux.* — Evaporer un litre d'eau dans une capsule de platine; ajouter de l'acide azotique; chauffer suffisamment pour insolubiliser la silice. Reprendre par $HAzO^3$ étendu; évaporer de nouveau à sec pour éliminer quelques traces de silice; faire une solution azotique que l'on introduit dans un tube semblable à ceux de l'échelle, de manière à ce que le volume total avec les eaux de lavage soit de 50 centimètres cubes; ajouter 2 centimètres cubes de réactif molybdique et comparer à froid, après quelques minutes, avec les tons de la gamme précédente. On arrive ainsi à une grande précision et cela, je le répète, quelle que soit la température ambiante puisque la proportionalité existe comme je l'ai dit jusqu'à 30°.

Le procédé classique par pesée du phosphomolybdate n'est donc pas pratique dans le cas des eaux potables. La méthode indiquée dans l'*Agenda du Chimiste* et suivie, paraît-il, au

---

(1) Dissoudre 150 grammes de molybdate dans un litre d'eau, verser cette solution dans un litre d'acide azotique de densité 1,2. Si les réactifs sont purs, la solution est absolument incolore et se maintient telle.

Laboratoire municipal de Paris, n'est également pas suffisamment sensible.

c) *Causes d'erreurs.* — La cause d'erreur la plus importante est la présence de la silice qui donne, même à froid, des solutions jaunes de silico-molybdate d'ammonium.

Mais, dans le cas de la silice, le prénomène est plus complexe; les expériences que j'ai entreprises avec des solutions pures de silicate de sodium et de potassium m'ont montré que le ton jaune des solutions présente des variations: la réaction du molybdate sur le silicate est lente, alors qu'elle est instantanée dans le cas des phosphates.

Le ton jaune des mélanges renfermant de la silice n'apparaît que peu à peu; puis il atteint un maximum et diminue pendant plusieurs jours, grâce probablement à des phénomènes de dissociation des sels dissous qui tendent vers un certain équilibre.

En outre, à doses égales, la teinte des solutions de silicomolybdate est beaucoup plus accentuée que celle du phosphomolybdate. Il est donc indispensable d'éliminer complètement la silice dont la présence, on le voit, peut donner lieu à des causes d'erreurs.

En pratique, il est facile de vérifier si tout la silice a été éliminée, en comparant à différents moments, la couleur jaune obtenue avec les tons de la gamme: s'il s'agit de l'acide phosphorique seul, la vitesse de la réaction étant bien plus grande, le ton jaune atteint pour ainsi dire instantanément son maximum, et l'intensité de ce ton reste constante même pendant plusieurs mois.

Au contraire, si l'acide phosphorique est plus ou moins mélangé de silice, on observe, en comparant avec la gamme des phosphates, des différences dans l'intensité de la couleur après cinq minutes, une heure, etc.

Tel est le procédé qui, dans le cas spécial des eaux potables, m'a donné de bons résultats (1).

CHARLES LEPIERRE.

---

(1) Le fer existe en trop petite quantité pour avoir une influence nuisible.

CATALOGO DO MUSEU ETHNOGRAPHICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AFRICA

PROVINCIA DE CABO VERDE

UTENSILIOS DOMESTICOS

1 a 9. — Nove amostras de colchas de algodão brancas, todas com barras lavradas, cinco a branco e quatro a preto e branco, tecidas pelas indigenas da ilha de S. Nicolau.
Offerecidas por João Paes de Vasconcellos.

10. — Uma tigela de barro vermelho, fabricada pelos naturaes da ilha de Sanct'Iago.
Tem $0^m,29$ de abertura, e $0^m,12$ de altura.
Offerecida por José Coelho Serra em 1896.

PROVINCIA DA GUINÉ

VESTUARIO E OBJECTOS DE USO PESSOAL

11 a 14. — Quatro tangas tintas de preto, usadas pelos Bijagoz, que as fazem de folhas desfiadas de palmeira.
Têem $0^m,90$ de comprimento, e $0^m,48$ de largura.
Os fios são ligados em uma das extremidades por um entrançado de cordões feitos tambem de fios de folha de palmeira. Ao longo do entrançado correm pela parte superior os vivos de uma fita de baeta encarnada, cujas pontas servem para prender a tanga á cintura.
Duas fôram compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

15 a 18. — Quatro pares de sandalias, com 0^m,25 de comprimento, tres todas de coiro, e um de solas de madeira.

As correias têem desenhos gravados, e prendem por cima com um botão de panno revestido de coiro. São usadas e feitas pelos Mandingas.

Compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

19. — Um cachimbo com fornalha de barro e pipo de madeira, usado pelos Jalofos.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

20 a 23. — Quatro bolsas de coiro, de 12 por 13 centimetros, approximadamente eguaes, em fórma de ferradura e com duas azelhas para se suspenderem.

Cada bolsa tem duas divisões, resguardadas exteriormente por duas abas que se ligam á parede divisoria. De cada aba pende uma borla. As duas azelhas terminam inferiormente por duas longas franjas e tiras com desenhos. Tudo de coiro lavrado.

Os Mandingas usam estas bolsas a tiracollo prezas por uma correia estreita, e servem-se d'ellas para guardar papeis e notas bancarias.

Compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

24. — Uma bolsa semelhante em tudo ás precedentes, offerecida por Manuel de Macedo Sotto Maior.

25 a 28. — Quatro bolsas de coiro trapeziformes.

Tem 0^m,09 de altura, por 0^m,05 de largura na parte superior e 0^m,025 inferiormente.

Abrem e fecham como os *portemonnaies*.

Da base pende uma borla. Das faces sáem superiormente duas pequenas tiras em fórma de setta, tendo no centro um desenho preto, reunidas por uma borla, sôbre a qual ha uma azelha para prender a bolsa. D'entre as tiras pendem tambem das faces duas borlas com franjas. Tudo é feito de coiro.

Estas bolsas são usadas pelos Mandingas.

Compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

29. — Carteira de coiro que os Mandingas usam para guardar notas e papeis.

Tem 0^m,16 de largura, por 0^m,09 de altura.

Apresenta duas divisões.

A carteira propriamente dita entra num involucro que lhe

serve de resguardo. Nos cantos da parte superior do involucro ha duas azelhas, d'onde sáem os cordões que servem a um tempo para trazer a bolsa a tiracollo e para puxar a carteira para dentro ou para fóra do involucro. Tudo de coiro com desenhos a preto.

Offerecida por Manuel de Macedo Sotto Maior.

30. — Pulseira de coiro, lisa e fechando com um botão numa azelha.

Tem $0^m,07$ de diametro.

Usada pelos Mandigas.

Offerecida por Manuel de Macedo Sotto Maior.

31. — Pulseira de latão, approximadamente em fórma de ferradura, com as extremidades sahidas obliquamente para o lado de fóra.

Tem $0^m,06$ de flecha. A grossura do aro é de $0^m,027$.

Tem na parte externa differentes gravuras, e á volta cinco saliencias quasi cylindricas com 0,014 de comprimento por $0^m,01$ de diametro.

Usada pelas mulheres Bijagoz, como adorno e arma de defesa.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

32. — Pulseira de latão quasi egual á antecedente, differindo d'ella em ter só no meio tres saliencias: a do centro direita e quasi cylindrica com $0^m,009$ de altura e $0^m,011$ de diametro, e as duas lateraes laminares e obliquas e com $0^m,01$ de comprimento.

Usada pelas mulheres Bijagoz, como adorno e arma de defesa.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

33. — Pulseira de chumbo semelhante á antecedente.

Usada pelas mulheres Bijagoz, como adorno e arma de defesa.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

34. — Pulseira de latão approximadamente em fórma de ferradura, terminando em duas protuberancias arredondadas.

De flecha $0^m,05$. A grossura do aro é de $0^m,013$.

Tem gravuras na parte externa, e no meio tres saliencias muito semelhantes ás da antecedente.

Usada pelas mulheres Bijagoz, como adorno e arma de defesa.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

35. — Pulseira de latão em arco, tendo as extremidades afastadas 0m,04.
A flecha é de 0m,05. Altura da parte mais larga do aro, 0m,023.
A face externa tem gravuras.
Usada pelas mulheres Fulas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

36. — Pulseira de arame grosso de cobre, com as extremidades dobradas conjunctamente em espiral.
Usada nas pernas e braços pelas mulheres Fulas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

37. — Pulseira de chumbo em arco aberto, com as extremidades a distancia de 0m,03, terminando em duas pequenas protuberancias.
A face externa tem gravuras. Altura do aro, 0m,01.
Usada pelas mulheres Fulas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

38. — Pulseira de chumbo em fórma de rosca, e dobrada em arco, com as extremidades distantes 0m,03.
Flecha, 0m,05. Grossura do aro, 0m,008.
Usada pelas mulheres Fulas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

39. — Annel de arame grosso de latão, enrolado em helice de duas voltas incompletas.
Diametro, 0m,023.
Usado nos dedos das mãos pelos Balantas.
Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

40. — Annel de arame de cobre em rosca.
Diametro, 0m,02.
Usado nos dedos das mãos pelos Balantas.
Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

41 a 43. — Tres anneis de arame grosso prismatico de ferro, enrolados em helice.
Diametro, 0m,023.

Usados nos dedos das mãos pelos Balantas.
Comprados em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

44. — Annel de cobre em fórma semi-lunar com as pontas quasi juntas.
No seu maior diametro, 0^m,025. Grossura maxima do aro, 0^m,009.
Usado pelos Balantas no dedo maior dos pés.
Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

45. — Argolas de fio delgado de latão.
Diametro, 0^m,008.
Usadas nas orelhas pelas creanças Balantas.
Compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

46. — Argolas de fio delgado de cobre.
Diametro da maior, 0^m,01.
Usadas nas orelhas pelas Balantas.
Compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

47. — Boceta para rapé, feita de um osso longo sem uma das epiphyses, revestida inferiormente de adornos que terminam em borla.
Fecha por uma tampa enfiada em duas correias prezas em baixo ás peças de adorno e reunidas superiormente em azelha.
Adornos, tampa e correias, tudo de coiro.
Usada pelos Mandingas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

48. — Boceta cylindrica para guardar rapé.
Comprimento, 0^m,055. Diametro, 0^m,02.
E' feita de bambú, com tampa de madeira presa ao fundo da boceta por um cordel.
É toda ornada com desenhos a fogo, e em parte com tiras de chumbo.
Usada pelos Mandingas.

49. — Uma ponta de boi com gravuras em alto relevo, tendo uma tampa de madeira encimada por uma franja de coiro, de cujas correias se suspende uma pequena colher de latão com ornatos n'uma das faces do cabo.
Comprimento, 0^m,20.

Usada pelos Fulas como caixa para rapé.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

50. — Uma ponta de boi quasi egual á antecedente, sem gravuras, torneada na ponta, e sem tampa.
Usada pelos Fulas como caixa para rapé.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

51. — Enfeite de madeira para a cabeça.
Comprimento, $0^m,19$.
A parte que entra no cabello tem a fórma de estylete, e a outra é triangular, arqueada, com desenhos a fogo nas suas duas faces do lado convexo.
É usado pelas mulheres Fulas.
Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

UTENSILIOS DOMESTICOS

52 a 54. — Tres cuias (caimões) feitas de casca de abobora com desenhos a fogo na parte externa.
Diametros da abertura, $0^m,24$ a $0^m,19$.
Usadas pelos indigenas das differentes tribus da Senegambia portugueza para conter solidos e liquidos.
Uma comprada a Alberto Correia, e duas a Antonio E. Ferreira de Mesquita, em 1897.

55. — Alcofa feita de espathas de palmeira.
De contorno, 1^m. De fundo, $0^m,50$.
É construida com faxas cozidas umas ás outras por meio de tiras de folha de palmeira. As faxas são alternadamente pintadas de amarello e preto e adornadas de gravuras.
A aza é de corda, preza a dois pedaços de coiro cozidos á alcofa por tiras tambem de folha de palmeira.
Usada pelos Fulas para transportar generos alimenticios.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

56 a 59. — Quatro colheres de madeira, de concha elliptica.
Comprimento do cabo, $0^m,11$. Eixo maior da concha, $0^m,09$; eixo menor, $0^m,04$.
Têem a concha elliptica alongada e de pequena concavidade. O cabo é em parte cylindrico e em parte espalmado.
Usadas pelos Fulas.
Compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita,

60. — Colher de madeira de concha obovada, semelhante ás nossas colheres de sopa.

Comprimento do cabo, $0^m,14$. Eixo maior da concha, $0^m,10$; eixo menor, $0^m,055$.

O cabo na parte proxima á concha é cylindrico, na terminal espalmado. Tem gravuras a fogo na face anterior da parte espalmada.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

61. — Colher de madeira, de concha elliptica.

Comprimento do cabo, $0^m,18$. Eixo maior da concha, $0^m,10$; eixo menor, 0,45.

O cabo é esculpido, representando uma figura de mulher ornamentada com desenhos a fogo.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

62. — Colher de madeira, de concha espherica.

Comprimento do cabo, $0^m,14$. Diametro da concha, $0^m,035$.

A escavação da concha é muito semelhante á das nossas colheres de assucar. O cabo é em parte cylindrico e em parte espalmado e esculpido, representando uma mulher em meio corpo com desenhos a fogo.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

INSTRUMENTOS AGRICOLAS

63. — Sacho de madeira com a extremidade da pá forrada de folha de ferro. A pá, semelhante á de um remo ordinario, é atada por laminas de bambú a uma forquilha de ramos deseguaes, e encosta ao ramo mais curto, formando com o maior (cabo) um angulo de 35°.

Comprimento do cabo, $0^m,52$. Comprimento da pá, $0^m,56$; largura maxima, $0^m,11$.

Usado pelos Balantas na cultura do arroz.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

INSTRUMENTOS MUSICOS

64. — Marimba, instrumento musical.

E' enquadrada por um aro rectangular de madeira, composto de um travessão horizontal e dois ramos verticaes, que sustenta uma regua de $0^m,69$ de comprimento collocada parallelamente a dois terços do travessão.

A' parte posterior da regua estão atadas por meio de cordeis dez pequenas cabaças de differentes dimensões. Na parte anterior, estão collocadas perpendicularmente a ella no plano do aro e atadas por tiras de folhas de palmeira quatro travessas de $0^m,29$ de comprimento, a $0^m,16$ de distancia umas das outras, e ao lado de cada travessa, dispostas duas a duas, dez pequenas taboas de $0^m,29$ de comprimento, ligadas entre si por tiras de coiro que passam pelas travessas e atam ao aro. As taboas servem de teclado e estão collocadas em frente das cabaças.

Toca-se este instrumento com duas baquetas de madeira com maçanetas de borracha.

Usada pelos Mandingas.

Offerecido em 1885 por Manuel Rodrigues de Carvalho.

65. — Tambor gentilico feito de um tronco ôco de arvore, em fórma de cone truncado, revestido em parte por coiro.

Comprimento total, $0^m,96$. Diametro da parte superior, $0^m,19$. Comprimento do pé, $0^m,30$.

Na mais larga das bases tem a pelle onde se bate, e na outra um pé cylindrico de madeira terminado em fórma de cabeça de clava.

É usado pelos Papeis, que o tocam, collocando-o entre os joelhos e batendo na pelle com as mãos.

66. — Pequeno tambor de madeira, em fórma de cylindro conico, com tampa de pelle na base maior.

Altura, $0^m,020$. Diametro da base, $0^m,095$.

A tampa está ligada ao corpo do tambor por meio de tiras de folha de palmeira.

Usado pelos indigenas de Cacheu nas dansas e outras festas.

67. — Simbó. Instrumento musico parecido na parte anterior com um violão estreito, e na parte posterior com o fundo de um mandolim.

Comprimento do tampo, $0^m,47$. Largura da parte média, $0^m,9$.

O tampo é feito de coiro pregado á caixa por brochas de latão. O braço é formado por uma vara delgada de madeira de $0^m,66$ de comprimento, sendo $0^m,34$ dentro da caixa por baixo da pelle; e na sua extremidade sustenta o cavallete. Tem tres cordas feitas de fibras de *Ráphia,* atadas ao mesmo braço em differentes alturas.

Usado pelos Mandingas.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

68. -- Harpa gentilica em fórma rectangular com doze cordas.

Dimensões $0^m,54 \times 0^m,20$.

É toda, incluindo as mesmas cordas, construida com as nervuras das folhas da *Ráphia vinifera* P. Beauv.

Comprada em 1897 a Alberto Correia.

(Continúa). ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

ULYSSE

A EUGENIO DE CASTRO

Passe à travers la Nuit, dont les tresses obscures
Se balancent sous les étoiles en rêvant,
Passe un chant du Passé lointain, redit souvent,
La légende sans fin des chercheurs d'aventures:

— «Il flottait dans le vent des odeurs de baisers;
Des formes s'ébauchaient au pli des vagues souples
Et les Désirs fiévreux, entrelacés par couples,
Collaient leur souffle chaud sur mes membres brisés.

Mon vaisseau s'est perdu. Plaignez le triste Ulysse!
Veuf du rêve lointain qui me rendait l'espoir,
Dans l'île de Circé j'ai fait escale un soir,
Et me suis enivré de coupables délices.

Si je péris plus tard du fruit de cet amour,
Du moins j'aurai connu, parmi la mer sauvage,
L'hospitalité tiède et calme d'un rivage
Et goûté pour ma soif le vin d'un peu d'amour.»

Passe dans l'étendue un vaste bruit de vagues:
On dirait que la mer, géante aux mille bras,
Entrechoque en riant l'orage de ses bagues.
— Le chant mystérieux passe et ne cesse pas.

«Eussé-je, sans l'appui d'une tendresse ancienne,
Passé sans m'arrêter aux chants ensorceleurs
Et dédaigné l'accueil des Sirènes en pleurs,
Dont les yeux révulsés suppliaient que je vienne?»

*

«Eussé-je repoussé la douce Calypso,
La nymphe de langueur, dont le charme enveloppe?
Eussé-je retrouvé la noble Pénélope,
Si nulle île n'avait accueilli mon vaisseau?»

La légende sans fin dans l'ombre se déroule,
Sous les étoiles d'or qui clignotent un peu
Et, par instants, l'on croit ouir la voix d'un dieu,
En l'étrange sanglot d'une lointaine houle.

Juillet 1897. PHILÉAS LEBESGUE.

EXTASE

Pois quê, Senhor, não é um sonho isto?
Não é um sonho esta gentil figura,
Retrato fiel da linda creatura.
Que em sonhos tantas vezes tenho visto?

Vendo-a como a estou vendo, não assisto
A' fárça d'um delirio? E' humana a pura
Voz que me embala em ondas de ternura?
São dois olhos reaes esses que avisto?

Não sereis d'um phantasma encantador,
O' finas mãos de celestial pureza,
E vós, mansos olhar's, que me fazeis

Tantas promessas de leal amor?
De que não sonho, ó Deus! dai-me a certeza,
E se estou a sonhar, não me acordeis!

27-X-97.

EUGENIO DE CASTRO.

SCINTILLAS

Eu amo a Rosa e sou pela Maria amado.
Não sei qual d'ellas é, para outrem, mais formosa...
Mas, se a Maria fita em mim o olhar maguado,
Por capricho, talvez, mysterioso do fado,
Vêem meus olhos Maria e minh'alma vê Rosa.

FILINTO D'ALMEIDA.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO VI

De 1850 a 1855

(Cont. do n.º 10, pag. 637)

XX

Duas palavras ácerca do Portico.—Adhesão dos Asylos de Infancia.—Projecta Castilho no palacio Sarmento um curso gratuito popular do seu Methodo de leitura.—Sua correspondencia com a Companhia do gaz por causa da illuminação das salas.

O Portico, assim transplantado da rua dos Douradores para a Estrella, teve, me parece, umas auras de bonança, mas que pouquissimo o adiantaram. Foi a visita da saude.

Recordo-me de ter ahi por condiscipulo o sr. Anthero do Quental, que então era o nosso maior amigo, lá desde a Ilha, e a quem todos os de casa consagravam verdadeiro affecto.

*

De tudo, porém, o que mais seriamente preoccupava o pobre poeta, era sem duvida o Methodo.

Continuavam as escaramuças de guerrilhas nos jornaes, algumas com gente de muito má fé, pouca educação, e ne-

nhuns escrupulos; e o Conselho Superior, hostilmente immovel, hostilmente *imparcial,* era tropeço invencivel ao braço de um homem só.

N'este anno de 52 dera-se um facto significativo, e de incalculaveis resultados praticos para a questão: a adhesão das Casas de Asylo de infancia desvalida á recente innovação pedagogica.

Vencida dos milagres pregoados pela voz publica ácerca das aulas michaelenses (voz que só não conseguia convencer ao Conselho Superior) quiz Sua Majestade a Imperatriz Duqueza de Bragança implantar o Methodo nos Asylos, que fundára. Para isso chamou duas das Directoras d'estes Asylos, as sr.as D. Henriqueta Leonor Gomes Mourão de Araujo, e D. Maria Leocadia Fernandes de Barros Gomes, a primeira irmã, a segunda mulher, do insigne medico Dr. Bernardino Antonio Gomes (2.º do nome). Encarregou a Imperatriz a ambas essas senhoras o entenderem-se com o Poeta.

O Dr. Gomes e sua familia eram, desde annos, relação e visita da casa de Castilho, assim como o tínham sido do sogro de Castilho. Isso facilitava extraordinariamente a missão d'aquellas senhoras.

A sr.ª D. Henriqueta foi uma das pessoas mais espirituosas e finas que tenho conhecido; tinha a replica sempre graciosa, e nos labios sempre o sorriso da benevolencia. Coroava esses dotes com muito talento natural.

A sr.ª D. Maria Leocadia, que falleceu nova, era então, em 1852, segundo as minhas recordações de adolescencia, uma formosa senhora, ornamento da melhor sociedade, elegantissima no porte, e de uma sympathia angelica para todos. Tinha a melancolia vaga do seu fim prematuro, e exercia com devoção aquelle seu encargo pesadissimo de Directora dos Asylos.

A Imperatriz recebia quasi todos os dias, no seu palacio das Janellas Verdes (hoje Galeria das Bellas-Artes) o numeroso grupo das suas beneficas e dedicadas auxiliares. Contribuiam todas com o seu bolsinho, e com o seu trabalho. Andavam em continua faina, ora n'um Asylo, ora n'outro, aconselhando as professoras, ralhando com meiguice (quando fosse preciso ralhar), elogiando as creanças estudiosas, distribuindo fatos, alimentos, premios, e exemplo.

Foram pois as indicadas Directoras, quem indagou de Castilho, em nome da Augusta Presidenta, o modo como havia de implantar-se o Methodo nos Asylos; e foi a ellas que o auctor offereceu o ir elle proprio ensinal-o no da rua dos Calafates.

Acceito com gratidão e enthusiasmo esse offerecimento, lá ia Castilho todos os dias com a sua perseverança incrivel, accender aquelle novo facho de civilisação; e teve a fortuna de encontrar professoras intelligentes e dedicadissimas: a sr.ª D. Maria Brigida de Mello, e sua filha a sr.ª D. Maria Genoveva de Mello.

Era um gosto presenciar, como presenciei muita vez, aquella evangelisação! a clareza, a lucidez eloquente das prelecções de Castilho, a attenção das ouvintes, directoras, mestras, e alumnas, e o resultado pasmoso que de semana para semana se notava na instrucção da creançada!!

Falando da sr.ª D. Maria Leocadia, diz Castilho:

«Commissaria mais zelosa, nem mais intelligente, não a «podia achar Sua Majestade. Essa eschola pegou, e floriu de «um modo notavel; e d'ella se propagou, mais tarde, o novo «ensino pelas restantes salas de asylo, que todas ao presente «(1853) são quadros, para n'elles pôrem philosophos os olhos «e o amor» (1).

O que ainda augmenta o brilho a esses quadros, é o seguinte:

Na sala da rua dos Calafates varias vezes teve o poeta a honra de ser surprehendido na tarefa por duas ouvintes attentas, que chegavam sem se annunciarem, e muita vez se sentavam nos bancos de páu, entre as creanças: uma d'essas ouvintes chamava-se a Duqueza de Bragança, Imperatriz do Brazil; a outra chamava-se a senhora D. Maria II, Rainha de Portugal.

*

Era muito, mas não era tudo. Indiscutivel é que depois da bulha que já se tinha feito, e de alguns ensaios particulares, Lisboa tinha direito a presencear por seus olhos, a julgar, a sentenciar, o invento que se lhe preconisava, e, por assim dizer, se lhe impunha. Mais que ninguem n'este mundo desejava Castilho essa prova publica, publicissima.

Resolveu dar um curso em sua casa, no salão grande, a centenares de analphabetos, prégar assim a sua doutrina, sus-

---

(1) *Methodo*, 2.ª ed., Prologo, pag. XXXIV.

tental-a com a palavra, e com os factos. Não era homem aquelle para recuar. Vamos a ver o que realisou.

«Em Lisboa—diz elle proprio—depois de primeira e se-«gunda tentativa para o mesmo fim, mallogradas ambas, vim «a instaurar em Julho de 1852 um curso d'esta natureza, na «propria casa que era então minha residencia, no palacio «Sarmento á Estrella» (1).

Devia abrir-se a 15 de Julho; o jornal *A Semana* traz o annuncio seguinte:

GRATUITO.

ENSINO DE PRIMEIRAS LETTRAS.

«No palacio da rua dos Navegantes, á Estrella, n.º 41, se vai abrir a 15 de Julho proximo um curso nocturno e gratuito de leitura pelo Methodo de Antonio Feliciano de Castilho.

«São convidados a aproveitar-se d'elle com especialidade os operarios, creados de servir, e quaesquer pessoas que não possam dispôr das horas do seu dia para se instruirem.

«Os individuos que até ao praso supra-indicado não tiverem ido dar o seu nome, não serão recebidos.»

«Como o beneficio era para todos—continúa Castilho—«entendi que alguem mais podia para elle contribuir; e assentei, «não só em aproveitar quanta coadjuvação se offerecesse, mas «até em sollicital-a. Assim, para o trabalho do magisterio, tive «por collaboradores mais constantes os srs.:

«Dr. Eduardo Napoleão e Silva;

«Luiz Filippe Leite, Director da Eschola Normal Primaria «de Lisboa;

«Valentim José da Silveira Lopes, Director da Academia «de Minerva;

«e as sr.as:

«D. Maria José da Silva Canuto, Mestra Regia da Freguezia «das Mercês; e

«D. Emilia Victor Silva.»

*

(1) *Tosquia de um camello*, pag. 14.

Além do trabalho herculeo, sem tregua, e o mais aspero possivel, de dirigir technicamente, todas as noites, e mezes a fio, aquella machina, eram indispensaveis despezas, e não pequenas.

Essas despezas (não falando da casa, que elle dava) eram a illuminação ampla de umas poucas de salas, incluindo o enorme salão grande, eram a mobilia, bancos, pedras pretas, etc., eram os indispensaveis folhetos e livrinhos, emfim, a ferramenta complexa de uma eschola. Uma parte d'essa mobilia, tinha-a Castilho; era a do seu Collegio; mas era pouca para abastecer as salas contando com centenares de ouvintes; a que faltava, era mistér fazel-a.

Houve então uma sublime porfia entre alguns amigos da instrucção, que todos queriam auxiliar, conforme as suas posses, aquelle empenho do desvalido utopista. Os srs. O'Neill, da conhecida casa d'este appellido, offereceram madeira para bancos; o Prior de Santa Isabel, Padre José Jacintho Tavares, bancos já feitos; Antonio José Viale, ardosias; o compositor Thomaz Quintino Antunes, as folhas impressas que fossem necessarias; e (espectaculo de enternecer!) alguns dos alumnos matriculados, carpinteiros de officio, rapazes pobres, que não tinham que offerecer, contribuiram para a feitura da mobilia com a sua mão-de-obra nas horas vagas, nos dias sanctificados, nas horas do descanço (1).

E' que era contagiosa a vontade de ferro d'aquelle cego extraordinario! A sua palavra fluente e carinhosa arrastava os espiritos. Não estamos vendo, por este exemplo, o que havia de ter sido, em eras de crença viva, a palavra magica de um Pedro Eremita, revolvendo os sentimentos nobres das turbas, e engrossando nas suas prédicas, opportunas e importunas, as phalanges dos utopistas da Terra Santa?

*

Mas faltava o mais importante: a illuminação a gaz.

Para um homem sem bens de fortuna, e sem reserva, seria pesada já de si essa verba diaria, accrescida com a despeza da canalisação para um segundo andar tão elevado, e em

---

(1) *Tosquia*, pag. 14.

muitas salas ao mesmo tempo. Lembrou-se Castilho de que bastaria illuminar o salão, que, por muito vasto, poderia talvez conter todos os alumnos que se matriculassem.

Era um dos mais bellos salões de Lisboa. Occupava desde a frente do palacio até á sua recta-guarda, no topo oriental. Para a rua dos Navegantes tinha duas altas e amplas sacadas unidas pela mesma varanda, e enfiando em linha recta toda a rua de Buenos-Ayres; para o jardim outras duas, perfeitamente symetricas com as primeiras. A parede da banda do sul, que era a empena do predio, não tinha portas nem janellas; na correspondente tres, sendo uma fingida. O tecto, orlado de cornija, representava, entre apainelados de estuque, um Parnaso a oleo, de muitas figuras e agradavel colorido, do pincel do inexhaurivel Pedro Alexandrino. Já o disse, mas repito.

Occorreu a Castilho, sempre sonhador, pedir á Companhia Lisbonense de Illuminação a gaz, quizesse auxiliar este curso publico, tomando a si mandar fazer a canalisação, e correndo com a despeza seral de tres horas, responsabilisando-se Castilho por todo o gaz que os contadores marcassem para lá das tres indicadas horas.

Escreveu para isso a Claudio Adriano da Costa, seu conhecido antigo, desde o tempo da *Revista* (calculo eu), homem intelligente e estudioso, como demonstra a lista de obras d'elle no Diccionario de Innocencio, e alto influente, não sei se Guarda-livros, da Companhia.

Estava-se em 3 de Julho. N'uma carta instantissima ao mencionado Costa, dizia Castilho:

..... «O que eu requeiro, e o que, pelo valimento de V. S.ª «espero obter da já mui benemerita Companhia de Illuminação «a gaz, é para os nossos pobres alumnos a esmola da luz material; a outra, eu cá lh'a darei como podér.....»

..... «Estou convencido—accrescentava elle—de que essa «Companhia não hesitará um momento em fazer este serviço «á Causa por que todos nós desvelâmos: a Causa da Civili«sação. Tres ou quatro bicos de gaz bastariam, cuido eu, para «allumiar e alegrar a vasta sala, que n'este palacio destinei ao «curso das primeiras lettras. O curso completo deve durar «poucos mezes, não durando cada noite mais de duas ou tres «horas. E' superfluo ajuntar, que todo o gaz que o contador «accusar haver-se gasto para além das tres horas diarias, ha«verá ardido por minha conta» (1).

---

(1) A integra d'esta carta encontra-se na *Tosquia*, pag. 15.

Pelos documentos que em seguida vou extractar, percebe-se que o portador de Castilho, quando foi entregar a carta a Claudio Adriano da Costa, soube achar-se este ausente de Lisboa. Onde quer que estivesse, foi-lhe a carta remettida; e (embora não chegasse a dar resposta directa, pelo motivo que se vai ver) percebe-se que o mesmo Costa, homem de boas intenções, remetteu a carta á Direcção da Companhia, para os Directores verem o que podiam ou queriam fazer.

Ignorando isso, e sabendo apenas, pelo creado, a ausencia do destinatario da carta, escreveu Castilho aos Directores, logo em 4, e entre outras coisas dizia:

«Coadjuvado por algumas pessoas philanthropicas e illus-«tradas, emprehendi, a despeito das minhas multiplicadas e «excessivas occupações, dar na casa da minha actual resi-«dencia aos operarios, creados de servir, e quaesquer outros «necessitados, um curso nocturno e gratuito de Leitura e Es-«cripta repentina.....

..... «Aqui está portanto a que se reduz o meu, não sei «se lhe chame requerimento, se offerecimento, a V. Ex.as: é «a concessão de um pouco de gaz para allumiar estas salas «em quanto durarem as prelecções, que não poderão ser «muitos mezes, nem em cada dia durar mais de duas ou tres «horas» (1).

N'essa carta, de 4 de Julho, lembrava o poeta á Direcção (o que ella aliás, se lia periodicos, devia saber), que para 15 estava annunciada a abertura do curso; supplicava pois a possivel brevidade na resposta.

Passaram onze dias de espectativa! e a Companhia do gaz não respondeu!!

A matricula aberta foi engrossando de dia para dia. Se os dois cursos anteriores tinham falhado por falta de concorrencia, é bem certo que as discussões e guerras tinham chamado a attenção do Povo para estes assumptos, e centenares de pobres correram ao palacio Sarmento a inscrever-se para aprender; numero immenso, que não cabia no salão; era indispensavel annexar-lhe todas as tres ou quatro salas menores contiguas a elle. A despeza com as luzes quadruplicava.

Não havia já modo de recuar. Quadruplicada, ou centuplicada, havia de fazer-se. Castilho empenhou-se, e tomou-a a si.

---

(1) A integra vem na *Tosquia*, pag. 17.

Em 20 sahiam-se a final com uma decisão os Directores Luiz de Castro Guimarães e J. Detry, e diziam ao requerente, que, se houvessem de consultar sómente os seus «sentimentos particulares», com muito gosto annuiriam ao pedido; mas tendo de exercer um cargo em que as suas attribuições se achavam «definidas com todo o rigor para administrar, e não «para alienar a propriedade» que lhes estava confiada, não ousavam, por só pertencer á sua Assemblêa Geral essa faculdade, «pôr em pratica a caridosa liberalidade», que muito apeteceriam «a favor da desvalida pobreza, a cuja instrucção «—concluiam os signatarios—V. tão beneficamente se está «dedicando» (1).

E tinham razão, plena razão, que não se apresentou logo á mente de Castilho, navegador de espaços imaginarios. A Companhia do gaz foi instituida para allumiar as ruas e casas; querer que ella tambem allumiasse os espiritos em trevas, era exigir-lhe a applicação pratica de uma figura de rhetorica. A rhetorica não é da attribuição das Companhias.

A recusa porém não prejudicou o Methodo; onerou, sim, a bolsa do auctor. Não se limitou elle a querer illuminado o salão; as salas que o antecediam foram tambem canalisadas.

Com essa despeza, e a dos candieiros respectivos, gastou Castilho, segundo os recibos, que tenho á vista, dos empreiteiros Silva e Imberton, a quantia de réis	54$600
O gaz custou nos tres mezes do Curso.....	29$680
Os saraus artisticos, nascidos d'este Curso, como veremos, e ali celebrados pelos principaes poetas de Lisboa, dispenderam em gaz	17$200
Total	101$480

Tão diminuta somma faz rir a muita gente, pela sua exiguidade. Pois podem, os que assim riem, ficar certos de uma coisa: essas vinte e duas libras e tanto custaram muito caras ao pobre philanthropo. Vamos adiante.

*

(1) O documento todo vem na *Tosquia*, pag. 18.

Mas, além da illuminação, quantas outras difficuldades havia para vencer!

A casa, essa era boa, e dava-a Castilho com o maior gosto, arrostando de bom grado com o incommodo de lh'a devassarem e encherem de lama e poeira. A livraria achava-se installada no salão grande; para evitar extravios causados por tanta gente desconhecida, que ia entrar ali como n'uma praça publica, foram as estantes cobertas com chita barata pregada a taxas; e ainda assim, n'aquella confusão, varios livros foram roubados!

A mobilia escholar era outro problema. Alguns bancos possuia Castilho no seu Collegio, mas não bastavam. Compral-os? como? recorreu-se a emprestimos. As irmandades da Lapa e de Santa Isabel facultaram bancos das suas egrejas. Depois, a pouco e pouco, segundo iremos vendo, a cooperação particular foi preenchendo as faltas.

Mas que energia, que previsão, que perseverança, que assombrosa força de vontade, não presuppõe todo esse resultado obtido! Que importunações! e que desenganos!

E no emtanto, tudo se conseguiu.

*

Na noite de 15 de Julho de 1852 abria-se, perante numeroso concurso de espectadores, aquelle rumoroso, trabalhoso, e angustiado curso, que marcou epocha na lidada existencia do Poeta humanitario.

Vamos seguir a passo e passo o apóstolo incançavel, desconhecido e descomprehendido ainda hoje (e já lá vão 37 annos!). Vamos a ver de quantas dôres moraes foi alanceada a sua empreza sublime, pia, e misericordiosa, de ENSINAR OS IGNORANTES.

XXI

Rapida descripção do curso gratuito do palacio Sarmento.—Enumeram-se as actas.

Tenho a certeza de que os visitantes d'aquelle curso, ao entrarem nas salas, apinhadas com as bancadas do povoléo inculto e rude que as enchia, haviam de sentir estranhissima impressão!

Logo depois, quem tivesse coração compassivo e indulgente, havia de enternecer-se perante aquelle evangelico espectaculo.

*

Não possuo, nem sei onde pára (se é que ainda existe) o livro, ou caderno, onde se fez a matricula, com os nomes, a edade, a profissão, etc. Sei que essa inscripção durou lá em casa semanas antes do dia da abertura da aula; sei que ali desfilaram, por aquella escada acima e a baixo, os rotos mais rotos, os pobres mais pobres, os tristes mais tristes, os humildes mais humildes, de Lisboa: creados, camponezes, carvoeiros, carroceiros, carpinteiros, ferreiros, homens feitos, creanças pequenas, era uma romaria commovedora! Todos elles sequiosos de luz.

Vel-os sentados, em apertadas renques, contemplar aquelle mar ondulante de cabeças plebêas, infundia não sei que melancolia feroz. Depois, ver aquelles boçaes affazerem-se a pouco e pouco ás novidades da doutrinação, vel-os assimilarem o que lhes explicava aquella voz cariciosa e sonora do bardo, vel-os, de semana para semana, crescer, perceber-lhes, de dia para dia, o contentamento, as ufanias do desherdado..... oh! isso era espectaculo, que nenhuma penna póde descrever!

«A estes trabalhos—diz Castilho—assistiu gente de todas

ás classes, e de todos os gráus de instrucção, desde a sciencia mais elevada, até á ignorancia mais supina.

«As salas, que eram espaçosas, achavam-se quasi sempre apinhadas até excesso; era perturbação para o ensino, não ha duvida, mas era necessidade, porque o era convencer a todos pelos seus proprios olhos e ouvidos.

«De todas estas lições se fizeram actas, para que os que não vinham presencial-as, e o mais do Reino, que o não podia, não ficassem privados de algum meio de se convencer, em assumpto de tamanha consequencia.»

E accrescenta com visivel contentamento:

«Durante este curso de tres mezes justos, a convicção já nascida, e forte, e geral, da proficiencia do Methodo, fez (como já em S. Miguel havia acontecido) que principiassem de toda a parte, ao perto e ao longe, a pulular escholas officiosas e gratuitas; umas, populares nocturnas, á imitação das nossas tres; outras, em collegios; outras, emfim, nos corpos militares.

«Contal-as, historial-as, dizer o bem que merecem os mestres de quasi todas, os fundadores, os conservadores, os zeladores de todas; referir as festas com que em dezenas de terras se tem celebrado a apparição de cada um d'estes raios da alvorada da instrucção e civilisação portugueza; transcrever o que a Imprensa repetidas vezes tem narrado d'estes factos, as esperanças que d'elles tem inferido, e as exhortações e conselhos, que a tal proposito continúa a endereçar ás auctoridades e aos particulares, aos ignorantes e aos sabios, não só pareceria immodestia summa da minha parte, se não que fôra pejar volumes para não serem lidos» (1).

*

As actas do curso, minuciosamente elaboradas logo ao encerrar de cada sessão, appareceram a publico. Principiaram no jornal *O Patriota;* passaram de lá ao jornal *A Esperança,* e d'ahi ao jornal *A Justiça,* que teria levado o encargo até ao fim, se não morresse de repente. D'essa serie de actas, onde a marcha do ensino ia sendo cuidadosamente registada, diz Castilho que «era uma publicação util como *vade-mecum* para

(1) *Methodo,* 2.ª ed. Prol., pag. XXXV, XXXVI, XXXVII.

escholas provincianas»; e tinha razão. Não se publicaram até ao fim, porque (pondera elle tambem) «o acanhamento de espaço em que laboram as nossas folhas periodicas, com a abundancia de materias importantes e urgentes que lá affluem, deixou inedito todo o final d'esse nosso trabalho de actas. Ponho aqui esta nota—accrescenta o poeta—para que me não attribuam a inconstancia uma omissão, de que eu não fui culpado, mas unicamente lesado» (1).

Por esses documentos, infelizmente truncados, vou portanto recompôr, *como* souber e podér, a historia minuciosa d'este curso celebre. Muitos paragraphos irão formaes palavras; a outros mudarei a redacção conforme as conveniencias.

*

Na memoravel noite de 15 de Julho de 1852, ás 8 horas, regorgita de espectadores o salão grande do 2.º andar do palacio Sarmento. Duas sacadas no topo sobre a rua dos Navegantes, como já disse, symetricamente respondentes a duas outras no topo sobre a quinta. Entre estas (lado oriental) sobre um longo estrado corrido e alcatifado ergue-se a grande pedra preta para os exercicios, e outros apparelhos de ensino. Ao meio, n'uma cadeira de braços, preside Castilho, de casaca e gravata branca.

A sua apparencia é serena e affavel. De roda do vasto recinto bancos cheios de espectadores, entre os quaes muitas senhoras. Ao meio, sobre bancadas dispostas perpendicularmente ao eixo maior do salão, trezentos e sete dos matriculados; cerca de metade operarios, creados de servir, e soldados, o resto mulheres, meninas, e rapazes. Em frente ao estrado, cá no topo occidental, todo o pessoal da philarmonica particular «Esperança»; vinte e quatro instrumentistas.

A banda rompe com uma bella symphonia; depois d'ella, tendo-se feito o mais profundo silencio, levantou-se o poeta, tomou a palavra, e abriu a sessão.

O eminente escriptor não era orador brilhante; já o disse, e repito-o; era academico, muito correcto, muito chistoso ás vezes, devéras convincente pela clareza, mas frio. Tornava-se

---

(1) Nota a pag. xxxvi do *Prologo* da 2.ª edição do *Methodo*.

porém um gosto ouvil-o; não arrebatava, mas deleitava sobre modo.

Expoz o objecto e fins do curso; fez a historia do seu Methodo, lá desde a Ilha; citou os factos que melhor abonavam a efficacia do systema. Aos incredulos e aos duvidosos, pediu fossem presencear na sala de Asylo da rua dos Calafates algumas lições regidas segundo este systema. Os resultados attribuia-os o auctor, em parte, á intelligencia das professoras, e ao zelo das benemeritas Directoras. Resultados analogos, esperava elle que em breves dias haviam de obter-se n'este mesmo curso.

Agradeceu a collaboração espontanea e activissima que em tanta gente tem encontrado. Citou a sr.ª D. Emilia Victor da Silva, que se promptificou muito obsequiosamente a reger n'este curso a classe das mulheres e meninas; seu irmão, o sr. Dr. Eduardo Napoleão e Silva, e o sr. Luiz Filippe Leite, Director da Eschola Normal, que quizeram tomar a si a pesada regencia gratuita das duas outras salas para ensino de homens; o sr. Pedro de Alcantara Leite, ex-Director do *Lyceu Açoriano* em Ponta-Delgada, e seu filho o sr. Pedro Eusebio Leite, que offereceram os seus serviços como auxiliares; e o insigne calligrapho hespanhol domiciliado em Lisboa, o sr. D. Pedro Sebastiá y Villa, que se presta, segundo communicou em carta, a completar o presente curso com outro de calligraphia pelo seu primoroso e comprovado Methodo.

Além d'estas, cita o orador mais adhesões importantes. O Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas promoveu, dentro e fóra do seu gremio, a inscripção para o curso. O sr. mestre Antonio Ignacio de Jesus e Silva vem frequentar, para depois professar gratuitamente, e trouxe só á sua parte, 21 matriculados. A philarmonica «Esperança» acudiu ao convite do modo mais obrigante. O sr. Miller offereceu, em nome de outra sociedade musical de que é membro, egual auxilio para amenisar os serões. O Reverendo Prior de Santa Isabel, não só á estação da Missa persuadiu com a mais efficaz uncção os seus freguezes a aproveitarem-se da instrucção que se lhes offerecia, mas á hora do dia atravessou o bairro, conduzindo a esta casa as primeiras 32 creanças que se inscreveram. Sublime exemplo!

O sr. Commissario dos Estudos, Francisco Freire de Carvalho, respondeu o mais obrigativa e satisfactoriamente possivel a uma carta em que elle, Castilho, professor d'esta aula, lhe havia rogado interpozesse a sua influencia, para resolver os professores, pagos pelo Estado e pelo Municipio, a virem

convencer-se por si mesmos da superioridade d'este Methodo comparado com todos os anteriores (1).

A Imprensa periodica auxiliou a causa, publicando desinteressadamente todos os annuncios do curso, e parte d'ella recommendando-o.

O Reverendo Prior da Lapa fez tanto e tão zelosamente, que a parte mais numerosa da matricula é a da sua freguezia.

As irmandades de Santa Isabel, Lapa, e Santos-o-Velho prestaram sem difficuldade os seus bancos.

A todos estes cidadãos, tão crentes nos futuros que promette á Patria a instrucção popular, e tão dispostos a servil-a por todos os meios ao seu alcance, presta o orador o tributo devido de reconhecimento em nome do Povo portuguez.

Pondera finalmente, que, sendo o ler um meio, e não um fim, pouco importaria que todos o aprendessem, se depois se não curasse em dar a tão numerosos ledores, parte por preço minimo, parte de graça, livrinhos bem feitos, claros, e amenos, das materias que mais podessem conspirar para a felicidade commum, taes como cathecismos de doutrina e moral christan, de civilidade, de hygiene, de medicina domestica, de economia caseira, rudimentos de historia natural, de physica e chymica, de geometria applicada ás artes, manuaes de agricultura, como das differentes artes, e de todos os officios, noções de jurisprudencia usual, de historia patria, etc.

Tudo isto esperava elle, orador, se obteria, e cedo, por meio de uma associação patriotica e amplissima, cujo nucleo parecia dever ser o *Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*.

Emfim, após esta eschola, *de leitura e escripta,* havia já o projecto de se instaurarem outros cursos de materias utilissimas, egualmente nocturnos e egualmente gratuitos, achando-se já aberta a matricula para um de francez, e outro de inglez, regidos ambos pelo sr. Jacintho Augusto de Sant'Anna e Vasconcellos (2), e não devendo tardar muito, n'esta mesma sala, um de anatomia demonstrada sobre um cadaver plastico, pelo sr. Dr. Jacintho Luiz do Amaral Frazão.

---

(1) Percebe-se que a disposição pouco favoravel, manifestada pelo Commissario dos Estudos no parecer academico de 29 de Novembro de 1850, se modificara algum tanto. Honra á sua lealdade.

(2) Depois Visconde das Nogueiras, Bacharel formado em Direito, Ministro de Portugal em Washington, e então um dos primeiros elegantes de Lisboa.

Depois de explanar aos alumnos as vantagens do saber, assim para a fortuna como para a moralidade, e tanto para o bem do individuo como para o do publico, e de lhes recommendar por isso a maior assiduidade na frequencia, e a mais constante attenção nas prelecções, concluiu o orador annunciando-lhes que a distribuição de premios aos que mais depressa sahirem promptos se tenciona seja celebrada com grande pompa no Passeio publico da Estrella.

Annuindo aos rogos de muitos circumstantes, e visto ser esta apenas uma sessão preliminar, declara Castilho prorogada por mais 24 horas a matricula, que já tinha sido encerrada.

*

Findo este discurso, a banda instrumental executa segunda peça de musica.

*

Depois d'isto, pede a palavra Filippe do Quental, o açoriano expansivo que os leitores já conhecem, e um dos mais dedicados enthusiastas de Castilho, e informa a assemblêa do que elle mesmo presenceou na Ilha de S. Miguel. Declara ter sido elle um dos primeiros, que nas escholas nocturnas e gratuitas da Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes ensinaram a ler pelo Methodo de Castilho; que na cidade de Coimbra, onde (1852) cursa sciencias naturaes, tem projectado, com outros amigos, fundar eguaes escholas por meio de uma sociedade denominada da «Instrucção do povo pelo povo»; que, durante a sua estada em Lisboa a ferias, está prompto a coadjuvar Castilho n'estes seus trabalhos.

O discurso de Filippe do Quental, cheio de força e eloquente de amor, é por vezes interrompido com estrepitosos applausos.

*

Levantou-se o joven e ardente tribuno operario, Francisco Vieira da Silva, e declarou vir, commissionado pelo Centro promotor, agradecer a Castilho as suas diligencias em favor

da instrucção do Povo, e offerecer-lhe em tudo a coadjuvação do mesmo Centro.

Vieira da Silva, obrigado pelo adiantado da hora a contrahir o seu discurso, arranca no entretanto, por mais de uma vez, os applausos que sempre coroavam a sua eloquencia fervente e inspirada.

*

Sousa Brandão, Presidente do Centro, e redactor do periodico denominado «O Echo dos operarios», congratula-se com a empreza civilisadora que hoje começa, e, coadjuvado pelo seu amigo Marcos Severo da Ascenção, habil e instruido fundidor, offerece-se a reger um curso de geometria applicada.

*

Tomando Castilho novamente a palavra, refere-se a Sua Majestade a Imperatriz Viuva, Duqueza de Bragança, e esse nome é vivamente proclamado pelo orador, por ter sido essa Princeza o espirito elevado que ousou mandar se adoptasse nas escholas, de que é Augusta Protectora, um Methodo, que, além de conter muita instrucção futura para o Povo, livra desde já os pobres innocentes de muitos annos de martyrio inutil.

Ao proferir-se o nome de Sua Majestade, toda a assemblêa o applaude com enthusiasmo.

Após Sua Majestade, a sr.ª Inspectora dos Asylos, D. Maria Leocadia Fernandes de Barros Gomes, e as sr.ªs Mellos, professoras do Asylo da rua dos Calafates, receberam, a seu pesar, agradecimentos geraes pelo modo como teem sabido executar os bons desejos da Duqueza de Bragança.

A banda toca pela ultima vez.

Parabens mutuos correm entre todos os assistentes, que depois das 11 horas da noite se separam pacificamente, não tendo occorrido em todo o serão o mais leve dissabor, apezar de se acharem reunidas talvez mil e duzentas pessoas, de todas as jerarchias, e das mais diversas educações (1).

---

(1) *O Patriota*, de Lisboa, de 22 de Julho de 1852. No extracto que

*

Como se acaba de ver, esta sessão preparatoria foi uma festa democratica summamente edificante; causou em Lisboa indizivel sensação, até nos proprios que riam d'estas coisas. Para amostra do modo por que alguns espiritos avaliavam o facto, aqui vão palavras do enthusiastico orador popular Francisco Vieira da Silva (1):

«Acabamos de assistir á mais grandiosa festa que temos presenciado na nossa vida.

«Fogem-nos as palavras, e só vemos projectar-se diante de nós o espectaculo sublime da abertura dos cursos de Leitura repentina, gratuitamente offerecidos pelo amigo dos insulanos, pelo protector das Letras, pelo velador dos desvalídos, o sr. Antonio Feliciano de Castilho.

. . . . . .

«Começou esse acto brilhante por uma longa chamada, e foram-se sentando nos bancos creancinhas de pouca edade, descalços, rotos, sem alinho, trabalhadores, mancebos, velhos, mulheres, tudo miseraveis. Aqui, é um que mostra ter largado ha poucos minutos a forja; ali, é outro que aperta com carinho a mão do pobre negro, a quem prejuizos insculpiram na fronte ignominia; acolá são raparigas que depozeram a lançadeira, ao lado de um grupo de moços de quinze a dezasseis annos, ennodoados de barro; outros cobertos de cal, junto de alguns a quem o pó do carvão mal deixa conhecer as feições. E' um nivellamento perfeito, de que a razoira é a pobreza.

. . . . . .

«A'manhan principiam as lições, e ainda está aberta a inscripção.»

. . . . . .

---

apresento d'estas actas segundo os jornaes, quasi tudo vai formaes palavras, exceptuando alguns pontos que accentuo com mais viveza. Não vale a pena apontar os trechos litteralmente transcriptos. E' questão de fórma, e muito insignificante n'um escripto da indole d'este Fique isto bem declarado, quanto a esta sessão, e a todas as seguintes. A redacção d'estas actas nos jornaes era quasi sempre dictada pelo proprio Castilho; algumas vezes, porém, redigiu-as o sr. L. F. Leite na impossibilidade do poeta.

(1) No jornal *O Patriota*, de 17 de Julho de 1852.

Dois dias depois volta o mesmo articulista ao assumpto, e diz isto:

«Ahi vai já de mar em fóra, com vento prospero, e promettendo larga e boa viagem, a alterosa nau da Instrucção popular.

«Ainda agora lançada ás aguas do rio de corrente bonançosa, já vai em demanda de poderosas conquistas. E ellas não hão de faltar.

«Hontem ao fechar a sessão de abertura dos cursos de Leitura repentina, já se achavam inscriptos no livro da matricula mais de 300 desvalídos da fortuna e da instrucção. Hoje por todo o dia foi tal a concorrencia, e tão solemne romaria de novos folguedos populares, que, ao abrir a 1.ª lição, havia relacionados perto de 750 pobres, de todas as edades, em que os mais valídos da fortuna eram operarios, e os mais infelizes quasi de posição inclassificavel.»

.....

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

ANTONIO HOMEM

(Ao meu prezado amigo, patricio e collega o sr. Augusto Mendes Simões de Castro)

XI

A confraria de frei Diogo

(Cont. do n.º 8, pag. 510)

Aos vinte e oito dias do mez de agosto de 1599 annos em Lisboa nos Estaos, na casa do despacho da sancta inquisição, estando ahi por commissão do sr. licenciado, Manuel Alvres Tavares, inquisidor em audiencia de pela manhã, o senhor licenciado Heitor Furtado de Mendoça, deputado deste sancto officio, perante elle pareceu sendo chamado Diogo de Sousa, fidalgo nos livros de sua magestade; e sendo presente para em tudo dizer verdade, lhe foi dado juramento dos sanctos evangelhos, em que elle poz sua mão, sob carrego do qual prometteu dizel-a. E se lhe perguntou se estava lembrado haver denunciado nesta mesa algumas cousas contra certas pessoas, e quaes eram as que tinha denunciado? E elle respondeu, que bem se recordava ter denunciado nesta mesa contra um frade de S. Francisco, que affirmam chamar-se frei Diogo da Assumpção, e em substancia contou o que tinha declarado a tal respeito, e para mais sua lembrança e melhor assentar na verdade, lhe foi lido o testemunho que deu nesta mesa aos vinte e septe dias do presente mez e anno, e outrosi lhe foi lida a relação escripta de sua letra feita aos doze dias deste dicto mez, em que denunciou o dicto frei Diogo da Assumpção, e sendo de tudo sciente, concordou que eram aquelles os seus testemunhos e denunciações, e que estavam postas na verdade, e que a dicta relação era escripta de sua letra e assignada de seu signal, e tambem estava escripta na verdade assim como o ha dicto, e não tinha mais que acrescentar nem diminuir. E do costume disse nada. E prometteu guardar segredo no caso sob carrego do juramento que recebeu. E estiveram presentes por honestas e religiosas pessoas, que tudo viram e ouviram,

e prometteram ter segredo no caso, e dizerem verdade no que lhes fosse perguntado, e assim o juraram aos sanctos evangelhos os reverendos padres, Bartholomeu Fernandes, e Simão Lopes, secretarios deste sancto officio, ambos sacerdotes de missa, que assignaram aqui com o dicto Diogo de Sousa e com o dicto senhor. *Manuel Marinho* o escrevi.

Heitor Furtado de Mendoça.
Diogo de Sousa.
Bartholomeu Fernandes.
Simão Lopes.

E ido para fora o dicto Diogo de Sousa fôram perguntados os dictos reverendos padres se lhes parecia, que elle falava verdade, e se se lhe devia dar credito, e por elles foi respondido que lhes parecia que falava verdade, e se lhe devia dar credito pelo modo com que se ratificou, e tornaram a assignar aqui com o dicto senhor. *Manuel Marinho* o escrevi.

Heitor Furtado de Mendoça.
Bartholomeu Fernandes.
Simão Lopes (1).

MUITO ILLUSTRES SENHORES

Da confissão juncta em estes autos de frei Diogo da Assumpção, frade professo da ordem de S. Francisco da provincia de Sancto Antonio, ordenado de ordens de evangelho, que ora está preso em esta cidade, em o mosteiro da dicta ordem; e do testemunho de Diogo de Sousa, de 27 de agosto de 99 contra o reu estar apartado da nossa sancta fé catholica, e ter crença na lei de Moysés; e porque a dicta confissão é diminuta, ficta e simulada, e o reu não confessou senão depois de saber que estava delato em esta mesa.

Peço a vossas mercês o mandem recolher em este carcere, e procedam contra elle pela dicta culpa. *Et fiat justitia.*

E com este requerimento do promotor fiz estes autos conclusos. *Simão Lopes* o escrevi.

Foram vistas na mesa do sancto officio aos trinta dias do mez de setembro de 1599 annos as culpas, que ha contra frei Diogo

(1) Idem, fol. 22 a 23.

da Assumpção, conteúdo no requerimento atraz escripto a fol., o que delle diz Diogo de Sousa aos vinte e sete dias de agosto de 99 annos, e a confissão do dicto frei Diogo, que fez aos 21 e 23 do mez de agosto de 99, que nestes autos anda. E pareceu a todos os votos que o dicto frei Diogo seja trazido ao carcere desta inquisição do carcere do seu mosteiro de Sancto Antonio desta cidade, onde está preso, para ser examinado e descobrir e dizer verdade de suas culpas visto como a testemunha diz, que se declarou com elle que tinha a lei de Moysés por boa. E elle em sua confissão, acredita a dicta testemunha, e *não do auto e de seu judaismo, antes diz que o* aprendeu de livros que leu, nem é de crer que de tão pouco tempo a esta parte tivesse a dicta crença, sendo professo como é vivendo entre os religiosos da sua ordem. E parece sua confissão ser ficta e simulada e não estar elle convertido. Com outras considerações, que no caso se tiveram, e que depois de trazido a estes carceres se faça diligencia ácerca de sua genealogia para na verdade se saber, se tem raça de christão novo ou outra alguma, a qual se não pode fazer tão commodamente estando elle onde está. E que este assento vá ao conselho geral, ou se dê conta deste negocio ao illustrissimo senhor inquisidor geral, visto estar elle no seu bispado, e não haver ora conselho geral.—*Manuel Alvres Tavares*—*Heitor Furtado de Mendoça.*

INTERROGATORIO

1.º—Se conhecem frei Diogo da Assumpção, frade professo de ordens de evangelho, da ordem de S. Francisco da provincia de Sancto Antonio, de cuja informação se tracta, declarem as testemunhas como é o conhecimento, e de que tempo, e de que edade será.

2.º—Se conhecem Jorge Velho Travassos e Maria de Oliveira, já defuncta, pae e mãe do dicto frei Diogo; e se sabem donde são naturaes e moradores, e como é o conhecimento, e de que tempo a esta parte.

3.º—Se conhecem Nuno Velho e Maria Bernaldes, pae e mãe do dicto Jorge Velho Travassos e avós paternos do dicto padre, frei Diogo; e se têem noticia dos mais ascendentes declarem donde foram naturaes e moradores, e como é o conhecimento e de que tempo a esta parte.

4.º—Se conhecem Pero de Oliveira e sua mulher, a que se não sabe o nome, pae e mãe da dicta Maria de Oliveira

e avós maternos do dicto frei Diogo, e se têem noticia dos mais ascendentes declarem donde foram naturaes e moradores, e como é o conhecimento e de que tempo a esta parte.

5.º—Se sabem que os dictos frei Diogo e seu pae e mãe e avós paternos e maternos, acima nomeados, todos e cada um delles foram e são tidos por christãos velhos, limpos sem raça nem descendencia de judeus, mouros nem de outra seita novamente convertidos, e por taes são tidos e havidos, e commumente reputados, e do contrario não ha fama nem rumor, e se o houvera as testemunhas o souberam e ouviram dizer, segundo o conhecimento que têem das dictas pessoas, e cada uma dellas.

6.º—Se sabem que os dictos frei Diogo, e seu pae e mãe e avós paternos e maternos, nenhum delles fosse preso nem sentenciado pelo sancto officio, nem noutra alguma infamia.

7.º—Se sabem que o dicto padre, frei Diogo, é filho legitimo dos dictos Jorge Velho e Maria de Oliveira, e por tal tido e havido.

Se de tudo o sobredicto é publica voz e fama (1).

(Continúa). ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

---

(1) Idem, fol. 25 e 26.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 3, pag. 196)

Treslado da prouisão do Cardeal pera poderem os da Companhia emmendar os liuros, &.

O Cardeal Inffante Inquisidor geral ẽ estes Reinos, e Senhorios de portugal etc: fazemos saber aos que esta uirem que pella confiança que temos dos padres da Companhia de Jesu; e por terem escholas geraes auemos por bem de dar licença ao prouincial da dita Comp.ª que agora he, e ao diante for, e aos Superiores dos Collegios e cassa de S. Roque da mesma Comp.ª que ora são, e ao diante forem, pera que cada hũ delles por si, ou por pessoas sufficientes deputadas por cada hum delles da mesma possam reuer, e exeminar, e censurar todos os liuros, opusculos, tratados, escritos, ou papeis de mão ainda que não tenhão nome do Autor, q̃ ao presente tiuerem, ou pollo tempo adiante comprarem, ou por qualquer maneira ouuerem. Da maneira que isto fazem os reuedores dos liuros, postos pollo santo officio, E poderão ter, e uzar dos liuros papeis E escritos de mão, assim examinados, E censurados, E cõmunicar esta licença a pessoas da Comp.ª que lhes parecerem sufficientes. E assi mesmo damos licença ao dito prouincial, e Superiores pera q̃ elles e as pessoas a que elles cõmunicarẽ possão ter e usar de todos os liuros impressos, papeis, ou escritos de mão q̃ agora tem, ou ao diante ouuerem de qualquer maneira defessos, por nos, ou pollos Inquisidores deste Reino, ou pollo Catalogo do papa, ou do Concilio tridentino, contanto que não seião da primeira classe, E tudo isto lhe concedemos em quanto lhe não mandarmos o contrairo. Dada em Euora sob nosso sinal E cello a tres de feuereiro de 1578. Domingos Simões a fez escreuer.

— JESUS —

Ev N. N. Prometo à Deos todo *po*deroso, diante da Uirgẽ Sua Madre, E de toda à Corte Cœlestial, E de vos Reuerendo p.e que Em lugar do prœposito geral da Comp.ª de JESV, E de seus successores tendes ô lugar de DEOS, per*pe*tua pobreza, castidade, e obediençia, conforme ao modo que nas Letras Apostolicas, E constituições da dita Comp.ª esta declarado. Em Braga na Igreia, ou Capella do Collegio da Comp.ª de JESV, a tantos de tal mes, da Era de tantos &.

MODUS INFORMATIONIS CUM PETITUR FACULTAS ALIENANDI.

Cum informatio mittitur ad P. N. Generalem de re aliqua alienanda, quæ uergat in enidentem utilitatem, explicetur simul res eius pretio emenda nominatim, si possit, sin minus, saltem in universum. ver. g., ad emendos *ve*l redimendos census aliquos, uel possessiones, aut aliquid eiusmodi: alioqui enim nõ posset constare patri generali de certa, et evidenti utilitate.

Confirmatio non debet peti, nec po*test* adhiberi, nisi pretio rei uenditæ in re aliqua iam collocato, quia antequam pretium ponatur in re aliqua, utilitas adhuc est in potentia: Quanquan eti*am* hoc posset fieri, si cum petitur facultas uendendi rem aliquam ut ematur certa aliqua res, simul confirmetur ex tunc pro eo tempore, quo res conficietur, sicut in informatione dictũ fuerit.

Si aliquando contigerit, ut propter aliquam occasionem pretio rei uenditæ ematur aliquid aliud, cuius in informatione non fuerit facta mentio, cum petetur eius confirmatio, mittatur eti*am* noua informatio qua constet id cessisse in euidens ac manifestũ illius Collegij cõmodum.

Non intelligitur esse prohibitum prouincialibus, aut vice prouincialibus quin oblata bona aliqua occasione, quæ sine certo damno nõ possit differri, possent dare facultatem, ut fiat interim contractus, duabus tamen seruatis conditionibus. 1.° Ut possessio rei uenditæ non detur *d*onec huiusmodi con-

tractum P. generalis confirmarit, ac ratum habuerit: Deinde ut simul cum informatione exponantur etiam rationes cur expedierit eam uenditionem fieri non expectata P. generalis facultate.

Euerardus mercurianus Societatis Iesv Præpositus Generalis.

Vniuersis, et singulis præsentes literas inspecturis, salutem in eo, qui est uera salus. Quoniam sanctissimus Dominus P. Gregorius XIII inter cœtera beneficia, quibus Societatem nostram ornauit, illud etiam tum ad ipsius societatis spiritualem consolationem, tum ad fidelium omnium vtilitatem supplicantibus nobis concessit, vt in omnibus ecclesiis nostris semel in anno, quem nos designaremus die, omnes qui pie ipsas visitarent, indulgentiam plenariam in perpetuum consequi possent, vt in eius literis Apostolicis Romæ apud Sanctum Petrum die septima Maij anno 1578 datis plenius expressiusque cõtinetur. Idcirco nos ut tanto priuilegio, spiritualique thesauro frui possimus pro omnibus Lusitaniæ prouinciæ, siue collegiorum, siue domorum ecclesijs diem primum Januarij qui sacratissimæ circumcisioni dicatus est eligimus, atque perpetuo seruari iubemus, Deum precantes ut huius tanti beneficij usum et nobis ipsis, et omnibus alijs qui eo fruentur faustum et salutarem esse uelit. In quorum fidem has prœsentes literas manu nostra subscriptas sigillo societatis nostræ muniri uolumus. Romæ sexto decimo mensis Januarij M. D. LXXIX. Euer.

De hũa do P.e geral Euer. Merc. pera o P.e visitador Miguel de Sousa de 17 de Março de 1578.

Dé orden V. R. q̃ los Rectores hagan algunas uezes cõferencias con los cõfessores, y que los instruan pera q̃ puedan cõfructo delas animas exercitar su officio.

Quanto a los nuestros priuilegios acerca del interdicto, quedan derrogados por el Concilio.

De hũa do P.e geral Euer. Merc. pera o P.e visitador Miguel de Sousa de 8 de Julho de 1578.

Veo quan ocasionadas son las residencias q̃ tenemos pera desastres. V. R. prouea de manera q̃ los nuestros no se pongan a peligro, y me holgare muy mucho, q̃ quanto fuere possible uengan los nuestros ordinariam.te dormir a casa: mas esto no se entiende en las uaccaciones quando ordinariam.te estan en uilla Franca, y otras semeiantes residencias de muchos hermanos, porq̃ entonces no parece que ay este peligro.

De hũa do P.e geral Euer. Merc. pera o P.e R.tor Amador rabello de 29 de setembro de 1577.

Escreuendo o P.e Amador rabello q̃ certa pessoa pedia sepultura em nossa Igreia cõ licença pera poer em cima hũa campa com letreiro, respondeo nosso P.e concedendo a sepultura acrecentando as palauras seguintes.

Pero el poner piedra con letreiro sobre la sepultura no se usa en la comp.a.

(Continúa.)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Lourenço Marques e suas relações com a Africa do Sul. Conferencias feitas na Sociedade de Geographia nas sessões de 2 de dezembro de 1895 e 13 de janeiro de 1896, por EDUARDO DE NORONHA.

A rebellião dos indigenas em Lourenço Marques, por EDUARDO DE NORONHA.

A dissecção da critica de um auctor—modelo de opiniões sinceras e consistentes. Discurso na Sociedade União medica do Porto, em sessão de 21 de junho de 1897, a proposito da investigação microscopica do gonococco de Neisser, por A. J. FERREIRA DA SILVA.

Bulletin de la Société Chimique de Paris, conprenant le procès verbal des séances, les mémoires présentés à la société, l'analyse des travaux de chimie pure et appliquée publiés en France et à l'étranger. La Révue des Brevets, etc.

O districto de Lourenço Marques e a Africa do Sul, por EDUARDO DE NORONHA.

A nacionalidade dos filhos de pae portuguez nascidos no Brazil, por LUIZ LEOPOLDO FLORES.

Observações ao regulamento para a desarmotisação dos bens das communidades de 1 de fevereiro de 1897, por J. BAPTISTA GOMES.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao INSTITUTO não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do INSTITUTO DE COIMBRA, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto*, a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XLIV

Numero XII

M·DCCC·XCVII

Dezembro

COIMBRA

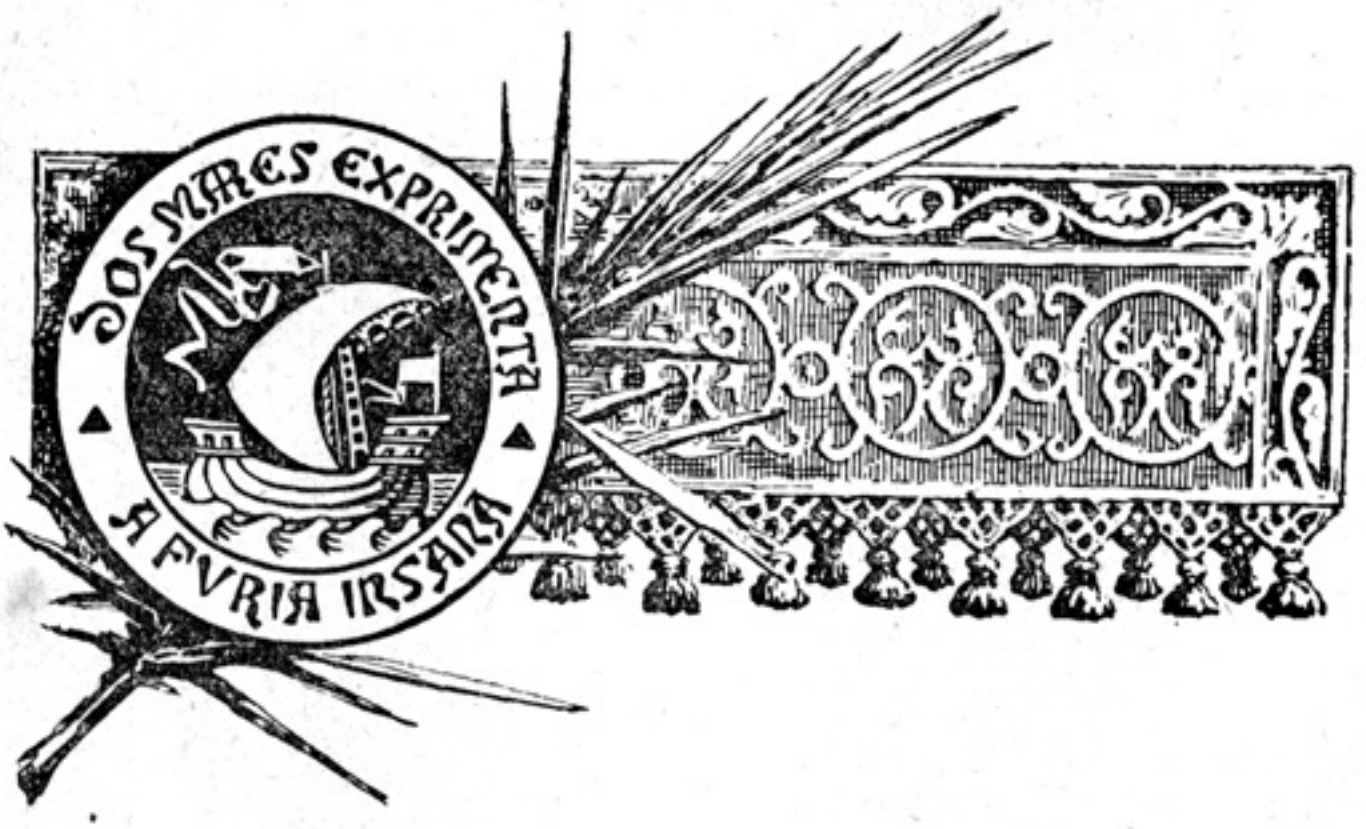
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Affonso Costa, secretario
Bernardo Ayres
Eugenio de Castro
José Frederico Laranjo, 1.º redactor
Luciano Antonio Pereira da Silva
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama.

INDEX

INSTRUCÇÃO PRIMARIA, por *Eugenio de Castro Rodrigues*.. 713
DR. ANTONIO GONÇALVES DA SILVA E CUNHA, por *B. A. Serra de Mirabeau* 717
ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES, por *Alvaro José da Silva Basto* 722
O DR. R. FRESENIUS, por *A. J. Ferreira da Silva* 727
A PROPOSITO DO CENTENARIO DA INDIA, por *Fortunato de Almeida* 730
ANALYSE CHIMICA DAS AGUAS DE COIMBRA, SOB O PONTO DE VISTA HYGIENICO, por *Charles Lepierre* e *Vicente José de Seiça* 741
CATALOGO DO MUSEU ETHNOGRAPHICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, por *Adolpho Frederico Moller* 749
LA DOUCEUR DES FLEURS, por *Remy de Gourmont* 758
VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA, por *Sousa Viterbo* 760
ANTONIO HOMEM, por *Antonio José Teixeira* 766
LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES (continuação) 774



SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INSTRUCÇÃO PRIMARIA

A ESCHOLA CENTRAL N.º 1, DE LISBOA

(Cont. do n.º 11, pag. 659)

III

Situação actual

Actualmente a Eschola n.º 1 ministra a instrucção primaria a mais de seiscentas creanças, que frequentam as aulas diurnas, e a muitos adultos, que frequentam as classes da noite.

O programma das aulas diurnas está dividido em cinco secções graduaes. As tres primeiras abrangem todo o ensino elementar; a quarta comprehende tudo o que falta no programma do ensino elementar, para que os alumnos fiquem habilitados a fazer o exame de admissão aos lyceus; e a quinta finalmente é constituida pelo programma de ensino complementar.

A parte d'este programma relativo ás quatro primeiras secções foi elaborada em tempo do vereador Theophilo Ferreira. E' o desenvolvimento do programma official, e contém algumas indicações relativas ao *modus faciendi* do ensino. A quinta secção é o programma do ensino complementar, tal como foi decretado pelo governo.

Os alumnos das aulas diurnas estão divididos em doze classes: seis, em que se lecciona a primeira secção do programma elementar, parallelas, e regidas cada uma por um professor ou por uma professora, com ou sem auxilio de monitoras; tres, tambem parallelas, em que se lecciona a segunda secção do mesmo programma, regidas cada uma por seu professor; e uma em que se lecciona a terceira secção, outra em que se lecciona a quarta, e finalmente uma ultima em que se dá a instrucção primaria complementar, com um professor para cada uma.

Estas aulas começam ás 8 horas e meia da manhã e terminam ás 6 da tarde.

Cada alumno tem quatro horas e meia de aula por dia.

Seis d'aquellas doze classes são leccionadas das 8 e meia da manhã á 1 da tarde, e as seis restantes da 1 e meia ás 6 da tarde.

Este horario, que se reconhece não ser bom, foi imposto pela necessidade de admittir em algumas escholas um numero de alumnos muito superior ao de logares, que nas mesmas escholas havia, e a fim de evitar a despesa que teria de fazer-se com a creação das que faltavam, para receber em melhores condições toda essa população. A Eschola n.º 1, tendo só seis aulas com 314 logares, e sendo hoje frequentada por mais de 600 alumnos, não podia deixar de adoptar este horario.

O regulamento que estatuiu este systema, o qual foi feito pelo vereador Mattoso dos Santos, chama ás escholas em que elle teve de ser adoptado — escholas duplas —, e permitte que os professores e mais empregados accumulem o serviço das aulas da manhã com o das aulas da tarde, mediante umas pequenas gratificações, o que tudo vinha por fim de contas a baratear ainda mais o ensino.

Aquellas doze classes são hoje regidas por quatro professores e cinco professoras, auxiliados por duas monitoras e um monitor, quatro professores especiaes (de gymnastica, de desenho, de calligraphia e de canto), e ainda por uma professora addida, que lecciona em casa separada uma secção de uma das seis primeiras classes, em que a eschola está dividida.

O professor de gymnastica e exercicios militares tem um ajudante que se denomina *instructor militar,* o qual é considerado como empregado menor da eschola.

Os professores especiaes de desenho e de calligraphia prestam serviço nas classes mais adiantadas, e dá cada um duas lições por semana, de uma hora cada uma. Os de gymnastica e canto dão tambem só duas lições por semana, mas de hora e meia cada uma.

Os alumnos esquivam-se, como podem, á frequencia d'estas lições especiaes, e ninguem se faz cargo de os compellir a ellas. Com as lições de canto choral deu-se tambem o mesmo facto; e já ha tempo que estão suspensas por falta de hora appropriada.

O ensino d'estas quatro disciplinas, posto que muito proficientemente feito, e por professores competentissimos, nunca chegou a ser formulado em programmas proprios, como fôram os do ensino elementar e complementar.

O Decreto de 6 de maio ultimo extinguiu os logares d'estes professores especiaes.

Dois dos cinco professores ordinarios e uma das professoras regem aula de manhã e de tarde.

No curso nocturno os alumnos, segundo o ultimo regulamento, dividem-se em duas classes durante a primeira parte do anno lectivo (outubro a março), quando o seu numero exceda sessenta. De abril até ao fim do anno lectivo só funcciona uma classe com os alumnos propostos para exame elementar ou de admissão ao lyceu.. O seu programma é o mesmo que o das quatro classes elementares do curso diurno. As aulas são regidas por professores das aulas diurnas, á escolha do vereador; que recebem por este serviço uma pequena gratificação (12$000 réis mensaes).

Estes cursos tinham tido um outro regulamento e um programma especial, elaborados já em tempo do vereador Leça da Veiga. Vão appensos a estas notas.

O pessoal menor compõe-se de dois continuos, tres serventes, um porteiro, um guarda das retretes e um instructor militar.

As disposições do Decreto de 6 de maio ultimo (1892) fazem esperar os regulamentos que hão de definir o futuro regimen d'esta eschola, a qual entretanto se acha, como todas as outras escholas de Lisboa, n'um periodo de transição, que de certo se não prolongará por muito tempo.

IV

Estatistica

ANNOS LECTIVOS	CURSO DIURNO				CURSO NOCTURNO
	Alumnos entrados durante o anno	Alumnos que frequentaram	Alumnos sahidos durante o anno	Alumnos que passaram ao anno seguinte	Alumnos que frequentaram
1875 a 1876	162	162	–	162	–
1876 a 1877	177	339	65	274	–
1877 a 1878	158	432	100	332	–
1878 a 1879	161	493	170	323	–
1879 a 1880	103	426	144	282	285
1880 a 1881	148	430	128	302	271
1881 a 1882	151	453	137	316	279
1882 a 1883	169	485	139	346	391
1883 a 1884	125	471	109	362	306
1884 a 1885	106	468	101	367	311
1885 a 1886	218	585	122	463	192
1886 a 1887	152	615	149	466	187
1887 a 1888	262	728	203	525	117
1888 a 1889	197	722	210	512	126
1889 a 1890	257	769	245	524	135
1890 a 1891	202	726	176	550	175
1891 a 1892	330	880	268	612	169

Eugenio de Castro Rodrigues,
director da eschola.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

DR. ANTONIO GONÇALVES DA SILVA E CUNHA

Se os dons de lucida intelligencia e bom senso, unidos á bondade de coração e firmeza de caracter, fossem predicados por onde tivesse de se prolongar a vida, a do dr. Antonio Gonçalves da Silva e Cunha teria sido de larga duração. Sobejavam-lhe meritos para dilatada existencia, ter-lh'a-hiam vigorado excellentes qualidades physicas e moraes. Mas os dotes do espirito não são, infelizmente, resalva nem escudo contra as investidas da morte. Os golpes da fouce tremenda tanto abatem rudes entendimentos como intelligencias culminantes. Derrubam fortes e fracos; não poupam individuos dotados de compleição robusta e ainda vigorosos, como em taes condições succumbiu o varão illustre, de quem nas linhas que se seguem damos hoje os traços biographicos.

Em Lobão da Beira, no concelho e comarca de Tondella, nasceu o dr. Antonio Gonçalves da Silva e Cunha a 2 de novembro de 1821. De seus progenitores, José Gonçalves Mendes da Silva e D. Antonia Joaquina da Cunha, recebeu educação com os cuidados de quem antevia n'aquelle filho futuro promettedor. O desejo de apprender e a facilidade na comprehensão, que logo nos primeiros annos manifestou, indicavam o rumo por onde o deviam encaminhar. Tanto o conheceram os seus dirigentes que não hesitaram em lhe dar modo de vida pelas lettras.

Preparado na eschola primaria, como não tivesse na terra natal quem o dirigisse no estudo das disciplinas de instrucção secundaria, forçoso foi que procurasse mestres idoneos longe da casa paterna. Entregue mais á sua propria descripção e prudencia do que aos cuidados e vigilancia de extranhos, cursou humanidades com notavel aproveitamento. Ao passo que des-

envolvia a intelligencia com a acquisição de novos conhecimentos, exercitava por tendencia natural a reflexão e contrahia o habito de ver as cousas, não por um só lado e n'uma unica direcção, mas sim sob todos os aspectos e relações. Por isso quando chegou ao limiar da instrucção superior, achava-se em condições vantajosas para começar o estudo das sciencias.

Em 1838 matriculou-se, como obrigado, no primeiro anno mathematico e philosophico com o intuito de se habilitar para a frequencia em medicina. Concluidos em curso triennal os estudos de mathematica, chimica, physica e historia natural, foi admittido á matricula do primeiro anno medico em outubro de 1841.

Em tempos revoltos e pouco azados para estudos cursou o dr. Gonçalves as aulas universitarias até concluir a formatura em medicina. Dissenções no partido constitucional, que tinham começado e medrado durante a emigração, deram de si, depois do estabelecimento do governo representativo, parcialidades politicas irreconciliaveis e revoluções successivas, ora com maior, ora com menor perturbação no andamento das cousas publicas. Estes acontecimentos reflectiram-se na Universidade, onde nunca faltaram partidarios das facções militantes, e onde mais de uma vez, para se acalmarem desturbios, foi necessario recorrer-se ao encerramento das aulas. Ficaram, em especial, assignalados nos fastos universitarios os successos de 1844 e notavelmente os de 1846, em que a mocidade academica trocou os livros pelas armas e afrontou os perigos da guerra em defesa da causa popular.

Durante as luctas civis, em que tantos mancebos estudiosos se allucinaram, uns levados por convicções politicas, attrahidos, outros pelo exemplo, deu o dr. Gonçalves prova cabal da sua prudencia e apurado criterio. A excitação das paixões e o alvoroço geral não o demoveram do theor de vida a que se circumscrevera como estudante; não por que fosse indifferente ás calamidades da patria, calamidades que devéras o magoavam, mas por que todas as considerações lhe indicavam que a pacificação das contendas civis dependia de forças e de combinações, em que pouco ou nenhum peso tinha o nobre impulso de corações juvenis.

Em todas as aulas do curso medico se houve sempre como estudante distincto e por extremo modesto; bem cabidas foram pois as qualificações que a faculdade de medicina lhe conferiu ao terminar a formatura em 1846, qualificações que lhe abriram o accesso á laurea doutoral e lhe despertaram aspirações ao magisterio universitario.

Mas o flagello das luctas civis veio por então tomar-lhe o passo e interromper-lhe a carreira. A revolução, que havia começado no Minho em maio de 1846, recrudesceu por todo o paiz por causa da embuscada palaciana em 6 de outubro d'aquelle anno. Os exercicios escholares não se coadunavam com a exaltação dos espiritos e menos ainda com os apparatos de guerra; inevitavel foi, portanto, fechar-se a Universidade durante o anno lectivo de 1846 a 1847. Só em outubro d'este anno recomeçaram os trabalhos academicos, e o dr. Gonçalves pôde frequentar o sexto anno e levar a cabo o seu intento. Na defesa das theses e no exame privado, dous actos por onde se apuram os quilates do talento, corroborou os creditos dos seus recursos intellectuaes e meritos scientificos, e em 16 de julho de 1848 recebeu com o gráo de doutor o merecido galardão de seus esforços.

Para complemento das suas aspirações faltava-lhe a conquista de um logar no corpo docente. A entrada para o magisterio effectuava-se n'aquelle tempo pelo processo de longa opposição, segundo as disposições do decreto de 20 de setembro de 1844. Por mais de tres annos, depois de doutorado, esperou o dr. Gonçalves que lhe chegasse a occasião de dar as provas que haviam de servir de fundamento á sua nomeação para oppositor. Motivos extranhos ao seguimento do seu processo de habilitação retardaram a votação da faculdade, que veio a realisar-se em congregação de 3 de março de 1852. O governo confirmou a votação por decreto de 3 de maio do mesmo anno. Em 3 de agosto foi provido no logar de primeiro ajudante de clinica e entrou desde então em serviço effectivo com os direitos inherentes ao magisterio universitario. Por decreto de 2 de maio de 1855 passou a substituto ordinario, logar em que permaneceu por mais de oito annos.

Demorado se lhe antolhava por aquelle tempo o accesso a cathedratico; quiz porém a fortuna que por carta de lei de 26 de maio de 1863 fossem creadas duas cadeiras na faculdade; conseguiu então o desejado accesso por despacho de 14 de julho seguinte. Na distribuição do serviço coube-lhe a cadeira de anatomia pathologica, recentemente creada.

Regeu o dr. Gonçalves differentes cadeiras como substituto; mas em nenhuma foi tão prolongada a sua assistencia como nas duas de medicina pratica. Tendo-se, pois, applicado por muito tempo a estudos clinicos, era natural que optasse por qualquer d'aquellas duas cadeiras que primeiro vagasse. Assim succedeu; em occasião opportuna trocou a anatomia pathologica pela clinica, onde illustrou o ensino com pontual assi-

duidade nos ultimos dezoito annos da sua permanencia no magisterio.

A aura que lhe diffundiu os creditos de bom professor, adquiridos na regencia de outras cadeiras, assumiu intensidade maior depois que se fixou nas de clinica. A resolução de intrincados problemas de medicina pratica era de molde para patentear a agudeza do seu engenho, a lucidez da sua intelligencia e a sagacidade com que sabia descobrir e interpretar os indicios morbidos. Coordenando os factos e apreciando-os com rigor logico, raro deixava subsistir duvidas no espirito de seus ouvintes. Mas se acontecia topar com difficuldades insoluveis, como surgem a quantos lidam no arduo mistér de tratar doentes, não encobria a verdade; confessava com a lhaneza, que lhe era innata, a insufficiencia de seus esforços. Nas tentativas com que o medico procura muitas vezes esclarecimentos, que de outro modo não póde alcançar, foi devéras cauteloso. Onde porém se houve com a maxima cautela e sobriedade foi nas applicações therapeuticas. Repugnavam-lhe as substancias pouco experimentadas, os elixires muito apregoados e os meios therapeuticos energicos, quando não fossem claramente indicados. Tinha a consciencia da sua circumspecção; justificava-a por estas poucas palavras—toda a prudencia é pouca quando se trata *de pelle humana*.

O retrahimento a que por indole se entregava tel-o-hia conduzido a vida obscura e ignorada, se os encargos do magisterio o não obrigassem a exihibir nas aulas os seus dotes intellectuaes e os seus muitos conhecimentos theoricos e praticos, adquiridos pelo estudo e no trato com os enfermos. No cumprimento, porém, dos seus deveres academicos nunca teve acanhamentos; antes foi expedito, e com tal facilidade e clareza na dicção, que por ella manifestava a coordenação das suas ideias, e a perspicuidade do seu espirito. Estes predicados se coexistissem n'elle com estimulos de ostentação, ter-lhe-hiam grangeado reputação independentemente do arrimo de uma posição official.

Tendo emfim consumido o melhor das suas forças no estudo e no ensino, ao cabo de trinta annos de serviços verdadeiramente bons e effectivos, e com mais de sessenta de edade, pediu e obteve a jubilação em lente de prima por decreto de 27 de julho de 1882. Desobrigado das funcções universitarias, crearam-lhe outras os que lhe conheciam as qualidades e a fina tempera do seu caracter. A rectidão do seu espirito e a sua indole não se coadunavam com os ardis da politica: apezar d'isso os seus conterraneos e amigos, que já em 1868 o tinham

eleito deputado ás côrtes, onde teve assento até janeiro de 1870, fizeram com que depois de jubilado voltasse ao parlamento e obtivesse por eleição um logar na camara dos pares. Da firmeza e lealdade com que se desempenhou do mandato dão testemunho os que foram seus companheiros nas lides parlamentares.

Cansado das inquietações da politica que mais serviam para lhe attribular a existencia do que para lhe fortalecer as energias do corpo e do espirito, resolveu procurar a tranquillidade de que carecia e para onde o levavam as proprias inclinações. Fixou residencia na aldeia em que nascera e onde tinha ampliado a herança paterna com a acquisição de dominios valiosos. Alli, retirado do bulicio do mundo, entretido na labutação aprazivel dos campos, correram-lhe propicios os ultimos annos da vida. Bem disposto e vigoroso se achava quando foi tomado de doença, contra cuja violencia foram baldados os desvelos dos amigos, os carinhos da familia e os recursos da medicina. Conhecedor do seu estado encarou a morte com serenidade; soffreu resignado os incommodos progressivos que lhe causou a doença de que veio a fallecer em 4 de agosto do anno corrente.

O Instituto, inserindo no seu jornal estes traços biographicos, presta a homenagem devida á memoria do varão illustre que foi seu socio honorario, professor respeitavel da faculdade de medicina e perfeito modelo de homem de bem.

B. A. Serra de Mirabeau.

ÍNDICES CEPHÁLICOS DOS PORTUGUÊSES

(Cont. do n.º 10, pag. 620)

QUADRO VI

SERIAÇÃO DOS ÍNDICES DE 1000 CRÁNIOS

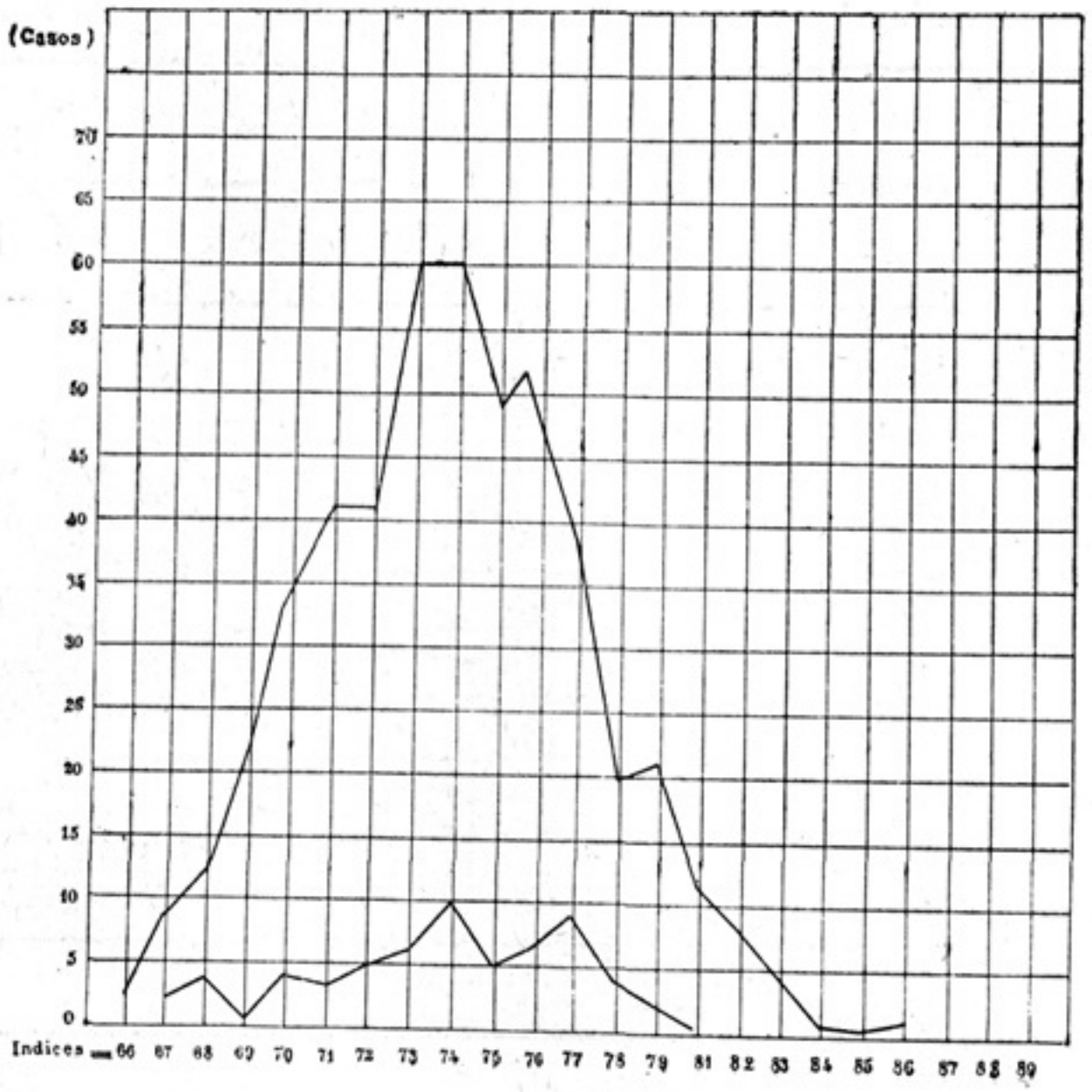
(Collecção do dr. Ferraz de Macedo)

ÍNDICES	HOMENS		MULHERES		HOMENS E MULHERES	
	N.º absol.	N.º %	N.º absol.	N.º %	N.º absol.	N.º %
64	1	0,2	–	–	1	0,1
65	–	–	–	–	–	–
66	2	0,4	–	–	2	0,2
67	8	1,6	1	0,1	9	0,9
68	12	2,4	2	0,4	14	1,4
69	23	4,7	12	2,4	35	3,5
70	34	6,9	13	2,6	47	4,7
71	42	8,5	35	6,9	77	7,7
72	42	8,5	47	9,3	89	8,9
73	60	12,2	52	10,3	112	11,2
74	60	12,2	68	13,4	128	12,8
75	48	9,7	64	12,6	112	11,2
76	52	10,5	59	11,7	111	11,1
77	38	7,7	48	9,5	86	8,6
78	20	4,0	32	6,3	52	5,2
79	22	4,5	31	6,1	53	5,3
80	12	2,4	19	3,7	31	3,1
81	8	1,6	10	2,0	18	1,8
82	5	1,0	4	0,8	9	0,9
83	2	0,4	3	0,6	5	0,5
84	1	0,2	2	0,4	3	0,3
85	1	0,2	–	–	1	0,1
86	–	–	1	0,2	1	0,1
87	1	0,2	1	0,2	2	0,2
88	–	–	1	0,2	1	0,1
94	–	–	1	0,2	1	0,1
N.º total	494	100,0	506	100,0	1000	100

QUADRO VII

GRÁPHICAS DO ÍNDICE CEPHÁLICO DOS CRÁNIOS MASCULINOS REFERIDOS NOS QUADROS V E VI

A curva superior refere-se aos 494 crânios masculinos do dr. Ferraz de Macedo. A inferior é relativa aos 67 do Museu da Universidade.



2.º Grupo — ENSAIO DE DISTRIBUÏÇÃO GEOGRÁPHICA DO ÍNDICE CEPHALICO EM PORTUGAL: QUADRO VIII

QUADRO VIII

ÍNDICES CEPHÁLICOS MÉDIOS NAS PROVÍNCIAS PORTUGUÊSAS

(Dr. Ferraz de Macedo)

PROVÍNCIAS	HOMENS		MULHERES	
	N.º de observ.	Índices	N.º de observ.	Índices
Minho	27	75,71	3	77,06
Tras-os-Montes	9	72,49	2	73,03
Douro	40	73,84	28	74,86
Beira Alta	15	72,59	8	74,22
Beira Baixa	7	73,74	10	75,98
Extremadura	279	74,26	394	75,55
Alentejo	15	74,83	9	76,61
Algarve	19	75,29	16	76,33
Índice médio	-	74,46	-	75,56
Número total de observações.	417	-	485	-

3.º Grupo — ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO ÍNDICE CEPHÁLICO EM PORTUGAL: QUADROS IX E X

QUADRO IX

ÍNDICE CEPHÁLICO DE ALGUNS CRÁNIOS PREHISTÓRICOS DE PORTUGAL

(Trabalhos do sr. Paula e Oliveira)

PROCEDÉNCIA	NÚMERO DA COLLECÇÃO	PERÍODO	SEXO	ÍNDICE
Valle do Areeiro (Villa Nova da Raínha)		Paleolíthico (?)	M.	80,11
Mugem (Valle do Tejo na Extremadura)	1	Proto-neolíthico	H.	82,56
	3	Proto-neolíthico	M.	73,41
	6	Proto-neolíthico	H.	72,97
Casa da Moura (Cesareda)	2	Neolíthico	H.	71,65
	3	Neolíthico	H.	74,07
Cascaes	2	Neolíthico	H.	74,05
Carvalhal	1	Neolíthico	H.	88,00

QUADRO X

ÍNDICE CEPHÁLICO DE ALGUNS CRÁNIOS LUSO-ROMANOS

(Segundo os trabalhos do dr. Ferraz de Macedo)

PROCEDÊNCIA	ORIGEM ÉTHNICA	NÚMERO	SEXO	ÍNDICE
Villa Franca de Xira	Romano.....	1	H.	74,73
	Romano.....	2	M.	78,23
	Romano.....	3	H.	76,19
	Luso-romano...	4	H.	77,95
	Luso-romano...	5	M.	78,82
Algarve	Lusitanos da época romana	10 crânios	ambos os sexos	Dolichocéphalos de menos de 75. 2 Mesaticéphalos..... 4 Brachycéphalos de mais de 80.. 2

ÁLVARO JOSÉ DA SILVA BASTO.

O DR. R. FRESENIUS

Quasi ao mesmo tempo que Paul Schutzenberger, o chimico eminente, de que n'esta revista deu uma noticia, lucida, completa e muito sentida, um meu distincto amigo e collega, pagou o seu tributo á morte o dr. Carlos Remigius Fresenius.

Ambos amavam escrupulosamente a verdade e a exactidão scientificas; ambos eram um pouco indisciplinados no tocante ás doutrinas theoricas correntes na sciencia, n'este periodo de renovamento collossal de ideias e de syntheses; mas a sua indole era diversa, e as provincias do saber chimico que cultivaram bastante distinctas.

Schutzenberger, audaz, arrojado, ousava librar-se ás alturas para resolver, á luz da mais rigorosa experiencia, problemas arduos e difficeis, que tinham repulsado mais do que um homem eminente; e assim arcou elle defrente com um dos mais serios — a constituição dos albuminoides —, que desvendou com mão de mestre, como Chevreul fizera, nos principios d'este seculo, com as materias gordas.

Fresenius não se levantou tão alto na indagação, nem devassou nenhum d'estes recantos tenebrosos da sciencia. Mas recolheu com escrupulo, divulgou, criticou, melhorou e aperfeiçoou tudo quanto diz respeito á analyse chimica, principalmente a mineral. E' como analysta eximio que o seu nome tem de figurar na historia chimica ao lado dos Rose, Plattner, Rivot e outros.

O seu tratado de analyse chimica qualitativa e quantitativa é o guia dos trabalhos em todos os laboratorios; é o livro classico de consulta para os casos difficeis. Acha-se traduzido em quasi todas as linguas, em muitas edições.

O *Zeitschrift fur analytische Chemie,* jornal de chimica analytica por elle fundado em 1862, é um reportorio precioso, onde se vão inserindo, dia a dia, os novos processos analyticos, os novos apparelhos de analyse em todos os dominios da chimica medica, forense, bromatologica, e onde se passam em revista, com inteira independencia e imparcialidade, os

trabalhos de analyse effectuados em todos os laboratorios. Quem subscreve estas linhas tem de agradecer á memoria do illustre extincto o ter dado conta de humildes trabalhos seus, alguns d'elles em occasião na qual um *chauvinismo* mesquinho mandaria amesquinha-los ou passa-los desapercebidos. Póde dizer-se que não ha publicação periodica de analyse chimica que lhe seja superior no methodo, nos pormenores, na imparcialidade.

As suas eminentes qualidades de analysta revelaram-se em alguns trabalhos, como na fixação de processos industriaes para conhecer o valor das potassas, das sodas, das cinzas, dos acidos e dos manganesios; na investigação do arsenio em chimica legal pelo apparelho de Marsh; no dozeamento do ammoniaco, no ar atmospherico; na investigação dos acidos tartrico e malico, etc. O guia para a analyse das potassas e sodas, que elle publicou com o seu collega dr. H. WILL, fornece os processos que ainda hoje são adoptados pelos industriaes.

Desde 1850 até aos seus ultimos annos foi encarregado só, ou com seus filhos e assistentes, de mais de 50 analyses completas de aguas mineraes da Allemanha, da Austria e Hungria. A sua primeira publicação d'este genero é a analyse chimica das aguas do ducado de Nassau, que abrange muitos nascentes, e fornece um volume de 510 paginas. As analyses de aguas mineraes de FRESENIUS têm sido o modelo, em toda a parte seguido, para trabalhos d'esta ordem.

FRESENIUS nasceu em Frankfort (do Meno) em 28 de dezembro de 1818, e falleceu victima de um ataque de paralysia de coração, em 11 de junho do corrente anno, na idade de 78 annos. Estudou primeiro no gymnasio de Frankfort e na pharmacia de STEIN da mesma cidade; cursou depois, por 1840, a Universidade de Bonn, e terminou a sua educação chimica na de Giessen, em que foi assistente do celebre LIEBIG, e depois *privat-docente*.

Em 1845 foi nomeado professor de physica, chimica e technologia em Wiesbaden, onde exerceu a sua actividade até os seus ultimos momentos.

Ahi fundou, em 1848, o seu afamado laboratorio, destinado a fornecer uma série instrucção chimica experimental, não só na chimica geral, como nas suas applicações á industria, ao commercio, á pharmacia, á agronomia e á œnologia. Eram divisões especiaes d'estes cursos, e são-no ainda hoje, a analyse chimica applicada á technologia e a analyse chimica bromatologica. Mais tarde, em 1884, aggregou ao mesmo

laboratorio um *instituto hygienico e bacteriologico,* primeiro a cargo do dr. HUEPPE, e hoje sob a direcção do dr. FRANK.

FRESENIUS occupava, como era de prever, uma alta posição no meio scientifico do seu paiz e extrangeiro. Era membro de honra da sociedade chimica de Berlim; foi eleito por tres vezes presidente do congresso allemão de sciencias naturaes; era socio das academias das sciencias da Prussia (1888), da Suecia (1883) e da Italia (1882); quando completou setenta annos conferiram-lhe o titulo de cidadão de Wiesbaden; era tambem conselheiro d'estado da Prussia.

Lega aos seus filhos, tambem professores em Wiesbaden, um magnifico exemplo e um nome illustre.

A. J. FERREIRA DA SILVA.

A PROPOSITO DO CENTENARIO DA INDIA

Os precursores de Colombo no descobrimento da America

Quando Portugal toma a iniciativa, que justamente lhe cabe, de celebrar o quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India, é momento opportuno de relembrar alguns factos, geralmente esquecidos e que todavia accentuam melhor o glorioso papel do nosso paiz na historia das viagens maritimas.

Bem prestimosa se torna esta obra, que é tambem de reparação historica, desde que muitos escriptores, referindo-se ás navegações dos seculos XV e XVI, não escrupulisam de ser injustos para com os portuguezes d'essa epocha memoravel, que todavia abriram novos horizontes á civilisação, realizando trabalhos tão grandiosos que pudéram inspirar a maior epopéa dos tempos modernos.

Os inglezes pretenderam roubar-nos a gloria do primeiro descobrimento da ilha da Madeira, tomando por unico e vão fundamento uma novella de D. Francisco Manuel de Mello, até que irrefragavelmente se demonstrou, que os portuguezes chegaram áquella ilha muito antes do tempo a que se attribuem as romanticas aventuras de Machim.

Os francezes contestaram-nos a prioridade das navegações na costa occidental da Africa, ao sul do cabo Bojador, baseando-se nas phantasias de um escriptor do seculo XVII, que consultára manuscriptos perdidos; nas ficções de outro escriptor do seculo XVIII, informado por documentos que nunca ninguem poude examinar; e no logro de M. Pierre Margry, que em 1867 pretendeu consagrar fabulas inteiramente desfeitas pelo erudito inglez Henry Major.

Genovezes e catalães egualmente quizeram disputar-nos a originalidade das nossas navegações, adduzindo cartas e documentos cheios de incoherencias, despropositos e falsidades, e por tanto oppostos ás mais seguras e incontestaveis informações historicas.

O detido exame dos factos, auxiliado pelo estudo e confronto dos documentos, lançou emfim por terra essas hypotheses, que um mal intendido patriotismo havia suggerido. A memoria dos nossos illustres navegantes foi vingada, graças ás investigações de homens como o douto Visconde de Santarem e o consciencioso Henry Major.

Não obstante, e por uma deploravel negligencia, frequentemente deixam de assignalar-se alguns factos que melhor caracterisam a grande missão civilisadora de Portugal. Assim, fallando-se do descobrimento do Novo Mundo, quasi sempre se omittem os generosos e perseverantes exforços com que os portuguezes contribuiram para a sua realização; e no emtanto póde bem alto affirmar-se, que a principal gloria de tão illustre feito cabe aos nossos arrojados navegantes, irresistivelmente impellidos ás aventuras do mar.

Como se fôra ainda diminuto aggravo o esquecimento de tão alta gloria, foi-se mais longe no caminho da injustiça; de modo que, a proposito de tal empresa, apenas se cita o nome de Portugal para de leve censurar D. João II, attribuindo a ignorancia e orgulho a rejeição da proposta de Colombo. Nem por isso aquelle monarcha deixará de considerar-se um dos mais illustrados e prudentes do seu seculo, protector dos estudos de cosmographia e impulsor dos progressos da arte nautica, incançavel em preparar o descobrimento do caminho maritimo para a India.

Os que assim tratam a historia das nossas navegações consideram Christovam Colombo superiormente extranho ao seu tempo, vidente a quem os numes confiassem o segredo de uma empresa que por ninguem sequer fôra sonhada. Formou-se a lenda por emulação e despeito, e tanto se avolumou no curso dos seculos, ao abrigo do esquecimento em que diversas circumstancias lançaram as nossas velhas tradições, que quasi ganhou foros de certeza incontroversa.

O fim d'este resumido estudo não é outro senão avivar alguns factos de subido alcance para a comprehensão da historia dos descobrimentos, reivindicar para o nosso paiz alguns titulos das suas passadas glorias, e, no momento em que se presta homenagem aos homens que primeiro se abalançaram á temerosa viagem do oriente, honrar tambem a memoria d'aquelles que desvendaram os segredos do occidente e ensinaram a Colombo o caminho da America.

Antes de fallarmos dos portuguezes precursores de Christovam Colombo, daremos noticia de algumas viagens que durante a edade média se fizeram na direcção do occidente,

I

A America visitada por irlandezes e normandos

Parece averiguado que os gregos e os romanos suspeitaram a existencia de um continente desconhecido, e foi decerto essa convicção que inspirou a Seneca os seguintes versos, semelhantes a uma prophecia:

Venient annis sæcula seris,
Quibus Oceanus vincula rerum
Laxet, et ingens pateat tellus
Thethysque novos detegat orbes,
Nec sit terris ultima Thule (1).

O mesmo pensamento se encontra enunciado em numerosas passagens de outros escriptores antigos, que não citaremos porque está isso fóra do nosso proposito.

Na edade média, a iniciativa das viagens para o occidente coube aos irlandezes, que, de seu natural activos e aventureiros, desde a sua conversão ao christianismo sentiram como que uma imperiosa necessidade de procurar e levar ao longe a sciencia e a fé, através do mar que por todos os lados cercava a ilha.

A narração das descobertas e das conquistas apostolicas dos filhos de Erin encontra-se em duas fontes: a primeira são as lendas pagãs ou christãs do seu paiz; a segunda, mais authentica, são os textos relativos á colonisação da *Irland it Mikla* ou *pequena Irlanda*. As lendas são poeticas e nebulosas como o céo d'aquella verde terra. e por isso as calaremos para nos occuparmos de factos mais positivos.

---

(1) Inda tempo virá nos tardos annos,
Em que abrirá seus seios o Oceano,
Em que uma vasta região se amostre,
E novos mundos nos descubra Thethys;
Nem já ultima terra seja Thule.

Med., II, 3.

Alguns criticos modernos collocam a antiga Thule nas ilhas Shetland. Outros, como Eliseu Reclus, na Islandia ou no grupo das Feroë (*L'Amérique boreale*, pag. 10).

No seculo VI, alguns *papæ* ou sacerdotes irlandezes, discipulos de S. Colombano,.emigraram para os archipelagos do norte e atravessaram os mares boreaes; deviam apparecer mais tarde os seus vestigios até na America central.

No seculo VII, dois monges de Iona, Snedgus e Mac-Riaghla, visitaram no extremo do Atlantico numerosas ilhas, umas desertas, outras habitadas, e encontraram mulheres que lhes fallaram em inglez. Tiveram imitadores, que não são todos conhecidos, porque os manuscriptos que encerram as suas narrativas conservam-se inéditos e offerecem difficuldades quasi insuperaveis. Finalmente os *papæ* foram arrastados pelo mar a uma costa que chamaram *Irland it Mikla*. Encontra-se noticia d'esta colonia numa historia authentica das familias irlandezas do seculo X ao XIII e em duas outras chronicas da mesma origem; e essa informação é confirmada por dois documentos, um italiano e outro gaulez.

Mas onde existia essa pequena Irlanda? Depois de ter resumido as opiniões dos geographos a este respeito, M. Paul Gaffarel concluiu que ella estava situada entre a terra de Labrador e os estados de New-York (Rhode-Island?) e Massachussets, isto é, na margem direita do rio S. Lourenço. Foi precisamente entre os selvagens d'esse territorio que os missionarios modernos encontraram, não sem espanto, o culto da cruz e outros vestigios de christianismo. Apezar de tudo, a semente lançada pelos filhos de S. Colombano conservára-se, é verdade que muito alterada, durante mais de mil annos!

«O culto antigo e o uso religioso da cruz que se admira ainda hoje entre esses selvagens, escrevia em 1691 o Padre Le Clercq, podiam muito bem persuadir-nos de que esses povos receberam outr'ora o christianismo, alfim perdido pela negligencia e libertinagem de seus antepassados. Embora infieis, veneram a cruz; usam-na figurada nos vestidos e na carne; levam-na em todas as suas viagens, por mar ou por terra, e finalmente collocam-na dentro e fóra das suas cabanas, como honroso signal que os distingue de todas as outras tribus.»

Em 1602, Champlain encontrava na bahia de Fondy uma cruz de madeira coberta de musgo e apodrecida; os indigenas faziam o signal da cruz a proposito de tudo. Em 1534, Jacques Cartier implantava uma cruz no littoral, quando os indigenas lhe deram a intender por signaes que todo o seu paiz estava coberto de emblemas como aquelle. Nos usos locaes perpetuavam-se ainda as procissões e os vestidos bran-

cos dos *papæ*. E não se diga que esses povos teriam sido talvez evangelisados pelos hespanhoes no principio do seculo XVI, porque os primeiros europeus que nessa epocha os visitaram reconheceram tambem vestigios quasi extinctos de uma antiga civilisação christã.

«Seria facil, diz Gaffarel, multiplicar as provas; mas não são estas já sufficientes para se poder affirmar que, no paiz que parece corresponder á *Irland it Mikla,* os indigenas conservaram até fins do seculo XVII a recordação inconsciente, mas persistente, da sua origem européa?

«Resumindo, a tradição e a historia estão de accordo em demonstrar, que alguns seculos antes de Colombo existiu na America uma colonia fundada por irlandezes (1).»

Mais evidentes são as provas referentes ás descobertas e colonias dos normandos que habitavam a Scandinavia.

Esta raça era por excellencia o povo do mar. Desde a epocha de Tacito, e decerto muito antes, distinguia-se pela força terrivel dos seus navios de duas prôas. Todavia parece que não foi antes dos ultimos annos do seculo X que fundaram uma colonia no continente transatlantico.

Uma bulla do papa Gregorio IV, datada de 831, enumera a Groenlandia entre os territorios que deviam ser evangelisados por Santo Anschario, arcebispo de Hamburgo. Mas essa passagem é uma interpolação posterior, como demonstram textos authenticos, em que não apparece o nome de Groenlandia (2).

Os normandos estabeleceram-se nas ilhas Feroë a partir de 725. Em 874 installavam-se na Islandia, que desde então foi considerada como terra noruegueza. Foi tres annos mais tarde que um dos seus, chamado Gunnbjorn, avistou os montes de neve que orlam as praias orientaes da Groenlandia; mas não se conservou lá, e, durante ainda mais de um seculo, o terror inspirado aos seus compatriotas pelos monstruosos blocos de neve que destruiam os barcos mais solidos, desvaneceu-lhes a idéa de procurarem aventuras por aquelle lado.

---

(1) *Histoire de la découverte de l'Amérique depuis les origines jusqu'à la mort de Christophe Colomb* (Paris, 1892).

(2) Antonio Ribeiro dos Santos (*Hist. e Mem. da Acad. Real das Sciencias de Lisboa*, t. V, p. 1, pag. 118) acceitou a authenticidade d'esta passagem, inadmissivel pelos motivos indicados no texto.

Finalmente, um marinheiro mais temerario que os outros, Erik o Vermelho, tomou em 983 a direcção da mysteriosa terra. «Descobriu logo, diz Gaffarel, uma costa coberta de rochedos e de enormes geleiras que desciam até ao mar. Erik não parou ahi. Encaminhou-se para o sul, dobrou o cabo que depois se chamou Farewel e fixou-se na costa occidental... Ahi supportavam os animaes domesticos o clima, e a erva crescia em abundancia. Quiz Erik dar ao paiz de que tomava posse um nome de bom agouro, e por isso lhe chamou *Groenlandia* ou Terra Verde. Se esta região tiver um nome bonito, dizia elle, os homens decidir-se-hão mais facilmente a vir habital-a.»

Em 985, quatorze navios islandezes desembarcaram naquella costa um numero consideravel de colonos, que se constituiram em republica, á maneira da sua patria. Um ou dois annos depois, um d'esses colonos, Biarn, tendo-se perdido quando procurava Erik o Vermelho, abordou a uma ilha que devia ser a Terra Nova ou alguma das situadas entre os estreitos de Davis e de Hudson. Mas foi só no anno mil que um outro groenlandez, Leif, descobriu realmente a America. No proprio anno em que, segundo uma antiga lenda cuja influencia se tem exaggerado, devia acabar o universo terrestre, um mundo novo accrescia ao antigo. Nessa occasião acabava de introduzir-se o christianismo na Scandinavia e na Islandia, e o rei da Noruega, Olaf Tryggvasen, cheio do enthusiasmo de neophyto, encarregou Leif de prégar a nova religião na Groenlandia.

Leif e os seus companheiros avançaram para occidente, e visitaram diversas terras, que chamaram Hellulandia (paiz de rochedos), Marklandia (paiz das florestas) e Vinlandia (paiz do vinho). Esta ultima, abundante de uvas, fructos, peixes, cortada por um grande rio que sahia de um lago, não era outra senão o continente americano. Reconheceu-se a Hellulandia na ilha da Terra Nova, a Marklandia na peninsula da Nova Escocia; mas a Vinlandia, segundo todos os indicios geographicos, climatericos e outros, é a costa dos actuaes Estados Unidos. Um sabio americano, o professor Eben Norton Horsford, de Cambridge, fixára o centro d'essa antiga colonia, que devia occupar uma certa extensão, nas margens do Charles River, perto de Boston. Pelo contrario, Gaffarel, depois de um estudo profundo, colloca-o em New-York. Effectivamente a vinha, que deu o nome á Vinlandia, cresce espontaneamente em todo o estado de Massachussets e numa parte do de New-York. Os viajantes contemporaneos fallam com admiração das uvas

silvestres d'esse paiz e das enormes vinhas naturaes que se encontram nas margens do Ohio.

Não é nosso intento referir as aventuras d'essas colonias, as suas luctas com os indigenas e as relações commerciaes que sustentaram, principalmente com a Islandia e a Groenlandia; assignalaremos todavia alguns factos que mais accentuam a importancia e definem o caracter historico de taes empresas.

O chronista normando cita a Vinlandia entre as possessões longinquas do rei da Noruega, com as ilhas Orcadas, a Islandia e a Groenlandia. Os bispos installados neste ultimo paiz, em Gardar, e dos quaes se possue a lista completa desde 1121 até 1450, correspondiam-se com as christandades vinlandezas, que consideravam como dependencias da sua diocese, e algumas vezes as visitavam. Um d'elles, o bispo Jon ou João, foi por signal martyrisado, em 1059, por uma tribu indigena. Algumas vezes foram enviados da Islandia missionarios para continuarem a obra apostolica inaugurada outr'ora pelos monges irlandezes. Assim se formou uma dupla camada de tradições christãs, naquelle solo profundamente impregnado de paganismo e barbarie; o que acaba de explicar os curiosos vestigios de fé que os modernos viajantes encontraram.

Em 1261, o bispo Olaf prégou a cruzada na Vinlandia; depois em 1276, «o arcebispo Jon, auctorisado pelo papa, por causa da grande distancia e das fadigas da viagem, a não ir pessoalmente a essas terras longinquas, encarrega um emissario sabio e prudente de em seu nome recolher o producto dos dizimos e das commutações de votos, producto destinado á cruzada então prégada em toda a Europa; e o papa Nicolau II, por uma carta escripta em Roma a 31 de janeiro de 1279, confirma os plenos poderes conferidos pelo arcebispo a esse collector anonymo». Estes factos não se baseiam em tradições, nem mesmo em chronicas nacionaes, mas em actos pontificios tão authenticos como os outros rescriptos da chancellaria romana.

«Tres annos mais tarde, em 1282, o mandatario voltava á Noruega com rica messe de dizimos; mas os pobres colonos da Vinlandia conheciam pouco os metaes preciosos, ou não gostavam de se desfazer d'elles. Pagaram em generos, e o que o santo personagem levava não era oiro, mas uma larga provisão de pelles, barbas de baleia, etc. O arcebispo Jon, muito embaraçado, consultou o papa sobre o que devia fazer áquelles presentes (4 de março de 1282), e Martinho IV deu-lhe

o conselho prático de os vender e apurar o dinheiro. Provavelmente seguiu o arcebispo este conselho.

«Vinte e cinco annos depois, em 1307, os dizimos da Vinlandia figuravam ainda entre o producto das collectas. Em 1309, depois do concilio de Vienna e da publicação de um levantamento de subsidios por Lourenço Karlosson e Biarn, o bispo de Gardar, Arin, dirigiu-se á sua residencia e organisou a colheita. Não se esqueceu das suas parochias da Vinlandia, porque, em 1315, os dizimos das colonias americanas, consistindo como sempre em generos diversos, foram vendidos por doze libras e quatorze soldos tornezes a um flamengo, Jean du Pré»... (1).

A partir do seculo XIV vão rareando as noticias de viagens á Vinlandia e á Marklandia. Diversas causas simultaneas produzem a decadencia da colonia e a tornam esquecida pouco a pouco. Primeiro a corôa da Noruega, no reinado de Margarida de Waldemar, reserva-se o monopolio do commercio, e prohibe as viagens de todos os navios ás praias transatlanticas sem prévia auctorisação: desde esse dia, os armadores, forçados a dividir com a realeza o beneficio das suas operações, difficilmente se aventuram a mares longinquos sem a certeza de sufficiente resultado. Por outro lado, os indigenas, refractarios á civilisação européa, considerando os normandos como inimigos nacionaes, como fizeram mais tarde aos hespanhoes, atacaram-nos em toda a linha.

Procuraram destruir-lhes os navios, demoliram-lhes as fortificações, dispersaram-lhes os rebanhos, trocaram em deserto as suas florescentes plantações e levaram tudo a ferro e fogo, poupando apenas algumas egrejas parochiaes, como se vê de um breve que o papa Nicolau V dirigiu a' dois bispos da Islandia em 20 de setembro de 1448.

Foi por 1418 que os desastres começaram. Póde imaginar-se o que se passou, pelas devastações e matanças periodicas de que nos ultimos seculos teem sido victimas as christandades do extremo oriente. Para cumulo de desgraça, a terrivel peste negra, que um pouco mais tarde invadiu a Europa, estendeu-se á Groenlandia e ás colonias americanas; quasi todo o paiz ficou despovoado. Falla-se tambem de um enorme banco de gelo, que por muitos annos interceptou as communicações entre os dois paizes. O certo é que os estabelecimentos groen-

---

(1) Gaffarel, *obr. cit.*

landezes acabaram por desapparecer. A série dos bispos de Gardar termina pouco depois do breve de Nicolau; os ultimos conhecidos quasi não tinham já relações com a Europa: foram necessarios seis annos para que a noticia da morte de um chegasse á Noruega. Desde então calam-se os historiadores do norte a respeito da terra mysteriosa; o silencio da morte estende-se de novo sobre essas costas inhospitas, onde ha mais de trezentos annos penetrára a vida.

São na verdade interessantes estas informações, que a Sociedade dos antiquarios do norte conseguiu apurar, com o estudo dos manuscriptos archivados nas bibliothecas e com as escavações nos terrenos que os seus antepassados haviam occupado.

A parte mais interessante d'este genero de investigações encontra-se na obra publicada em 1837 sob o titulo — *Antiquitates Americanæ sive scriptores septentrionales rerum antecolumbianarum in America, studio et opera C. C. Rafn*, secretario da Sociedade real dos antiquarios. Desde então proseguiram activamente os estudos, e nas Memorias da Sociedade teem sido publicadas diversas communicações sobre o assumpto.

«O minucioso trabalho de Rafn foi traduzido em varias linguas, e fórma um volume in-4.º com 526 paginas, 8 facsimiles, representando laudas ou fragmentos de antigos manuscriptos das bibliothecas do norte, quatro mappas geographicos, e seis gravuras com muitas investigações archeologicas e geographicas intercaladas com excellentes observações criticas.

«O livro demonstra que o descobrimento da America septentrional no seculo x pelos scandinavos foi um dos successos mais notaveis da historia do mundo» (1).

Para vulgarisar os seus estudos publicou o auctor um resumo da sua obra intitulado — *Memoria sobre o descobrimento da America no seculo* x — que foi traduzido em francez por M. X. Marmier e publicado nas *Memorias da Sociedade dos antiquarios do norte*. Eis a conclusão d'esse resumo:

«Depois de assim estudados os documentos authenticos, todos reconhecerão como um facto historico, que durante os

---

(1) A. C. Teixeira de Aragão, *Breve noticia sobre o descobrimento da America*, no volume das *Memorias da commissão portugueza* no centenario do descobrimento da America.

seculos x e xi os antigos scandinavos descobriram e visitaram uma grande parte das costas orientaes da America do norte, e que as relações entre os dois paizes subsistiram durante os seculos seguintes. O facto essencial é certo e incontestavel. Mas nestes documentos, como em todos os manuscriptos antigos, encontram-se passagens obscuras que podem ser esclarecidas por novos exames e novas interpretações. Para conseguir este resultado é importante que os documentos originaes sejam publicados na sua antiga lingua para cada um os poder consultar e apreciar por si a maneira como teem sido interpretados.»

«Desde 1840 que nas excavações praticadas nos estados de Massachussets e Rhode-Island se encontram vestigios de habitações, attribuidos á residencia e estabelecimento dos scandinavos nesses paizes. Os estudos e pesquizas da commissão da Sociedade real dos antiquarios do norte continuam e muito ha a esperar do seu saber e dedicação.

«O museu de *Antiguidades Americanas* fundado, por concessão do rei da Dinamarca, em parte do palacio de Christiansbourg, possue já grande quantidade de objectos dos tempos antecolombianos, como fragmentos de pedras com inscripções islandezas, em runico antigo, e em caracteres latinos, contendo algumas a cruz, na maioria encontradas nos cemiterios que se teem descoberto na America septentrional, e junto varios pedaços de feretros de madeira, vasos de metal e de pedra, tecidos de lã grosseira, e até um vestido quasi completo» (1).

Que influencia podiam ter as viagens e descobrimentos de irlandezes e normandos nas navegações dos portuguezes e na empreza de Colombo? Realmente nenhuma. Colombo ignorou essas viagens pelas mesmas razões por que as ignoraram os seus contemporaneos. A difficuldade das communicações de nação para nação, a falta de publicidade que tiveram as relações de viagens, a escripta e a lingua inteiramente differente das raças do norte e o caracter particular d'aquellas empresas necessariamente as conservavam na obscuridade. No estado actual da civilisação, semelhante ignorancia sería impossivel; com a civilisação de nossos avós já se concebe perfeitamente.

O mesmo não póde já dizer-se da influencia que no espirito de Colombo exerceram as navegações dos portuguezes;

---

(1) Teixeira de Aragão, *log. cit.*

porque elle vivia entre os nossos marinheiros, aprendeu com elles a navegação do Atlantico, uniu-se á familia de um dos mais illustres, e foi d'elles que verdadeiramente recebeu noticia certa da existencia de novas terras para as partes do occidente.

Veremos como os portuguezes ensinaram a Colombo o caminho do Novo Mundo e o precederam na visita ás terras transatlanticas.

(Continúa).

FORTUNATO DE ALMEIDA.

ANALYSE CHIMICA DAS AGUAS DE COIMBRA, SOB O PONTO DE VISTA HYGIENICO (1)

Apresentamos hoje o nosso trabalho — *analyse chimica das aguas de Coimbra* — aguas consideradas potaveis, e que, com poucas excepções, devem ser regeitadas, como se verá das conclusões que tiramos.

Com a iniciação deste estudo tivemos em vista ser uteis principalmente aos habitantes de Coimbra, aproveitando assim o pouco tempo que nos fica disponivel dos nossos trabalhos officiaes num trabalho reconhecido hoje como de primeira necessidade.

Neste sentido só conhecemos o trabalho do prestante cidadão dr. Francisco Antonio Alves, que em 1862 fez a analyse de algumas aguas de Coimbra e immediações, pelo processo de Bontron e Boudet, analyse que publicou em o *O Instituto* do mesmo anno.

Attendendo a que nesse tempo se não conheciam os processos de analyse hoje em uso, ás difficuldades de outra natureza com que se devia luctar entre nós nesta ordem de trabalhos, ao cuidado e boa vontade do analysta, para quem estes trabalhos não eram uma especialidade, prestamos aqui homenagem ao trabalho do dr. Francisco Antonio Alves, de que tivemos conhecimento pela publicação do Illmo e Exmo Sr. Reitor da Universidade, dr. A. A. da Costa Simões, intitulada — *Abastecimento de aguas em Coimbra* (*resumida historia deste melhoramento*) *com applicação aos hospitaes da Universidade, de 1889*.

Já esses trabalhos deram logar ás considerações feitas pelo distincto engenheiro dr. Candido Celestino Xavier Cordeiro (obra citada, pag. 12), que combinam perfeitamente com as nossas conclusões, indicando como melhor a agua do Mondego (vejam-se as conclusões).

---

(1) Este trabalho foi apresentado á Camara Municipal de Coimbra na sua sessão de 18 de fevereiro de 1897.

Além deste trabalho, só por incidente se tem tratado bacteriologicamente de uma agua de Coimbra, a que corre nas fontes da Sé Nova, Sé Velha e S. Bartholomeu, analyses feitas pela força de circumstancias, para explicar o desenvolvimento de determinadas doenças, com verdade attribuidas ao uso daquella agua.

Ser-nos-ia muito agradavel apresentar hoje reunidos os tres trabalhos — chimico, bacterioscopico e micrographico, que andam ligados na boa hygiene das aguas. Todos têem muito valor no conhecimento das mesmas, e qualquer delles contribue, por isso, para bem dos povos. Foi-nos, porém, impossivel terminar os serviços bacterioscopico e micrographico tão completos como desejamos apresental-os, pois que, tendo em vista fazer-se a classificação de bacterias não conhecidas, e tratar-se com o mesmo cuidado de todas as aguas de que hoje apresentamos a analyse chimica, não nos foi isso possivel no espaço de tempo que medeou da iniciação do trabalho até hoje, attendendo ás obrigações impreteriveis de que temos que nos occupar diariamente.

O que desde já podemos affirmar, é que possuimos dados bacterioscopicos pelos quaes as nossas conclusões hoje apresentadas sobre as aguas de Coimbra em nada se modificarão quando fôr apresentado aquelle trabalho, que corroborará o que hoje dizemos, e que sahirá junto ao micrographico, ou que dividiremos em mais duas secções, dependendo isso dos trabalhos em que andamos envolvidos.

A analyse chimica das aguas de Coimbra foi feita no laboratorio da Eschola Industrial Brotero, do material da qual nos servimos, e recaiu sobre vinte e cinco (1) amostras de aguas colhidas em diversos pontos (fontes e poços), entrando naquelle numero as duas analyses que fizemos da agua do Mondego

---

(1) Depois de já ter entrado no prelo esta parte do nosso trabalho é que, obtendo melhor informação, soubemos que a agua da fonte da Magdalena, em frente do mercado de D. Pedro V, não era, como nos haviam dito, da mesma agua do antigo matadouro e da fonte da Cadeia, razão porque não foi analysada em tempo.

Esta agua tem a sua origem em Mont'Arroyo.

Para que o nosso trabalho fosse mais completo, procedeu-se ao exame dessa agua, encontrando-se, por isso, mais adeante analyse de vinte e seis amostras de aguas.

Por um de nós adoecer e o outro andar preoccupado com diversos trabalhos, prestou neste ensaio o seu prestimoso auxilio o decurião da Eschola Industrial — sr. José Antonio dos Santos.

e canalisação, e que propositadamente colhemos em 7 de novembro de 1895, quando o rio levava aguas meteoricas, e em 31 de janeiro de 1896, depois de um mez de completa estiagem, quando o rio levaria o curso ordinario das nascentes.

Tivemos o cuidado de colher todas as amostras nas condições requeridas por esta ordem de trabalhos, e de que seria prolixo tractar aqui minuciosamente, por muito conhecido o processo.

Pelo mappa hydrographico da cidade e immediações que apresentamos, no qual tivemos principalmente em vista dar conhecimento dos logares aonde foram colhidas as amostras, se vê tambem a origem das aguas das differentes fontes, como por esse mappa e pelos quadros das determinações feitas se conclue que a agua dos poços é da collina e não do rio, visto que a percentagem dos elementos augmenta dos poços mais afastados para os mais proximos daquelle.

Colhemos a agua de sete poços, procurando-os de maneira a darem uma ideia geral de todos os que existem na baixa de Coimbra, pois que são muitas as casas que os têem. Assim, fizemos a analyse completa das aguas dos tres poços das ruas do Carmo, Direita e Ferreira Borges, procedendo ás determinações mais importantes nas aguas dos restantes, que escolhemos tambem em pontos diversos, e a partir dos primeiros para o lado do rio, podendo assim tirar-se a conclusão a que chegamos sobre a sua origem.

As fontes da cidade mais procuradas, e que ha muito tempo deviam ter sido abandonadas, são as da Sé Nova, Sé Velha e, depois destas, a de S. Bartholomeu. A agua destas fontes é da mesma proveniencia, e tem a sua origem proximo a Cellas, como se vê do mappa, na quinta dos Sardões, com profundidade de mais de oito metros, recebendo infiltrações dos terrenos de Santo Antonio dos Olivaes, pelo que se tornam improprias para bebida e usos culinarios.

Na cidade ha ainda a fonte denominada da Cadeia, em frente da Eschola Industrial Brotero, a que recorre bastante gente, e que tem a sua origem dos lados norte e sul do jogo da bola, no passeio de Santa Cruz, seguindo pelo largo de D. Luiz, aonde entra em tubagem de ferro, dando no seu percurso duas ramificações, uma para o antigo matadouro e outra para o hospicio.

Deste lado da cidade, no sopé da collina em que esta assenta, apparecem duas nascentes, das quaes uma abastece o Jardim da Manga, dependencia da Eschola Industrial Bro-

tero, e outra a Fonte Nova. A agua do Jardim da Manga só hoje serve para beneficiar o jardim; a da Fonte Nova, apezar da antiga má fama que tem, é raro passar alli que se não veja alguem a colhel-a ou gado a beber.

Estas aguas são peiores e mais perneciosas do que a de alguns poços, com quanto todas sejam más depois de certos limites nas quantidades dos seus elementos.

No passeio de Santa Cruz, junto á estrada de Cellas, proximo ao novo bairro, ha a fonte denominada da Sereia, agua de uma mina, seguindo-se-lhe, para o lado de Santo Antonio dos Olivaes, a fonte de Cellas, egualmente de mina, com tres ramificações. A fonte da Sereia é hoje procurada, pela proximidade do novo bairro; a de Cellas, abasteceu sempre o logar com aquella denominação. Qualquer destas aguas tem para nós o valor da agua das fontes da Sé Nova, Sé Velha e S. Bartholomeu.

Para o lado do nascente procuramos a fonte do Cidral, situada junto ao casal do mesmo nome, no valle que se avista do Penedo da Saudade. Nesta fonte ha duas bicas, uma de frente e outra ao lado direito, quando voltados para a pequena pia servindo de tanque. A agua da bica do lado é pela tradicção rejeitada, e só serve para a lavagem de roupas, emquanto que a da bica da frente é considerada como boa agua. Rejeitando as duas, temos como melhor a da bica do lado: é mais dura, distanciando-se do limite da potabilidade, mas tem muito menos nitratos, o que tem muita importancia.

Neste valle atravessa a estrada da Beira, aonde, do lado do sul, se encontram duas fontes: uma, á beira da estrada, para além do logar — Calhabé, chamada a fonte da Cheira, agua que vem do monte proximo, e que, pela analyse, parece agua do Mondego; a outra, a do Castanheiro, mais proxima da cidade, ao sul do logar chamado — Arregaça, agua que vem do monte da Povoa, recebendo peiores infiltrações do que a da Cheira, que seria muito boa agua, se no trajecto lhe não fosse infiltrado o nocivo elemento — nitratos.

As aguas destas tres fontes, especialmente as do Cidral e Castanheiro, são de ha muito estimadas como muito boas aguas, dando a tradicção áquella qualidade tal importancia que os habitantes da cidade as vão colher, apezar da distancia a que ficam.

Resta-nos fallar da fonte dos Amores, ao sul da cidade, do outro lado do Mondego, no sopé do monte de Santa Clara, e da fonte do Valle de Meão. A do Valle de Meão, que fica

para os lados da Ribeira de Coselhas, foi feita a pedido, e só nos mandaram agua que chegou para as determinações que fizemos.

A dos Amores é a unica agua das fontes que consideramos potavel e em boas condições para bebida.

Não se lhes fez favor algum, pelo facto de ter sido cantada pelos poetas; neste genero de trabalhos fazemos sempre todos os esforços por bem cumprir com os preceitos da analyse. O que ella deu com relação a todas as aguas, é o que exprimimos nos numeros dos nossos quadros.

Muito de proposito fizemos uma pequena historia das aguas que colhemos para analysar, para que este trabalho tendo o indispensavel, se não tornasse fastidioso. Com o mappa hydrographico, a descripção dos processos que adoptamos, a apreciação que fazemos desses processos, os diversos quadros e as conclusões que tiramos, têem os leitores elementos bastantes para ajuizar do nosso trabalho, e tomar conhecimento da posição e valor das diversas aguas; e, se o nosso estudo preencher o fim que tivemos em vista, sendo considerado de utilidade para os habitantes da cidade e para o publico em geral, considerar-nos-hemos bem remunerados, pois que a outra remuneração não miramos.

PARTE ANALYTICA

As aguas que se encontram na natureza contêem em dissolução ou suspensão determinadas substancias mineraes, organicas, organizadas e gazes, apresentando-se as primeiras no estado de saes.

Os saes existentes nas aguas communicam-lhes, conforme a sua proporção, propriedades diversas. Em pequena quantidade constituem as aguas potaveis, proprias para bebida e outros usos, encontrando-se noutras principios de determinada importancia therapeutica, e essas são as aguas minero-medicinaes, podendo umas e outras ser contaminadas por elementos nocivos.

É, pois, da maxima importancia a analyse de um producto de tão subido valor.

Os saes que geralmente se encontram nas aguas potaveis

são carbonatos, sulfatos e chloretos de calcio, magnesio, sodio e potassio; tambem nitratos e phosphatos, alcalinos e alcalino-terrosos, dos quaes só devem existir vestigios. Além destes corpos, encontram-se, em pequena quantidade, silica, oxydo de ferro e alumina, dissolvidos á custa do anhydrido carbonico, que com o oxygenio e azote se encontram em dissolução, sendo de maior importancia o oxygenio e gaz carbonico. Nas aguas potaveis apparecem tambem pequenas quantidades de elementos organicos vivos ou não, dissolvidos ou em suspensão, dos quaes a existencia deve ser verificada e determinada com todo o cuidado pelo chimico e micro-biologista.

A agua entra na composição de todos os seres organizados, e, por isso, constitue um elemento indispensavel á vida, carecendo de ser estudada devidamente, verificando se sim ou não corresponde aos preceitos da hygiene.

Sob o ponto de vista da potabilidade devem as aguas ser submettidas ás investigações seguintes:

1.º Exame physico.
2.º Exame chimico.
3.º Exame microscopico.
4.º Exame bacteriologico.

Cada um destes elementos de investigação tem seu valor proprio, sendo, em alguns casos, indispensavel o conjuncto para nos podermos pronunciar definitivamente sobre o valor de uma agua.

Apresentamos hoje o resultado dos dois primeiros exames, ficando os outros dois, como já dissemos, para apresentar seguidamente.

Descreveremos resumidamente os processos que empregamos, esforçando-nos por dar ideia clara sobre os mesmos, achando, porém, inutil entrar em considerações desenvolvidas ácerca do *modus faciendi* de cada uma das operações.

EXAME PHYSICO

A agua potavel deve ser transparente, mesmo em grande massa; quando turva, é suspeita, carecendo, por isso, de ser examinada. A agua deve ser incolor em pequeno volume e

azulada em determinada espessura (0m,5 a 1m). Deve ser inodora e com sabor agradavel, não devendo apodrecer com o tempo.

A temperatura da agua potavel varía conforme a estação; deve produzir, quanto possivel, sensação de frescura, mas não de frio: sendo a temperatura da agua inferior a 8° póde não ser bem tolerada pelo estomago; sendo superior a 20° ou 25°, deixa, muitas vezes, de ter sabor agradavel.

Uma boa agua potavel, examinada com papel de tornesol sensivel, deve apresentar reacção neutra ou ligeiramente acida, sendo, em geral, a acidez devida ao gaz carbonico dissolvido.

Todas as aguas que analysámos satisfaziam aos requesitos indicados.

A agua do Mondego da primeira analyse tinha em suspensão alguma areia fina, o que não é para extranhar, attendendo á occasião em que foi feita a colheita.

EXAME CHIMICO

Para avaliar da potabilidade das aguas que examinámos, fizemos as seguintes determinações quantitativas, que são consideradas por todos os chimicos como bastantes e indispensaveis para esse fim:

1.° Gráu hydrotimetrico.
2.° Residuo fixo, deixado pela evaporação (sêcco a 180°).
3.° Chloro combinado.
4.° Acido sulfurico combinado.
5.° Acido phosphorico combinado.
6.° Acido nitrico combinado.
7.° Acido nitroso combinado.
8.° Azote ammoniacal.
9.° Silica, oxydo de ferro e alumina.
10.° Cal.
11.° Magnesia.
12.° *a*) Materia organica (dosagem em soluto acido).
b) Materia organica (dosagem em soluto alcalino).
13.° Alcalinidade.
14.° Oxygenio dissolvido.

Conhecidos os resultados fornecidos pela analyse, indispensavel é a sua interpretação.

É então que apparecem as difficuldades.

*

Alli o analysta está em lucta com o hygienista austero, cujo empenho é fornecer aos povos aguas idealmente puras. Factores de toda a ordem intervêem simultaneamente tornando-se difficil estabelecer criterio seguro na indicação do valor de uma agua. Inspirando-nos, porém, no que se tem publicado sobre o assumpto, tanto em Portugal como no estrangeiro, e de harmonia com os resultados das nossas experiencias, indicamos depois de cada determinação o peso dos differentes elementos que se pódem tolerar nas aguas, e, como resumo final, estabelecemos o quadro n.º 15, dos limites adoptados pela maioria dos hygienistas, no qual o leitor encontrará elementos para julgar se as conclusões pessimistas a que, em geral, chegamos, concordam ou não com o que hoje se sabe em hydrologia, e se satisfizemos ou não os preceitos da hygiene.

E' muito possivel que as nossas humildes vozes não sejam ouvidas, não se tomando as inevitaveis precauções a que devem dar logar as conclusões a que chegamos. Seja, porém, qual fôr a importancia que se dê ao nosso trabalho, resta-nos a consciencia do bem que praticamos, pondo os conhecimentos adquiridos pelo nosso estudo ao dispôr de uma cidade tão desprezada quanto devia ser estimada.

(Continúa). CHARLES LEPIERRE e VICENTE JOSÉ DE SEIÇA.

CATALOGO DO MUSEU ETHNOGRAPHICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Cont. do n.º 11, pag. 682)

ESCULPTURA INDIGENA

69. — Um manipanço de madeira, representando uma mulher nua, assentada num banco.

Tem de altura $0^{m},31$, incluindo a peanha de $0^{m},03$.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

70. — Manipanço de madeira pintada de preto, representando uma mulher nua com tanga.

Altura, $1^{m},24$.

Os adornos, — braceletes, collar e diadema —, gravados e dourados.

Offerecido em 1897 por Joaquim Augusto Mesquita Pinto da Silva.

FEITIÇOS

71 a 74. — Quatro amuletos feitos de tres pequenos pedaços rectangulares de madeira, todos revestidos de coiro com gravados na parte anterior, e enfiados em cordões de coiro entrançado.

Usados pelos Mandingas.

Tres foram offerecidos por Manuel de Macedo Sotto Maior e um comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

75. — Amuleto semelhante aos anteriores, tendo, porém, os tres pedaços enfiados por um dos lados mais estreitos do rectangulo num só cordão.

Usado pelos Mandingas.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

76. — Amuleto feito de cinco pedaços de madeira rectan-

gulares, maiores que os dos antecedentes, sendo dois reves tidos de coiro com gravura, e tres de pelle felpuda.

Usado pelos Mandingas.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

77. — Amuleto feito de tres pequenos pedaços de madeira de fórma elliptica, revestidos de coiro, e enfiados num cordão tambem de coiro terminado em dois botões, que entram em duas azelhas prezas por um botão.

Usado pelos Mandingas.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

ARMAS E INSTRUMENTOS DE GUERRA, CAÇA E PESCA, E ACCESSORIOS

78. — Punhal com a lamina de latão e o cabo de marfim.

Comprimento da lamina, $0^{m},16$. Comprimento do cabo, $0^{m},10$.

E' de fabricação arabe. Vendido pelos mouros na Guiné Portuguêsa.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

79. — Faca com lamina de ferro de dois gumes truncada obliquamente.

Comprimento da lamina, $0^{m},22$. Comprimento do cabo, $0^{m},13$.

O punho é de madeira e ornamentado com brochas de latão. A bainha é de pelle, tendo na abertura uma especie de virola feita de cartilagem, e é adornada com dois buzios enfiados em tiras de coiro.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

80. — Faca de dois gumes muito semelhante á antecedente; mas o cabo de madeira não tem brochas de latão, nem a bainha adornos.

Comprimento da lamina, $0^{m},18$. Comprimento do cabo, $0^{m},11$.

Está preza a um cordão de algodão azul e amarello para se trazer suspensa.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

81. — Faca de dois gumes com lamina de ferro, de fórma analoga á das antecedentes.

Comprimento da lamina, $0^m,22$. Comprimento do cabo, $0^m,13$.

O cabo é de madeira e todo revestido de arame e brochas de latão.

A bainha é de coiro lavrado, revestido de pelle de crocodillo nas duas extremidades e de fio de latão na parte média, e termina por uma borla de coiro.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

82. — Faca semelhante á antecedente, com a bainha de madeira, revestida de coiro lavrado e ornamentada de fio de latão nas duas extremidades.

Comprimento da lamina, $0^m,19$. Comprimento do cabo, $0^m,11$.

Tem pendente uma tira larga de coiro.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

83. — Faca de dois gumes com uma comprida e estreita lamina de ferro, terminada em ponta.

Comprimento da lamina, $0^m,31$. Comprimento do cabo, $0^m,19$.

O cabo é de madeira, revestida de arame de cobre e de anneis tambem de cobre, bem como de brochas e arame de latão.

A bainha é de madeira, toda revestida de arame de latão e cobre, com duas virolas de latão na abertura, e termina por uma grande borla de coiro.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

84. — Faca de dois gumes com estreita lamina de cobre, terminada em ponta.

Comprimento da lamina, $0^m,16$. Comprimento do cabo, $0^m,11$.

O cabo é de madeira, revestida em parte por arame e virolas de latão.

A bainha é de coiro lavrado, sendo alguns lavores a preto, e termina por uma borla tambem de coiro.

Usada pelos Mandingas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

85. — Faca de dois gumes com estreita lamina de ferro, terminada em ponta.

Comprimento da lamina, $0^m,17$. Comprimento do cabo, $0^m,11$.

Cabo de madeira lavrada, em parte ornamentado com virolas e embutidos de arame de latão.

Bainha de coiro lavrado, com alguns dos lavores a preto, terminando por uma borla tambem de coiro.

Usada pelos Mandingas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

86. — Punhal de lamina de ferro lavrado.

Comprimento da lamina, $0^m,17$. Comprimento do cabo, $0^m,12$.

O cabo é de madeira com os copos de latão.

Bainha de coiro lavrado, terminando por uma borla tambem de coiro.

Usado pelos Mandingas.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

87. — Punhal de lamina de ferro lavrado, terminando em ponta.

Comprimento da lamina, $0^m,17$. Comprimento do cabo, $0^m,09$.

Cabo de marfim e copos de latão.

Bainha de coiro lavrado com alguns lavores a preto, terminando em uma borla e uma tira com gravados, tudo de coiro.

Usado pelos Mandingas.

Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

88. — Faca com lamina de ferro de um só gume.

Comprimento da lamina, $0^m,17$. Comprimento do cabo, $0^m,10$.

Cabo de madeira lavrada, com uma virola junto á lamina, e, na outra extremidade, um revestimento de coiro.

Bainha de coiro lavrado, com duas azelhas tambem de coiro.

Usada pelos Mandingas.

89 e 90. — Dois sabres de lamina curva de ferro.

Comprimento da lamina, $0^m,66$. Comprimento do punho, $0^m,17$. Comprimento da bainha, $0^m,71$.

O punho, de madeira revestida de coiro lavrado, é encimado por uma bola de latão.

A bainha, de coiro lavrado com alguns lavores a preto, tem pendentes compridas franjas e tiras de coiro com desenhos.

Usados pelos chefes Mandingas.

Comprados em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

91. — Lança com triplice ponta de ferro lavrado. A do centro, sagittada, tem $0^m,32$ de comprimento, e as duas lateraes, arqueadas e aguçadas, têem $0^m,09$ cada uma.

A haste, de madeira, tem $1^m,89$. Na parte superior, numa extensão de $0^m,06$, é revestida de arames de latão e de cobre, e de dois anneis, um de cobre e outro de latão.

O conto da lança, de ferro aguçado, tem $0^m,25$.

Usada pelos chefes Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

92. — Lança semelhante á antecedente. A ponta central, de $0^m,42$ de comprimento, é sagittada, e tem, a $0^m,21$ de distancia da sua base, dois dentes voltados para baixo; as lateraes, arqueadas e aguçadas, têem $0^m,07$ de comprimento cada uma.

A haste, de madeira, em parte lavrada em helice, tem $1^m,27$ de comprimento. E' revestida na parte superior, numa extensão de $0^m,07$, por uma fita de cobre enrolada.

O conto da lança, de ferro, tem $0^m,26$.

Usada pelos chefes Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

93. — Lança com o ferro, em parte lavrado, em fórma de forquilha, de pontas sagittadas, cada uma de $0^m,49$ de comprido, e com dois dentes semelhantes aos da lança anterior.

A haste, de madeira, tem $1^m,08$ de comprimento. Na parte superior é revestida, na extensão de $0^m,075$, de fio de latão e de dois anneis, um de cobre e outro de latão.

Está encavada num conto de $0^m,28$ de comprido.

Usada pelos chefes Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

94. — Lança com triplice ponta de ferro lavrado em helice. A do centro, de $0^m,52$ de comprimento, é sagittada, com seis dentes, tendo na base outros dois dentes voltados para cima.

As lateraes têem $0^m,20$ de comprido cada uma, são em fórma de arpão, levemente encurvadas para fóra.

Haste, de madeira, com $1^m,14$ de comprido.

Encavada num conto de ferro de $0^m,35$.

Usada pelos chefes Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

95. — Lança com triplice ponta semelhante á da antecedente, differindo, porém, em ter as pontas lateraes mais afastadas e mais arqueadas, e em faltarem na base da central os dois dentes. Comprimento da central, $0^m,43$. Comprimento de cada uma das lateraes, $0^m,18$.

A haste, de madeira, tem $1^m,22$, e termina em um conto de ferro de $0^m,32$.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

96. — Lança de triplice ponta de ferro lavrado em helice. A ponta central, com seis dentes deseguaes em posições differentes, estando os dois maiores na base voltados para cima, tem $0^m,40$ de comprido. As lateraes, em fórma de arpão e arqueadas para dentro, tem $0^m,14$.

Haste, de madeira, tem $0^m,138$, e é revestida na extremidade superior, numa extensão de $0^m,10$, por fio de cobre, e por um annel, uma cercadura de brochas e um fio de latão.

Termina em um conto de ferro de $0^m,26$.

Usada pelos Fulas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

97 e 98. — Duas lanças com o ferro bifurcado á altura de $0^m,22$. As extremidades das duas pontas, laminares e aguçadas, são lavradas, tendo $0^m,20$ de comprimento cada uma.

As hastes são de madeira, uma de $1^m,04$ e a outra de $1^m,18$, tendo ambas um annel de latão na juncção com o ferro.

Os contos são de ferro, e têem um $0^m,28$ e o outro $0^m,19$ de comprimento.

Usadas pelos Manjaccas.

Compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

99. — Lança com o ferro tridentado á altura de $0^m,14$. As extremidades das pontas, laminares e aguçadas, são lavradas. A ponta central tem $0^m,16$ de comprimento, e as lateraes $0^m,14$ cada uma.

A haste é de madeira, tem 1^{m},27 de comprimento, e termina por um conto de ferro de 0^{m},28.
Usada pelos Manjaccas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

100. — Lança semelhante á antecedente, differindo, porém, em ter a haste 1^{m},13 de comprimento e ser em parte lavrada.
O conto é de ferro, tem 0^{m},08 de comprimento, e está encavado na haste.
Usada pelos Manjaccas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

101. — Lança com a ponta de ferro de 0^{m},44 de comprimento e 0^{m},06 de largura na base.
A haste, de madeira, tem 1^{m},08 de comprimento.
O conto, de madeira, tem 0^{m},20.
Usada pelos Fulas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

102. — Lança com a ponta de ferro de 0^{m},40 de comprimento e 0^{m},05 de largura na base.
A haste, de madeira, com 1^{m},45 de comprimento.
O conto, de ferro, tem 0^{m},27.
Usada pelos Fulas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

103. — Lança com a ponta de ferro de 0^{m},59 de comprimento e 0^{m},06 de largura na base.
A haste, de madeira, tem 1^{m},09 de comprimento, e é ornamentada na parte superior por brochas de latão e dois anneis, um de cobre e outro de latão.
O conto, de ferro, tem 0^{m},27.
Usada pelos Fulas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

104. — Lança com a ponta de ferro lavrado, tendo 0^{m},40 de comprimento e 0^{m},045 de largura na base.
A haste, de madeira, de 1^{m},22 de comprimento, tem, na juncção com a ponta da lança, um annel de cobre.
O conto, de ferro, tem 0^{m},20.
Usada pelos Fulas.
Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

105 e 106. — Duas lanças, cujo ferro lavrado, de ponta

laminar, tem um crescente na base. Comprimento da ponta, $0^m,49$, e largura na base, $0^m,04$.

A haste, de madeira, com $1^m,19$ de comprimento, tem, na juncção com a ponta da lança, um annel de latão.

O conto, de ferro, tem $0^m,31$ de comprimento.

Usadas pelos Manjaccas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

107. — Lança toda de ferro. A ponta, laminar, é lavrada, e tem $0^m,28$ de comprimento e $0^m,065$ de largura na base.

A haste tem $1^m,15$, e o conto, $0^m,34$ de comprimento.

Usada pelos chefes dos Mandingas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

108 e 109. — Duas lanças de madeira. As pontas têem $0^m,44$ e $0^m,47$ de comprimento e $0^m,06$ de largura na base.

As hastes têem $1^m,05$, e os contos, $0^m,18$ e $0^m,24$.

Usadas pelos rapazes Fulas.

Compradas em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

110 a 112. — Tres distinctivos de chefes ou regulos Bijagoz.

São em fórma de lança com pontas de ferro conicas muito aguçadas, e têem $0^m,70$, $0^m,74$ e $0^m,84$ de comprimento e, de diametro na base, $0^m,013$.

As hastes, de madeira, com o comprimento, $0^m,91$, $0^m,92$ e $1^m,02$, são ornamentadas na parte superior com laminas, arame e brochas de latão, e com arame de cobre.

Os contos de ferro, $0^m,20$, $0^m,31$ e $0^m,39$.

Comprados em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

113. — Uma machada de ferro lavrado e recurvado na base, com $0^m,30$ de comprimento por $0^m,15$ de curvatura no gume.

O cabo, de madeira, ornamentado com brochas e arame de latão. Na sua extremidade superior entra a parte mais estreita da lamina.

Usada pelos Mandingas.

Comprada em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

114 e 115. — Dois escudos em fórma de cone, de $0^m,75$ de diametro e $0^m,22$ de altura.

São feitos com tiras entrançadas, extrahidas da nervura de folhas de palmeira.

Do lado interior têem uma travessa de pau por onde se seguram.

Usados pelos Papeis.
Comprados em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

116. — Um escudo semelhante aos antecedentes, de $0^m,82$ de diametro e $0^m,10$ de altura.
Do lado interior tem duas travessas de pau em X.
Usado pelos Papeis.
Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

117. — Um polvorinho de lata, todo revestido de coiro lavrado, com desenhos a preto.
Altura, $0^m,14$. Largura maxima, $0^m,10$.
Da tampa pendem duas borlas; e ao gargalo estão prezas duas azelhas, por onde passam uns cordões para se trazer o polvorinho a tiracollo. Tudo de coiro.
Usado pelos Mandingas.
Comprado em 1897 a Alberto Correia.

118. — Um polvorinho, feito de uma ponta de boi fechada por um fundo de madeira, revestido de coiro lavrado, com alguns desenhos a preto. A tampa, de coiro, com duas azelhas.
Na maior curvatura, $0^m,47$.
Usado pelos Mandingas.
Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

119 e 120. — Dois polvorinhos semelhantes ao antecedente, um de $0^m,43$ e outro de $0^m,34$ na maior curvatura.
Usados pelos Mandingas.
Comprados em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

121. — Um polvorinho semelhante aos antecedentes, com $0^m,54$ na maior curvatura. Do gargalo pende uma borla de coiro.
Usado pelos Mandingas.
Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

122. — Um chicote de tres tranças feitas de tiras de coiro, com cabo de madeira revestido tambem de coiro.
Comprimento do cabo e de cada uma das tiras, $0^m,52$.
Usado pelos Mandingas.
Comprado em 1897 a Antonio E. Ferreira de Mesquita.

(Continúa). ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

LA DOUCEUR DES FLEURS

La douceur des fleurs aux yeux d'or,
Ces églantines dont la croix blanche
Ecrit parmi les buissons
Le souvenir d'un nom et le parfum d'une âme,
Ces fleurs des haies, lointaines
Comme des ailes
Et qui voulaient rougir nos mains
Le long des chemins,
Les miennes, pleines de peines,
Et les tiennes, frêles
Comme des ailes,
Ces fleurs, en voici toute une corbeille.

Je ne baiserai plus tes mains,
Le long des chemins,
Quand l'amie toute vermeille
D'avoir été bue,
Calice où dort la rosée du plaisir,
Se couchait dans un sourire,
Pour faire une croix blanche
Avec son front, ses bras, ses jambes et ses hanches,
Sur l'herbe verte où s'endort
Au fond des fleurs couleur de ciel
Le murmure amoureux des abeilles.

Mais voici toute une corbeille
De souvenirs d'âme et de parfums de roses,
Roses rouges,
Croix que forment les lèvres, chair sur chair,
Dans l'ombre mystique des amours sacrés,
A la source du rêve et du monde,
Là où la vie s'ouvre sainte et rouge,—
Car tu fus douce au désir
Qui crucifia tes lèvres
Sur la fleur écrite dans l'orbe d'or,
Lorsque sous le fardeau de la moisson des heures,
Chargé de gerbes et triste de pâlir,
Le soleil descendait lentement dans la mort.

Et voici toute une corbeille
De rêves, de rivières, d'herbes, de feuilles, de fleurs et d'ailes,
Une corbeille de fleurs,
Et ces roses, mon cœur, ce sont mes plus belles heures,
Les heures que j'ai bues
Dans le calice d'or de mon rêve,
Quand j'avais sous mes lèvres
La grâce et le plaisir du martyre
Où tu levais comme une élue,
Parmi les flammes,
Les yeux vers les palmes,
Les yeux d'or,
Abeilles,
Filles du soleil,
Sœur du jour
Et de l'amour.

Oui, mon amie, toute une corbeille
Où j'ai mis tous mes songes
Quand je songe à mes épées,
A mes orchidées
Levées
Vers la gâine adorable de ton âme de femme,
Quand je songe à la digitale,
A la rose royale,
A tous les parfums de la vie,
Au désir endormi sous la gloire de ton épaule,
A tes cheveux, golfe d'algues,
Aux détroits et à la mer de sargasse,
Aux abîmes innocents,
Aux rayons d'or
Que je ne verrai plus rire dans tes cheveux
Ni sur la bouche en triangle où dort
La langue du serpent et l'âme de la femme.

O mon amie,
Voici
Toute une corbeille d'ailes, d'abeilles, d'églantines, de palmes,
de flammes, d'algues et de roses royales,
O femme!

Novembre 1897. REMY DE GOURMONT.

VIAGENS DA INDIA A PORTUGAL POR TERRA E VICE-VERSA

XXIII

Orta Rebello — Nicolau de

(Cont. do n.º 10, pag. 648)

Eis agora os documentos comprovativos de todos estes pormenores biographicos:

«Dom Felipe etc. faço saber aos que esta carta virem que por parte de Nicolao de Orta Rebello, caualeiro fidalgo de minha casa, me foy apresentado o registo de hũa parte dos liuros da Casa da Yndia, de que o treslado he o seguinte: «Dom Felipe etc. faço saber aos que esta carta virem que avendo respeito aos serviços que Ruy Mendes Homem, cavaleiro fidalgo de minha casa, me tem feitos nas partes da India por espaço de dezoito annos, seruindo de soldado e capitão e se achar na tomada das fortalezas de Onor e Barcelor e nas guerras de Damão, ey por bem e me pras de lhe fazer merce de hũa viagem de Maluco na vagante dos prouidos antes de doze de janeiro do anno de quinhentos oytenta e oyto, em que lhe fis esta merce, com declaraçõ que yra este ano de nouenta e hum as partes da India, e naõ imdo naõ avera effeyto a dita merce, e naõ entrando o dito Ruy Mendes na dita viagem possa testar della em hum seu filho ou filha que elle nomear, que o seruira na vagante dos prouidos antes de doze de janeiro do dito anno de oytenta e oyto e naõ auera com a dita viagem ordenado algum a custa de minha fazenda, somente os proes e percallços que lhe direitamente pertencerem. Noteficoo assy ao meu Viso Rey ou Gouernador nas partes da India, que ora he e ao diante for, e ao vedor de minha fazenda em ellas, e lhes maõdo que tãoto que o dito Ruy Mendes polla dita maneira couber entrar na dita viagem lhe dem a posse della e lha deixem ir fazer e auer os proes e percallços como dito he, e elle jurara na chancelaria hos saõtos evamgelhos que bem e uerdadeiramente o sirva, guardando em tudo meu seruiço e as partes seu direito, de que se fara asemto nas costas desta carta, que sera registada na casa da Imdia da feitura deila a quatro meses, a qual se lhe pasou por duas vias, comprida hũa, a outra naõ auera effeyto, de que esta he a primeira. Luis Figueira a fez em Lixboa a des de fevereiro anno de mil e quinhentos nouenta e hum. Pero de Paiua a fez escreuer.» Pedindome o dito Nicolao dOrta Rebello que porquanto elle era casado com Luisa d'Oliveira, filha do dito Ruy Mendes, em que

elle nomeara a dita viagem de Maluco e falecer sem emtrar nella, como tudo constaua por hũa certidão de yustificaçaõ do doutor Antonio Denis, do Conselho de minha fazenda, yuiz das yustificações della, lhe fizesse merce de lhe maõdar pasar carta em forma da dita viagem, e uisto por mim seu requerimento e a carta nesta emcorporada e certidam de yustificaçaõ como o dito Nicolao dOrta Rebello foy examinado e auido por auto no conselho de minha fazenda, e querendolhe fazer merce, ey por bem e me praz de lha fazer da dita viagem de Maluco que seruira na uagante dos prouidos amtes de doze de janeiro do anno de quinhentos oytenta e oyto... Luis Figueira a fez em Lisboa a trimta de Mayo anno de mil e seis centos e dous. Janaluẽz Soares o fez escreuer.»

Tem á margem as seguintes verbas:

«A Nicollao dOrta Rabelo, conteudo no registo desta carta, se pasou o treslado della para hir por hũa via mais, porquanto se lhe pasou por hũa so via, e do sobredito se pos aqui esta verba por vertude da segunda uia. Em Lixboa a 20 de março de 1610 annos. Gaspar Maldonado.»

«A Nicollao dOrta, cõteudo no registo desta carta, se passou outra feita em Lixboa a dez de feuereiro de 620, pella qual sua magestade ouue por bem de lhe fazer merce de hũa viagem de Goa pera Moçambique pera entrar nella e a seruir na uagante dos prouidos antes de doze de janeiro do anno de 1588, e isto por estar extincta a viagem de Maluco, de que lhe tinha feito merce pella carta aqui registada, e do sobredito se pos aqui esta verba por vertude da dita carta da viagem de Goa pera Moçambique, em Lixboa a 19 de março de 620. Miguel Maldonado» (1).

«Dom Philipe etc. faço saber aos que esta carta uirem que auendo respeito a Niculao dOrta Rebello, estante na India, seruindo per carta patente feita nesta cidade de Lixboa a xxx de maio do ano de seis sentos e dous de hũa viagem de Maluco para cazar com Luiza de Ouliueira, filha de Rui Mendes, a quem della foi feita mersse e lha deixou nomeada por a naõ seruir em sua uida, estarem extinctas as ditas uiagens, hei por bem e me praz de lhe fazer mersse ao dito Niculao dOrta de hũa uiagem de Goa para Mansabique para entrar nella e a seruir na uagante dos prouidos antes de doze de janeiro do anno de mil e quinhentos e oitenta e oito, em que tinha a uiagem de Maluco, e este despacho lhe foy na lista que o anno passado de seis sentos dezanoue se emuiou a India, em que se fara a declaraçaõ neseçaria de como aseitou, do que o official a que pertemser pasara sua sertidaõ nas costas desta e asi se poraõ as uerbas nesesarias do conteudo nesta nos registos que a carta de que acima se faz mensaõ pasar se ao dito Niculao dOrta da uiagem de Maluco tiuer nos liuros das mersses, casa da India, chancelaria, em minha fazenda, de que os officiais a que pertenser pasaraõ suas sertidões e auera o dito Niculao dOrta com a dita uiagem de Goa para Mansambique cento e uinte mil rs de ordenado e os proes e percalços que lhe direitamente pertencerem: pello que mando... Gonçallo Pinto de Freitas a fez em Lixboa a v de feuereiro anno do nasimento de nosso Senhor Jesus xpo de seis sentos e uinte. Diogo Soares a fes escreuer.»

A' margem a seguinte verba:

«Por se fazer merce a Niculao Dorta Rabello pellos mais seruiços que reprezentou a S. Mag^de^ de licença para renunciar a viagem de Mosambique, que tem por esta, em filho ou filha no mesmo tempo e se lhe

(1) D. Filipe II, *Doações*, liv. 6, fl. 33o.

passar disso aluara em 19 deste mez se lhe pos aqui esta uerba por elle o requerer, em Lixboa a 16 de dezembro de 1645» (1).

«Dom Felipe etc. faço saber aos que esta minha carta virem que avẽdo respeito aos seruiços que Niculau dOrta Rabello, meu moço da camara, estante nas partes da India, me fez nellas té o anno de seis centos e se achar no cerco e geras de Chaul e em outras ocasiois de gera e ir por terra a India a cousas de meu seruiço e lhe fazer por isso merce do cargo descriuaõ pequeno dalfandega de Goa por seis annos com obrigaçam de chegar a India no mes de abril de seis centos e oito e cõprir com ella chegando la a vinte do dito mes, no que me fes nouo seruiço pella importancia do recado com que foi, ey por bem e me praz de lhe fazer merce pellos ditos seruiços de mais tres annos do dito cargo descriuaõ pequeno dalfandega de Goa pera que o sirua sucessiuamente com os seis que ja tem e na mesma vagante pera que ao todo sejaõ noue sem ẽbargo do Regimento que mãda que os cargos da India se não siruaõ por mais tempo que tres annos e de o estar ja seruindo e de ser prouido de hũa viagem de Maluco e do Regimento que defende que quem for prouido de hum cargo o naõ seja de outro, com o qual auera o ordenado, se o tiuer, cõteudo no Regimento e todos os proes e percalços que lhe direitamente pertencerem; pello que mando ao meu Visso Rei ou gouernador das partes da India, que ora he e ao diante for, que lhe deixe seruir o dito cargo pello dito tempo de tres annos mais alem dos seis que ja tem pella mesma posse e juramento que lhe foi dado e auera o dito ordenado, proes e percalços que lhe pertencerem como dito he, sem lhe a isso ser posto duuida nem ẽbargo algum, e esta se cõprira inteiramente como nella se cõtem, sendo pasada pella chancellaria e registada nos liuros da casa da India dentro de quatro mezes primeiros seguintes, a qual se passou por tres vias, hũa so avera effeito. Bento Jusarte a fez em Lixboa a xbij de março anno de nosso Senhor Ihũ xpo de mil bj^{c} e treze. E eu o secretario doutor Antonio Campello a fis escreuer.»

A' margem a seguinte verba:

«A Nicollao da Orta conteudo no Registo desta carta se pasou o traslado della por mais duas vias pera hir por cinco vias, e do sobredito se pos aqui esta verba por vertude das ditas duas vias, em Lixboa a 25 de feuereiro de 1614 anos. Miguel Maldonado» (2).

«Dom Joaõ etc. faço saber aos que esta minha carta virem que tendo concideraçaõ a Niculao dOrta Rabelo, caualeiro fidalgo de minha casa, filho de Anrique dOrta, pellos seruiços que fez desde o anno de seis centos e uinte e quatro ate o de seis centos e uinte e seis no cargo de juiz dalfandega de Dio, em que entrou por uia de renũciaçaõ, ser despachado por carta de vinte e seis de janeiro de seis centos e trinta e tres com o mesmo cargo de juiz dalfandega de Dio por tres anos na vagante dos prouidos com faculdade de que naõ entrando nelle em vida o podese testar em filho ou em filha, e por carta de sete de março de seis centos e trinta e sinco se lhe fez merce em lugar do juizado dalfandega de Dio do dalfandega de Goa na uagante dos prouidos antes de vinte de janeiro do ano de seis centos e trinta e sinco, dos quaes despachos naõ tirou portaria, e em respeito ao que mais alegou depois e particularmente o

---

(1) D. Filipe 3.º, *Doações*, liv. 1, fol. 85 v.
(2) D. Filipe 2.º, *Doações*, liv. 32, fol. 60 v.

seruiço que fez em hum nauio a sua custa acompanhado de vinte e seis homẽs, com que fez escolta a hũa cafila, da qual prouauelmente leuarao os piratas algũas embarcações no recontro que com ella tiueraõ se elle naõ fora, que os pos em fugida, ey por bem de lhe fazer merce, em satisfaçaõ de tudo, do mesmo cargo de juiz da alfandega de Goa, com que era despachado por trez annos na vagante dos prouidos antes de vinte de janeiro do ano de seis centos trinta e sinco, em que veio consultado na lista dos despachos do viso rei Pero da Silua, e esta merce lhe faço alem da que, pellos mesmos respeitos, lhe tambem fiz, e mamdo se cumpra... Pascoal dAzeuedo a fez em Lisboa a uinte e sinco de março ano de mil seis centos quarenta e quatro. Eu o secretario Afonso de Baros Caminha a fiz escreuer. ElRei» (1).

«Eu ElRei faço saber aos que este aluara virem que tendo conciderаçaõ a Nicolao de Orta de Rabello, caualeiro fidalgo de minha caza, filho de Henrique de Orta, pellos seruiços que fez desdo anno de seis centos e uinte quoatro ate o de seis centos e uinte e seis no cargo de juiz dalfandega de Dio em que entrou por uia de renunciaçaõ, ser despachado por carta de vinte seis de janeiro de seis centos tinta e tres com o mesmo cargo de juiz da alfandega de Dio por tres annos na uagante dos prouidos com faculdade que naõ entrando nelle em vida o podesse testar em filho ou filha e por carta de sete de março de seis centos trinta e sinco se lhe fazer merce em lugar do juizado da alfandega de Dio do da alfandega de Dio (*sic*, deve ser Goa) na vagante dos prouidos antes de vinte de janeiro do anno de seis centos e trinta e sinco, dos quaes despachos naõ tirou portaria, e em respeito do que mais alegou depois e particularmente o seruiço que fez em hum nauio a sua custa acompanhado de vinte seis homẽs com que fez escoltar algũas embarcações no recontro que com ella tiueraõ se elle naõ fora, que os pos em fugida: Hey por bem de lhe fazer merce em satisfaçaõ de tudo de licença para poder testar o mesmo cargo de juiz dalfandegua de Goa, de que he prouido por carta patente de vinte seis de março prezente, em filho ou filha para quem com ella cazar na vagante dos prouidos antes de quinze de feuereiro do anno de seis centos e trinta e seis, em que veio conçultado na lista dos despachos do Viso Rey Pero da Silua, e mando que a merce referida se cumpra e tenha effeito sem embargo... Bertholameu dAraujo o fez em Lisboa a uinte sette de março de seis centos quarenta e quoatro. Eu o secretario Affonso de Barros Caminha o fiz escreuer. Rey.»

Tem á margem a seguinte verba:

«S. A. fez merce a Dona Lucrecia de Rebello para poder testar o cargo de juiz da alfandega de Goa que seu pay Nicolao dOrta Rebello nella testou por bem deste aluara na uagante dos prouidos de quinze de feuereiro de 636, de que se lhe passara aluara por duas vias em 8 do presente mes. Lixboa e de março 10 de 1672. Manoel Pereira Sottomayor» (2).

«Eu ElRey faço saber aos que este Aluara virem que tendo respeito a satisfaçaõ com que Niculao de Orta de Rebello, cavaleiro fidalgo de minha casa, estante na India, depois despachado o anno de seis centos e uinte com hũa viagem de Goa para Mosambique, em lugar de outra de Maluquo que lhe pertencia, exercitou o cargo de thesoureiro da co-

---

(1) D. João IV, *Doações*, liv. 17, fl. 23 v.
(2) D. João IV, *Doações*, liv. 16, fl. 195.

*

lecta e de hũu e dous por cento na mesma cidade o tempo que o Conde de Linhares foi Viso Rey daquelle estado, e lhe pertencer a auçaõ dos seruiços e morte de seu cunhado Joaõ Homem, feitos por espaço de dous annos nas mesmas partes ate perder a vida na guerra: Hey por bem de lhe fazer merce que naõ entrando em sua vida na viagem referida de Mosambique a possa nomear em filho ou filha para seu casamento e da mesma intrancia que a elle lhe cabia, e este se cumprirá inteiram.te etc. Paschoal dAzeuedo o fes em Lixboa a des de junho de seis centos quarenta e sinco. E eu o sacretario Afonsso de Barros Caminha o fis escreuer. Rey» (1).

«Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem que tendo respeito a satisfaçaõ com que o doutor Pedro Nogueira Coelho, ya falecido, que foy dezembargador da Relação de Goa, e nella seruio de ouuidor geral do crime e outros cargos e foi fora com deferentes comisões por vezes a Ceillaõ, Cochim e fortalezas do norte, procedeo na alçada com que o conde de Linhares, sendo V. Rey da India, o enuiou o anno de seis centos trinta e quatro a Mosambique e Rios de Cuama e por zellar a justiça e fazenda real lhe sercaram na pouoaçaõ de Cena as cazas em que veuia alguns delinquentes com grande numero de cafres e o feriram mortalmente dentro nellas de tres pelouradas e roubaram quanto tinha, de que veo a morrer brevemente, e ficar pertencendo a auçaõ de seus seruiços e morte a dona Lucrecia de Rebello, sua mulher, e a dous filhos, em satisfaçaõ de que, e de todos os seruiços que o mesmo dezembargador tinha feito pella via das letras naquellas partes, hey por bem de fazer merce a dona Lucrecia, sua mulher, da capitania da fortaleza de Mascate pàra Manuel seu filho e do mesmo seu marido por tempo de tres annos na vagante dos prouidos antes de vinte hum de feuereiro do anno de seis centos trinta e sete, em que vieraõ consultados seus papeis da India, o qual sera obrigado, emtrando na capitania referida, dar a sua irmã inteira Pascoella oito mil xerafins para seu dote e falecendo antes de entrar na capitania ficara com a propria antiguidade a dita sua irmã para seu cazamento, e esta merce lhe faço alem do que pellos mesmos respeitos lhe taõ bem fiz, e mando se cumpra e tenha effeito... Pascoal dAzevedo o fez em Lixboa a dez de feuereiro de seis centos quarenta e seis, e eu o secretario Afonso de Barros Caminha o fiz escreuer. Rey.»

Tem á margem a seguinte verba:

«Sua Alteza foi seruido fazer merce a Manuel Furtado de Mendoça da fortaleza de Chaul por tres annos na vagante de antes de 27 de feuereiro de 1680 em lugar da capitania da fortaleza de Mascate por estar em poder do Arabio: por mostrar o dito Manuel Furtado estar cazado com D. Paschoela de Rebello por lhe pertencer por morte de seu irmão Manuel Nogueira Coelho, que faleceo sem entrar na dita merce, e a carta se passou por duas uias em 23 de janeiro deste anno. Lisboa 23 de março 681. Semmedo» (2).

«Dom P.º por graça de Deos Princepe de Portugal e dos Algarves &c, como Regente e governador dos ditos Reinos e senhorios, faço saber aos que esta minha carta de padrão de tença virem que tendo concideraçaõ a falta de fazenda com que Dona Lucrecia de Rabello, ultimamente veuva

---

(1) D. João IV, *Doações*, liv. 14, fl. 392.
(2) D. João IV, *Doações*, liv. 16, fl. 383 v.

de Ruy Lourenço de Tavora, ficou por morte do dito seu marido, e aver cazado a primeira e segunda vez com o dezembargador P.º Nogueira Coelho e dom Joaõ de Moura, todos muito benemeritos no servisso desta coroa, Hey por bem de lhe fazer merce de trezentos xerafins de tença pagos na feitoria de Damam, donde logra outros trezentos, para que ao todo sejaõ seis sentos, pello que mando ao meu V. Rey, ou governador do estado da India, e ao vedor geral de minha fazenda delle, façaõ assentar a dita dona Lucrecia de Rebello os ditos trezentos xerafins de tença cada anno na feitoria de Damam para que nella lhe sejaõ pagos na forma em que se lhe faz o pagamento dos outros trezentos xerafins, que mais tem na mesma feitoria, e por firmeza de tudo lha mandey passar a prezente, por mim assinada e sellada com o sello pendente de minha chancelaria, a qual se comprira muito inteiramente como nella se contem, sem duvida alguma, e pagou de novo direito rei vinte e dous mil e quinhentos rs, que se carregaraõ ao thesoureiro Estevão da Costa da Silva a fls. 54 e deu fiança a pagar outra tanta quantia, e esta se passou por duas vias, hũa só auera effeito. Pascoal de Azevedo a fez em Lixboa a vinte e trez de março anno do nasimento de nosso Senhor Jesus xpo de mil e seis centos e sessenta e nove. O secretario Manuel Barreto de Sampayo a fis escreuer. O Princepe» (1).

«Eu o Princepe etc. faço saber aos que este meu alvara virem que tendo respeito a pertencer por sentença de habelitaçaõ a D. Lucrecia de Rebello, veuva de Rui Lourenço de Tavora e filho de Niculao dOrta Rabello, auçaõ de cargo de juis dalfandega de Goa, com que o mesmo seo pai foi respondido por tres annos na vagante dos prouidos de uimte de janeiro de seis centos trinta e sinco com a faculdade para o testar em filha ou filho, Hei por bem de faser merce a dita D. Lucrecia de Rebello de faculdade para testar ou renunciar, na pesoa que lhe pareser, o mesmo cargo de juis dalfandega de Goa por tres annos na vagante de quatorse de fevereiro de seis centos trinta e seis em que lhe foi deichado por seo pai com a declaraçaõ que sendo caso que haja falecido antes de ter noticia desta merce se confirme a testaçaõ que dela ouuer feito de que nas partes onde tocar se porão verbas e se cumprirá este inteiramente como nele se conthem sem duvida algũa e valera como carta sem embargo da ordenaçaõ do livro 2.º t.º 40 em contrario, e se pasou por duas vias, hũa so auera efeito, e pagou de novo direito sesenta rs, que se carregaraõ ao thesoureiro Alexo Per.ª (?) a fls 168. Antonio Serrão de Carvalho a fes em Lisboa a oito de março de seis centos setenta dois. O secretario M.el Barreto de Sanpaio o fis escreuer. Princepe» (2).

Como remate a este artigo, devemos declarar que verificámos na Bibliotheca Nacional de Lisboa a existencia de outro exemplar da viagem de Orta Rebello, cópia mais moderna, tendo uma falha no fim, mas comprehendendo os primeiros capitulos. Os dous exemplares completam-se portanto.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) D. Affonso VI, *Doações*, liv. 22, fl. 443.
(2) D. Affonso VI, *Doações*, liv. 36, fl. 246 v.

ANTONIO HOMEM

(Ao meu prezado amigo, patricio e collega, o sr. Augusto Mendes Simões de Castro)

XI

A confraria de frei Diogo

(Cont. do n.º 11, pag. 708)

O requerimento do promotor, e a sentença que sobre elle recaiu, causaram com a denuncia do homem de Cadafaes a desgraça de frei Diogo da Assumpção.

O chamado sancto officio de Lisboa rogou ao de Coimbra, e este ao arcipreste de Aveiro, para se inquirirem testemunhas ácerca da genealogia do pobre frade; e de taes investigações, feitas em 11 de janeiro de 1600, resultou saber-se o nome do pae, Jorge Velho Travassos, natural de Cantanhede, e morador em Aveiro, onde casou com Maria de Oliveira, natural dessa cidade, então ainda villa.

O dos avós paternos, Nuno Velho e Leonor Bernaldes.

O dos avós maternos, Pero de Oliveira e Leonor Ribeira, e dos bisavós tambem maternos, Miguel Ribeiro e Maria Annes mãe de Leonor Ribeira.

E que da parte materna eram todos christãos velhos, gente principal de Aveiro, e universalmente assim tidos e havidos, sem raça nem mistura alguma de mouro, ou judeu; que nunca estiveram presos nem penitenciados pelo tribunal, ou incorreram noutra alguma infamia, conforme voz publica e notoria.

Apenas duas testemunhas disseram, que da parte de Jorge Velho ou de seus ascendentes, naturaes de Cantanhede, constava haver raça de mouro ou de judeu.

A inquisição mandou alguns padres sondar frei Diogo da Assumpção. Ouviu-o varias vezes, e elle ora affirmava ora negava professar a lei de Moysés, e por fim affirmou obstinadamente que a professava.

Todas estas circumstancias vem mencionadas na sentença, pelo que nos dispensamos de fazer mais extractos.

Aquelle documento foi publicado em tempo no *Instituto,* vol. XI, pag. 221 a 224; mas com bastantes inexactidões, por ser copia de um manuscripto da bibliotheca da Universidade, para ahi enviado por dous familiares da inquisição de Coimbra.

Restituimol-o hoje, extraindo-o do processo existente na Torre do Tombo.

Accordam os inquisidores, ordinario e deputados da sancta inquisição, que vistos estes autos, convém a saber, libello e prova da justiça auctor, diligencias feitas, e confissão de fr. Diogo da Assumpção, que tem parte de christão novo, natural de Vianna de Caminha, de ordens de evangelho, frade professo de religião approvada, reu preso, que presente está.

Mostra-se que, sendo christão baptisado, religioso e obrigado a crer e ter o que tem, crê e ensina a sancta madre egreja de Roma, elle o fez pelo contrario, e depois do ultimo perdão geral se apartou da nossa sancta fé catholica, e se passou á lei de Moysés, tendo-a ainda agora por boa e necessaria para salvação das almas, e esperando salvar-se nella.

E fugindo do mosteiro, em que residia, e da religião, que tem professado, procurou haver favor e dinheiro para deixar o seu habito, que levava, e seguir para as partes de Flandes ou Inglaterra, dizendo *que estava muito arrependido de ser frade, porque tudo entre frades era falsidade e mentira,* e que a lei dos christãos era feita por homens, que andavam fugidos por entre penedos e se augmentára, porque os que então a receberam eram gentios, e sabiam pouco, e que Christo queria dizer rei ungido, e que Jesus (entendendo por Christo nosso redemptor), o não fôra, e por isso pagára em uma cruz por tomar o nome de Christo, que não era seu, e que sua mãe Maria (entendendo pela virgem gloriosa Nossa Senhora), não fôra virgem, e que, se a sua lei fôra boa, os judeus o não mataram, e que os prophetas tinham dicto, que o que havia de vir em nome do Senhor se chamaria Manuel, e que Christo (Nosso Senhor) nunca tivera o nome de Manuel, mas que os christãos lho pozeram; e que todo o que soubesse a lei dos judeus, e a não guardasse, se perderia.

E, sendo o reu preso pelas dictas culpas, pedîu audiencia no sancto officio, e confessou que lendo elle por alguns livros em que se tractavam algumas proposições catholicas, disputadas

por uma parte e outra, se determinou e assentou em seu coração, que a lei de Christo Nosso Senhor era falsa, e não obrigava nem dava graça, e que Christo Nosso Senhor não era Deus, nem lhe convinha o nome de Christo, porque não fôra ungido humanamente, nem o seu corpo estava na hostia consagrado, nem os sacramentos e cousas da egreja prestavam para bem da alma, mas eram de vaidade e hypocrisia, e que a lei de Moysés obrigava e dava graça para salvação das almas ainda agora, e nella se podia elle salvar, e que de todo se apartára da nossa sancta fé catholica, e, estando apartado della, se confessava mal e commungava indignamente, e resava as horas canonicas, e fazia as cousas da obrigação da religião sómente por cumprimento, não tendo tenção de christão nem de religioso.

E que tendo elle os dictos erros, determinára fugir para Flandes, ou França, ou qualquer outra parte fora deste reino, para lá viver á sua vontade em sua liberdade, e por isso fugíra do mosteiro, e procurára haver ajuda para se ir embarcar, e a fôra pedir a certa parte, onde dissera que ía apostata da religião porque entendia ser ella falsidade e hypocrisia, e que a lei de Christo Nosso Senhor não podia obrigar, e que os sacrificios da lei de Moysés davam ainda graça, e que as religiões não eram verdadeiras, nem havia nellas a sanctidade, que de fora parecia, e que alguns frades teriam tambem isso para si, mas que por comerem e beberem nas religiões e não se inquietarem, o não manifestariam.

As quaes cousas todas o reu confessou no sancto officio, que tivera e dissera tendo-as por boas, certas e verdadeiras, sabendo que todas eram contra a nossa sancta fé catholica, e dellas pediu perdão e misericordia, posto de joelhos com as mãos levantadas, dizendo que estava muito arrependido de suas culpas e entendia que andára errado, mas que ja estava convertido e tornado á fé de Christo Nosso Senhor, e apparelhado para receber toda a penitencia, que lhe fosse imposta: na qual confissão perseverou por espaço de tempo, dando mostras e signaes de arrependimento e conversão.

E estando o feito nestes termos, o reu com muita insolencia disse na mesa do sancto officio, que, quando confessára as dictas culpas, e pedira dellas perdão e misericordia, não estava ainda alumiado, como agora estava, na lei de Moysés, e que elle era judeu filho da egreja de Sion, e seguia e queria seguir a lei de Moysés, e nella vivia e queria morrer, e esperava salvar-se, porque ella era a verdadeira, e ninguem se podia ainda agora salvar fora della, e que elle guardava os

sabbados offerecendo-os a Deus, e jejuava os dias que podia comendo uma só vez no dia com tenção de jejuar, conforme a dicta lei de Moysés, e que a egreja romana não era egreja de Deus, nem tinha doutrina, nem quem a approvasse, e em quanto elle a seguíra fôra peccador e idolatra, porque a egreja de Deus era em Jerusalem fundada pelo mesmo Deus, e que não queria dar obediencia ao summo pontifice romano, e que Deus nunca se fizera homem, e que Christo (Nosso Senhor) era remído e não redemptor, e que sancto Agostinho se subjeitára ao diabo dizendo ser ja vindo o messias, e porque era gentio lhe não revelára Deus sua escriptura, e só a revelára a Jacob e a Israel, e que elle reu esperava pelo messias e resava o psalterio sem *gloria patri,* porque sancto Agostinho acrescentára o *gloria patri* não sabendo o que dizia: e que a fé que elle reu recebêra na agua do baptismo não era de salvação, e que não havia evangelhos nem evangelistas, porque os quatro evangelistas não escreveram o que ouviram a Deus, nem alcançaram a sabedoria de Deus.

E dando-se ao reu na mesa do sancto officio juramento dos sanctos evangelhos para falar a verdade dizia, que elle jurava pelo Deus altissimo, Deus de Abrahão, Deus de Isaac, Deus de Jacob, e que aquella mesa não tinha salvação para si, nem a podia dar a elle reu nem elle lhe devia obediencia, nem havia de confessar suas culpas nella, senão a Deus, e requeria aos inquisidores da parte de Deus, que se convertessem á lei dos judeus allegando para prova destas cousas muitas auctoridades e passos da escriptura sagrada, que elle mal entendia e trazia para seu damnado proposito.

E persistindo o reu em sua pertinacia nos carceres do sancto officio dizia, que elle estava alumiado por Deus na verdadeira lei dos judeus, e era bom judeu, e esta era a maior honra que tinha, e que a lei, que chamavam lei nova, era lei dos homens, e que o messias não era ainda vindo mas estava perto, e não era filho de Deus mas era Deus da terra como eram todos os judeus, e que não havia sanctissima trindade senão um só Deus, e não havia Deus filho, nem Deus espirito sancto, e que os christãos erravam em dizerem haver trindade, porque nisso faziam tres deuses, e por isso elle resava os psalmos do breviario sem *gloria patri.*

E não havia que falar em paixão, nem resurreição, nem em sanctos da lei de Christo (Nosso Senhor), porque os não havia no ceu, nem era necessario pedir a sanctos senão a Deus, e que os papas e concilios, não entendendo a escriptura, faziam e seguiam leis humanas, que diziam ser divinas, e que as

ordens não eram ordens, nem na missa havia sacramento, nem o sacramento da eucharistia era mais que pão, nem o sacramento da confirmação prestava, nem o homem se havia de confessar a outro homem senão a Deus, e que tudo eram invenções dos homens; e que Deus tinha promettido, que quando viesse ao mundo haveria nelle paz geral, a qual até ora não houvera, e tambem na escriptura se dizia, que todos o conheceriam e reverenciariam por Senhor, e ninguem teria poder contra elle, e que quando Christo (Nosso Senhor) viera ao mundo nenhuma gente nem nação o conhecera por Senhor, mas antes o enforcaram, e sómente o seguiram doze homens, que tambem depois foram perseguidos e mortos, e que se fôra como os christãos dizem, não se houvera deixar enforcar entre dous ladrões.

E outrosim dizia mais o reu nos dictos carceres do sancto officio, que elle não adorava imagens, nem a cruz que eram dous paus, e que Christo (Nosso Senhor) fôra peccador, filho de um homem e de uma mulher, e não era Deus, senão um torrão de terra, e nunca resurgira, e que não cria nelle, e que os que agora morriam e padeciam pelo sancto officio da inquisição, por não quererem conhecer a Christo (Nosso Senhor) nem a sua lei eram sanctos, e íam ao ceu, e que o Deus verdadeiro era o Deus dos ceus, que tomára para si o nome de Deus de Abrahão, de Isaac e de Jacob, e que a verdadeira lei era a que elle dera a Moysés, e que Deus não havia de faltar com sua palavra, que dera ao seu povo de Israel, ao qual promettera de o livrar, e ainda havia de restituir aos judeus ao seu estado, e lhes havia de mandar o messias para os governar, e para elles não havia de acabar o mundo, nem havia de haver dia de juizo, e que Deus não mandára guardar o domingo, que os christãos guardam, senão o sabbado, e por isso elle reu guardava sómente os sabbados, e que os inquisidores não tinham poder nelle, nem elle lhes havia de pedir misericordia, porque se não pedia misericordia aos homens senão a Deus de Israel.

E perseverando assim o reu na dicta pertinacia de seu judaismo nos dictos carceres do sancto officio, não se benzia nem resava nas occasiões em que os christãos costumam benzer-se e resar. E zombava dos que resavam, e não fazia reverencia á cruz nem á imagem de Nossa Senhora, e vendo resar ou fazer reverencia á cruz ou crucifixo dizia que aquillo era idolatrar, e que Deus abhorrecia as pinturas e imagens feitas pelos homens. E, resando os psalmos, não dizia no fim delles *gloria patri,* etc.; quando se erguia pela manhã, punha-se em

pé olhando para o ceu com as mãos levantadas, e nas sextas feiras, em todo o dia, não comia nem bebia, dizendo que jejuava nellas á honra dos sabbados seguintes; e nellas á tarde alimpava o candieiro, e punha-lhe torcida lavada, e tambem jejuava outros muitos dias sem comer nelles, e nos sabbados vestia camisa lavada quando a tinha, e fazia differença dos outros dias, e os guardava deixando de fazer nelles o que fazia nos outros dias, e nos domingos varria e alimpava a casa, e fazia qualquer outro serviço. E da carne que comia tirava toda a gordura, dizendo que a tirava pela sua lei de Moysés, e que os christãos eram gentios, e íam errados, e não se haviam de salvar.

E sendo o reu por muitas vezes admoestado com caridade se reduzisse á nossa sancta fé catholica, e se arrependesse de suas culpas, e pedisse dellas perdão para se usar com elle de muita misericordia, elle o não quiz fazer nunca, mas antes cada dia persistia mais em sua pertinacia. Pelo que o promotor fiscal do sancto officio veiu com libello criminal accusatorio contra elle, que lhe foi recebido. E contestando o reu o dicto libello, lendo-se-lhe todos os artigos delle na mesa do sancto officio, respondeu que elle confessava que fôra baptisado e chrismado, mas que o baptismo era ser lavado em uma pouca de agua, e que o baptismo e confirmação não eram sacramentos nem prestavam para a alma. E confessava ser apostata da egreja de Roma, e não queria della misericordia, porque ella não tinha poder de perdoar; e confessava as cousas conteúdas e relatadas nos artigos do dicto libello, que elle fizera e dissera; e queria mostrar como todas eram boas. E de feito, para prova e confirmação dellas allegava grande numero de auctoridades e passos da escriptura sagrada, por elle mal entendidos e declarados, que trazia a seu damnado intento. E sendo-lhe dicto que fizésse seu procurador nesta causa, disse que não queria por procuradores homens, que não sustentavam a lei de Deus dos dez mandamentos, que dera a Moysés, e comtudo lhe foi dado procurador letrado para o defender em sua causa, e, estando com elle, não quiz vir com defeza, e em todo este tempo não deixava de continuar em seu judaismo como de antes.

E sendo feita ao reu a publicação dos dictos das testemunhas da justiça ratificados primeiro conforme ao direito e estylo do sancto officio, respondeu que tudo o conteúdo na dicta publicação era verdade, e elle o tinha dicto assim como nella se continha, e que não queria vir com contradictas, nem estar com seu procurador: e, estando com elle, não veiu com ellas,

E dando-se-lhe na mesa o juramento dos sanctos evangelhos, conforme ao direito e estylo do sancto officio, para responder na verdade ao dicto libello, e á dicta publicação dos dictos das testemunhas da justiça, dizia (pondo a mão no breviario) que elle punha a mão nas palavras de Deus, e não nas de Agostinho nem de outros, que alli estavam escriptas, e que por ellas promettia dizer a verdade. E seu feito se processou até final conclusão: e em todo o tempo da prisão e pertinacia do reu sempre foi admoestado por muitas vezes com muita instancia e caridade na mesa do sancto officio, e, por seu mandado, por outros muitos padres, religiosos graves, virtuosos e doutos, assim da sua mesma religião, como de outras diversas religiões, que deixasse seus erros e se tornasse á fé catholica de Christo Nosso Senhor, mostrando-lhe o caminho de sua salvação, ensinando-lhe a verdade da lei evangelica, allegando-lhe as auctoridades verdadeiras da escriptura sagrada, em confirmação de nossa sancta fé catholica, e em refutação da sua opinião errada, desfazendo-lhe as suas falsas allegações, e convencendo-o nellas, declarando-lhe as auctoridades, que elle mal entendia, com que queria defender seu judaismo, dando-lhe a doutrina necessaria e os bons conselhos, que convinham para sua conversão, e offerecendo-lhe a misericordia, que no sancto officio se costuma dar aos verdadeiros confitentes convertidos e arrependidos de suas culpas. E comtudo dizia, que não tinha necessidade de padres, que o encaminhassem, porque elle não seguia a doutrina dos homens senão a de Deus, que era o seu mestre e o tinha alumiado. E sempre obstinado e pertinaz persistiu, e ficou em seu judaismo e apostasia, defendendo seus erros e querendo-os persuadir ás pessoas com quem falava, e aos dictos religiosos, os quaes dizia andarem apartados da lei de Deus.

O que tudo visto e bem examinado, e a sufficiente prova da justiça auctor, e como o reu não sómente se não quiz reduzir á nossa sancta fé catholica, e pedir perdão e misericordia de suas culpas, sendo para isso admoestado, exhortado, e requerido com instancia e caridade, mas ainda no carcere onde estava, e na mesa do sancto officio, com zelo da lei judaica e muito atrevimento e ousadia, publicamente defender os dictos erros, que segue e approva, procurando ensinal-os e persuadil-os aos inquisidores, religiosos e letrados, que com elle estiveram para o encaminharem nas cousas de sua salvação, dando nisso muito escandalo aos que o ouviam. E não sómente estar o reu convencido pela prova da justiça, mas ainda por sua propria confissão, e pela pertinacia de seus erros judaicos,

em a qual com animo diabolico e obstinado persevera, e haver mais esperança de o reu infeccionar e perverter a outros com suas falsas opiniões e novas heresias, que de sua propria conversão: com o mais que dos autos resulta, e a qualidade das dictas culpas, e do caso e a disposição do direito nelle, tendo a Deus deante dos olhos, do qual todos os justos juizos procedem, etc., *Christi Jesu nomine invocato,* declaram o reu, frei Diogo da Assumpção, por convicto, confesso e pertinaz no crime de heresia e apostasia, e que foi, e ao presente é, herege e apostata de nossa sancta fé catholica. E como tal, herege, apostata, pertinaz, confesso, convicto, impenitente e revocante, o condemnam; e que incorreu em sentença de excommunhão maior, e em todas as mais penas, em direito contra os similhantes estabelecidas, e o excluem e privam da jurisdicção ecclesiastica, e mandam que seja deposto e degradado actualmente de suas ordens, segundo a fórma dos sagrados canones, e o relaxam á justiça secular, a quem pedem com muita instancia e efficacia se haja com elle benigna e piedosamente, e não proceda a pena de morte nem effusão de sangue.

Antonio Dias Cardoso—Manuel Alvares Tavares—João Saraiva—Antonio de Barros Pereira—Heitor Furtado de Mendoça—Domingos Riscado—Mestre frei Luiz de Beja Perestrello.

Foi publicada a sentença acima escripta ao reu frei Diogo da Assumpção em sua pessoa, em Lisboa no auto publico da sancta fé, que se celebrou na Ribeira della aos tres dias do mez de agosto deste anno estando presente o viso rei D. Chrystovam de Moura, e muita gente, domingo tres de agosto de 1603 annos. E logo foi deposto das ordens e degradado dellas, e entregue ao corregedor. Recebeu homem, e morreu queimado vivo.

Francisco de Borja o escrevi.

(Continúa). ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

LIVRO DAS OBEDIENCIAS DOS GERAES

(*Inédito.* — Cont. do n.º 11, pag. 712)

De hũa do P.e geral Euer. Merc. pera o P.e visitador Miguel de Sousa de 19 de Outubro de 1578.

V. R. prouea bien de Coadiutores essa Prouincia porq̃ entiendo q̃ siendo tan pocos como son tienen trabajo que algunos de puro trabajo se tientan.

Preguntanme de *alla* si es cõforme alas reglas delos nouicios andar con pelote. V. R. de orden q̃ de tal maneira se mortifiquen q̃ siempre enel habito exterior parescan religiosos, y dela Comp.ª

Entiendo que en lisboa uan muchos alas procissiones, esto no carece de inconuenientes, y de occasiones de murmuraciones. Enformese V. R. desto, y lo modere ordenando en esta parte lo q̃ le pareciere conuenir, ansi en lisboa como en los otros collegios.

Acà me escreuio el P.e Prouincial sobre la matricula de S. Anton, parecenos bien q̃ se dexe, ni parece necessaria y la constituicion se entiende delas vniuersidades.

O q̃ se segue escreueo a este collegio o P.e Prouincial M.el Roïz no anno de 1579.

A mudança das horas de aleuantar pola menhã, e de deitar á noite: e de jantar, e de cear. e mais exercicios q̃ ate aguora se fazia dia de Pascoa e no primeiro de Outubro, se ha de fazer daqui por diante a quinze de Março e a quinze de Setembro:

Mas acrecentarseha todo o ãno hũ quarto mais p.ª dormir o qual quarto nos tres meses do jnuerno Nouembro Dezembro

e janeiro se acrecentará pola menhã; de maneira q̃ se aleuantarão hũ quarto depois das cinquo, e tangerão a oração aos tres quartos, e en todo o outro tempo do anno se acrecentará a noite de maneira q̃ se deitarão hum quarto antes da hora en q̃ ate aguora se deitauão, e assim mesmo tangerão ao exame da noite hũ quarto antes e a cear hũ quarto antes da hora ẽ q̃ aguora tangem o qual tudo pera mor claridade se poem na ordẽ seguinte.

De quinze de Março ate quinze de setembro tangerão a aleuantar polla menhã as quatro horas, e a jantar as dez horas (fora da coresma ou dias de Jesu) a cear aos tres quartos depois das seis da tarde, e ao exame a mea depois das oito e a deitar aos tres quartos.

De quinze de setembro até fim de Oitubro, e do principio de feuereiro ate meado Março tangerão a leuantar as cinquo horas da manhã e a jantar as onze, a cear aos tres quartos depois da sete da tarde, E a exame a mea depois das noue, e a deitar aos tres quartos.

Do primeiro de Nouembro até o fim de janeiro tangerão a leuantar hũ quarto depois das cinquo e a oração aos tres quartos, e a jantar ás onze. A cear ás oito horas da noite, e ao exame aos tres quartos pera as des, e a deitar as des como agora se fas.

Em o demais se guardara a ordẽ acustumada. S. em tanger a oração pella menhã a mea hora e ao exame hũ quarto antes de comer, e pella primeira uez a mesa, hũ quarto antes da cea, e acabar o repouso hũa hora depois de comer etc.

O QUE SE SEGUE SE HA DE ESCREUER CONTINUANDO CÓ A ORDẼ JA DADA DAS HORAS ẽ q̃ SE HÃO DE LEUANTAR DEITAR ETC.

A hora de Jantar, E cear nos domingos da Quaresma sera a mesma q̃ antes dos quinze de Março, E nos *di*as de Jesu por todo o ãno a consoada sera a hora em q̃ ate agora se custumou. S. as oito horas.

As disputas de casa dos Artistas, humanistas E casuistas no veram se ferão a hora q̃ se custuma, mas de quinze de Setembro ate quinze de Março se ferão na hora immediata antes da cea, ou collação, E a ladainha se dira hum quarto antes das disputas, de modo q̃ quando cearem as oito horas

tangerão a ladainha as sete, E acabada ella se irão as disputas, as quais se accabarão quando tangerē a Cea, ou collação, E quando cearē aos tres quartos pera as oito tangerão a ladainha aos tres quartos pera as sete, e seguirseão as disputas, como esta dito, até a Cea ou collação.

Porē a Sesta feira quando ouuer pratica, ou conferencias espirituais, as desputas se terão das cinquo horas ate os tres quartos pera as seis, E a ladainha no tempo que esta dito aa qual se siguira a pratica, ou conferencias.

O P.e JERONIMO REBELLO VICE REITOR q̄ FOI DESTE COLLEGIO DEIXOU ESCRIPTO POR SUA LETRA E SEU SINAL ESTAS PALAURAS q̄ SEGUEM.

Em o anno de 1576. dise o Arcebpō Dom frei Bertolameu dos martires q̄ Bastaua por pregaçā em Vimieiro fazerē a doutrina aos lauradores e pª isto bastaria o cozinheiro.

Em esta igreia diz o cura q̄ nā se prega domingo de Ramos nē dia de pascoa.

Manoel de Sequeira.

(Continúa.)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Elogio historico do architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva, proferido em sessão solemne da real associação dos architectos e archeologos portuguezes a 28 de novembro de 1897, presidindo, em nome d'el-rei, o illustrissimo e excellentissimo senhor Conde de S. Januario, ajudante de campo de Sua Majestade, por JULIO DE CASTILHO.

Relatorio e contas da gerencia do Asylo de D. Maria Pia, relativas aos annos economicos de 1884-1885 a 1893-1894.

Conferencias agricolas. II—*O mel e os seus derivados.—Conferencia realisada no salão nobre do Atheneu Commercial do Porto, na noite de 30 de março de 1896,* por ALBERTO VELLOSO D'ARAUJO.

O Riomoinhense, revista scientifica, critica e litteraria, director EGYDIO SALGUEIRO.

Congresso Viticola Nacional de 1895. Relatorio geral, volume II. Secção economico-viticola. Memorias, estudos e propostas de Alexandre de Sousa Figueiredo, Antonio M. Borges de Araujo, Antonio Isidoro de Sousa, E. Velloso d'Araujo, Francisco Simões Margioch, Ignacio do Casal Ribeiro, Jeronymo de Lima, Paes de Sande e Castro, João Maria de Sousa, João Marques de Carvalho, João da Matta Prégo, Joaquim Dias da Silva, Joaquim Gomes de Sousa Belford, Manoel Bento de Sousa, Manoel Lourenço Rita, Paulo Choffat, Visconde de Villar Allen.

ADVERTENCIAS

Em cada numero vae-se dando na capa a relação dos livros recebidos durante o mez, bem como as erratas do numero antecedente; no fim de cada anno porém dar-se-ha no texto da revista a relação total dos livros recebidos durante o anno, e bem assim as erratas do volume.

Das obras mais notaveis offerecidas ao INSTITUTO não só se dará noticia nesta revista, mas far-se-ha uma apreciação critica mais ou menos desenvolvida, segundo as circumstancias o permittirem.

As obras, que se annunciem á venda no deposito de livros do INSTITUTO DE COIMBRA, remettem-se pelo correio a quem enviar a sua importancia em vale ou estampilhas.

Achando-se pendente da classe de litteratura a fixação da orthographia do *Instituto,* a commissão de redacção resolveu interinamente publicar os artigos na orthographia dos seus auctores.

Os artigos não assignados são da responsabilidade da redacção; cada um dos redactores firma os seus artigos com iniciaes do seu nome; os escriptos dos collaboradores são sempre assignados.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

fundada em 1852

Esta revista é orgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se em cada mez um numero illustrado, de 64 paginas ou mais. Doze numeros fórmam um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero ordinario..... 200 réis

Preço de cada volume..... 2$000 réis

ASSIGNATURAS

Não se recebem senão por um anno. Envia-se pelo correio aos assignantes, franco de porte, para todo Portugal, Ilhas adjacentes e Hespanha; para os restantes paizes accresce a importancia dos sêllos.

Preço..... 2$000 réis

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos quarenta e dois volumes, que fórmam a collecção completa do INSTITUTO, estão quasi esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a collecção. Aquelles porém, de que existem em deposito muitos exemplares, vendem-se pelo respectivo preço de assignatura, que era de 1$500 réis cada um dos volumes anteriores ao XLI.

Preço da collecção..... 52$000 réis

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação nesta revista, serão dirigidos exclusivamente ao secretario da redacção, DR. AFFONSO COSTA; sobre assumptos de administração dirigir-se-ha a correspondencia ao *Gabinete do Instituto—Coimbra.*